



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

RENATA RAUTA PETARLY

**MEIOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS:
UM ESTUDO DA INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO
PRODUTIVA NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO RURAL**

**Palmas (TO)
2021**

RENATA RAUTA PETARLY

**MEIOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS:
UM ESTUDO DA INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO
PRODUTIVA NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO RURAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins como requisito à obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto

Palmas (TO)
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P477m Petarly, Renata Rauta.

Meios de vida das famílias rurais:: um estudo da influência das políticas públicas de inclusão produtiva na divisão sexual do trabalho rural . / Renata Rauta Petarly. – Palmas, TO, 2021.

371 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Regional, 2021.

Orientador: Antônio José Pedroso Neto

1. Divisão sexual do trabalho rural. 2. Reconversão de habitus. 3. Tocantins. 4. Agricultura familiar. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

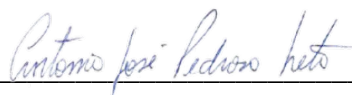
RENATA RAUTA PETARLY

MEIOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS:
UM ESTUDO DA INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO
PRODUTIVA NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO RURAL

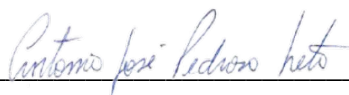
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, foi avaliada para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca examinadora.

Data de Aprovação: 25 / 10 / 2021.

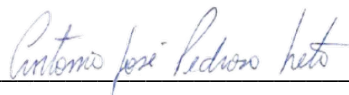
Banca examinadora:



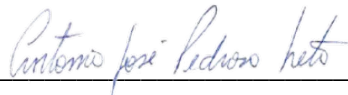
Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto (Orientador) - UFT



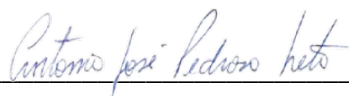
Prof. Dra. Temis Gomes Parente - UFT



Prof. Dra. Roseni Aparecida de Moura - UFT



Prof. Dra. Lorena Lima de Moraes - UFRPE



Prof. Dra. Ana Louise Carvalho Fiúza - UFV

*Dedico essa tese a Enzo, Isis e Isaac, que sempre me
trouxeram de volta a mim.*

Ao meu amor, por me mostrar o melhor de mim.

À Khaleesi e à Arya por fazerem parte de mim.

...
De forma visceral
Libertei algo que estava preso

Profundo e essencial
De tão sutil
Era quase inexistente

Âmago
Imo
Cerne
De minha árvore interior

Quando a luz o alcançou
As crianças dançaram
E cantaram ao seu redor

E a dor passou

Apesar do risco
Não havia medo
Pois o encontrado
Era abrigo

Entendi
Me encontrei comigo

Davi Fantuzzi – Árvore – 2020

AGRADECIMENTOS

Apesar de tudo, chegou a hora de agradecer. Afinal de contas, concluir um doutorado é a uma das tarefas mais árduas com as quais me defrontei ao longo da minha vida acadêmica. Concluí-lo, então, faz de mim uma pessoa agradecida. A Deus, a tantos e a tantas.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais pela compreensão da minha ausência, pelo apoio e pelo incentivo de todos os dias. Se eles não tivessem priorizado minha educação, provavelmente não estaríamos nesse ponto da minha vida acadêmica.

À família que meu irmão, José Renato, constituiu. Por ele e pela Manu terem me dado os sobrinhos mais apaixonantes que eu poderia querer. Mesmo à distância, os vídeos, áudios e fotos do Enzo e da Isis me trouxeram de volta a mim mesma nas inúmeras vezes em que eu não sabia mais quem eu era.

Ao meu companheiro, marido e melhor amigo, Welison, por todos os minutos de companhia, de força, de solidariedade, empatia, por sempre me fazer uma pessoa melhor. Por entender minhas ausências, minhas dificuldades e adoecimentos. Meu amor será sempre seu.

Aos amigos de vida real, pelas risadas, pelas reclamações, pelas crises e pelos momentos de “gordices” compartilhadas: Cleiton, Ana Rosa, Méa, Aliny, Vinicius e Maiza. Pelas trocas, pelas crises, pelas vulnerabilidades compartilhadas. Meu muito obrigada pela amizade!

À Universidade Federal do Tocantins, especialmente ao colegiado do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, pela possibilidade do afastamento das minhas funções docentes para que eu pudesse me dedicar a essa tese.

Ao doutor Marcos Venícios Xavier de Oliveira, por ter cuidado da minha saúde mental. Sem seu cuidado, atenção e acompanhamento, dificilmente eu chegaria até aqui.

Aos otários do *Tela Class*, pelas piadas idiotas que me trouxeram alegrias, pelas “gordices” e pela paz de espírito durante esses anos.

Às famílias da agricultura familiar de Wanderlândia pelo acolhimento, empenho e disponibilidade em participarem da pesquisa, em especial ao seu Zé Félix, pela ajuda, esclarecimento e por compartilhar comigo a história do povo wanderlandiense.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e todo o seu corpo docente pelos ensinamentos, discussões e amadurecimento teórico. Em especial, ao professor Antônio José Pedroso Neto, pela orientação ao longo desses anos. Obrigada pela paciência, ensinamentos e um novo olhar sobre a sociologia econômica e sobre os estudos rurais.

Às professoras Temis Parente Gomes e Lorena Lima de Moraes pelas contribuições na banca de qualificação que foram cruciais para o desenvolvimento do trabalho empírico. À

Roseni Aparecida de Moura e Ana Louise Carvalho Fiúza, pelo aceite em compor a banca de defesa, pela leitura atenta, pelos conselhos e pelas contribuições.

Agradeço também a Nora Beatriz Presno Amodeo (*in memoriam*) por ter me trazido até aqui. Os anos de convivência, orientação, puxões de orelha, apoio e incentivos foram a base do meu amadurecimento de hoje. Essa tese, sem dúvida, é em sua homenagem.

Concluir esses anos de doutorado não foi uma tarefa fácil. Sem essas pessoas teria sido impossível encerrar esse ciclo. Sou e serei imensamente grata a todos que, de alguma forma, fizeram isso ser possível.

Com sol e chuva você sonhava
Que ia ser melhor depois
Você queria ser o grande herói das estradas
Tudo que você queria ser

Sei um segredo
Você tem medo
Só pensa agora em voltar
Não fala mais na bota e no anel de Zapata
Tudo que você devia ser
Sem medo

Não se lembra mais de mim
Você não quis deixar que eu falasse de tudo
Tudo que você podia ser
Na estrada

Ah! Sol e chuva
Na sua estrada
Mas não importa, não faz mal
Você ainda pensa e é melhor do que nada
Tudo que você consegue ser
Ou nada

Lô Borges/Milton Nascimento

RESUMO

Essa tese analisou se o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva para a agricultura familiar influenciou os meios de vida e a divisão sexual do trabalho no interior das famílias que as acessaram. Com os métodos de pesquisa utilizados, buscou-se compreender de que forma o espaço social da agricultura familiar se organiza e como os *habitus* foram reestruturados a partir do acesso dessas famílias às políticas do PAA e do PNAE. O município de Wanderlândia, no Tocantins, foi escolhido por ser o que mais acessou o PAA no estado de maneira perene durante seus anos de execução. Essa perenidade foi critério fundamental para definição do município visto que era ela que possibilitaria compreender se a inserção das famílias em espaços não ocupados e em práticas antes não realizadas e exigidas pela burocracia da política pública ocasionariam alguma alteração nos meios de vida das unidades produtivas familiares. Para alcançar o objetivo da pesquisa foram aplicados 41 questionários com a totalidade de agricultores familiares que acessaram aos programas, atingindo 100% de sua população. Os dados do questionário foram analisados por meio da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) e pelo seu método de contribuições, resultando em um total de 108 categorias ativas e 3 eixos de contribuição para a inércia do espaço social constituído. Outro método de levantamento de dados utilizado foi a entrevista em profundidade com 15 famílias, priorizando o levantamento dos dados com as mulheres. Essas mulheres foram identificadas a partir da construção do espaço social na ACM, priorizando a maior diversidade em diferentes regiões do espaço social. A observação e anotação em caderno de campo também foi um método utilizado para conseguir identificar as informações não ditas, mas percebidas durante o trabalho de campo. Foram observadas as posturas, os posicionamentos e quem eram os membros que respondiam a cada pergunta. Para dar conta do objetivo dessa tese, foram utilizados como lentes teóricas a teoria bourdieusiana de espaço social, *habitus* e poder simbólico; os estudos de gênero e a economia feminista, os estudos rurais e a sociologia do dinheiro. Com os dados coletados foi possível concluir que as famílias que acessaram essas políticas públicas ocupam diferentes posicionamentos no espaço social da agricultura familiar wanderlandiense e que o acesso ao PAA e ao PNAE ocasionaram diversas alterações no interior das famílias: há alteração na divisão sexual do trabalho, nas marcas de gênero de determinados produtos e as mulheres passam a ocupar os espaços públicos após o término do acesso aos programas, antes não ocupados por elas. Sendo assim, é possível afirmar como verdadeira a hipótese de que o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva ocasionou mudanças nos meios de vida das famílias que as acessaram e a consequente reconversão dos *habitus* dessas famílias.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho rural. Reconversão de *habitus*. Tocantins. Agricultura familiar. Políticas públicas de inclusão produtiva.

ABSTRACT

This thesis analysed whether access to public policies for productive inclusion for family farming influenced the livelihoods and the sexual division of labour within those families that accessed them. With the research methods used, we sought to understand how the social space of family farming is organized and how the *habitus* was restructured from the moment these families accessed the PAA and PNAE policies. The municipality of Wanderlândia, in the state of Tocantins, was chosen for being the one that most accessed the PAA in the state on a perennial basis in its years of execution. This was the fundamental criterion for choosing the municipality, as it would make it possible to understand whether the insertion of families into unoccupied spaces and practices that had not been carried out before and the requirements of the public policy bureaucracy had changed the livelihoods of family productive units. To achieve the research objective, 41 questionnaires were applied to all family farmers who accessed the programs, reaching 100% of their population. The questionnaire data were analysed using Multiple Correspondence Analysis (MCA) and by its contribution method, resulting in a total of 108 active categories and 3 axes of contribution to the inertia of the constituted social space. Another method of data collection used was in-depth interviews with 15 families, prioritizing data collection with women. These women were identified from the construction of the social space in the MCA, prioritizing greater diversity in different regions of the social space. Observation and annotation in a field notebook was also a method used to identify information that was unspoken but perceived during fieldwork. The postures, positions and who were the members who answered each question were observed. To account for the objective of this thesis, the Bourdieusian theory of social space, *habitus* and symbolic power were used as theoretical lenses; complemented by gender studies and feminist economics, rural studies and the sociology of money. With the collected data, it is possible to conclude that the families that accessed these public policies occupy different positions in the social space of the family farming in Wanderlândia and that the access to the PAA and the PNAE caused several changes within the families: these were changes in the sexual division of work, in the gender tags of certain products and larger presence of women in public spaces by the end of the access to the programs – roles that were not previously occupied by them. Thus, it is possible to affirm as true the hypothesis that access to public policies for productive inclusion caused changes in the livelihoods of the families that access it and, consequently, the reconversion of these families' *habitus*.

Keywords: Sexual division of rural labour. Reconversion of *habitus*. Tocantins. Family farming. Public policies for productive inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1 – Delineamento da pesquisa.....	30
Figura 2 – Mapa de localização do município de Wanderlândia	70
Figura 3 – Montante de recursos repassados pelo PNAE - 2009 a 2016	120

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Tamanho das propriedades rurais	80
Gráfico 2 – Origem das propriedades rurais	80
Gráfico 3 – Indivíduos ativos nos eixos 1 e 2.....	180
Gráfico 4 – Indivíduos ativos nos eixos 1 e 3.....	181
Gráfico 5 – Variáveis ativas nos eixos 1 e 2.....	182
Gráfico 6 – Variáveis ativas nos eixos 1 e 3.....	183
Gráfico 7 – Localização dos participantes da pesquisa	263
Gráfico 8 – Composição familiar	269
Gráfico 9 – Titularidade da propriedade rural	270
Gráfico 10 – Titularidade da DAP.....	271
Gráfico 11 – Principais produtos comercializados pelas famílias	273
Gráfico 12 – Porcentagem de famílias que possuem selos de inspeção municipal, estadual ou nacional.....	274
Gráfico 13 – Motivos para não possuírem os selos de inspeção	274
Gráfico 14 – Motivos que levaram à aquisição dos selos de inspeção.....	275
Gráfico 15 – Composição familiar descritiva, com valores absolutos	279
Gráfico 16 – Origem do aprendizado da divisão de tarefas.....	287
Gráfico 17 – Realização de controle financeiro da unidade familiar	290
Gráfico 18 – Membro da família que possui o controle das informações financeiras	291
Gráfico 19 – Fontes de renda das unidades familiares	292
Gráfico 20 – Destinação da renda obtida na comercialização de produtos no comércio local	295
Gráfico 21 – Destinação da renda obtida por meio do trabalho formal para terceiros.....	296
Gráfico 22 – Destinação da renda auferida com a aposentadoria.....	296

Gráfico 23 – Demonstração, por gênero, da origem dos recursos financeiros	297
Gráfico 24 – Porcentagem de famílias por programa acessado.....	303
Gráfico 25 – Porcentagem de famílias por tempo de acesso ao PAA e ao PNAE	304
Gráfico 26 – Percepção sobre a renda familiar antes, durante e depois do acesso ao PAA ..	307
Gráfico 27 – Percepção sobre a renda familiar antes, durante e depois do acesso ao PNAE	308
Gráfico 28 – Motivos que alteraram a divisão do trabalho familiar.....	321
Gráfico 29 – Destinação da renda durante o acesso aos programas	323
Gráfico 30 – Destinação da renda após o término do acesso aos programas	324
Gráfico 31 – Responsável por receber pelo pagamento das vendas/entregas	325
Gráfico 32 – Responsável pela produção dos produtos para entrega aos programas.....	325
Gráfico 33 – Membro responsável por documentos burocráticos relativos aos programas ..	326

Lista de Quadros

Quadro 1 – Variáveis e categorias sobre as características sociais da família.....	38
Quadro 2 - Variáveis e categorias sobre as características produtivas da família	38
Quadro 3 – Variáveis sobre as características de inserção social da família	40
Quadro 4 – Variáveis sobre as características de renda familiar.....	41
Quadro 5 – Variáveis sobre a relação das famílias com os programas	42
Quadro 6 – Variáveis sobre a relação das famílias com o PNAE.....	43
Quadro 7 – Variáveis sobre a relação das famílias com o PAA	45
Quadro 8 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar	46
Quadro 9 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Tocantins com laços de parentesco com o produtor	72
Quadro 10 – Perfil dos aliados da pesquisa	76
Quadro 11 – Perfil das famílias que compõem o corpus da pesquisa	81
Quadro 12 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos	116
Quadro 13 – Dados sintetizados de execução do PAA 2017	116
Quadro 14 – Localidades estudadas pelos artigos selecionados	122
Quadro 15 – Principais temas abordados pelos artigos selecionados sobre o PNAE	123
Quadro 16 – Principais temas abordados pelos artigos selecionados sobre o PAA.....	123
Quadro 17 – Localidades estudadas nas teses selecionadas.....	126
Quadro 18 – Principais temas abordados pelas teses selecionadas	127
Quadro 19 – Trajetória das pautas dos movimentos de mulheres rurais.....	132

Quadro 20 – Categorias ativas no lado esquerdo do eixo 1	184
Quadro 21 – Categorias ativas no lado direito do eixo 1	185
Quadro 22 – Categorias ativas do lado de cima do eixo 2	209
Quadro 23 – Categorias ativas do lado de baixo do eixo 2	211
Quadro 24 – Categorias ativas do lado de cima do eixo 3	234
Quadro 25 – Categorias ativas do lado de baixo do eixo 3	236
Quadro 26 – Classificação da composição do <i>habitus</i>	299
Quadro 27 – Características do <i>habitus</i> familiar do Grupo 1	300
Quadro 28 – Características do <i>habitus</i> familiar do Grupo 2	301

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados do PAA e do PNAE no Tocantins	61
Tabela 2 – Estudos publicados sobre os programas no Tocantins.....	68
Tabela 3 – Valores repassados às instituições de ensino.....	119
Tabela 4 – Famílias com características de agricultura de subsistência.....	266
Tabela 5 – Famílias com características de agricultura empresarial	266
Tabela 6 – Divisão sexual e geracional das atividades domésticas	280
Tabela 7 – Divisão sexual e geracional das atividades que contribuem com o sustento familiar	282
Tabela 8 – Divisão sexual e geracional das atividades comerciais e relacionadas a compra e venda de bens.....	285
Tabela 9 – Quantidade de famílias que mantiveram e paralisaram a produção após o término de acesso aos programas.....	306
Tabela 10 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de polpa de frutas durante e após o acesso de ambos programas.....	310
Tabela 11 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de melancia durante e após o acesso de ambos programas.....	310
Tabela 12 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de frango durante e após o acesso de ambos programas.....	311
Tabela 13 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de coco durante e após o acesso de ambos programas.....	312
Tabela 14 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de farinha durante e após o acesso de ambos programas.....	312
Tabela 15 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de cheiro verde durante e após o acesso de ambos programas	313
Tabela 16 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de alface durante e após o acesso de ambos programas.....	313
Tabela 17 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de banana durante e após o acesso de ambos programas.....	314
Tabela 18 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de milho durante e após o acesso de ambos programas.....	314
Tabela 19 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de mandioca durante e após o acesso de ambos programas	315

Tabela 20 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de produtos processados durante e após o acesso de ambos programas	316
Tabela 21 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de abóbora durante e após o acesso de ambos programas.....	316
Tabela 22 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de frutas in natura durante e após o acesso de ambos programas.....	317
Tabela 23 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de hortifrutigranjeiros durante e após o acesso de ambos programas	318

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Problema de investigação.....	24
Objetivos.....	28
CAPÍTULO 1: PERCURSO METODOLÓGICO REALIZADO	29
CAPÍTULO 2: O UNIVERSO EMPÍRICO.....	61
2.1 A definição do universo empírico	61
2.2 A construção teórica do universo empírico	62
2.2.1 O rural tocantinense sob a perspectiva de gênero.....	63
2.2.2. Características censitárias e bibliográficas do Tocantins	67
2.3. O município estudado: Wanderlândia.....	70
2.4. Os aliados da pesquisa.....	75
2.5. Os agentes da pesquisa	78
FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	88
CAPÍTULO 3: RECONVERSÃO DE <i>HABITUS</i> E MUDANÇA NO CAMPO SOCIAL	89
3.1 O conceito de objetividade e subjetividade	90
3.2. Os conceitos de espaço social e Campo	92
3.3 O conceito de <i>habitus</i>	96
3.4 O conceito de Capital simbólico e a dominação.....	99
3.5 Contribuições da teoria bourdieusiana para compreensão das relações de gênero .	102
CAPÍTULO 4: ESTUDOS SOBRE RURALIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR	108
4.1 A ruralidade brasileira e a gênese do conceito de agricultura familiar	108
4.2 As políticas públicas de inclusão produtiva para acesso aos mercados institucionais	113
4.2.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	115
4.2.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	118
4.3 Levantamento bibliográfico sobre o PAA e o PNAE: o que diz a literatura?	122
4.4 Políticas públicas de promoção da igualdade de gênero no meio rural.....	131
4.5 Adendo: mudanças institucionais nas políticas públicas para a agricultura familiar após 2018.	137
CAPÍTULO 5: ESTUDOS SOBRE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO RURAL	141
5.1 Perspectivas teóricas sobre os estudos de gênero	141

5.2 Reflexões analíticas sobre a divisão sexual do trabalho rural.....	152
CAPÍTULO 6: RELAÇÕES DE INTIMIDADE E VIDA ECONÔMICA	167
6.1 O conceito de vidas conexas.....	167
6.2 O conceito de significado social dos recursos financeiros.....	171
6.3 Contribuições de Viviana Zelizer para compreensão das relações de gênero	174
ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	179
CAPÍTULO 7: A ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA	180
7.1 O eixo da divisão sexual e geracional do trabalho.....	184
7.1.1 O lado esquerdo do eixo 1.....	187
7.1.2 O lado direito do eixo 1.....	195
7.1.3 Síntese do eixo 1.....	206
7.2 O eixo do protagonismo masculino versus o protagonismo feminino e o compartilhamento das responsabilidades	209
7.2.1 O lado de cima do eixo 2.....	213
7.2.2 O lado de baixo do eixo 2.....	223
7.2.3 Síntese do eixo 2.....	231
7.3 Traços pluriativos, geracionais e do protagonismo feminino nos espaços públicos .	234
7.3.1 O lado superior do eixo 3.....	238
7.3.2 O lado de baixo do eixo 3.....	244
7.3.3 Síntese do eixo 3.....	254
CAPÍTULO 8: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS VIDAS CONEXAS – O COTIDIANO FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO DOS HABITUS NO MEIO RURAL TOCANTINENSE	258
8.1 A relação rural – urbano.....	261
8.2 A unidade de trabalho e produção familiar	264
8.3 A divisão sexual e geracional das tarefas.....	278
8.4 O significado social das finanças e as vidas conexas	289
8.5 É possível falar no delineamento de um <i>habitus</i> da agricultura familiar?.....	298
CAPÍTULO 9: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA – A ORGANIZAÇÃO DAS TAREFAS FAMILIARES PARA O ACESSO AO PAA E AO PNAE	302
9.1 Relação com os programas	303
9.2 Divisão sexual e geracional do trabalho na relação com os programas	309
9.3 Os significados sociais dos dinheiros do PAA e do PNAE: um estudo sobre as marcas de gênero e geração dessa fonte de renda familiar	321

9.4 Alteração dos meios de vida: é possível falar em reconversão de <i>habitus</i>?	327
CONSIDERAÇÕES FINAIS	332
REFERÊNCIAS	339
ANEXOS	358
ANEXO I - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA AS FAMÍLIAS	358
ANEXO II - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARA OS RITUAIS DE ACESSO E PERMANÊNCIA AOS PROGRAMAS	368
ANEXO III - ROTEIRO DE ORIENTAÇÃO DAS ANÁLISES	369

INTRODUÇÃO

A partir de um intenso e longo processo de disputas para conquista de direitos vivenciados entre os anos de 1970 e 1990, o público residente nos espaços rurais passaram a ser considerados pelo governo federal como beneficiários de políticas públicas que fossem específicas para sua realidade e que englobassem toda a sua diversidade. Foram políticas que concederam crédito produtivo para fortalecimento da agricultura familiar, forneceram assistência técnica e extensão rural para grupos produtivos e garantiram a aquisição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Respeitando também as especificidades de gênero no meio rural, foi criada, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) que norteou a atuação conjunta dos ministérios para elaboração de políticas públicas específicas para as mulheres. Assim foram criadas as políticas de garantia à igualdade de gênero no meio rural, fornecendo tanto documentação para as mulheres rurais, quanto concedendo crédito produtivo exclusivo para elas.

Essa especificidade é necessária quando os olhos para o meio rural são direcionados pelas lentes teóricas da perspectiva de gênero. Essas teorias nos mostram que as relações de poder na sociedade estão enraizadas a partir do gênero pertencente ao indivíduo e que as relações sociais estão estruturadas a partir do poder que se exerce um sobre o outro (SCOTT, 1995). Desse modo, ao analisarmos as relações estabelecidas no interior das famílias rurais é possível perceber como a divisão do trabalho se estrutura principalmente em termos de diferenças de gênero entre os indivíduos. Essa realidade me foi revelada, inicialmente, com meu contato, por volta dos anos de 2007 e 2008, com o projeto Gênero e Economia Solidária desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA-ZM), com as agricultoras dessa região. Dentre diversos ensinamentos, um me chamou mais a atenção: as formas como as agricultoras participantes do projeto passaram a visualizar que o trabalho desenvolvido por elas, tanto na roça, quanto no entorno da casa, não era uma ajuda aos seus maridos, mas sim parte importante da renda familiar. Essa semente foi plantada em mim ainda na minha graduação, me acompanhou até a entrada no doutorado, em 2017, e permanece até os dias de hoje.

Além dessa experiência, o meu interesse em pesquisar o cotidiano da agricultura familiar pela ótica da sociologia econômica surgiu desde os tempos do mestrado em Extensão Rural, na disciplina de Antropologia e Sociologia Econômica, na Universidade Federal de Viçosa. Com as leituras de Bourdieu, Marcell Mauss, Levi Strauss e Granovetter, parecia-me que as vidraças se tornavam mais límpidas e o comportamento humano parecia ter mais sentido.

Esses autores me mostraram que o individualismo exposto nas teorias econômicas ortodoxas e na administração pura não eram suficientes para compreender a sensibilidade, a racionalidade emocional e como a intimidade estavam imbricadas nas práticas econômicas e culturais. Foi a partir desse semestre letivo que eu entendi que, independente do problema teórico e empírico que eu me defrontasse, seria o leque teórico da sociologia econômica que me mostraria como desvendá-lo.

Com a minha chegada ao estado do Tocantins e a partir da minha ainda breve trajetória profissional dentro da academia, confrontei-me com uma realidade ainda obscura e repleta de uma construção social que me parecia equivocada. Foram e são constantes os relatos de que os tocantinenses são preguiçosos e que esperam o dinheiro fácil. Que as relações com os órgãos públicos são de clientelismo e que o que sustenta o estado são apenas os fazendeiros de soja e de gado. Era estranho para mim acreditar que os agricultores familiares que eu conheci em Minas Gerais eram tão diferentes assim dos que viviam aqui no Norte. Desde que cheguei ao Tocantins, atuei como analista de capacitação e monitoramento nas cooperativas registradas no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e como professora do curso superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, na Universidade Federal do Tocantins. Como professora, pesquisadora e extensionista, atuei no campo empírico com pescadoras artesanais de uma cooperativa no município de Xambioá, com mulheres em situação de luta pela terra, em Araguaína, Palmeirante e Barra do Ouro, com atingidos pela Barragem do Consórcio Estreito de Energia, nos municípios de Babaçulândia, Filadélfia, Aguiarnópolis, Palmeiras do Tocantins, Darcinópolis e São Bento do Tocantins e, mais recentemente, com moradores das áreas rurais, urbanas, indígenas e quilombolas de 22 municípios tocantinenses na construção do diagnóstico participativo para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Apesar do foco dos trabalhos nunca ter sido investigar se os tocantinenses realmente são ou não aquilo o que eu tanto ouvia, o que eu vivenciava no cotidiano desses trabalhos sempre foi o contrário desse pré-conceito.

Quando me proponho, com essa tese, a compreender os meios de vida no meio rural tocantinense, utilizo o constructo meios de vida de maneira semelhante à que Oliveira (2011) utilizou para analisar as alterações nos meios de vida de uma comunidade rural paraibana. Quando falo em meios de vida, falo em “características sociais, culturais, econômicas, ideológicas e ecológicas” (OLIVEIRA, 2011, p. 45) específicas que esse grupo de indivíduos mantém e utiliza para garantir sua reprodução e seu sentimento de pertencimento.

Transversalmente a tudo isso, o que me direciona é o olhar para o outro de maneira interseccional. hooks¹ (2019) explica que essa perspectiva teórica desloca o protagonismo do centro, de quem sempre deteve o privilégio da fala, para a perspectiva da vivência da margem. Assim, é necessário fazer as observações e análises levando em consideração não apenas as famílias e as mulheres rurais que sempre estiveram à frente dos movimentos sociais, sindicais ou até mesmo das estratégias de comercialização familiar. É necessário fazer outros questionamentos que observem e escutem as vozes das mais diversas experiências e questionar: quem são as mulheres no interior dessas famílias? Quem são os jovens? Quais são as relações de dominação que existem no interior dessas famílias e como essas relações direcionam o comportamento social delas? Sabendo que a porção norte do antigo norte goiano foi povoado por um importante movimento de migração proveniente dos estados do Pará e do Maranhão, quais são as histórias dessas famílias da agricultura familiar e quais histórias elas planejam construir? Desde a década de 1960 uma corrente teórica tem se dedicado a responder esse questionamento.

Além dessa perspectiva interseccional, é necessário inserir a economia feminista no hall de teorias que me orientam. Essa corrente teórica surgiu com o intuito de desvendar as questões de gênero inseridas nas práticas sociais que a teoria econômica clássica e neoclássica invisibiliza. Como os cálculos nacionais e as estatísticas que direcionam a atuação governamental se baseiam em economistas políticos direcionados por essas teorias, o trabalho das mulheres sempre esteve destinado apenas ao espaço privado da família, do cuidado e, por não ser monetarizado, sempre esteve invisibilizado (CARRASCO, 1999).

Essa distinção entre esfera econômica e vida doméstica imposta pelos economistas para compreensão da realidade social, também é criticada por Viviana Zelizer. Essa autora propõe compreender a vida social por meio do conceito de vidas conexas, ou seja, não há distinção entre ambos os espaços, visto que as práticas econômicas estão repletas de relações de intimidade e a vida doméstica está incrustada de práticas econômicas (ZELIZER, 2011). Quando eu conheci a literatura de Viviana Zelizer, já no doutorado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Tocantins, um outro questionamento parece conseguir aglutinar todos esses outros: se a vida econômica é conexa com a vida íntima, como a inserção econômica dessas famílias tem influenciado as relações de gênero, as relações comerciais e os anseios de futuro para suas vidas?

¹ A autora bell hooks reforça a importância de seu nome ser grafado sempre em letras minúsculas. Por este motivo opto por atender ao desejo da autora.

Essa autora também foi responsável por me apresentar a sociologia do dinheiro para a qual, ao contrário do que a literatura ortodoxa da economia apregoa, o dinheiro não é algo apenas utilitário, impessoal, homogêneo. Essa área da sociologia mostra que o dinheiro tem sentido, significado, é classificado, hierarquizado e possui gênero, moral, aspectos políticos e culturais. Zelizer (2003) reafirma a necessidade de se desconstruir o olhar hegemônico sobre a unicidade do dinheiro e da economia e reafirma a importância de considerar o fato de que existem diversos dinheiros e que eles são “moldados por redes distintas de relações sociais e sistemas diferentes de significados. Nenhum dinheiro, incluindo o dinheiro de mercado, escapa a estas influências extra-econômicas” (ZELIZER, 2003, p. 157). De acordo com a autora, é necessário explicar as origens e as variações da utilização desse dinheiro por meio da descrição das formas em que as estruturas sociais e culturais moldam a sua utilização. Para ela, é necessário que se identifique as utilizações específicas de cada dinheiro; sua forma de regulação dos modos de distribuição; os critérios e formas específicas de se designar as utilizações adequadas; e as formas em que se estabelecem significados simbólicos especiais para sua valoração (ZELIZER, 2003).

É a partir dessas reflexões que proponho, nesse estudo descrever, explicar e analisar as relações de gênero no interior das famílias da agricultura familiar, buscando averiguar o reflexo da inserção delas em programas governamentais direcionados à sua vida econômica.

A referência teórica deste estudo é a teoria bourdieusiana do espaço e campo social, os processos de incorporação de *habitus* e como esse *habitus* direciona as relações de poder e de dominação existente nas relações de gênero. A partir dessa perspectiva teórica, entende-se que é necessário recorrer aos costumes dos indivíduos para se compreender os dispositivos que ele acessa para tomada de decisão que faz. É importante explicitar que dispositivos podem ser compreendidos como uma rede de disposições socialmente reconhecidas. Ou seja, disposições são regras ditas e não ditas que, quando incorporadas, consolidam o *habitus* comum ao campo social (GIRARDI JÚNIOR, 2009). Podem ser instituições, valores, proposições morais ou filosóficas, entre outras. O importante é que elas são estruturas estruturadas e estruturantes que constroem o *habitus* que é compartilhado pelos indivíduos de determinado campo (BOURDIEU, 2013a).

Nesse sentido, o campo é consolidado em um espaço social a partir da força que unifica os *habitus* no interior desse campo. Os posicionamentos dos indivíduos para composição desse campo são dados a partir da junção de diferentes espécies de capital que possuem e que, quando reconhecidos pelos demais membros do campo, exercem sua função de poder em relação aos demais indivíduos (BOURDIEU, 1989; 2001; 2008). Importante destacar que nenhuma dessas

classificações ou posicionamentos ocorre de maneira intencional pelos agentes. Essas disposições atuam sobre os indivíduos como uma força externa que se impõe sobre as relações sociais e que são pré-reflexivas no direcionamento de ações nos agentes (BOURDIEU, 2008).

Outro ponto proveniente das contribuições de Bourdieu se encontra no papel do Estado que, por ser dotado de capital financeiro, econômico, político e simbólico, age como um regulador do funcionamento dos diferentes campos. Ao definir legislações, descentralização financeira ou assistência social, o Estado injeta no interior do campo novos elementos de reorganização ou fortalecimento desse campo (BOURDIEU, 2008), seja determinando novas regulamentações, seja criando políticas públicas específicas para aquele campo. Se o Estado atua como um regulador do espaço social e é responsável por criar regras e determinar um conjunto de comportamentos exigidos para acesso às suas políticas públicas, torna-se então necessário compreender como a criação de políticas públicas atua como mobilizadora da reconversão de *habitus* dentro de determinado campo.

Além desses elementos, a escolha por essa perspectiva teórica se dá pela necessidade de compreensão da perpetuação das desigualdades de gênero no interior das famílias e a forma como as relações dentro do espaço social da agricultura familiar podem influenciar nas relações familiares e na tomada de decisão que realizam. Compreender as relações de gênero inseridas na esfera da vida econômica também é uma questão levantada por Cristina Carrasco (2011) ao descrever que as teorias da economia neoclássica atuaram como agente de distinção entre esfera produtiva e esfera doméstica nas relações econômicas. Essa distinção, além de fortalecer a separação entre espaço público e privado, garantiu valorização e invisibilização do trabalho destinado à reprodução da vida humana, ou seja, o trabalho de cuidados destinado, prioritariamente, às mulheres (CARRASCO, 2011).

A problemática levantada por Carrasco também pode se apoiar nas ideias de Viviana Zelizer que demonstram como as práticas econômicas estão imbricadas nas relações de intimidade. A abordagem direciona as análises para as vidas conexas e a forma como a vida econômica é repleta de significados sociais. O que os estudos dessa autora permitem concluir é que a vida social é resultado da mistura da intimidade com as atividades econômicas. Afirmar que a vida social é construída a partir das vidas conexas é compreender que a todo o momento os indivíduos assumem um trabalho relacional de definição de regras, negociação e se baseiam nas relações sociais que constroem. Nesse sentido, a autora afirma que as pessoas utilizam marcadores sociais da vida íntima para estabelecer suas ações relativas às práticas econômicas (ZELIZER, 2011). Sendo assim, observa-se que as tomadas de decisão envolvidas nas práticas sociais são marcadas por traços da intimidade mesmo quando se referem à vida econômica. As

vidas conexas nos permitem compreender como os elementos hierarquizantes e hierarquizáveis são construídos no cotidiano das práticas sociais.

A partir da literatura já analisada, nota-se a presença das mulheres não só no trabalho produtivo familiar, mas também na titularidade de acesso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ao mesmo tempo, estudos já realizados indicam que a participação econômica dos membros da família é categorizada a partir das desigualdades de gênero, considerando o trabalho feminino como “ajuda” ou como trabalho “leve” e o trabalho masculino como trabalho principal ou como trabalho “pesado” (PAULILO, 1987). Os estudos também mostram que, mesmo com o alto índice de mulheres na titularidade dos programas, as pesquisas não conseguiram identificar o aumento da autonomia econômica feminina na tomada de decisão para utilização dos diferentes dinheiros recebidos pela família (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011).

Ao estudar a reestruturação da conduta dos trabalhadores argelinos ao saírem dos espaços rurais e adentrarem à realidade citadina, Bourdieu (1979) observa que, para a configuração de um novo modo de vida, é necessário que ocorra a reconversão de seus *habitus* originais em novos *habitus*. O autor indica que, para que isso ocorra, é necessário que seja operada uma conversão das disposições econômicas e culturais em um novo conjunto de disposições (BOURDIEU, 1979). Por meio dessa lógica, nos questionamos se, com a inserção das famílias agricultoras familiares nos programas governamentais de inclusão produtiva, operou-se um novo meio de vida. Entendendo que os valores monetários possuem significados sociais, as famílias operaram dispositivos econômicos e culturais para ultrapassarem as contradições das desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho?

A proposta metodológica sugere que a referência empírica sejam as famílias que acessam de maneira perene as políticas do PAA e do PNAE no estado do Tocantins. A partir dessa definição, foi realizado um levantamento de dados documentais em bases de dados governamentais para selecionar um município que se destacasse dos demais em termos de recursos recebidos e famílias que acessaram essas duas políticas. Esse critério delimitou o município de Wanderlândia, na região norte do estado por ser o município com maior número de famílias que acessam o PNAE e o segundo município com maior valor de repasse financeiro recebido com o PAA. Importante destacar que Wanderlândia ficou atrás apenas da cidade de Palmas, capital do estado e que, de acordo com a classificação do IBGE, pode ser considerado um município de alto grau de urbanização (IBGE, 2017).

A partir da definição deste município, a proposta para levantamento de dados diretamente com as famílias, no trabalho de campo, é de que fossem utilizadas três ferramentas

metodológicas: a) o questionário para mapeamento do substrato populacional do grupo de famílias entrevistadas; b) a entrevista semidiretiva; c) e a observação da família, onde serão observados momentos da pesquisa de campo. Para essa pesquisa, também me baseei na proposta de Aguiar (1984) para classificar quais são as atividades desenvolvidas no interior das propriedades rurais, dentre elas: atividade doméstica, atividades que contribuem para o sustento da família e atividades com finalidade comercial. Realizei também uma classificação de alterações baseadas na explicação que Malvezzi (2018) faz para os elementos que compõem o *habitus*, ou seja, a eidos (novos conhecimentos, novas aprendizagens e novas formas de operacionalizar a produção, como por exemplo, anotações e controles da produção), o ethos (a percepção moral e de valores sociais, como eles distinguem os papéis de gênero, as relações de poder baseadas nesses papéis e, a partir dessa percepção, como orientam os filhos e filhas) e a hexis (como se posicionam no momento da pesquisa de campo, quem responde com maior facilidade aos questionamentos). É desta maneira que esse autor descreve as possíveis formas de consolidação do *habitus* e que, portanto, se há alteração, pode-se inferir que talvez também haja reconversão.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos neste trabalho e desenvolver os temas e discussões propostas, essa tese se estrutura em nove capítulos, além dessa Introdução, que será composta também pelo problema de investigação, a hipótese dessa tese e os objetivos geral e específicos da tese.

O primeiro capítulo é dedicado a apresentar o percurso metodológico trilhado pela pesquisa e a descrever os caminhos, métodos e ferramentas que foram utilizados para alcançar os objetivos propostos. No segundo capítulo, será apresentado o cenário proposto para a pesquisa: uma contextualização sobre o acesso dos programas no estado do Tocantins, os dados de participantes e recursos financeiros repassados, o município escolhido, os motivos que me levaram à sua escolha e os atores da pesquisa que contribuíram para a consolidação desse trabalho.

A partir do terceiro capítulo serão apresentados os diálogos teóricos entre as teorias e a revisão de literatura realizada. No capítulo 3, serão apresentadas as contribuições teóricas que nos permitiram compreender de que forma as práticas sociais são direcionadas pelos dispositivos estruturantes e estruturados do *habitus* no campo social e como nela estão imbricadas as relações de dominação existentes nas relações de gênero.

No quarto capítulo será apresentada a gênese do conceito de agricultura familiar como categoria de análise e como categoria de intervenção governamental, abordando desde como o Estado compreendia o meio rural até as disputas e articulações sociais necessárias para o

reconhecimento do meio rural como espaço de vida (WANDERLEY, 2001). Neste capítulo também serão apresentados os programas governamentais de inclusão produtiva para acesso aos mercados institucionais, como o PAA e o PNAE, tratando de suas origens, funcionamento e dados de participantes e recursos financeiros repassados. O último tópico deste capítulo apresentará as políticas públicas que foram criadas especificamente para promoção da igualdade de gênero no meio rural.

O quinto capítulo abordará os estudos sobre as relações de gênero como categoria de análise para compreensão das relações sociais, levando em consideração a divisão sexual do trabalho rural. O sexto capítulo se dedica a apresentar como a conexão entre vida íntima e vida econômica contribui na compreensão da manutenção das desigualdades de gênero.

Após a apresentação das lentes teóricas que auxiliarão na elaboração das respostas aos questionamentos levantados, os dados empíricos começam a ser apresentados e analisados. O sétimo capítulo apresentará a construção e as análises provenientes da Análise de Correspondência Múltipla (ACM). Os oitavo e nono capítulos terão o objetivo de analisar os dados organizando-os a partir dos objetivos específicos dessa tese: o oitavo apresentará os meios de vida do rural tocantinense, as unidades produtivas familiares, a divisão sexual do trabalho nesse espaço e a discussão da construção do *habitus* dessas famílias; o nono vai analisar especificamente as questões relativas ao acesso às políticas públicas de inclusão produtiva e o que elas ocasionaram de alteração nos meios de vida dessas famílias, além de analisar as questões relativas ao significado social do dinheiro proveniente do acesso a esses programas.

A tese é finalizada, então, com as Considerações finais, as Referências e os Anexos que auxiliarão a compreensão dos dados.

Problema de investigação

Até meados da década de 1980, os estudos que se debruçavam sobre o universo do meio rural se dedicavam a compreender aquele espaço unicamente como um local de produção agrícola. A partir de diversas articulações entre os movimentos sociais rurais organizados e pesquisadores das universidades e centros de pesquisas, os estudos passaram a observar aquele espaço como um local de residência, de relações sociais, de cultura e de manutenção da vida humana (WANDERLEY, 2009).

Paralelamente a esse momento, esses mesmos atores sociais se voltam a exigir que a atuação governamental se dirija a toda diversidade de públicos que coabitam o meio rural e que

direcione políticas públicas produtivas, de concessão de crédito e de assistência técnica não só para os proprietários de grandes extensões de terra, mas também para os agricultores de pequeno porte. É nesse sentido que os agricultores familiares surgem como categoria de análise e como beneficiários de políticas públicas governamentais (WANDERLEY, 2009; GRISA, 2012; GRISA e SCHNEIDER, 2015). Além das pautas de reconhecimento dos agricultores familiares, as mulheres envolvidas nos movimentos sociais rurais da mesma forma disputam espaço e reconhecimento de seus direitos como trabalhadoras rurais e como beneficiárias independentes de políticas públicas, sendo igualmente consideradas como agricultoras e não apenas como esposas ou filhas de agricultores (BRUMER, 2002).

Durante a década de 1990 e início dos anos 2000, uma gama de políticas públicas são criadas para atender esse público. Elas se inserem, principalmente, no hall do Programa Fome Zero que se direcionou a erradicar a fome e a miséria no território brasileiro e que, ao mesmo tempo, possibilitou a inclusão produtiva das famílias da agricultura familiar aos mercados institucionais (GRISA e SCHNEIDER, 2015; SILVA, DEL GROSSI e FRANÇA, 2010). Dentre essas políticas, podemos listar o PAA, que compra produtos diretamente da agricultura familiar com licença de processos licitatórios e faz a doação simultânea dos alimentos para entidades que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social, e o PNAE que, ao ser reformulado em 2009, obriga que os municípios adquiram, no mínimo, 30% dos produtos da merenda escolar de agricultores familiares ou seus empreendimentos coletivos. Anteriormente, por haver entraves burocráticos que inviabilizavam a participação dos agricultores, como emissão de nota fiscal, possuir CNPJ e atender critérios rígidos de inserção ao mercado, os principais fornecedores da merenda escolar eram os grandes empresários e redes supermercadistas. Aos agricultores familiares eram direcionadas apenas as feiras municipais, o comércio nas ruas e a comercialização via atravessadores.

Ao realizar um levantamento bibliográfico sobre ambos os programas, foi possível identificar características e ausências desses estudos desenvolvidos no Brasil. Apenas 23% dos estudos sobre o PAA e 12% dos estudos sobre o PNAE se dedicam a compreender o programa pela perspectiva dos agricultores familiares, ou seja, os estudos se dedicam majoritariamente a compreender a ótica da gestão municipal, as análises nutricionais e o impacto na segurança alimentar de crianças e adolescentes em idade escolar. Sobre a regionalidade dos estudos, a maior parte dos estudos sobre o PAA são referentes à região Sul do país, enquanto que os estudos sobre o PNAE são referentes à região Sudeste. Os estudos sobre a região Norte ainda são incipientes. Esse levantamento bibliográfico e seus achados estão descritos detalhadamente no capítulo 4 dessa tese.

Quando analiso pesquisas realizadas por algumas autoras que se dedicam a investigar as relações de gênero no meio rural, algumas pistas são apresentadas, mas ainda não conseguem responder a esses meus questionamentos. A tese de doutoramento de Andrea Lorena Butto Zarzar foi defendida em 2017 e investigou a construção social do sujeito mulher feminista a partir das relações que as mulheres brasileiras estabeleceram com os movimentos sociais, tanto mistos quanto auto-organizados. A pesquisadora revela que o feminismo, em si, não é suficiente para a construção de novos valores e novas relações sociais. Os dados que levantou mostraram que é o quintal o espaço de referência para que elas afirmem a construção de novos valores e de fortalecimento de suas identidades (ZARZAR, 2017). Essa pesquisa me faz refletir se essas mulheres, ao aumentarem sua atuação nos produtos provenientes dos quintais para as entregas a essas políticas públicas, reforçam seu *habitus* ou o contato com as outras relações econômicas e políticas envolvidas no acesso aos programas, possibilita a reestruturação de seus meios de vida.

A pesquisa realizada por Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão sobre o acesso realizados por mulheres ao PAA, também consegue oferecer algumas pistas que direcionam meus questionamentos. As autoras analisaram o acesso de mulheres ao PAA em todo o território nacional, tendo como base os dados do ano de 2008. As informações analisadas por elas indicam que, quando se organizam em grupos para conseguirem estabelecer o acesso ao programa, as mulheres constituem grupos, na maioria das vezes, de pequeno porte e para produção de itens que já fazem parte do espaço doméstico e do entorno da casa, como artesanato, doces e polpas de frutas (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011). Outra informação apresentada pelas autoras é que, quando as mulheres acessam ao programa de maneira conjunta com seus maridos, elas não participam do processo de tomada de decisão sobre a utilização dos recursos financeiros ou sobre a propriedade, mesmo tendo participado ativamente de todas as etapas do processo produtivo (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011). Será esse um indicativo de que o acesso ao programa, por si só não seja suficiente para alteração dos valores sociais e da estrutura das relações de poder inseridas na divisão sexual do trabalho familiar?

Pesquisa semelhante à de Siliprandi e Cintrão (2011) foi realizada na tese de doutoramento de Carmem Osório Hernández, defendida em 2009. Ao invés de analisar o acesso das mulheres agricultoras ao PAA, Hernández analisou o acesso de mulheres agricultoras de um município do Rio Grande do Sul à linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) específica para as mulheres, o Pronaf Mulher. A autora analisou quais foram as estratégias utilizadas por essas mulheres para atenderem às exigências do programa e estabelecer as relações sociais necessárias para que o acesso ocorra, levando em

consideração as relações estabelecidas com as instituições financeiras e com os órgãos responsáveis pelo serviço de assistência técnica e extensão rural. A conclusão obtida pela autora indica que os valores tradicionais da divisão sexual do trabalho atuam diretamente nas relações estabelecidas entre as mulheres e os profissionais envolvidos no cotidiano do programa, inclusive nos espaços públicos (HERNÁNDEZ, 2009). Essa pesquisa me concede uma nova pista para meus questionamentos: a atuação das agências financeiras, políticas e de prestação de serviço tem contribuído com a reconversão dos *habitus* no interior da família ou tem atuado como força contrária a essa reconversão?

A relação das famílias com o Pronaf também foi objeto de estudo do doutoramento de Lígia Albuquerque de Melo, defendida em 2003. Ao analisar as relações de gênero das famílias de um município pernambucano para acesso a essa política pública, a autora identificou que, mesmo com as exigências governamentais para inclusão das mulheres na gestão do programa e a inserção delas em movimentos sociais e organizações coletivas de acesso ao Pronaf, os valores imbricados na divisão sexual do trabalho não se alteraram (ALBUQUERQUE DE MELO, 2003).

A divisão sexual do trabalho também não foi alterada nos estudos realizados por Alexandra Filipak em sua pesquisa para doutoramento. A pesquisadora analisou a atuação de diversas políticas públicas direcionadas às mulheres rurais sob a perspectiva de lideranças feministas atuantes nos movimentos sociais rurais mistos e auto-organizados. A tese defendida em 2017 enuncia que, apesar de possibilitarem o protagonismo político das mulheres rurais e o seu auto reconhecimento como trabalhadoras e cidadãs, a institucionalização das ações não possibilitou a alteração da divisão sexual do trabalho devido a institucionalização masculinizada com que as políticas foram implantadas (FILIPAK, 2017).

Após todos esses indicativos apresentados da inviabilização da alteração da divisão sexual do trabalho, essas pesquisas ainda não conseguem responder e ainda me questiono se é necessário um momento de ruptura para alteração dos meios de vida das famílias, e se o PAA e o PNAE, mesmo não tendo sido propostos para promover a igualdade de gênero no meio rural, têm alcançado esse resultado. As estruturas econômicas e políticas com todas as suas regras ditas e não ditas têm contribuído para reconversão dos *habitus* familiares? A junção entre entrada de recursos financeiros mediante comercialização de produtos e a relação estabelecida com a prefeitura, com as escolas e com as instituições financeiras têm ocasionado alguma alteração na divisão sexual do trabalho e nos meios de vida das famílias da agricultura familiar?

Após essas reflexões apresentadas, diversos questionamentos são levantados: Com a inserção desse novo conjunto de capitais econômicos e culturais proporcionados pelo acesso ao

PAA e ao PNAE, como as famílias de agricultores familiares têm conseguido reestruturar suas condutas para esse novo modo de vida? Quais foram os dispositivos acessados pelas famílias e que promoveram o ingresso e a permanência no acesso aos programas PAA e PNAE? Dentre todas as fontes de renda das famílias, o dinheiro recebido via PNAE e PAA possui algum tipo de marcas de gênero? Essa nova situação tem proporcionado uma divisão mais igualitária de práticas da divisão sexual do trabalho ou ainda não é possível garantir a reconversão dos *habitus* que definem e são definidos pelas categorias de hierarquização social? Se a divisão sexual do trabalho está imersa no *habitus* da família, esses dispositivos acessados por esses indivíduos para acesso aos programas governamentais ocasionaram alguma alteração na divisão sexual do trabalho familiar? Houve momentos de disjunção para a reconversão do *habitus* familiar? Quais foram e como se estruturaram esses momentos de disjunção?

Com base nesses questionamentos, a hipótese que norteia essa tese é:

Se as políticas públicas de inclusão produtiva inseriram um valor monetário de maneira perene nas famílias da agricultura familiar e inseriram as mulheres em relações institucionais e econômicas de um espaço antes não ocupado por elas, então é possível inferir que, além de alterar as condições materiais das famílias, também provocaram transformações no modo de vida das famílias e na divisão sexual do trabalho no seu interior.

Objetivos

De acordo com os apontamentos levantados, este trabalho tem o objetivo de analisar se o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva para a agricultura familiar influenciou os meios de vida e a divisão sexual do trabalho no interior das famílias que as acessaram.

Os objetivos específicos elencados são os seguintes:

- Descrever e contextualizar os meios de vida, divisão sexual do trabalho e o cotidiano familiar no meio rural tocantinense, especificamente no município de Wanderlândia;
- Identificar a organização familiar e os procedimentos executados pelas famílias para acesso às políticas públicas de inclusão produtiva;
- Analisar as condutas familiares em relação à divisão sexual do trabalho e aos meios de vida das famílias após o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva;
- Analisar os significados sociais da renda auferida pelas políticas públicas de inclusão produtiva no interior das famílias, apresentando os relatos de seus membros sobre o momento anterior ao acesso às políticas e o momento atual, pós acesso às políticas.

CAPÍTULO 1: PERCURSO METODOLÓGICO REALIZADO

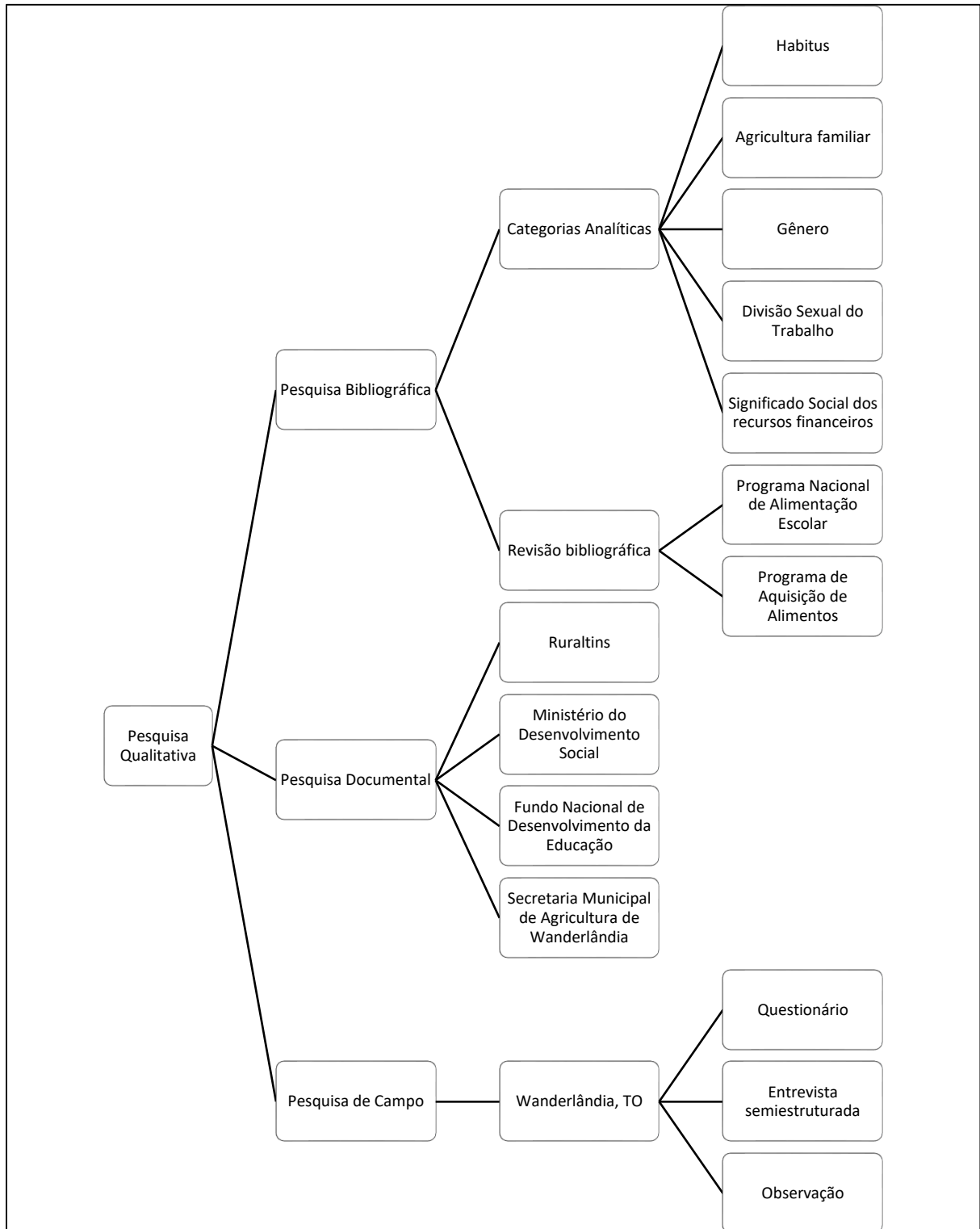
Segundo Ghiglione e Matalon (1993), o processo de pesquisa necessita da utilização de inúmeros procedimentos metodológicos. Thiollent (1982) afirma que apenas os dados por si só não são suficientes para esclarecerem a realidade e gerarem, sozinhos, explicações. É necessário, de acordo com esse autor, que questionamentos sejam feitos de maneira a expandir o olhar para a realidade social a qual o que se quer analisar está inserida (THIOLLENT, 1982). O momento crucial para se definir o que inquirir e como inquirir depende da observação da realidade de forma precisa e sistemática (GHIGLIONE e MATALON, 1993). Desse modo, e a partir dessas compreensões, entende-se que o caminho metodológico a ser utilizado depende da natureza do objeto, da classificação da pesquisa e do problema proposto. Tendo em vista as características dos meios de vida da agricultura familiar, os procedimentos necessários para o acesso das famílias às políticas públicas de inclusão produtiva e a divisão sexual do trabalho rural, o delineamento metodológico exposto pela Figura 1 possibilita a compreensão da problemática levantada por esse estudo.

Como essa pesquisa, se propõe compreender a realidade pelos diversos fatores que a compõem e que se relacionam entre si, e não se contenta em investigar apenas dados concretos de quantidade ou dados absolutos. Portanto, essa pesquisa pode ser considerada como pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 2009), aquela que analisa e interpreta aspectos e situações de maneira mais profunda, levando em consideração diversos elementos do comportamento humano e analisando de maneira detalhada as práticas, tendências de comportamentos e os hábitos. O primeiro passo da pesquisa qualitativa é a construção de um aporte teórico que, baseado na extensiva leitura sobre o assunto, permite delinear um conjunto de conceitos e significados que relacione o problema ao universo teórico (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2013).

Nesse sentido, o primeiro passo dado nesse percurso metodológico foi a revisão de literatura com a pesquisa bibliográfica que possibilitou um aprofundamento nos trabalhos já elaborados sobre o tema e a identificação de novos questionamentos ainda não respondidos pela literatura. A pesquisa bibliográfica é aquela que permite ao pesquisador se aproximar do tema pesquisado sem recorrer ao universo empírico, possibilitando a construção do conhecimento a partir de estudos já realizados e publicados na esfera científica, como por exemplo, os artigos em periódicos, livros e banco de teses e dissertações (OLIVEIRA, 2007). Para este trabalho, os temas pesquisados nessa primeira fase se direcionaram para o escopo teórico da sociologia econômica e dos estudos sobre as relações de gênero. A partir disso, foram identificadas

algumas categorias analíticas para aprofundamento, tais como: *habitus*, agricultura familiar, gênero, divisão sexual do trabalho e significado social dos recursos financeiros.

Figura 1 – Delineamento da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Com o intuito de sistematizar os estudos que já foram realizados e identificar as ausências nas pesquisas divulgadas no universo científico, na pesquisa bibliográfica também se optou por realizar uma revisão bibliográfica utilizando como temas de busca as políticas públicas de inclusão produtiva que serão investigadas nessa tese: o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos.

A realização da pesquisa documental foi o segundo passo dado para a construção desse trabalho. Essa pesquisa é aquela que analisa dados ainda não publicados no universo científico e que, muitas vezes, compõem uma base de dados ou arquivos físicos e digitais, ou seja, se dedica a compreender dados ainda não tratados analiticamente, sendo considerados dados primários (SÁ-SILVA, 2009). Para atender aos objetivos propostos nesse trabalho, as fontes para pesquisa documental utilizadas foram as bases de dados do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Nessas bases de dados, optou-se por identificar os dados de acesso às políticas públicas de inclusão produtiva no estado do Tocantins, levando em consideração dados quantitativos das famílias que acessam e os valores monetários investidos pelos programas. Também foram analisados os documentos dos projetos submetidos pela Secretaria Municipal de Agricultura do município de Wanderlândia, contendo as informações de cada família que acessou aos programas.

A escolha do estado do Tocantins se deu por alguns motivos, que, ao serem confrontados com os estudos publicados no âmbito científico, nos confirmam sua viabilidade. O primeiro motivo se dá por ser o local atual de residência e atuação profissional da autora desse trabalho. Sendo professora do magistério superior na Universidade Federal do Tocantins e sendo beneficiária do afastamento das minhas funções para qualificação, me vejo na obrigação de realizar uma pesquisa que contribua com a realidade do estado e com a agenda local de políticas que promovam o desenvolvimento rural por meio da agricultura familiar. O segundo motivo gira em torno da dificuldade em compreender os meios de vida do meio rural local que não seja o rural produtivista do agronegócio tocantinense. São poucos os estudos publicados que desvendem a realidade de um rural como local de vida e não como local apenas de produção e tecnificação. Poucos também são os estudos sobre as famílias da agricultura familiar tocantinense. Os estudos que se afastam do agronegócio, analisam os atingidos por barragens, os quilombolas ou os indígenas. Quando analisam a agricultura familiar, o fazem sob o olhar de seus empreendimentos ou de sua organização política e social (RIBEIRO e FINCO, 2015; CARVALHO e PEDROSO NETO, 2016; SEGURA, RODRIGUES e CASTRILLON, 2016).

Aliadas ao aporte teórico, essas reflexões nos levam ao terceiro passo do delineamento dessa tese que é a pesquisa de campo, realizada entre os meses de julho e dezembro de 2019, entre fevereiro e março de 2020, entre outubro e novembro de 2020 e em julho de 2021. A pesquisa de campo é aquela em que o “investigador atua num meio onde se desenrola a existência mesma, bem diferente das dimensões e características de um laboratório” (TRIVIÑOS, 2009, p. 121). Ela foi realizada tanto com aliados-chave, como agentes de extensão rural e representantes da prefeitura, quanto com os membros das famílias de agricultores familiares que acessaram o PAA e/ou o PNAE.

Como método de levantamento de dados, optou-se pela técnica de triangulação de métodos, que consiste na combinação de técnicas diferentes para melhor compreender um fenômeno. O objetivo básico dessa técnica consiste em garantir a máxima abrangência possível na descrição, explicação e compreensão do que se estuda (TRIVIÑOS, 2009). Foram utilizadas três ferramentas metodológicas: o questionário, a entrevista semiestruturada (ou semidiretiva) e a observação.

O questionário com questões abertas e fechadas foi utilizado com o intuito de caracterizar o grupo de famílias pesquisadas de acordo com seus traços gerais (TRIVIÑOS, 2009). O delineamento desses traços é necessário para construir a morfologia do grupo que se estuda, se tornando possível localizar as famílias ou os indivíduos no campo social no qual estão inseridos. Para essa etapa foi realizado um levantamento de todos os titulares dos projetos acessados pela prefeitura de Wanderlândia (um projeto no ano de 2013 e outro no ano de 2015) e pela Ruraltins (2015 a 2018). Alguns critérios foram considerados para a delineamento da população que participaria dessa etapa: ter entregado a produção por um ano ou mais; sua propriedade rural ser localizada no município de Wanderlândia; ainda residir dentro dos limites geográficos do município; não considerar cadastros repetidos de uma mesma pessoa. Foram identificados 80 titulares distintos.

Ao analisar mais detalhadamente os cadastros, uma situação fez com que outro critério de delineamento fosse necessário: uma mesma família utilizar a DAP de diversos parentes para fazer a entrega de seus produtos. Após esse recorte, foram identificados 48 cadastros. A ida ao campo ainda fez com que 7 famílias não participassem da pesquisa: 1 ninguém da região sabia quem era (nem mesmo os aliados-chave); 1 não foi encontrada em casa em todas as repetidas vezes em que foi procurada (foram realizadas 4 tentativas em períodos e datas diferentes); 2 recusaram a serem visitadas devido ao período da Pandemia da Covid-19; 3 se recusaram a participar da pesquisa, mesmo tendo sido apresentados os objetivos da mesma. Após esses delineamentos, a população que respondeu ao questionário foi de 41 famílias.

A entrevista semiestruturada é aquela que, apoiada em teorias, parte de alguns temas e questionamentos para que o entrevistado responda espontaneamente. Assim, a partir de seus objetivos e das respostas dos seus entrevistados, é que o entrevistador faz seus questionamentos (GHIGLIONE e MATALON, 1993; BEAUD e WEBER, 2007 TRIVIÑOS, 2009). Esse tipo de entrevista foi escolhido por permitir que se verifique um domínio que se investiga e se realize o aprofundamento de um campo parcialmente conhecido, mas que ainda necessita de explicações (GHIGLIONE e MATALON, 1993). Com a entrevista, o entrevistado expressa seu ponto de vista particular, reconstruindo, a partir das perguntas, a forma como constrói seu modo de pensar (BEAUD e WEBER, 2007). A proposta é que, com a entrevista, os entrevistados sejam “re-situados em seus meios de interconhecimento [...], tomam lugar e sentido num contexto cuja dimensão histórica e local” (BEAUD e WEBER, 2007, p. 118) e não negligenciarei.

Essa etapa foi iniciada apenas após a análise dos dados dos questionários, para que o roteiro de entrevista fosse elaborado apenas com perguntas que elucidassem dúvidas específicas. Com a análise dos questionários é que as famílias também foram selecionadas. Foram selecionadas quinze famílias a partir dos seus posicionamentos e contribuições para compreensão do espaço social e as entrevistas foram realizadas no mês de julho de 2021.

Seguindo o conselho de Stéphane Beaud e Florence Weber (2007), fiz uma mistura de entrevistas e observações, o que elas denominam de observação sociológica ou entrevista etnográfica. Esse processo, de acordo com as autoras, segue o exercício de três técnicas: perceber, memorizar e anotar. Assim, a observação permite o levantamento de informações pelo pesquisador que ultrapassam os relatos ou percepções dos próprios entrevistados e possibilita que o pesquisador torne “familiar aquilo que é estranho e estranho aquilo que é familiar” (BEAUD e WEBER, 2007, p. 99). De acordo com Triviños (2009), observar significa destacar um conjunto de elementos inseridos em um fenômeno social a partir de critérios e características previamente estabelecidos. Desse modo, a observação de um fenômeno social exige que se identifique e se analise os atos, as atividades, as relações e os significados envolvidos nesse fenômeno. No caso dessa pesquisa, toda observação é relatada no diário de campo da pesquisadora e analisada por meio do arcabouço teórico dessa pesquisa. Assim, a observação segue um roteiro, é sistematizada e observa itens específicos que possibilitem que se encontre as respostas aos questionamentos levantados. As anotações no diário de campo são de caráter descritivo dos comportamentos familiares e de natureza reflexiva durante o desenvolvimento do processo de observação (TRIVIÑOS, 2009).

É importante ressaltar que a tentativa de observar e analisar o comportamento e as práticas sociais exige a necessidade de compreender que é no cotidiano que os sentidos são produzidos e negociados (SPINK, 2008). Nesse sentido, minha proposta foi “aprender a fazer isso [a pesquisa] como parte ordinária do próprio cotidiano, não como um pesquisador participante e muito menos como um observador distante, mas simplesmente como parte” (SPINK, 2008, p. 72). Isso significa dizer que, mesmo tendo os roteiros e pontos a serem observados, foi no cotidiano da pesquisa e no cotidiano das famílias que as informações foram levantadas a partir do contato e da relação que era estabelecida entre pesquisador e objeto.

Para cada uma dessas ferramentas foram identificados e analisados os seguintes itens:

- a) o questionário para mapeamento do substrato populacional do grupo de famílias entrevistadas, levando em consideração informações econômicas (como renda total auferida da propriedade, extensão e titularidade da terra; diferentes fontes de renda; participação de empreendimentos coletivos de acesso aos mercados), sociais (sobre a composição familiar, escolaridade dos membros da família, origem demográfica dos membros adultos, raça e idade) e produtivas (como os itens produzidos, canais de comercialização e fontes de financiamento), o questionário também abordará sobre temas como divisão do trabalho produtivo e doméstico entre os membros da família e sobre a divisão de tarefas relativas à gestão burocrática e financeira dos programas acessados, levando em consideração o período recente e o período anterior ao acesso das famílias nesses programas governamentais;
- b) a entrevista semiestruturada estabelecerá um processo de investigação com as mulheres com o intuito de compreender melhor suas histórias de vida, como foi o processo de chegada na região, de saída dos filhos e de construção de novas relações sociais e produtivas na região;
- e c) a observação da família, quando será identificados como as famílias se portam diante da aplicação do questionário e no momento da entrevista, qual membro se manifesta, como se posicionam com determinadas perguntas e relatos.

Importante destacar que o questionário foi elaborado inspirado na metodologia proposta por Neuma Aguiar (1984) para levantamento e análise das atividades domésticas e produtivas e do uso do tempo no interior das famílias do meio rural. Ao criticar os modos usuais de levantamento de dados realizados pelos órgãos censitários, a autora propõe alterações que visibilizam o trabalho realizado pelas mulheres.

Inicialmente, a proposta é de que os questionários para levantamento dessas informações sejam endereçados às mulheres, sem impedir que elas questionem outros membros da família para fornecerem as informações (AGUIAR, 1984). A classificação das atividades utilizada pela autora se estrutura nas seguintes categorias: “atividades domésticas; atividades

que contribuem para o sustento da família; atividades econômicas destinadas ao mercado, alternáveis com os serviços caseiros; e atividades comerciais, relacionadas com a compra e a venda de bens” (AGUIAR, 1984, p. 24). A autora também sugere que seja realizado um levantamento sobre a divisão sexual e geracional do trabalho realizado no contexto doméstico e fora dele.

Para essa pesquisa, também me baseei na proposta da autora para classificar quais são as atividades domésticas e quais são as atividades destinadas ao sustento da família. As atividades domésticas são: “alimentação da família, a limpeza da cozinha e da casa, o cuidado com a roupa e com as filhas e filhos pequenos” (AGUIAR, 1984, p. 24). Como é comum que as mulheres também cuidem de outras crianças, como filhos e filhas de vizinhos, de parentes e dos próprios netos, nessa pesquisa ampliaremos o cuidado para crianças, independente da filiação delas. Como atividades para o sustento da família, foram incluídas: “cuidados com a horta e animais e obtenção de água e combustível para a casa” (AGUIAR, 1984, p. 24).

As atividades de produção e beneficiamento realizadas para o acesso ao PAA e ao PNAE serão inseridas nas atividades econômicas relacionadas ao mercado, alternáveis com os serviços caseiros, caso a família não destine tempo específico para a realização dessas atividades econômicas. Caso haja destinação específica do tempo para realização dessas ações, elas serão classificadas como atividades comerciais com a compra e venda de bens.

Com base na teoria a ser apresentada, ao questionar sobre as alterações proporcionadas pelo PAA e pelo PNAE, foram identificados alguns elementos que poderão ser complementados a partir do contato direto com o cotidiano das famílias: a) precisaram realizar algum curso ou formação técnica específica para o acesso e permanência nos programas; b) consideram que aprenderam algo novo que antes não sabiam; c) passaram a frequentar locais que antes não frequentavam, como prefeitura, câmara de vereadores, secretaria de agricultura, secretaria de educação, bancos ou outros locais referentes ao acesso e permanência nos programas; d) passaram a realizar anotações para controle de custos e receitas com a produção; e) alteraram a forma de orientação dos filhos, como por exemplo ao invés de estudar, querem que os filhos trabalhem na propriedade, ou ao invés de se casarem, querem que os filhos se dediquem aos estudos. Outro ponto importante para ser colocado em comparação é se f) houve alteração na divisão das tarefas realizadas nas propriedades, tal como classifica Neuma Aguiar (1984): quem passou a realizar os trabalhos doméstico, para o sustento da família e destinadas ao comércio. Também foi questionada: g) a relação dos membros da família com a renda auferida pelos programas, ou seja, em quais situações são as mulheres que decidem o que fazer com o dinheiro proveniente dos programas e para quais assuntos ele é destinado.

Realizei também uma classificação de alterações no *habitus* baseada na explicação de Malvezzi (2018) para a composição multifacetada de *habitus*. Baseado na teoria bourdieusiana, esse autor descreve a composição do *habitus* a partir de três elementos, que, ao serem analisados, poderão oferecer indicativos de alteração dos *habitus*: eidos (novos conhecimentos, novas aprendizagens e novas formas de operacionalizar a produção, como por exemplo, anotações e controles da produção), ethos (a percepção moral e de valores sociais, como eles distinguem os papéis de gênero, as relações de poder baseadas nesses papéis e, a partir dessa percepção, como orientam os filhos e filhas) e hexis (como se comportam durante os momentos da pesquisa de campo, quem responde aos questionamentos, onde cada membro da família se posiciona fisicamente no local da pesquisa).

A partir desse delineamento metodológico, foi possível elucidar os questionamentos levantados e alcançar os objetivos propostos. O roteiro da entrevista semidirigida, do questionário e da observação estão disponíveis nos anexos deste trabalho.

Como metodologia para análise dos dados dos questionários, optou-se, inicialmente, pela Análise de Correspondência Múltipla (ACM). A opção por um procedimento estatístico permite que a coleta de dados e a compreensão detalhada na trajetória dos indivíduos e suas famílias reduzam a possibilidade de enviesamento das interpretações geradas por determinados posicionamentos de cada família no campo social (LEBARON, 1996).

A utilização de dados estatísticos para análises não matemáticas surgiu como método em 1963, alcançou o auge de sua utilização entre 1973 e 1980 e sua internacionalização a partir dessa década, e teve como precursor o estatístico J. P. Benzécri (LEBARON, 2006). A ACM é um dos paradigmas para se executar a análise geométrica dos dados. Essa metodologia de análise possui três ideias principais: os dados são analisados a partir da disposição geométrica em que os pontos estão localizados em um plano dimensional, por meio da construção de uma nuvem de dados; a estrutura formada pelo posicionamento dos dados define quais procedimentos deverão ser utilizados na sua análise e; os dados devem ser analisados por meio de uma abordagem indutiva, ou seja, o modelo de análise deve se guiar pelos dados apresentados e não o oposto (LEBARON e LE ROUX, 2015).

Esses autores apontam que, para realizar a análise geométrica de dados, deve-se levar em consideração que as análises e inferências devem partir do posicionamento dos dados e de sua formação nessa nuvem de pontos localizados em um determinado espaço. Dessa forma, temos que as distâncias entre os pontos são cruciais para a compreensão das relações estabelecidas nas análises. Em resumo, a análise geométrica de dados consiste na construção de nuvens de pontos, em identificar os principais eixos de variáveis na estruturação da

dimensionalidade dos dados e em compreender as nuvens projetadas nesses eixos e nos subespaços que essas nuvens formaram (LEBARON e LE ROUX, 2015).

Como as nuvens não são formadas pela causalidade, mas sim pela “afinidade entre os elementos que geram efeitos objetivos” (KLUGER, 2018, p. 81), a consolidação dos dados por meio da ACM informa as características consideradas mais estruturantes para o posicionamento dos indivíduos no espaço social. Nela, é possível apresentar a estrutura objetivada do espaço social formado pelas famílias, pois ela projeta as características de cada família em um local específico desse espaço. Esse método de análise de dados trabalha com um sistema de diferenças, ou seja, os indivíduos estatisticamente parecidos são agrupados, enquanto os indivíduos estatisticamente mais diferentes são distanciados (DUVAL, 2017). É importante destacar que esse método “dá particular importância a modalidades raras, ou seja, às mais distintas” (DUVAL, 2017, p. 34).

Operacionalmente, a ACM ocorre da seguinte forma: após a aplicação do questionário, cada pergunta se torna uma variável e cada possibilidade de resposta torna-se uma categoria. Nossa pesquisa nos resultou em 108 variáveis ativas e 396 categorias ativas, ou seja, foram 108 questões que influenciam o posicionamento no espaço e 396 possibilidades de respostas que também possibilitam esse posicionamento.

Para a realização da ACM, foi utilizado o software Coheris Analytics Spad (SPAD) que resultou na apresentação de 17 eixos, com taxa modificada de Benzecri totalizando em 71,3% nos três primeiros eixos, sendo 30,7% no primeiro, 24,1% no segundo eixo e 16,6% no terceiro eixo. Seguindo o “método de contribuições” (BONNET, LEBARON e LE ROUX, 2015), optou-se por analisar apenas as categorias que contribuíram com o eixo e com a inércia geral acima da média, ou seja, $100/396 = 0,25$.

Elisa Kluger (2018) orienta que a interpretação dos dados da ACM só é possível após seguir alguns passos, dentre eles: observar e descrever as polarizações no espaço social; identificar os elementos de maior peso na definição da estrutura do espaço social; analisar o posicionamento das variáveis e das elipses de concentração e; o posicionamento dos indivíduos no espaço social. Por esse motivo, após a consolidação dos dados, é importante que sejam descritas as variáveis, que puderam ser organizadas da forma descrita a seguir. O agrupamento das variáveis nessas categorias de análise foi realizado com o intuito de facilitar a interpretação de cada um dos eixos do espaço social, assim, será possível compreender a contribuição de uma variável e suas categorias a partir da relação entre elas.

Quadro 1 – Variáveis e categorias sobre as características sociais da família

Variável	Código variável	Código categorias	Significado categoria
Características sociais: origem da mulher adulta	CsOM	CsOMM	Mulher proveniente do Maranhão
		CsOML	Mulher proveniente do local
		CsOMT	Mulher proveniente do Tocantins
		CsOMOe	Mulher proveniente de outros estados
		CsOMN	Não há mulher na família
Características sociais: origem do homem adulto	CsOH	CsOHL	Homem proveniente do local
		CsOHT	Homem proveniente do Tocantins
		CsOHM	Homem proveniente do Maranhão
		CsOHoe	Homem proveniente de outros estados
		CsOHN	Não há homem na família
		CsOHNe	Homem proveniente do Nordeste
Características sociais: descanso e lazer	CsDL	CsDLM	Descanso e lazer – mulher
		CsDLC	descanso e lazer – casal
		CsDLH	descanso e lazer – homem
		CsDLT	descanso e lazer - todos da casa (adultos e jovens)
		CsDLMMJ	descanso e lazer - mulher e mulher jovem
		CsDLNR	descanso e lazer - não relatado
		CsDLHHMJ	descanso e lazer - homem, homem jovem e mulher jovem
Características sociais: saída da propriedade	CsSP	CsSPN	Não houve saída de membros da família
		CsSPF	Filhos saíram da propriedade
		CsSPEX	Ex marido/esposa saíram da propriedade
		CsSPFEX	Ex marido/esposa e filhos saíram da propriedade
		CsSPO	Outras pessoas (enteados + tio, pai + neto) saíram da propriedade
Características sociais: localização	CsL	CsLI	Localização - Ipê Amarelo
		CsLC	Localização - Costa Rica
		CsLO	Localização - Outros povoados (Estrela, Floresta, Araçulândia, Correntino, Córrego Areia)
		CsLSSF	Localização - Serra de São Felix
		CsLW	Localização - Área urbana de Wanderlândia
		CsLSC	Localização - Serra Curta

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quadro 2 - Variáveis e categorias sobre as características produtivas da família

continua

Variável	Código variável	Código categorias	Significado categoria
Característica produtiva: Titularidade da terra	CpTt	CpTtM	A mulher é a titular da terra
		CpTtH	O homem é o titular da terra
		CpTtT	Terceiros são titulares da terra

Quadro 3 - Variáveis e categorias sobre as características produtivas da família

continua

Característica produtiva: tamanho da propriedade	CpTp	CpTpC	O tamanho da propriedade é até cinco alqueires
		CpTpD	O tamanho da propriedade é até dez alqueires
		CpTpQ	O tamanho da propriedade é até quinze alqueires
		CpTpMQ	O tamanho da propriedade é mais de quinze alqueires
		CpTpN	Não sabe o tamanho da propriedade
Característica produtiva: origem da terra	CpOt	CpOtH	A terra é proveniente de herança
		CpOtRA	Origem da terra: reforma agrária
		CpOtC	A terra é proveniente de compra
		CpOtCF	Origem da terra: crédito fundiário
		CpOtO	Origem da terra: outra origem
Característica produtiva: titularidade da DAP	CpTd	CpTdM	A mulher é a titular da DAP
		CpTdH	O homem é o titular da DAP
		CpTdO	Outra pessoa é titula da DAP (filha ou o casal)
Características produtivas: produção de hortifrutigranjeiros pós programas	CpHPp	CpHPpS	Permanecem produzindo hortifrutigranjeiros pós programas
		CpHPpN	Não permanecem produzindo hortifrutigranjeiros pós programas
		CpHPpNP	Nunca produziram hortifrutigranjeiros
		CpHPpSN	Permanecem produzindo alguns itens de hortifrutigranjeiros pós programas
Características produtivas: produção de frutas pós programas	CpFPp	CpFPpS	Permanecem produzindo frutas pós programas
		CpFPpN	Não permanecem produzindo frutas pós programas
		CpFPpNA	Frutas - Continuam o acesso aos programas
		CpFPpSN	Permanecem produzindo algumas frutas pós programa
Características produtivas: produção de abóbora pós programas	CpApp	CpAppS	Permanecem produzindo abóbora pós programas
		CpAppN	Abóbora - interrompem produção - pós
		CpAppNA	Abóbora - Continuam o acesso
Características produtivas: produção de produtos processados pós programas	CpPPPp	CpPPPpNA	Produtos processados - Continuam o acesso aos programas
		CpPPPpN	Não permanecem produzindo produtos processados pós programas
		CpPPPpS	Produtos processados - permanecem produzindo - pós
Características produtivas: produção de mandioca pós programas	CpMPp	CpMPpNA	Mandioca - Continuam o acesso aos programas
		CpMPpS	Permanecem produzindo mandioca pós programas
		CpMPpN	Mandioca - interromperam produção - pós
Características produtivas: produção de milho pós programas	CpMiPp	CpMiPpNA	Milho - continuam o acesso
		CpMiPpS	Permanecem produzindo milho pós programa
		CpMiPpN	Não permanecem produzindo milho pós programa
Características produtivas: produção de banana pós programas	CpBPp	CpBPpNA	Banana - continuam o acesso aos programas
		CpBPpS	Permanecem produzindo banana pós programas
		CpBPpNA	Não permanecem produzindo banana pós programas

Quadro 4 - Variáveis e categorias sobre as características produtivas da família

			conclusão
Características produtivas: produção de alface pós programas	CpAlPp	CpAlPpNA	Alface - continuam o acesso aos programas
		CpAlPpS	Permanecem produzindo alface pós programas
		CpAlPpN	Não permanecem produzindo alface pós programas
Características produtivas: produção de cheiro verde pós programas	CpCvPp	CpCvPpNA	Cheiro verde - nunca produziram
		CpCvPpCA	Cheiro verde - continuam o acesso aos programas
		CpCvPpN	Não permanecem produzindo cheiro verde pós programas
		CpCvPpS	Permanecem produzindo cheiro verde pós programas
Características produtivas: produção de farinha pós programas	CpFaPp	CpFaPpS	Farinha - permanece produção - pós
		CpFaPpNP	Farinha - nunca produziram
		CpFaPpN	Farinha - interrompem produção - pós
Características produtivas: produção de coco pós programas	CpCoPp	CpCoPpNP	Coco - nunca produziram
		CpCoPpN	Não permanecem produzindo coco pós programas
		CpCoPpS	Coco - permanece produção - pós
Características produtivas: produção de frango pós programas	CpFrPp	CpFrPpNP	Frango - nunca produziram
		CpFrPpN	Frango - interrompem produção - pós
		CpFrPpS	Permanecem produzindo frango pós programas
Características produtivas: produção de melancia pós programas	CpMePp	CpMePpNP	Melancia - nunca produziram
		CpMePpN	Não permanecem produzindo melancia pós programas
		CpMePpS	Melancia - permanece produção - pós
Características produtivas: produção de polpa pós programas	CpPoPp	CpPoPpNP	Polpa - nunca produziram
		CpPoPpN	Não permanecem produzindo polpa pós programas
		CpPoPpS	Permanecem produzindo polpa
Características produtivas: existência de selo de inspeção	CpSi	CpSiDA	Selo - não, dificuldade de acesso
		CpSiFI	Selo - não, falta de informação
		CpSiFIIt	Selo - não, falta de interesse
		CpSiB	Selo - não, muita burocracia
		CpSiEV	Selo - sim, exigência para vender

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quadro 5 – Variáveis sobre as características de inserção social da família

			continua
Variável	Código variável	Código categorias	Significado categoria
Inserção social: cooperativa	IsC	IsCN	Ninguém participa de cooperativa
		IsCC	Casal participa de cooperativa
Inserção social: associação	IsAS	IsASN	Ninguém participa de associação
		IsASH	Homem participa de associação
		IsASM	Mulher participa de associação

Quadro 6 – Variáveis sobre as características de inserção social da família

conclusão

		IsASC	Casal participa de associação
Inserção social: sindicato	IsS	IsSN	Ninguém participa de sindicato
		IsSH	Homem participa de sindicato
		IsSM	Mulher participa de sindicato
		IsSC	Casal participa de sindicato
Inserção social: movimentos sociais	IsMs	IsMsN	Ninguém participa de movimento social
		IsMsA	Alguém participa de movimento social
Inserção social: igreja	IsIg	IsIgN	Ninguém participa de igreja
		IsIgH	Homem participa de igreja
		IsIgM	Mulher participa de igreja
		IsIgC	Casal participa de igreja
		IsIgT	Todos (jovens e adultos) participam de igreja
Inserção social: outra coisa	IsOc	IsOcN	Ninguém participa de outra coisa
		IsOcM	Mulher participa de outra coisa
Inserção social: manifestações por direitos sociais	IsMd	IsMdS	Alguém participou de manifestações por direitos
		IsMdN	Ninguém participou de manifestações por direitos

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quadro 7 – Variáveis sobre as características de renda familiar

continua

Nome da variável	Código variável	Código categorias	Significado categoria
Renda: responsável pela informação	ReRI	ReRIH	Homem possui informação sobre renda
		ReRIM	Mulher possui informação sobre renda
		ReRIC	Casal possui informação sobre renda
		ReRIN	Ninguem possui informação sobre renda
		ReRIT	Todos (jovens e adultos) possuem informação sobre renda
Renda: alteração do responsável pelas informações	ReAI	ReAIS	Houve alteração no responsável pelas informações sobre a renda
		ReAIN	Não houve alteração no responsável pelas informações sobre a renda
Renda: periodicidade do controle	RePC	RePCM	Controle financeiro mensal
		RePCA	Controle financeiro anual
		RePCN	Sem controle financeiro
Renda: controle financeiro pós programa	ReCPP	ReCPPN	Pós programa: sem controle financeiro
		ReCPPCA	Renda - pós programa: Continuam o acesso
		ReCPPM	Pós programa: controle financeiro feito pela mulher
		ReCPPH	Pós programa: controle financeiro feito pelo homem
		ReCPC	Pós programa: controle financeiro feito pelo casal

Quadro 8 – Variáveis sobre as características de renda familiar

conclusão

Renda: recebe PAA	RePAA	RePAAS	Recebe PAA
		RePAAN	Não recebe PAA
Renda: recebe PNAE	RePNAE	RePNAES	Renda - Recebe PNAE
		RePNAEN	Renda - Não recebe PNAE
Renda: comércio local	ReCo	ReCoS	Vendem no comércio local
		ReCoN	Não vendem no comércio local
Renda: feira local	ReFe	ReFeS	Vendem na feira local
		ReFeN	Não vendem na feira local
Renda: feira em outra cidade	ReFO	ReFOS	Renda - Vendem na feira de outra cidade
		ReFON	Não vendem na feira de outra cidade
Renda: aposentadoria	ReAp	ReApS	Recebem aposentadoria
		ReApN	Não recebem aposentadoria
Renda: Bolsa Família	ReBF	ReBFS	Recebem Bolsa Família
		ReBFN	Não recebem Bolsa Família
Renda: Trabalho formal	ReTf	ReTfS	Possuem trabalho formal fora da propriedade
		ReTfN	Não possuem trabalho formal fora da propriedade
Renda: Trabalho sazonal	ReTs	ReTsS	Realizam trabalho sazonal fora da propriedade
		ReTsN	Não realizam trabalho sazonal fora da propriedade
Renda: Trabalho por diária	ReTd	ReTdS	Trabalham por diária
		ReTdN	Não trabalham por diária
Renda: outra fonte	ReOf	ReOfS	Possuem outra fonte de renda
		ReOfN	Não possuem outra fonte de renda
Renda: destino	ReD	ReDS	Destino da renda, sabe
		ReDN	Destino da renda, não sabe
		ReDNR	Destino da renda, não responde

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quadro 9 – Variáveis sobre a relação das famílias com os programas

continua

Variável	Código variável	Código categorias	Significado categoria
Durante o programa: realização de obra ou construção	RpDpOC	RpDpOCS	Fizeram obra ou construção durante o programa
		RpDpOCN	Não fizeram obra ou construção durante o programa
Durante o programa: aquisição de máquinas e equipamentos	RpDpME	RpDpMES	Adquiriram máquina ou equipamento durante o programa
		RpdpMEN	Não adquiriram máquina ou equipamento durante o programa
Durante o programa: aquisição ou troca de veículos	RpDpV	RpDpVS	Adquiriram ou trocaram de veículo durante o programa

Quadro 10 – Variáveis sobre a relação das famílias com os programas

			conclusão
		RpDpVN	Não adquiriram ou trocaram de veículo durante o programa
Durante o programa: investimento em poupança	RpDpP	RpDpS	Fizeram poupança durante o programa
		RpDpN	Não fizeram poupança durante o programa
Durante o programa: investimento em outra coisa	RpDpOt	RpDpOtS	Investiram em outra coisa durante o programa
		RpDpOtN	Não investiram em outra coisa durante o programa
Após o programa: realização de obra ou construção	RpApOC	RpApOCS	Após - obra - Sim
		RpApOCN	Não fizeram obra ou construção após o programa
		RpApOCNS	Após - obra - Continuam o acesso
Após o programa: aquisição de máquina ou equipamento	RpApME	RpApMES	Fizeram aquisição de máquinas e equipamentos após o programa
		RpApMEN	Não fizeram aquisição de máquinas e equipamentos após o programa
		RpApMENS	Continuam o acesso ao programa
Após o programa: aquisição ou troca de veículo	RpApV	RpApVS	Após - veículo - Sim
		RpApVN	Não adquiriram ou trocaram de veículo após o programa
		RpApVNS	Após - veículo - Continuam o acesso
Após o programa: investimento em poupança	RpApP	RpApPN	Não fizeram poupança após o programa
		RpApNS	Continuam o acesso ao programa
Após o programa: não houve utilização financeira	RpApNU	RpApNUS	Não fizeram utilização financeira após o programa
		RpApNUN	Fizeram alguma utilização financeira após o programa
		RpApNUNS	Continuam o acesso ao programa
Após o programa: investimento em outra coisa	RpApOt	RpApOtS	Investiram em outra coisa após o programa
		RpApOtN	Não investiram em outra coisa após o programa
		RpApNS	Continuam o acesso ao programa

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quadro 11 – Variáveis sobre a relação das famílias com o PNAE

			continua
Variável	Código variável	Código categorias	Significado categoria
Tempo de acesso ao PNAE	RpnTa	RpnTaU	Acessou o PNAE por até um ano
		RpnTaT	Acessou o PNAE por até três anos
		RpnTaC	Acessou o PNAE por até cinco anos
		RpnTaN	Tempo de acesso: Nunca acessou o PNAE
Satisfação: renda durante o PNAE	RpnSRd	RpnSRdMI	Muito insatisfeitos com a renda durante o PNAE
		RpnSRdNS	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a renda durante o PNAE

Quadro 12 – Variáveis sobre a relação das famílias com o PNAE

			conclusão
		RpnSRdS	Satisfeitos com a renda durante o PNAE
		RpnSRdMS	Muito satisfeitos com a renda durante o PNAE
		RpnSRdNA	Satisfação - renda durante - Não acessou o PNAE
Satisfação: renda antes do PNAE	RpnSRA	RpnSRAI	Insatisfeitos com a renda antes do PNAE
		RpnSRaNS	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a renda antes do PNAE
		RpnSRaS	Satisfeitos com a renda antes do PNAE
		RpnSRaMS	Muito satisfeitos com a renda antes do PNAE
		RpnSRaNA	Satisfação - renda antes - Não acessou o PNAE
Satisfação: renda após o PNAE	RpnSRap	RpnSRapI	Insatisfeitos com a renda após o PNAE
		RpnSRapNA	Satisfação - renda após - Não acessou o PNAE
		RpnSRapMI	Muito insatisfeitos com a renda após o PNAE
		RpnSRapS	Satisfeitos com a renda após o PNAE
		RpnSRapNS	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a renda após o PNAE
Satisfação: divisão do trabalho durante o PNAE	RpnSTd	RpnSTdNS	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho durante o PNAE
		RpnSTdS	Satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PNAE
		RpnSTdMS	Muito satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PNAE
		RpnSTdNA	Satisfação - trabalho durante - Não acessou o PNAE
Satisfação: divisão do trabalho antes do PNAE	RpnSTa	RpnSTaI	Insatisfeitos com a divisão do trabalho antes do PNAE
		RpnSTaNS	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho antes do PNAE
		RpnSTaS	Satisfeitos com a divisão do trabalho antes do PNAE
		RpnSTaMS	Muito satisfeitos com a divisão do trabalho antes do PNAE
		RpnSTaNA	Não acessou o PNAE
Satisfação: divisão do trabalho após o PNAE	RpnSTap	RpnSTapI	Insatisfeito com a divisão do trabalho após o PNAE
		RpnSTapNS	Não acessou o PNAE
		RpnSTapS	Satisfeito com a divisão do trabalho após o PNAE

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quadro 13 – Variáveis sobre a relação das famílias com o PAA

continua

Variável	Código variável	Código categorias	Significado categoria
Tempo de acesso ao PAA	RpaTa	RpaTaU	Acessou o PAA por até um ano
		RpaTaT	Acessou o PAA por até três anos
		RpaTaC	Acessou o PAA por até cinco anos
		RpaNaN	Tempo de acesso: Não acessou o PAA
Satisfação: renda durante o PAA	RpaSRd	RpaSRdI	Insatisfeitos com a renda durante o PAA
		RpaSRdS	Satisfeitos com a renda durante o PAA
		RpaSRdMS	Muito satisfeitos com a renda durante o PAA
		RpaSRdNA	Não acessou o PAA
		RpaSRdNS	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a renda durante o PAA
Satisfação: renda antes do PAA	RpaSRA	RpaSRAI	Muito insatisfeitos com a renda antes do PAA
		RpaSRAI	Insatisfeitos com a renda antes do PAA
		RpaSRAANS	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a renda antes do PAA
		RpaSRAAS	Satisfeitos com a renda antes do PAA
		RpaSRAAMS	Muito satisfeitos com a renda antes do PAA
		RpaSRAANA	Satisfação - renda antes - Não acessou o PAA
Satisfação: renda após o PAA	RpaSRap	RpaSRapI	Insatisfeitos com a renda após o PAA
		RpaSRapNS	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a renda após o PAA
		RpaSRapS	Satisfeitos com a renda após o PAA
		RpaSRapNA	Satisfação - renda após - Não acessou o PAA
		RpaSRapMI	Muito insatisfeitos com a renda após o PAA
		RpaSRAAMS	Muito satisfeitos com a renda após o PAA
Satisfação: divisão do trabalho durante o PAA	RpaSTd	RpaSTdNS	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA
		RpaSTdS	Satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA
		RpaSTdMS	Muito satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA
		RpaSTdNA	Satisfação - trabalho durante - Não acessou o PAA
Satisfação: divisão do trabalho antes do PAA	RpaSTa	RpaSTaI	Insatisfeito com a divisão do trabalho antes do PAA
		RpaSTaANS	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho antes do PAA
		RpaSTaAS	Satisfeitos com a divisão do trabalho antes do PAA
		RpaSTaAMS	Muito satisfeitos com a divisão do trabalho antes do PAA
		RpaSTaANA	Satisfação - trabalho antes - Não acessou o PAA
Satisfação: divisão do trabalho após o PAA	RpaSTap	RpaSTapMI	Muito insatisfeito com a divisão do trabalho após o PAA

Quadro 14 – Variáveis sobre a relação das famílias com o PAA

conclusão

		RpaSTapI	Insatisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA
		RpaSTapNS	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA
		RpaSTaS	Satisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA
		RpaSTapMS	Muito satisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA
		RpaSTapNA	Satisfação - trabalho após - Não acessou o PAA

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quadro 15 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

Variável	Código variável	Código categorias	Significado categoria
Divisão do trabalho: alteração ao longo do tempo	DtAI	DtAIS	Alteração na divisão do trabalho ao longo do tempo
		DtAIN	Sem alteração na divisão do trabalho ao longo do tempo
Divisão do trabalho: período de alteração	DtAIP	DtAIPN	Alteração na divisão do trabalho - não houve
		DtAIPF	Presença dos filhos - alteração na divisão do trabalho
		DtAIPS	Problemas de saúde - alteração na divisão do trabalho
		DtAIPD	Divórcio - alteração na divisão do trabalho
		DtAIPO	Outro motivo (Emprego na cidade+outra pessoa morando junto)
Divisão do trabalho: preparo da alimentação	DtPAI	DtPAIC	Alimentação - casal
		DtPAIM	Alimentação - mulher
		DtPAIH	Alimentação - homem
		DtPAIT	Alimentação - todos da casa (adultos e jovens)
Divisão do trabalho: limpeza da casa	DtLc	DtLcMJ	Limpeza da casa - mulher jovem
		DtLcM	Limpeza da casa - mulher
		DtLcH	Limpeza da casa - homem
		DtLcMMJ	Limpeza da casa - mulher adulta e mulher jovem
		DtLcC	Limpeza da casa - casal
		DtLcT	Limpeza da casa - todos da casa (adultos e jovens)
		DtLcMHJ	Limpeza da casa - mulher adulta e homem jovem
Divisão do trabalho: limpeza da cozinha	DtLco	DtLcoMJ	Limpeza da cozinha - mulher jovem
		DtLcoM	Limpeza da cozinha - mulher

Quadro 16 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

		DtLcoH	Limpeza da cozinha - homem
		DtLcoMMJ	Limpeza da cozinha - mulher adulta e mulher jovem
		DtLcoC	Limpeza da cozinha - casal
		DtLcoO	Limpeza da cozinha - outra pessoa (pessoa externa e mulher adulta e homem jovem)
		DtLcoT	Limpeza da cozinha - todos da casa (adultos e jovens)
Divisão do trabalho: limpeza da área externa	DtLae	DtLaeH	Limpeza da área externa - homem
		DtLaeM	Limpeza da área externa - mulher
		DtLaeMAJ	Limpeza da área externa - mulher adulta e mulher jovem ou mulher adulta e homem jovem
		DtLaeC	Limpeza da área externa - casal
		DtLaeT	Limpeza da área externa - todos da casa (adultos e jovens)
		DtLaeAl	Limpeza da área externa - algum jovem (homem jovem ou mulher jovem)
Divisão do trabalho: roupas	DtR	DtRMMJ	Roupa - mulher adulta e mulher jovem
		DtRM	Roupa - mulher
		DtRH	Roupa - homem
		DtRO	Roupa - Outra resposta (outras pessoas ou todos da casa)
		DtRC	Roupa - casal
Divisão do trabalho: crianças	DtCr	DtCrT	Crianças - todos da casa (adultos e jovens)
		DtCrM	Crianças - mulher
		DtCrC	Crianças - casal
		DtCrN	Crianças - não há criança em casa
Divisão do trabalho: Compras	DtCo	DtCoC	Compras - casal
		DtCoM	Compras - mulher
		DtCoT	Compras - todos da casa (adultos e jovens)
		DtCoH	Compras - homem
		DtCoO	Compras - outra pessoa
Divisão do trabalho: animais domésticos	DtAd	DtAdM	Animais domésticos - mulher
		DtAdH	Animais domésticos - homem
		DtAdCMJ	Animais domésticos - casal e mulher jovem
		DtAdC	Animais domésticos - Casal
		DtAdCHJ	Animais domésticos - casal e homem jovem
		DtAdO	Animais domésticos - outra pessoa
		DtAdN	Não possuem animais domésticos
DtAdMJ	Animais domésticos - mulher jovem		
Divisão do trabalho: horta	DtHo	DtHoM	Horta - mulher
		DtHoH	Horta - homem

Quadro 17 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

		DtHoN	Não possuem horta
		DtHoC	Horta - casal
		DtHoT	Horta - todos da casa (adultos e jovens)
		DtHoO	Horta - outra resposta (menina jovem+homem adulto e homem jovem)
Divisão do trabalho: pomar	DtPo	DtPoH	Pomar - homem
		DtPoM	Pomar - mulher
		DtPoC	Pomar - casal
		DtPoN	Não possuem pomar
		DtPoT	Pomar - todos da casa (adultos e jovens)
		DtPoO	Pomar - outra resposta (pessoa externa+homem jovem+homem adulto e homem jovem)
Divisão do trabalho: pequenos animais	DtPan	DtPanM	Pequenos animais - mulher
		DtPanH	Pequenos animais - homem
		DtPanC	Pequenos animais - casal
		DtPanN	Não possuem pequenos animais
		DtPanO	Pequenos animais - outra resposta (todos+homem jovem+casal e homem jovem +homem adulto e homem jovem)
Divisão do trabalho: grandes animais	DtGan	DtGanH	Grandes animais - homem
		DtGanT	Grandes animais - todos da casa (adultos e jovens)
		DtGanN	Não possuem grandes animais
		DtGanO	Grandes animais - outra resposta (homem jovem+homem adulto e homem jovem+pessoa externa)
Divisão do trabalho: roça e lavoura	DtRL	DtRLH	Roça e lavoura - homem
		DtRLC	Roça e lavoura - casal
		DtRLN	Não possuem roça e lavoura
		DtRLHHJ	Roça e Lavoura - homem adulto e homem jovem
		DtRLO	Roça e lavoura - outra resposta (todos da casal ou homem jovem)
Divisão do trabalho: água	DtAg	DtAgM	Buscar água - mulher
		DtAgN	Não precisam buscar água
Divisão do trabalho: lenha	DtLe	DtLeH	Obtenção de lenha: homem
		DtLeM	Obtenção de lenha: mulher
		DtLeN	Não utilizam lenha
		DtLeHHJ	Obtenção de lenha - homem adulto e homem jovem
		DtLeC	Obtenção de lenha - casal
		DtLeO	Obtenção de lenha: outra resposta (pessoa externa+homem jovem+todos da casa)
Divisão do trabalho: outros combustíveis	DtOc	DtOcO	Outros combustíveis - outra resposta
		DtOcN	Não utilizam outros combustíveis
		DtOcH	Outros combustíveis - homem

Quadro 18 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

Divisão do trabalho: pagar contas	DtPg	DtPgC	Pagar contas - casal
		DtPgM	Pagar contas - mulher
		DtPgH	Pagar contas - homem
		DtPgO	Pagar contas - outra resposta (pessoa externa+ não se aplica)
		DtPgT	Pagar contas - todos da casa (adultos e jovens)
Divisão do trabalho: compra e venda de gado	DtCVg	DtCVgH	Compra e venda de gado - homem
		DtCVgN	Não compram e vendem gado
		DtCVgM	Compra e venda de gado - mulher
Divisão do trabalho: compra e venda de pequenos animais	DtCVpa	DtCVpaH	Compra e venda de pequenos animais - homem
		DtCVpaM	Compra e venda de pequenos animais - mulher
		DtCVpaN	Não compram e vendem pequenos animais
		DtCVpaT	Compra e venda de pequenos animais - todos da casa
Divisão do trabalho: venda no comércio	DtVC	DtVCH	Venda no comércio - homem
		DtVCM	Venda no comércio - mulher
		DtVCN	Não vendem em comércio
		DtVCO	Venda no comércio - outra resposta (casal e homem jovem+pessoa externa+homem jovem+ homem adulto e homem jovem)
		DtVCC	Venda no comércio - casal
Divisão do trabalho: venda na feira	DtVF	DtVFN	Não vendem em feira
		DtVFC	Venda na feira - casal
		DtVFH	Venda na feira - homem
Divisão do trabalho: entrega de produtos na prefeitura	DtEp	DtEpC	Entrega de produtos na prefeitura - casal
		DtEpM	Entrega de produtos na prefeitura - mulher
		DtEpH	Entrega de produtos na prefeitura - homem
		DtEpCMJ	Entrega de produtos na prefeitura - casal e mulher jovem
		DtEppN	Não entregavam produtos na prefeitura
Divisão do trabalho: processos burocráticos	DtPb	DtPbO	Procedimentos burocráticos - outra resposta (mulher adulta ou mulher jovem ou casal)
		DtPbH	Procedimentos burocráticos - homem
		DtPbN	Não realizaram procedimentos burocráticos
Divisão do trabalho: controle de despesas e receitas	DtCdr	DtCdrN	Não realizam controle de receitas e despesas
		DtCdrH	Controle de despesas e receitas - homem
		DtCdrM	Controle de despesas e receitas - mulher
		DtCdrC	Controle de despesas e receitas - casal

Quadro 19 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

Divisão do trabalho: compra de insumos	DtCi	DtCiH	Compra de insumos - homem
		DtCiM	Compra de insumos - mulher
		DtCiC	Compra de insumos - casal
		DtCiO	Compra de insumos - outra resposta (pessoa externa ou todos da casa)
		DtCiN	Não compram insumos
Divisão do trabalho: alteração em relação ao período de entrega	DtAPe	DtAPeN	Continuam entregando os produtos
		DtAPeNM	Não houve alteração na divisão do trabalho em relação ao período de entrega
		DtAPeANA	Antes haviam tarefas da produção e mudaram devido atividades não agrícolas
		DtAPeTTP	Antes tinham tarefas da produção
		DtAPeOP	Trabalhavam com outro produto
		DtAPeAU	Precisam ir à área urbana com frequência
		DtApeTPS	Trabalha só para si
Divisão do trabalho: aprendizado	DtApr	DtAprDD	Aprenderam a dividir as tarefas com o dia a dia
		DtAprM	Aprenderam a dividir as tarefas com a mãe
		DtAprFP	Aprenderam a dividir as tarefas com formação política
		DtAprF	Aprenderam a dividir as tarefas com a família
		DtAprR	Aprenderam a dividir as tarefas com a religiosidade (com Deus ou com Jesus)
		DtAPrC	Aprenderam a dividir as tarefas com a convivência
		DtAprN	Aprenderam a dividir as tarefas com a necessidade
Divisão do trabalho: relato de manutenção do entorno da casa	DtMec	DtMecM	Manutenção do entorno da casa - mulher
		DtMecH	Manutenção do entorno da casa - homem
		DtMecO	Manutenção do entorno da casa - outra resposta (pessoa externa ou mulher jovem)
		DtMecN	Não realizam manutenção do entorno da casa
		DtMecT	Manutenção do entorno da casa - todos da casa (adultos e jovens)
Divisão do trabalho: relato de manutenção da propriedade	DtMp	DtMpH	Manutenção da propriedade - homem
		DtMpO	Manutenção da propriedade - outra resposta (mulher + homem e pessoa externa)
		DtMpN	Não realizam manutenção da propriedade
Divisão do trabalho: relato de atividades de cuidado	DtAc	DtAcH	Atividades de cuidado - homem
		DtAcO	Atividades de cuidado - outra resposta (pelo homem e mulher jovem + homem jovem)
		DtAcC	Atividades de cuidado - casal
		DtAcT	Atividades de cuidado - todos da casa (adultos e jovens)

Quadro 20 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

		DtAcN	Não realizam atividades de cuidado
		DtAcM	Atividades de cuidado - mulher
Divisão do trabalho: relato de atividades de cuidado com lavoura	DtCl	DtClIH	Cuidado com a lavoura - homem
		DtClIC	Cuidado com a lavoura - casal
		DtClIN	Não realizam atividades de cuidado com a lavoura
		DtClIO	Cuidado com a lavoura - outra resposta (mulher ou homem e homem jovem)
Divisão do trabalho: relato de atividades de fabricação de farinha	DtFf	DtFfC	Fabricação de farinha - casal
		DtFfCMJ	Fabricação de farinha - casal e mulher jovem
		DtFfN	Não realizam atividades de fabricação de farinha
Divisão do trabalho: relato de atividades diversas da propriedade	DtAd	DtAdH	Atividades diversas - homem
		DtAdM	Atividades diversas - mulher
		DtAdN	Não realizam atividades diversas
		DtAdO	Atividades diversas - Outra resposta (casal+todos da casa+ homem e homem jovem)
Divisão do trabalho: relato de atividades relacionadas às frutas e polpas	DtFP	DtFPH	Atividades relacionadas às frutas e polpas - homem
		DtFPM	Atividades relacionadas às frutas e polpas - mulher
		DtFPN	Não realizam atividades relacionadas às frutas e polpas
Divisão do trabalho: relato de preparo do café e da merenda	DtPcm	DtPcmM	Café e merenda - mulher
		DtPcmH	Café e merenda - homem
		DtPcmN	Não relataram preparo de café e merenda
		DtPcmT	Café e merenda - todos da casa (adultos e jovens)
Divisão do trabalho: relato de ajuda no almoço e jantar	DtAjR	DtAjRM	Ajuda nas refeições - mulher
		DtAjRH	Ajuda nas refeições - homem
		DtAjRN	Não relataram ajuda nas refeições
Divisão do trabalho: relato de limpeza das louças	DtLI	DtLIM	Limpeza das louças - mulher
		DtLIMMJ	Limpeza das louças - mulher e mulher jovem
		DtLIN	Não relataram limpeza das louças
Divisão do trabalho: relato de cuidado com as roupas	DtRCr	DtRCrM	Cuidado com as roupas - mulher
		DtRCrMMJ	Cuidado com as roupas - mulher e mulher jovem
		DtRCrH	Cuidado com as roupas - homem
		DtRCrN	Não relataram cuidado com as roupas
Divisão do trabalho: relato do preparo do almoço e jantar	DtRpr	DtRprT	Preparo das refeições - todos da casa (adultos e jovens)
		DtRprH	Preparo das refeições - homens
		DtRprM	Preparo das refeições - mulher
		DtRprO	Preparo das refeições - outra resposta (mulher e outra pessoa - pessoa externa ou mulher jovem)

Quadro 21 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

		DtRprN	Não relataram preparo das refeições
Divisão do trabalho: relato de limpeza da casa	DtRlmc	DtRlmcM	Relato de limpeza da casa - mulher
		DtRlmcMJ	Relato de limpeza da casa - mulher jovem
		DtRlmcN	Não relataram limpeza da casa
		DtRlmcT	Relato de limpeza da casa - todos da casa (adultos e jovens)
Divisão do trabalho: relato de trabalho de cuidados	DtRtc	DtRtcM	Trabalho de cuidados - mulher
		DtRtcO	Trabalho de cuidados - outra resposta (mulher e outra pessoa - externa à família + mulher jovem)
		DtRtcCHJ	Trabalho de cuidados - casal e homem jovem
		DtRtcN	Não relataram trabalho de cuidados
Divisão do trabalho: trabalho remunerado	DtTr	DtTrH	Relato de trabalho remunerado - homem
		DtTrM	Relato de trabalho remunerado - mulher
		DtTrC	Relato de trabalho remunerado - casal
		DtTrN	Não relataram trabalho remunerado
Divisão do trabalho: atividades que só as mulheres realizam	DtSM	DtSMPC	Só a mulher - prepara comida
		DtSMCCCR	Só a mulher - cuidar da casa e cuidar das roupas
		DtSMOBF	Só a mulher - organização burocrática e financeira
		DtSMAACC	Só a mulher - atividades agrícolas e cuidar da casa
		DtSMCR	Só a mulher - cuidar das roupas
		DtSMT	Só a mulher - tudo
		DtSMTC	Só a mulher - trabalho de cuidados e cuidar da casa
		DtSMROB	Só a mulher - cuidar das roupas e da organização burocrática e financeira
		DtSMAG	Só a mulher - atividade agrícola
		DtSMN	Não há mulher na casa
Divisão do trabalho: atividades que só os homens realizam	DtSH	DtSHRP	Só o homem - Roçar e cuidar da produção
		DtSHCA	Só o homem - cuidar dos animais
		DtSHCP	Só o homem - cuidar da produção
		DtSHT	Só o homem - tudo
		DtSHRLA	Só o homem - roçar, lenha, cuidar dos animais
		DtSHCPA	Só o homem - cuidar da produção e dos animais
		DtSHR	Só o homem - roçar
		DtSHRP	Só o homem - roçar e as mais pesadas
		DtSHN	Não há homem na casa
		DtSHNA	Só o homem - Atividades não agrícolas (dirigir + negociar+ cuidar do balneário+trabalho remunerado)
Divisão do trabalho: recebimento pelas vendas	DtRV	DtRVM	Recebimento pelas vendas - mulher
		DtRVH	Recebimento pelas vendas - homem

Quadro 22 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

		DtRVC	Recebimento pelas vendas - casal
Divisão do trabalho: organização dos contratos	DtOrC	DtOrCM	Organização dos contratos - mulher
		DtOrCN	Ninguém organiza os contratos
		DtOrCH	Organização dos contratos - homem
		DtOrCFF	Organização dos contratos - filha ou filho
		DtOrCT	Organização dos contratos - todos da casa (adultos e jovens)
Divisão do trabalho: organização das notas fiscais	DtONf	DtONFM	Organização das notas fiscais - mulher
		DtONGN	Ninguém organiza as notas fiscais
		DtONFH	Organização das notas fiscais - homem
		DtONFFF	Organização das notas fiscais - filha ou filho
		DtONFT	Organização das notas fiscais - todos da casa (adultos e jovens)
Divisão do trabalho: organização dos recibos de entrega	DtORE	DtOREM	Organização dos recibos de entrega - mulher
		DtOREN	Não organizam os recibos de entrega
		DtOREH	Organização dos recibos de entrega - homem
		DrOREO	Organização dos recibos de entrega - outra resposta (todos ou filho ou filha)
Divisão do trabalho: cartão do banco ou dinheiro em espécie	DtCbDe	DtCbDeM	Cartão do banco ou dinheiro em espécie - mulher
		DtCbDeH	Cartão do banco ou dinheiro em espécie - homem
		DtCbDeN	Ninguém cuida do cartão do banco ou do dinheiro em espécie
		DtCbDeO	Cartão do banco ou dinheiro em espécie - mulher
Divisão do trabalho: desejo de alteração da rotina	DtDAR	DtDARNS	Não sabe se tem desejo de mudança
		DtDARN	Sem desejo de mudança
		DtDARSE	Desejo de mudança na estrutura
		DtDARSF	Desejo de mudança familiar
		DtDARTT	Desejo de mudança no tempo para o trabalho
		DtDARS	Desejo de mudança na saúde
Divisão do trabalho: produção de hortifrutigranjeiros durante o programa	DtdPH	DtdPHN	Nunca produziu hortifrutigranjeiros
		DtdPHH	Hortifrutigranjeiros - produção durante o programa - homem
		DtdPHM	Hortifrutigranjeiros - produção durante o programa - mulher
		DtdPHC	Hortifrutigranjeiros - produção durante o programa - casal (casal ou todos ou casal mais irmão)
Divisão do trabalho: entrega de hortifrutigranjeiros durante o programa	DtdEH	DtdEHN	Hortifrutigranjeiros - entrega durante - nunca produziram
		DtdEHC	Hortifrutigranjeiros - entrega durante - casal (casal ou casal mais irmão)
		DtdEHH	Hortifrutigranjeiros - entrega durante - homem

Quadro 23 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

		DtdEHM	Hortifrutigranjeiros - entrega durante - mulher
Divisão do trabalho: produção de hortifrutigranjeiros após o programa	DtaPH	DtaPHN	Nunca produziu hortifrutigranjeiros
		DtaPHH	Hortifrutigranjeiros - produção após o programa - homem
		DtaPHM	Hortifrutigranjeiros - produção após o programa - mulher
		DtaPHC	Hortifrutigranjeiros - produção após o programa - casal
Divisão do trabalho: venda de hortifrutigranjeiros após o programa	DtaVH	DtaVHN	Hortifrutigranjeiros - venda após - nunca produziram
		DtaVHH	Hortifrutigranjeiros - venda após - homem
		DtaVHM	Hortifrutigranjeiros - venda após - mulher
		DtaVHC	Hortifrutigranjeiros - venda após o programa - casal
Divisão do trabalho: produção de frutas durante o programa	DtdPF	DtdPFM	Frutas - produção durante - mulher
		DtdPFH	Frutas - produção durante o programa - homem
		DtdPFN	Nunca produziram frutas
		DtdPFC	Frutas - produção durante - casal
Divisão do trabalho: entrega de frutas durante o programa	DtdEF	DtdEFH	Frutas - entrega durante o programa - homem
		DtdEFM	Frutas - entrega durante - mulher
		DtdEFN	Nunca produziram frutas
		DtdEFO	Frutas - entrega durante - outra pessoa
		DtdEFC	Frutas - entrega durante - casal
Divisão do trabalho: produção de frutas após o programa	DtaPF	DtaPFN	Nunca produziram frutas
		DtaPFH	Frutas - produção após o programa - homem
		DtaPFM	Frutas - produção após o programa - mulher
		DtaPFC	Frutas - produção após o programa - casal (alguns produtos o casal outras frutas não continuaram)
Divisão do trabalho: venda de frutas após o programa	DtaVF	DtaVFN	Nunca produziram frutas
		DtaVFM	Frutas - venda após o programa - mulher
		DtaVFC	Frutas - venda após o programa - casal (casal + alguns produtos o casal e outros não continuaram produzindo)
		DtaVFH	Frutas - venda após o programa - homem
Divisão do trabalho: produção de abóbora durante o programa	DtdPAb	DtdPAbN	Abóbora - produção durante - Nunca produziram
		DtdPAbH	Abóbora - produção durante - homem
		DtdPAbO	Abóbora - produção durante - Outra resposta (todos + mulher)
		DtdPAbC	Abóbora - produção durante o programa - casal
Divisão do trabalho: entrega de abóbora durante o programa	DtdEAb	DtdEAbN	Abóbora - entrega durante - Nunca produziram
		DtdEAbC	Abóbora - entrega durante - casal

Quadro 24 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

		DtdEAbH	Abóbora - entrega durante - homem
		DtdEAbM	Abóbora - entrega durante o programa - mulher
Divisão do trabalho: produção de abóbora após o programa	DtaPAb	DtaPAbN	Abóbora - produção após - Nunca produziram
		DtaPAbH	Abóbora - produção após - homem
		DtaPAbC	Abóbora - produção após - casal
Divisão do trabalho: venda de abóbora após o programa	DtaVAb	DtaVAbN	Abóbora - venda após - nunca produziram
		DtaVAbM	Abóbora - venda após o programa - mulher
		DtaVAbH	Abóbora - venda após - homem
		DtaVAbC	Abóbora - venda após - casal
Divisão do trabalho - produção de produtos processados durante o programa	DtdPPp	DtdPPpN	Nunca produziram produtos processados
		DtdPPpM	Produtos processados - produção durante - mulher
		DtdPPpOR	Produtos processados - produção durante - outra resposta (mãe mais homem)
		DtdPPpC	Produtos processados - produção durante - casal
		DtdPPpH	Produtos processados - produção durante o programa - homem
Divisão do trabalho: entrega dos produtos processados durante o programa	DtdEPp	DtdEPpOR	Produtos processados - entrega durante o programa - outra resposta (mãe mais homem)
		DtdEPpN	Nunca produziram produtos processados
Divisão do trabalho: produção de produtos processados após o programa	DtaPPp	DtaPPpN	Nunca produziram produtos processados
		DtaPPpOR	Produtos processados - produção após o programa - outra resposta (mulher ou homem)
		DtaPPpC	Produtos processados - produção após o programa - casal
Divisão do trabalho: venda de produtos processados após o programa	DtaVPp	DtaVPpN	Nunca produziram produtos processados
		DtaVPpC	Produtos processados - venda após - casal
		DtaVPpM	Produtos processados - venda após - mulher
Divisão do trabalho: produção de mandioca durante o programa	DtdPM	DtdPMN	Nunca produziram mandioca
		DtdPMOR	Mandioca - produção durante - outra resposta (homem ou mulher)
		DtdPC	Mandioca - produção durante o programa - casal
Divisão do trabalho: entrega de mandioca durante o programa	DtdEM	DtdEMN	Nunca produziram mandioca
		DtdEMC	Mandioca - entrega durante - casal
		DtdEMOR	Mandioca - entrega durante - outra resposta (homem ou mulher)
Divisão do trabalho: produção de mandioca após o programa	DtaPM	DtaPMH	Mandioca - produção após - homem
		DtaPMN	Nunca produziram mandioca
		DtaPMC	Mandioca - produção após - casal

Quadro 25 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

Divisão do trabalho: venda de mandioca após o programa	DtaVM	DtaVMN	Nunca produziram mandioca
		DtaVMOR	Mandioca - venda após o programa - outra resposta (homem ou mulher)
		DtaVMC	Mandioca - venda após - casal
Divisão do trabalho: produção de milho durante o programa	DtdPMi	DtdPMiN	Milho - produção durante - nunca produziram
		DtdPMiH	Milho - produção durante - homem
		DtdPMiC	Mandioca - produção durante - casal
		DtdPMiM	Milho - produção durante - mulher
Divisão do trabalho: entrega de milho durante o programa	DtdEMi	DtdEMiN	Milho - entrega durante - Nunca produziram
		DtdEMiH	Milho - entrega durante - homem
		DtdEMiM	Milho - entrega durante - mulher
Divisão do trabalho: produção de milho após o programa	DtaPMi	DtaPMiOR	Milho - produção após - outra resposta (homem ou mulher)
		DtaPMiN	Milho - produção após - Nunca produziram
		DtaPMiC	Milho - produção após - casal
Divisão do trabalho: venda de milho após o programa	DtaVMi	DtaVMiH	Milho - venda após o programa - homem
		DtaVMiM	Milho - venda após o programa - mulher
		DtaVMiC	Milho - venda após o programa - casal
		DtaVMiN	Nunca produziram milho
Divisão do trabalho: produção de banana durante o programa	DtdPB	DtdPBN	Nunca produziram banana
		DtdPBH	Banana - produção durante o programa - homem
		DtdPBC	Banana - produção durante - casal
Divisão do trabalho: entrega de banana durante o programa	DtdEB	DtdEBN	Nunca produziram banana
		DtdEBC	Banana - entrega durante o programa - casal
		DtdEBOR	Banana - entrega durante o programa - outra resposta (homem ou mulher)
Divisão do trabalho: produção de banana após o programa	DtaPB	DtaPBN	Nunca produziram banana
		DtaPBH	Banana - produção após o programa - homem
		DtaPBC	Banana - produção após o programa - casal
Divisão do trabalho: venda de banana após o programa	DtaVB	DtaVBN	Nunca produziram banana
		DtaVBM	Banana - venda após o programa - mulher
		DtaVBOR	Banana - venda após o programa - outra resposta (casal ou homem)
Divisão do trabalho: produção de alface durante o programa	DtdPAI	DtdPAIN	Nunca produziram alface
		DtdPAIC	Alface - produção durante o programa - casal
		DtdPAIH	Alface - produção durante - homem
Divisão do trabalho: entrega de alface durante o programa	DtdAI	DtdAIN	Nunca produziram alface
		DtdAIT	Alface - entrega durante o programa - todos da casa (adultos e jovens)
		DtdAIOR	Alface - entrega durante - Outra resposta (homem + mulher)

Quadro 26 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

Divisão do trabalho: produção de alface após o programa	DtaPAI	DtaPAIN	Nunca produziram alface
		DtaPAIT	Alface - produção após o programa - todos da casa (adultos e jovens)
		DtaPAIM	Alface - produção após o programa - mulher
Divisão do trabalho: venda de alface após o programa	DtaVAI	DtaVAIN	Nunca produziram alface
		DtaVAIT	Alface - venda após o programa - todos da casa (adultos e jovens ou casal)
		DtaVAIM	Alface - venda após o programa - mulher
Divisão do trabalho: produção de cheiro verde durante o programa	DtdPCV	DtdPCVN	Nunca produziram cheiro verde
		DtdPCVT	Cheiro verde - produção durante o programa - todos da casa (adultos e jovens ou casal)
		DtdPCVO	Cheiro verde - produção durante o programa - outra resposta (homem ou mulher)
Divisão do trabalho: entrega de cheiro verde durante o programa	DtdECV	DtdECVN	Nunca produziram cheiro verde
		DtdECVT	Cheiro verde - entrega durante o programa - todos da casa (adultos e jovens ou casal)
		DtdECVO	Cheiro verde - entrega durante o programa - outra resposta (homem ou mulher)
Divisão do trabalho: produção de cheiro verde após o programa	DtaPCV	DtaPCVN	Nunca produziram cheiro verde
		DtaPCVT	Cheiro verde - produção após o programa - todos da casa (adultos e jovens ou casal)
		DtaPCVM	Cheiro verde - produção após o programa - mulher
Divisão do trabalho: venda de cheiro verde após o programa	DtaVCV	DtaVCVN	Nunca produziram cheiro verde
		DtaVCVT	Cheiro verde - venda após o programa - todos da casa (adultos e jovens ou casal)
		DtaVCVM	Cheiro verde - venda após o programa - mulher
Divisão do trabalho: produção de farinha durante o programa	DtdPFa	DtdPFaH	Farinha - produção durante o programa - homem
		DtdPFaN	Nunca produziram farinha
		DtdPFaC	Farinha - produção durante o programa - casal
Divisão do trabalho: entrega de farinha durante o programa	DtdEFa	DtdEFaH	Farinha - entrega durante - homem
		DtdEFaN	Nunca produziram farinha
		DtdEFaC	Farinha - entrega durante o programa - casal
Divisão do trabalho: produção de farinha após o programa	DtaPFa	DtaPFaH	Farinha - produção após o programa - homem (homem ou casal)
		DtaPFaN	Nunca produziram farinha
Divisão do trabalho: venda de farinha após o programa	DtaVFa	DtaVFaH	Farinha - venda após o programa - homem
		DtaVFaN	Nunca produziram farinha
Divisão do trabalho: produção de coco durante o programa	DtdPCo	DtdPCoN	Nunca produziram coco
		DtdPCoC	Coco - produção durante - casal
		DtdPCoH	Coco - produção durante - homem

Quadro 27 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

continua

Divisão do trabalho: entrega de coco durante o programa	DtdECo	DtdECoN	Nunca produziram coco
		DtdECoO	Coco - entrega durante o programa - outra resposta (homem ou mulher)
Divisão do trabalho: produção de coco após o programa	DtaPCo	DtaPCoN	Nunca produziram coco
		DtaPCoH	Coco - produção após o programa - homem
		DtaPCoC	Coco - produção após o programa - casal
Divisão do trabalho: venda de coco após o programa	DtaVCo	DtaVCoN	Nunca produziram coco
		DtaVCoH	Coco - venda após o programa - homem
		DtaVCoM	Coco - venda após o programa - mulher
Divisão do trabalho: produção de frango durante o programa	DtdPFr	DtdPFrN	Nunca produziram frango
		DtdPFrO	Frango - produção durante o programa - outra resposta (homem ou mulher)
		DtdPFrC	Frango - produção durante o programa - casal (casal ou todos da casa - adultos e jovens)
Divisão do trabalho: entrega de frango durante o programa	DtdEFr	DtdEFrN	Nunca produziram frango
		DtdEFrO	Frango - entrega durante - outra resposta (casal ou mulher)
		DtdEFrH	Frango - entrega durante o programa - homem
Divisão do trabalho: produção de frango após o programa	DtaPFr	DtaPFrN	Nunca produziram frango
		DtaPFrH	Frango - produção após - homem
		DtaPFrC	Frango - produção após - casal
Divisão do trabalho: venda de frango após o programa	DtaVFr	DtaVFrN	Nunca produziram frango
		DtaVFrH	Frango - venda após o programa - homem
		DtaVFrC	Frango - venda após o programa - casal
Divisão do trabalho: produção de melancia durante o programa	DtdPMe	DtdPMeN	Nunca produziram melancia
		DtdPMeH	Melancia - produção durante o programa - homem
		DtdPMeT	Melancia - produção durante o programa - todos da casa (adultos e jovens)
		DtdPMeC	Melancia - produção durante o programa - casal
Divisão do trabalho: entrega de melancia durante o programa	DtdEMe	DtdEMeN	Nunca produziram melancia
		DtdEMeH	Melancia - entrega durante - homem
		DtdEMeC	Melancia - entrega de melancia durante o programa - casal
Divisão do trabalho: produção de melancia após o programa	DtaPMe	DtaPMeC	Melancia - produção durante - casal
		DtaPMeN	Nunca produziram melancia
Divisão do trabalho: venda de melancia após o programa	DtaVMe	DtaVMeH	Melancia - venda de melancia após o programa - homem
		DtaVMeC	Melancia - produção após - casal
		DtaVMeN	Nunca produziram melancia
Divisão do trabalho: produção de polpa durante o programa	DtdPPo	DtdPPoN	Nunca produziram polpa
		DtdPPoM	Polpa - produção durante - mulher
		DtdPPoH	Polpa - produção durante - homem
		DtdPPoC	Polpa - produção durante - casal

Quadro 28 – Variáveis relacionadas à divisão sexual do trabalho familiar

			conclusão
Divisão do trabalho: entrega de polpa durante o programa	DtdEPo	DtdEPoN	Nunca produziram polpa
		DtdEPoH	Polpa - entrega durante - homem
		DtdEPoO	Polpa - entrega durante - Outra resposta (casal ou mulher)
Divisão do trabalho: produção de polpa após o programa	DtaPPo	DtaPPoN	Nunca produziram polpa
		DtaPPoC	Polpa - produção após - casal (casal ou mulher)
Divisão do trabalho: venda de polpa após o programa	DtaVPo	DtaVPoN	Nunca produziram polpa
		DtaVPoC	Polpa - venda após - casal (casal ou mulher)

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Após a análise desses agrupamentos, foi possível identificar o posicionamento das famílias no espaço social. É importante destacar que esse posicionamento é definido a partir das respostas dadas por cada família e de maneira relacional, ou seja, quanto mais se distinguem as respostas, mais as famílias se distanciam uma das outras no espaço social (LEBARON, 2006). Dessa forma, quanto mais semelhantes são as respostas, mais próximas as famílias se posicionam nesse espaço, consolidando, assim, o campo social (LEBARON e LE ROUX, 2015).

Além do método das contribuições, foi utilizado o método da “diferença calibrada”, com o intuito de também analisar as categorias complementares e não apenas as ativas. Esse método indica a importância da distância entre as categorias complementares para a construção do espaço social, ou seja, como as categorias complementares contribuem e reforçam as informações indicadas pelas categorias ativas. Por exemplo, se em um eixo, a distância entre duas categorias de uma mesma variável for maior que 0,5, a distância é “notável”; se essa distância for maior que 1, ela é considerada “importante”, e, portanto, podem ser inseridas na análise dos eixos com o intuito de reforçar os argumentos apresentados pelas demais categorias ativas (BONNET, LEBARON e LE ROUX, 2015, p. 111).

Além disso, como “a análise dos números deve estar subordinada à análise das nuvens e servir para complementar a análise das nuvens de pontos” (LEBARON e LE ROUX, 2015, p. 8 – tradução própria), as nuvens de dados formadas serviram como orientação para a continuidade do nosso trabalho de campo. Ou seja, foi a partir do posicionamento das famílias no campo, que o roteiro de entrevista em profundidade foi elaborado e a escolha das famílias para participarem dessa entrevista foi realizada.

A distribuição das 41 famílias em cada um dos lados dos seis eixos formados, me orientou a selecionar duas famílias por lado. Essa seleção levou em consideração alguns

critérios: 1º) ser formada por famílias em que haviam mulheres, ou seja, os homens não viviam solteiros ou sem suas esposas. Esse critério foi utilizado com o intuito de colocar luz às questões relativas à divisão sexual do trabalho familiar; 2º) distribuição por localidade geográfica no município. Esse segundo critério foi definido com o intuito de garantir uma maior multiplicidade de experiências e de histórias de vidas; 3º) distribuição por política pública acessada. Esse terceiro critério foi definido também com o intuito de garantir maior diversidade de experiências das famílias com os programas. A definição desses critérios, resultou na exclusão de famílias de um assentamento com grande número de famílias participantes da pesquisa. Por esse motivo, optei por adicionar mais três famílias a essa etapa, realizando, assim, quinze entrevistas em profundidade.

Essas entrevistas foram realizadas sempre com as mulheres adultas da família e, preferencialmente, sozinhas. Em alguns casos, seus esposos e/ou filhos e filhas optaram por permanecer próximos, mesmo sendo informados que essa etapa da pesquisa era apenas com suas esposas. Para não gerar constrangimentos ou maiores indisposições entre as famílias, mantive a entrevista mesmo com a presença da figura masculina por perto.

Toda as entrevistas foram realizadas por mim e gravadas com um aparelho Gravador de voz JC Recorder, sempre com a autorização das entrevistadas e seguindo as orientações de Stéphane Beaud e Florence Weber (2007). O pedido de gravação sempre foi realizado após a explicação do objetivo da pesquisa, do motivo da entrevista e com o acordo de que os áudios só seriam utilizados para finalidade acadêmica e com confidencialidade garantidas. Ao retornar à minha casa, os áudios eram armazenados em uma nuvem de armazenamento de arquivos e encaminhados para uma profissional realizar suas transcrições.

Nas minhas mãos sempre estiveram um lápis e meu caderno de campo. Seguindo também os conselhos de Stéphane Beaud e Florence Weber (2007), o utilizei para anotar local onde a entrevista foi realizada, assuntos e palavras importantes utilizadas pelas entrevistadas, presença de outras pessoas, minhas percepções e alguns *insights* teóricos para realizar suas análises.

CAPÍTULO 2: O UNIVERSO EMPÍRICO

2.1 A definição do universo empírico

A proposta metodológica desse estudo sugere que a referência empírica seja as famílias que acessam de maneira perene as políticas do PAA e do PNAE no estado do Tocantins. Não foi encontrado o quantitativo de famílias que acessam ambas as políticas de maneira conjunta, mas sabe-se que, nos dez municípios em que ocorre o acesso perene do PNAE, também ocorre de maneira perene o acesso ao PAA. Também não foi encontrada a quantidade de famílias que recebem os recursos do PNAE em todos os municípios.

A tabela 1 apresentada na sequência foi construída da seguinte forma: primeiro foram identificados os municípios tocantinenses que, na aquisição de produtos da alimentação escolar, conseguiram alcançar a obrigatoriedade de 30% dos produtos serem provenientes da agricultura familiar, nos anos de 2015 a 2017. Para os dez municípios identificados, foi realizada uma segunda busca sobre os dados de acesso ao PAA, em que se identificou a quantidade de famílias da agricultura familiar que acessaram este programa e o valor total repassado para essas famílias. Os dados localizados foram sistematizados na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Dados do PAA e do PNAE no Tocantins

MUNICÍPIO	2017			2016			2015		
	PNAE	PAA		PNAE	PAA		PNAE	PAA	
	RECURSO	FAMÍLIAS	RECURSOS	RECURSOS	FAMÍLIAS	RECURSOS	RECURSOS	FAMÍLIAS	RECURSOS
Combinado	R\$ 22.506,30	12	R\$ 28.330,55	R\$ 13.097,80	12	R\$ 28.330,55	R\$ 11.934,30	12	R\$ 28.330,55
Couto Magalhães	R\$ 59.527,89	15	R\$ 42.721,51	R\$ 53.992,75	15	R\$ 42.721,51	R\$ 46.750,88	15	R\$ 42.721,51
Divinópolis	R\$ 57.598,80	15	R\$ 64.884,15	R\$ 45.382,60	15	R\$ 64.884,15	R\$ 45.341,93	15	R\$ 64.884,15
Dois Irmãos	R\$ 51.788,85	5	R\$ 14.926,00	R\$ 40.310,70	5	R\$ 14.926,00	R\$ 49.582,50	5	R\$ 14.926,00
Fátima	R\$ 45.761,95	19	R\$ 49.771,09	R\$ 39.993,70	19	R\$ 49.771,09	R\$ 33.938,50	19	R\$ 49.771,09
Lajeado	R\$ 60.720,88	9	R\$ 26.996,00	R\$ 33.016,30	6	R\$ 29.996,00	R\$ 28.195,38	6	R\$ 29.996,00
Palmas	R\$ 3.190.938,45	24	R\$ 73.451,00	R\$ 3.293.477,44	24	R\$ 73.451,00	R\$ 3.042.936,26	24	R\$ 73.451,00
Pequizeiro	R\$ 57.050,00	4	R\$ 8.694,00	R\$ 72.247,75	4	R\$ 8.694,00	R\$ 51.728,26	4	R\$ 8.694,00
Praia Norte	R\$ 61.148,30	25	R\$ 57.937,20	R\$ 93.299,66	14	R\$ 57.937,20	R\$ 140.443,67	14	R\$ 57.937,20
Wanderlândia	R\$ 64.538,80	65	R\$ 34.904,80	R\$ 62.152,29	65	R\$ 34.904,80	R\$ 54.579,86	65	R\$ 34.904,80

Fonte: Dados MEC (2019) e MDS (2019), adaptados pela autora.

A partir dessas informações, podemos identificar que o município de Wanderlândia, por possuir o maior número de agricultores que acessam o PAA e por ser o segundo município

tocantinense em recebimento de recurso financeiro proveniente do PNAE (sendo que o primeiro município em valor recebido é a capital Palmas, que possui perfil urbano e não rural), apresenta-se como um município potencial para o estudo. Apesar de não ser o foco desse estudo, é importante apontar nesses dados a concentração de renda entre os agricultores familiares do município de Palmas. Nota-se que, comparativamente ao município de Wanderlândia, Palmas possui média de 2,7 vezes menos agricultores e recebe 2,1 vezes mais recursos financeiros via PAA e 49,4 vezes mais recursos financeiros via PNAE. Sugiro, inclusive, que esse possa se tornar um objeto para futuros estudos.

A partir desses dados que demonstram a existência de execução e perenidade (acessam de maneira ininterrupta por, pelo menos, três anos consecutivos) no acesso a essas políticas, o município de Wanderlândia é o escolhido como universo empírico dessa pesquisa. Como é possível identificar na Tabela 1, Wanderlândia acessou ambos os programas durante os anos de 2015, 2016 e 2017. Este município está localizado na região norte do estado, às margens das rodovias BR-153 e BR-226. A população estimada para o ano de 2018 foi de 11.631 habitantes, com densidade populacional de 8 hab./ha. O Censo 2016 indicou que 5.647 residentes são homens e 5.334 são mulheres. A população rural é composta por 5.113 residentes, sendo que desses, 2.692 são homens e 2.421 são mulheres (IBGE, 2019). Na sequência, apresentarei detalhadamente a construção teórica que também embasa essa decisão e como o contato empírico com aliados desse município elucidou os motivos que concretizam esse local como um potencial universo empírico para a pesquisa.

2.2 A construção teórica do universo empírico

Neste capítulo serão apresentadas as especificidades do estado do Tocantins e do município de Wanderlândia que os consolidam como objeto de estudo. A construção desse objeto parte dos estudos empíricos já realizados no estado e se estrutura nos dados censitários e estatísticos divulgados pelo IBGE nos últimos anos. Também são apresentadas informações de atores locais que ajudaram a compreender o histórico e funcionamento do acesso às políticas públicas de inclusão produtiva pelas famílias da agricultura familiar local.

O terceiro tópico deste capítulo é reservado para apresentação dos informantes-chave da pesquisa que também podem ser considerados como aliados deste estudo. Foram eles que acolheram a pesquisa e, ao serem entrevistados, expuseram o cotidiano, as dificuldades e as características que fazem de Wanderlândia um município de destaque no contexto estadual.

2.2.1 O rural tocantinense sob a perspectiva de gênero

Conforme já mencionado anteriormente, poucos são os estudos realizados sobre as relações de gênero nas áreas rurais do estado do Tocantins. Dentre os existentes, não foi possível identificar pesquisas voltadas para os meios de vida das famílias da agricultura familiar ou sobre as relações de gênero dessa categoria de análise. Os estudos encontrados pesquisam os movimentos de mulheres do campo (SANTOS, 2010; MIRANDA, 2014; MIRANDA e SANTOS, 2014; SANTOS, 2017), as pescadoras artesanais (MENDES, 2016; MENDES e PARENTE, 2016; FERREIRA e PARENTE, 2017), as quebradeiras de coco (ANDRADE, 2005; CECCHIN e PIZZIO, 2015; PIZZIO e CECCHIN, 2016; LOPES, 2020), as atingidas por barragens (PARENTE, 2011; PARENTE e GUERRERO, 2012; PARENTE, 2015; CECCHIN, 2016; CECCHIN e PARENTE, 2018) e as quilombolas artesãs (SOUZA e PARENTE, 2012). Em relação às agricultoras familiares tocantinenses, Cláudia Carvelli (2020) indica que até o ano de 2018, foram emitidas 19.990 Declarações de Aptidão ao Pronaf para mulheres, o que representa 31% da quantidade total de DAPs emitidas. Apesar de não se focarem na realidade que proponho analisar, esses estudos são fundamentais para a compreensão das relações de gênero no rural tocantinense.

Para compreender o espaço rural desse estado é necessário, antes de tudo, compreender como o agronegócio influencia a dinâmica rural local. Em primeira instância, é preciso também compreender que o agronegócio é um termo cunhado no ano de 1955 para se referir a todos os processos da cadeia à montante e à jusante da produção agrícola (NASCIMENTO, 2012). Ao longo dos anos pós movimento separatista que transformou o antigo norte goiano no novo estado do Tocantins, em 1988, o estado foi alvo de inúmeras políticas governamentais de incentivo à produção e à exploração de seus recursos naturais (SANTOS, 2020). Dentre esses incentivos, lista-se a construção de quatro usinas hidrelétricas ao longo do rio Tocantins (que impactam diretamente o estado, denominadas São Salvador, Peixe Angical, Lajeado e Estreito) e o Projeto de Cooperação Nipo-brasileira para o desenvolvimento do cerrado (PRODECER II), que financiou a expansão da fronteira agrícola por meio do plantio de grãos. Nos últimos quatro anos, o Tocantins apresentou um aumento de 25% nas áreas de produção de soja, pelo fato de o estado estar inserido na região do MATOPIBA, que se propõe a expandir ainda mais as áreas de fronteira agrícola dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O projeto que visa o incentivo financeiro, comercial e produtivo de grãos e gado de corte, coloca o Tocantins como um potencial espaço onde as mulheres enfrentam diversos tipos de desafio.

Ao analisar o processo de acumulação do capital no espaço rural, Silvane Nascimento (2012) elucida que, quanto maior for o processo de expansão das fronteiras agrícolas e do crescimento no número de investimentos nos grandes empreendimentos agrícolas brasileiros, maiores são os impactos sofridos no cotidiano das famílias da agricultura familiar, principalmente no que diz respeito à rotina de trabalho doméstico e produtivo das mulheres agricultoras. O argumento desenvolvido pela autora se sustenta no perfil do trabalho feminino no campo que, muitas vezes, gira em torno da necessidade de recursos naturais fundamentais para a sobrevivência alimentar das famílias (como a água, o solo de qualidade para plantio dos alimentos e as sementes para reprodução de espécies nativas) (NASCIMENTO, 2012).

Os estudos sobre as relações de gênero no meio rural tocantinense também colocam em voga a localização geográfica na qual o estado se encontra. Situadas em zona de confluência entre a região da Amazônia Legal, do cerrado do Centro Oeste e entre os rios Tocantins e Araguaia, as propriedades rurais possuem características físicas de interesse ao investimento do grande capital (SANTOS, 2017; 2020) e justificam o intenso fluxo do processo migratório populacional para a construção da capital Palmas (no final da década de 1980) e da BR 153, a partir da década de 1950 e que corta o estado de norte a sul, que ocasionaram, inclusive, o crescimento da valorização fundiária na região (SANTOS, 2020).

Devido aos incentivos para o aumento da produtividade agrícola no estado, diversos foram os conflitos de terras travados entre os fazendeiros e a população que já residia na região. Gleys Santos (2017) descreve a atuação da Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na defesa dos direitos das populações locais e dos movimentos rurais de luta pela terra, como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). A autora descreve que “às investidas do capital e do governo a partir dos grandes empreendimentos passaram a ignorar as comunicações e diálogos com os movimentos sociais” (SOUZA, 2017, p. 75) que resultaram na chegada da Via Campesina no estado com o objetivo de reorganizar e articular os movimentos sociais e os grupos organizados do estado para que fossem reconhecidos pelos empreendimentos e pelo poder público (SOUZA, 2017).

A autora descreve que, mesmo nessa época, as mulheres sempre estabeleceram relação de igualdade com os homens no que dizia respeito à luta pela terra. Apesar de serem invisíveis na liderança das organizações sociais, nas reuniões sindicais e na organização dos movimentos de resistência, eram as mulheres que estavam nas ocupações, na produção dos alimentos e no cuidado das casas, das crianças e dos idosos (SOUZA, 2017). Uma das principais lideranças femininas na luta pela terra no Tocantins foi Dona Raimunda Quebradeira de Coco Babaçu,

que viveu na região do Bico do Papagaio durante os seus últimos quarenta anos de vida. Dona Raimunda atuou pelos direitos das mulheres extrativistas no Tocantins por meio do Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que abrange mulheres dos estados do Tocantins, Pará, Piauí e Maranhão. Esse movimento foi fundado na década de 1980 para proteção dos babaçuais e pela garantia do direito à coleta dos cocos e se tornou um dos responsáveis pela maior organicidade e visibilidade dos demais movimentos de mulheres do Tocantins (CECCHIN e PIZZIO, 2015).

As disparidades de gênero são encontradas na realidade da pesca artesanal, conforme relatado por Soraya Mendes e Temis Parente (2016). Os dados obtidos pelas autoras demonstram que, para essas pescadoras, o trabalho se torna visível à medida que aumenta a renda familiar com o acesso ao seguro defeso e que a relação estabelecida com a atividade profissional se difere entre as pescadoras solteiras e as pescadoras casadas, que, ao invés de serem vistas como profissionais, são vistas como ajudantes de seus maridos (MENDES e PARENTE, 2016).

Outra característica do rural tocantinense é a presença dos consórcios de energia hidrelétrica que reorganizou arbitrariamente e diretamente a vida de aproximadamente 4.380² famílias rurais e ribeirinhas do estado (PARENTE e GUERRERO, 2014; CECCHIN, 2016). Quando se afirma que a reorganização do espaço se deu de maneira arbitraria, refere-se ao caráter não voluntário de saída das propriedades de residência para se reassentarem em uma área estranha, proveniente de acordos e negociações com as empresas hidrelétricas. São diversos os estudos de Temis Parente, Cynthia Miranda e Hareli Cecchin sobre as relações de gênero nas famílias atingidas pelas barragens do consórcio CESTE³, na região Norte do estado, e da empresa Investco S.A.⁴, na região central do estado. Ao inserir a perspectiva de gênero nas análises dos impactos da implantação das UHE no estado, Temis Parente (2011) destaca as relações de poder se reproduzindo no novo espaço tanto em relação ao gênero, como também em relação às características geracionais. A autora descreve que, mesmo com a obrigatoriedade de construir uma nova territorialidade nos seus novos locais de moradia, as mães reproduzem

² Este é um número aproximado que condiz apenas com os dados encontrados das UHE Estreito e UHE Luis Eduardo Magalhães. Não foram encontrados os números exatos das famílias atingidas pelas UHE São Salvador e UHE Peixe Angical. Rocha (2011) discute a ausência de dados oficiais exatos de famílias atingidas que invisibiliza os atingidos e omite o real impacto dessas famílias. A autora também informa a falta de consenso entre órgãos públicos, movimentos sociais e empreendimentos sobre o conceito de atingido, o que dificulta o processo de recebimento de indenizações por parte das famílias.

³ CESTE é a sigla utilizada para o Consórcio Estreito Energia, formado pelas empresas Engie, Alcoa, Vale e InterCement.

⁴ A empresa Investco S.A. possui como acionárias as empresas EDP Lajeado Energia S.A., a CEB Distribuição e a CPFL Energia.

com suas filhas as mesmas práticas de dominação que sofriam de suas mães em suas juventudes (PARENTE, 2011; PARENTE e GUERRERO, 2012). Compreende-se então que, mesmo com a inserção de diversos dispositivos que podem alterar o posicionamento das famílias no espaço social, as relações de dominação estão imbricadas no *habitus* das mulheres de tal forma que ainda não foi possível ocasionar uma reconversão de seus *habitus*. A especificação de espaço social, relações de dominação e *habitus* será apresentada detalhadamente no capítulo 3.

Mesmo sem analisar a ideia de reconversão de *habitus* de mulheres quilombolas artesãs da região do Jalapão, Aline Souza e Temis Parente (2012) identificam que a participação dessas mulheres em associações foi capaz de promover a melhoria de suas condições materiais de vida e de suas autoestimas. As autoras concluem que os dispositivos educacionais, políticos e culturais acionados com a participação ativa dessas mulheres nas possibilidades criadas pela associação (como viagens, cursos e momentos de socialização) permitiram o seu empoderamento.

Situação diferente é encontrada por Cynthia Miranda e Gleys Santos (2014) ao estudarem a inserção das mulheres no desenvolvimento regional da microrregião do Bico do Papagaio. Os dados levantados pelas autoras indicam que as políticas promotoras de desenvolvimento na região, como a política dos territórios da cidadania, não surtiram efeitos significativos que reduzissem os conflitos no campo e garantissem as melhorias nas condições de vida das famílias urbanas. Em relação às famílias rurais, a situação percebida é ainda mais preocupante, visto que elas (mesmo quando organizadas) não possuem forças suficientes para enfrentar os prejuízos causados pelas multinacionais do agronegócio na região (com destaque às empresas produtoras de eucalipto) (MIRANDA e SANTOS, 2014).

Outra situação vivenciada pelas mulheres rurais tocantinenses é a ausência de uma Secretaria Estadual de Direitos da Mulher. Essas secretarias foram criadas em diversos estados em 2003, no momento da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada à presidência da república. O governo estadual do Tocantins, ao invés de fazer a criação dessa secretaria específica, cria uma diretoria estadual da mulher, pertencente à Secretaria estadual de defesa social. O principal entrave da atuação da diretoria é a falta de estrutura e de orçamento próprio para propor e executar políticas públicas específicas para esse público (MIRANDA, 2014; MIRANDA e BARROSO, 2020). Assim, o foco de atuação dessa diretoria se volta para ações de combate à violência contra a mulher, principalmente nas áreas urbanas, visto que não há delegacias especializadas nas áreas rurais.

Nesse sentido, torna-se crucial inserir a perspectiva de gênero em políticas públicas existentes no estado para que se visibilize as relações estabelecidas no interior das famílias,

tanto no que diz respeito à influência que essas políticas tiveram na divisão do trabalho entre homens e mulheres e também nas relações entre filhas e mães e filhos e pais.

2.2.2. Características censitárias e bibliográficas do Tocantins

O Tocantins é composto por 139 municípios e é dividido em onze regiões geográficas imediatas (IBGE, 2019). Em termos econômicos, o estado ocupa a 13ª posição no índice de pobreza nacional, que representa uma população de 41,28% de indivíduos considerados pobres. O índice de Gini, que calcula o índice de concentração de renda de determinado local, coloca o Tocantins na 15ª posição nacional, com o índice 0,47. O índice de desenvolvimento humano é 0,699.

Sua população estimada em 2020 é de 1.590.248 habitantes, com uma densidade populacional de 4,98 hab/km² (IBGE, 2021). Em termos de sexo⁵, a população é composta por 702.424 homens e 681.021 mulheres. A população rural é composta por 293.339 domicílios. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2021), podemos descrever algumas características que nos ajudam a compreender a realidade rural no estado. Os 15.180.162 hectares utilizados para a agropecuária estão distribuídos em 63.808 estabelecimentos. Desses estabelecimentos, 53.300 estão sob titularidade masculina (83%) e 10.347 sob titularidade feminina (16%). Essa desigualdade numérica existente entre as titularidades reforçará o que será apresentado pela literatura posteriormente.

Em relação aos dados da agricultura familiar e de acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), os estabelecimentos agropecuários no Tocantins totalizavam 44.955 unidades sob propriedade de agricultores familiares. Enquanto 18.853 estabelecimentos pertenciam a agricultores não familiares. Respectivamente, os estabelecimentos familiares ocupavam 2.695.201 ha e os não familiares ocupavam 11.597.721 ha. Do total de agricultores familiares do Tocantins, 36.827 são homens e 8.128 são mulheres, indicando que 18,08% das pessoas enquadradas como agricultoras familiares, no estado, são do sexo feminino. Desse total de mulheres, 6.228 são proprietárias dos estabelecimentos (76%), enquanto que 30.189 são homens (81,97%). Esses dados indicam que a agricultura familiar tocantinense é majoritariamente masculina e que os agricultores do sexo masculino tendem a ser mais os proprietários das unidades produtivas do que comparados com a porcentagem de mulheres agricultoras e proprietárias.

⁵ Utilizarei a categoria sexo para manter a metodologia utilizada pelo IBGE.

Em relação ao acesso às políticas públicas do PAA e do PNAE, os programas movimentaram, em 2017, R\$1.501.395,70 e R\$10.680.674,18, respectivamente. Em relação ao PNAE, a porcentagem mínima de aquisição de 30% da agricultura familiar só foi atingida nos anos de 2015, 2016 e 2017 por 10 municípios, a saber: Combinado, Couto Magalhães, Divinópolis, Dois Irmãos, Fátima, Lajeado, Palmas, Pequiseiro, Praia Norte e Wanderlândia (MEC, 2019). Apesar de representarem apenas 7% dos 139 municípios do estado, esses 10 municípios demonstram que há perenidade no acesso ao PNAE nos últimos anos de implantação do programa.

Nota-se que, mesmo com o elevado valor monetário inserido na realidade das famílias, poucos são os estudos que desvendam como isso ocorre e o que isso representa para as famílias. Ao realizar uma busca na plataforma Periódicos CAPES, utilizando os termos de busca “PAA” AND “Tocantins” e “PNAE” AND “Tocantins”, os resultados confirmam essa ausência de informações. Situação semelhante também foi encontrada ao fazer a busca por teses de doutorado na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Nessa segunda plataforma, os termos de busca utilizados foram: “PAA” + “Tocantins” e “PNAE” + “Tocantins”. Os critérios de inclusão exigiam que os trabalhos fossem teses de doutorado, publicados a partir de 2014 e que fossem provenientes das seguintes grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar. Os resultados encontrados foram os apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Estudos publicados sobre os programas no Tocantins

Periódicos CAPES	Resultado Total	Resultado específico
“PAA” AND “Tocantins”	52	3
“PNAE” AND “Tocantins”	19	2
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	Resultado Total	Resultado específico
“PAA” + “Tocantins”	290	0
“PNAE” + “Tocantins”	178	0

Fonte: Dados de CAPES (2021) adaptados pela autora.

O recorte entre resultado total e resultado específico representa que, de todos os resultados encontrados (resultado total), poucos são os que efetivamente tratavam do assunto (resultado específico). Todas as buscas resultaram em um amplo número de estudos sobre enzimas bioquímicas, sobre a região do Baixo Tocantins (no estado do Pará) e sobre o caráter nutricional dos programas. Também foram encontrados um estudo sobre articulação política no Congresso Nacional para aprovação de políticas públicas para a agricultura familiar (BORGES et al., 2021) e um sobre as estratégias governamentais para enfrentamento à pandemia da Covid-

19 no Brasil e a garantia ao acesso à alimentação (GURGEL et al., 2020). O resultado específico encontrado na plataforma Periódicos CAPES (cinco estudos) é sobre os seguintes assuntos: 1 sobre a alteração da dieta alimentar nas escolas; 1 sobre aspectos relacionados às entidades executoras; 1 sobre indicações estatísticas da renda de comercialização das famílias (esse estudo se repetiu em ambas as buscas) e; 1 sobre as formas de organização dos agricultores para acesso aos mercados institucionais.

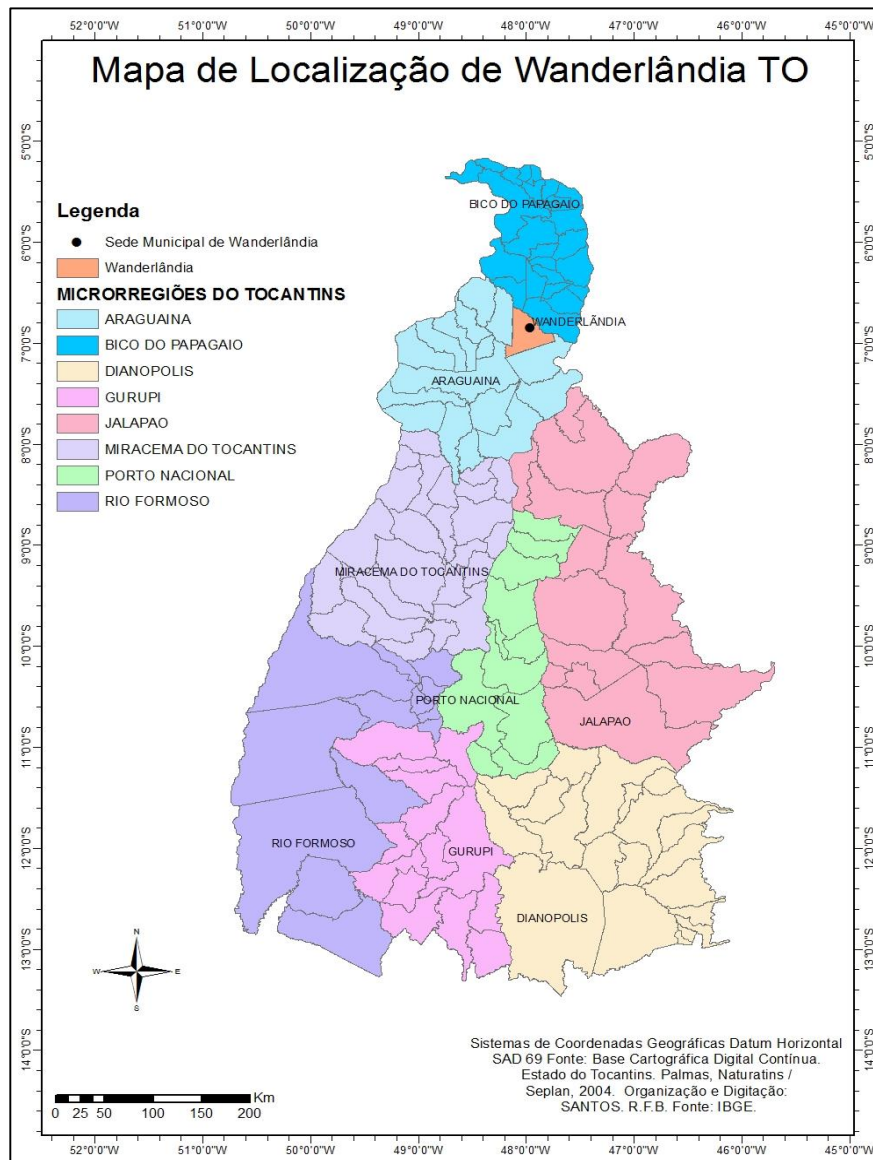
No que diz respeito às informações que esses estudos nos apresentam, é válido destacar a pesquisa realizada por Gildene Carvalho e Pedroso Neto (2016) que, ao descrever a institucionalização do PAA no estado do Tocantins, evidenciam que a execução do PAA entre os anos de 2003 a 2014 e em apenas duas cidades do estado, atenderam mais de 22 mil agricultores familiares, repassaram mais de 57 milhões de reais e fizeram a doação simultânea de mais de 20 mil toneladas de alimentos para mais de um milhão de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os autores identificaram que, mesmo com a criação desse mercado para a agricultura familiar, os dados de suas pesquisas demonstraram que não houveram alterações significativas nas fontes de renda das famílias estudadas (CARVALHO e PEDROSO NETO, 2016).

Essas informações nos permitem compreender que há ausência de estudos que analisem o interior das famílias da agricultura familiar tocantinense com o intuito de compreender as alterações proporcionadas por essas políticas, principalmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e às desigualdades de gênero. Após o contato com essa bibliografia de estudos específico, tanto nacional quanto localmente, me questiono sobre as alterações proporcionadas por essas políticas e me direciono a alguns apontamentos: precisaram realizar algum curso ou formação técnica específica para o acesso e permanência nos programas; consideram que aprenderam algo novo que antes não sabiam; passaram a frequentar locais que antes não frequentavam, como prefeitura, câmara de vereadores, secretaria de agricultura, secretaria de educação, bancos ou outros locais referentes ao acesso e permanência nos programas; passaram a realizar anotações para controle de custos e receitas com a produção; alterou-se a forma de orientação dos filhos, como por exemplo ao invés de estudar, querem que os filhos trabalhem na propriedade, ou ao invés de se casarem, querem que os filhos se dediquem aos estudos. Outro ponto importante para ser colocado em comparação é se houveram alterações na divisão das tarefas realizadas nas propriedades, tal como classifica Neuma Aguiar (1984): quem passou a realizar os trabalhos domésticos, para o sustento da família e destinadas ao comércio.

2.3. O município estudado: Wanderlândia

Fundado em 1983 a partir do desmembramento do município de Babaçulândia, Wanderlândia possui 1.373,059 km² de extensão territorial e está localizado às margens das rodovias BR 226 e BR 153, distanciando-se por 434 km de sua capital. O município faz parte da microrregional de Araguaína, na região norte do estado do Tocantins.

Figura 2 – Mapa de localização do município de Wanderlândia



Fonte: Base Cartográfica Digital Contínua, SEPLAN, 2004. Elaborado por Robson Francisco Barros dos Santos.

O processo de povoamento do município ocorreu devido à construção das rodovias BR 153 e BR 226. Primeiramente chamava-se “Entroncamento de Velame” e mudou de nome em homenagem à tradicional família Wanderley, responsável pelas primeiras propriedades do local. Homenageia-se a família devido aos assassinatos que diversos de seus membros sofreram em decorrência dos conflitos por terras na região (CHAGAS, 2014).

De acordo com o IBGE (2019), a população identificada em 2010 no município, era de 10.981 habitantes e com densidade demográfica de 8,00hab/km². A população urbana é composta por 5.868 moradores, sendo 2.955 do sexo masculino e 2.931 do sexo feminino. A população rural é composta por 5.113 moradores, sendo 2.692 do sexo masculino e 2.421 do sexo feminino. O IBGE (2019) indica que a média de moradores por domicílios urbanos ocupados é de 3,76.

O índice de desenvolvimento humano de Wanderlândia é 0,638 e se encontra abaixo da média estadual que é de 0,699. Ao ser inserido em ranking junto aos demais 139 municípios do Tocantins, Wanderlândia ocupa a 71^a posição. O índice de Gini do município, responsável por indicar a concentração de renda municipal, é de 0,42, o que o coloca na 52^a posição estadual. No que diz respeito ao ranking de incidência de pobreza, o município está na 109^a posição. O Produto Interno Bruto (PIB) municipal em 2016 foi de R\$13.178,02, colocando Wanderlândia na 80^a posição no ranking estadual.

As práticas econômicas do município giram em torno da prestação de serviços (40,50% do pessoal ocupado) e da agropecuária (29,20% do pessoal ocupado). O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,7 salários mínimos e 43,6% dos residentes do município vivem em domicílios que recebem até meio salário mínimo por pessoa (IBGE, 2019). De acordo com dados do MDS (2019), em julho de 2021, 1.412 famílias do município receberam o benefício financeiro do Programa Bolsa Família, o que representa, aproximadamente, 34% da população municipal. O valor médio repassado por família foi de R\$70,74.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE realizado em 2017, é possível identificar algumas características típicas do meio rural de Wanderlândia. A área rural ocupada por estabelecimentos agropecuários é de 59,78% da área total do município e se distribui por 484 estabelecimentos, chegando a uma média de 169,61 hectares por estabelecimento. Desses estabelecimentos, 243 são de propriedades individuais, 238 de propriedades de condomínio, consórcio ou união de pessoas, 1 área pública de propriedade governamental e 2 propriedades de sociedades anônimas. Desse total de propriedades, 352 são enquadradas como pertencentes à agricultura familiar, ou seja, 72,72% dos estabelecimentos do município. Em relação à

classificação por gênero, 201 são propriedades da agricultura familiar de titularidade masculina e 56 de titularidade feminina (IBGE, 2021).

Os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2021) também caracterizam o pessoal ocupado nas propriedades rurais. O total do pessoal ocupado é de 1.431 pessoas, sendo que, dessas, 1.112 possuem laços de parentesco com o produtor rural, que representa 77,70% do pessoal ocupado. Esses dados nos mostram a tendência à masculinização e ao envelhecimento do espaço rural, principalmente nas famílias agricultoras. Esse pessoal é assim descrito:

Quadro 29 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Tocantins com laços de parentesco com o produtor

Pessoal	Qtd.
Homens menores de 14 anos	37
Homens maiores de 14 anos	695
Mulheres menores de 14 anos	35
Mulheres maiores de 14 anos	345

Fonte: IBGE (2019).

Outras características referentes aos titulares das propriedades também são fornecidas por essa base de dados. Em termos de escolaridade, 100 proprietários possuem segundo grau completo, 96 cursaram o ensino fundamental e 76 nunca frequentaram ambientes escolares. No que diz respeito à idade dos proprietários, têm-se que 272 possuem entre 50 e 60 anos e 188 possuem mais de 60 anos. Menores que 30 anos de idade são 20 proprietários. Em relação à cor ou raça dos proprietários, a base de dados indica que são: 181 branca, 53 preta, 8 amarela e 238 parda.

No que diz respeito à organização do espaço rural, o município possui oito povoados: Ponta do Asfalto, Vila Cearense, Bandeira, Brejão, Floresta, Araçulândia, Crato e São Lourêncio (CHAGAS, 2014) e três assentamentos da reforma agrária: PA Estrela, PA Costa Rica e PA Ipê Amarelo. Silva (2012) relata a influência de Padre Josimo Moraes Tavares na década de 1980 por meio da CPT na disputa por propriedades improdutivas na região que culminou na criação de diversos assentamentos da reforma agrária no município. A autora também relata a presença de duas importantes empresas econômicas no município: uma empresa florestal, com mais de 1.000 hectares de área plantada e o posto de combustível Bola Branca, local reconhecido nacionalmente na década de 1990 e início dos anos 2000 pelo alto índice de denúncias por casos de prostituição (SILVA, 2012). Os aliados dessa pesquisa informam que, atualmente, esses relatos não são mais escutados.

Os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) indicam que o município de Wanderlândia possui três Projetos de Assentamentos (PA) reconhecidos: PA Costa Rica, criado em 1998, que possui 168 famílias distribuídas em 6.620,58 hectares; o PA Estrela, criado em 2002, com 34 famílias distribuídas em 1.382,91 hectares; e o PA Ipê Amarelo, criado em 2005 e com 37 famílias distribuídas em 1.363,71 hectares. O histórico de conquista da terra por meio dos assentamentos é contado por Amauri, que relata o seguinte:

Aí assim, aí foi conquistando... o primeiro assentamento foi o Costa Rica, aí depois veio o assentamento Estrela, aí depois o assentamento Ipê Amarelo, aí por último veio o assentamento Esperantina na Serra de São Félix. [...] aí foi o seguinte também, até o ano de 97 era o movimento sindical ligado a CONTAG, CONTAEG, depois foi a FAET, COTAEG era Goiás, essa FAET Tocantins, e os Sindicatos. Em 2000... 98 chegou pra cá o MST, e ele foi fundado nessa região, inclusive eu fiz parte da coordenação estadual, [...] então a gente organizou um trabalho na região aqui... por exemplo, Wanderlândia, Darcinópolis, nós fizemos um trabalho nas periferias de Araguaína, até Tocantinópolis, e Estreito-Maranhão, e ocupamos a primeira fazenda do MST que foi, que se tornou o assentamento Primeiro de Janeiro, ele é aqui no Município de Palmeiras. E algumas famílias de Wanderlândia foram, como esse assentamento também que eu te falei, a Destilaria tem muitas famílias de Wanderlândia. [...] Já Wanderlândia esvaziou, porque aqui não tem assim... a gente pede a história das fazendas, mas o INCRA fala que não é muito boa, que tem muita areia, que não tem água. A gente era pra ter mais assentamento, mas pela essa questão agrônômica, acaba apropriando de outras áreas... (ENTREVISTA, AMAURI, 2019, p. 4).

Os agricultores do município possuem à disposição um leque de políticas públicas de inclusão produtiva para que se candidatem ao acesso. São elas: Programa Nacional de Alimentação Escolar, modalidade escolas municipais e modalidade escola estadual; Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Doação Simultânea via Ruraltins e via CONAB. Alguns agricultores também participam das chamadas públicas do PNAE do município de Araguaína (a 48 km de distância de Wanderlândia) (ENTREVISTA, FERNANDO, 2019). Quem define qual política acessará, são as próprias famílias, que analisam as características de cada uma e faz sua escolha. Por exemplo, o pagamento do PAA via Ruraltins é feito por depósito bancário na conta do titular do projeto, enquanto o PAA via CONAB é feito em dinheiro. A partir dessas características específicas, as famílias optam por uma ou por outra (ENTREVISTA, AMAURI, 2019).

Os agricultores de Wanderlândia já tiveram acesso a outras políticas públicas para desenvolvimento rural, tais como o programa de documentação da trabalhadora rural, avaliado como positivo pelos aliados da pesquisa, e o Pronaf que, apesar de permitir o acesso a uma fonte de financiamento, fez com que os agricultores se endividassem sem condições de arcarem com esse endividamento (ENTREVISTA, AMAURI, 2019).

De acordo com os relatos dos aliados da pesquisa, alguns produtos são mais comuns de serem comercializados por essas políticas públicas. Dentre eles estão: farinha de mandioca, polvilho, feijão verde, banana, mandioca, abóbora, hortaliças, melancia, coco, tempero, corante, polpa de frutas e frango caipira.

No primeiro encontro com os aliados do município, uma situação já me chamou a atenção. Sempre quando conversei com extensionistas e com agricultores familiares de todo o país, percebi a dificuldade de se construir uma estrutura no município para inspeção e concessão dos selos de controle de qualidade dos produtos comercializados. Os relatos dos aliados descrevem que, em Wanderlândia, a prefeitura municipal atua na expedição dos selos de inspeção municipal (SIM) para que os agricultores possam comercializar os produtos de origem animal e relatam a atuação da vigilância sanitária nas vistorias e autorizações para comercialização de origem vegetal e seus subprodutos, como farinha de mandioca (BRASIL, 2007) ou polpa de frutas (IN MAPA n° 49, 2018). O SIM é exigência na comercialização no município de qualquer produto de origem animal (BRASIL, 1989).

Apesar de terem a estrutura de vistoria e orientação à disposição, não são todas as famílias que possuem possibilidades financeiras suficientes para se adequarem às normas, principalmente as que dizem respeito às especificações que requerem construções e reformas físicas nas propriedades rurais. No caso da comercialização do frango caipira há uma situação peculiar em que a estrutura física de uma família é oferecida às demais famílias do assentamento Ipê Amarelo para que outras possam fazer o abate da maneira permitida pela inspeção municipal (ENTREVISTA, AMAURI, 2019).

Uma peculiaridade que nos oferece uma pista dos motivos que levam o município a se destacar dos demais, é a atuação do secretário de agricultura do município que possui em sua trajetória de vida o contato e a organização dos agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária. A atuação desse secretário é destacada nas entrevistas com os aliados e pode ser notada no seguinte trecho:

Aí ele dá um apoio muito legal mesmo, é uma das secretarias mais atuantes que tem aqui na região é ele. Da gente ir lá, a gente executa o programa na secretaria, é lá que a gente recebe, pesa, distribui, consegue veículo pra poder distribuir. Então assim, foi a melhor parceria que eu já tive nesse seis (6) anos de órgão, foi lá. É, então assim, ele mobiliza muito mesmo, manda aviso, manda recado, vai atrás, aí a gente conseguiu essas vinte e cinco (25) famílias a mais (ENTREVISTA, FERNANDO, 2019, p. 2).

De acordo com o entrevistado Fernando, dos demais municípios da região norte do estado em que ele atua, essa é a única secretaria municipal que compreende a importância dessas políticas públicas e valoriza a produção de alimentos provenientes da agricultura familiar.

No que diz respeito à organização social das mulheres, Amauri relata que as únicas ações realizadas no município como tentativa de organizá-las são provenientes da Secretaria de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais, organizada por um dos diretores do sindicato e pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Não foram identificados casos em que as mulheres acessem programas de crédito específico para elas ou para suas organizações coletivas. O relato obtido pelas entrevistas com os aliados é que o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural possibilitou o acesso a diversos tipos de documentos a quase todas as mulheres jovens e adultas do município (ENTREVISTA, AMAURI, 2019). Não foi possível obter os dados concretos desse acesso nos órgãos governamentais responsáveis.

Duas situações foram esclarecidas por Fernando e Amauri quando questionados sobre as dificuldades na operacionalização dos contratos com o PAA. Ambos relataram que no ano de 2018 não houve execução devido a dois fatores. No PAA operacionalizado pelo Ruraltins, Fernando explica que, em decorrência da instabilidade⁶ no governo estadual do Tocantins no referido ano, nenhum contrato conseguiu ser assinado devido a problemas burocráticos, como falta de responsável para assinar os documentos. Em relação ao PAA executado pela prefeitura via CONAB, não houve repasse financeiro para as compras no ano mesmo período. Como estratégia para contenção da contaminação pelo novo Coronavírus, durante os anos de 2020 e 2021 os municípios tocantinenses suspenderam o calendário escolar, o que resultou na paralisação das aquisições de alimentos para o PNAE (SOUSA, JESUS e BERALDO, 2021).

Essas informações coletadas inicialmente, me permitiram concluir que o município de Wanderlândia apresenta características específicas que justificam os dados numéricos apresentados pelo FNDE (BRASIL, 2019) e pelo SISPA (2019) que o destacam como o município com características rurais que mais acessou ambas as políticas públicas nos últimos anos. Com essa percepção é que apresento, no próximo tópico, os aliados e as famílias que aceitaram fazer parte desse estudo e as informações coletadas a partir do trabalho de campo.

2.4. Os aliados da pesquisa

Como afirmam Stéphane Beaud e Florence Weber (2007), uma pesquisa não pode ser realizada sem a colaboração de certos “aliados”. Mais do que informantes, são essas peças-chave que permitirão que o pesquisador penetre no meio que pretende estudar e que possibilite

⁶ O governador eleito foi cassado em 2018, último ano de seu mandato. Uma eleição suplementar foi instituída até que novas eleições fossem feitas, em outubro de 2018. Devido a essas alterações, os cargos de chefia foram alterados diversas vezes.

a abertura ou o fechamento de portas e janelas. No caso desse estudo, foram cinco os aliados que me abriram portas e clarearam meu olhar para a lógica da inserção das famílias às políticas públicas. Os nomes dos aliados foram alterados para que se mantivesse a confidencialidade da pesquisa.

Quadro 30 – Perfil dos aliados da pesquisa

Código	Aliado	Função	Perfil
I2	Fernando	Extensionista rural do Ruraltins em Araguaína	Homem jovem, graduado em Medicina Veterinária, estudante de graduação em Psicologia.
I2	Rafaela	Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação de Wanderlândia	Mulher adulta, proveniente de Belém/PA e atuante na prefeitura de Wanderlândia desde 2011.
I3	Laís	Ex coordenadora da alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação de Wanderlândia	Mulher adulta. Atuou como coordenadora da alimentação escolar de 2013 até maio de 2019. Se desligou da função na secretaria municipal para abrir uma farmácia no município.
I4	Roberta	Coordenadora da alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação de Wanderlândia	Mulher jovem. Trabalhava na secretaria de educação e foi nomeada como coordenadora da alimentação escolar em junho de 2019.
I5	Amauri	Secretário de agricultura de Wanderlândia	Homem adulto. Foi liderança do movimento de trabalhadores rurais sem terra da região e atual liderança do Movimento de Trabalhadores do Campo. Foi vice-prefeito e é o atual secretário de agricultura do município. Diretor do sindicato de trabalhadores rurais de Wanderlândia.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Algumas informações são importantes para contextualizar as condições em que cada uma dessas entrevistas foi realizada. A entrevista com Fernando ocorreu na sede do Ruraltins, em Araguaína. Seu nome surgiu como possível aliado por indicação de pessoas conhecidas no instituto como sendo o responsável pelo acesso ao PAA em Wanderlândia. A Laís foi sugerida pelo Fernando como uma potencial aliada por conhecer há mais tempo a execução do PNAE no município em questão.

Ao procurar Laís na secretaria de educação, fui informada que quem era a atual responsável, visto que Laís havia se desligado da prefeitura, era Roberta. No entanto, como Roberta só estava no cargo há pouco mais de um mês, optou-se por manter a entrevista com Laís. Nesse momento, a própria secretária de educação me procurou e solicitou que Roberta participasse da entrevista para que pudesse compreender melhor os processos relacionados às suas funções. Por esse motivo, Laís convidou Roberta e Rafaela, esta última nutricionista da

Secretaria Municipal de Educação, para conceder a entrevista a mim no seu atual local de trabalho, uma farmácia da qual é proprietária.

Tanto Fernando quanto Laís indicaram Amauri como o principal conhecedor das famílias da agricultura familiar do município. Amauri foi entrevistado na secretaria de agricultura do município e se encontrou comigo por diversas vezes para me explicar como encontrar as famílias, tirar dúvidas sobre a execução dos projetos e demais assuntos que surgiram no decorrer do trabalho de campo.

Além de possibilitarem a compreensão do campo, esses aliados também me indicaram famílias que acessam as políticas públicas no município e que se disponibilizariam a me receber. É importante lembrar que, na fase inicial do trabalho de campo, o intuito era o de entrevistar quatro famílias que surgiram em todas as entrevistas e informações prestadas por todos os aliados. No entanto, ao nos depararmos nas estradas rurais, percebemos algumas dificuldades em encontrar essas famílias. Em primeiro lugar, ao apresentarmos os nomes do casal, ninguém sabia quem eram. Realidade comum no meio rural em que a maioria é sempre conhecida por seus apelidos e não pelos nomes. Em segundo lugar, algumas famílias não são mais compostas pelo casal que possui os registros, alguns casais se separaram, outros já pararam de acessar o programa. No entanto, estando no campo, optei por, ao procurar os nomes que eu tinha, questionar aos que eu encontrava nas casas ou nas estradas, se eles conheciam famílias que acessam ou acessaram alguma das políticas. A bola de neve nos apresentou três novas famílias e novas realidades nos foram apresentadas.

Foram vários os caminhos que utilizei para conseguir realizar a pesquisa de campo. Uma via foi a de receber o apoio do secretário municipal de agricultura do município da época. Atuante no sindicato de trabalhadores rurais e nos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, ele era considerado um líder dos agricultores familiares da região. Além de orientar as direções geográficas das estradas, caminhos e trilheiros para chegar às propriedades rurais, ele me acompanhou em algumas idas a campo em regiões mais distantes e que julgou que eu teria mais dificuldade para ter a abertura dos moradores. Outro caminho que utilizei foi o de realizar expedições pelos assentamentos e ir me apresentando para os moradores que eu encontrava pelas estradas: me apresentava, falava de onde eu vinha, dizia o que eu estava fazendo ali e pedia ajuda. Os moradores sempre me indicavam novos entrevistados e novas estradas para percorrer. Cada um desses caminhos escolhidos apresenta uma nova forma de compreensão da realidade local e uma nova abertura das famílias entrevistadas. As entrevistas iniciais com os aliados e com essas famílias me permitiu compreender melhor a realidade do município e iniciar

a elaboração e a aplicação do questionário da pesquisa. Essas informações serão apresentadas no próximo tópico.

2.5. Os agentes da pesquisa

Este tópico possui dois objetivos: o primeiro é o de apresentar como foi feito o trabalho de coleta de dados, descrevendo como alcancei o total de 41 famílias para comporem o corpus da pesquisa; o segundo objetivo é o de apresentar quem são essas famílias e como elas são compostas. Essas considerações são necessárias para que a análise dos dados seja feita de maneira atrelada à realidade das famílias. Essas informações também se fazem necessárias para que, quando os dados da ACM forem apresentados, seja viável a visualização dos campos sociais formados.

A primeira etapa da pesquisa de campo ocorreu durante os meses de agosto e setembro de 2019 e sete famílias foram entrevistadas com o intuito de conhecer melhor a região estudada e compreender como ocorre o acesso às políticas do PAA e do PNAE no município. Nesse primeiro momento, o objetivo da ida a campo era saber se o estudo era viável e buscar pistas para a elaboração do questionário da pesquisa.

Como já foi explicitado, o universo da pesquisa totalizou em 41 famílias diferentes que acessaram os programas por pelo menos um ano, dentre ambos os semestres dos anos de 2015 a 2017. A segunda etapa, de aplicação do questionário, foi realizada em 2020 com todas as 41 famílias, sendo que dezenove famílias foram entrevistadas entre os meses de fevereiro e março de 2020, e vinte e uma famílias entre os meses de novembro e dezembro de 2020. Esse hiato na pesquisa de campo foi em função das medidas de contenção no avanço da pandemia do Covid-19 no estado.

É importante deixar registrado que essas famílias foram identificadas pelas listagens de titulares dos projetos do PAA e do PNAE da prefeitura de Wanderlândia e do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS), excluindo-se apenas as famílias que acessaram por menos de um ano ou que não fizeram nenhuma entrega para os órgãos beneficiários dos programas. Os grupos familiares que acessaram o programa com mais de uma DAP⁷, foram considerados como apenas uma família. Também foram excluídas as famílias que

⁷ Para conseguir comercializar um maior número de produtos, é prática usual no meio rural os grupos familiares possuírem mais de uma DAP por família e, com isso, realizar mais de um cadastro nos programas. Para não haver duplicidade de informações, para essa pesquisa, esses grupos familiares com mais de uma DAP foram considerados apenas como uma família.

se recusaram a participar da pesquisa. Nesse momento de aplicação dos questionários, não foram excluídas as unidades familiares compostas por adultos solteiros, visto que o intuito era o de caracterizar o espaço social das famílias que acessaram o PAA e o PNAE. Excluir essas famílias poderia inviabilizar a identificação de características específicas que apenas essas famílias apresentam ou passaram a apresentar a partir do acesso aos programas.

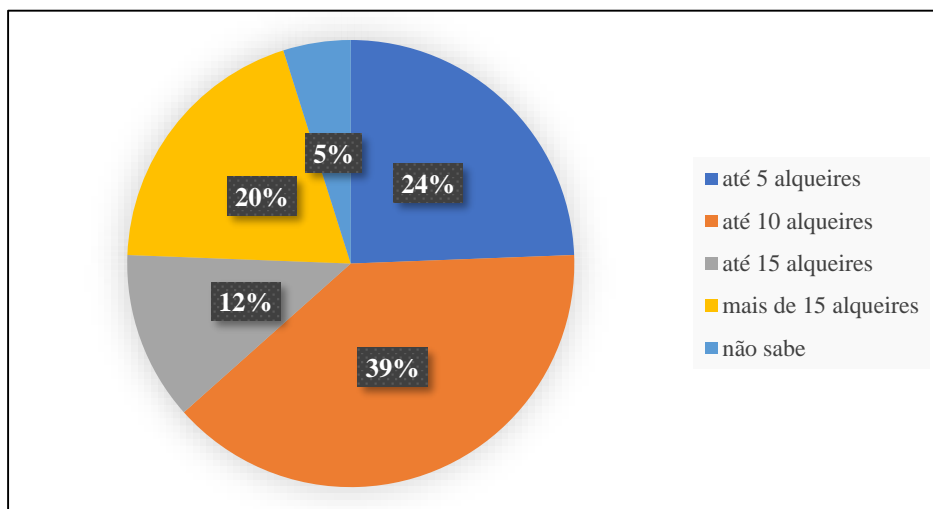
Gostaria de esclarecer que eu não me restringi às famílias da agricultura familiar ou a alguma categoria específica. Meu recorte foram as famílias que acessaram aos programas, ou seja, que atendiam as exigências para a posse da DAP. Portanto, o que denomino aqui de agricultura familiar abrange todas as especificações – assentados, posseiros, trabalhadores rurais – que só serão destacadas no texto, no momento em que essa especificidade for fundamental para a compreensão das informações e análises.

As famílias estão localizadas em onze povoados distintos: PA Costa Rica e Serra de São Félix, com dez famílias em cada local; PA Ipê Amarelo, com nove famílias; Serra Curta, com três famílias; área urbana de Wanderlândia e Vila Matias, com duas famílias em cada; e Povoado Floresta, Araçulândia, Correntino, Córrego Areia e PA Estrela, com uma família em cada local.

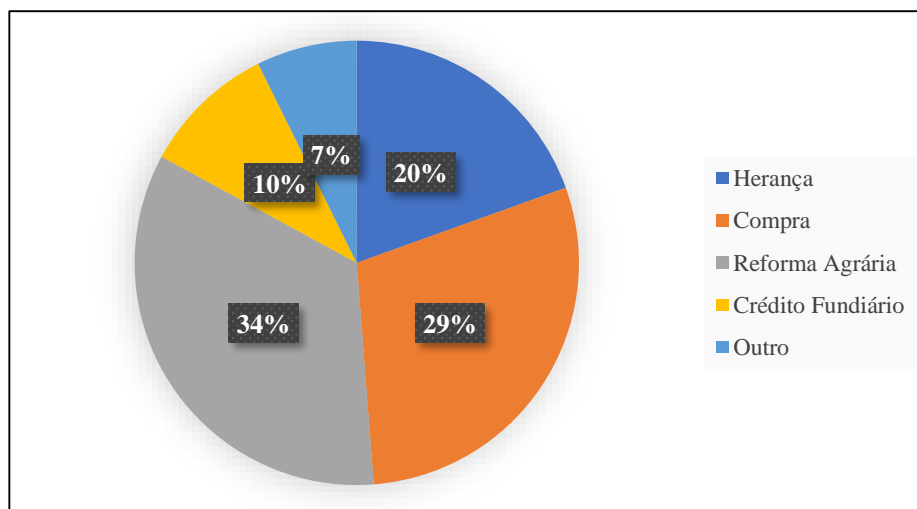
As famílias são compostas, em sua maioria, por casais (onze famílias) ou por um casal e uma terceira pessoa (onze famílias). Oito famílias são compostas apenas por uma pessoa, sendo que seis são homens e duas são mulheres que vivem sozinhas.

A titularidade da DAP está no nome das mulheres em quatorze famílias, sendo que possui a titularidade masculina em 23 famílias. O casal possui a titularidade da DAP em três famílias e a filha do casal em uma família é quem possui a titularidade da DAP.

A origem da terra em que a família reside e o tamanho das propriedades são demonstrados nos gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Tamanho das propriedades rurais

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Gráfico 2 – Origem das propriedades rurais

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Na sequência, apresento um quadro com maiores detalhes sobre cada uma das famílias que compuseram o corpus da pesquisa.

Quadro 31 – Perfil das famílias que compõem o corpus da pesquisa

continua

Cód. Famílias	Localização	Composição Familiar	Idade	Escolaridade	Cor/raça	Tamanho da propriedade	Origem da terra	Programa	Tempo de acesso
F1	P.A. Costa Rica	Mulher adulta	56	8° ano	Negra	Até 10 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 3 anos
		Homem adulto	49	7° ano	Branca				
		Mulher jovem	16	3° ens. Médio	Branca				
		Mulher jovem	14	1° ens. Médio	Branca				
		Mulher jovem	10	5° ano	Branca				
		Mulher jovem	9	3° ano	Branca				
		Homem jovem	7	2° ano	Branca				
		Mulher jovem	1,8	Não	Branca				
F2	P.A. Costa Rica	Mulher adulta	69	Não estudou	Negra	Até 10 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 3 anos
		Homem adulto	73	Pouco	Negra				
F3	P.A. Ipê Amarelo	Homem adulto	55	8° ano	Branca	Mais de 15 alqueires	Compra	PAA	Até 5 anos
								PNAE	Até 5 anos
F4	Araçulândia	Mulher adulta	41	3° ens. Médio	Negra	Mais de 15 alqueires	Herança	PNAE	1 ano
		Homem adulto	60	4° ano	Branca				
		Mulher jovem	15	1° ens. Médio	Branca				
F5	Povoado Floresta	Homem adulto	73	Pouco	Negra	Até 15 alqueires	Compra	PNAE	Até 3 anos
		Mulher adulta	73	4° ano	Negra				
		Mulher jovem	20	Cursando superior em Direito	Não Branca				
F6	Serra de São Félix	Homem adulto	58	8° ano	Branca	Até 5 alqueires	Herança	PAA	Até 3 anos
F7	Serra de São Félix	Homem jovem	24	Educador Físico	Não Branca	Até 5 alqueires	Crédito Fundiário	PAA	Até 3 anos

Quadro 32 – Perfil das famílias que compõem o corpus da pesquisa

continua

F8	Serra de São Félix	Mulher adulta	44	Bióloga e Pedagoga	Não Branca	Até 5 alqueires	Crédito Fundiário	PAA	Até 3 anos
		Homem adulto	35	3° ens. Médio	S/i				
		Mulher jovem	10	7° ano	S/i				
F9	Serra de São Félix	Homem adulto	57	8°	Negra	Até 5 alqueires	Crédito Fundiário	PAA	1 ano
		Mulher adulta	42	4°	S/i				
		Homem jovem	20	3° ens. Médio	S/i				
		Homem jovem	18	3° ens. Médio	S/i				
		Homem jovem	4	Não	S/i				
F10	Wanderlândia	Homem adulto	59	3° ens. Médio	Negra	Até 5 alqueires	Outro	PAA	Até 5 anos
								PNAE	Até 5 anos
F11	Vila Matias	Mulher adulta	56	8° ano	Negra	Até 10 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 5 anos
		Homem adulto	47	Não estudou	S/i				
		Mulher adulta	31	Cursando superior em Pedagogia	S/i				
		Mulher jovem	16	Pré-vestibular	S/i				
		Mulher jovem	9	Ens. Fundamental	S/i				
		Homem jovem	8	Ens. Fundamental	S/i				
		Homem jovem	5	Ens. Fundamental	S/i				
F12	Serra Curta	Mulher adulta	52	Superior em Administração de Empresas	Não branca	Até 5 alqueires	Herança	PAA	1 ano

Quadro 33 – Perfil das famílias que compõem o corpus da pesquisa

continua

F13	Vila Matias	Mulher adulta	35	Superior em Serviço Social	Branca	Até 5 alqueires	Reforma Agrária	PAA	1 ano
		Homem adulto	37	3° ens. Médio	Branca			PNAE	Até 5 anos
		Mulher jovem	3	Não	Branca				
F14	P.A. Costa Rica	Mulher adulta	29	Superior em Pedagogia	Negra	Até 10 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 5 anos
		Homem adulto	31	3° ens. Médio	S/i			PNAE	1 ano
		Mulher jovem	7	1° ano	S/i				
		Homem jovem	2	Não	Não branca				
F15	P.A. Costa Rica	Mulher adulta	47	Superior em Serviço Social	Negra	Mais de 15 alqueires	Outro	PAA	Até 3 anos
		Homem adulto	51	Só assina	S/i				
		Homem jovem	19	Ens. Fundamental	S/i				
		Homem jovem	26	Ens. Fundamental	S/i				
F16	P.A. Ipê Amarelo	Mulher adulta	59	Pós Grad. - Pedagogia	Negra	Até 10 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 3 anos
		Homem adulto	56	3° ens. Médio	S/i				
F17	Serra de São Félix	Homem adulto	70	3° série	Negro	Até 15 alqueires	Herança	PAA	Até 3 anos
		Mulher adulta	50	3° ensino médio – EJA	Branca				
F18	Serra de São Félix	Mulher adulta	64	3° ens. Médio	Negra	Até 15 alqueires	Compra	PAA	Até 5 anos
		Homem adulto	63	Ens. Fundamental	S/i				
		Homem jovem	22	Ens. Fundamental	S/i				

Quadro 34 – Perfil das famílias que compõem o corpus da pesquisa

continua

F19	Serra de São Félix	Homem adulto	53	7° série	Não branca	Mais de 15 alqueires	Herança	PAA	Até 5 anos
		Mulher adulta	77	5° serie	Branca			PNAE	Até 5 anos
		Mulher adulta	43	3° ens. Médio	S/i				
F20	Córrego Areia	Mulher adulta	42	Superior em Administração	Branca	Até 5 alqueires	Compra	PAA	Até 3 anos
		Homem adulto	47	Técnico agrícola	Branco				
		Mulher jovem	14	Ens. Fundamental	Branca				
		Homem jovem	13	Ens. Fundamental	Branco				
F21	P.A. Ipê Amarelo	Homem adulto	52	Ens. Fundamental	Negro	Até 15 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 5 anos
		Mulher adulta	62	Magistério	Negra				
F22	P.A. Ipê Amarelo	Mulher adulta	63	Pouco	Negra	Até 10 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 3 anos
		Homem adulto	70	Um pouco mais	Negro				
F23	P.A. Ipê Amarelo	Mulher adulta	75	Sabe ler	Branca	Até 10 alqueires	Compra	PAA	Até 3 anos
F24	Serra de São Félix	Homem adulto	73	Até a 4° serie	Negro	Mais de 15 alqueires	Crédito Fundiário	PAA	Até 3 anos
		Mulher adulta	63	Até a 4° serie	Negra				
		Homem jovem	18	Ensino médio	Negro				
F25	Serra de São Félix	Mulher adulta	72	EJA	Negra	Mais de 15 alqueires	Herança	PAA	Até 3 anos
		Homem adulto	86	Até a 4° serie	Negro				
F26	Serra de São Félix	Homem adulto	67	Até a 6° serie	Branco	Mais de 15 alqueires	Herança	PAA	Até 3 anos
		Mulher adulta	68	8° serie	Negra				
		Homem adulto	40	8° serie	Branco				
F27	Serra Curta	Homem adulto	51	Sabe ler	Branco	Até 5 alqueires	Compra	PAA	Até 3 anos
		Mulher adulta	34	Ensino médio	Negra				

Quadro 35 – Perfil das famílias que compõem o corpus da pesquisa

continua

		Mulher jovem	13	7° série	Não branca			PNAE	1 ano
		Mulher jovem	14	9° ano	Não branca				
F28	Correntino	Homem adulto	71	Não estudou	Negro	Até 5 alqueires	Compra	PAA	Até 3 anos
F29	P.A. Costa Rica	Homem adulto	74	8° serie	Negro	Até 10 alqueires	Compra	PAA	Até 5 anos
		Mulher adulta	56	3° serie	Negra				
F30	P.A. Costa Rica	Homem adulto	37	EJA	Branco	Até 10 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 5 anos
		Mulher adulta	58	Ensino médio	Branca				
		Homem adulto	63	7° série	Branco				
		Mulher jovem	27	Ensino médio	Branca				
F31	P.A. Costa Rica	Homem adulto	38	5° serie	Não branca	Até 10 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 5 anos
		Mulher adulta	35	1° ens. Médio	Não branca				
		Homem jovem	8	2° serie	Branco				
		Homem jovem	15	8° ano	Branco				
F32	P.A. Estrela	Homem adulto	53	Até a 4° serie	Negro	Até 10 alqueires	Compra	PAA	1 ano
F33	P.A. Costa Rica	Homem adulto	42	Só assina	Negro	Até 10 alqueires	Compra	PAA	Até 3 anos
		Mulher adulta	27	Ensino médio	Negra				
		Mulher jovem	2	Não	Negra				
		Mulher jovem	9	2° serie	Negra				
		Mulher jovem	1	Não	Negra				
		Mulher jovem	11	4° serie	Negra				
F34	P.A. Costa Rica	Mulher adulta	40	Superior em Pedagogia	Branca	Até 15 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 5 anos
		Homem adulto	44	3° serie	Branco				
		Homem jovem	18	Ensino médio	Branco				

Quadro 36 – Perfil das famílias que compõem o corpus da pesquisa

									conclusão
F35	P.A. Costa Rica	Homem adulto	53	Até a 4° serie	Negro	Até 10 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 3 anos
		Mulher adulta	53	Até a 4° serie	Negra				
F36	P.A. Ipê Amarelo	Homem adulto	54	Ensino médio	Negro	Até 10 alqueires	Reforma Agrária	PAA	Até 3 anos
		Mulher adulta	39	Superior em Administração	Negra				
		Mulher jovem	19	Cursando superior em Direito	Negra				
F37	P.A. Ipê Amarelo	Mulher adulta	61	Até 5° serie	Branca	Não sabe	Compra	PAA	1 ano
		Homem adulto	67	Até 3° serie	Branco				
		Homem jovem	17	1° ens. Médio	Branco				
		Homem jovem	12	6° ano	Branco				
		Mulher adulta	84	Não estudou	Branca				
F38	P.A. Costa Rica	Homem adulto	73	Pouco	Não branca	Até 10 alqueires	Compra	PAA	1 ano
		Mulher adulta	43	7° série	Não branca				
F39	P.A. Ipê Amarelo	Mulher adulta	40	8° serie	Negra	Até 10 alqueires	Reforma Agrária	PAA	1 ano
		Homem adulto	38	5° serie	Negro				
F40	Serra Curta	Mulher adulta	27	Superior em Zootecnia	Branca	Mais de 15 alqueires	Outro	PAA	Até 3 anos
		Homem adulto	38	Técnico em zootecnia	Negro			PNAE	Até 3 anos
		Homem jovem	2	Não	Não Branca				
F41	Wanderlândia	Homem adulto	31	Ensino médio	Branco	Não sabe	Herança	PAA	Até 1 ano
		Mulher adulta	37	Ensino médio	Negra				

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A partir da aplicação desses questionários, de sua tabulação e realização da ACM, foram selecionadas quinze famílias para a realização da entrevista em profundidade. Nesse momento, o objetivo era de entrevistar apenas as mulheres para conhecer mais profundamente suas histórias de vida, sua relação com a vida produtiva familiar e como as relações geracionais e de gênero se estruturam em cada família. Foi tentado ao máximo que a entrevista fosse realizada sem a presença dos maridos ou dos filhos, mas, infelizmente, isso não foi possível em todas as famílias. Em duas, os maridos exigiram a permanência e, em uma, o filho adolescente também se manteve próximo. Ainda assim, avalio que não houve perda de qualidade no conteúdo das entrevistas e, até mesmo nesses casos, foi possível alcançar os objetivos propostos com esse método. As informações levantadas com essas entrevistas estarão diluídas no decorrer das análises dos dados nos capítulos dedicados a elas.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Neste referencial, serão apresentadas as bases para o delineamento teórico utilizado para se analisar como a inserção das políticas públicas no cotidiano da relação familiar no meio rural pode ter alterado, de alguma forma, os *habitus* dos membros das famílias e até mesmo a posição das mulheres no espaço social em que estão inseridas. Serão apresentados: o histórico da construção dos agricultores familiares como beneficiários de políticas públicas para o meio rural; o conceito de gênero como categoria de análise da relação estabelecida entre os indivíduos das famílias rurais; a proposta teórica de Viviana Zelizer que abrange a ideia das vidas conexas como perspectiva de análise da dualidade entre público/privado e relações econômicas/intimidade; e a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu para compreender o sentido prático da ação social das famílias rurais dentro do espaço no qual elas atuam.

Durante a exposição do conteúdo teórico, tentar-se-á apresentar os diálogos desses autores com a literatura que se dedica a estudar o universo das relações sociais de gênero na agricultura familiar brasileira a fim de demonstrar os avanços e as ausências nos estudos e a forma como essas correntes teóricas podem contribuir com uma melhor compreensão da realidade rural brasileira.

Nesse sentido, alguns estudos se destacam na melhor compreensão dessa realidade. Dentre eles, podemos destacar alguns, como os quarenta anos de pesquisas realizadas pela Maria Ignês Paulilo (2016); as teses de doutoramento das autoras Andrea Zarzar (2017), Carmem Hernandez (2009), Alexandra Filipak (2017) e Cátia Grisa (2012); e os estudos antropológicos da vida familiar rural desenvolvidos pelos pesquisadores do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como Beatriz Heredia (2013), Marie France Garcia (1992) e Beatriz Heredia, Marie France Garcia e Garcia Junior (1984).

CAPÍTULO 3: RECONVERSÃO DE *HABITUS* E MUDANÇA NO CAMPO SOCIAL

A teoria de Pierre Bourdieu propõe uma alternativa para compreender a ação econômica levando em conta que os dispositivos econômicos que fazem com que os indivíduos tomem suas decisões não são compostos por elementos apenas exógenos, mas também por elementos endógenos e dependentes de uma trajetória histórica vivenciada por esses indivíduos. Suas observações mostram que, mesmo em casos em que há uma estrutura de meio e ações pré-determinadas, os agentes se baseiam em suas intuições e experiências anteriores para se adaptarem às exigências e emergências da ação (BOURDEIU, 2000). O autor centra sua tese na ideia de que os indivíduos estão enraizados em um sistema de valores e de crenças que os concede uma visão moral do mundo. E que essa moralidade também faz parte dos elementos que os levam à ação, e não apenas os preceitos individuais como a teoria econômica neoclássica defende. Para ele, “o sujeito dos atos econômicos não é o *Homo economicus*, mas o homem real que faz a economia” (BOURDIEU, 1979, p. 13).

Foi a partir de seus estudos empíricos que Bourdieu foi capaz de conceber seu conjunto de conceitos estruturados que possibilitaram que ele compreendesse os fatos sociais dos grupos que estudou. Nesse sentido, teoria e empiria andaram sempre lado a lado para compreensão da realidade. A prática econômica, assim, é parte da composição do fato social total, e não um recorte isolado do funcionamento da sociedade. Para se compreender o mundo social, então, a orientação do autor é que nos armemos de conhecimentos que permitam construir modelos históricos capazes de explicar as instituições econômicas (BOURDIEU, 2000).

Por essa razão, o referencial teórico que aqui se construirá é uma tentativa de apresentar a teoria bourdieusiana como lente teórica para análise da literatura sobre a divisão sexual do trabalho. Ou seja, o objetivo desse capítulo não é o de dialogar com a literatura específica recente ou apresentar discussões sobre o meu objeto de estudo. Por hora, serão apresentados os principais conceitos propostos pelo autor que nos permitam compreender como se dão as práticas sociais e como se estabelecem as relações sociais de gênero.

3.1 O conceito de objetividade e subjetividade

O conhecimento científico pode se estruturar a partir de três formas de pensamento: o fenomenológico, o objetivista e o praxeológico. O conhecimento fenomenológico se concretiza na explicação pura e real do mundo social tal qual ele é, anterior às análises teóricas ou tratamentos conceituais. Nele, o mundo social é apreendido como um mundo natural e óbvio, uma verdade absoluta do que se vê. No conhecimento objetivista, os aspectos exógenos são constructos das relações sociais objetivas. O conhecimento objetivo é então constituído a partir do rompimento do conhecimento prévio e das relações subjetivas e a partir da objetividade dos fatos concretos. Bourdieu (2002) rompe com esses dois modos científicos ao propor o conhecimento praxeológico como lente teórica para compreensão da realidade social. Nele, o mundo social é compreendido por meio da dialeticidade entre objetivismo e as disposições estruturadas que permitem que a realidade social se adapte e se reproduza. Ou seja, para o autor, o mundo social é produto da interiorização do exterior e da exteriorização do interior (BOURDIEU, 2002) e de uma dupla translação teórica:

Opera, com efeito, uma nova inversão da problemática que a ciência objetiva do mundo social como sistema de relações objetivas e independentes das consciências e das vontades individuais constituiu, pondo ela própria as questões que a experiência primeira e a análise fenomenológica dessa análise tendiam a excluir (BOURDIEU, 2002, p. 146).

É importante ressaltar que o autor não nega e nem exclui as propostas do conhecimento objetivista, mas avança ao propor que ele componha a forma de compreensão do mundo social também como resultado de dispositivos estruturais, mas se enquadrando mais em um cruzamento entre a familiaridade com o mundo externo e o enraizamento com o universo íntimo do indivíduo (BOURDIEU, 2002).

Sua crítica ao objetivismo é explicada como uma árvore genealógica, que demonstra as relações de parentesco como se fossem estradas antigas. Possuem função de ser mais para fins oficiais do que para fins reais das relações familiares. O que o autor quer dizer é que, apesar das relações objetivas formais, existem várias outras relações reais que não são descritas ou classificadas pelos profissionais. Essa é a lógica utilizada, por exemplo, pelos economistas neoclássicos para objetivarem as relações econômicas como um encadeamento de práticas previsíveis e direcionadas por regras teóricas estatísticas e modelos matemáticos. E complementa que “o discurso objetivista tende a constituir o modelo construído para explicar as práticas como um poder realmente capaz

de determiná-los” (BOURDIEU, 2013a, p. 62), tornando os agentes como receptores de regras criadas por algum elemento externo, citando por exemplo frases como: a economia se regula sozinha, ou a classe trabalhadora necessita de flexibilização, ou a cultura popular determina a idade correta para o casamento. Essa forma de se tratar a sociedade, transforma sua história em um processo sem sujeitos, em que os indivíduos se tornam apenas suportes da estrutura que funciona a partir de suas próprias leis e ignorando a dialética de sua construção (BOURDIEU, 2013a).

Ao mesmo tempo, ao analisar as contribuições teóricas de Jean Paul Sartre sobre a subjetivação do ser, que reconhece o indivíduo como responsável pelo mundo que cria e não o vê como o resultado do que o mundo é, transforma a classe operária em classe mobilizada ao invés de transformá-la em agentes ativos e mobilizadores da história, constituindo assim uma “sociedade da inércia” (BOURDIEU, 2013a).

Todas as descrições “objetivas” dessa classe “objetiva” lhe parecem inspiradas em um pessimismo engenhosamente desmobilizador, que pretende enclausurar, até mesmo *afundar* a classe operária no que ela é e distanciar-la assim do que pode ser, da classe *mobilizada*, da qual se poderia dizer, bem como do sujeito sartreano, que ela é o que ela se faz (BOURDIEU, 2013a, p. 73).

A subjetividade em Sartre faz com que o indivíduo seja analisado como o responsável pela materialização da consciência que conquista por meio da práxis e do processo histórico que ele mesmo constrói. Como ele mesmo constrói sua história, sua crença se baseia na verdade vivida, no costume compartilhado e na própria história construída. Assim, o indivíduo não é fruto da história, mas sim agente construtor da história que escolhe construir. Essa ideia remete a um processo de enraizamento de crenças e de valores que constroem a história do indivíduo, e é esse sistema classificatório que permite os processos de tomada de decisão. Nesse sentido, a contribuição sartreana está em elucidar o indivíduo como sujeito da ciência, levando em conta diferentes níveis e aproximações, tanto com as relações objetivas, quanto com as relações subjetivas. Suas ideias levaram as teorias objetivistas a repensarem os dispositivos que guiam os processos de tomada de decisão dos indivíduos para além da busca racional dos maiores ganhos pelos menores esforços (BOURDIEU, 2013a).

Dessas ideias, Bourdieu (2013a) se apropria da contribuição de que é necessário recorrer aos costumes dos indivíduos para se compreender os dispositivos que ele acessa para tomada de decisão que faz. Se é a partir dessa verdade vista e dessa história vivenciada que o indivíduo age, é necessário que o costume esteja enraizado nele para

que não haja nenhuma imposição de nova verdade, “como a do hábito que, sem violência, sem arte, sem argumento, nos faz crer as coisas, e inclina todas as nossas potências a esta crença, de forma que nossa alma caia ali naturalmente” (BOURDIEU, 2013a, p. 81).

O que Bourdieu propõe, então, é que tanto as condições objetivas, quanto os dispositivos subjetivos inserem os indivíduos em um universo de economias que precisa ser analisado como um campo de disputas da prática social. Isso quer dizer que sua proposta científica se fundamenta em uma tentativa de compreensão da prática social a partir de uma nova forma de análise que ultrapassa tanto o objetivismo, quanto o subjetivismo. Em suma, sua crítica ao objetivismo se direciona ao reducionismo de se ter como dispositivos únicos de tomada de decisão do indivíduo os meios externos aos quais ele se relaciona, e sua crítica ao subjetivismo da análise, se direciona também ao reducionismo de se ter como determinante nas ações humanas, o subjetivismo inserido no interior de cada indivíduo (BOURDIEU, 2002).

Assim, o autor centra sua tese na busca pela dialética existente entre objetivismo e subjetivismo, ou seja, entre as disposições práticas de ação dos agentes e aos contextos práticos de sua aplicação. O *habitus* se traduz, então, na interiorização do exterior e na exteriorização do interior. Ele permite “perceber o modo pelo qual a subjetividade é compreendida como objetividade interiorizada e a objetividade como subjetividade objetivada” (MALVEZZI, 2018, p. 28).

3.2. Os conceitos de espaço social e Campo

O ponto de partida para se compreender a proposta teórica de Bourdieu é apreender que a realidade social é relacional. Isso posto, têm-se que só é possível compreender o comportamento humano ou as práticas sociais a partir das relações que elas estabelecem dentro de um campo que determina e que é determinado pelo *habitus* do grupo no qual as relações se estabelecem (BOURDIEU, 2008). Tal como se consolidam e afirmam as propostas dos estudos de gênero, não é possível entender as desigualdades na divisão sexual do trabalho, sem compreendermos o processo relacional que envolve o seu universo de relações.

O espaço social global é definido por Bourdieu (2001) como uma “estrutura de justaposição de posições sociais, ou seja, definidas como posições na estrutura de distribuição de diferentes espécies de capital” (BOURDIEU, 2001, p. 164). A construção desse espaço social é realizada de tal modo que o que determina a organização e alocação

dos agentes dentro desse espaço são “dois princípios de diferenciação”: os capitais econômico e cultural (BOURDIEU, 2008, p. 19). Como o que localiza os agentes são as propriedades (ou a ausência delas) que possuem, uma propriedade é sempre localizada em relação à propriedade do outro. Isso significa dizer que as distâncias espaciais entre os agentes são também as distâncias sociais vivenciadas por eles. Essa estrutura também pode ser compreendida como um espaço de interação e de interseção entre os diferentes campos, que transformam esse espaço social em um campo de forças, onde os agentes se relacionam e exercem relações de força uns sobre os outros e utilizam, para isso, meios e fins diferenciados que são determinados por sua posição nesse campo. Nessa disputa, a tentativa dos agentes é de imporem a visão objetiva do campo do qual fazem parte. Importante destacar que nenhuma dessas classificações ou posicionamentos ocorre de maneira intencional pelos agentes. Essas disposições atuam sobre os indivíduos como uma força externa que se impõe sobre as relações sociais e que são pré-reflexivas no direcionamento de ações nos agentes (BOURDIEU, 1989; 2008).

A esse agrupamento aglutinador de características dá-se o nome de campo social. Ele é conceituado como “um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes” (BOURDIEU, 1989, p. 135). Quanto mais próximos e aglutinados estiverem os agentes dentro do campo, mais força o campo possui. Como o campo total é composto pela relação de forças estabelecidas entre os diferentes campos que o compõe, o campo de poder (que é distinto do campo político) é o espaço em que os diferentes capitais são postos em disputa, onde a disputa principal gira em torno da manutenção do *habitus* daquele campo. Outro elemento importante de compreensão é que a força do campo atua diretamente no comportamento dos agentes que compõem esse campo. Por exemplo, a ação de um agente no campo pode influenciar diretamente, mesmo que involuntariamente, a ação de outro agente (BOURDIEU, 2008; 2013a).

O Estado, por ser dotado de capital financeiro, econômico, político e simbólico, age como um regulador do funcionamento dos diferentes campos. Ao definir legislações, descentralização financeira ou assistência social, o Estado injeta no interior do campo novos elementos de reorganização ou fortalecimento desse campo (BOURDIEU, 2008), seja determinando novas regulamentações, seja criando políticas públicas específicas para aquele campo. O campo é, então, uma conjuntura da relação de forças estabelecida entre instituições ou entre agentes que direcionam suas ações a partir do capital acumulado no

decorrer de sua trajetória (BOURDIEU, 2003). Importante destacar que essa estrutura que conforma o campo está sempre em jogo, visto que é ela quem determina a retórica, a linguagem, os padrões classificatórios etc. (BOURDIEU, 2003).

Nesse sentido, compreender o conceito de campo é apreender “aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (BOURDIEU, 1989, p. 69) e que o resultado dessas relações objetivas, são “relações de força simbólicas que se manifestam na interação em forma de estratégias retóricas” (BOURDIEU, 1989, p. 56). O campo é formado por pessoas que conservam e que têm o interesse em conservar-se dentro desse campo e que, portanto, reconhecem-se e definem as regras que coordenam esse jogo (BOURDIEU, 2003).

Essa espécie de disputa de forças é o que contribui para a manutenção ou transformação do campo no qual os agentes estão inseridos. Isso ocorre, pois as posições sociais retraduzem o *habitus* e direcionam o processo de tomada de decisão dos agentes. Pode-se afirmar, inclusive, que o *habitus* é o princípio gerador e que tende a unificar os grupos sociais em suas determinadas posições dentro desse campo.

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo (BOURDIEU, 2008, p. 21).

É importante ressaltar que, por possuir essas características, o *habitus* também se concretiza como determinante dos esquemas classificatórios que direcionaram as visões de mundo e as divisões morais da subjetividade dos agentes. Esses esquemas garantem que um determinado grupo possua signos distintivos de outros grupos que, por serem relacionais, acabam por entrar em conflito e se posicionam como em um campo de forças (BOURDIEU, 2008). Em suma, é possível compreender que o espaço social é um espaço de relações em que é possível localizar cada agente a partir da sua aproximação com outros agentes (a partir dos princípios classificatórios utilizados). O autor explica que “o conhecimento da posição ocupada neste espaço comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes” (BOURDIEU, 1989, p. 136). Ou seja, a mudança de lugar dentro desse espaço sempre levará em consideração aspectos relacionados ao trabalho, ao tempo e, principalmente, às relações sociais estabelecidas, que podem reforçar a posição ou alterá-la dentro do espaço. Além disso, “a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela

posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles” (BOURDIEU, 1989, p. 134). É válido afirmar que o agrupamento de agentes no espaço social não deve deixar de lado as semelhanças econômicas e culturais que são fundamentais na conformação de seus *habitus*. No entanto, não é impossível utilizar outros princípios de divisão entre os agentes que ultrapassam esses dois, como por exemplo, as características étnicas, geracionais ou de identidade de gênero (BOURDIEU, 1989).

O que apenas tende a unificar, mas não homogeneíza os *habitus* individuais das pessoas dentro do campo, são as trajetórias sociais singulares às que ais esses indivíduos vivenciaram durante sua vida (BOURDIEU, 2013a). Pode-se dizer que, ao incorporar o *habitus* ou novas formas comportamentais dentro do campo, cada indivíduo (por possuir uma trajetória única) interioriza e exterioriza o *habitus* de maneira diferente. Essa noção de trajetórias sociais “correspondem séries de determinações cronologicamente ordenadas e irredutíveis umas às outras” (BOURDIEU, 2013a, p. 100), que estrutura e é estruturada por experiências anteriores e que influencia o indivíduo a partir de seus critérios de seleção (orientados pelo campo que compõe).

Para compreensão de como o campo mantém seu poder, é importante a apreensão da noção de estratégia. Quando o agente é localizado no espaço social com base no seu capital econômico e no seu capital cultural, é possível identificar o ponto do prestígio desse agente. É a partir desse ponto que tudo mais se orienta. Em virtude disso, é necessário que haja, no campo, uma estratégia de reprodução desses pontos de prestígios que, na maioria das vezes, se impõe de maneira involuntária e inconsciente. A responsabilidade por essa imposição fica a cargo dos adultos que foram modelados por essas mesmas condições. Bourdieu explica que essas condições foram construídas pelas condições passadas da própria construção do seu princípio de produção, ou seja, “pelo porvir na medida e somente na medida em que as estruturas nas quais funcionam são idênticas ou homologas às estruturas objetivas das quais são o produto” (BOURDIEU, 2013a, p. 101). A crença nessas condições é, “portanto, constitutiva do pertencimento a um campo” (BOURDIEU, 2013a, p. 110). As famílias da região da Cabília que foram estudadas por Bourdieu (2002) na década de 1950, utilizavam como estratégia de reprodução do seu ponto de prestígio a manutenção da honra, o casamento e o acúmulo de terras. Em relação à realidade atual, não se sabe quais têm sido as estratégias das famílias da agricultura familiar para manutenção e reprodução de suas crenças e prestígio.

3.3 O conceito de *habitus*

Para se compreender o conceito de *habitus* é necessário retomar que, para Bourdieu (2008), estrutura é um espaço social no qual as relações entre os indivíduos se concretizam de maneira relacional e que a posição desses indivíduos nesse espaço se dá pelas diferenças relacionais que existem e subsistem entre eles. Isso significa dizer que são os processos históricos e as condições objetivas vivenciadas por esses indivíduos (em relação a outros indivíduos) que determinam a posição social deles nessa estrutura. Assim, temos que essa dialeticidade entre processos históricos, mecanismos classificatórios, representação social e outros elementos da subjetividade dos indivíduos e as condições objetivas desse espaço vivenciado por eles resulta no *habitus* (BOURDIEU, 2008). Pelas palavras do autor, “as estruturas que são constitutivas de um tipo particular de meio ambiente e que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma das regularidades associadas a um meio ambiente socialmente estruturado produzem *habitus*” (BOURDIEU, 2002, p. 163).

A partir dessa lógica, é possível compreender que o *habitus* é resultado de um conjunto de condições de existência, uma estrutura estruturada que antecipa práticas, cria uma estrutura de representações e sua composição é coletivamente orquestrada (BOURDIEU, 2013a). Ou seja, seu funcionamento produz práticas determinadas pela antecipação de suas consequências, sendo, assim, reprodutoras das estruturas as quais são seu produto (BOURDIEU, 2002). O *habitus* é um conjunto de disposições cognitivas e corporais que, por ser resultado e resultante de uma crença que imprime nos corpos “um depósito no qual são conservados os valores mais preciosos” (BOURDIEU, 2013a, p. 112), se torna uma espécie de lembrete de comportamentos aprendidos, de procedimentos controláveis e que se estabelece de maneira irreflexiva pelos agentes sociais (BOURDIEU, 2013). Mais do que isso, como esse conjunto de dispositivos se estrutura de maneira a garantir a continuidade de um *modus operandi* corporal e cognitivo, ele se torna um artifício de manutenção de diversas ordens sociais para “recolocar o corpo em uma postura global apropriada para evocar os sentimentos e os pensamentos que lhe são associados, em um desses estados indutores do corpo [...] que provocam os estados de alma” (BOURDIEU, 2013a, p. 113). Isso significa dizer que o comportamento corporal é uma disposição permanente que orienta o modo de falar, de andar, de se portar em determinadas situações, de como sentir e, até mesmo, o que e como pensar.

O *habitus* também pode ser compreendido como a junção entre a concertação de práticas e as próprias práticas de concertação, que, juntas, levam os indivíduos a determinadas ações e que se estrutura a partir do encadeamento cronológico de diferentes estruturas, como a família, a escola ou o grupo religioso. Isso significa dizer que o *habitus* é construído porque se aprende uma série de práticas organizadas segundo uma mesma racionalidade (BOURDIEU, 2002).

É o *habitus* que explica porque tomamos determinada atitude, escolhemos determinada ação e antecipamos determinadas consequências e é através dele que reproduzimos as estruturas nas quais estamos inseridos e das quais somos produtos. Ele é uma matriz de percepções, de apreciações e de ações que refletem o comportamento do grupo social no qual estamos envolvidos e ao qual nos relacionamos no interior da estrutura social (BOURDIEU, 2002; 2008). É devido a ele que, ao tomar uma decisão, os indivíduos também levam em consideração experiências vivenciadas no passado, ao invés de calcularem apenas os ganhos imediatos, por exemplo. Por se constituir de uma “história incorporada”, o indivíduo não identifica o mesmo como tal, portanto, apesar do *habitus* ser absorvido como fato natural, biológico e determinado, é ele que permite que as práticas sociais possuam certa independência relativa às determinações exteriores do momento vivenciado (BOURDIEU, 2013a, p. 93). De maneira inconsciente, esse senso prático sobre como agir exerce na individualidade de cada um e permite que o indivíduo saiba como se comportar sem que, para isso, precise de indicações ou repreensões (BOURDIEU, 2001). Têm-se, inclusive, que a maior influência sofrida no comportamento é aquela que, por estar inculcada no indivíduo, não se percebe (BOURDIEU, 2002).

Essa autonomia é a do passado operado e operante que, funcionando como capital acumulado, produz história a partir da história e garante assim a permanência na mudança que faz o agente individual como mundo no mundo. Espontaneidade sem consciência nem vontade, o *habitus* não se opõe menos à necessidade mecânica do que à liberdade reflexiva, às coisas sem história das teorias mecanicistas do que aos sujeitos “sem inércia” das teorias racionalistas (BOURDIEU, 2013a, p. 93).

Ao levar em consideração suas experiências passadas, a ação individual acaba por se repetir dentro dos mesmos contextos sociais, levando, assim, a manutenção de certas práticas, valores e atitudes ao longo do tempo. A repetição não é resultado do determinismo, por exemplo, mas sim pela manutenção do *habitus*. Como o *habitus* é orquestrado coletivamente, ou seja, ele é construído por meio das relações sociais dentro de um espaço social em que as relações de poder se organizam, as ações individuais se

solidificam através das pressões e limites impostos socialmente para a garantia da manutenção daquele *habitus* (BOURDIEU, 2013a).

No que diz respeito à incorporação das estruturas pelos indivíduos, Bourdieu (2002) explica que, desde a infância, as crianças, ao imitarem o comportamento dos adultos, estão aprendendo uma série de práticas. Essa incorporação de práticas é racionalmente ensinada pelos adultos que também ensinam a essas crianças um comportamento que devem ter, que seja, dentro dessa racionalidade, aceita perante a sociedade. É a partir de um trabalho pedagógico que se habitua um corpo a deixar de ser selvagem para se tornar um corpo estruturado. Essa estruturação dos corpos, inclusive, faz com que suas “marcas” sexuais sejam elementos constitutivos na explicação da divisão sexual do trabalho perpetuada desde as sociedades tradicionais. Assim é, por exemplo, o convívio com o pai e com a mãe que interioriza nas crianças os sistemas de divisão sexual do trabalho. O conflito geracional, outro exemplo, não é apenas um conflito entre pessoas de idades diferentes, mas, sim, o reflexo da incompatibilidade entre *habitus* que foram produzidos por diferentes elementos em diferentes épocas, contextos e sistemas de classificações distintos (BOURDIEU, 2002).

Essa incorporação do *habitus* que leva à sua permanente repetição é o que permite que as instituições sejam reconhecidas, apropriadas e incorporadas em um círculo virtuoso (ou vicioso) que “explora a capacidade do corpo em levar a sério a magia performativa social”, a reconhecer a autoridade e a respeitar as normas e regras estabelecidas socialmente como algo natural e indiscutível (BOURDIEU, 2013a, p. 95). Isso significa dizer que as instituições só estão completas e viáveis quando sua lógica está tão intrinsecamente apropriada pelos indivíduos que, além de estar presente na mentalidade, também está intrínseca nos corpos ao determinar as disposições de reconhecimento dentro do campo no qual essa instituição está inserida. Essa orquestração de práticas que garante a homogeneidade objetiva do *habitus* de determinado grupo e que confere unidade, regularidade e sistematicidade às práticas é possível porque, “ao seguir apenas suas próprias leis, cada um se ajusta, no entanto, ao outro” (BOURDIEU, 2013a, p. 98). Para garantir a manutenção desse comportamento, os indivíduos tendem a se relacionarem com outros indivíduos que compartilham dos mesmos dispositivos, trajetórias e, portanto, mesmos *habitus*. O *habitus* compartilhado também permite uma economia de explicações na interação entre os agentes. Isso porque, ao reconhecer o *habitus* do outro, já é possível reconhecer sua trajetória e prever suas práticas (BOURDIEU, 2013a). Desse modo, é preciso que, ao se propor compreender como ocorre

a divisão sexual do trabalho no interior das famílias da agricultura familiar, se compreenda quais são as trajetórias dessas famílias que nos indique se e como as políticas públicas provocaram uma reestruturação de suas condutas.

Tendo em vista que o *habitus* de cada indivíduo é resultado de um processo singular de suas trajetórias sociais pessoais, a estrutura que determina o *habitus* também é estruturada pelas escolhas desse indivíduo. Se sua escolha de trajetória é efetuada a partir do seu processo histórico de vivências junto a outros indivíduos, não é possível desvincular o conceito de *habitus* de estrutura estruturante e estruturada que direciona o comportamento de grupos dentro de uma estrutura (BOURDIEU, 2013a). Ao mesmo tempo, ações coletivas são produtoras do acontecimento que produziram, visto que essas ações são resultado de uma conjuntura objetiva, ou seja, um conjunto de disposições e de algum acontecimento objetivo, e podemos afirmar também que, por compartilharem de uma mesma conjuntura, os indivíduos que viveram nas mesmas condições objetivas tendem a ser suportes dos mesmos *habitus*. Por esse motivo, ao serem analisados diferentes grupos sociais, é necessário que essa compreensão se dedique às relações estabelecidas entre os diferentes *habitus* desses grupos (BOURDIEU, 2002).

É ainda possível destrinchar a ideia de *habitus* enquanto um conceito multifacetado composto pela *hexis*, que é a forma pela qual o corpo absorve os símbolos necessários para saber a melhor maneira de se comportar em determinado contexto; pelo *ethos*, que são as disposições morais práticas consolidadas de maneira sistemática, lógica e coerente e; o *eidos*, que são os princípios da constituição coletiva da realidade. Ao se refletir que o *habitus*, então, é a junção entre o que levamos em consideração para melhor agir, a partir do contexto e das disposições morais dentro de uma realidade coletiva, temos que não é possível compreender as práticas sociais sem compreendermos antes como se constitui a sociedade e a própria individualidade (BOURDIEU, 2001). Pode-se dizer, então, que *habitus* é a face subjetiva dos agentes e campo é a face objetiva do espaço social que, analisados por meio da sua relação dialética, nos permite compreender como se dão as práticas sociais.

3.4 O conceito de Capital simbólico e a dominação

Outro ponto importante de se destacar na teoria bourdieusiana é que, ao contrário do que os economistas consideram como uma absurdidade, para compreender a contabilidade total das relações econômicas, é necessário levar em consideração o que

não se mede, e que, por não se medir, se torna gratuito e, portanto, sem valor e sem reconhecimento (BOURDIEU, 2013a). Essa constatação exige a compreensão de que as relações sociais são dotadas de signos que classificam e, conseqüentemente, se tornam classificáveis e que, ao classificar, localizam os agentes e os grupos nesse campo relacional (BOURDIEU, 2013b).

O que aglutina os agentes no campo é o capital que eles compartilham. Capital, na teoria bourdieusiana, é definido para além do acúmulo de bens e de riquezas, como é feito na teoria marxista. O capital engloba tanto os aspectos econômicos (capital econômico), como os aspectos não quantificáveis ou intercambiáveis, como as relações sociais (capital social) ou o conhecimento adquirido pelos agentes (capital cultural) que interfiram de alguma maneira nas práticas sociais (BOURDIEU, 1989; 2002; 2013a). Assim, o capital simbólico é um dos itens que localiza o agente no espaço social e, por isso, tem a relação de que quanto maior o capital simbólico do agente, maior o poder de dominação que ele exerce sobre os outros agentes que possuem menor capital simbólico que ele (BOURDIEU, 2002).

Um elemento se torna simbólico a partir do momento que é reconhecido coletivamente e que exerce sobre ele os sistemas classificatórios que o localizam no campo. Isso significa que esse elemento só é considerado como capital simbólico por ter sido reconhecido socialmente e por terem exercido sobre ele um símbolo de distinção, uma classificação valorativa em relação aos outros elementos (BOURDIEU, 2013b). Nesse sentido, o campo se torna uma disputa de forças pelo poder de nomeação e de classificação valorativa dos elementos simbólicos. A localização delimitada dos grupos (que são organizadas por posições, uma em relação à outra) permite que as análises entendam o princípio e a efetividade das estratégias classificatórias pelas quais os agentes se direcionam para manter ou alterar este espaço que ocupam no intuito de garantir a satisfação dos anseios desse grupo (BOURDIEU, 1989). Isso porque a representação que os agentes possuem da sua localização no campo é resultado do *habitus* que foi incorporado pelas relações estabelecidas entre o grupo ao qual fazem parte nesse campo. Levando em consideração que a conformação desse grupo é reflexo do acúmulo do capital econômico e do capital simbólico que acumulam, a incorporação do *habitus* e a permanência no campo se tornam um movimento circular de relações e de classificações que se traduzem no estilo de vida adotado por esses agentes (BOURDIEU, 2013b). Desse modo, é necessário que compreendamos quais são os capitais econômicos e culturais das

famílias no período pós acesso às políticas públicas e qual era esse conjunto de capitais no período anterior a esse acesso.

Importante destacar que, por ser dotado de reconhecimento, o acúmulo do capital se torna resultado de um processo cíclico em que, quanto mais se expõe, mais se acumula. Tanto quanto ocorre na economia da honra e da boa-fé, quanto mais o grupo (ou o agente) expõe seu prestígio, mais reconhecimento recebe dos outros grupos e mais prestígio lhe concedem. Como é possível perceber, o capital simbólico se torna uma espécie de adiantamento de credibilidade que se acumula quanto maior for sua exibição (BOURDIEU, 2013a). Por esse motivo, ao se analisar um campo, não é possível que o analisem de maneira desconexa com a análise das propriedades simbólicas existentes dentro dos grupos que compõem esse campo. É o reconhecimento desse capital que organiza a disputa de poder dentro do campo e que, conseqüentemente, determina a perda ou o acúmulo de seus bens simbólicos (BOURDIEU, 2013b).

Por ser dotado de valores que o localizam no campo, todo capital simbólico exerce uma violência simbólica sobre os agentes. Isso ocorre, pois, ao ser reconhecido como capital, ele se impõe como autoridade inserida nas relações de força no espaço relacional do campo. Quanto mais a autoridade é reconhecida, maior é o poder exercido sobre o monopólio da classificação e nomeação (BOURDIEU, 1989; 2013b). Quem possui o poder de nomeação, portanto, exerce um poder simbólico superior aos demais agentes. Esse movimento ocorre em duas direções: uma é a da nomeação denominada “o insulto, *idios logos* pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade” e a outra é pela “nomeação oficial, ato de imposição simbólica que tem a seu favor a força do coletivo” e do senso comum e que é exercida por quem possui o “monopólio da violência simbólica legítima”, ou seja, o Estado (BOURDIEU, 1989, p. 146). Assim, é o Estado que possui o poder de produzir as classificações oficiais e tende a fixar hierarquias que sancionam as relações de força entre os agentes, utilizando, para isso, a delimitação de profissões, a concessão de títulos e diplomas, dentre outros signos que contribuem para a valoração (e, portanto, para a dominação) de um grupo em relação a outro.

Como todo esquema de classificação é arbitrário, interessa aos grupos dominantes o reforço aos esquemas de dominação, enquanto que, aos dominados, interessa os recuos dos limites dos elementos que compõem esses esquemas (BOURDIEU, 2008). No entanto, como já dito, a dominação não é exercida por meio de elementos notáveis e reconhecidos, mas, sim, por meio de elementos incorporados aos agentes que não os

reconhecem como estrutura de dominação. É o que está incorporado que define o *habitus* dos agentes e que direciona suas ações para manutenção dessas mesmas estruturas (BOURDIEU, 2002), portanto, apenas com a incorporação desses *habitus* é que as estruturas de dominação podem se reproduzir (BOURDIEU, 2013a). Essa constatação, inclusive, justifica o fato de as relações estabelecidas entre os grupos consistirem basicamente na disputa pelo poder de legitimação do *habitus* dominante (BOURDIEU, 2013b). A dominação é, então, o resultado de diversas “ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros” (BOURDIEU, 2008, p. 52).

De uma maneira geral, as instituições tendem a contribuir com a reprodução dessas estruturas de dominação e subordinação, visto que elas reproduzem as estruturas de distribuição de capital (seja ele econômico ou simbólico). Isso ocorre porque parte dos fatores hierarquizantes dentro do campo são conquistados a partir de títulos concedidos pelas instituições, como os títulos educacionais, de propriedade ou de cargos políticos. Essa mesma lógica leva à compreensão de que o sistema de ensino pode, então, ser considerado como um propulsor da circulação de capitais, que facilita o acesso aos bens hierarquizantes e, portanto, às posições de dominação. Importante descrever que uma das formas utilizadas para reprodução da posição na estrutura de dominação é a reciprocidade. Na tentativa de converter o capital econômico em capital simbólico por meio de doações, políticas sociais ou filantropia, os agentes dominantes reforçam seu prestígio (capital simbólico) e possibilitam a ascensão do próprio capital econômico (BOURDIEU, 2013a).

3.5 Contribuições da teoria bourdieusiana para compreensão das relações de gênero

Este capítulo apresentou, até esse momento, uma revisão e sistematização da teoria proposta por Bourdieu ao longo do tempo e que pode contribuir para essa pesquisa. A opção por apresentar sua teoria de maneira isolada, ou seja, sem diálogo com outros autores, é feita para que apenas daqui para frente os conceitos sejam inseridos no contexto das relações de gênero no meio rural. Essa opção é necessária, também, devido ao fato de haver autores (PISCITELLI e CORREA, 1998; CORREA, 1999; SAYÃO, 2003; MIGUEL, 2015) que criticam a proposta bourdieusiana como contribuição para compreensão das relações de gênero. Esses estudos apresentam críticas ao autor pelo posicionamento questionador feito por ele aos movimentos feministas, por sua posição

de considerar a cultura mediterrânea como hegemônica e por reproduzir os binarismos da dominação masculina (SAYÃO, 2003). A sociologia da educação também apresenta críticas ao autor por seu caráter derrotista de alteração das estruturas sociais (MIGUEL, 2015).

Mesmo admitindo a validade dessas críticas, permaneço reconhecendo a importância do conjunto de conceitos e o aporte teórico de Pierre Bourdieu como lente para compreensão da realidade que estudo. É por este motivo que, no decorrer deste capítulo, serão apresentadas as contribuições de outras pesquisadoras que pesquisaram as relações de gênero no meio rural e que podem ser compreendidas também pela contribuição de Bourdieu e que ajudam a elucidar meu problema de pesquisa.

Após essas explicações iniciais, percebo que, ao debruçar seus estudos às divisões sociais marcadas pelas diferenças sexuais, Bourdieu (2011) se propõe a identificar os mecanismos históricos que levam a ideia de estruturação impenetrável e inviolável das desigualdades entre os gêneros. Como já foi apresentada, a proposta teórica de Pierre Bourdieu se estrutura nas relações estabelecidas entre os agentes e na forma como os princípios classificatórios atuam para direcionar as práticas sociais. Nesse sentido, é necessário compreender de que forma esses mesmos princípios classificatórios direcionam e determinam as diferenças sociais que localizam os homens e as mulheres de maneira desigual no espaço social. Como forma de visualizar mais nitidamente a situação, Bourdieu (2011) explica que os agentes incorporam “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina” (BOURDIEU, 2011, p. 13).

Tendo compreendido que o espaço social é o plano em que os agentes se localizam e se organizam a partir das diferenças relacionais que estruturam e são estruturadas pelo *habitus* desses agentes, entende-se que as desigualdades existentes entre homens e mulheres precisam ser compreendidas pela forma com que os *habitus* são estruturantes e estruturados por esses mecanismos de dominação que colocam os homens em posição de superioridade em relação às mulheres (BOURDIEU, 2011).

A divisão existente entre os gêneros parece estar inserida em toda a ordem social como algo natural e proveniente da diferenciação biológica entre os sexos. Essa naturalização pode ser entendida por estar intensamente incorporada nos *habitus* dos agentes e que acaba funcionando como um sistema próprio de percepção, classificação e de direcionamento de ações. A concertação entre objetividade e subjetividade dessa naturalização é o que torna tão rígida os limites da *doxa* e garante a manutenção da ordem

masculina nas coisas e nas ações. A ordem masculina se torna tão inviolável que ela se evidencia até na ausência da necessidade de se expor ou de se justificar, sendo vista sempre como neutra e, dessa forma “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (BOURDIEU, 2011, p. 18). Essa ordem se estrutura no espaço doméstico, nos ambientes públicos, na divisão social do trabalho, nos instrumentos e tecnologias utilizados e delimita os limites permitidos às mulheres e aos homens.

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão (BOURDIEU, 2011, p. 22).

Quando as mulheres alicerçam suas percepções nessa estrutura que as tornam submissas, elas passam a categorizar e a reproduzir a ordem social a partir dessa relação de dominação. E é a partir dessa categorização que a própria construção dos corpos se torna reflexo dessa relação: o desprezo ao próprio órgão genital, a necessidade de se inserir em um padrão corporal que atenda aos interesses e desejos masculinos, a importância da aprovação masculina são reflexos desse comportamento. Nesse sentido, a visão androcêntrica que superioriza o falo não é devido ao seu papel biológico da sexualidade ou da reprodução, mas é a visão de mundo que hierarquiza a relação entre os gêneros que concede ao falo o caráter de superioridade e, conseqüentemente, a ausência dele como característica de inferioridade (BOURDIEU, 2011). A força existente na socialização por meio da ordem masculina “vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2011, p. 33). hooks (2019) reforça essa argumentação ao discutir como as feministas brancas burguesas se apropriaram do discurso da igualdade de gênero para redistribuir o poder, mas sem romper com as estruturas de poder. Assim, de acordo com a autora, as mulheres passaram a reproduzir os mesmos padrões de opressão aprendidos durante toda a vida e a apenas deslocar o centro de poder.

Esse ganho [de poder] pode até propiciar a um número considerável de mulheres a conquista de maiores privilégios materiais, controle sobre seu destino e sobre o destino de outras pessoas, objetivos que são seguramente importantes. Mas não irá acabar com a dominação masculina enquanto sistema (hooks, 2019, p. 140).

Acreditar que as mulheres iriam facilmente romper com as estruturas de poder masculina é uma falácia baseada na concepção sentimental que coloca as mulheres na posição maternal de cuidado (hooks, 2019). Se essa situação for analisada por meio da construção social do poder e de como o *habitus* é constituído, é possível perceber como esse comportamento é resultado do processo de construção social dos indivíduos e de seus comportamentos.

Portanto, é o orquestramento do *habitus* que constrói essa hierarquização e é ela mesma que direciona a composição desse *habitus*. O que nos questionamos, então, é se o contato com o conjunto de capitais econômicos e culturais inseridos no processo de acesso às políticas públicas de inclusão produtiva conseguem reestruturar suas condutas para que se consolide um novo meio de vida.

A construção social dessa diferenciação se dá, então, a partir de um trabalho que se insere tanto na diferenciação quanto na hierarquização dos corpos biologicamente distintos: ao homem, se inscrevem as características de dominação, como a virilidade e a grandeza, e, à mulher, se inscrevem as características de submissão, como a fragilidade e a delicadeza (como a ideia de feminilidade). Essa distinção entre as características é o que direciona o comportamento de um dos gêneros e, automaticamente, proíbe que o outro se comporte de maneira semelhante. É assim que o comportamento e a moral feminina impõem às mulheres uma disciplina que naturaliza a submissão e orienta a construção de seu corpo (BOURDIEU, 2011).

Importante ressaltar que, como já foi exposto, é nas práticas de socialização que ocorrem desde a infância, que os *habitus* passam a ser estruturados e a estruturarem as estruturas de pensamento e de categorização dos indivíduos. Assim, as crianças aprendem qual a “forma adequada” para se comportarem a partir de seu sexo biológico (BOURDIEU, 2002). A isso, inclui-se desde qual a roupa adequada para se vestirem até as profissões que lhes são permitidas ingressarem e tornam um fato construído socialmente como algo natural, biológico e mítico. Inclusive, existem, em alguns grupos sociais, como os judeus e os indígenas, ritos de passagem que marcam a entrada dos homens na idade adulta. Esses ritos ou discursos míticos, ao reforçarem a presença dos homens, reforçam também a exclusão das mulheres desses espaços, o que os assemelha a uma operação de diferenciação entre os gêneros (BOURDIEU, 2011). Nesse sentido, como não podem vivenciar o que está fora do que lhes é destinado, as mulheres não podem se tornar algo diferente do que já são, por ter sido essa a forma que aprenderam a ser. Questionamos, então, se o dinheiro proveniente das políticas públicas que colocam

as mulheres diante de outros ritos e de outras estruturas objetivas (como novas relações econômicas, comerciais e sociais) é suficiente para ocasionar uma nova estruturação de pensamento na reconversão de seus *habitus*.

Após compreender o que Bourdieu explica, podemos identificar alguns exemplos da incorporação desse *habitus*. As meninas são frequentemente repreendidas por suas mães para se sentarem de pernas fechadas, para não falarem com a voz alta e para não questionarem as ordens do pai. Elas são incentivadas a brincarem com bonecas e com brinquedos que remetem ao serviço doméstico e de cuidados, como enfermagem, pedagogia, gastronomia ou secretariado. Já os meninos, são encorajados a serem expansivos, a correrem na rua, a brigarem por seus direitos e a brincarem com brinquedos que remetem a profissões de prestígio, como astronomia, medicina, segurança pública e engenharia. Com o passar do tempo, essas meninas e meninos passam a naturalizar suas habilidades como algo inerente ao seu sexo biológico ao invés de compreenderem que foram adestrados para isso (BOURDIEU, 2011).

Apesar de também ser considerada inerente ao sexo biológico, a própria intuição feminina é resultado de um processo de construção social do comportamento, ou seja, como as mulheres foram socializadas para não falarem e não contestarem os homens, precisaram desenvolver habilidades com seus outros sentidos (como a percepção pela visão). Por esse motivo, as mulheres se tornaram mais sensíveis a olhares, a gestos e aos sinais não verbais que são, para a maioria dos homens, imperceptíveis (BOURDIEU, 2011).

Para compreender a violência simbólica da dominação masculina é preciso se “atentar aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres” (BOURDIEU, 2011, p. 50). A força simbólica é exercida porque desencadeia dispositivos de dominação já incorporados, ou seja, a violência simbólica só ocorre pois, antes dela, houve um longo processo de inculcação de dispositivos que resultam nas estruturas de dominação e a ordem masculina causa efeitos duradouros nos corpos por serem “disposições espontaneamente harmonizadas com essa ordem que as impõe” (BOURDIEU, 2011, p. 50). É preciso compreender essa incorporação para compreender que a submissão encantada é efeito da violência simbólica. Inclusive, é essa incorporação das estruturas sociais que resulta na inviabilidade da tomada de consciência ser suficiente para as mulheres se libertarem da estrutura de dominação (BOURDIEU, 2011).

A força simbólica é exercida sobre os corpos sem ser necessário qualquer tipo de repreensão verbal ou coerção física. Ela é exercida como se fosse por meio de magia ou

por forças místicas de controle das ações, que são desencadeadas, muitas vezes, por meio de emoções corporais, como a paixão ou o medo. Mesmo sem a existência de sanções ou regras, a “proibição” da presença das mulheres em determinados locais pode gerar desconforto por longos períodos. Essa situação resulta em uma agorafobia socialmente imposta em que as próprias mulheres se excluem de determinados lugares ou situações (BOURDIEU, 2011). Isso ocorre porque a força simbólica “desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se veem por elas capturados” (BOURDIEU, 2011, p. 50). Essas indicações nos levam ao questionamento em relação aos lugares que as mulheres frequentavam antes e depois do acesso às políticas públicas e até mesmo sobre quais eram os cálculos que elas faziam antes e depois desse acesso. Se mantiveram ou ocorreram modificações?

Como foi possível apreender da experiência bourdieusiana, nas famílias tradicionais da Cabília, as estratégias de manutenção e reprodução dentro do campo ao qual pertencem são basicamente as instituições religiosas e familiares. Eles adotam o casamento e a manutenção da honra como pilares da vida social da época. É necessário compreender como a vida social é mantida pelas famílias contemporâneas. A honra ainda é uma estratégia de manutenção da instituição familiar? A educação se torna elemento de prestígio para mudança no campo social ou o casamento ainda se mantém como estratégia fundante dos campos? Como se dão os processos de incorporação e externalização dos *habitus* nas famílias rurais atualmente?

Outra questão que nos orienta a refletir, é como a inserção das mulheres na vida econômica por meio do acesso às políticas públicas influenciou as relações familiares e a relação delas com os demais agentes no campo no qual se localizam? Como ocorre o processo de incorporação e exteriorização no comportamento das mulheres que passam a acessar essas políticas governamentais?

CAPÍTULO 4: ESTUDOS SOBRE RURALIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo, serão apresentados aspectos sobre a ruralidade brasileira para a compreensão da gênese do conceito de agricultura familiar. Além disso, serão apresentadas as políticas públicas que beneficiaram esse público e que se voltaram para a promoção da igualdade de gênero no meio rural.

4.1 A ruralidade brasileira e a gênese do conceito de agricultura familiar

Como o objetivo deste trabalho também é o de compreender questões relativas ao espaço social das famílias da agricultura familiar, é necessário observar os diversos aspectos nos quais esse espaço se estrutura. Por isso, o texto que será apresentado aqui sobre a totalidade que envolve o meio rural tem o objetivo de buscar “o significado dos fatos e das relações sociais com a totalidade que os envolve, já que, em se tratando de sistemas, cada parte não pode ser entendida isoladamente da outra” (CARNEIRO, 2008, p. 255). De início, será realizado um resgate histórico sobre os processos econômicos e políticos nacionais que resultaram na modernização da agricultura, seus impactos sociais e econômicos para o meio rural e a conformação de ações que desencadearam no surgimento da categoria analítica da agricultura familiar. Na sequência, apresenta-se o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar como políticas públicas de inclusão produtiva para as famílias da agricultura familiar.

A crise econômica pela aceleração da inflação e pela perda da capacidade do Estado de manter os acordos políticos que mantinham as estratégias dominantes no poder, fez com que o modelo de industrialização dependente e excludente adotado no final da década de 1950 e início de 1960 entrasse em crise e gerasse uma onda de mobilizações de revolta entre os intelectuais, os partidos políticos de esquerda e centro esquerda e os movimentos sociais e sindicais do campo (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Para Cátia Grisa (2012), a compreensão da estrutura agrária nesse contexto era a de que a mesma se consolidava como um obstáculo ao desenvolvimento econômico nacional, sendo necessário, então, um ajuste do setor agrícola ao projeto global desenvolvimentista que via a industrialização como estratégia de avanço e crescimento econômico (GRISA, 2012).

É nesse contexto que o golpe político militar ocorre no Brasil em 1964 e, ao invés de optar pela descentralização do latifúndio e instituir a reforma agrária, opta por adotar, como estratégia de superação da crise econômica, um processo de implantação de políticas para modernização da agricultura visando transformá-la em um grande empreendimento econômico (COELHO, 2001; GRISA, 2012; GRISA e SCHNEIDER, 2015). Pensadores econômicos da época compreendiam que a estrutura agrária, apesar de não ser um obstáculo, precisava adotar medidas para se modernizar, seguindo, assim, o modelo de desenvolvimento agrícola norte-americano. Para isso, seria necessário modernizar a base técnica produtiva, capacitar a mão de obra para produção e difusão de novas tecnologias, políticas de crédito agrícola e de preços mínimos e investimento na infraestrutura de escoamento da produção (GRISA, 2012). A estratégia pode ser descrita da seguinte forma:

a) liberar mão-de-obra para a indústria em crescimento; b) gerar oferta adequada de alimentos, não impactando nos salários; c) produzir matérias-primas às indústrias e adquirir meios de produção produzidos por estas; d) elevar as exportações agrícolas; e) transferir renda real ao setor urbano (GRISA, 2012, p. 75).

Esse processo de modernização conservadora vivenciado na década de 1970, reconheceu o rural apenas como um espaço para produção agrícola e, em consequência disso, concebeu o desenvolvimento rural como resultado da modernização agrícola, o que resultou em efeitos penosos nas transformações sociais e econômicas vivenciadas pelos trabalhadores rurais e que foram favoráveis para as elites rurais (DELGADO, 2001).

Apesar de haver iniciativas de intervenção do Estado brasileiro no que diz respeito às questões agrícolas, sua intensificação ocorreu durante as décadas de 1960 e 1970 com a criação de instituições e políticas públicas que se dedicaram ao processo de alterar as formas de se produzir e de se gerir os estabelecimentos rurais com o intuito de se alcançar essa modernização (GRISA, 2012). De maneira sucinta, Cátia Grisa (2012) identifica os principais acontecimentos desse período: em 1964 ocorreu a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural; em 1966 reformularam o Programa Garantia de Preços Mínimos e regulamentaram o seguro agrícola; em 1973 constituíram a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; em 1974 criaram a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural; e, no decorrer de todo esse período, ocorreram os incentivos fiscais aos produtos para exportação, as pequenas desvalorizações cambiais; os subsídios para aquisição de insumos; a tributação diferenciada para os produtores rurais; a expansão da fronteira agrícola; e o desenvolvimento de infraestruturas como rodovias, estradas rurais

e portos para escoamento da produção para o exterior. Apesar dessa diversidade de instrumentos, o crédito agrícola é considerado um dos principais responsáveis pela mudança da matriz tecnológica agrícola brasileira, mas destaca-se que, sem ocorrer a alteração da estrutura fundiária do país, ela se consolida como um processo de “modernização conservadora”, como denomina Graziano da Silva (1982).

Outra característica importante desse processo é seu caráter de seletividade no que diz respeito aos beneficiários, aos produtos priorizados e às regiões que mais receberam investimentos (GRAZIANO DA SILVA, 1999; GRISA, 2012; GRISA e SCHNEIDER, 2015). No que diz respeito aos beneficiários, foram os agricultores de médio e grande porte que acessaram com maior facilidade os créditos bancários por possuírem experiências com os processos burocráticos e por possuírem as garantias financeiras exigidas para a concessão do crédito. Como a maior parte desse público residia nos estados das regiões Sul e Sudeste, os investimentos públicos voltados para a industrialização e para a infraestrutura de escoamento foram regionalizados nessa porção do país. No que diz respeito aos produtos, os que receberam maiores subsídios governamentais, estímulos de pesquisa e prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural direcionada foram os que possuíam maior facilidade de exportação e de agro industrialização, citando como exemplo, a cana-de-açúcar, o café, o trigo, a laranja e a soja (GRISA, 2012). No que diz respeito aos pequenos agricultores, a situação não foi a mesma. Além das dificuldades para atender aos critérios para acesso ao crédito, quando conseguiam acessá-lo, o índice de inadimplência era frequente, gerando desconforto e receio com relação às instituições bancárias (GRISA, 2012). Garcia Jr. (2003) destaca a dificuldade das famílias rurais em operar uma reconversão de práticas e que, mais uma vez, distinguiu as famílias donas de grandes propriedades de terra das famílias dos pequenos produtores rurais. O autor explica: “o investimento material e psicológico requerido supunha uma história de acumulações de bens materiais e de experiências de gestão autônoma da economia familiar que só para parcelas restritas foi possível observar” (GARCIA JR., 2003, p. 175).

Os resultados provenientes da modernização da agricultura com esse caráter conservador podem ser descritos da seguinte forma: a) aumento das desigualdades regionais devido ao aumento do crédito subsidiado concentrado nos estados das regiões Sul e Sudeste do país; b) favorecimento dos produtos agrícolas destinados à exportação, o que dificultou a produção de alimentos para o mercado interno, prejudicando a distribuição de renda para as famílias rurais; c) privilégio aos médios e grandes produtores

ocasionando o aumento da concentração fundiária; d) internalização do processo industrial em todos os pontos do complexo agroindustrial, com incentivos para instalação de empresas multinacionais; e) falta de crédito para os pequenos produtores, o aumento das desigualdades regionais e a proliferação de vagas de emprego nas indústrias, o que promoveu um fluxo migratório intenso do meio rural para onde as indústrias se posicionaram (DELGADO, 2010).

Dorigon et al. (2005) também destacam que o caráter seletivo da modernização da agricultura intensificou a migração regional principalmente entre a juventude de 15 a 29 anos, influenciando nos processos sucessórios das famílias e contribuindo para o seu empobrecimento econômico e social. Durante essas décadas, os pequenos produtores rurais se viam em disputa direta por recursos com produtores de grandes extensões de terra e com grandes produções. Isso, dentre outras coisas, acarretou alto índice de êxodo rural, endividamento no campo, insegurança alimentar e conflitos de terra (WANDERLEY, 2009). Garcia Jr. (2003) explica a equivocada relação que fazem entre êxodo rural e a busca por melhores condições de vida nos empregos urbanos e demonstra como esse movimento campo-cidade se deu devido aos altos índices de empobrecimento no meio rural:

É notório que alteração de tal magnitude nas formas de viver e de trabalhar não pode ser explicada por uma pretensa liberação da mão de obra rural para setores industriais e de serviços mais produtivos localizados em meio urbano, pois uma constante deste processo foi a pauperização de largas parcelas dos contingentes submetidos à urbanização recente e os altos índices de subemprego (GARCIA JR., 2003, p. 170).

Dentre os principais problemas relatados por esses estudos está o empobrecimento dos trabalhadores rurais e das famílias que viviam da pequena agricultura (WANDERLEY, 1999; SCHNEIDER, 2010; GRISA, 2012). Grisa (2012) também aponta algumas características desse período:

Se, por um lado, o processo de ajuste setorial/global criou um amplo mercado para a indústria nascente (tanto à montante quanto à jusante da agricultura), aumentou a produção da agricultura, gerou divisas e permitiu que o grande capital se territorializasse, integrando interesses urbanos e agrários nos complexos agroindustriais; por outro, gerou concentração fundiária, êxodo rural, super-exploração da mão-de-obra, concentração de renda e graves problemas ambientais. Este segundo grupo de efeitos foi sentido principalmente pelos pequenos agricultores (GRISA, 2012, p. 80).

Uma consequência importante para se destacar é que essas características excludentes e seletivas do processo de modernização da agricultura aumentaram a demanda por terra e possibilitaram a reorganização do movimento sindical remanescente

do período de repressão política com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os grupos sociais excluídos do processo de modernização, denominados como de “baixa renda” foram alvos de intervenções de organismos internacionais, com o apoio do governo militar, por meio de projetos de desenvolvimento rural difundidos pelo Banco Mundial (DORIGON et al., 2005).

Mesmo com a consolidação da modernização conservadora do setor agrícola do país, as manifestações políticas e a crise econômica vivenciada na década de 1980 resultaram no processo da assembleia constituinte de 1987 e a promulgação da Constituição Brasileira, em 1988. A abertura democrática do país fez com que emergisse uma nova onda de movimentos sociais no campo, o movimento sindical se fortaleceu, novas demandas surgiram no mundo do trabalho rural e novos atores surgiram no processo de construção de políticas públicas. Essa nova consolidação de atores políticos e intelectuais elaboram pesadas críticas aos impactos sociais e ambientais resultante das políticas adotadas e iniciam um processo de desvinculação do conceito de desenvolvimento rural como avanço da modernização do campo (WANDERLEY, 2001; CARNEIRO, 2008; SCHNEIDER, 2009; GRISA, 2012; GRISA e SCHNEIDER, 2015).

A década de 1990 foi de grande efervescência de novas identidades sociais que buscavam reconhecimento e, portanto, políticas públicas direcionadas a essa multiplicidade de atores. Esse processo “aponta exatamente para a importância dos efeitos cumulativos de distinções sociais que mesmo quando formalmente negadas ao nível jurídico, podem se constituir em processos chaves de mudança social” (GARCIA JR., 1983, p. 234). A inserção das famílias nos espaços que sempre foram negados, como os bancos, as prefeituras, as escolas, compunham uma estrutura de distinção entre os agropecuaristas do agronegócio e os agricultores familiares. Apesar de terem sido inseridos a nível jurídico desde os anos 1990, tal como expõe Garcia Jr., não é sinônimo de inserção prática na vida cotidiana. O acesso às políticas públicas permite esse processo de mudança social que os insere não apenas no nível jurídico, mas também no nível prático e cotidiano.

Apesar de estar em disputa constante, alguns avanços ocorreram para os movimentos sociais do campo e para os produtores rurais de pequeno porte: a) a definição de políticas a partir de conferências municipais, estaduais e nacionais, que possibilitaram o aprendizado da sociedade para a construção de agendas de maneira participativa; b) o aumento expressivo nos números de ocupações, desapropriações e titulação da terra a favor dos assentados rurais, apesar de não ocorrer a reforma agrária; c) a criação de linhas

de crédito específicas para a pequena produção, como o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); d) a criação de uma nova matriz produtiva para a agricultura proposta pelos movimentos sociais e sindicais com o intuito de disputar o desenvolvimento rural com o setor do agronegócio; e) a criação da Previdência Social Rural; f) o reconhecimento das identidades de “sem terra”, “assentado” e “agricultor familiar” como categorias distintas que exigiam políticas específicas (GRISA, 2012; GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Estabeleceu-se, nesse período, uma constante disputa entre modelos de desenvolvimento rural que seriam implementados no país. Mais do que se discutir entre modernidade e índices de industrialização, Garcia Jr. (2003) destaca que a verdadeira transformação social ocorrida foram as “as mudanças de horizontes sociais para milhões de indivíduos e suas relações com as transformações das formas de poder tanto em meio rural quanto em meio urbano” (GARCIA JR., 2003, p. 171). Assim, a inclusão desses novos atores do desenvolvimento rural trouxe possibilidades de disputar não apenas industrialização, modernização ou pacotes tecnológicos. As principais propostas do modelo de desenvolvimento rural visadas por esses novos atores sociais, priorizam a qualidade nutricional dos alimentos e defendem o direito ao acesso desse alimento de qualidade para toda a população brasileira; a inserção do tema da segurança alimentar e nutricional como multisetorial em todas as políticas governamentais; valorizam as características culturais de cada localidade para a definição de políticas de segurança alimentar, o que seria de difícil alcance no caso da importação de produtos alimentícios; questionam a agricultura direcionada apenas para a exportação; e propõem o fortalecimento da agricultura familiar com o intuito de garantir a melhoria das condições econômicas das famílias rurais (GRISA, 2012; GRISA e SCHNEIDER, 2015).

4.2 As políticas públicas de inclusão produtiva para acesso aos mercados institucionais

A partir dessa contextualização pode-se compreender que as políticas públicas para a pequena agricultura são conquistas realizadas em conjunto pelos movimentos sociais de luta pela terra e pelos sindicatos de trabalhadores rurais, com apoio de universidades, organizações não governamentais e instituições públicas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Foi esse contexto que permitiu a criação do Pronaf, que visava o fortalecimento desses agricultores por meio do crédito para investimento e

custeio da pequena produção. Cátia Grisa e Schneider (2015) descrevem que foi a partir dos anos 2000 que o desenvolvimento rural, a partir da agricultura familiar, foi proposto intersetorialmente em diversos ministérios e posto em pauta em diversas políticas públicas diferenciadas, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, Programa Mais Alimentos, Programa Luz para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos e da reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

É importante destacar, nesse momento, os apontamentos de Garcia Jr. (2003) ao surgimento dessa nova categoria de beneficiários de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Para o autor, é necessário o cuidado de não tratar essa nova categoria como se fossem novos atores políticos, econômicos e culturais, reforçando que os estudos da sociologia rural e da antropologia do campesinato sempre trataram desses atores a partir de outras nomenclaturas. A categoria “agricultor familiar” é apenas uma nova forma de se denominar os “sitiantes, posseiros, pequenos proprietários, lavradores, parceiros, arrendatários, etc. pudesse ser realizada e subsumida sob essa única rubrica conceitual” (GARCIA JR., 2003, p. 181).

Até mesmo o adjetivo familiar precisa ser contextualizado para deixar clara a referência a um agente social distinto dos agricultores familiares: “a referência se esgota nas diferenças entre o chefe da exploração agrícola (patrão oposto a pai ou mãe de família) e seus subordinados (assalariados opostos a filhos/filhas)” (GARCIA JR., 2003, p. 181). Apesar dos ganhos diretos que a categoria de beneficiários alcançou com essa diversidade de políticas públicas, Garcia Jr. (2003) também critica o reducionismo das análises sociológicas sob o caráter político e jurídico, legitimados pelo Pronaf, por exemplo.

Apesar dessas reflexões conceituais e devido à criação desse hall de novas políticas públicas, tornou-se necessária a criação de uma legislação própria para esses agricultores. Assim, a Lei 11.326, aprovada em julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e de Empreendimentos Familiares Rurais e definiu que essa categoria social de beneficiários deve atender aos seguintes critérios:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, s/p).

Com esta “nova geração de políticas para a agricultura familiar” (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p. 128), a construção de um novo mercado foi pensada, por meio das chamadas cadeias curtas de comercialização. Nelas, se oferece a possibilidade de protagonismo dos agricultores ao excluir os atravessadores e diminuir a distância entre vendedores e compradores (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Outro olhar analítico sobre as políticas públicas de inclusão produtiva para agricultura familiar é a necessidade de se garantir a segurança alimentar e nutricional de populações em situação de vulnerabilidade social (GRISA et al., 2010). A partir dessa compreensão é que, vinculado à estratégia do já existente programa interministerial denominado Fome Zero, é criado o PAA, em 2003, e reformulado o PNAE, em 2009. Em ambos os programas, o Estado adquire a produção advinda da agricultura familiar, garantindo a eles um mercado “protegido da concorrência do mercado capitalista” (SABOURIN, 2009, p. 64) e os repassa para outros programas e organizações sociais que atendam pessoas que possuam dificuldade de acesso alimentar (GRISA et al., 2010). Na sequência, serão apresentadas as informações específicas relativas a cada um desses dois Programas.

4.2.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o PAA possibilita a aquisição de produtos da agricultura familiar com dispensa de procedimentos licitatórios, conforme requeria a Lei nº 8.666/1993. Os recursos para aquisição dos produtos são provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). Os preços praticados são definidos pela CONAB através da média dos preços praticados nos mercados regionais. O programa está dividido nas modalidades apresentadas pelo Quadro 12.

Quadro 37 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos

Sigla	Modalidade	Ementa
CDAF	Compra direta da agricultura familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
	Compra para doação simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais ou, por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 4.500,00.
CPR-Estoque	Formação de estoque pela agricultura familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
IPCL	Incentivo à produção e consumo de leite	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos Estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios Estados. Valor comercializado por agricultor/semestre R\$ 4.000,00.
	Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar. É operacionalizada pelas prefeituras com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 9.000,00

Fonte: Grisa et al. (2010).

De acordo com o MDS (2019), os números referentes à execução do PAA em 2017⁸ são os descritos no Quadro 13:

Quadro 38 – Dados sintetizados de execução do PAA 2017

Modalidade	Nº de agricultores	Nº de entidades	Nº de atendimentos	Nº de recursos	Produtos (Kg/L)
PAA Leite	12.499	3.840	805.785	R\$66.426.848,74	14.707.966,00L
CONAB MDS	18.012	880	6.183.907	R\$119.855.317,50	40.181.065,04Kg
CONAB SEAD	676	-	-	R\$4.853.184,39	4.226.792Kg

Fonte: MDS (2019).

⁸ Não foram encontradas atualizações dos dados nas plataformas digitais do governo federal.

Nacionalmente, os documentos titulares de acesso ao programa com recurso financeiro proveniente do MDS são divididos em 12.703 mulheres, que receberam o montante de R\$83.605.836,00; e 5.141 homens, que receberam o montante de R\$36.249.482,00. No que diz respeito aos recursos provenientes da SEAD, os beneficiários são 465 mulheres que receberam o valor total de R\$3.392.819; e 211 homens, que totalizam o valor de R\$1.460.366 recebidos (MDS, 2019). No caso específico do estado do Tocantins, do total de 204 beneficiários, 124 são mulheres e 80 são homens. No estado, só há acesso aos recursos provenientes do MDS e totalizaram o valor de R\$1.501.395,70, sendo que R\$916.945,00 foram destinados às mulheres e R\$584.451,00 para os homens (MDS, 2019).

Como foi mencionado na apresentação do problema de investigação, ao contextualizar os estudos acadêmicos referentes ao PAA, não foram encontrados trabalhos científicos que apresentem detalhadamente os fatores que explicam a maior participação feminina no programa. A partir da bibliografia apresentada é possível termos a pista de que, apesar de não haver estudos que descrevem todos os produtos entregues e a pessoa responsável pela produção delas, os produtos também são marcados por gênero (ZELIZER, 2011). Portanto, é necessário um estudo mais aprofundado sobre os produtos que têm sido adquiridos pelo programa e se o perfil deles (por serem produtos destinados à alimentação) são os produtos que ficam sob a responsabilidade das mulheres na divisão sexual do trabalho familiar. Esses dados também nos levam a refletir se a inserção econômica desse valor monetário nas famílias influenciou de alguma forma as relações estabelecidas no espaço privado, principalmente porque a maior parte dos beneficiários são as mulheres.

Estudos apontam que, apesar de alterar as estruturas de mercado, inserindo os agricultores nos mercados institucionais e reduzindo a presença dos atravessadores nas negociações de compra e venda, do ponto de vista dos agricultores a renda gerada pelo PAA ainda é baixa e os aspectos burocráticos do programa resultam em muitas limitações para o seu acesso (SALGADO, DIAS e SOUZA, 2020). Essas dificuldades aumentaram no contexto de insegurança política e de continuidade do programa (FACOO, 2019; MODENESE e SANT'ANA, 2019; HENTZ e HESPANHOL, 2019; CIRINO e LIBANIO, 2020), ocasionados, principalmente, após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2016.

4.2.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Para além da existência de outros programas de inclusão produtiva para acesso ao crédito ou à concessão de alternativas tecnológicas para a produção, o PNAE diz respeito à compra de alimentos provenientes da localidade direcionados para a alimentação escolar. Essa política pública garante a obrigatoriedade de as prefeituras adquirirem pelo menos 30% da merenda escolar diretamente da agricultura familiar local e simplifica os processos burocráticos na relação entre Estado e agricultura familiar (BRASIL, 2009).

O PNAE é tido como uma das principais estratégias adotadas pelo governo federal que garantiu ao Brasil a saída do mapa mundial da fome da Organização das Nações Unidas (LEITÃO e BERNARDINO, 2018). Lopes indica que os *papers* publicados sobre o assunto se direcionam a compreender o programa: por seu fator gerador de alimentação saudável para a merenda escolar, pelos grupos profissionais que o gerenciam, pela forma de gestão da política pública adotada pelas prefeituras, pelo controle social exercidos pelos Conselhos municipais e pela estrutura utilizada para estoque dos produtos adquiridos e a forma como as organizações coletivas da agricultura familiar se relacionam e organizam para a gestão do programa (LOPES, 2017).

O Programa foi instituído a partir de 1955 como política governamental e de abrangência nacional. Apesar de ter seu início neste período, passa por diversas influências de órgãos internacionais de combate à fome e sofre diversas alterações até os dias atuais (PEIXINHO, 2013). Embora tenha sido criado na década de 1950, a reformulação do PNAE foi moldada pela Lei nº 11.947/2009, ao regulamentar alterações referentes ao atendimento da alimentação escolar para os alunos da educação básica nos municípios, que instituiu a obrigatoriedade de aquisição mínima de 30% dos produtos adquiridos serem provenientes da agricultura familiar local. Vale ressaltar que a Resolução nº 26, de 2013, altera a Lei nº 11.947 inserindo os critérios de priorização de propostas e procedimentos que desburocratizam ainda mais o processo de aquisição dos alimentos que sejam provenientes da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais.

O programa é gerido pelo FNDE que repassa aos estados, municípios e escolas federais, em 10 parcelas mensais, os valores referentes ao número de alunos matriculados em cada uma das redes de ensino (FNDE, 2018). Localmente, o programa é acompanhado e fiscalizado pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e nacionalmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo

Ministério Público (MEC, 2019). Os valores por aluno matriculado repassados para as instituições de ensino, por dia letivo (200 dias) e por ano letivo, são os apresentados na Tabela 3:

Tabela 3 – Valores repassados às instituições de ensino

Instituição de ensino	Valor por dia e por aluno		Valor por ano letivo e por aluno	
Creches	R\$	1,07	R\$	214,00
Pré-escola	R\$	0,53	R\$	106,00
Escolas indígenas e quilombolas	R\$	0,64	R\$	128,00
Ensino fundamental e médio	R\$	0,36	R\$	72,00
Educação de jovens e adultos	R\$	0,32	R\$	64,00
Ensino Integral	R\$	1,07	R\$	214,00
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$	2,00	R\$	400,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra-turno	R\$	0,53	R\$	106,00

Fonte: Elaboração própria baseada em informações do MEC (2019).

Em pesquisa realizada em 2016 sobre os repasses financeiros do FNDE para os municípios mineiros, Salgado, Teixeira e Cunha (2016) conseguem sistematizar os montantes totais ao longo dos anos de implantação repassados aos estados brasileiros.

Figura 3 – Montante de recursos repassados pelo PNAE - 2009 a 2016

ESTADO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Acre	11.197.875,60	16.318.608,80	15.894.324,00	16.975.284,00	15.941.584,00	17.125.652,80	15.219.328,00	18.025.040,00	126.697.697,20
Alagoas	37.768.705,60	56.413.761,20	55.235.076,00	59.785.606,00	62.900.012,00	63.107.227,20	71.358.380,00	63.798.431,18	470.367.199,18
Amazonas	50.115.929,30	73.507.455,60	74.179.140,00	79.400.378,00	74.612.810,80	89.942.350,40	91.281.154,00	89.775.342,46	622.814.560,56
Amapá	4.783.306,20	13.372.463,60	15.638.556,00	17.508.996,00	19.820.848,00	19.158.528,00	19.441.570,00	16.532.869,35	126.257.137,15
Bahia	172.349.452,80	259.208.309,20	260.342.484,00	287.302.396,00	294.109.043,20	305.353.413,60	304.148.372,00	243.050.407,76	2.125.863.878,56
Ceará	93.047.913,20	148.583.373,80	146.066.532,00	161.869.818,00	178.326.695,20	179.812.399,60	192.900.984,00	170.371.642,21	1.270.979.358,01
Espirito Santo	36.490.718,00	54.050.844,40	54.391.050,00	60.622.440,00	59.972.621,20	67.676.239,20	69.523.078,00	55.117.341,97	457.844.332,77
Goiás	56.568.587,40	85.677.638,40	87.328.104,00	91.620.924,00	99.749.547,60	105.000.372,00	109.404.076,00	99.433.431,37	734.782.680,77
Maranhão	91.055.691,40	142.674.713,60	143.934.216,00	165.533.118,00	172.812.256,00	192.288.074,20	190.741.964,00	183.399.169,92	1.282.439.203,12
Minas Gerais	189.751.959,40	284.466.354,40	286.710.216,00	298.422.154,00	312.638.163,20	340.932.006,80	333.571.170,00	322.100.447,37	2.368.592.471,17
Mato Grosso do Sul	28.404.855,20	40.237.355,20	41.434.740,00	45.440.304,00	49.357.468,00	48.074.414,00	51.721.052,00	50.465.037,58	355.135.225,98
Mato Grosso	36.536.435,00	55.880.507,20	55.690.434,00	64.850.352,00	69.199.412,00	70.541.724,00	71.293.650,00	67.355.272,90	491.347.787,10
Pará	101.248.034,40	166.905.424,40	165.723.384,00	178.494.888,00	183.284.270,40	189.739.495,20	192.056.736,40	170.574.286,45	1.348.026.519,25
Paraíba	44.340.920,80	63.412.573,20	63.865.686,00	73.276.634,00	79.051.286,00	82.940.860,16	88.726.438,00	77.695.506,90	573.309.905,06
Pernambuco	98.258.166,20	147.840.698,80	147.108.678,00	161.934.004,00	176.815.420,40	180.620.045,60	188.484.252,80	170.647.658,75	1.271.708.924,55
Piauí	41.485.594,00	59.943.590,00	59.108.976,00	65.549.860,00	70.415.897,20	76.199.560,80	75.407.544,00	75.142.921,62	523.253.943,62
Paraná	109.199.713,80	153.349.282,80	155.518.650,00	164.909.632,00	187.626.332,00	193.365.148,00	189.835.698,00	186.172.916,48	1.339.977.373,08
Rio de Janeiro	143.290.449,60	218.227.713,60	230.129.670,00	228.910.370,00	233.902.966,40	231.014.560,60	237.082.497,60	201.879.596,67	1.724.437.824,47
Rio Grande do Norte	37.067.131,00	56.993.984,40	56.723.616,00	60.946.018,00	64.707.999,20	69.722.460,80	70.466.468,00	56.937.503,93	473.565.181,33
Rondônia	20.215.140,00	30.716.491,60	31.461.684,00	33.989.184,00	35.034.365,20	38.278.461,60	37.532.378,00	37.032.094,54	264.259.798,94
Roraima	6.004.169,60	9.946.388,00	11.385.402,00	11.375.298,00	12.148.591,60	10.746.690,00	11.337.092,00	9.790.653,31	82.734.284,51
Rio Grande do Sul	91.992.999,80	146.020.719,60	151.993.104,00	165.136.174,00	180.339.040,80	182.229.724,80	188.116.058,80	175.149.558,67	1.280.977.380,47
Santa Catarina	61.257.339,64	88.277.779,20	89.896.434,00	97.553.876,00	108.609.738,00	112.886.756,80	117.563.825,60	115.284.083,38	791.329.832,62
Sergipe	23.779.075,40	32.911.922,40	32.575.728,00	36.800.536,00	9.181.724,00	40.003.504,00	38.610.428,00	31.380.415,97	245.243.333,77
São Paulo	386.284.901,60	572.423.077,20	557.798.100,00	610.662.290,00	682.418.972,40	711.473.525,60	720.377.830,00	654.462.655,57	4.895.901.352,37
Tocantins	17.658.788,40	24.528.329,20	26.825.668,00	31.932.840,00	37.515.404,60	40.060.180,00	40.425.550,00	39.876.641,69	258.823.401,89
Total	1.990.153.853,34	3.001.889.359,80	3.016.959.652,00	3.270.803.374,00	3.470.492.469,40	3.658.293.375,76	3.716.627.575,20	3.381.450.928,00	25.506.670.587,50

Fonte: Salgado, Teixeira e Cunha (2016).

Em relação aos dados financeiros de 2017, as instituições de ensino receberam um repasse equivalente a R\$2.794.860.578,29 para a alimentação escolar. Desse total, o valor repassado para aquisição dos produtos advindos da agricultura familiar foi de R\$616.049.928,98, representando 22,04% do recurso. Nota-se que, a nível nacional, não foram cumpridos os 30% mínimos da agricultura familiar exigidos pela legislação. No que diz respeito ao estado do Tocantins, a porcentagem mínima também não foi alcançada, atingindo apenas 26,20%. Os valores monetários repassados pelo FNDE ao estado foram de R\$40.762.658,21, sendo que R\$10.680.674,18 foram destinados ao pagamento aos agricultores familiares (MEC, 2019).

O montante de recursos financeiros repassados nacionalmente pelo FNDE para os municípios adquirirem produtos da alimentação escolar entre os anos de 2009 a 2016 foi

de R\$ 25.506.670.585,50 (SALGADO, TEIXEIRA e CUNHA, 2016). Levando em conta a suposição de que todos os municípios cumpriram a regra de adquirir 30% de produtos advindos da agricultura familiar, significa dizer que os municípios repassaram R\$7.652.001.175,65 para os agricultores familiares e para os empreendimentos familiares rurais⁹, via PNAE.

Pesquisa realizada por Alessandra Guimarães (2020) indica, inclusive, que famílias que comercializam seus produtos via PNAE possuem melhores condições financeiras do que as famílias que não possuem essa estratégia de escoamento da produção. Isso porque, ao possuir um canal de comercialização garantido durante todo o ano, se sentem mais seguros para realizarem o planejamento da produção e realizarem investimentos financeiros em suas propriedades rurais. Essa situação de segurança na renda a receber não é presente nas famílias que não acessam essa política, colocando-as, assim, numa situação de incertezas do mercado convencional (GUIMARÃES, 2020).

Importante destacar que, desde o início da pandemia da Covid-19 no país, as atividades escolares presenciais têm permanecido suspensas. Esse contexto atingiu diretamente a comercialização dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar e gerou uma situação de incertezas até para os agricultores familiares que possuem nessa política pública a sustentabilidade necessária para permanecerem no campo e garantirem a comercialização de seus produtos ao longo do ano (GUIMARÃES, 2020).

Nota-se que, apesar dos contextos de insegurança na comercialização dos produtos, em ambos os programas há um alto valor monetário sendo inserido no interior das famílias da agricultura familiar em todo o país. O que os dados apresentados não demonstram é como têm sido os processos familiares de reestruturação de condutas para que seja possível assumir todo o novo conjunto de capitais econômicos e políticos (como articulação com órgãos do poder público municipal, reuniões e negociações com representantes das prefeituras) que essas políticas passam a exigir dos agricultores e agricultoras. Nesse momento, podemos, mais uma vez, retomar os questionamentos que temos feito nessa proposta de pesquisa: Com a inserção desse novo conjunto de capitais econômicos e culturais proporcionados pelo acesso ao PAA e ao PNAE, como as famílias de agricultores familiares têm conseguido reestruturar suas condutas para esse novo modo de vida? Essa nova situação tem proporcionado uma divisão mais igualitária de práticas da divisão sexual do trabalho ou ainda não é possível garantir a reconversão dos *habitus*

⁹ Agricultores familiares são os que acessam o programa individualmente. Empreendimentos rurais são os acessos em forma de associações e cooperativas de agricultores. A DAP é jurídica e não pessoa física.

que definem e são definidos pelas categorias de hierarquização social? Dentre todas as fontes de renda das famílias, o dinheiro recebido via PNAE e PAA possuía algum tipo de marcas de gênero?

4.3 Levantamento bibliográfico sobre o PAA e o PNAE: o que diz a literatura?

Ao longo de seus anos de implantação, diversos estudos se debruçaram para compreender a realidade e as características que perpassam a execução desses programas. Ao realizar uma revisão bibliográfica sobre os PAA e o PNAE, foi possível identificar algumas características e ausências nos estudos sobre os referidos programas no Brasil. A revisão bibliográfica consiste em um método de estudo controlado de busca na literatura já existente sobre um tema para que se compreenda o que existe sobre o assunto nos estudos realizados e publicados. O procedimento utilizado para essa revisão bibliográfica foi o seguinte: utilizou-se a plataforma Periódicos CAPES durante os dias 20, 24 e 25 de junho de 2019 e 29 de setembro de 2020, optou-se por selecionar apenas os artigos de Periódicos revisados por pares e o termo exato de busca utilizado foi “Programa Nacional de Alimentação Escolar” no título e outra busca de termo exato no título com “Programa de Aquisição de Alimentos”. Quantitativamente, foram encontrados 82 (78 na primeira busca e 4 na segunda busca) artigos para a busca do PNAE e 37 (32 na primeira busca e 5 na segunda busca) para o PAA. Devido ao número de trabalhos repetidos que surgiram, o total de resumos de artigos analisados foram 67 e 31, respectivamente. As principais informações mapeadas na análise dos resumos foram as seguintes:

Quadro 39 – Localidades estudadas pelos artigos selecionados

Região	PNAE	PAA
Norte	2	3
Nordeste	11	7
Centro Oeste	2	3
Sul	14	2
Sudeste	9	9
Nacional	7	3
Mais de uma região	1	1
Artigo Teórico/Bibliográfico	11	2
Sem identificação de localidade	10	1
Total de artigos	67	31

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nota-se que, das regiões analisadas, as regiões norte e centro oeste são as que possuem menor número de estudos realizados. Apenas 3% dos artigos sobre o PNAE foram realizados na região norte do país, sendo que, dentre eles, apenas um analisou o estado do Tocantins. Já em relação aos artigos sobre o PAA, apenas 9% se voltaram para a realidade da região norte, também sendo apenas um artigo sobre o estado do Tocantins. Os principais temas abordados nos artigos são os demonstrados no Quadro 15 e no Quadro 16.

Quadro 40 – Principais temas abordados pelos artigos selecionados sobre o PNAE

Temas principais	PNAE
Produção de alimentos	5
Avaliação do programa sob a ótica escolar	8
Política pública de alimentação	1
Atuação dos nutricionistas	7
Elaboração dos cardápios	2
Gestão pública	17
Marco Jurídico	2
Perfil das compras institucionais	5
Atuação das merendeiras	1
Processo de funcionamento do PNAE	5
Análise sob a ótica dos agricultores familiares	8
Sem tema identificado no título/sem resumo	6
Total de artigos	67

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Quadro 41 – Principais temas abordados pelos artigos selecionados sobre o PAA

Temas principais	PAA
Acesso ao PAA realizado pelas mulheres	2
Análise sob a ótica dos agricultores familiares	7
Análise sob a ótica do desenvolvimento	4
Questões relativas aos empreendimentos que acessam	2
Gestão Pública	8
Análise dos mercados institucionais	1
Produção de alimentos	3
Análise do PAA	4
Total de artigos	31

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Observa-se que o principal foco dos artigos que estudam ambos os programas (25% no PNAE e 26% no PAA) está direcionado à análise da governança envolvida na gestão pública dos programas. No caso específico dos artigos sobre o PNAE, também é notório o alto índice de estudos (12%) que analisam o programa sobre a ótica dos

escolares (alunos, diretores, professores etc.). Em relação ao caso específico dos artigos sobre o PAA, o foco na análise sob a ótica dos agricultores familiares representou 23% dos artigos selecionados. Nos artigos sobre o PNAE 12% se voltaram para a análise sob a ótica dos agricultores familiares. Essas informações nos permitem identificar que ainda são incipientes os estudos que desvendam as mudanças que ocorrem no interior das famílias a partir do acesso a esses programas. Em relação às análises sob a ótica de gênero, apenas 2 artigos sobre o PAA desvendam o acesso ao programa no que diz respeito à vida das mulheres.

Os dois artigos sobre o PAA que objetivam analisar o acesso realizado pelas mulheres, analisam o trabalho das mulheres do Movimento de Catadoras de Mangaba, no estado de Sergipe. As informações observadas pelos autores destacam que o PAA dinamiza a vida econômica das famílias, possibilitando que essas mulheres saiam da extrema pobreza, e a vida social das mulheres, visto que a entrega dos produtos se tornou um momento de socialização e reencontros (MOTA et al., 2014). O segundo artigo também analisa as extrativistas do Movimento de Catadoras de Mangaba de Sergipe, mas seu objetivo é o de compreender quais mudanças ocorreram para essas mulheres com o fim do acesso ao PAA. Os resultados obtidos pelo estudo indicam que as mulheres voltaram a ficar dependentes dos atravessadores e passaram a comercializar em quantidades menores devido às barreiras para a coleta da mangaba, que acarretaram o retorno à situação de incertezas vivenciadas no período anterior ao acesso ao PAA (SCHMITZ, MOTA e SOUZA, 2016).

Como um dos objetivos do levantamento bibliográfico é identificar o que os estudos ainda não abrangem, nota-se que ainda é incipiente a dedicação das pesquisas para o interior das famílias no que diz respeito ao acesso a esses programas. Mais reduzido ainda são os estudos que buscam identificar as alterações promovidas por esses programas no interior das famílias a partir da ótica das relações de gênero.

Os quinze artigos que abordam ambos os programas pela óticas dos agricultores analisam os seguintes temas: a) a compreensão dos agricultores do município de Ubá, em Minas Gerais, sobre conceitos de alimentação e saúde nutricional (BATISTA et al., 2016); b) os procedimentos acionados para implantação dos projetos do PAA por uma associação de produtores rurais de Dracena, em São Paulo (HESPANHOL, 2013); c) o acesso municipal na região do Território da Cidadania do sertão do Apodi levando em consideração os recursos financeiros destinados por município e as dificuldades enfrentadas pelas organizações coletivas dos agricultores familiares para se relacionarem

com o programa (DIAS et al., 2013); d) o aumento da rentabilidade e a diminuição do tempo de retorno do capital em agricultores familiares de Ibicaraí, na Bahia (SANTOS, SOARES e BENEVIDES, 2015); e) avaliação dos fornecedores na cadeia de suprimentos do PAA em São Carlos, SP (TANAKA, FILHO e GANGA, 2014); f) a construção da ideia da segurança alimentar na elaboração da legislação específica do PNAE (BURLANDY e CARVALHOSA, 2017); g) a necessidade de incentivo à inovação para manutenção das propriedades da agricultura familiar (GUTERRES et al., 2013); h) o fortalecimento da união comunitária, o aumento da produtividade e a permanência dos jovens no campo como resultado da execução do PNAE por uma cooperativa agropecuária de Boa Vista, em Roraima (MEDEIROS et al., 2016); i) a comparação entre o PAA e PNAE no acesso dos agricultores familiares de Ubá, em Minas Gerais (OLIVEIRA, BATALHA e PETTAN, 2017); j) a necessidade de mudanças significativas nos procedimentos técnico gerenciais de um empreendimento da agricultura familiar de Espera Feliz, em Minas Gerais, para acesso e permanência ao PNAE (SILVA, DIAS e AMORIM JUNIOR, 2015); k) os indicadores de insegurança alimentar contrapostos à execução do PNAE por agricultores familiares de Goiás (SOUZA e ALMEIDA, 2017); l) a consolidação de benefícios para os agricultores familiares que acessam ao PNAE que vão além do acesso ao mercado, como alteração nas formas produtivas, conquista de nova cidadania e reconhecimento como agente social (WAGNER, GEHLEN e SCHULTZ, 2016); m) a relação do PAA com a produção, comercialização dos produtos e renda das famílias (MODENSE e SANT'ANA, 2019); n) a representação social que as lideranças dos agricultores familiares possuem do processo de execução do PAA (SOUZA e LOURETO, 2019); e o) a organização dos agricultores para acesso ao PNAE como possibilidade de superação de dificuldades relacionadas à escola e à continuidade do abastecimento às escolas (ELIAS et al., 2019).

Não é possível identificar, nesses estudos, alguns pontos, como por exemplo, a divisão sexual do trabalho no interior das famílias, se o acesso ao aumento do recurso financeiro possibilitou mudanças nos meios de vida familiar e não nos possibilita compreender se a necessidade de se relacionar com as instituições financeiras, políticas e de mercado alteraram a divisão sexual do trabalho ou os meios de vida no interior das famílias. Também não é possível identificar se houveram momentos de disjunção para alteração nas estratégias de reprodução social das famílias e quais foram os dispositivos acessados pelos membros das famílias para consolidarem uma reestruturação de seus *habitus*.

Ao realizar busca semelhante na plataforma *Catálogo de teses e dissertações da CAPES*, no dia 04 de novembro de 2020, foram identificados 441 documentos para o termo “Programa Nacional de Alimentação Escolar” e 247 para o termo “Programa de Aquisição de Alimentos”. Foram realizados dois recortes para as buscas: o primeiro é para que fossem analisados apenas os trabalhos publicados a partir de 2011, ano em que a plataforma passou a disponibilizar seus documentos em formato digital; e o segundo, que fossem analisadas apenas teses de doutorado. Após esse recorte, foram selecionadas 49 teses sobre o PNAE e 34 sobre o PAA.

Das 49 teses sobre o PNAE, 12 não possuíam divulgação autorizada e 5 não foram disponibilizadas pela plataforma, o que resulta na análise dos resumos de 32 teses. Para as 34 teses sobre o PAA, 12 não possuíam divulgação autorizada e 2 não foram disponibilizadas pela plataforma, resultando em 20 resumos de teses a serem analisados. Desses 52 resumos, 8 teses se repetiram em ambas as buscas, o que totalizou em 44 teses a serem analisadas. A título de informação e para organização dos dados, essas 8 teses repetidas foram excluídas da contagem dos trabalhos referentes ao PNAE. O exercício semelhante ao realizado com os artigos publicados na plataforma periódicos da CAPES, resulta nas seguintes informações para as teses:

Quadro 42 – Localidades estudadas nas teses selecionadas

Região	PNAE	PAA
Sul	5	1
Sudeste	6	5
Centro Oeste	2	2
Norte	0	1
Nordeste	4	3
Nacional	5	4
Internacional	1	4
Pesquisa Laboratorial	1	0
Total de teses	24	20

Fonte: Dados de pesquisa, 2021.

Para ambos os programas, destaca-se o alto índice de estudos sobre as experiências na região Sudeste do país, enquanto a região que possui menor número de teses publicadas é a região norte, com apenas uma tese sobre a capital do estado de

Roraima. Esse dado nos aponta que ainda são incipientes os estudos sobre nosso objeto na região norte do país¹⁰.

Quadro 43 – Principais temas abordados pelas teses selecionadas

Temas	PNAE	PAA
Organizações coletivas da agricultura familiar	2	4
Segurança alimentar e nutricional	10	1
Cooperação internacional	0	1
Impactos do Programa na esfera local	4	4
Gestão Pública	6	6
Mais de um desses temas	2	4
Total de teses	24	20

Fonte: Dados de pesquisa, 2021.

O quadro 18 nos permite observar que o tema que mais se repetiu nas teses sobre o PNAE foi relacionado às questões da segurança alimentar e nutricional, que apareceram em 41,6% dos trabalhos analisados. Em relação aos trabalhos sobre o PAA, o foco nos temas se manteve nas questões relativas à gestão pública, totalizando em 30% dos trabalhos analisados. Já os estudos que se dedicaram aos impactos locais e familiares de ambos os programas, totalizaram em 17% para as teses sobre o PNAE e em 20% para as teses sobre o PAA. Das teses que envolveram mais de uma temática (8% do total das teses sobre o PNAE), todas abordaram os impactos do Programa na esfera local e familiar (uma tese relacionou esse tema ao das organizações coletivas dos agricultores familiares, e a outra tese relacionou esse tema ao da gestão pública e à segurança alimentar e nutricional). Em relação às teses sobre o PAA, que abordaram mais de um tema (30% do total de teses sobre o PAA), foram duas as que abordaram os impactos do PAA na esfera local e familiar, sendo que uma dessas relacionou o tema às organizações coletivas dos agricultores e a outra relacionou o tema à segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, pode-se afirmar que, das teses analisadas, doze delas abordaram os impactos dos programas na esfera local e familiar.

De maneira descritiva, essas doze teses trataram sobre: a) como as ações políticas locais envolvidas no processo de implantação de políticas públicas exercem mudanças no

¹⁰ Ao analisar a localidade dos programas de pós-graduação, têm-se a seguinte distribuição pelas regiões do país: 52% estão no Sudeste (SP, RJ e MG), 23% na região Sul (RS, PR e SC), 14% no Nordeste (CE, BA, PB e PI), 11% na região Centro Oeste (GO, MS e DF). Nenhuma das pesquisas foram realizadas por programas de pós-graduação na região Norte do país. Esse levantamento pode auxiliar a análise do baixo índice de estudos direcionados à essa região.

comportamento das famílias que participam dessas ações (AGNE, 2014); b) o PNAE sob a ótica do controle social local no processo de implantação dessa política (KRAEMER, 2018); c) as potencialidades e limitações do acesso ao PAA e ao PNAE na construção da territorialidade camponesa mato-grossense (MENDES, 2017); d) como a implantação do PNAE leva em conta a cultura social local para interlocução com os agricultores familiares (SANTOS, 2016); e) as possíveis modificações nos padrões de produção e comercialização de agricultores familiares paulistas durante o período de acesso ao PNAE (SCHWARTZAN, 2015); f) a importância do PAA e do PNAE no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção do acesso à alimentação saudável (SÍCOLI, 2017); g) as estratégias de reprodução social da agricultura familiar em um município de Goiás (SILVA, 2015); h) os impactos sócio territoriais do acesso ao PAA e ao PNAE em dois municípios paulistas (SILVA, 2019); i) as características econômicas da agricultura familiar na demanda de acesso ao PNAE (SOUZA, 2017); j) os impactos e desdobramentos do acesso ao PAA no interior de assentamentos da reforma agrária (FACCO, 2019); k) como o acesso a uma multiplicidade de políticas públicas contribui para o desenvolvimento de um território da cidadania no norte de Minas Gerais (GARLIPP, 2015) e; l) os efeitos do PAA para um assentamento da reforma agrária mato-grossense (RAMBO, 2016).

Desses estudos, alguns nos apontam dicas sobre as mudanças que ocorreram nos meios de vidas dos agricultores familiares a partir do acesso ao programa. No estudo de Flávia Schwartzman (2015), foram identificadas alterações nos padrões produtivos e nos canais de comercialização das famílias paulistas, ou seja, passaram a utilizar mais infraestrutura produtiva (realizando investimentos em maquinários, irrigação e adubos químicos), iniciaram um processo de planejamento produtivo para atendimento às demandas das chamadas públicas, foi identificado o aumento na renda de 76,4% das famílias entrevistadas e uma redução nas vendas por outros canais de comercialização, como em feiras, atravessadores, quitandas e CEASA.

Nessa mesma direção, também se encaminham o estudo de Facco (2019) que, ao pesquisar os assentados da reforma agrária do assentamento Contestado, no Paraná, identificou que as principais vantagens que o PAA oferece aos que o acessam é o estímulo à diversidade produtiva para venda e autoconsumo das famílias e ao aumento da renda familiar em um contexto local de dependência ao mercado de grãos. O autor também relata a importância desses dois aspectos para manutenção da autonomia nos meios de vida dos assentados (FACCO, 2019).

A pesquisa em municípios do estado de Goiás, realizada por Juniele Silva (2015), aponta que o PNAE é uma importante ferramenta para a reprodução social da agricultura familiar goiana por se tornar um incentivo à produção, visto que possibilita um novo canal de comercialização de suas produções, o que resulta na geração de renda.

Com o objetivo de compreender as mudanças no processamento de alimentos vivenciados pelos agricultores familiares que acessavam o PNAE no Rio Grande do Sul, Chaiane Agne (2014) identificou que não se pode afirmar que o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva é o único elemento que influenciou as famílias a alterarem seus métodos produtivos. A autora afirma que o fator de maior influência nessas alterações está relacionado às trajetórias de vida dessas famílias que fizeram pequenas e diversas alterações nos métodos produtivos ao longo do tempo. O Programa de Geração de emprego e renda (PROGER) é um exemplo de acesso ao crédito produtivo que esteve presente na trajetória de famílias que inseriram novas técnicas de produção ao longo de 20 anos. As alterações visualizadas pela autora a partir das contribuições do PNAE dizem respeito ao caráter de compra garantida da produção pelos órgãos públicos. Essa situação tem permitido que algumas famílias intensifiquem sua produção e alcancem, por meio das organizações coletivas, as estruturas físicas necessárias para a obtenção e manutenção dos registros sanitários (AGNE, 2014).

Kraemer (2018) aponta que, para os agricultores familiares dos municípios da Baía de Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, o principal benefício do acesso ao PNAE é a geração de renda de maneira regular. O autor também elenca que o acesso ao programa de maneira coletiva promoveu avanços na inclusão social local resultando em um maior conhecimento de seus direitos e uma maior capacidade organizativa para pressão junto ao poder público (KRAEMER, 2018).

O estudo realizado por Rambo (2016) em um assentamento da reforma agrária no estado do Mato Grosso, aponta para os mesmos direcionamentos que os anteriores. Das famílias entrevistadas, 92,86% indicaram que alcançaram aumento na renda familiar e 78,58% afirmaram terem obtido melhorias na comercialização da produção, devido à venda garantida dos produtos. O autor também identificou que 57,14% das famílias entrevistadas afirmaram melhorias nos aspectos produtivos, por meio da aquisição de equipamentos, maquinários e infraestrutura para produção agrícola. No que diz respeito às condições de moradia/lar/vida, 78,54% das famílias indicaram diversos aspectos em que o PAA possibilitou melhorias, como: aquisição de veículo, reformas nas residências,

aquisição de eletrodomésticos, realização de viagens e pagamento de dívidas anteriores (RAMBO, 2016).

Ao analisar os arranjos locais estabelecidos para implantação do PAA e do PNAE em dois municípios do estado de São Paulo, Eliane Silva (2019) apresenta essas mesmas alterações na vida dos agricultores familiares (aumento na renda, criação de um canal de comercialização, compra garantida), além de permitir a fixação das famílias no campo. No entanto, a autora apresenta os dados a partir do enfoque de gênero, o que nos permite compreender melhor como as mulheres foram afetadas por essas políticas. De acordo com seus dados de pesquisa, a autora aponta que as mulheres, ao acessarem os programas, conseguiram aumentar suas rendas individuais, o que ocasionou em suas autonomias econômicas (SILVA, 2019). Apesar da autora se diferenciar dos demais estudos analisados, ainda não foi possível identificar se houveram alterações na divisão sexual do trabalho familiar a partir do acesso a esses programas.

Um avanço promovido pela pesquisa de Juliana Sícoli (2018) em relação às alterações no cotidiano da agricultura familiar é a afirmação de que o acesso aos programas PAA e PNAE permitem a recuperação do valor do trabalho da terra e o aumento do poder de negociação dos agricultores familiares, inclusive dos mais descapitalizados. Essa situação, de acordo com a autora, faz com que o acesso aos programas reduza as assimetrias de poder nas relações comerciais (SÍCOLI, 2018).

Ao apontar diversos desafios para implantação dos programas, principalmente por não ter se tornado uma política de Estado, Mendes (2017) aponta, em sua pesquisa, que o acesso a esses programas possibilitou um maior enraizamento social, com a criação e o fortalecimento de cooperativas e associações como estratégia para os assentados da reforma agrária mato-grossense acessarem ao PAA e ao PNAE.

Ao realizar um estudo de caráter econométrico em sua pesquisa, Souza (2017) aponta que, nos municípios pernambucanos analisados, o aumento das aquisições de alimentos por meio do PNAE conseguiu promover melhora nas condições socioeconômicas dos municípios estudados. A autora aponta alguns elementos que contribuem para esse resultado: renda per capita municipal; existência de organizações coletivas de representação dos agricultores familiares, como cooperativas, associações e sindicatos; atuação de instituições públicas de assistência técnica e vigilância sanitária vegetal e animal; relações contratuais de confiança entre agricultores e órgãos públicos municipais e que estejam comprometidos com a execução do PNAE; e a existência de uma produção agrícola anterior à implantação do programa (SOUZA, 2017).

Em um movimento contrário às demais teses, Ana Alice Garlipp (2015), ao estudar o Território da Cidadania das Serras Gerais, na região norte de Minas Gerais, demonstra que o PAA foi implantado de maneira incipiente, fortalecendo apenas os municípios com maior estrutura produtiva e com maior capacidade de organização social. Apesar de serem informações relevantes, a autora não aprofunda nas mudanças promovidas pelo PAA na região estudada.

Situação semelhante foi identificada por Alice Santos (2016) que, ao analisar a implantação do PNAE no município de Canindé, no estado do Ceará, constatou que a falta de diálogo entre gestão pública municipal e agricultores familiares foi determinante na inviabilidade de implantação do programa no âmbito local. A autora complementa essa inviabilidade com outros fatores: manutenção de velhos hábitos políticos que distanciam ainda mais ambos os lados; incompreensão dos meios de vida dos agricultores familiares e a falta de compreensão dos agentes públicos e lideranças locais sobre o programa. Ao concluir seus achados de pesquisa, a autora ainda afirma que essa situação mantenha “o risco à segurança alimentar e nutricional da região e não só dos escolares beneficiados pelo PNAE” (SANTOS, 2016, p. 130).

Após observar como os estudos abordam o PAA e o PNAE nessas duas plataformas de pesquisa, é possível notar que é incipiente os estudos que realizam o que buscamos investigar com essa tese. Dando continuidade ao objetivo proposto desse capítulo, de compreender as políticas públicas de inclusão produtiva para a agricultura familiar, o próximo tópico se dedica às políticas públicas criadas com o intuito de promoverem a igualdade de gênero no meio rural.

4.4 Políticas públicas de promoção da igualdade de gênero no meio rural

A agenda governamental de reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres rurais também é produto de um longo processo de disputas e organização política dessas mulheres. Inseridas, inicialmente, nos movimentos sociais mistos, foi a partir da década de 1980 que as mulheres passaram a se organizar de maneira autônoma em movimentos sociais auto-organizados e que exigiam o reconhecimento das mulheres como agentes de direitos sociais, políticos e econômicos. Isso quer dizer que, apesar das agendas terem tido suas pautas alteradas ao longo do tempo, o reconhecimento e a exigência de direitos sempre esteve em voga (BUTTO, 2011).

A trajetória das pautas foram avançando ao longo do tempo e no decorrer dos processos políticos e econômicos que a agricultura familiar e a reforma agrária vivenciavam. O quadro 19 apresenta de maneira sistematizada a trajetória dessas pautas e agendas construídas pelos movimentos de mulheres rurais:

Quadro 44 – Trajetória das pautas dos movimentos de mulheres rurais

Década	Pautas	Conjuntura
1980 a 1989	Contestam as relações de poder no meio rural	-Surgimento de organizações autônomas de mulheres -Fim do período de ditadura civil militar Promulgação da - Constituição Federal Brasileira em 1988.
	Se afirmam enquanto agricultoras	
1990 a 1999	Direito à terra e à reforma agrária	-Após longo período de ditadura civil militar, o país passa pela abertura política democrática.
	Reconhecimento enquanto trabalhadoras para: -se sindicalizarem; - terem acesso aos direitos trabalhistas, como a previdência social; - inserção do nome do Bloco da Produtora Rural, para comprovação de renda.	
2000 a 2009	Exigem políticas de crédito direcionado	-Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM)
	Exigem políticas de comercialização	
	Exigem políticas de assistência técnica e extensão rural específica para as mulheres e seus grupos produtivos	
	Reconhecimento enquanto promotoras da segurança alimentar e nutricional	Definição de uma política integral de promoção da igualdade de gênero
	Reconhecimento enquanto trabalhadoras do manejo sustentável e conservação da biodiversidade	
2010 a 2019	Defesa da democracia e da soberania popular	Em 2016 ocorre o impeachment da presidenta Dilma Rousseff
	Combate à violência no campo	
	Direito à justiça, igualdade e autonomia	

Fonte: Elaborado pela autora baseada em Butto (2011); Contag (2015; 2019).

Autoras como Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão (2006), ao analisarem os avanços das conquistas políticas obtidas pelas mulheres rurais, destacam como a promulgação da Constituição Federal, além de conceder direitos específicos para as mulheres, visibilizou nacionalmente as pautas e negociações feitas por essas trabalhadoras. Pouco antes da promulgação, em 1985, é criado o Conselho Nacional de

Direitos da Mulher (CNDM), que apenas em 2001 passa a nomear uma mulher rural como membra do conselho. A mulher nomeada é participante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Importante destacar que a inserção de uma mulher rural no conselho só ocorreu 15 anos depois de sua criação, o que demonstra baixo reconhecimento do CNDM para as questões relativas ao gênero no meio rural (HEREDIA e CINTRÃO, 2006). Apenas em 2003, quando o CNDM se tornou parte da SPM, é que se inseriu um número maior de representantes de mulheres não residentes da área urbana, como, por exemplo, representantes da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas e de uma ONG com relação próxima das mulheres da Amazônia (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

E, como foi possível perceber com o Quadro 19, apenas em 2003 as políticas para as mulheres rurais se tornaram institucionalizadas em uma secretaria especial que propôs, juntamente a diversos movimentos e organizações de mulheres, uma política integral de promoção da igualdade de gênero. Essa política se tornou orientadora das ações de diversos ministérios que deveriam propor ações direcionadas e inserir o debate de gênero também de maneira transversal em todas as suas políticas públicas. Dessa forma, foram criados diversos Comitês de Gênero nos ministérios do Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Meio Ambiente, Minas e Energia (BUTTO, 2011). Em 2004, a SPM e o CNDM organizaram a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que discutiu e construiu o plano nacional de políticas públicas para as mulheres urbanas e rurais que deveria orientar as ações governamentais até os dias atuais.

Especificamente no MDA foi criada a Secretaria de Políticas para as mulheres rurais e quilombolas, responsável pela articulação das políticas direcionadas às mulheres da agricultura familiar, da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhas, e outras residentes do meio rural. Nesse escopo, é criado pelo MDA, em 2008, o Programa Nacional de Organização Produtiva para as mulheres rurais, com o objetivo de fortalecer as organizações femininas no campo e, conseqüentemente, a autonomia econômica das mulheres.

O programa tem o intuito de articular os programas para a agricultura familiar e inserir o enfoque de gênero nas ações concedendo um leque de possibilidades para organização e inserção produtiva das mulheres no mercado. Desse modo, o foco do programa é mapear, capacitar, apoiar a produção e incentivar a comercialização dos produtos provenientes dos grupos produtivos de mulheres rurais. O acesso ao programa é feito mediante chamamento público específico para apoio a grupos de mulheres, redes

formadas por grupos de mulheres e fortalecimento de feiras de economia feminista e solidária. De acordo com dados do MDA (2015), durante os anos de vigência do Programa 13.392 grupos produtivos de mulheres foram mapeados, 120 grupos apoiados e mais de 138 mil mulheres rurais beneficiadas.

Além desse programa, durante os anos de 2003 e 2016 foram disponibilizadas ações de outras políticas públicas para promoção da igualdade de gênero no meio rural. Dentre elas, posso citar as linhas de crédito específicas para grupos de mulheres, como o Pronaf Mulher e o Fomento Mulher, as chamadas públicas específicas da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), como o ATER Mulheres e Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), o fortalecimento das ações coletivas e participativas na gestão pública territorial e dos territórios da cidadania e a titularidade conjunta obrigatória das propriedades rurais. Alguns dados foram divulgados pelo MDA e nos ajudam a contextualizar as mudanças vivenciadas no meio rural em relação à perspectiva de gênero (MDA, 2015).

Em primeiro lugar, foi realizada a emissão de 2.739.047 documentos para 1.354.019 mulheres. Esses dados são referentes ao período de 2004 a 2014 e diz respeito à emissão de carteiras de identidade, cadastro da pessoa física, carteira de trabalho, inscrição na declaração de aptidão à agricultura familiar (DAP) e inscrição no CadÚnico e em outros programas assistenciais e benefícios previdenciários (MDA, 2015).

Em relação à titularidade nas propriedades advindas da reforma agrária, houve um aumento de 48% de titularidades femininas entre os anos de 2003 a 2013. Essa ação, intitulada como Reforma Agrária com igualdade, tem o objetivo de garantir a obrigatoriedade da titulação conjunta de casais casados ou em união estável na concessão dos lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária (MDA, 2015).

Ao consolidarem os contratos do PAA, as entidades executoras devem seguir critérios de priorização na seleção e execução de propostas. Um dos critérios principais, regulamentados pela resolução 44/2011, prioriza que os produtos sejam provenientes de organizações de mulheres ou de mulheres titulares da DAP, sendo que 5% da dotação orçamentária da execução do PAA seja para organizações de mulheres ou organizações mistas em que as mulheres representem, no mínimo, 70% do quadro social. Essas alterações possibilitou um aumento de 22,32% entre os anos de 2011 e 2014. Esses dados talvez expliquem o motivo de haver maior índice de participação feminina do que masculina no PAA.

Com o impeachment de Dilma Rouseff, em 2016, a SPM inicia um período de instabilidade governamental até a sua reformulação, em 2019. Com o início do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, no início de 2019, a secretaria vinculada diretamente à presidência da república assume caráter de ministério e se transforma apenas em uma pasta dentro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Importante destacar que esse ministério passa a assumir posicionamentos políticos inversos aos defendidos pelos movimentos sociais organizados pelas mulheres e que orientou, até então, as ações da SPM.

Alguns estudos (BRUNO et al., 2011; WEITZMAN, 2011; BRUMER e SPANEVELLO, 2011; HERNÁNDEZ, 2015; SANTOS e JALIL, 2017) que se dedicaram a desvendar os resultados da implantação desses programas, nos indicam algumas questões que precisam ser mais bem aprofundadas e desvendadas. Carmem Osório Hernandez (2015) apresenta os resultados de sua pesquisa sobre os limites e as potencialidades da implantação do Pronaf Mulher em um grupo de agricultoras familiares do Rio Grande do Sul. A principal consideração apresentada pela autora refere-se ao fato de que o programa consegue atender as demandas práticas e emergenciais das mulheres, mas não consegue influenciar nas estruturas de gênero vivenciadas no meio rural. O motivo dessa limitação apresentada deve-se ao fato de não terem levado em consideração a questão de gênero nem no planejamento e nem nas ações, tendo sido implantado apenas como uma estratégia transversal nos programas governamentais. A autora afirma que o programa teve “sua efetivação social comprometida, respondendo a uma política ‘para as mulheres’ e não uma ‘política com perspectiva de gênero’ para o desenvolvimento rural” (HERNANDÉZ, 2015, p. 290).

Esse resultado também é identificado pelas pesquisadoras Anita Brumer e Spanevello (2011) quando analisam o acesso ao Pronaf nos municípios da região sul do país. Seus resultados mostram que, apesar de não possuírem total autonomia referente à renda proveniente do seu trabalho, as mulheres sentem-se valorizadas e reconhecidas por poderem contribuir com a renda total da família e garantir melhorias na condição de vida familiar. Apesar de permanecerem os aspectos relacionados à divisão sexual do trabalho, os principais benefícios conquistados pelo acesso ao Pronaf-Mulher dizem respeito ao aumento da autoestima e da valorização do seu papel no interior das famílias, visto que a titularidade do crédito é em nome das mulheres (BRUMER e SPANEVELLO, 2011).

No entanto, o acesso à renda própria é reconhecidamente importante para as mulheres, visto que gera certa autonomia e independência por não precisarem de pedir

autorização para o marido para utilização e destinação do dinheiro proveniente de suas atividades. Essa constatação foi identificada pela pesquisa realizada por Bruno et al. (2011), ao analisarem o perfil e as características específicas de cinco grupos produtivos de mulheres assentadas da reforma agrária no país, que também reconhecem que apenas o acesso à renda não é suficiente para gerar igualdades de condições nas relações de gênero.

A inserção das mulheres nas ações de assistência técnica e extensão rural promovidas pela PNATER também foi objeto de estudo da pesquisadora Rodica Weitzman (2011). A autora identifica diversas questões relacionadas à divisão sexual do trabalho que precisam ser consideradas pelos agentes de ATER para que as desigualdades de gênero sejam efetivamente reduzidas ao invés de ocasionar o acúmulo de tarefas a serem desenvolvidas pelas mulheres. Primeiramente, a autora destaca a necessidade de se fortalecer a auto-organização das mulheres, mas sem reduzir a participação delas nos espaços de formação e de discussão compostos historicamente apenas pelos homens. Outra questão apresentada pela autora é a constante prática nas ações provenientes da PNATER de reduzir o trabalho com as mulheres como foco das ações “sociais” ou das ações voltadas para o “núcleo familiar”, reduzindo a atuação das mulheres no meio rural como objeto de trabalho dos profissionais das ciências humanas enquanto que os profissionais das áreas técnicas produtivas, como os agrônomos, veterinários e zootecnistas se ocupam das ações direcionadas aos homens. A divisão sexual do trabalho torna-se uma questão a ser debatida tanto no meio rural, quanto na própria composição das equipes de ATER (WEITZMAN, 2011).

A autora também destaca a necessidade de se acompanhar de maneira mais adequada a divisão sexual do trabalho, dado que apenas a inserção das mulheres na esfera produtiva acarreta em um potencial acúmulo de trabalho para elas, já que a socialização do trabalho doméstico ainda não é vista, pelos agentes de ATER, como objeto de intervenção. Nesse sentido, a autora conclui que qualquer processo de intervenção no meio rural precisa ser pautado, primeiramente, nas questões relacionadas à divisão sexual do trabalho, e não apenas na inserção das mulheres nas atividades produtivas para promoção de sua autonomia econômica. Por esse motivo, a autora destaca que os serviços de ATER voltados para as mulheres, quando se baseiam nas perspectivas da economia solidária e da economia feminista, têm conseguido representar grandes avanços nas vidas das mulheres atendidas (WEITZMAN, 2011).

No que diz respeito aos estudos da atuação da PNATER na região nordeste, as pesquisadoras Graciete Santos e Laetícia Jalil (2017) destacam que, apesar de enfrentarem os mesmos problemas apresentados por Rodica Weitzman (2011), é necessário reconhecer que a inserção das mulheres nas pautas e políticas governamentais trouxe grande avanço no cotidiano e na autonomia feminina. Ao estudarem especificamente a região do Pajeú, o ATER Mulheres proporcionou reflexões e aprendizados tanto para as agricultoras quanto para as profissionais do programa que passaram a exigir e a garantir a inserção feminina nos mais diversos espaços relacionados ao trabalho e à organização social e política no meio rural.

Longe de querer esgotar esse assunto nesse tópico, é válido ressaltar que são diversos os estudos que analisam os limites, os impactos e os avanços proporcionados pela inserção dessas políticas específicas para as mulheres residentes no meio rural. Como o objeto dessa tese não são essas políticas específicas, me restrinjo, nesse momento, apenas a concordar com as análises dessas pesquisadoras no que diz respeito à possibilidade de aumento de autoestima e de sensação de autonomia econômica em que as mulheres vivenciam ao acessar essas diversas políticas.

Quando tentamos compreender a materialidade dos resultados alcançados por uma política pública, é preciso aumentar o grau de sensibilidade e não se restringir a analisar alterações estruturais ou rupturas impactantes no modo de vida das mulheres. Levando em consideração que as estruturas que regem as desigualdades de gênero são históricas e direcionaram a vida dos indivíduos ao longo de tantos anos, é necessário compreender como essas desigualdades são ou podem ser alteradas a partir de lentes teóricas que nos auxiliam a compreender, de maneira sensível e sistematizada, elementos até então não observados. Por esse motivo é que os conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu auxiliam a entender como as mudanças nos meios de vida das mulheres e das famílias rurais podem ser observadas, analisadas e compreendidas. No próximo capítulo, apresentarei a perspectiva de gênero como aporte teórico para compreender as relações estabelecidas para a divisão sexual do trabalho no meio rural e as colocarei em diálogo com a literatura específica sobre o tema.

4.5 Adendo: mudanças institucionais nas políticas públicas para a agricultura familiar após 2018.

Durante o período de elaboração dessa tese, muitas mudanças ocorreram no ambiente institucional que envolve a criação e a implantação de políticas públicas no Brasil. Ainda são incipientes os estudos que já conseguem apresentar os impactos das alterações que as políticas públicas para a agricultura familiar passaram durante esse período. No entanto, me dedicarei a apresentar nesse espaço algumas das análises que a literatura já vem elucidando. O objetivo desse adendo é inserir uma sistematização das principais alterações que ocorreram entre os anos de 2018, com a posse do presidente Jair Messias Bolsonaro, e 2021, ano de finalização dessa tese.

Como dito anteriormente, a expansão das políticas públicas destinadas à agricultura familiar ocorreu durante os anos de 2003 (com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva) e 2016 (com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff). O foco governamental desse período pode ser sistematizado da seguinte forma:

Manter a estabilidade macroeconômica; promover ações de crescimento econômico orientadas para o mercado interno e para a inserção no mercado internacional (notadamente por meio da política cambial e de políticas de infraestrutura); criar políticas que estimulem a competitividade industrial (sobretudo via isenções fiscais); promover políticas de crédito para produção e para o consumo; atuar na área social com os objetivos de reduzir a pobreza e as desigualdades; e, promover o consumo de massa, ganhando importância, neste sentido, o estímulo ao emprego formalizado, a valorização do salário mínimo e a intensificação de programas de transferência e geração de renda (GRISA, 2018, p. 42-43).

Após 2016, com a entrada do governo Michel Temer, esse foco passou por mudanças até ser totalmente reestruturado com a posse do presidente Jair Messias Bolsonaro. Cátia Grisa (2018) indica que as principais mudanças que geraram impactos negativos para as políticas públicas de agricultura familiar foram: a substituição do termo agricultor familiar por Unidade familiar de produção agrária, que enfraquece politicamente a noção de agricultura familiar; a limitação das despesas governamentais para os próximos 20 anos, a partir da Emenda Constitucional nº 95, de dezembro de 2016; e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que realocou o debate da agricultura familiar para uma pasta específica dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, perdendo, assim, seu status de Ministério (GRISA, 2018). Soldera (2017) afirma, inclusive, que “o rebaixamento institucional implicaria perda da capacidade de articulação política e impactaria diretamente na operacionalização de algumas políticas públicas” (SOLDERA, 2017, p. 134).

Em termos práticos, analisando as atuais regulamentações sobre as políticas para a agricultura familiar, foi possível identificar algumas alterações. Descrevo-as na sequência.

Com relação ao registro do agricultor familiar, as Portarias n° 242/2021 e n° 264/2021 determinam o encerramento da DAP e das normas para implantação do CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. Ao analisar o texto dessas portarias, a principal alteração identificada é apenas na nomenclatura do registro e a obrigatoriedade do registro no CAF para acesso a qualquer política pública direcionada ao público da agricultura familiar. A Portaria SEAD/CC/PR n° 523, de 24 de agosto de 2018, que disciplina a emissão da DAP perde sua validade em 30 de junho de 2022, ou seja, os agricultores deverão realizar a migração de seu registro de DAP para CAF – que não será automática – até essa data. É válido destacar que essa migração demandará um esforço intenso das agências de assistência técnica e extensão rural para adequação das unidades familiares de produção agrária. Com a publicação da Portaria n° 242/2021 ficaram revogadas as seguintes portarias que tratavam da DAP: Portaria GM/MDA n° 94, de 27 de novembro de 2012; Portaria SEAD/CC/PR n° 02, de 29 de agosto de 2017; Portaria SEAD/CC/PR n° 01, de 13 de abril de 2017; Portaria SAF/MAPA n° 01, de 29 de janeiro de 2019; Portaria SAF/MAPA n° 62, de 02 de julho de 2019; e Portaria SAF/MAPA n° 128, de 04 de julho de 2019.

No que diz respeito ao PAA, um estudo do IPEA revelou ações governamentais que reduziram o montante de recursos investidos no programa, além de também terem instituído alterações em sua nomenclatura. Em 2021 o PAA passa a ser denominado como Programa Mais Alimenta Brasil (PAB). De acordo com Gabriela Perin *et al* (2021) é possível identificar três períodos-chave para compreensão dos avanços e retrocessos vivenciados pelo programa. Esse estudo aponta que:

No período mais recente (2014-2019), após uma leve retomada inicial de recursos, constatou-se uma contínua redução dos montantes aplicados no PAA, chegando ao fim do período nos menores patamares de sua história. Apesar de ter ocorrido um esforço de redesenho em sua forma de gestão visando diminuir a burocracia e facilitar o acesso, uma mudança na agenda governamental de caráter político e institucional teve forte impacto nas políticas voltadas à agricultura familiar, afetando intensamente o programa, o qual atingiu em 2019 o menor patamar de execução de recursos da sua história. (PERIN *et al*, 2021, p. 5).

O controle social do PAA também passou a ser comprometido quando, pela Lei n° 13.844, de 18 de junho de 2019, a organização básica dos órgãos governamentais

deixou de estruturar institucionalmente o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), ou seja, desobrigou institucionalmente a manutenção da atividade do conselho. Os investimentos reduzidos em capital financeiro e humano para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural também é um fator que reduz a efetividade do PAA, visto que não há auxílio técnico profissional para o público da agricultura familiar planejar sua produção e sua inclusão produtiva de maneira articulada aos programas de compras públicas (PERIN *et al*, 2021).

Com a crise sanitária provocada pela Pandemia da COVID 19, o debate sobre a importância do PAA na garantia da segurança alimentar e nutricional volta à tona entre especialistas e instituições nacionais e internacionais dedicadas à essa pauta. Nesse sentido, o governo federal lançou a Medida Provisória nº 957/2020 com o objetivo de prever novos investimentos para a compra de alimentos via PAA. Essa MP previu o investimento, via crédito especial, de R\$ 500.000.000,00 exclusivos para o Ministério da Cidadania destinar às ações de segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2020).

Lançada em 2021, a Medida Provisória nº 1.061 revoga o PAA e institui o Programa Alimenta Brasil. As principais alterações dessa mudança, enumeradas por Gabriela Perin *et al* (2021), são: a) exclusão da modalidade Aquisição de Sementes; b) exclusão da finalidade de constituição de estoques públicos por agricultores familiares; c) retirou a alimentação escolar como uma das finalidades do programa; d) retirou o incentivo ao cooperativismo e ao associativismo; e) retirou o incentivo à biodiversidade, à agroecologia e aos hábitos alimentares saudáveis.

Até o momento da finalização desse adendo, não foram identificadas alterações no PNAE que impactassem diretamente no público da agricultura familiar.

Em síntese, ressalto o que os pesquisadores citados já vêm indicando. Noto uma mudança institucional que têm apresentado retrocessos para o público da agricultura familiar no que diz respeito à sua inclusão produtiva. É possível notar que a flexibilização de termos e a fragilização das entidades de assistência técnica e extensão rural reduzem cada vez mais a garantia que esses públicos tinham de acesso aos mercados institucionais e às demais políticas públicas antes destinadas apenas a eles.

CAPÍTULO 5: ESTUDOS SOBRE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO RURAL

Este capítulo tem o objetivo de apresentar como se dá a compreensão do conceito de gênero nos estudos teóricos convencionais e o espaço que o gênero tem ocupado na sociedade. Neste primeiro momento, é importante destacar que os estudos de gênero são resultados de um processo de luta e resistência das teóricas feministas que conseguiram propagar na sociedade e na ciência a ideia de que os indivíduos e, portanto, também as mulheres, são diversos e plurais (PEDRO, 2005). O próximo tópico se dedicará a apresentar as análises já realizadas pelos estudos de gênero sobre a divisão sexual do trabalho rural.

5.1 Perspectivas teóricas sobre os estudos de gênero

Conforme afirma Joana Pedro (2005), essa compreensão de que as mulheres são diversas e plurais confronta a ideia do sujeito universal iluminista – homem branco – que o define como a regra e como um indivíduo padronizado e que, conseqüentemente, os indivíduos que não atendem às exigências de se enquadrarem como esse homem universal de comportamento já esperado, a serem considerados como diferentes (HALL, 2014). Para Joan Scott (2005), essa igualdade no comportamento só existe quando somos vistos como um grupo, mas isso não ocorre quando somos vistos como sujeitos, individualmente, e todas as vezes que colocamos a compreensão em termos de grupos, estamos definindo dualidades do que é o padrão de comportamento esperado como a identidade e o que contrasta com esse grupo, como o diferente. Assim, para a autora, é preciso diluir as fronteiras dessa dicotomia estabelecida e, principalmente nas questões de gênero, essas dualidades precisam ser extintas. Entender o conceito de gênero, então, é entender que os sujeitos não são universais e que suas identidades precisam, assim, ser explicadas, descritas e que há a necessidade de serem mostradas (SCOTT, 2005).

Para Joan Scott (2012), fazer análises de gênero significa um compromisso crítico com essas dualidades e com a necessidade de “revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos” (SCOTT, 2012, p. 332). Nessa concepção, os estudos feministas existem, então, para reduzir as disparidades sociais compreendidas a partir das diferenças entre os gêneros e que devem se constituir como um método de estudo que busca interpretar “um sistema de dominação cultural arraigado,

no que diz respeito às amarras ideológicas, e, ao mesmo tempo, dizem respeito a mulheres que, como seres humanos, são também e a despeito dos condicionamentos culturais agentes de si mesmas” (DIAS, 1992, p. 40). Maria Odília Dias (1992) entende a necessidade da desconstrução dos valores ideológicos para se redescobrir os papéis e não a condição imposta pelo sexo biológico. Essa nova metodologia de análise “implica não somente uma nova história de mulheres, mas também uma nova história” (SCOTT, 1995, p. 73), que problematiza as relações de poder impostas a fim de abalar e até transformar essas relações.

No entanto, a autora compreende que gênero é “um tema fluido, abrangente demais e impossível de ser definido em termos precisos” (DIAS, 1992, p. 39), mas que se estrutura enquanto uma proposta de transformação social. Para que essa esperança se concretize, a autora destaca ainda a necessidade de desconstruir parâmetros herdados ao invés de formular marcos teóricos nítidos, rígidos e impermeáveis.

O feminino é excluído do discurso e aprisionado por ele; é genérico e sem condição de explicitação, a não ser no plano da especificidade histórica, de sua concretude, de sua negação enquanto categoria universal. As teorias feministas cada vez mais se apegam a uma postura de consciência estritamente histórica, na medida em que insistem na crítica das dualidades genéricas, de categorias universais herdadas de um contexto cultural prescrito – o masculino e o feminino (DIAS, 1992, p. 39-40).

Nesse sentido, a autora propõe a historicização dos estudos ao invés de temas femininos segregados, como vinham sendo estudados o corpo, o sexo, a histeria etc., e destaca na multidisciplinaridade a importância de expandir os estudos sobre as mulheres historicizando as mais diversas categorias: família, cidadania, público, privado, reprodução, trabalho, economia, “a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina” (DIAS, 1992, p. 41). Essa prática traduz, para a autora, a concepção da hermenêutica do cotidiano, que acredita que as palavras têm história e que cada história faz com que as palavras tenham sentido em cada tempo histórico e que, portanto, é necessário compreendermos o que não é visto, o que não é típico dentro da normalidade imposta e questionar essa normalidade e “encontrar um caminho de interpretação que desvende um processo importante até ali invisível, por força da tonalidade restrita de perguntas formuladas tendo em vista estritamente o normativo” (DIAS, 1992, p. 40).

Uma história social das mulheres não pode deixar de proceder, como etapa primordial, a uma cuidadosa análise interpretativa da historicidade dos conceitos: trabalha com processos não determinantes, secundários ou alternativos e, por isso, com estruturas, conjunturas, eventos, temporalidades diversas, que se entrecruzam no tempo. A coexistência de uma pluralidade de tempos simultâneos abre uma vertente estratégica para o estudo da experiência histórica das mulheres (DIAS, 1992, p. 48).

Essa mesma concepção da experiência histórica das mulheres pode ser encontrada em Michele Perrot (1989). Ambas autoras marcam a importância de se destacar o olhar das mulheres no cotidiano, mas compreendem que elas sempre estiveram destinadas ao domínio do espaço privado e, ainda assim, esses relatos eram silenciados. No entanto, enquanto Michele Perrot (1989) se restringe a observar esse silenciamento, Maria Odília Dias (1992) avança em propor uma historiografia feminista, que implica na análise das estruturas que “se rompem a cada instante, a fim de que as mulheres, enquanto sujeitos e agentes da história, não permaneçam presas às categorias fixas ou universais” (DIAS, 1992, p. 48).

É importante destacar que Michelle Perrot teve grande importância nos estudos feministas, pois foi uma das primeiras autoras a contextualizar onde estavam as mulheres no século XIX, e que, por este motivo, abriu o leque de estudos futuros sobre o local que era destinado às mulheres e como o seu silenciamento resultou nas discrepâncias existentes entre o espaço público e o privado. Em seu texto *Práticas da memória feminina*, Michelle Perrot (1989) descreve o silenciamento das mulheres por meio da escrita dos diários, na construção da ideia do segredo sobre os acontecimentos domésticos e como que a garantia da moral familiar estava sob responsabilidade das mulheres, que deveriam, assim, manter segredo sobre a vida privada. Ela destaca, inclusive, que a igreja, o estado e a escola, nessa ordem, foram as principais instituições responsáveis pela criação da ideia de que a mulher era a responsável pela manutenção da moral da família. Essa responsabilidade gerou, assim, a necessidade de os homens (provedores financeiros) manterem o cuidado (a dominação) sobre o agir feminino (PERROT, 1989).

Toda a história política e teórica dos estudos sobre as mulheres pode ser vista no artigo *Traduzindo o debate*, de Joana Pedro (2005). No texto, a autora apresenta como os estudos foram localizados a partir da vivência social e histórica de cada sociedade e que os avanços chegaram de maneiras distintas para cada grupo de mulheres. Tais “ondas feministas” conseguem traduzir de maneira sistemática essa história e, principalmente, demonstrar o estraçalhamento das categorias antes tidas como fixas de se compreender a vida das mulheres. Dessa forma, a autora trata também da necessidade de se reconhecer

as múltiplas possibilidades de ser mulher, existindo assim, não apenas um padrão de mulher, mas sim, mulheres distintas. Mulheres essas que, muitas vezes, também reproduzem os esquemas de dominação entre outras mulheres. Insere-se aqui, as relações estabelecidas entre mulheres brancas e mulheres negras, as mulheres adultas sobre as mulheres jovens, as mulheres das classes altas sobre as mulheres de classes baixas. Maria Ignês Paulilo (2016) descreve como essa relação de poder ocorre até mesmo entre mulheres pesquisadoras e mulheres que são seus objetos de estudo ou entre mulheres feministas da área urbana e mulheres feministas da área rural.

Em 1995, Joan Scott define que o termo “gênero” torna-se uma ferramenta para elucidar que a relação social estabelecida entre homens e mulheres é resultado de uma construção cultural e que “gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75). Para a autora, realizar análises teóricas e empíricas a partir do olhar de gênero, significa enfatizar “todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 76). Ela conceitua o termo gênero por meio de dois focos: o primeiro foco é entendê-lo como base para as relações sociais discrepantes devido as diferenças sexuais; o segundo foco é compreender o gênero como principal fator das estruturas das relações de poder (SCOTT, 1995).

Essa ideia é a mesma que descortina o conceito de gênero também apresentado por Joan Scott (2012), ao entendê-lo como resultado de relações de poder e de desigualdade existente não apenas entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres e entre homens e homens. Essa reflexão partiu da compreensão de que as desigualdades não se restringiam às diferenças sexuais, mas que a própria organização social e a estrutura política e econômica da sociedade reforçavam diversos outros tipos de diferenças. Para Joan Scott (1995), “na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder” (SCOTT, 1995, p. 88). A autora destaca ainda o papel dos programas de cooperação internacional (como os do Banco Mundial de Desenvolvimento) que promoviam a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, sem que esses termos fossem claramente definidos. Essa situação acarretou a implantação de projetos com o fundo neoliberal e de autodeterminação individual que beneficiaram apenas o empoderamento de mulheres brancas e da classe média, visto que não tratava o problema das disparidades de gênero na sua raiz, apenas reduzia os seus impactos.

A ideia mais radical de entendimento de gênero é sobre a concepção de várias definições de homem/mulher, masculino/feminino, na sua complexidade e instabilidade. É sobre as lutas para manter os significados no lugar (impor e fazer cumprir as normas) e lutas para resistir ou derrubá-los. É sobre os interesses que motivam essas lutas, as apostas e os apostadores. Seu alcance se estende para além das mulheres e homens, masculino e feminino chegando às grandes estruturas e processos (tal como capitalismo e nacionalismo) nos quais e pelos quais relações sociais são formadas e fronteiras políticas patrulhadas (SCOTT, 2012, p. 337).

Joan Scott (1995) destaca a importância dos estudos se tornarem mais conscientes da distinção do vocabulário analítico e do material que se propõe analisar e que é necessário que os próprios estudos feministas passem por uma constante análise crítica pelos pares para que se identifique possíveis erros hierárquicos e binarismos.

Ao retornarmos ao direcionamento das mulheres ao espaço privado e seu conseqüente silenciamento, como já dito anteriormente, importante levantar algumas questões expostas por autoras como Susana Okin (2008), Cristina Carrasco (1999; 2011) e Amaia Orozco (2004). Em primeiro lugar, é importante destacar a dicotomia existente entre espaços público e privado e que, historicamente, foi considerado que o Estado e a Economia eram assuntos do espaço público e que a vida doméstica era assunto destinado ao espaço privado. A teoria econômica clássica, fundamentada nas contribuições de Adam Smith, reconhecia a existência de produção econômica em um duplo aspecto. É possível perceber essa concepção na sua definição de salário, que girava em torno tanto do custo da produção, quanto do custo da reprodução da família. Ela foi alterada e as esferas foram separadas com o desenvolvimento da teoria neoclássica da economia, quando passa a conceber o salário por meio apenas da teoria da utilidade e da produtividade marginal.

Nota-se que essa alteração marca a separação entre vida econômica e vida familiar. A vida social passa, portanto, a ser compreendida por meio da divisão entre espaço público, local onde a produção é reconhecida e monetarizada, e espaço privado, onde a reprodução humana ocorre para garantia da produção de mercado, se torna invisível e, portanto, não monetarizada. O trabalho, nesse momento, passa a ser considerado apenas aquele realizado no espaço público e aquele que é remunerado. O trabalho desenvolvido sem remuneração e no espaço privado, deixa de ser considerado trabalho (CARRASCO, 2011). Inclusive, é possível marcar, neste momento, as definições de Hall (2014) para delimitar as identidades e as diferenças entre o que é reconhecido como universal (o espaço público, masculino, valorizado e remunerado), e como diferente (o espaço privado, feminino, invisível e não remunerado).

Essa necessidade de manutenção da relação de poder existente na sociedade também resulta na distinção entre os locais que os indivíduos ocupam nesses dois espaços (OKIN, 2008).

Nós reconhecemos que a família não estava inevitavelmente ligada à sua estrutura de gênero, mas, até que se tivesse sucesso na transformação dessa estrutura, não poderia haver qualquer esperança de igualdade para as mulheres, seja na esfera doméstica, seja na pública (OKIN, 2008, p. 313).

Assim, como já dito por Joan Scott, interessa à manutenção do poder, destinar o espaço privado às mulheres, e o espaço onde as decisões políticas e econômicas são tomadas destinadas, aos homens, para que, assim, a estrutura hierárquica da relação de poder não se altere (SCOTT, 1995; 2012; OKIN, 2008; CARRASCO, 2011). Um dos principais slogans do movimento feminista, “o pessoal é político”¹¹, diz respeito exatamente à necessidade de que se problematizem as relações de poder imbricadas no espaço privado e que, por este motivo, as mulheres também devessem participar das tomadas de decisão no espaço público.

Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (OKIN, 2008, p. 314).

O que se viu, no entanto, foi o acúmulo de tarefas destinadas às mulheres e a não destinação do espaço privado aos homens, o que inviabilizou, e ainda inviabiliza, a ocupação efetiva das mulheres no espaço público. Além disso, tal como o estudo de Michelle Perrot (1989) mostrou, muitas correntes teóricas ainda afirmam que é necessário o direito à privacidade, que tira os olhos do Estado do que efetivamente acontece dentro das famílias. Essa situação resulta cada vez mais, e de acordo com Susana Okin (2008), no silenciamento nos casos de violência doméstica, abuso sexual contra menores e estupro cometido pelos parceiros.

Importante destacar o movimento de reflexão sobre os estudos de gênero a partir de uma perspectiva interseccional. Apesar dessa tese ser escrita por uma pesquisadora branca, as minhas lentes teóricas não podem estar fincadas na branquitude que o feminismo hegemônico tende a se estabelecer. Como será possível perceber mais adiante, as famílias participantes da pesquisa são, em sua maioria, famílias pretas. Assim, para

¹¹ Essa expressão foi cunhada originalmente por Carol Hanisch, em 1969, em um artigo jornalístico com o intuito de difundir as ideias da segunda onda do feminismo europeu.

que eu possa analisar os campos sociais nos quais elas se localizam, é possível inserir em meu hall de estudos, a perspectiva da interseccionalidade e do feminismo negro. Isso porque o discurso feminista tende a considerar apenas as histórias e opressões vivenciadas pelas mulheres brancas, considerando-as como um grupo único (hooks, 2019) e colocando as mulheres negras em um terceiro espaço de vácuo e apagamento (KILOMBA, 2019).

A mulher negra, para a qual não existe qualquer “outro” institucionalizado como objeto de exploração, discriminação e opressão, constrói uma experiência vivida que desafia diretamente a estrutura social vigente e sua ideologia sexista, racista e classista. Essa experiência vivida é capaz de moldar nossa consciência de modo a nos diferenciar daqueles que gozam de privilégios (ainda que relativos, dentro do sistema vigente) (hooks, 2019, p. 46).

Os estudos de gênero que se baseiam na interseccionalidade observam a sociedade a partir de uma visão integrada da diversidade e “poderá contribuir para uma aferição mais próxima e situada das múltiplas vivências e posicionamentos de mulheres e homens, na sua concretude e na rede de interações sociais globalizadas que continuamente se (re) constroem” (MAGALHÃES e ALVAREZ, 2013, p. 5). Esse olhar é fundamental para a compreensão da opressão sofrida pelas mulheres negras em suas relações com as mulheres brancas e pela assimetria de poder que se instala nessa relação.

Outro elemento que merece destaque é que, além disso, a própria relação empregador e empregada é diferenciada por se acreditar que as mulheres, por sempre terem sido destinadas ao espaço privado, não terão a mesma disponibilidade e responsabilidade com o trabalho do que os homens, que nunca foram responsabilizados pelo espaço privado como assim foram as mulheres. Essa situação gera uma grande discrepância no acesso a postos de trabalhos e à divergência na remuneração paga aos homens em relação às remunerações pagas às mulheres. Isso ocorre também pelo fato das relações familiares reproduzirem as normas sociais que lhes são impostas (e que também ajudam a reproduzir).

O que quero dizer é que a concepção de tempo trabalhado é baseada nas normas sociais que definem o que é trabalho feminino e o que é trabalho masculino, então, caso a mulher se dedique ao trabalho produtivo, ela “deverá” trabalhar mais no trabalho doméstico para compensar o tempo que se dedicou ao trabalho produtivo. Essa situação também é encontrada quando o salário recebido pela mulher em sua tarefa produtiva for inferior ao salário recebido pelo marido. Como aos homens não foram socialmente destinadas as tarefas no espaço privado, a eles não se aplica o constrangimento social por

não contribuir com as tarefas domésticas (CARRASCO, 2011). Nota-se que essa reprodução das normas sociais atua de maneira pré-reflexiva no comportamento dos indivíduos e acaba se caracterizando como parte do *habitus* familiar.

A consequência dessa discrepância é, inclusive, o reforço para a manutenção das mulheres apenas dentro do espaço privado para não gerar a necessidade de contratação de outra mulher para realização das tarefas domésticas. Esse outro elemento também pode ser explicado por Joan Scott (1995), quando a mesma conceitua gênero como relação de poder também entre mulheres. Nesse caso, quando uma mulher precisa se ausentar das tarefas domésticas, as famílias optam pela contratação de outras mulheres para assumirem as tarefas como diaristas ou empregadas domésticas. Quando ainda assim, as mulheres optam ou precisam trabalhar fora de casa, sua remuneração é vista apenas como ajuda e não como componente da renda principal da família (ZELIZER, 2011).

A noção básica difundida de que homens e mulheres nascem com capacidades e aptidões distintas para a realização de determinadas atividades “é uma construção histórica que oculta o trabalho das mulheres e institui a noção de superioridade do trabalho masculino” (BUTTO et al., 2014, p. 100). Dentro das desigualdades limitadoras da liberdade dentro de um sistema produtivo, encontramos as desigualdades de gênero, raça, idade e etnia. Essa compreensão androcêntrica da classe leva à não valorização do trabalho executado pelas mulheres, e a situação vivenciada por elas no mercado de trabalho e no espaço doméstico, nos remete à subordinação da mulher e à designação de qual trabalho desempenhado deve ser vinculado aos seus dons e suas habilidades, determinadas como femininas (CISNE, 2012). Para Mirla Cisne (2012), essa situação leva o capital a se apropriar da força de trabalho feminina como se fosse um dom, e não como o trabalho que de fato é. A consequência disso é caracterizar o trabalho e as atividades “feminilizadas”, como uma tarefa menos complexa, justificando o desprestígio e a desvalorização da força de trabalho feminina (CISNE, 2012). Neste mesmo sentido, Guacira Louro (2011) demonstra, inclusive, que a desigualdade social existente na sociedade é decorrente dessa naturalização da distinção dos papéis sociais a serem provenientes da explicação biológica da distinção sexual entre homens e mulheres. As próprias dificuldades encontradas pelas mulheres para assumirem determinados postos de trabalho, esbarram na inexistência de aparato público direcionado às tarefas de cuidados (sempre destinadas às mulheres), como creches em tempo integral, restaurantes populares e lavanderias públicas (MORENO, 2013). O que se vê como resultado dessa situação é o reforço para a manutenção das mulheres apenas dentro do espaço privado para não gerar

a necessidade de contratação de outra mulher para realização das tarefas domésticas (ZELIZER, 2011).

É nesse panorama que diversas autoras e autores se debruçam em uma corrente teórica que busca compreender e estruturar o sistema econômico por meio da economia feminista. Essa busca tem possibilitado que se questione a presença das mulheres nas estatísticas econômicas mundiais apenas como pertencente aos critérios familiares, ficando seu olhar sobre a economia e sua participação nela invisíveis em suas análises e em suas propostas de mudança. Tal perspectiva teórica “questiona o paradigma dominante e sua abordagem androcêntrica e contribui para dar visibilidade ao aporte econômico das mulheres” (FARIA, 2009, p. 14). A partir da década de 1960, diversas autoras iniciam um amplo momento de debates e pressões para que as diversas disciplinas passem a inserir o olhar de gênero em suas pesquisas. Com a economia, as pressões giraram em torno de elucidar a inserção das mulheres no mercado de trabalho e nas universidades e quais eram as reais condições socioeconômicas nas quais elas viviam (CARRASCO, 1999).

Inicialmente, a proposta era a de considerar as mulheres como protagonistas econômicas e dar visibilidade ao grande volume de trabalho doméstico e de cuidados realizados por elas. A dualidade, nessa perspectiva teórica, está centrada na dicotomia existente entre os estudos que propõem incluir as mulheres no paradigma econômico dominante e os estudos que buscam mudanças nesse paradigma, levando em consideração as questões relativas à sustentabilidade da vida humana. Ao pensar tanto o âmbito produtivo quanto o âmbito reprodutivo como parte do espaço econômico, é que haverá compreensão que a produção mercantil depende do trabalho realizado nos lares (e que não é remunerado) para existir, “já que na sociedade capitalista as esferas mercantil e salarial dependem do trabalho doméstico e dos bens e serviços que aí se produzem” (FARIA, 2009, p. 17).

Pesquisa realizada na década de 1980 por Carmen Barroso (1989) aponta que as discussões sobre as mulheres nas agendas de atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) se fixaram em reconhecer as mulheres apenas como estratégias importantes para o controle populacional, entendendo isso como uma das possibilidades de se alcançar o desenvolvimento (BARROSO, 1989). Após o levantamento de várias críticas em relação a essa invisibilidade, órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passaram a incluí-las em suas análises, mas reconhecendo as mulheres

apenas como as responsáveis pelos trabalhos de cuidados (de crianças, idosos e adultos dependentes) e pela reprodução familiar.

No caso dos países latino-americanos, que possuem suas economias nacionais baseadas em uma certa diversidade de sistemas econômicos, o cálculo da contabilidade interna se torna ainda mais complexo do que o dos países cuja economia centra-se unicamente na produção industrial. Essa complexidade ocorre, pois, ao invés de se criarem metodologias de cálculo específicas que levem em consideração a diversidade de sistemas econômicos, opta-se por replicar fórmulas de cálculos usuais nas contabilidades de países desenvolvidos. Isso ocorre principalmente em Estados que, ao invés de se direcionarem à produção de políticas sociais ou à inserção da perspectiva de gênero nas políticas, se direcionam exclusivamente a promover a produtividade industrial (AGUIAR, 1984).

Desta forma os censos latino-americanos podem usar classificações de trabalho que tomam como referência a produção capitalista industrial, escondendo as atividades relacionadas com o contexto doméstico, com a pequena produção mercantil, ou, ainda, com o trabalho familiar não remunerado, uma vez que é notória a sub-representação do trabalho feminino, particularmente no que diz respeito às atividades das mulheres no contexto rural (AGUIAR, 1984, p. 15).

É importante destacar que essa situação ainda se agrava quando se trata de mulheres negras. Quando se tenta invisibilizar a realidade social, a tendência em não demonstrar a composição racial da população é grande (AGUIAR, 1984). Não posso deixar de pontuar que nem mesmo as teóricas da economia feminista encontram uma uniformidade de perspectivas e metodologias de análise. Sendo assim, da mesma forma como ocorre com diversas outras disciplinas, na economia feminista também existem correntes teóricas distintas que direcionam as análises de maneiras diversas (OROZCO, 2005; 2012)¹².

Além da contradição principal denunciada pelos economistas em relação ao sistema capitalista, que é a tensão existente entre o valor do salário e o valor do lucro produzido pelo trabalho, as teóricas da economia feminista levantam uma segunda contradição. Para essa corrente teórica, o sistema econômico patriarcal concede aos homens posições de poder que caracterizam as relações de trabalho a partir de uma divisão sexual do trabalho. Possivelmente, mas não unicamente, devido à separação dos

¹² O livro *Perspectivas feministas em torno a la economia: el caso de los cuidados*, publicado em 2005 e escrito por Amaia Pérez Orozco se dedica a descrever e contextualizar as diversas correntes e perspectivas teóricas que direcionam as análises da economia feminista.

espaços entre público e privado e devido aos valores sociais incrustados em cada um desses espaços (CARRASCO, 2011).

Desse modo, é limitado às mulheres o espaço doméstico, ficando as mesmas excluídas do ambiente econômico e mercadológico. Assim, sendo responsáveis por um trabalho que, por não ser vendido, não se incorpora aos ganhos econômicos.

Relacionado a esse trabalho está o reconhecimento de que as relações familiares e outras interpessoais são, elas próprias, frequentemente construídas e mantidas por meio de atividades específicas valiosas, como cuidar das necessidades materiais e emocionais da família. Contudo, por não serem vendidas, essas atividades foram desprezadas pelos economistas e de maneira mais geral por sociedades patriarcais nas quais os homens têm mais poder para incorporar valores sociais nas estruturas institucionais (STRASSMANN, 2012, p. 31).

A herança deixada pela sociedade patriarcal é a percepção do trabalho feminino apenas como complemento da renda familiar, na qual compreendem-se que aos homens eram destinadas as atividades que agregavam maior valor e, para as mulheres, as tarefas domésticas e do cuidado (STRASSMANN, 2012). O estímulo à divisão sexual do trabalho, consolidada, ainda, a divisão entre as atividades desenvolvidas no setor público (o da produção mercantil e da tomada de decisões), destinado aos homens e o modelo privado (não mercantil, da família e da maternidade), destinado às mulheres (DIAS, 1992).

É importante destacar que, de acordo com as contribuições da economia feminista, não é possível haver reprodução da vida humana apenas com a concessão de salários provenientes da remuneração pelo trabalho produtivo desenvolvido no espaço público. É necessário que ocorra uma expansão da compreensão do que é a vida econômica para um circuito em que se combinem outros elementos fundamentais para a reprodução da vida humana que ocorre no espaço privado e, basicamente destinado às mulheres. Dentre eles, estão o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados para a produção de bens e serviços necessários para a subsistência e o bem-estar das pessoas (CARRASCO, 2011). A desvalorização dessas atividades é explicada pelo fato de apenas ser considerado trabalho aquilo que é remunerado, ou seja, se não há pagamento de salário, o sistema econômico atual não valoriza enquanto trabalho.

Um dos motivos de o trabalho doméstico e de cuidados ser social, política e economicamente desvalorizado é que tradicionalmente trabalho é definido como sendo uma atividade remunerada. O trabalho doméstico não é remunerado e, convencionalmente, não é nem considerado trabalho” (MELO, MORANDI e DWECK, 2020, p. 128-129).

Outra explicação para a desvalorização do trabalho realizado dentro do espaço doméstico é considerar trabalho produtivo apenas aquele que é vendido ou trocado no espaço público. A tarefa proposta pela economia feminista é, então, questionar “quanto custaria substituir a dedicação (sem remuneração) de uma pessoa por outra pessoa que receberia para realizar a mesma tarefa” (MELO, MORANDI e DWECK, 2020, p. 128-129)

Ao se aprofundar nas questões relativas ao uso do tempo, Neuma Aguiar (2020) descreve a necessidade de se compreender as formas que os agentes sociais articulam provisão monetária e cuidados cotidianos direcionados aos membros da família. Para a autora, há uma ampla quantidade de atividades remuneradas exercidas no espaço doméstico, quando se trata de produção de mercadorias produzidas dentro de casa, algo comum de ocorrer nas famílias da agricultura familiar. Como exemplos, temos a produção de polpa de frutas, de artesanato com produtos extrativistas, de temperos caseiros ou, até mesmo, da comercialização de refeições e itens alimentícios.

Elson (1994) também defende que “a capacidade do dinheiro de mobilizar a força de trabalho a serviço do ‘trabalho produtivo’ depende de que um conjunto de relações sociais opere para mobilizar a força de trabalho a serviço do ‘trabalho reprodutivo’” (ELSON, 1994, p. 40). Danièle Kergoat (1996) explica que essa situação se relaciona com as relações sociais de sexo que perpassam todo o campo social e que podem ser percebidas e mantidas por meio da divisão sexual do trabalho

5.2 Reflexões analíticas sobre a divisão sexual do trabalho rural

Todo trabalho de investigação científica faz parte de um “*continuum* e pode ser situado dentro de, ou em relação a correntes de pensamento que o precedem e o influenciam” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2013, p. 50). Nesse sentido, e dotados de sensibilidade ocasionada pelas lentes teóricas, este tópico se dedica a apresentar o que a literatura científica já identifica, descreve, analisa e apresenta como considerações para os estudos sobre o espaço das mulheres rurais. No entanto, com o intuito de sistematizar as leituras apenas às que estão diretamente direcionadas aos temas que nos são pertinentes, essa revisão da literatura específica abrange: a divisão sexual do trabalho rural, a organização política das mulheres rurais para conquista e garantia de direitos e as políticas públicas para a agricultura familiar.

A partir de um levantamento sobre os estudos realizados sobre as mulheres rurais e sobre o trabalho dessas mulheres, Nalu Faria (2009) faz alguns apontamentos importantes: os estudos acadêmicos se voltaram para os temas direcionados pelas agendas da Organização das Nações Unidas (como identidade, participação política e direitos reprodutivos) e, os que se mantiveram nos estudos de renda e de classe social, se mantiveram nos estudos da informalidade e no acesso ao mercado de trabalho pelas mulheres urbanas. Sendo assim, o trabalho da mulher rural, quando observado, se focou nos avanços obtidos pelo acesso à aposentadoria rural e a organicidade dessas mulheres aos movimentos políticos de mulheres rurais, como a Marcha das Margaridas, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) ou os núcleos de mulheres do Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) (FARIA, 2009). Outra questão importante apresentada por Emma Siliprandi (2004) é que os estudos da sociologia rural, quando voltados para os estudos rurais, se mantiveram na esfera do olhar externo para o diferente. Ou seja, os estudos se focavam em identificar, no rural, o que ainda faltava para que ele se tornasse urbano. No que diz respeito aos estudos sobre as mulheres rurais, Maria Ignês Paulilo (2016) também critica a sociologia rural, por se focar nos estudos feministas da crítica às feministas rurais, levando em consideração o padrão comportamental urbano, tratando o feminismo rural como equivocado. Apesar desses estudos avançarem na compreensão da ruralidade, ainda há um fosso nos estudos da sociologia rural no que diz respeito à vida das mulheres neste espaço. Não diferente, os próprios estudos de gênero e feminismo possuem um viés estritamente relacionado ao cotidiano das mulheres urbanas e não conseguem compreender as diferenças existentes entre elas (PAULILO, 2010; HERRERA, 2016).

O feminismo camponês, como demonstra Maria Ignês Paulilo (2016a) é baseado em uma experiência cotidiana das relações existentes dentro das famílias e no contato com as demais relações estabelecidas por essas mulheres. Nesse sentido, o campo social ao qual as mulheres urbanas pertencem e constroem, é diferente do campo no qual as mulheres rurais estão inseridas. Ao contrário do que se espera pelo feminismo urbano, as camponesas não vivenciam o mesmo evolucionismo na busca pela igualdade com as conquistas junto às mulheres urbanas. A autora considera “que usar o conceito de ‘experiência’ de Joan Scott seria uma boa maneira de evitarmos considerar que é preciso haver um ‘ponto de chegada’ para a ação das mulheres rurais serem consideradas ‘corretas’ em termos de feminismo” (PAULILO, 2016a, p. 312). Compreender a história das famílias rurais e, portanto, das mulheres, por meio da trajetória de experiências e

relações que elas mantiveram para construção de seus *habitus* também é uma possibilidade analítica válida.

O feminismo camponês ainda tem outra distinção do feminismo urbano, como demonstra Andrea Zarzar (2017).

É o quintal que, para muitas, serve de referência para afirmar um feminismo rural ou camponês. É da análise da divisão sexual do trabalho, da inserção diferenciada na economia, que aproxima as mulheres da alimentação pelo preparo da comida, de um lugar que para algumas representa um espaço de poder, para outras apenas um espaço objeto de transformação das relações patriarcais contestando as separações de tempo e de espaços, e valorando do trabalho das mulheres, suas práticas e saberes (ZARZAR, 2017, p. 284).

Andrea Zarzar (2017), ao analisar os movimentos sociais de mulheres rurais, revela que o feminismo, em si, não é suficiente para a construção de novos valores e novas relações sociais. Os dados de suas pesquisas mostram que é o quintal o espaço de referência para afirmar para elas a construção de novos valores. Por essa característica específica do feminismo rural, podemos compreender que o *habitus* dessas mulheres têm sido construído a partir da vivência delas nos seus quintais.

A organização social das mulheres rurais teve seu início a partir das ações de mobilizações da Igreja Católica com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) antes mesmo da organização dos movimentos sindicais rurais pela luta pelos direitos no campo (BRUMER, 2002; 2004; SALES, 2007; AGUIAR, 2016; HERRERA, 2016; PAULILO, 2016a; PAULILO, 2016b; MACIAZEKI-GOMES et al., 2016). Por não colocar restrições e incentivar a participação feminina nos seus encontros, a CEBs se tornou peça-chave na mobilização política das mulheres rurais em todo o país. Vilênia Aguiar (2016) relata que, por esse motivo, a Igreja Católica se encontra em posição estratégica na história política das mulheres rurais, por se colocar na transição entre a esfera privada (religião) que sempre esteve destinada às mulheres, e a esfera pública (política), sempre identificada como espaço eminentemente masculino. Nesse sentido, “as CEBs aproximaram as mulheres, que estiveram quase sempre confinadas à esfera familiar e doméstica, do mundo público e do papel masculino, inserindo-as num espaço de discussão política e de problemas sociais” (AGUIAR, 2016, p. 264).

A partir desse momento inicial de mobilização e conscientização políticas, na década de 70, as mulheres rurais passaram a questionar os motivos pelos quais elas não possuíam os mesmos direitos que os trabalhadores e as trabalhadoras urbanas. É na esfera de questionamento dessas condições que as mulheres rurais de Santa Catarina passam a organizar o Movimento de Mulheres Agricultoras que, anos mais tarde, se chamaria

Movimento de Mulheres Camponesas, para que desse conta de toda a diversidade existente no espaço rural brasileiro, podendo, assim, abranger as pescadoras, as extrativistas, as agricultoras etc. Anita Brumer (2002) relata que

Se a inclusão dos trabalhadores rurais foi tardia em relação a outras categorias profissionais, a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. Esse reconhecimento, por sua vez, era de difícil comprovação, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por elas é invisível, sendo geralmente declarado como ‘ajuda’ às tarefas executadas pelos homens e, com frequência, restrito às atividades domésticas, mesmo que essas incluam atividades vinculadas à produção (BRUMER, 2002, p. 52).

A conquista do direito à aposentadoria teve benefícios não só materiais, mas também simbólicos na vida dessas beneficiárias. Anita Brumer (2002) descreve que as mulheres idosas passaram de dependentes dos seus filhos, a pessoa provedora e administradora dos poucos recursos que a família recebia. Outro valor simbólico inquestionável é a inclusão do nome das mulheres nos blocos de venda (que garantia a comprovação do trabalho das mulheres no meio rural), que possui um “valor simbólico porque torna visível e valoriza seu trabalho, representando, para elas, a conquista de uma dignidade que não tinham anteriormente” (BRUMER, 2004, p. 223). Essas conquistas também possibilitaram que as mulheres passassem a acreditar na importância do papel das suas mobilizações e organizações sociais para que elas pudessem conquistar direitos iguais (CARNEIRO, 1994). Celecina Sales (2007) também destaca que é através da organização das trabalhadoras para conquista do direito à documentação, que as mulheres passaram a questionar sobre as desigualdades de gênero e começaram a “discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa. As trabalhadoras rurais percebem que as atividades produtivas desenvolvidas no grupo familiar têm um significado econômico; não são simplesmente uma ajuda” (SALES, 2007, p. 439). Essas conquistas nos levam a questionar se elas foram suficientes para alterar a localização dessas mulheres no campo social (principalmente em relação aos outros membros da família) e se elas possibilitaram uma reconversão de *habitus* dos membros dessas famílias.

Ainda assim, é importante destacar que, de acordo também com Anita Brumer (2002, p. 74), “nem as mobilizações das quais têm participado, nem a conquista de direitos sociais, nem o aumento da percepção de ‘direitos’ de um modo geral, leva essas mulheres a questionar as relações de gênero no cotidiano de suas relações pessoais”, o

que demonstra que nem a organização política das mulheres rurais é suficiente para garantir a movimentação dessas mulheres no campo social e a modificação dos seus *habitus*.

De maneira semelhante à Anita Brumer (2002) ao descrever o processo histórico ao qual as trabalhadoras rurais se organizaram, Celecina Sales (2007) destaca que a participação das mulheres em movimentos sociais, apesar de ter garantido a conquista de diversos direitos (como a aposentadoria, o título da terra, possibilidade de financiamento etc.) e de possibilitar que as mulheres repensem a divisão sexual do trabalho, não garantiu o rompimento com as desigualdades de gênero no meio rural e nem ao menos dentro dos próprios movimentos sociais de trabalhadores rurais (SALES, 2007). No entanto, Maciazeki-Gomes et al. (2016) defende que a participação das mulheres rurais nesses movimentos sociais altera as regras que regem o campo porque “opera como agenciador entre o privado e o público” (MACIAZEKI-GOMES et al., 2016, p. 149) e explica que

O movimento ao defender pautas que produzem o borramento com as fronteiras do que é da casa, do que é do trabalho, e assim do que pode ser problematizado coletivamente, contribui para a desnaturalização de temáticas cristalizadas, e ao mesmo tempo, facilita as reflexões sobre os modos de vida, em suas relações pessoais e, também, comunitárias (MACIAZEKI-GOMES et al., 2016, p. 149).

Esse “borramento” é reflexo da ideia das vidas conexas (Zelizer, 2011) que evidencia que não é possível analisar a vida privada de maneira distinta da vida pública. Viviana Zelizer (2011) atesta que as relações sociais precisam ser analisadas a partir dessa perspectiva de “borramento” das fronteiras, o qual atua como dispositivo na construção das subjetividades e na produção dos meios de vida dessas mulheres, e pode se caracterizar como um novo fator social de dinâmica que pode alterar a forma como elas incorporam os *habitus* (BOURDIEU, 2013). Nesse sentido, as autoras afirmam que a participação política dessas mulheres é fator determinante na construção de suas identidades e que pode confirmar a existência das vidas conexas.

O protagonismo dos movimentos de mulheres rurais conquistou, além dos seus reconhecimentos como trabalhadoras e demandantes de políticas públicas, que o Estado viabilizasse outro leque de políticas públicas de acesso à comercialização, a crédito diferenciado e para garantia de segurança alimentar e nutricional (ZARZAR, 2017). Além de influenciar diretamente a vida das mulheres, isso repercutiu diretamente nos movimentos sociais mistos e autônomos, mas ainda carece de pesquisas específicas para se demonstrar (ZARZAR, 2017).

Mesmo tendo iniciado com o intuito de garantir os direitos previdenciários e serem reconhecidas como trabalhadoras, a organização política das mulheres rurais, atualmente, soma a essas pautas a busca por um projeto de desenvolvimento rural que não seja atrelado ao agronegócio, que propõe a valorização da agricultura familiar com a agroecologia como matriz produtiva e questiona o papel das mulheres na sociedade (SILIPRANDI, 2004; AGUIAR, 2016; ZARZAR, 2017). Outro ponto importante em se pensar a autonomia feminina do campo, diz respeito ao acesso às políticas públicas que garantam não só o acesso à renda ou à aposentadoria, mas que pense na titulação conjunta à terra e o direito à assistência técnica produtiva (FARIA, 2009).

Como já pode ser possível notar, a divisão sexual do trabalho no meio rural é distinta ao que é comumente vivenciado pelas mulheres urbanas. Isso porque a compreensão do trabalho doméstico e de cuidados, no meio rural, se estende ao trabalho agrícola que é executado ao redor da casa. Nessa compreensão, o tratamento aos pequenos animais, o trabalho na horta e no pomar, os cuidados com as sementes e com as plantas medicinais são vistos apenas como trabalho doméstico e não são contabilizados pelas mulheres e por suas famílias como trabalho produtivo (GARCIA e GARCIA JR., 1984; KARAM, 2004; CRUZ, 2010; VIDAL, 2011; HEREDIA, 2013; HEREDIA, MOURA e MORENO, 2016; PAULILO, 2016a; 2016b; HERRERA, 2016, AGUIAR, 2016; CHAVES, CASTRO e MENEZES, 2018). Essa invisibilização do trabalho feminino nas propriedades rurais pode ser considerada uma consequência da relação estabelecida nas famílias que delimita o trabalho das mulheres apenas como “ajuda” ao marido, ao pai ou aos filhos (HEREDIA, GARCIA e GARCIA JR., 1984; CARNEIRO, 1994; BRUMER, 2002; HEREDIA, 2013; PAULILO, 1987; 2016a; HERRERA, 2016; AGUIAR, 2016; SOARES, 2020). Essa “dualidade perigosa” (ZELIZER, 2009) direciona não apenas as distinções baseadas pelo gênero nas áreas urbanas, mas ocorre também nas áreas rurais.

No meio rural, a divisão sexual do trabalho e a hierarquização entre os trabalhos valorizados e não valorizados se configuram entre as atividades desempenhadas nas lavouras e no entorno das casas e “a concepção do que se define como trabalho permite dar sentido à divisão de tarefas por sexo, dando sentido, em suma, à oposição masculino-feminino” (HEREDIA, GARCIA e GARCIA JR., 1984, p. 31). Em se tratando da agricultura familiar, onde a renda da família é, em sua maior parte, proveniente do trabalho agrícola desempenhado dentro das propriedades rurais, a hierarquização entre as tarefas é estabelecida pelo local onde as mesmas acontecem (HEREDIA, 2013). Butto et al. (2014) explicam que a divisão sexual do trabalho no campo se estrutura a partir dos

trabalhos realizados no roçado (destinado aos homens) e nas tarefas desempenhadas na casa ou no seu entorno, como no quintal e com os pequenos animais (sob responsabilidade feminina). Para as autoras, “a separação entre os espaços do roçado e da casa define o que é considerado trabalho pesado e trabalho leve ou ainda, trabalho e não trabalho” (BUTTO et al., 2014, p. 101).

Mesmo quando se reconhece o esforço que o conjunto dessas atividades da casa exige, essas tarefas só serão possíveis quando se desenvolve previamente o trabalho no roçado, trabalho este que é encarnado pelo pai de família. Quanto à mulher, mãe de família, não se considera que trabalhe (HEREDIA, GARCIA e GARCIA JR., 1984, p. 31).

Beatriz Heredia (2013) afirma que essa oposição determina os limites dos espaços que são destinados ao trabalho (do homem) e aos espaços do não trabalho (das mulheres). Consequentemente, a tarefa designada às mulheres se volta para as atividades relacionadas ao trabalho doméstico, que, servindo como local de preparo do consumo, não se considera espaço de trabalho. Esse é aquele onde se produz o que será preparado e consumido no espaço doméstico (HEREDIA, 2013).

A *casa* é concebida como o lugar da mulher por excelência. No entanto, por ser o homem, pai de família, quem através do *roçado*, providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na *casa*, é ele o responsável, em última instância, pela *casa* e esta não é concebida sem a sua presença, delineando-se desta forma o esquema de autoridade doméstica (HEREDIA, 2013, p. 49).

Ao homem assumindo o papel de provedor, portanto, designa-se o espaço do trabalho sendo ele o responsável pelas tarefas ligadas “à terra, produção, comercialização dos produtos e compra de bens necessários para o consumo da família” (QUARESMA, 2015, p. 36). É no roçado e nas atividades que possibilitam a produção de alimentos que se constrói a honra masculina (ESMERALDO, 2010). Nota-se que essa situação já foi relatada por Bourdieu (2011) ao afirmar como a construção dos *habitus* estruturam as relações de gênero e perpetuam o comportamento de dominação e de submissão para garantia da honra masculina, base da honra familiar.

Ainda quando a mulher participa das atividades no roçado, ela o faz enquanto ajuda o marido e não como trabalho, visto que é ele quem toma as decisões sobre a produção (HEREDIA, 2013). Essa situação permanece mesmo quando o marido é impossibilitado de atuar diretamente no roçado, por motivo de doença, por exemplo. A autora explica que a ajuda feminina continua sem status de trabalho, pois “indicava-se que as mulheres, mesmo realizando as tarefas, estavam subordinadas às decisões e, em

suma, à autoridade paterna” (HEREDIA, 2013, p. 52). Nos casos em que os tratores e outros maquinários agrícolas vêm substituindo a mão de obra de membros das famílias, “o homem administra e orienta os filhos do sexo masculino para a realização desse serviço” (ESMERALDO, 2010, p. 192), o que reduz ainda mais a atuação das mulheres no roçado, inclusive nas culturas como a do feijão, do milho e da mandioca em que a presença delas é mais frequente (ESMERALDO, 2010). As mulheres evitam, inclusive, assumir responsabilidades comerciais nas feiras e mercados públicos (GARCIA, 1992), para garantir que a honra familiar seja mantida.

Outra abordagem para explicar essa hierarquização é que, como na lavoura é onde se utiliza maquinários de grande porte e onde a produção é feita em maior escala e para a inserção no mercado, este é o local considerado de trabalho pesado, conseqüentemente, local do trabalho masculino (PAULILO, 1987). Neste local, o trabalho da mulher é considerado apenas como “ajuda” e como complemento do trabalho masculino, portanto, sem importância e sem valor. Mesmo sendo o local responsável pela reprodução e autoconsumo das famílias e da produção necessária para o abastecimento do comércio local, o espaço destinado às mulheres é onde ocorre o trabalho doméstico e do cuidado, sendo então considerado o espaço do não-trabalho (HEREDIA, 2013; QUARESMA, 2015; PAULILO, 2016b). Observa-se, então, que o trabalho feminino e masculino é relacional e que, de acordo com Bourdieu (2011), o trabalho feminino é valorado a partir do que é o trabalho masculino. Da mesma forma que ocorre com o trabalho das mulheres urbanas, as agricultoras

não se reconhecem nem são reconhecidas como trabalhadoras, pois essa divisão invisibiliza o trabalho feminino nas atividades produtivas, sempre considerado como uma ‘ajuda’ ao trabalho do homem na roça, além de não reconhecer o trabalho doméstico, que permite a reprodução da força de trabalho familiar, principal característica da agricultura familiar camponesa (QUARESMA, 2015, p. 36).

Essa perspectiva também é apresentada por Beatriz Heredia (2013) que, ao descrever as características de oposição entre as responsabilidades das mulheres no espaço doméstico e dos homens no espaço do roçado, aponta que, apesar das tarefas domésticas exigirem grande esforço físico, como o exemplo do corte e transporte de lenha, essa função só é possível devido ao trabalho anterior realizado no roçado, o que proverá os alimentos a serem preparados com a lenha (HEREDIA, 2013). Dessa forma, a autora explica a existência do trabalho (realizado pelos homens) existente fora do espaço

doméstico e do não-trabalho (realizado pelas mulheres) que ocorre dentro dos limites do espaço doméstico nas pequenas propriedades rurais.

O campo de ação da mulher é a *casa* e, por consequência, considera-se que esta *não trabalha*. Sem dúvida, muitas vezes, como já pudemos observar, as mulheres desenvolvem tarefas no *roçado*; além do mais, dentro das atividades próprias ao *roçado*, a sementeira é uma atividade considerada feminina e é realizada exclusivamente por mulheres. Além disso, cabe a elas outro tipo de tarefas como, por exemplo, as limpezas periódicas que os cultivos requerem depois de serem plantados, embora homens e crianças também participem desta atividade (HEREDIA, 2013, p. 50).

Ao descrever todas as atividades desenvolvidas pelas famílias rurais nos quintais das casas em dois assentamentos da reforma agrária, Gema Esmeraldo (2010) identifica que esse espaço se torna um local de compartilhamento de atividades produtivas entre os homens e as mulheres. A autora descreve que, nesse espaço, os homens alimentam e tratam os animais de serviços e o asseio das suas ferramentas de trabalho. Já o trabalho das mulheres gira em torno do cuidado com os animais de pequeno porte, do manejo de plantas medicinais e da garantia de hortaliças e verduras para as variações na dieta alimentar da família.

A contribuição de Bourdieu (2011), ao afirmar que o sexo determina o valor simbólico de outros elementos, pode ser observada nas pesquisas de Maria Ignês Paulilo (1987) e Beatriz Heredia (2013). Ao analisar comunidades rurais de três regiões do país, Maria Ignês Paulilo (1987; 2016) descreve características e relatos de mulheres trabalhadoras rurais sobre as tarefas desempenhadas por elas, tanto no que diz respeito ao trabalho doméstico quanto ao trabalho produtivo remunerado na produção agrícola. Os relatos demonstram que, apesar de serem considerados trabalhos “leves”, a intensidade de esforço físico e a quantidade de horas despendidas para serem executadas, o trabalho remunerado era quantificado de maneira inferior ao trabalho desempenhado pelos homens considerados como trabalhos “pesados” (PAULILO, 1987; 2016). Isso ocorre porque os empregadores definem previamente quais atividades serão desempenhadas apenas para as mulheres (como a colheita e classificação do fumo, a adubação, plantio e colheita da cana de açúcar, da mandioca e do feijão) com o intuito de descaracterizar a intensidade do trabalho e caracterizá-lo como um trabalho feminino, ou seja, leve e que não precisa de remuneração adequada (PAULILO, 1987). Outro fator utilizado para os empregadores não as remunerarem adequadamente, é o argumento do tempo despendido pelas mulheres para o cuidado dos filhos e da alimentação da família (PAULILO, 1987). Assim, reduz-se cerca de 25% do valor da remuneração para as mulheres em relação ao

dos homens. Por este motivo, a autora conclui que “o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987, p. 7). De maneira semelhante, a pesquisa realizada por Beatriz Heredia, Marie France Garcia e Garcia Jr. (1984) também demonstra que as tarefas do roçado “na medida em que são realizadas pela mulher perdem o caráter de trabalho e passam a ser denominadas ajuda” (HEREDIA, GARCIA e GARCIA JR., 1984, p. 31). Maria Ignês Paulilo (2016b) explica essa categorização da seguinte forma:

É simples: é doméstico se é atribuição da mulher, se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico. Se vende ovos de vez em quando, uma galinha ou outra, é tão pouco, que não vale a pena teorizar sobre isso (PAULILO, 2016b, p. 209).

O fato de a participação feminina na mão de obra rural e familiar não ser vista como trabalho, “a exclui das estatísticas sobre a constituição da força de trabalho ocupada na produção de alimentos destinados ao mercado interno” (CARNEIRO, 1994, p. 15). A incorporação das mulheres enquanto força de trabalho só ocorre quando se trata de lavouras de monocultura de laranja, café ou soja (produzidos para o mercado externo) ou nas plantações de cana-de-açúcar (CARNEIRO, 1994). A autora destaca que, mesmo quando as mulheres se tornam assalariadas rurais, elas permanecem com a mesma construção identitária de mulheres esposas e mães, ou seja, não há reconversão de *habitus* entre essas mulheres. Elas não sustentam novos valores no tocante à relação com os maridos, nem no que se refere às representações sobre seus próprios papéis. “Seus projetos individuais são pautados nas representações sociais sobre o gênero baseadas no exercício dos papéis de mãe e esposa” (CARNEIRO, 1994, p. 16).

Gema Esmeraldo (2010) descortina uma outra característica do trabalho feminino no roçado quando se trata de alguma cultura não destinada à alimentação familiar e sim com objetivo específico de comercialização. Ao buscar compreender os motivos que fazem a relação das famílias com a produção do caju/castanhas em dois assentamentos da reforma agrária, a autora identifica que, por ser produzida para virar mercadoria, seguindo uma lógica de mercado, a família aceita a autonomia feminina por não violar as condutas e costumes da cultura camponesa (ou a manutenção da honra, como descreve Bourdieu, 2002) e as possibilita, inclusive, a criarem uma cooperativa para comercialização desses produtos (ESMERALDO, 2010).

Embora o campo social da unidade doméstica se mantenha em uma ordem binária, a entrada das mulheres no campo social, econômico e político forja e amplia novas mobilidades para dentro e fora do assentamento e instiga desejos de novos investimentos materiais na formação para o trabalho e na ação política nas mulheres (ESMERALDO, 2010, p. 209).

Dessa forma, no que diz respeito à construção da identidade (ou do *habitus*) da mulher, Gema Esmeraldo (2010) afirma que a inserção delas no campo econômico quebra as barreiras do local destinado ao gênero feminino. Ela afirma que “a identidade marcada pela diferença se embaralha nos campos produtivos (de caju) e político (cooperativa)” (ESMERALDO, 2010, p. 210).

Na política de reforma agrária no Brasil, a necessidade de se constituir uma associação para fazer a interlocução entre famílias assentadas e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) exige que o associado seja a pessoa cadastrada pelo órgão como titular do lote (ESMERALDO, 2010). Na prática, o que ocorre é que “a mulher não é percebida pela família e nem indicada naturalmente para ser a titular. Somente em casos como o de aposentadoria do marido, por viuvez, existência de filhos homens de menor idade, a mulher assume o cadastro em nome da família” (ESMERALDO, 2010, p. 191). Gema Esmeraldo (2010) também descreve que as primeiras discussões a serem realizadas nas reuniões da associação são as de cunho técnico produtivo para a produção coletiva, para a distribuição dos lotes em que serão construídas as moradias e as áreas que serão destinadas à reserva legal obrigatória em todos os assentamentos. Por este motivo, a autora afirma:

A associação nasce assim, para fortalecer as relações de dominação masculina e reforçar o caráter patriarcal entre os gêneros. Reduz o exercício da participação política da mulher nas decisões sobre a gestão produtiva das culturas agrícolas e inibe seu acesso à informação e relações institucionais” (ESMERALDO, 2010, p. 191).

Algumas autoras (VASQUEZ, 2009; LEÓN, 2006) indicam que essas contradições podem ter sido ocasionadas devido à compreensão da categoria família como algo nuclear, homogêneo e sem distinções e que, se tratando de acesso às políticas públicas, ocasiona diversas consequências negativas para as mulheres. A compreensão das famílias como grupos nucleares também se torna responsável pelo alto índice de violência decorrente de uma relação desigual de gênero, afetando, principalmente, as mulheres rurais (VASQUEZ, 2009). Gislayne Vasquez (2009) apresenta que, apesar de serem legalmente reconhecidas como trabalhadoras rurais, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2002, revelam que, “apesar de trabalhar muito nas

áreas rurais, cerca de 55% das mulheres não têm nenhum tipo de rendimento, isto é, não recebem remuneração financeira de qualquer espécie” (VASQUEZ, 2009, p. 859). Para a autora, a falta de autonomia financeira resulta na sujeição de situações que ferem seus direitos, tanto nas relações domésticas, quanto no que diz respeito às suas relações com os órgãos públicos (VASQUEZ, 2009).

Uma das questões apresentadas por autores como Magdalena León (2006) é que as políticas públicas orientadas às famílias, se baseiam na teoria dos papéis sociais que reforçam as relações de poder existentes dentro das famílias. Dessa forma, as políticas legitimam a “orden genérico de identidades hegemónicas y subordinadas según los roles asignados a hombres y mujeres” (LEÓN, 2006, p. 46). Assim, ao instituírem as políticas de reforma agrária como uma das principais impulsionadoras do processo de desenvolvimento, os governos latino-americanos caíram na mesma falácia de diversas outras políticas públicas que tratam as famílias beneficiárias como um grupo nuclear e unitário e reconhecendo as relações de gênero por meio da perspectiva da neutralidade (LEÓN, 2006).

Lo grave de las políticas neutrales que se basan en la familia nuclear unitaria es que aceptan el orden social que establece quién hace qué y cómo se organizan las jerarquías de los actores con roles supuestamente complementarios pero no afectan el orden de género, en particular en lo que respecta a la distribución sexual del trabajo y del poder material y político en el conjunto de la sociedad (LEÓN, 2006, p. 46).

A autora explica que “la neutralidade de género está basada em la idea de que existe una familia unitaria y complementaria, concepción que hace parte del ideário sociológico funcionalista” (LEÓN, 2006, p. 45). Como resultado, destaca-se que, nesses casos, os maridos permanecem se apresentando como os representantes legais e são os responsáveis por tomarem as decisões relativas à utilização da terra (LEÓN, 2006), situação semelhante à encontrada por Beatriz Heredia (2013), que afirma que “o pai é o responsável pela família e por consequência é quem a representa” (HEREDIA, 2013, p. 54).

Magdalena León (2006) também destaca barreiras institucionais que dificultam a alteração dessa situação e reforçam a permanência dos mesmos *habitus* (BOURDIEU, 2002), dentre elas o perfil masculino dos agentes de extensão rural que, ao interiorizarem a neutralidade de gênero nas famílias, permaneciam reproduzindo as desigualdades de gênero no acesso ao crédito, às capacitações e nas atividades de tomada de decisão coletiva. Ao pesquisar a realidade vivenciada pelas mulheres na atividade leiteira no Vale

do Itajaí, em Santa Catarina, Maria Ignês Paulilo, Alessandra De Grandi e Marineide Silva (2016) identificam situação semelhante ao relatado por Magdalena León (2006), o que resulta na baixa participação das mulheres nas reuniões e nos cursos para discutir a atividade leiteira.

[...] para os cursos sobre atividades domésticas, as extensionistas mulheres convidam diretamente as esposas, e o público é só feminino. Para os treinamentos sobre ordenha, higiene, saúde dos animais, etc., é o extensionista homem que convida, em geral, o dono da propriedade, e não há preocupação em separar homens e mulheres, o que certamente as inibe. Outros técnicos entrevistados confirmaram essa prática. Constatamos, em campo, que sempre quem acompanha o técnico, quando ele visita a propriedade, é o marido (PAULILO, DE GRANDI e SILVA, 2016, p. 174).

Ao analisar os estudos estatísticos sobre o trabalho das mulheres urbanas e rurais, identifica-se que, ao contrário do que ocorre nas áreas urbanas, o aumento da escolaridade feminina não reduz o tempo despendido com as tarefas domésticas nas áreas rurais (FARIA, 2009). As jovens rurais, quando aumentam sua escolaridade, tendem a migrar para as áreas urbanas, se incorporando “em trabalhos precarizados e mal remunerados, como o emprego doméstico, mas cujo salário, muitas vezes sirva para apoio e/ou complementar os gastos nas atividades agrícolas da família” (FARIA, 2009, p. 21). A situação do trabalho das mulheres rurais se altera, de acordo com Nalu Faria (2009), quando há a inserção de políticas sociais e econômicas que valorizem o trabalho produtivo e reprodutivo da mulher rural e que fortaleçam suas organizações coletivas. Nesse sentido, podemos compreender que a escolaridade, por si só, não seria um fator de movimentação no campo social (BOURDIEU, 2002) e da divisão sexual do trabalho rural. Essa movimentação poderia ocorrer a partir da junção entre organização política, escolarização, estabilidade na produção e comercialização de seus produtos. Não sabemos, no entanto, até que ponto as políticas sociais e econômicas voltadas ao meio rural conseguem efetivar essa movimentação no campo social.

Os estudos realizados por Alexandra Filipak (2017) enunciam que, apesar de possibilitarem o protagonismo político das mulheres rurais e o seu auto reconhecimento como trabalhadoras e cidadãs, a institucionalização de ações voltadas a esse público não alterou a divisão sexual do trabalho nas famílias de agricultores familiares. Parte dessa responsabilidade é porque, apesar de serem resultado de denúncias e disputas dos movimentos de mulheres rurais, as políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural “foram pensadas e propostas de um ponto de vista masculinizado

do trabalho na agricultura familiar. E que os espaços criados de participação institucionalizada, são masculinizados sobremaneira” (FILIPAK, 2017, p. 252).

Ao realizarem um estudo aprofundado sobre o acesso das mulheres rurais à política pública do PAA, Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão (2011) partem do pressuposto de que as mulheres possuem dificuldade em inserir suas produções nos canais de comercialização pois suas atribuições estão marcadas pelos traços de gênero, que as localiza nas tarefas domésticas e no espaço privado.

Para além das alterações vivenciadas no interior da família no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, Carmen Hernández (2009) analisa as estratégias utilizadas pelas mulheres que acessaram ao Pronaf Mulher em Rio Bonito (RS) para conseguir atender às exigências do programa e estabelecer as relações sociais necessárias para que isso ocorresse. Nesse sentido, a autora também analisou a relação que as mulheres estabeleceram com as instituições financeiras e com as agências de assistência técnica e extensão rural que acompanhavam e orientavam o trabalho produtivo. As observações levantadas pela autora indicam que os valores tradicionais da divisão sexual do trabalho não interferem apenas no interior da família, ou seja, no espaço privado, mas também atua diretamente nas relações estabelecidas entre as mulheres e os profissionais envolvidos no cotidiano do programa nos espaços públicos (HERNÁNDEZ, 2009).

Neste capítulo teórico foi possível compreender as relações de gênero como resultado de um processo de estruturação estruturante e estruturado de práticas, valores e modos de agir que determina o *habitus* de um determinado grupo. Para o nosso estudo, convém deixar claro que a alteração do *habitus* familiar será possível quando os membros acessarem um conjunto de dispositivos diferentes que poderá ocasionar a reconversão desse *habitus*. Acessar esses dispositivos pode ser compreendido como as novas relações que são estabelecidas com um novo conjunto de regras ditas e não ditas provenientes da obrigatoriedade do contato com órgãos públicos, instituições financeiras, agentes de assessoria técnica, e diversos outros, ocasionado pela inserção das famílias no PAA e no PNAE.

Mesmo com os relatos de diversos estudos em que não foram identificadas alterações nas relações de gênero ou na divisão sexual do trabalho nas famílias com o acesso a políticas públicas ou com movimentos sociais, nossa hipótese é de que, no caso do PAA e do PNAE, sendo acessados de maneira perene e com adequada articulação entre famílias e outros órgãos, pode ocasionar alguma alteração em seus meios de vida, por meio da reconversão de seus *habitus*, ou por meio da alteração das estratégias de

reprodução social, ou seja, por alteração no campo por aumento (ou redução) do capital econômico e simbólico das famílias e de seus membros.

Essas questões relacionadas à uma nova compreensão do trabalho a partir da junção de ambas as esferas é o objeto de estudo de Viviana Zelizer, que apresento no próximo capítulo. Por hora, é importante sistematizar que inserir a perspectiva de gênero nos estudos sobre políticas públicas ou sobre meios de vida não diz respeito a analisar apenas o que as mulheres estão fazendo no meio rural. Essa pesquisa busca compreender e trazer à tona como as relações sociais de gênero, baseadas nas relações de poder, têm sido consolidadas ou reestruturadas a partir do contato com uma nova realidade imposta pelo contato com as políticas públicas. Nossa busca não se limita a descrever o que é trabalho feminino ou o que é trabalho masculino, mas, sim, compreender como essas duas esferas estão conexas e que as práticas econômicas para acesso aos mercados institucionais estão repletas de relações de intimidade, de cuidado e de reprodução do bem-estar familiar.

CAPÍTULO 6: RELAÇÕES DE INTIMIDADE E VIDA ECONÔMICA

O pressuposto que norteia a proposta teórica de Viviana Zelizer é a coexistência entre práticas econômicas e relações de intimidade. Isso significa afirmar que, ao contrário do que defendem os economistas ortodoxos, a economia não é uma esfera separada da vida social e que se rege por meio de fatores e regras próprias. Tal como apresentado anteriormente com as ideias de Carolina Carrasco (2011), para Viviana Zelizer, as práticas econômicas estão intimamente relacionadas aos critérios de classificação e de hierarquização que regem as práticas sociais. A defesa dos profissionais da economia é de que a racionalidade da esfera econômica fere e desgasta os laços sociais, reforçando a necessidade de separação entre ambas as esferas (ZELIZER, 2011). Para Viviana Zelizer (2011) a relação estabelecida entre os agentes é que determina os marcadores (como valor, formas de pagamento, critérios de avaliação da qualidade) da relação econômica. O contraponto proposto pela autora é de que os agentes convivem o tempo todo com um trabalho relacional de demarcação de fronteiras e de negociação de fatores inerentes à intimidade (ZELIZER, 2011).

Essa é uma perspectiva teórica que coaduna com as ideias que norteiam essa pesquisa. Nesse sentido, serão apresentadas as principais contribuições de Viviana Zelizer no que diz respeito à forma com que a vida econômica familiar é pautada por elementos morais e fatores classificatórios da vida social.

6.1 O conceito de vidas conexas

As teorias econômicas tendem a dicotomizar o mundo e as relações sociais em torno de uma dualidade que organiza o mundo social por meio de princípios incompatíveis e competitivos: mercado e não mercado, racionalidade e pessoalidade, macho e fêmea, eficiência e sentimentalismo (ZELIZER, 2009). A autora destaca a importância de compreender realidade visto a necessidade de se entender como funciona a vida econômica e como ela está intimamente relacionada com a vida social e que, inclusive, insere valores sociais em atividades econômicas: “empresas capitalistas versus economia informal; mercados perfeitos versus mercados imperfeitos; economias sérias versus economias triviais; e, ai de nós, atividade econômica masculina versus feminina” (ZELIZER, 2009, p. 238). Nota-se que essa separação entre as práticas sociais atua como

um marcador que desvaloriza o trabalho de cuidados, a produção doméstica e a esfera feminina da vida econômica (ZELIZER, 2009).

Ao contrário do que se tende a imaginar no senso comum, quando se trata de trabalho de cuidados, não diz respeito apenas à relação de cuidado estabelecida entre pessoa autônoma que cuida e pessoa dependente que é cuidada (OROZCO, 2012). Amaia Orozco (2012) descreve que o trabalho de cuidado precisa ser considerado como toda ação direcionada à manutenção da vida humana, e que, por isso, ultrapassa os limites fixados desses dois papéis sociais (cuidador e dependente). Ao destacar a interdependência entre os papéis, Amaia Orozco (2012) e Viviana Zelizer (2011) se complementam por promoverem reflexões em que o *continuum* existente entre esses papéis perpassa qualquer delimitação rígida imposta pela dualidade. Veja bem, como já diziam os autores que apresentamos aqui (SCOTT, 1995; ZELIZER, 2009; BOURDIEU, 2011; HALL, 2014), os papéis de gênero atribuídos aos homens e às mulheres são resultados de um longo processo de construção social que define os indivíduos e que também os define. Sendo assim, não é possível definir de maneira absoluta que dependência e cuidado são conceitos com apenas uma definição e apenas uma maneira absoluta de serem compreendidos. Amaia Orozco (2012) descreve que ser cuidado e ser cuidador é compreendido a partir de uma concepção de normalidade que é construída socialmente, tal qual também explica Hall (2014).

Sendo assim, é preciso compreender o trabalho de cuidado como toda ação direcionada para manutenção das necessidades humanas e que, por isso, não existe apenas uma relação de cuidado e dependência (OROZCO, 2014). O que existe é um papel contínuo de interdependência em que as pessoas se localizam e se dinamizam a partir de suas práticas sociais e das relações que estabelecem nessas práticas. Dessa forma, essa compreensão exige que se analise as relações de cuidado a partir de diferentes graus e diferentes dimensões (OROZCO, 2014).

A principal compreensão que se precisa ter ao analisar as relações de cuidado é a necessidade de diluição entre as fronteiras que marcam e delimitam as dualidades entre trabalho/necessidade, trabalho/cuidado (OROZCO, 2014). É exatamente essa a definição proposta por Viviana Zelizer (2009; 2011) ao reforçar o perigo em se compreender a vida social por meio das perigosas dualidades e propor essa compreensão por meio da análise das vidas conexas.

Quando Viviana Zelizer (2011) se dedica aos estudos da intimidade, a autora assevera que diversos tipos de relacionamentos sociais estão estruturados em, pelo menos,

alguma relação de confiança e de troca de informações. Para a autora, a “vida econômica rotineira e o comportamento organizacional encontram caminhos para a criação de relações sociais que ultrapassam essas fronteiras sem destruir a integridade da vida social” (ZELIZER, 2009, p. 237). Sejam essas relações íntimas estabelecidas entre membros de uma mesma família ou relações de prestações de serviços (domésticos, médicos, judiciais, de cuidados ou educacionais), sempre ocorrem formas distintas e próprias de relações de confiança, troca de informações sigilosas e transferências econômicas. Essa constatação leva a autora a questionar de que forma os atores sociais combinam relações íntimas com transações econômicas (ZELIZER, 2011).

Ao analisar os diversos estudiosos das relações econômicas, Viviana Zelizer os distingue em três grupos: (1) os defensores de que existem as esferas separadas e dos mundos hostis, ou seja, que atividade econômica e relação íntima fazem parte de arenas distintas e que, caso se misturem, pode ocorrer uma “contaminação inevitável e resultante desordem quando as duas esferas entram em contato” (ZELIZER, 2011, p. 28); (2) os que afirmam que as práticas econômicas e a intimidade estão inseridas em um “nada além de”, ou seja, nada além de um exercício de poder ou nada além de mais uma forma de expressão da cultura local; e (3) o grupo ao qual a autora pertence que, ao invés de distinguir as duas esferas como fazem os outros dois grupos, defendem que a vida social mistura intimidade com atividade econômica e “participam ativamente da construção e da negociação das vidas conexas” (ZELIZER, 2011, p. 29).

Os defensores dos mundos hostis alegam que a contaminação das relações íntimas pelas práticas econômicas destruiria a esfera sentimental e as relações de solidariedade enquanto a contaminação das relações econômicas pelas relações de intimidade causaria ineficiência e favoritismo (ZELIZER, 2009). Para essa perspectiva de análise, existem dois domínios que se direcionam e atuam a partir de diferentes princípios: solidariedade em oposição à eficiência; impulso em oposição ao planejamento e racionalidade em oposição aos sentimentos (ZELIZER, 2009, p. 238).

Afirmar que a vida social é construída a partir das vidas conexas é compreender que a todo momento os indivíduos assumem um trabalho relacional de negociação, delimitação de regras e normas que se baseiam, mesmo que involuntariamente, nas relações sociais que constroem (ZELIZER, 2011). Sejam elas entre os gêneros, entre diferentes idades ou entre diferentes classes sociais, ocorridas tanto nos espaços privados, quanto nos espaços públicos (OROZCO, 2012).

Nesse sentido, as pessoas utilizam marcadores (carregados de valores sociais) para estabelecer todas as etapas relativas às práticas econômicas, sejam elas de negociação, produção, gestão ou de pagamentos, a partir das características específicas da relação de intimidade que elas estabeleceram com o outro agente (ZELIZER, 2011). A autora defende que “as pessoas conseguem integrar as transferências monetárias a redes maiores de obrigações mútuas sem destruir os laços sociais envolvidos” (ZELIZER, 2011, p. 34). Os estudos da autora mostram ainda que, além de não destruir as relações íntimas, o dinheiro muitas vezes é o que as sustentam (ZELIZER, 2011).

Estamos, então, lidando com conexões entre quatro elementos: relações, transações, meios e limites. As relações consistem em grupos duráveis e definidos de entendimentos, práticas, direitos e obrigações que ligam duas ou mais pessoas. As transações consistem em interações delimitadas e de curto prazo entre as pessoas. Os meios consistem em sistemas descritivos e seus símbolos. Os limites consistem, nesse caso, em perímetros conhecidos traçados ao redor de combinações distintas de relações, transações e meios. O trabalho relacional envolve a criação de correspondências viáveis entre as relações, transações, meio e limites (ZELIZER, 2011, p. 40).

O trabalho relacional é percebido em todos os momentos da vida familiar juntamente com as atividades econômicas. Podem ser percebidas nas atividades produtivas, na distribuição dos recursos, no consumo dos bens e na transferência de propriedade dos bens entre os membros. O que distingue as famílias de outros grupos econômicos é basicamente que, por residirem no mesmo espaço físico, é construída uma relação de confiança baseada no conhecimento, na influência, na definição de obrigações e direitos compartilhados. Essa relação de proximidade faz com que os acordos sejam estabelecidos com durações muito superiores aos demais grupos econômicos e resulta em sanções mais rígidas e controladas (ZELIZER, 2011).

Até mesmo dentro de corporações com alto poder de influência no ambiente empresarial é possível notar que as relações profissionais muitas vezes ultrapassam os limites da impessoalidade e acabam se concretizando também como relações de cuidado no conjunto dos espaços considerados como públicos (ZELIZER, 2011; OROZCO, 2012). Outro exemplo se percebe quando as trabalhadoras domésticas, muitas vezes as próprias “donas de casa”, precisam se relacionar com órgãos financeiros, agentes de produção e redes de comercialização. Dessa forma, é possível notar que “tanto em empresas quanto em espaços domésticos, assim como em quaisquer outros, as pessoas constantemente administram múltiplos conjuntos de relações sociais” (ZELIZER, 2009, p. 240).

Como a autora demonstra, é possível identificar diversas atividades econômicas misturadas com as relações de intimidade, inclusive familiares. O que se coloca em questão “são o valor, a potência e a compatibilidade de diferentes atividades econômicas” (ZELIZER, 2009, p. 239). A autora ainda afirma que, ao analisar “as uniões, o cuidado e as famílias, não encontramos mundos separados de economia e sentimento, tampouco vimos mercado em toda parte” (ZELIZER, 2011, p. 243) e complementa que, ao contrário do que afirma a perspectiva dos mundos hostis, “observamos laços transversais e diferenciados que conectam as pessoas entre si” (ZELIZER, 2011, p. 243).

No meio rural, as autoras Bruno et al. (2011), ao estudar os grupos produtivos de mulheres assentadas da reforma agrária identificam realidade semelhante à proposta das vidas conexas. Para as mulheres entrevistadas, não há separação entre o espaço do afeto (como a relação estabelecida com o marido, os filhos, os amigos e parentes), do espaço da política (como as relações institucionais estabelecidas com os grupos sociais, os movimentos sociais ou com as ações vinculadas a essa esfera); do espaço produtivo e econômico, e as atividades decorrentes dessa esfera. O que as autoras concluem é que “são dimensões indissociáveis que em grande medida definem e redefinem os limites e as fronteiras de sua prática social e de seus questionamentos” (BRUNO et al., 2011, p. 81).

6.2 O conceito de significado social dos recursos financeiros

Nas ciências que estudam a economia pelo viés clássico (ortodoxo), a possibilidade de contar o dinheiro foi crucial para garantir a racionalidade aritmética da economia, que, além disso, ainda reduziu a qualidade do dinheiro em mera quantidade. Baseada em autores como Weber e Simmel, a autora afirma que o dinheiro possibilitou que qualquer troca pudesse ser realizada e qualquer coisa pudesse ser quantificada em termos de dinheiro, “neste sentido, o dinheiro funcionaria como um intermediário adequado e neutro num mercado impessoal e racional” (ZELIZER, 2003, p. 128) e descreve ainda que, de acordo com Marx, “o dinheiro surge como derradeiro critério de objetivação, rompendo todas as ligações subjetivas entre objetos e indivíduos e reduzindo as relações pessoais a redes de cálculo instrumental” (ZELIZER, 2003, p. 128). Tal como Simmel, Marx também acredita que o dinheiro transforma as características sociais não materiais em itens mercantilizáveis, como a honra e a consciência, e possibilita que seja feita uma nivelção (nem sempre correta) de itens até então não nivelados. Viviana

Zelizer (2003) sistematiza a interpretação clássica do dinheiro em cinco principais características:

As funções e características do dinheiro são definidas estritamente em termos econômicos (...); todos os tipos de dinheiro são semelhantes na sociedade moderna (...); existe uma clara distinção entre dinheiro e valores não pecuniários (...); entende-se que as questões monetárias estão permanentemente a invadir, a quantificar e muitas vezes a corromper todas as esferas da vida (...); o dinheiro detém o poder indiscutível de transformar valores não pecuniários, enquanto a transformação inversa do dinheiro por parte dos valores raramente é conceptualizada, ou é mesmo explicitamente rejeitada (ZELIZER, 2003, p. 130).

Além de classificá-las, a autora as critica ao afirmar que o dinheiro não é moralmente neutro ou sua quantificação é feita apenas em termos aritméticos da racionalidade instrumental. Ela defende que a sociedade imprime no dinheiro e na sua própria quantificação, seus valores sociais, morais, afetivos e religiosos, garantindo, assim, a existência de características culturais, sociais, religiosas e estruturais no ato de quantificar e usar esse dinheiro. A autora segue linha semelhante à teoria de Talcott Parsons, que afirma que “o dinheiro constitui uma linguagem simbólica partilhada; não uma mercadoria, mas um significante, desprovido de valor utilitário” (ZELIZER, 2003, p. 131).

Os antropólogos, por sua vez, discutem o significado social do dinheiro apenas nas sociedades primitivas (as práticas não são tão diferentes ainda das que podem ser encontradas nas sociedades modernas). Relatos desses estudiosos mostram que, mais importante do que a quantidade de dinheiro, é a compreensão de qual dinheiro se está sendo utilizado. Isso significa que origens distintas acarreta ao dinheiro valor distinto. O valor da origem é, assim, definido pelos valores sociais. Dinheiro amaldiçoado, dinheiro ganho, dinheiro conquistado, são origens diferentes. A própria utilização do dinheiro também faz com que o mesmo tenha ou não valor, independente da sua quantidade. Nos países ocidentais, comprar uma esposa, por exemplo, é proibido independentemente da quantidade de dinheiro que se ofereça (ZELIZER, 2003; 2008; 2011).

Os psicólogos também têm contribuído com essa discussão ao desafiar a definição racionalista tradicional da economia e sugerido o conceito de contabilidade mental. Este conceito exprime a ideia de que cada indivíduo distingue os tipos de dinheiro de maneira individual, dando ao mesmo, um valor específico. A única crítica que Viviana Zelizer faz dessa perspectiva, é o caráter individual e não social da contabilidade. Para ela, conceder distinções individuais ao dinheiro, é resultado de um processo sociológico

de construção social da economia, que “emergem de um conjunto de normas formais e informais que regem a sua utilização, localização, origens e quantidade” (ZELIZER, 2003, p. 134). A autora propõe que um novo modelo para a compreensão dos dinheiros especiais seja aplicado no mundo moderno na busca de compreender como as características e valores sociais influenciam nas distinções, restrições e formas de controle do dinheiro. Sua proposta se estrutura nos seguintes fatores:

(...) dinheiro existe também fora da esfera do mercado e é profundamente moldado por fatores culturais e socioestruturais; existe uma multiplicidade de tipos diferentes de dinheiro (...); é necessário um outro código, mais abrangente, para certos tipos de dinheiro, indivisíveis, não fungíveis, não portáteis, profundamente subjetivos e, por conseguinte, qualitativamente heterogêneas; (...) o dinheiro pode ser, em certas circunstâncias, tão particular e intransmissível como o objeto mais pessoal e único; (...) fatores extra-econômicos constroem e moldam sistematicamente: as utilizações do dinheiro, os utilizadores do dinheiro, o sistema de localização de cada dinheiro, as formas de controle dos diferentes dinheiros e as origens do dinheiro (ZELIZER, 2003, p. 135).

A autora destaca, inclusive, estudos da década de 1870 a 1930 que demonstram como a própria divisão familiar do dinheiro é tão assimétrica quanto a divisão de renda nacional. Esses estudos entraram em voga devido à nova sociedade do consumo e a necessidade de se compreender como a renda doméstica era composta, como ela era alocada e como ela era utilizada. Houve grande dificuldade no levantamento desses dados tanto na classe operária quanto na classe média, devido à moralidade existente no tema dinheiro de dentro do espaço privado (ZELIZER, 2003).

Durante este mesmo período, há diversos questionamentos sobre qual o direito que as mulheres tinham sobre a renda familiar. A própria organização da renda familiar variava de acordo com a classe social na qual as famílias se enquadravam: nas classes média e alta, o homem era o único responsável pela organização do dinheiro, enquanto que nas classes operárias, a mulher era a responsável por contabilizar e organizar a utilização do dinheiro do marido e dos filhos. Essa situação passa por modificações na entrada no novo século, quando ocorre o aumento da dinheirização da economia americana. “À medida que o montante de rendimentos disponíveis aumentou e que a economia e a cultura do consumo se estabeleceram mais fortemente, o dinheiro da família tornou-se cada vez mais diferenciado, dividindo-se em dinheiro do marido, dinheiro da mulher e dinheiro dos filhos” (ZELIZER, 2003, p. 140).

Desse modo, Viviana Zelizer (2003) reafirma a necessidade de se desconstruir o olhar hegemônico sobre a unicidade do dinheiro e da economia e reafirma a importância

de considerar o fato de que existem diversos dinheiros e que eles são “moldados por redes distintas de relações sociais e sistemas diferentes de significados. Nenhum dinheiro, incluindo o dinheiro de mercado, escapa a estas influências extra-econômicas” (ZELIZER, 2003, p. 157).

Assim sendo, a autora defende que, para se construir uma teoria social do dinheiro, é necessário que sejam discutidas as origens, os destinos, os padrões de variação e as características distintas dos diferentes tipos de dinheiro, examinando como ocorrem as estruturas das relações sociais e os valores culturais e morais que orientam e adequam o funcionamento qualitativo (e não quantitativo) dos dinheiros (ZELIZER, 2003). Essas fronteiras sociais dos múltiplos valores dos dinheiros podem ser exploradas nos seguintes momentos: “(a) identificarem utilizações específicas do dinheiro, (b) regularem modos de distribuição, (c) designarem as utilizações adequadas, e (d) estabelecerem significados simbólicos especiais” (ZELIZER, 2003, p. 157).

6.3 Contribuições de Viviana Zelizer para compreensão das relações de gênero

É válido ressaltar que a ideia de distinção entre os espaços considerados públicos e privados é reforçada pela ideologia da domesticidade do século XIX (ZELIZER, 2011). Crítica dessa distinção, Viviana Zelizer (2011) afirma que a separação dessas duas esferas reforça a ideia de sacralidade familiar que reforça o sexismo e gera a falsa visão de que é necessário proteger as mulheres e as crianças de um mercado perigoso e masculino. Além disso, “transformar os trabalhos femininos tradicionais exclusivamente em uma questão de sentimento obscurece perigosamente o seu valor econômico” (ZELIZER, 2011, p. 81). Situação semelhante é relatada por uma gama de autores que destacam a não contabilização do trabalho doméstico rural como trabalho produtivo, mesmo que o espaço privado rural abranja a casa, a horta, o pomar e o cuidado com os pequenos animais. O que esses autores afirmam é que, por ser considerado doméstico, todo o leque de trabalho desempenhado pelas mulheres não é contabilizado como trabalho produtivo, mas sim como ajuda aos maridos (HEREDIA, GARCIA e GARCIA JR, 1984; KARAM, 2004; CRUZ, 2010; VIDAL, 2011; HEREDIA, 2013; MOURA e MORENO, 2016; PAULILO, 2016a; PAULILO, 2016b; HERRERA, 2016; AGUIAR, 2016; CHAVES, CASTRO e MENEZES, 2018). A partir dos estudos realizados no meio rural brasileiro, identifica-se que essa relação de distinção criada socialmente é que determina a divisão sexual do

trabalho (HEREDIA, GARCIA e GARCIA JR, 1984; HEREDIA, 2013; PAULILO, 2016a; PAULILO, 2016b).

Nesse sentido, a proposta de análise da autora a partir dos circuitos sociais direciona o olhar às situações relacionais que estão envolvidas no cotidiano da vida camponesa, ou seja, analisa quais são as relações sociais e de poder envolvidas nas atividades produtivas, comerciais e de cuidado, além dos laços e das fronteiras estabelecidas no circuito econômico. Comércio significa diálogo, interação, negociação e é repleto de sentidos e significados socialmente construídos (ZELIZER, 2008; 2011). Além disso, a proposta analítica de Viviana Zelizer é que “numa ampla gama de relações íntimas, as pessoas conseguem integrar as transferências monetárias a redes maiores de obrigações mútuas sem destruir os laços sociais envolvidos. O dinheiro coabita regularmente com a intimidade e até mesmo a sustenta” (ZELIZER, 2011, p. 34).

A autora centra-se na ideia de que é necessário analisar o dinheiro com as lentes teóricas da sociologia, defendendo que não apenas nas sociedades tradicionais, mas também na sociedade moderna, o dinheiro tem gênero e tem, portanto, significados diferentes a partir do gênero que o recebe, organiza, poupa e utiliza (ZELIZER, 2003). Não são recorrentes as pesquisas que mostram, a partir da análise de diversas fontes de renda no interior das famílias rurais, as marcações do gênero em cada um dos dinheiros recebidos. O que nos leva a questionar como as relações de gênero no interior das famílias eram e como passaram a ser após a chegada dos dinheiros das políticas públicas.

Zelizer destaca que, na realidade norte americana, a mulher passou a ser responsável pelo dinheiro da família, sem ter direito a este dinheiro. Essa realidade passou a ser tema de diversas piadas teatrais ao considerarem as mulheres como consumidoras, gastadeiras e motivo de falência dos maridos. Alguns autores demonstram diversas estratégias de fraude para utilização do dinheiro do marido que possibilitou às mulheres desta época terem acesso a guardar alguma quantia financeira para si, visto que, legalmente (e isso se tornou, inclusive, entraves judiciais entre maridos e esposas), o dono do dinheiro da família permanecia sendo exclusivamente o marido (ZELIZER, 2003). No Brasil, algumas pesquisas esclarecem como isso têm ocorrido em algumas famílias da agricultura familiar.

Ao realizarem um estudo aprofundado sobre o acesso das mulheres rurais à política pública do PAA, Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão (2011) partem do pressuposto que as mulheres possuem dificuldade em inserir suas produções nos canais de comercialização pois suas atribuições estão marcadas pelos traços de gênero que as

localiza nas tarefas domésticas e ao espaço privado. Quando as mulheres mantêm sua atuação produtiva de maneira conjunta com os maridos e apesar de estarem envolvidas em todas as tarefas desde a produção até a comercialização, elas “muitas vezes não participam da decisão sobre os recursos ou sobre as propriedades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho” (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011, p. 13). Essa situação se assemelha ao exposto por Zelizer (2003) ao descrever o dinheiro possui um significado social que o marca com os traços de gênero, idade ou origem. Nesse sentido, as autoras identificaram que com as mulheres pesquisadas, apesar de terem pouca inserção mercadológica, ao acessarem o PAA em grupo com outras mulheres, elas conseguem promover sua autonomia econômica, mesmo que a renda seja reduzida. A pesquisa ainda identificou outros benefícios advindos dessa organização coletiva para o acesso ao PAA:

Outro fator muito valorizado pelas participantes é o aumento da sua sociabilidade, porque deixam de ficar presas somente ao espaço doméstico. Há ainda um aumento na sua autoestima, um maior reconhecimento junto às famílias e às comunidades, o aprendizado de novas tecnologias e a valorização da vivência de novas experiências (tais como viagens, participação em feiras, etc.). No âmbito da família, ocorrem também mudanças, não apenas das rotinas de trabalho, mas também com relação ao seu papel social. Essas mudanças não são necessariamente bem assimiladas no núcleo familiar, em função da perda do monopólio dos homens no gerenciamento da renda obtida, de alterações na divisão sexual do trabalho e de uma maior presença das mulheres na vida pública (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011, p. 14).

Situação semelhante foi encontrada por Lígia Albuquerque de Melo (2003) ao estudar as relações de gênero em um município pernambucano após o acesso das famílias ao Pronaf. A autora identificou que mesmo com as exigências governamentais para inclusão das mulheres na gestão do programa e a inserção das mulheres em movimentos sociais e organizações coletivas, a estrutura familiar constituída por valores tradicionais não se alterou. Nesse sentido, a autora descreve que a divisão sexual do trabalho nas famílias rurais estudadas se manteve a mesma independente do acesso à essa política pública (ALBUQUERQUE DE MELO, 2003). A dificuldade de alteração nos papéis sociais no interior da família pode ser explicado por Bourdieu (2011) ao afirmar que os dispositivos que norteiam nossas ações estão imbricados nos *habitus* e que por terem sido constituídos ao longo da vida, não se alteram rapidamente. Joan Scott (1995) também explica essa situação ao afirmar que as relações de gênero são compostas por relações de poder que norteiam os valores e comportamentos sociais.

Nas famílias estudadas por Viviana Zelizer (2003), quando as mulheres passaram a receber uma mesada, esse ganho financeiro passa a ser considerado como uma possibilidade de garantir autonomia das mulheres, mas, ao mesmo tempo, como a sua definição e quantificação era definida pelo marido, passou a ser má vista para a mulher moderna das classes média e alta. Essa situação invertia de gênero, quando o estudo analisava as famílias operárias. Nesses casos, era a mulher quem definia quanto de dinheiro o homem carregaria consigo e quanto cada um dos filhos receberia de mesada e por quais condições. Ainda assim, se o pouco dinheiro das famílias operárias se resultasse no endividamento da família, corria-se o risco de acusarem as mulheres de serem más administradoras do lar, e não resultado do escasso dinheiro. Outro acontecimento que os estudos evidenciaram, é que, na maioria dos casos, os homens não repassam para as mulheres administrarem todo o seu dinheiro, mas sim, apenas uma parte (ZELIZER, 2003).

Nas situações em que as mulheres trabalhavam para pessoas que não faziam parte da família (recebendo salários ou outro tipo de remuneração), mantinha-se a fronteira entre o dinheiro considerado sério e o dinheiro com outras marcas sociais (como dinheiro sem valor ou sem importância para o desenvolvimento familiar), mas adotava-se características distintas a partir da classe social à qual as famílias pertenciam (ZELIZER, 2003).

Por exemplo, na classe operária, os rendimentos de uma mulher casada, obtidos geralmente por cuidar dos estudantes internos, por trabalhos de costura ou lavanderia ou, entre as famílias camponesas, pela venda de manteiga, ovos e animais de capoeira, não tinham a mesma visibilidade que os vencimentos do seu marido (Jensen, 1980; Ulrich, 1983: 45-57; Morawska, 1985: 134-135). Como o seu trabalho fazia parte do repertório tradicional de tarefas domésticas desempenhadas pelas mulheres, o dinheiro que recebia dissolvia-se no dinheiro familiar destinado às despesas da casa e gastava-se geralmente na casa ou na família, em roupa ou comida. De fato, em termos legais, até às primeiras décadas do século XX esses ganhos domésticos pertenciam ao marido. E os tribunais se opunham-se com veemência à conversão do dinheiro das mulheres em propriedade tangível (ZELIZER, 2003, p. 151).

Após adentrar as portas de casa, automaticamente o dinheiro proveniente das tarefas das mulheres passava a fazer parte inalienável da renda familiar. Essa demonstração comprova como o dinheiro era tratado de maneira diferenciada de acordo com o gênero: “o gênero introduziu outro tipo de distinção não mercantil no fluxo financeiro doméstico: o dinheiro das mulheres não era o mesmo tipo de dinheiro que o dos maridos” (ZELIZER, 2003, p. 154). Uma conclusão que Viviana Zelizer (2011) chega com seus estudos é que, no casamento, a renda auferida pelas mulheres nunca é apenas

uma renda. Ela “torna-se uma ferramenta com a qual mulheres vulneráveis negociam as relações com seus maridos” (ZELIZER, 2011, p. 184).

Lorena Moraes et al. (2020) faz outro apontamento importante para compreensão das vidas conexas dentro das unidades produtivas familiares da agricultura familiar. As autoras destacam a dualidade existente entre o trabalho doméstico remunerado e não remunerado. Para as autoras, o serviço doméstico, mesmo que não remunerado, deveria ser considerado trabalho visto que eles “abarcam uma série de atividades de gestão e organização fundamentais (não remuneradas) para o bom funcionamento de uma casa” (MORAES et al., 2020, p. 177). Inclusive, quando questionadas sobre a rotina diária de afazeres que as mulheres vivenciam, esse trabalho muitas vezes não é relatado. A sugestão metodológica proposta por essas autoras é a Classificação do Uso do Tempo em Atividades e Trabalhos Diários das Mulheres Rurais (CATMUR)¹³, que levanta minuciosamente, através das observações e anotações temporais, todos os afazeres realizados por essas mulheres.

Outras evidências levantadas por Viviana Zelizer (2011) dizem respeito à ficção criada sob o papel do homem nas famílias. Como cabia às mulheres garantir que a ficção do homem provedor não fosse destruída, mesmo quando elas recebiam valores monetários maiores, as mulheres viviam em constante tensão e, assim, “a fim de proteger o orgulho masculino, maridos e mulheres minimizavam a importância da renda feminina para a sobrevivência doméstica” (ZELIZER, 2011, p. 203). Essa situação também é descrita por Amaia Orozco (2012) ao desconstruir as fronteiras entre os papéis de cuidador e de dependente, visto que, ao cuidar dos homens, a mulher se torna cuidadora de quem, por construção social, precisa ser cuidada pelos homens (OROZCO, 2012).

Situação semelhante foi apresentada por Pierre Bourdieu ao analisar os dispositivos econômicos e culturais que estruturam e são estruturados pela interioridade e pela exterioridade dos indivíduos nas relações sociais e que estruturam a sociedade em torno da dominação masculina (BOURDIEU, 2002; 2011).

¹³ A CATMUR está detalhadamente descrita no livro *A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas*, publicado em 2020 com autoria de Lorena Lima de Moraes e Hildete Pereira de Melo. Disponível online em: http://grupodada.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Arte_de_Tecer_Ebook-1.pdf

ANÁLISES E DISCUSSÕES

A partir desse ponto, os capítulos passam a se dedicar à apresentação dos dados levantados em campo. De forma descritiva e analítica, esses três capítulos apresentarão as informações que caminham para responder aos questionamentos feitos pela tese e aos objetivos específicos estabelecidos no início desse trabalho.

O capítulo 7 tem como objetivo apresentar o resultado obtido na Análise de Correspondência Múltipla, ao estruturar as categorias identificadas nos questionários em um espaço social da agricultura familiar wanderlandiense. Assim, esses posicionamentos apontam características que demonstram contribuições distintas para a organização das famílias nesse espaço social.

O capítulo 8 objetiva apresentar os meios de vida das famílias que participaram da pesquisa. Nele, apontarei as características relativas à relação que as famílias estabelecem com o espaço urbano de Wanderlândia, as características identificadas nas diferentes unidades produtivas familiares, a forma como essas famílias tendem a dividir o trabalho em suas unidades produtivas – levando em consideração os traços de gênero e geração do interior familiar –, e, por fim, as características relativas à relação dessas famílias e o significado social que elas possuem das finanças familiares. A partir dessas análises, esse capítulo é finalizado com o delineamento de um *habitus* comum a esse espaço social analisado.

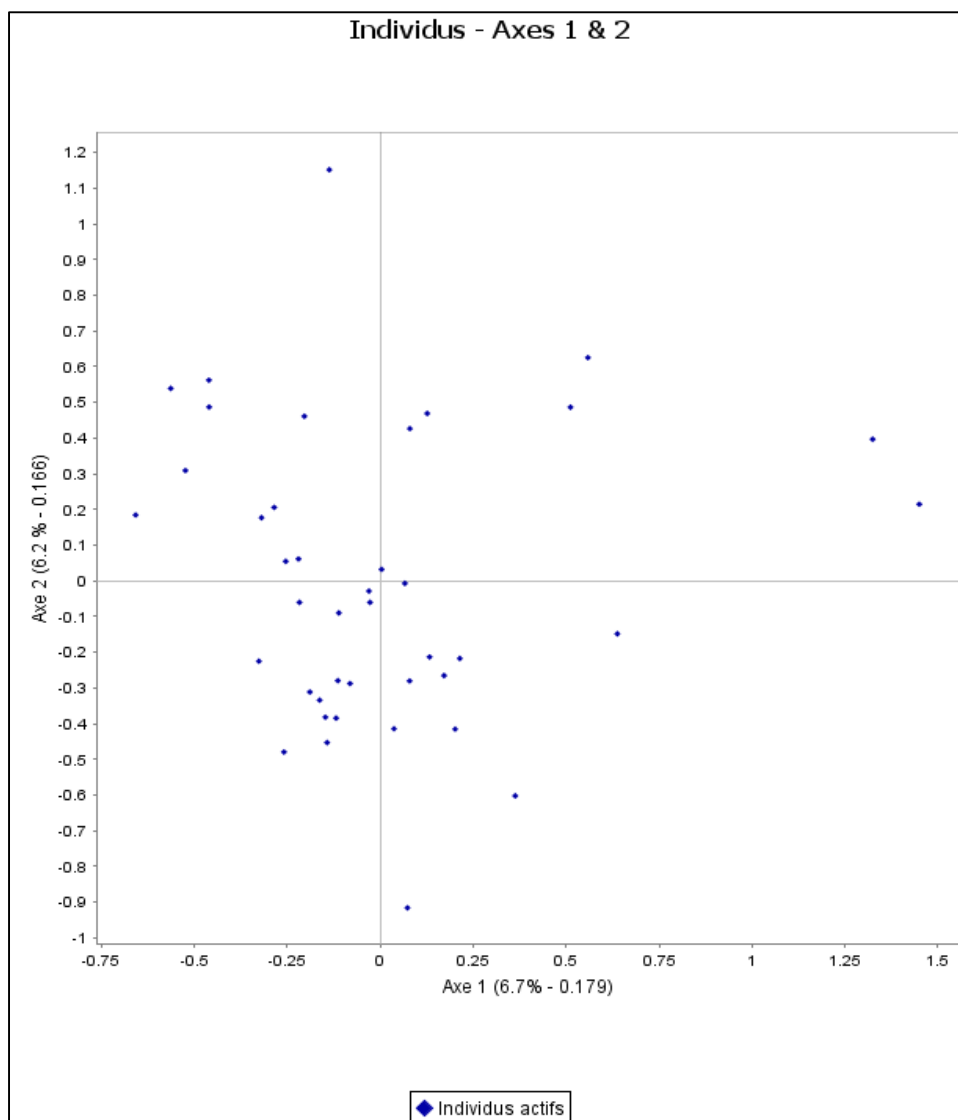
O capítulo 9 se dedica a compreender as características específicas da relação dessas famílias com as políticas públicas de inclusão produtiva. Além de apontar como as famílias se relacionaram com o PAA e com PNAE, também apresentarei a divisão sexual e geracional do trabalho em dois momentos distintos: durante o acesso aos programas e após o término desse acesso. Ou seja, a tentativa é de analisar como esse acesso alterou a divisão do trabalho e a dinâmica produtiva das unidades produtivas familiares. Nesse capítulo também será possível delinear como as finanças provenientes dos programas são percebidas e significadas por essas famílias. O capítulo é encerrado identificando as mudanças de *habitus* percebidas através das análises desses dados.

CAPÍTULO 7: A ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA

Como já explicitado, a análise geométrica dos dados se concentra em estudar as nuvens de indivíduos projetadas em um determinado espaço social e são determinados pelas relações entre os indivíduos posicionados a partir de suas semelhanças ou disparidades.

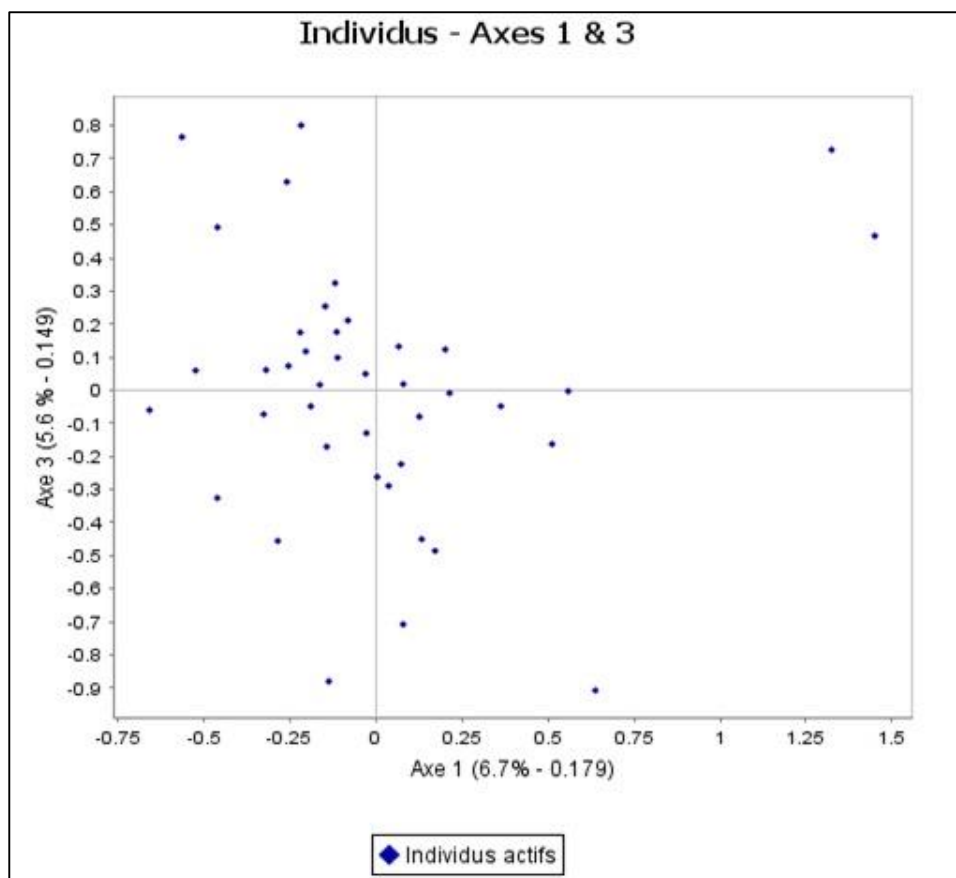
A partir do lançamento dos dados dos questionários aplicados com as 41 famílias participantes dessa pesquisa, a ACM resultou na seguinte demonstração gráfica do espaço social.

Gráfico 3 – Indivíduos ativos nos eixos 1 e 2



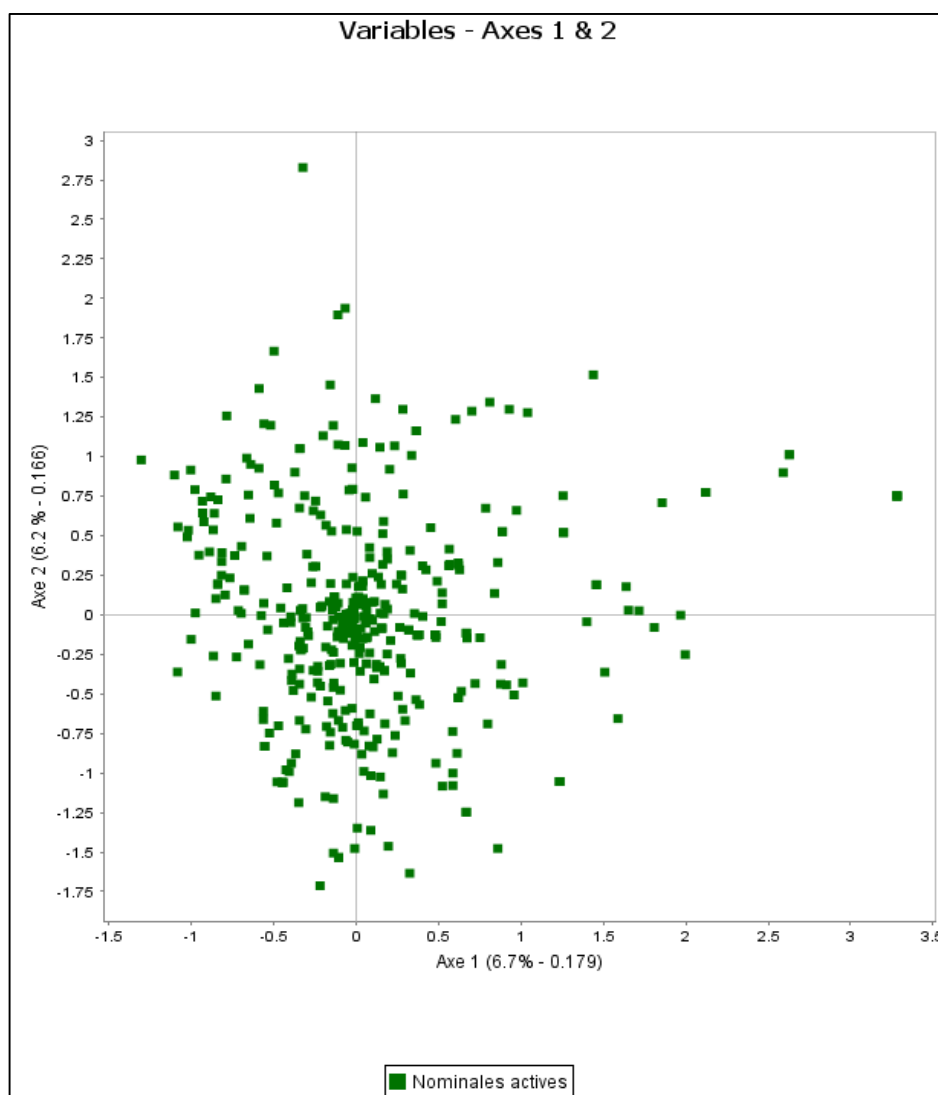
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Gráfico 4 – Indivíduos ativos nos eixos 1 e 3

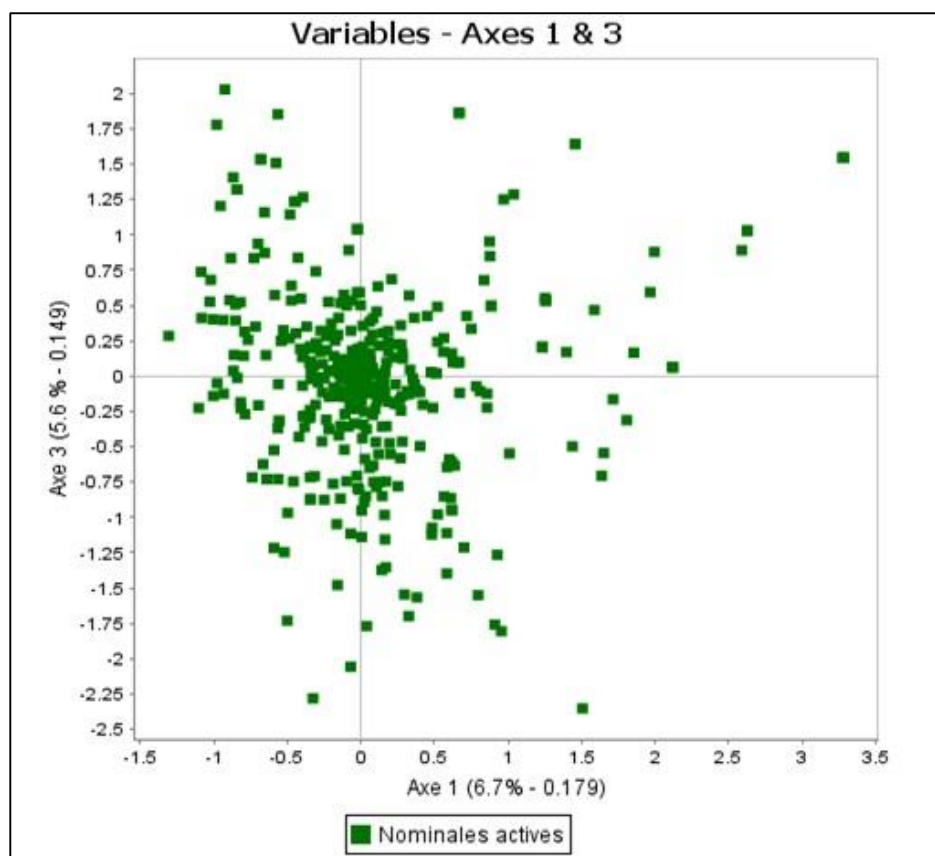


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Como o posicionamento é dado a partir das respostas oferecidas ao questionário, é importante ressaltar que também são um grupo de categorias ativas que contribuem para esse posicionamento. No entanto, a ACM não analisa apenas as principais características que posicionam um indivíduo no espaço social, mas, sim, diversos outros fatores que contribuem para que essa característica se complemente e reforce o seu posicionamento – as categorias complementares ou ilustrativas. Uma categoria complementar é aquela que, apesar de não ser usada para definir a distância entre os indivíduos, é importante para demonstrar os outros elementos que estão dispersos nesse espaço social e completar a interpretação dos eixos de maneira que não afete sua definição (LE ROUX e ROUANET, 2010). Sendo assim, o plano gráfico resultante da ACM indicou a contribuição de 396 categorias e é possível ser visualizado da seguinte forma:

Gráfico 5 – Variáveis ativas nos eixos 1 e 2

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Gráfico 6 – Variáveis ativas nos eixos 1 e 3

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Orientada por Lebaron e Le Roux (2015), minha análise dos eixos partiu do método das contribuições, ou seja, a interpretação de um eixo é baseada nas modalidades cuja contribuição é maior do que a média. No caso dessa pesquisa, o cálculo é $100/396=0,25$, ou seja, todas as categorias que apresentaram uma contribuição maior de 0,25 para o respectivo eixo, entraram nessa análise. Devido à quantidade de categorias ativas na análise e à extensão das suas descrições, opto por apresentá-las, inicialmente, em forma de quadro, a fim de facilitar a leitura, que não ficará excessivamente densa ao leitor e, ainda assim, não haverá perda das informações que foram sistematizadas. A apresentação dos dados e das análises está organizada em tópicos e seus respectivos sub tópicos no intuito de facilitar sua leitura e sua compreensão.

7.1 O eixo da divisão sexual e geracional do trabalho

No eixo 1 (horizontal no plano fatorial), posicionado à esquerda do plano, se encontram 49 categorias que contribuem com a inércia do espaço social, representando 45,79% de categorias desse eixo. O quadro seguinte apresenta de forma decrescente da taxa de contribuição quais são essas categorias:

Quadro 45 – Categorias ativas no lado esquerdo do eixo 1

continua

Categoria	Contribuição	Localização	Nome da Categoria
DtdEMiH	1,11	-0,935	Milho - entrega durante - homem
DtdEAbH	0,98	-0,840	Abóbora - entrega durante - homem
CpAPpS	0,89	-0,768	Permanecem produzindo abóbora pós-programas
DtdEMeH	0,86	-1,306	Melancia - entrega durante - homem
CpMiPpS	0,85	-0,818	Permanecem produzindo milho pós-programa
DtAprF	0,70	-0,892	Aprenderam a dividir as tarefas com formação política
DtdPMiH	0,66	-0,863	Milho - produção durante - homem
CpOtCF	0,62	-1,104	<u>Origem da terra: crédito fundiário</u>
DtdPMeC	0,59	-1,084	Melancia - produção durante - casal
DtaPAbH	0,59	-0,816	Abóbora - produção após - homem
DtLeHHJ	0,58	-0,956	Obtenção de lenha - homem adulto e homem jovem
DtaPMiOR	0,56	-0,797	Milho - produção após - outra resposta (homem ou mulher)
DtaVAbH	0,55	-0,791	Abóbora - venda após - homem
DtdPAbH	0,55	-0,696	Abóbora - produção durante - homem
DtVFH	0,53	-1,026	Venda na feira - homem
DtdPMiC	0,53	-1,021	Milho - produção durante - casal
CsLSSF	0,53	-0,646	Localização - Serra de São Felix
DtaVHH	0,49	-0,884	Hortifrutigranjeiros - venda após - homem
RpnSRaNA	0,49	-0,349	Satisfação - renda antes - Não acessou o PNAE
RpaSTdNA	0,47	-0,336	Satisfação - trabalho durante - Não acessou o PAA
RpnSRdNA	0,47	-0,336	Satisfação - renda durante - Não acessou o PNAE
RpaSTapMS	0,47	-0,728	Muito satisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA
CpMePpN	0,44	-0,934	Melancia - nunca produziram
RpApVN	0,43	-0,325	Não adquiriram ou trocaram de veículo após o programa
RpaSRaMI	0,42	-0,818	Muito insatisfeitos com a renda antes do PAA
RpApOCN	0,42	-0,339	Não fizeram obra ou construção após o programa
RpnTaN	0,42	-0,322	Tempo de acesso: Nunca acessou o PNAE
RpaTaT	0,40	-0,397	Acessou o PAA por até três anos
RePNAEN	0,39	-0,295	Renda - Não recebe PNAE

Quadro 46 – Categorias ativas no lado esquerdo do eixo 1

			conclusão
DtdEHH	0,39	-0,485	Hortifrutigranjeiros - entrega durante - homem
DtLcMHJ	0,36	-0,980	Limpeza da casa - mulher adulta e homem jovem
DtCrC	0,36	-0,978	Crianças – casal
ReDN	0,35	-0,327	Destino da renda, não sabe
RpnSTdMS	0,35	-0,586	Muito satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PNAE
IsSH	0,32	-0,562	Homem participa de sindicato
DtTrH	0,31	-0,641	Relato de trabalho remunerado - homem
DtaPAbC	0,31	-0,699	Abóbora - produção após - casal
RpDpOCN	0,30	-0,291	Não fizeram obra ou construção durante o programa
DtONGN	0,30	-0,397	Ninguém organiza as notas fiscais
DtGanT	0,30	-1,086	Grandes animais - todos da casa (adultos e jovens)
DtaPMiC	0,29	-0,869	Milho - produção após - casal
DtRLC	0,29	-0,867	Roça e lavoura - casal
ReCPPN	0,28	-0,305	Pós-programa: sem controle financeiro
IsIgH	0,28	-0,665	Homem participa de igreja
DtaVAbC	0,28	-0,853	Abóbora - venda após - casal
DtdEFaH	0,27	-0,655	Farinha - entrega durante - homem
DtdPCoC	0,26	-1,005	Coco - produção durante - casal
DtdPAbo	0,25	-1,004	Abóbora - produção durante - Outra resposta (todos + mulher)
DtHoM	0,25	-0,390	Horta – mulher

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Já do lado direito desse eixo, estão localizadas 58 categorias, que representam 54,20% das que contribuem para o eixo. Em ordem decrescente de contribuição para a inércia, podem ser listadas as seguintes categorias:

Quadro 47 – Categorias ativas no lado direito do eixo 1

			continua
Código da categoria	Contribuição no eixo 1	Localização no eixo 1	Descrição da categoria
RePNAES	2,84	2,121	Renda - Recebe PNAE
RpApOCNS	2,84	2,121	Após - obra - Continuam o acesso
RpApVNS	2,84	2,121	Após - veículo - Continuam o acesso
RpaSRaNA	2,72	3,282	Satisfação - renda antes - Não acessou o PAA
RpaSTdMS	2,72	3,282	Muito satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA
RpaTaN	2,72	3,282	Tempo de acesso: Não acessou o PAA
RpnSRdMI	2,72	3,282	Muito insatisfeitos com a renda durante o PNAE
RpnSTdNA	2,72	3,282	Satisfação - trabalho durante - Não acessou o PNAE

Quadro 48 – Categorias ativas no lado direito do eixo 1

continua

RpaSTapNA	2,62	2,628	Satisfação - trabalho após - Não acessou o PAA
RpnSRapNA	2,62	2,628	Satisfação - renda após - Não acessou o PNAE
ReDNR	2,55	2,591	destino da renda, não responde
ReCPPCA	2,18	1,856	Renda – Pós-programa: Continuam o acesso
CpSiEV	1,36	1,638	Selo - sim, exigência para vender
DtRMMJ	1,24	1,398	Roupa - mulher adulta e mulher jovem
RpnSRaMS	1,12	1,716	Muito satisfeitos com a renda antes do PNAE
DtaVPPc	1,01	1,996	Produtos processados - venda após - casal
CsLO	1,00	1,255	Localização - Outros povoados (Estrela, Floresta, Araçulândia, Correntino, Córrego Areia)
RpnTaT	0,98	1,968	Acessou o PNAE por até três anos
DtdPPoC	0,96	1,588	Polpa - produção durante - casal
DtAIPS	0,83	1,808	Problemas de saúde - alteração na divisão do trabalho
RpnSRaI	0,79	1,439	Insatisfeitos com a renda antes do PNAE
CpPoPpS	0,77	1,234	Permanecem produzindo polpa
DtaPPoC	0,77	1,234	Polpa - produção após - casal (casal ou mulher)
DtaVPoC	0,77	1,234	Polpa - venda após - casal (casal ou mulher)
CpAPpNA	0,70	0,479	Abóbora - Continuam o acesso
DtdEAbN	0,70	0,479	Abóbora - entrega durante - Nunca produziram
DtdPAbN	0,70	0,479	Abóbora - produção durante - Nunca produziram
RpDpOCS	0,65	0,627	Fizeram obra ou construção durante o programa
DtLeN	0,65	1,010	Não utilizam lenha
DtLcMJ	0,60	1,258	Limpeza da casa - mulher jovem
DtLcoMJ	0,60	1,258	Limpeza da cozinha - mulher jovem
DtVFC	0,59	0,879	Venda na feira – casal
DtHoN	0,58	0,619	Não possuem horta
DtAIS	0,57	0,672	Alteração na divisão do trabalho ao longo do tempo
DtAprDD	0,55	0,521	Aprenderam a dividir as tarefas com o dia a dia
DtONFFF	0,54	1,458	Organização das notas fiscais - filha ou filho
DtOrCFF	0,54	1,458	Organização dos contratos - filha ou filho
CpMiPpNA	0,49	0,371	Milho - continuam o acesso
DtdEMiN	0,49	0,371	Milho – entrega durante - Nunca produziram
DtdPMiN	0,49	0,371	Milho - produção durante - nunca produziram
RpnTaC	0,44	0,929	Acessou o PNAE por até cinco anos
ReFOS	0,41	1,040	Renda - Vendem na feira de outra cidade
DtdEPoH	0,39	0,785	Polpa - entrega durante - homem
DtaVMC	0,39	0,875	Mandioca - venda após - casal
DtaPAbN	0,37	0,318	Abóbora - produção após - Nunca produziram
DtaVAbN	0,37	0,318	Abóbora - venda após - nunca produziram
DtLcoMMJ	0,36	0,972	Limpeza da cozinha - mulher adulta e mulher jovem
CpTpQ	0,33	0,720	O tamanho da propriedade é até quinze alqueires
DtPanH	0,31	0,422	Pequenos animais - homem
DtdEHN	0,30	0,353	Hortifrutigranjeiros - entrega durante - nunca produziram
DtLcMMJ	0,30	0,886	Limpeza da casa - mulher adulta e mulher jovem

Quadro 49 – Categorias ativas no lado direito do eixo 1

conclusão

RpnTaU	0,30	0,886	Acessou o PNAE por até um ano
RpaSTdNS	0,29	1,508	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA
DtAIPF	0,29	0,751	Presença dos filhos - alteração na divisão do trabalho
DtaPMiN	0,27	0,264	Milho - produção após - Nunca produziram
DtdPPpM	0,27	0,839	Produtos processados - produção durante - mulher
DtaVHN	0,27	0,279	Hortifrutigranjeiros - venda após - nunca produziram
RpnSRdMS	0,25	0,701	Muito satisfeitos com a renda durante o PNAE

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

7.1.1 O lado esquerdo do eixo 1

Em relação ao primeiro lado do eixo 1, mais à esquerda, encontra-se 45,79% do total de categorias desse eixo. Posicionadas aqui, encontram-se as categorias que podem ser sistematizadas em características produtivas (prefixo Cp e 8,16% de categorias que contribuem para esse posicionamento), informações sobre a renda da família (prefixo Re e 6,12% das categorias que contribuem para esse posicionamento), sobre a divisão do trabalho familiar (prefixo Dt e 57,14% das categorias que contribuem para esse posicionamento), do relacionamento com o PNAE (prefixo Rpn e 8,16% das categorias que contribuem para esse posicionamento) e do relacionamento com o PAA (prefixo Rpa e 8,16% das categorias que contribuem para esse posicionamento), relacionamento com os programas de maneira geral (prefixo Rp e 6,12% das categorias que contribuem para esse posicionamento), características sociais (prefixo Cs e 2,04% das categorias que contribuem para esse posicionamento) e de inserção social das famílias (prefixo Is e 4,08% das categorias que contribuem para esse posicionamento).

No que se referem às características sociais das famílias, apenas a categoria **Localização - Serra de São Felix** (CsLSSF) contribui com a inércia do eixo 1, à esquerda. Essa categoria indica que as famílias residem na região do município denominada de Serra de São Felix. As categorias **Homem participa de igreja** (IsIgH) e **Homem participa de sindicato** (IsSH) são agrupadas como demonstrativas da inserção social das famílias na comunidade na qual estão inseridas. Nesse sentido, essas categorias indicam que apenas o homem adulto da família participa da igreja, seja ela católica ou evangélica (indicada pelo código IsIgH) e que apenas o homem adulto da família participa do sindicato de trabalhadores rurais do município (indicada pelo código IsSh). Nesse sentido, é possível sintetizar que, quanto mais à esquerda do eixo, mais as famílias tendem

a estar localizadas na Serra de São Félix e tendem a ter no homem o responsável por participar de atividades sociais externas à propriedade, como frequentar a igreja e o sindicato.

Três categorias que indicam características relativas à renda familiar contribuíram para a inércia à esquerda do eixo 1. São elas: **Pós-programa: sem controle financeiro** (ReCPPN); **destino da renda, não sabe** (ReDN); **Renda - Não recebe PNAE** (RePNAEN). A categoria ReCPPN indica que as famílias não realizaram controle financeiro da renda familiar no período após o término da relação com os programas. A categoria ReDN indica que as famílias não sabem como o dinheiro que a família possui é utilizado ou para onde ele é destinado. E a categoria RePNAEN indica que, dentre as fontes de renda atuais da família, não há recebimentos provenientes da relação com o PNAE. Em síntese, identifica-se que, atualmente, as famílias não recebem recursos financeiros do PNAE, que eles não realizam controle financeiro da renda familiar e que não sabem o destino da renda auferida pelos membros da família.

Nesse local também foram identificadas categorias relativas às características produtivas das famílias. As categorias **Permanecem produzindo abóbora pós-programas** (CpAPpS) e **Permanecem produzindo milho pós-programa** (CpMiPpS) indicam que, mesmo após o término do acesso aos programas, as famílias permaneceram produzindo abóbora (CpAPpS) e milho (CpMiPpS). A categoria **Melancia - nunca produziram** (CpMePpN) indica que em nenhum período do acesso das famílias aos programas, elas produziram melancia. A categoria **A terra é proveniente do crédito fundiário** (CpOtCF) indica que as propriedades foram adquiridas via Política Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Em síntese, essas categorias indicam famílias que nunca produziram melancia e famílias que permaneceram produzindo abóbora e milho mesmo não acessando mais os programas, e que a origem das propriedades rurais é no Programa Nacional de Crédito Fundiário.

No que diz respeito à relação com os programas de maneira geral, ou seja, independente de qual programa específico, três categorias apresentaram contribuição: **Não fizeram obra ou construção durante o programa** (RpDpOCN); **Não fizeram obra ou construção após o programa** (RpApOCN); **Não adquiriram ou trocaram de veículo após o programa** (RpApVN). As duas primeiras categorias indicam que as famílias não utilizaram os recursos financeiros familiares para realização de obras ou de construções. A diferença das duas é em relação à temporalidade. Uma delas, RpDpOCN, indica que o investimento em obras ou construções não foi realizado durante o período

de acesso aos programas e a categoria RpApOCN indica que esse investimento não foi feito após o término do período de acesso aos programas. Também referente ao período posterior ao término do acesso aos programas, está a informação de que não houve aquisição ou troca de veículos pela família - RpApVN. Em síntese, quanto mais à esquerda do eixo, mais as famílias tendem a não terem realizado obra ou construção durante ou após o período de acesso aos programas e também tende a não terem adquirido ou trocado de veículo após o período de acesso.

Quatro categorias descrevem especificamente a relação das famílias com o PAA: **Muito insatisfeitos com a renda antes do PAA** (RpaSRaMI); **Muito satisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA** (RpaSTapMS); **Satisfação - trabalho durante - Não acessou o PAA** (RpaSTdNA); **Acessou o PAA por até três anos** (RpaTaT). A RpaSRaMI indica que, ao avaliarem a satisfação com a renda familiar antes do período de acesso ao PAA, as famílias indicaram estarem muito insatisfeitos; a RpaSTapMS indica que, ao avaliarem a satisfação com a divisão do trabalho entre seus membros, as famílias indicaram estarem muito satisfeitos; e a RpaSTdNA, é referente ao grau de satisfação da família com a divisão do trabalho entre os seus membros durante o período de acesso ao PAA. Como a questão se trata de uma avaliação relacional entre os períodos de antes, durante e após o acesso ao programa, as famílias que nunca acessaram o PAA só podiam optar por essa categoria. Já a RpaTaT indica que o período em que a família acessou o PAA durou de um a até três anos. Ou seja, tem-se a tendência de as famílias não acessarem o PAA, mas as que o acessaram e o fizeram por um período de até três anos avaliaram como muito insatisfeitos com a renda familiar antes do período de acesso e como muito satisfeitos com a divisão do trabalho familiar após o período de acesso ao PAA. Em síntese, a tendência é de avaliarem negativamente a renda familiar antes do acesso e positivamente a divisão do trabalho após o acesso.

Das categorias que descrevem especificamente a relação das famílias com o PNAE, é possível notar certa semelhança entre as informações. As categorias **Satisfação - renda antes - Não acessou o PNAE** (RpnSRaNA); **Satisfação - renda durante - Não acessou o PNAE** (RpnSRdNA); **Tempo de acesso: Nunca acessou o PNAE** (RpnTaN) apesar de parecerem repetitivas, correspondem a informações distintas. RpnSRaNA indica que, na necessidade de avaliar a satisfação da família com a renda familiar antes do período de acesso ao programa, as famílias só puderam optar por indicar que nunca haviam o acessado. RpnSRdNA indica que as famílias só puderam indicar que nunca acessaram-no quando questionados sobre seu grau de satisfação em relação à renda

familiar durante o período de acesso ao programa. Enquanto isso, RpnTaN também corresponde à não participação das famílias ao PNAE, mas quando questionadas sobre o período de acesso delas a cada um dos programas em específico. Apesar de estarem relacionadas a variáveis e categorias distintas, esses códigos indicam a ausência da relação das famílias com esse programa em específico. Outra categoria que concede uma informação distinta às anteriores é a **Muito satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PNAE** (RpnSTdMS), que indica que avaliam como muito satisfeitos quando questionados sobre seu grau de satisfação com a divisão do trabalho familiar durante o período em que acessaram o PNAE. Em síntese, essas categorias indicam que as famílias tendem a não acessar o PNAE, mas as que acessaram avaliaram positivamente a divisão do trabalho familiar no período de acesso a esse programa.

Desse lado do eixo há a contribuição das categorias que sinalizam a Divisão sexual do Trabalho: **Coco – produção durante – casal** (DtdPCoC); **Abóbora – produção durante – Outra resposta (todos + mulher)** (DtdPAbO); **Milho – produção durante – homem** (DtdPMiH); **Melancia – produção durante – casal** (DtdPMeC); **Abóbora – produção durante – homem** (DtdPAbH); **Milho – produção durante – casal** (DtdPMiC); **Milho – entrega durante – homem** (DtdEMiH); **Abóbora – entrega durante – homem** (DtdEAbH); **Melancia – entrega durante – homem** (DtdEMeH); **Hortifrutigranjeiros – entrega durante – homem** (DtdEHH); **Farinha – entrega durante – homem** (DtdEFaH); **Abóbora – produção após – homem** (DtaPAbH); **Milho – produção após – outra resposta (homem ou mulher)** (DtaPMiOR); **Abóbora – produção após – casal** (DtaPAbC); **Milho – produção após – casal** (DtaPMiC); **Hortifrutigranjeiros – venda após – homem** (DtaVHH); **Abóbora – venda após – homem** (DtaVAbH); **Abóbora – venda após – casal** (DtaVAbC); **Obtenção de lenha – homem dulto e homem jovem** (DtLeHHJ); **Grandes animais – todos da casa (adultos e jovens)** (DtGanT); **Roça e lavoura – casal** (DtRLC); **Horta – mulher** (DtHoM); **Limpeza da casa – mulher adulta e homem jovem** (DtLcMHJ); **Crianças – casal** (DtCrC); **Venda na feira – homem** (DtVFH); **Relato de trabalho remunerado – homem** (DtTrH); **Ninguém organiza as notas fiscais** (DtONGN); **Aprenderam a dividir as tarefas com formação política** (DtAprF).

Desse grupo de categorias, algumas dizem respeito aos produtos agrícolas produzidos pelas famílias em diferentes momentos da cadeia produtiva, ou seja, as categorias demonstram o responsável pela produção durante o acesso ao programa, da entrega dos produtos, da produção após o término do programa e da comercialização

desse produto para outros consumidores após o período de acesso aos programas. A categoria **Coco – produção durante – casal** (DtdPCoC) indica que, durante o período de acesso aos programas, o casal era o responsável pelas tarefas relativas à produção do coco. A categoria **Melancia – produção durante – casal** (DtdPMeC) também indica que o casal era responsável pela produção de melancia durante o acesso ao programa. Para ambos os produtos, apenas a produção durante o programa apresentou contribuição para a análise.

Já as categorias relativas ao milho contribuíram em mais de um momento da cadeia produtiva. A categoria **Milho – produção durante – casal** (DtdPMiC) indica que o casal era o responsável pela produção de milho durante o acesso ao programa e a categoria **Milho – produção – homem** (DtdPMiH) também diz respeito à produção de milho durante o programa, no entanto, essa categoria indica que o responsável por essa atividade era o homem adulto da família. A entrega da produção de milho nos órgãos beneficiários dos programas era de responsabilidade do homem e é indicada pela categoria **Milho – entrega durante – homem** (DtdEMiH). Com relação à produção do milho no período após o programa, duas categorias contribuem: **Milho – produção após – outra resposta (homem ou mulher)** (DtaPMiOR); **Milho – produção após – casal** (DtaPMiC). DtaPMiOR indica que a responsabilidade, nesse mesmo período, era do homem, em algumas famílias, e da mulher, em outras famílias e, ao mesmo tempo, DtaPMiC indica que era do casal da família a responsabilidade pelos processos produtivos do milho. Em síntese, essas categorias indicam que, durante o acesso ao programa, o homem era o único responsável pela produção e pela entrega do milho nos órgãos beneficiários, enquanto que, após o término da relação com os programas, a produção desse produto passa a ser ou compartilhada entre os casais ou realizada por mulheres, em algumas famílias, ou por homens, em outras. Nota-se, assim, uma tendência à mudança de responsáveis pelos procedimentos relativos ao milho a partir da relação ou não relação das famílias com os programas. É possível notar, inclusive, que as tarefas relativas à entrega da produção do milho são as únicas que não possuem a participação feminina.

As categorias relativas à abóbora também contribuem nos quatro momentos da cadeia produtiva. A categoria **Abóbora – produção durante – homem** (DtdPAbH) indica que o homem adulto é o responsável por essa atividade e a categoria **Abóbora – produção durante – Outra resposta (todos + mulher)** (DtdPAbO) indica que, nesse mesmo período, quem era responsável pela produção de abóbora era a mulher adulta da família, em alguns casos, e, em outros, eram todos os membros da família, ou seja, os

adultos e os jovens. A categoria **Abóbora – entrega durante – homem** (DtdEAbH) indica que a entrega da produção de abóbora aos órgãos beneficiários era de responsabilidade do homem adulto. No que diz respeito à produção da abóbora após o acesso aos programas, as categorias **Abóbora – produção após – homem** (DtaPAbH) e **Abóbora – produção após – casal** (DtaPAbC) indicam que, em algumas famílias, a produção de abóbora era responsabilidade do homem adulto (DtaPAbH) e DtaPAbC indica que, nesse mesmo período, era do casal da família a responsabilidade pelos processos produtivos da abóbora. Com relação aos processos de comercialização desse produto após o término do programa, as categorias **Abóbora – venda após – homem** (DtaVAbH) e **Abóbora – venda após – casal** (DtaVAbC) indicam que tanto a comercialização nesse período era responsabilidade tanto do homem adulto (DtaVAbH) de algumas famílias, quanto do casal (DtaVAbC), em outras. Em síntese, é possível perceber a presença masculina em todos os momentos da cadeia produtiva, e a presença feminina restrita ao espaço doméstico, na produção dentro da propriedade rural para o período durante o acesso aos programas. Nota-se, também, a tendência ao maior compartilhamento das tarefas relativas à produção e comercialização da abóbora no momento após os programas.

Também relativas à divisão sexual do trabalho, estão categorias que não se vinculam a algum produto específico ou a algum período de acesso dos programas. A categoria **Obtenção de lenha – homem adulto e homem jovem** (DtLeHHJ) indica que, na família, quando necessárias ações para obtenção de lenha, como corte, limpeza e carregamento, elas estão sob responsabilidade dos homens da família, adultos e jovens. A categoria **Grandes animais – todos da casa (adultos e jovens)** (DtGanT) indica que todos os membros da família, sejam eles os adultos ou os jovens, são responsáveis pelos cuidados com os grandes animais (gado de corte, gado de leite e cavalos) na realização de tarefas como alimentação, saúde, separação, ordenha, manejo e limpeza do curral. A categoria **Roça e lavoura – casal** (DtRLC) indica que as tarefas necessárias para a manutenção da roça e da lavoura, como plantio, roçado, manejo e colheita, são responsabilidade do casal da família. Essas categorias indicam que, quanto mais à esquerda, mais atividades consideradas como pesadas¹⁴ tendem a ser de responsabilidade masculina ou compartilhadas entre o casal ou entre todos da família. Ou seja, as atividades não tendem a estar sob responsabilidade somente das mulheres.

¹⁴ Vide Paulilo (1987).

Outras três categorias são referentes a um trabalho considerado como leve¹⁵: **Horta – mulher** (DtHoM); **Limpeza da casa – mulher adulta e homem jovem** (DtLcMHJ); **Crianças – casal** (DtCrC). A categoria DtHoM indica que as tarefas para manutenção da horta, como plantio, manejo, roçado, colheita e comercialização dos produtos, está sob responsabilidade da mulher adulta da família. É importante esclarecer que, para as famílias, apenas é considerada como horta a produção de hortaliças em larga escala e para comercialização. A produção de hortaliças (como alface, cheiro verde e afins) para o consumo familiar é denominado como canteiro. A categoria DtLcMHJ indica que as tarefas relativas à limpeza da casa, como limpeza do chão, dos móveis e dos banheiros é da responsabilidade da mulher adulta junto com o homem jovem da família. A categoria DtCrC indica que o cuidado com as crianças na realização de tarefas como higiene, alimentação, distração, observação e saúde das crianças é responsabilidade de ambos os pais, ou seja, do casal da família. Em síntese, é possível perceber que, quanto mais à esquerda do eixo, mais as tarefas consideradas como leves, como o cuidado com a horta, com as crianças e a limpeza da casa, está sob responsabilidade das mulheres, delas de maneira isolada, ou delas com o esposo ou com o filho jovem.

Outras categorias que caracterizam esse lado do eixo são referentes às tarefas administrativas, comerciais e de trabalho remunerado fora da propriedade: **Venda na feira – homem** (DtVFH); **Relato de trabalho remunerado – homem** (DtTrH); **Ninguém organiza as notas fiscais** (DtONGN). A categoria DtVFH indica que as atividades relativas ao processo de comercialização (transporte, negociação e recebimento do pagamento) na feira municipal de Wanderlândia ou de Araguaína é responsabilidade do homem adulto da família. A categoria DtTrH indica que o homem adulto da família realiza algum tipo de trabalho profissional remunerado fora da propriedade rural e não relacionado à sua atividade produtiva familiar. A categoria DtONGN indica que as atividades relativas à organização das notas fiscais de comercialização com a prefeitura municipal, como armazenamento desses documentos, não são realizadas por ninguém da família. Em síntese, essas categorias indicam que, quanto mais à esquerda do eixo 1, mais as famílias tendem a não organizarem a documentação relativa ao acesso aos programas e que a comercialização em feiras e a realização de trabalhos remunerados fora da propriedade rural tendem a ser realizadas pelos homens adultos dessas famílias.

¹⁵ Vide Paulilo (1987).

Ainda com relação à divisão sexual do trabalho, a categoria **Aprenderam a dividir as tarefas com formação política** (DtAprF) indica que as atividades da rotina familiar, tanto produtivas, quanto comerciais, administrativas ou de cuidados e manutenção da vida familiar foram aprendidas pelos adultos da família com a formação política que eles receberam. Essa formação política pode ser compreendida como participação em reuniões de partidos políticos, movimentos sociais, sindicato ou manifestações politicamente organizadas.

Esse primeiro lado do eixo 1, posicionado mais à esquerda, é o das famílias residentes da Serra de São Felix e que obtiveram suas propriedades por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário e indicam que apenas o homem adulto da família participa da igreja e que apenas o homem adulto da família participa do sindicato de trabalhadores rurais do município. Como dito anteriormente, essas informações reforçam que, nessas famílias, a tendência é que os homens ocupem os espaços públicos mais do que as mulheres.

No que diz respeito à vida financeira das famílias, identifica-se que, atualmente, as famílias não recebem recursos financeiros do PNAE, que elas não realizam controle financeiro da renda familiar e que não sabem o destino da renda auferida pelos membros da família. Também é possível observar que as famílias não fizeram obra ou construção durante ou após o período de acesso aos programas e também não adquiriram ou trocaram de veículo após o período de acesso. Outras informações importantes para a compreensão da esquerda do eixo 1 é que as famílias não acessaram o PAA, mas as famílias que o acessaram o fizeram por um período de até três anos e o avaliaram como muito insatisfeitos com a renda, antes do período de acesso, e como muito satisfeitos com a divisão do trabalho após o período de acesso ao PAA. Em relação ao PNAE, o agrupamento de categorias indica a tendência das famílias a não acessarem esse programa, mas, quando acessado, a tendência é que as famílias avaliem que estavam muito satisfeitos com a divisão do trabalho familiar no período de acesso ao programa.

Esse lado também pode ser considerado como o da relação das famílias com produtos frequentemente encontrados na região, como a produção de melancia, milho e abóbora durante o período de acesso aos programas e que a responsabilidade por essas produções era do casal, do homem adulto, da mulher adulta ou de todos os membros da família em determinados casos específicos. Esse lado também pode ser compreendido

como o da paralização da produção de melancia após o acesso¹⁶ aos programas e da permanência da produção de abóbora e milho mesmo não acessando mais os programas.

Em síntese, é possível perceber a contribuição da produção de melancia, milho e abóbora durante o período de acesso aos programas e que a responsabilidade por essas produções tende a ser realizada por diversos membros do grupo familiar, no entanto, nota-se o maior envolvimento masculino na produção de milho e abóbora. Isso indica uma diferenciação de algumas famílias na produção compartilhada desses produtos, enquanto, em outras famílias, essa produção é de responsabilidade exclusiva masculina.

Em resumo, esse lado do eixo pode ser considerado como o que, apesar da produção ser compartilhada entre os adultos das famílias, há o indicativo de um padrão da entrega dos produtos serem de responsabilidade do homem adulto das famílias estudadas. Também apresenta a tendência de a comercialização dos produtos estarem sob responsabilidade dos homens ou do casal. É possível identificar, assim, que, no período posterior ao acesso aos programas, apesar da produção apresentar tendências de ser compartilhada entre homens e mulheres, a responsabilidade pela comercialização dos produtos tende a ser mais masculina. É possível perceber a tendência de as mulheres atuarem no espaço privado da propriedade, nas questões relativas à produção, enquanto que o homem atua no espaço público, externo da propriedade, realizando as atividades de entrega e comercialização da produção. Ou seja, a depender do local de realização das tarefas, há certa tendência à distribuição de trabalho ser realizada a partir das marcas de gênero e não há alteração dessa distribuição de tarefas a depender de as famílias estarem ou não acessando os programas.

7.1.2 O lado direito do eixo 1

Do lado oposto do eixo 1, mais à direita, há contribuição das categorias que podem ser sistematizadas como as **Características produtivas** (prefixo Cp) e **Características sociais** (prefixo Cs) da família: **Selo – sim, exigência para vender** (CpSiEV); **Permanecem produzindo polpa** (CpPoPpS); **Abóbora – Continuam o acesso** (CpAPpNA); **Milho – continuam o acesso** (CpMiPpNA); **O tamanho da propriedade é até quinze alqueires** (CpTpQ); **Localização – Outros povoados (Estrela, Floresta, Araçulândia, Correntino, Córrego Areia)** (CsLO). A CpSiEV indica que a família

¹⁶ Sempre que eu me referir ao período após o término do acesso aos programas, utilizarei a apenas a expressão “após o acesso”.

possui os selos de inspeção necessários para comercialização de produtos que passam por algum tipo de processamento, como polpas de fruta, mel e farinha de mandioca, ou de produtos de origem animal, como frangos. Essa categoria também indica que a opção da família por possuir e manter em vigência o selo de inspeção é devido à necessidade do mesmo para a realização da comercialização com a prefeitura. CpAPpNA e CpMiPpNA indicam que, ao serem questionadas sobre a permanência na produção de abóbora (CpAPpNA) ou milho (CpMiPpNA) após o término do acesso aos programas, as famílias demonstram que ainda permanecem no acesso, e que ainda não se encontram nesse período pós-término da relação com o programa. Já com CpPoPpS, as famílias indicam que terminaram a relação de acesso ao programa, mas que ainda assim optaram pela continuidade da produção de polpa de frutas. Em relação às características sociais das famílias, as categorias CpTpQ e CsLO indicam duas informações importantes: a primeira informa que a propriedade rural pertencente às famílias possui mais de dez e até quinze alqueires, ou seja, aproximadamente até setenta e dois hectares¹⁷. A segunda categoria (CsLO) indica que as famílias se localizam em povoados distintos, sendo eles: P.A. Estrela, povoado Floresta, povoado Araçulândia, povoado Correntino e povoado Córrego Areia. Em resumo, as características produtivas e sociais apresentadas indicam que as famílias que produzem milho e abóbora ainda acessam aos programas, e que as famílias que não acessam mais aos programas, optaram por permanecer produzindo polpas. Indicam também que aqui se encontram as famílias localizadas em diversos povoados e que possuem de dez a até, no máximo, quinze alqueires.

Duas categorias que indicam características relativas à renda familiar (prefixo Re) contribuíram para a inércia mais à direita do eixo: **Vendem na feira de outra cidade** (ReFOS); **destino da renda, não responde** (ReDNR). O código ReFOS indica que parte da composição da renda familiar é proveniente da comercialização dos seus produtos na feira municipal de outro município, no caso, a feira no município de Araguaína. Já a categoria representada pelo código ReDNR indica que a família optou por não responder à questão que averiguava qual o destino da renda familiar.

Nesse lado do eixo, encontram-se outras categorias relativas à renda da família e categorias que indicam a relação das famílias com os programas: **Renda - Recebe PNAE** (RePNAES); **Após - obra - Continuam o acesso** (RpApOCNS); **Após - veículo - Continuam o acesso** (RpApVNS); **Satisfação - renda antes - Não acessou o PAA**

¹⁷ Esse cálculo é relativo à medida padrão seguida pelo Tocantins que equivale ao metro quadrado no Centro Oeste: 48.400 m².

(RpaSRaNA); **Muito satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA** (RpaSTdMS); **Tempo de acesso: Não acessou o PAA** (RpaTaN); **Muito insatisfeitos com a renda durante o PNAE** (RpnSRdMI); **Satisfação - trabalho durante - Não acessou o PNAE** (RpnSTdNA); **Satisfação - trabalho após - Não acessou o PAA** (RpaSTapNA); **Satisfação - renda após - Não acessou o PNAE** (RpnSRapNA); **destino da renda, não responde** (ReDNR); **Renda – Pós-programa: Continuam o acesso** (ReCPPCA); **Muito satisfeitos com a renda antes do PNAE** (RpnSRaMS); **Acessou o PNAE por até três anos** (RpnTaT); **Insatisfeitos com a renda antes do PNAE** (RpnSRaI); **Fizeram obra ou construção durante o programa** (RpDpOCS); **Acessou o PNAE por até cinco anos** (RpnTaC); **Vendem na feira de outra cidade** (ReFOS); **Acessou o PNAE por até um ano** (RpnTaU); **Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA** (RpaSTdNS); **Muito satisfeitos com a renda durante o PNAE** (RpnSRdMS).

Mais à direita, e contribuindo para o eixo 1, está a categoria agrupada como sendo da Relação com os programas: **Fizeram obra ou construção durante o programa** (RpDpOCS). Essa categoria indica que a família possuiu recursos financeiros suficientes para a realização de obras ou construções dentro ou fora da propriedade rural, durante o período de acesso aos programas.

À primeira vista, algumas dessas categorias podem aparentar repetitividade dentro do quadro de análise. No entanto, as descrições de diversas categorias distintas resultam em um mesmo significado, o que pode dar pistas de que essa situação reforça ainda mais a contribuição para a composição do espaço social. Isso ocorre com as categorias: **Após - obra - Continuam o acesso** (RpApOCNS); **Após - veículo - Continuam o acesso** (RpApVNS) e **Renda – Pós-programa: Continuam o acesso** (ReCPPCA). Para RpApOCNS, ela responde ao questionamento se após a finalização do acesso ao programa (independentemente de ser o PAA ou o PNAE) a família realizou alguma obra ou construção. Assim, essa categoria indica impossibilidade de responder afirmativa ou negativamente a pergunta, visto que o acesso ainda não foi finalizado. Para RpApVNS, a situação é semelhante. Nesse caso, ela responde ao questionamento se após a finalização do acesso ao programa (também independentemente de ser o PAA ou o PNAE) a família adquiriu ou trocou de veículo. Nesse caso, como a relação com o programa ainda não havia sido finalizada, não era possível que a resposta fosse afirmativa ou negativa. ReCPPCA indica que a família permanece a relação com algum dos programas e não viabiliza uma resposta afirmativa ou negativa para o questionamento se há planejamento

financeiro após a finalização do acesso ao programa. Em síntese, apesar de possuir sua origem em variáveis distintas, é possível notar que a manutenção das relações com o programa e a continuidade do acesso são categorias que contribuem com a inércia desse lado do eixo. Ou seja, as famílias tendem a continuarem o acesso a algum dos programas.

Ainda no que diz respeito às categorias que demonstram a relação das famílias com os programas e, ao contrário do que demonstram as categorias anteriores, as categorias: **Satisfação - renda antes - Não acessou o PAA** (RpaSRaNA); **Satisfação - trabalho após - Não acessou o PAA** (RpaSTapNA), **Tempo de acesso: Não acessou o PAA** (RpaTaN), **Satisfação - trabalho durante - Não acessou o PNAE** (RpnSTdNA) e **Satisfação - renda após - Não acessou o PNAE** (RpnSRapNA) apresentam a tendência de as famílias não acessarem ao PAA e ao PNAE. Esses dados evidenciam a presença de dois grupos distintos de famílias: um grupo de famílias que continuam o acesso a algum dos programas e o grupo de famílias que, ou acessou apenas o PAA, mas já não o acessa mais e o que ou acessou apenas o PNAE, mas que também já não o acessa mais.

Em relação ao PAA, RpaSRaNA é referente à satisfação da família com a renda familiar antes do acesso ao programa. Como a questão se trata de uma avaliação relacional entre os períodos de antes, durante e após o acesso ao programa, as famílias que nunca acessaram o PAA só podiam optar por essa categoria. Situação semelhante ocorre com RpaSTapNA. Nesse caso, a família deveria avaliar sua satisfação em relação à divisão sexual do trabalho durante os períodos antes, durante e depois do acesso ao PAA. Essa categoria indica que, como as famílias nunca acessaram o PAA, só podiam optar por essa categoria. Apesar de RpaTaN também indicar que a família não acessou o PAA, ela é uma das opções de resposta para a questão relativa ao tempo de acesso da família a cada um dos programas. Nesse caso, as famílias que nunca acessaram o PAA só poderiam optar por essa categoria de resposta.

Em relação às categorias que orientam a análise para o fato de as famílias não terem acesso ao PNAE, a situação é semelhante com o caso anterior. RpnSTdNA indica que, na necessidade de avaliar a satisfação da família com a divisão do trabalho durante o PNAE, as famílias só puderam optar por indicar que não nunca haviam acessado esse programa. Enquanto isso, RpnSRapNA também indica que a família nunca acessou o PNAE quando instigados a avaliar a satisfação da família com a renda familiar após o acesso ao programa. Em síntese, apesar de estarem relacionadas a variáveis e categorias distintas, todos esses códigos indicam a ausência da relação das famílias com um ou com outro programa. Ou seja, as categorias indicam que, quanto mais à direita, maior é a

tendência de as famílias não acessarem a algum dos programas. Esclareço que esses dados não indicam que as famílias não acessaram os programas, apenas que não acessam ambos os programas, ou seja, famílias que acessaram o PAA, tenderam a não acessarem o PNAE e vice-versa.

Por outro lado, mas ainda com relação ao acesso aos programas, três categorias indicam o tempo de acesso das famílias ao PNAE: **Acessou o PNAE por até cinco anos** (RpnTaC); **Acessou o PNAE por até três anos** (RpnTaT); **Acessou o PNAE por até um ano** (RpnTaU). O código RpnTaU indica que o PNAE foi acessado apenas por um ano; o código RpnTaT indica que as famílias acessaram o PNAE por mais de um ano, mas não ultrapassou os três anos de acesso; e o código RpnTaC informa que as famílias acessaram o PNAE por mais de três, mas até cinco anos. Em síntese, temos a contribuição de um grupo de categorias que, apesar de serem distintas em relação ao tempo de acesso, indica que o acesso ao PNAE é um fator de contribuição. Ou seja, quanto mais à direita do eixo 1, maior é a tendência de as famílias terem acessado ao PNAE no período de meses a até cinco anos.

Levando em consideração as informações apresentadas anteriormente, é possível notar uma dualidade explícita entre as famílias que acessaram o PAA por até três anos e não acessaram o PNAE e o grupo de famílias que acessaram o PNAE por até cinco anos, mas que não acessaram o PAA.

Com relação à divisão do trabalho, é possível identificar duas categorias: **Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA** (RpaSTdNS); **Muito satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA** (RpaSTdMS). Foi questionado às famílias como era a satisfação delas com a forma como o trabalho cotidiano era dividido entre os membros da família durante o período que acessaram algum dos programas. Essas duas categorias indicam a contribuição do nem satisfeitos e nem insatisfeitos (opção que representava a média entre as disponibilizadas) e do muito satisfeitos com a divisão do trabalho (opção que representava satisfação máxima entre as disponibilizadas) durante o acesso ao PAA. Ou seja, quanto mais para a direita do eixo, mais as famílias tendem a ser indiferentes ou a avaliarem positivamente a divisão do trabalho familiar durante o acesso ao PAA.

No lado esquerdo do eixo, estão as famílias que acessaram o PAA e avaliaram negativamente a renda familiar antes de acessarem o programa, e positivamente a divisão do trabalho após acessarem esse programa. Já do lado direito do eixo, estão o grupo de famílias que acessaram o PNAE e também avaliaram positivamente a divisão do trabalho

durante o acesso o programa. As famílias do lado direito do eixo que acessaram o PAA avaliaram apenas a divisão do trabalho de maneira indiferente ou positivamente.

Em relação ao PNAE, surgiram outras quatro categorias: **Muito satisfeitos com a renda antes do PNAE** (RpnSRaMS); **Insatisfeitos com a renda antes do PNAE** (RpnSRaI); **Muito insatisfeitos com a renda durante o PNAE** (RpnSRdMI); **Muito satisfeitos com a renda durante o PNAE** (RpnSRdMS). No caso desse programa, as categorias que surgiram eram em relação à satisfação familiar com a renda. É possível identificar a dualidade de opiniões em relação ao tema avaliado: essas categorias indicam que as famílias estavam insatisfeitas (RpnSRaI) e muito satisfeitas (RpnSRaMS) com a renda familiar antes do acesso ao PNAE e que as famílias avaliam como muito insatisfeitas (RpnSRdMI) e muito satisfeitas (RpnSRdMS) com a renda familiar durante o PNAE. Em síntese, nota-se uma dualidade díspare de opiniões que contribuíram com esse posicionamento do eixo, mas, ao mesmo tempo, tem-se que, em relação ao PAA, a divisão do trabalho contribui para o lado direito do eixo 1, enquanto que para o PNAE, a renda foi o que contribuiu para esse posicionamento. Também é possível perceber que as categorias relativas ao período após o acesso aos programas não contribuíram com a inércia desse posicionamento no eixo 1. Ou seja, quanto mais para a direita do eixo, mais diversas são as opiniões das famílias em relação à renda no período antes ou durante o acesso ao PNAE.

Observando essa situação em comparação com o lado esquerdo do eixo, essa disparidade não ocorre. As famílias que compõem aquele lado do espaço social e que acessam o PAA, avaliaram negativamente a renda familiar e apenas durante o período anterior ao acesso ao programa.

Quanto mais à direita do eixo 1 também estão localizadas as categorias relativas à **Divisão sexual do trabalho** familiar (prefixo Dt). Elas podem ser reorganizadas por meio dos seguintes temas: tarefas produtivas, tarefas administrativas e comerciais, tarefas de cuidado e de reprodução da vida. Com relação às tarefas produtivas, vinte categorias contribuíram para a inércia do eixo: **Produtos processados - produção durante - mulher** (DtdPPpM); **Produtos processados - venda após - casal** (DtaVPpC); **Polpa - produção durante - casal** (DtdPPoC); **Polpa - entrega durante - homem** (DtdEPoH); **Polpa - produção após - casal (casal ou mulher)** (DtaPPoC); **Polpa - venda após - casal (casal ou mulher)** (DtaVPoC); **Mandioca - venda após - casal** (DtaVMC); **Pequenos animais - homem** (DtPanH); **Abóbora - entrega durante - Nunca produziram** (DtdEAbN); **Abóbora - produção durante - Nunca produziram**

(DtdPAbN); **Não possuem horta** (DtHoN); **Milho - entrega durante - Nunca produziram** (DtdEMiN); **Milho - produção durante - nunca produziram** (DtdPMiN); **Milho - produção após - Nunca produziram** (DtaPMiN); **Abóbora - produção após - Nunca produziram** (DtaPAbN); **Abóbora - venda após - nunca produziram** (DtaVAbN); **Hortifrutigranjeiros - entrega durante - nunca produziram** (DtdEHN); **Hortifrutigranjeiros - venda após - nunca produziram** (DtaVHN); **Não utilizam lenha** (DtLeN).

A categoria **Produtos processados - produção durante - mulher** (DtdPPpM) indica que, durante o acesso ao programa, a pessoa da família responsável por produzir produtos processados era a mulher. Importante esclarecer que produtos processados foi uma categoria criada por mim para organizar produtos que passaram por algum tipo de processamento, que foram elencados pelas famílias e que se repetiram poucas vezes, como mel, biscoitos, roscas, pães, tapioca, polvilho e tempero caseiro. Também relacionada a esse tipo de produto, é a categoria **Produtos processados - venda após - casal** (DtaVPpC). Ela indica que, após o término do acesso ao programa, o responsável pela venda dos produtos processados era o casal. Em síntese, é possível perceber que a família manteve a produção de produtos processados mesmo com o término do acesso ao programa e que o responsável pela produção durante o acesso é distinto do responsável pela comercialização dos produtos após o fim do acesso. Ou seja, apesar de haver manutenção na atividade produtiva, há alteração na responsabilidade pelas tarefas: a tendência é de as mulheres produzirem enquanto que a comercialização tende a ser realizada pelo casal.

Categorias relativas à produção de polpa de frutas também apresentam contribuição: **Polpa - produção durante - casal** (DtdPPoC) e **Polpa - entrega durante - homem** (DtdEPoH). A DtdPPoC indica que, durante o programa, o casal era o responsável pela produção de polpa de frutas e DtdEPoH indica que o responsável pelas entregas das polpas nos órgãos beneficiários, era o homem adulto da família. Ou seja, quanto mais à direita, maior é a tendência de os casais atuarem na produção enquanto que apenas os homens atuam nas entregas.

Com relação à produção de polpa no período após os programas, duas categorias contribuem: **Polpa - produção após - casal (casal ou mulher)** (DtaPPoC) e **Polpa - venda após - casal (casal ou mulher)** (DtaVPoC). A DtaPPoC indica que a pessoa responsável pela produção das polpas ou era o casal da família ou apenas a mulher adulta da família. Esses membros também são indicados pela categoria DtaVPoC como

responsáveis pela comercialização das polpas durante o período após a finalização do acesso aos programas. Ou seja, ao contrário do que ocorre durante o acesso ao programa, após o período de acesso a tendência é que o casal atue nos dois momentos da cadeia produtiva, tanto na produção quanto na comercialização. Em síntese, é possível notar que, durante o acesso aos programas, quem produzia a polpa era o casal e quem fazia a entrega era apenas o homem e que, após o período de acesso, não houve alteração entre responsável pela produção e pela comercialização: o protagonismo das mulheres ou dos casais se manteve nos dois momentos da cadeia produtiva – produção e comercialização. Ou seja, quanto mais à direita, maior é a tendência de que haja diferença entre os dois períodos de tempo, durante e após o acesso.

A categoria **Mandioca - venda após - casal** (DtaVMC) indica que, após o período de acesso aos programas, a responsabilidade pela comercialização da mandioca era do casal. E a categoria **Pequenos animais - homem** (DtPanH) indica que, independente da relação com os programas, o homem adulto é o membro da família responsável pelo cuidado com os pequenos animais, sendo eles galináceos ou suínos. Por cuidado, entende-se alimentar, medicar, e abater, além de realizar a higiene e manutenção do espaço destinado a eles.

Até aqui é possível notar que os dados apresentam uma estrutura produtiva e de relação com os mercados que evidenciam marcas de gênero em sua distribuição. Ao observar a relação das famílias com as polpas de frutas, isso fica mais claro: enquanto a produção das polpas é realizada de maneira compartilhada pelos casais durante o acesso aos programas, a sua entrega aos órgãos beneficiários é realizada apenas pelos homens. Ou seja, durante o acesso aos programas, o trabalho é compartilhado apenas quando realizado dentro da estrutura doméstica e se torna responsabilidade apenas masculina quando deve ser exercida fora da propriedade rural. Para o período após o acesso aos programas, a situação é modificada: tanto a produção quanto a comercialização são realizadas ou de maneira compartilhada pelos casais, em algumas famílias, ou apenas pelas mulheres, em outras famílias. Ou seja, a relação de algumas famílias com as polpas de frutas deixa de ser um trabalho compartilhado entre os casais e passa a ser apenas feminino, ou seja, com marcas de gênero. Pode-se dizer, então que o acesso ao programa reforçou a estrutura de manter as mulheres dentro do espaço doméstico, enquanto os homens permaneceram ocupando os espaços públicos, fora da propriedade.

A relação com os produtos processados aparenta ser semelhante: a produção desses produtos durante o acesso aos programas é de responsabilidade apenas feminina,

enquanto que a sua comercialização após o programa se torna compartilhada entre os casais. Ou seja, enquanto as tarefas são realizadas no interior do espaço doméstico, ela é uma tarefa apenas feminina, mas quando as responsabilidades precisam ser exercidas em contato com os clientes – negociação direta e tarefas financeiras, fora do espaço doméstico – a responsabilidade passa a ser compartilhada entre homens e mulheres.

Ambas as análises demonstram outra situação: a depender do acesso aos programas, a relação das famílias com os produtos se altera. Ou seja, a tendência é de que, quando estão acessando o programa, a distribuição de tarefas em relação aos produtos é uma, e, quando finalizam o acesso, a distribuição de tarefas é outra.

Algumas categorias que contribuem para a inércia no lado mais à direita do eixo indicam a não vinculação das famílias com a produção de determinados produtos, são eles: **Abóbora - entrega durante - Nunca produziram** (DtdEAbN); **Abóbora - produção - Nunca produziram** (DtdPAbN); **Abóbora - produção após - Nunca produziram** (DtaPAbN); **Abóbora - venda após - nunca produziram** (DtaVAbN); **Não possuem horta** (DtHoN); **Milho - entrega durante - Nunca produziram** (DtdEMiN); **Milho - produção durante - nunca produziram** (DtdPMiN); **Milho - produção após - Nunca produziram** (DtaPMiN); **Hortifrutigranjeiros - entrega durante - nunca produziram** (DtdEHN); **Hortifrutigranjeiros - venda após - nunca produziram** (DtaVHN); **Não utilizam lenha** (DtLeN).

No que diz respeito às categorias provenientes das informações do produto abóbora, temos a indicação da ausência de relação com o produto nas quatro situações investigadas: produção (DtdPAbN) e entrega (DtdEAbN) durante o acesso aos programas e produção (DtaPAbN) e venda (DtaVAbN) após o acesso aos programas. Situação semelhante é indicada pelas categorias relativas ao produto milho: as famílias indicaram a não vinculação com esse produto nos questionamentos relativos à produção (DtdPMiN) e entrega (DtdEMiN) durante o acesso aos programas e à produção (DtaPMiN) após o período de acesso. No que diz respeito aos hortifrutigranjeiros, as categorias que contribuem para o lado direito do eixo indicam que as famílias nunca produziram esse tipo de produto quando questionadas sobre a produção durante o acesso aos programas (DtdEHN) e à venda após o acesso aos programas (DtaVHN). São enquadrados como produtos hortifrutigranjeiros uma diversidade de produtos agropecuários que foram citados por um número pequeno de famílias. De maneira idêntica à forma como foram citados pelas famílias, os produtos são: carne, ovos, amendoim, gergelim, feijão, rúcula, hortaliças, folhagem, batata doce e inhame. Mais à direita do eixo 1 também se encontra

a categoria que indica que não há relação da família com a produção em horta (DtHoN) e que a família também não utiliza de lenha na rotina familiar e produtiva da propriedade rural (DtLeN). Relembrando, para as famílias envolvidas nessa pesquisa, horta é a produção de hortaliças (como alface, cheiro verde e afins) em larga escala e para comercialização. A produção de hortaliças para o consumo familiar é denominada como canteiro. Em síntese, é possível identificar que, quanto mais à direita do eixo 1, maior a não relação das famílias com alguns itens comuns da região estudada, como abóbora, milho, hortifrutigranjeiros e horta, além de não utilizarem lenha em seus preparos alimentícios ou produtivos.

Ainda referente às categorias que indicam a divisão sexual do trabalho familiar, estão as tarefas de cuidados e de reprodução da vida: **Limpeza da casa - mulher adulta e mulher jovem** (DtLcMMJ); **Limpeza da cozinha - mulher adulta e mulher jovem** (DtLcoMMJ); **Limpeza da casa - mulher jovem** (DtLcMJ); **Limpeza da cozinha - mulher jovem** (DtLcoMJ); **Roupa - mulher adulta e mulher jovem** (DtRMMJ). A DtLcMMJ indica que os membros das famílias responsáveis pela manutenção da limpeza da casa são as mulheres adultas e jovens das famílias. A DtLcMJ também é relativa à responsabilidade sobre a limpeza da casa, mas essa, em específico, indica que a responsabilidade dessa tarefa é da mulher jovem da família. Situação semelhante acontece com DtLcoMMJ e DtLcoMJ, que indicam que a limpeza da cozinha também está sob responsabilidade das mulheres da família. A primeira, refere-se à responsabilidade de mulheres adultas e jovens, e a relativa ao código DtLcoMJ refere-se apenas à responsabilidade da mulher jovem da família. A categoria DtRMMJ indica que o cuidado com as roupas dos membros da família também é de responsabilidade das mulheres adultas e jovens. Aqui, considera-se que cuidado com as roupas é o ato de separar, lavar, estender, recolher, dobrar e guardar as roupas. Essas categorias, em síntese, indicam que tarefas consideradas como trabalho de cuidados e de reprodução da vida, no caso a limpeza da casa, da cozinha e o cuidado com as roupas, executadas pelas mulheres adultas ou jovens, tendem a caracterizar as famílias desse lado do eixo. Ou seja, maior é a tendência de as tarefas domésticas serem responsabilidade das mulheres das famílias.

Outro grupo de tarefas que também tende a caracterizar as famílias desse lado do eixo é o de tarefas administrativas e comerciais: **Organização das notas fiscais - filha ou filho** (DtONFFF); **Organização dos contratos - filha ou filho** (DtOrCFF); **Venda na feira - casal** (DtVFC). A DtONFFF indica que, durante o acesso aos programas, a organização das notas fiscais de entrega dos produtos à prefeitura era realizada pelos

jovens da casa, ou a filha ou o filho do casal. Eles também são os membros responsáveis em DtOrCFF. Nesse caso, trata-se da organização dos documentos contratuais estabelecidos entre as famílias e a prefeitura para a consolidação do acesso aos programas. Já em DtVFC, identifica-se que o ato de comercializar os produtos nas feiras municipais de Wanderlândia ou de Araguaína é realizado pelo casal da família, ou seja, pelo homem e pela mulher adulta. Em resumo, as categorias analisadas indicam que os jovens tendem a se responsabilizarem pelas tarefas burocráticas e documentais de organização administrativa, enquanto que a tarefa comercial de negociação direta com os clientes tende a ser realizada pelos casais, ou seja, pelos membros adultos e em conjunto. Isto é, maior é a tendência dos jovens se responsabilizarem por tarefas administrativas enquanto que os adultos se responsabilizam por tarefas comerciais.

Categorias relativas à realização da divisão do trabalho em si também contribuíram com o lado direito do eixo 1: **Aprenderam a dividir as tarefas com o dia a dia** (DtAprDD); **Alteração na divisão do trabalho ao longo do tempo** (DtAIS); **Presença dos filhos - alteração na divisão do trabalho** (DtAlPF); **Problemas de saúde - alteração na divisão do trabalho** (DtAlPS). A DtAprDD indica que a família aprendeu como as tarefas deveriam ser divididas entre os membros da família no dia a dia, ou seja, na realização cotidiana de todas as tarefas necessárias para a manutenção da rotina familiar foi como encontraram o melhor membro para realizá-la. A DtAIS indica que, em algum momento da trajetória de vida familiar, as formas como eles dividem as tarefas – tanto produtivas, quanto de cuidados ou administrativas e comerciais – já foi distinta do que é atualmente. Os dados indicam que são dois motivos que ocasionaram essa alteração na forma de divisão do trabalho: presença dos filhos (DtAlPF) e problemas de saúde na família (DtAlPS). Concisamente, tem-se que as famílias aprenderam, ao longo do tempo, a dividir as tarefas no dia a dia, ou seja, no cotidiano familiar, mas que a divisão do trabalho nem sempre foi a mesma que é atualmente. Essa alteração se deve, no caso dessas categorias, a problemas de saúde na família e à presença ou ausência dos filhos no cotidiano familiar. Isto é, quanto mais à direita, maior é a tendência de as famílias terem mudado suas práticas familiares de divisão do trabalho devido a problemas de saúde ou da movimentação dos filhos na propriedade rural.

Esse é o quadrante composto pelas famílias que residem em diversos povoados do município de Wanderlândia e que possuem propriedades rurais de tamanhos que variam entre dez e quinze alqueires. Esse é o lado da mudança na tomada de posição sobre o programa, sendo que, em relação ao PAA, a divisão do trabalho contribui para o

posicionamento do eixo, enquanto que para o PNAE, a renda foi o que contribuiu para o posicionamento. Esse quadrante também pode ser interpretado como a não relação das famílias com alguns itens comuns de serem encontrados na região, como abóbora, milho, hortifrutigranjeiros e produção comercial de horta. Também pode ser interpretado como o da manutenção do protagonismo feminino e dos casais na produção de polpa durante e após o término da relação com os programas, mas que elas só atuam sozinhas quando as tarefas são realizadas internamente ao espaço doméstico, enquanto que as tarefas são compartilhadas com os homens nas tarefas comerciais, realizadas nos espaços públicos, externos às propriedades rurais. O protagonismo também é feminino nas tarefas de cuidados e de reprodução da vida, que são executadas tanto pelas mulheres adultas, quanto pelas jovens. Esse quadrante também indica o protagonismo juvenil nas atividades administrativas, enquanto que os adultos são protagonistas nas atividades comerciais que requerem negociação e contato direto com os clientes. Por fim, também pode ser interpretado como o das famílias que aprenderam a dividir as tarefas no dia a dia e que a alteração da divisão do trabalho foi ocasionada pela saída dos filhos da propriedade ou pelo surgimento de problemas de saúde na família.

7.1.3 Síntese do eixo 1

Após esse exercício descritivo dos lados do eixo 1, é possível analisá-lo como um eixo que distribui as famílias em termos de suas localizações geográficas. Ou seja, enquanto que no lado esquerdo estão as famílias que se localizam na Serra de São Felix, mais à direita estão as famílias que residem em distintos povoados. Apesar de haver essa dualidade, as famílias de ambos os lados adquiriram suas propriedades sem ser via reforma agrária, ou seja, via Programa Nacional de Crédito Fundiário, herança ou contratos de compra e venda.

Esse também é o eixo que trata de produtos comuns na região de Wanderlândia, como abóbora, milho, melancia e hortifrutigranjeiros, tanto no que diz respeito à relação das famílias com esses produtos, quanto na ausência dessa relação. Enquanto do lado esquerdo as famílias produzem milho, abóbora, hortifrutigranjeiros e melancia, do lado direito a relação das famílias não é com esses produtos, e sim com a polpa de frutas e com os produtos processados. Nota-se o envolvimento das famílias com produtos in natura, do lado esquerdo, enquanto que, do lado direito, o envolvimento das famílias é com produtos que passaram por algum tipo de processamento. Enquanto do lado esquerdo as

famílias só mantêm a produção com a abóbora e com o milho após os programas, do lado direito essa relação é mantida com os mesmos produtos que sempre produziram. Ou seja, do lado esquerdo há alteração dos produtos quando param de acessar os programas, enquanto que do lado direito, essa alteração não ocorre.

Esse eixo também indica que as famílias aprenderam a dividir as tarefas tanto no dia a dia, quanto com eventos de formação política e que, nos casos em que essa divisão precisou ser alterada ao longo do tempo, isso ocorreu devido a problemas de saúde na família ou devido à saída dos filhos da propriedade rural. As categorias passivas, ou seja, que não contribuem para a inércia do eixo, mas que reforçam os indicativos de contribuição das categorias ativas, indicam um reforço específico em relação à essa alteração da divisão sexual do trabalho. A lacuna existente entre a **Continuam entregando os produtos** (DtAPeN) e a **Precisam ir à rua com frequência** (DtAPeAU) é a mais significativa. Essas categorias reforçam o argumento da necessidade de alteração da divisão do trabalho familiar e indica onde se encontra o principal efeito dessa alteração: a necessidade constante de se deslocar até a área urbana do município.

Esse também é um eixo que se dedica a esclarecer pontos de intersecção das famílias com o PAA e com o PNAE, indicando investimentos que não foram realizados pelas famílias durante o período de acesso a eles e o grau de satisfação das mesmas com ambos os programas. Ou seja, enquanto, do lado esquerdo, as famílias não realizaram investimentos em obras e veículos durante e após o acesso aos programas, do lado direito as famílias realizaram investimentos em obras durante o acesso aos programas e ainda não finalizaram o acesso a um desses programas. As categorias passivas também apresentam reforço a esse argumento: existem lacunas significativas entre a categoria **Após - máquinas e equipamentos - Continuam o acesso** (RpApMENS) e a **Não fizeram aquisição de máquinas e equipamentos - após** (RpApMEN) e entre as categorias **Após - poupança - continuam o acesso** (RpApPNS) e a **Não fizeram poupança após o programa** (RpApPN) que reforçam a afirmação de que as famílias não realizaram qualquer tipo de investimentos após encerrarem suas relações com os programas. A lacuna existente entre as categorias passivas **Não recebe PAA** (RePAAN) e **Recebe PAA** (RePAAS) também é significativa e reforça o argumento de que as famílias localizadas nesse eixo mantiveram relação com o PAA.

Relativamente, esse é um eixo que indica que não há controle financeiro de entradas e saídas da renda familiar, que os jovens se dedicam às tarefas administrativas, as mulheres às tarefas de cuidados e reprodução da vida e que os homens se

responsabilizam pelas tarefas comerciais e de entrega da produção nos órgãos beneficiários dos programas. As categorias passivas também indicam uma lacuna significativa para reforçar esse argumento entre as categorias: **Entrega de produtos na prefeitura - casal e mulher jovem (DtEpCMJ)** e **Entrega de produtos na prefeitura - homem (DtEpH)**. Dessa forma, esse eixo evidencia uma estrutura que hierarquiza e distingue os responsáveis por determinadas tarefas por meio das marcas de gênero e geração. Como foi dito anteriormente, independente do lado do eixo, as mulheres são principalmente alocadas em tarefas produtivas internas às propriedades rurais, enquanto que os homens estão principalmente alocados nas tarefas comerciais, externas às propriedades rurais. A marca geracional aparece quando as famílias realizam procedimentos administrativos de organização de contratos ou notas fiscais: não são os adultos que se responsabilizam por essas tarefas, mas sim os membros jovens das famílias.

As entrevistas semidiretivas realizadas com as famílias, especificamente com as mulheres, contribui para elucidar ainda mais as discrepâncias existentes entre os lados desse eixo. Como exemplo, uma das entrevistas realizada com a F26 (posicionada no lado esquerdo desse eixo), apesar da explicação que ela ocorreria apenas com a mulher, isso não foi possível de ocorrer¹⁸. Na presença masculina, a tendência foi de a mulher responder cada vez menos e o homem cada vez mais. Nos relatos dessa família, o trabalho de produção e de comercialização sempre era tratado como algo do homem, tanto a venda na feira, no comércio ou na prefeitura (ENTREVISTA 13, 2021), demonstrando apenas o protagonismo masculino nas ações realizadas nos espaços públicos. Em comparação, a entrevista com a F4 ocorreu apenas com a mulher e sua filha adolescente. O marido estava próximo, mas, quando explicado que o objetivo da entrevista seria de entrevistar apenas as mulheres, ele avisou que estaria na casa de farinha, caso a esposa precisasse de algo. Nessa entrevista, os relatos relativos à produção e à comercialização sempre eram apresentados como coletivos entre os membros da família: “a gente vendia na feira (...); a gente vendia pra agricultura familiar (...), a gente plantava né” (ENTREVISTA 9, 2021), representando o compartilhamento das tarefas também no espaço privado. É possível

¹⁸ A entrevista começou apenas com nós duas, na varanda da casa da família, pois o homem estava “na lida”. Quando ele chegou na casa, expliquei o motivo do meu retorno e o objetivo de a entrevista ser realizada apenas com ela. Para não gerar constrangimentos entre a família e receio por parte da mulher, continuei o diálogo privilegiando sempre ela nas minhas perguntas, mas nem sempre foi possível impedir que ele respondesse e tomasse frente às respostas.

perceber, nessa descrição, a dualidade existente entre as famílias no que diz respeito às marcas de gênero existentes na unidade produtiva familiar.

Concluindo, esse é um eixo em que se expõe a divisão sexual do trabalho em diferentes momentos do acesso ao programa e em diferentes momentos da cadeia produtiva dos produtos elencados. É também um eixo que indica uma divisão geracional do trabalho, colocando os jovens nas tarefas domésticas e administrativas e os adultos nas tarefas comerciais e produtivas. Enfim, esse é o eixo que pode ser denominado como da **divisão sexual e geracional do trabalho ao longo da cadeia produtiva e da cronologia de acesso aos programas**.

7.2 O eixo do protagonismo masculino versus o protagonismo feminino e o compartilhamento das responsabilidades

No eixo 2 (vertical no plano fatorial), estão localizadas 137 categorias ativas que contribuíram acima da média para o espaço social. Dessas, 71 categorias que contribuem com a sua inércia estão posicionadas acima do plano e representam 51,82% de categorias desse eixo. O quadro seguinte apresenta, de forma decrescente da taxa de contribuição, quais são essas categorias:

Quadro 50 – Categorias ativas do lado de cima do eixo 2

continua

Código	Contribuição	Localização	Nome da categoria
DtONFH	1,76	1,197	Organização das notas fiscais - homem
IsSH	1,59	1,208	Homem participa de sindicato
DtOrCH	1,58	1,076	Organização dos contratos - homem
ReRIH	1,55	1,068	homem possui informação sobre renda
CpCoPpS	1,47	1,896	Coco - permanece produção - pós
CsOMN	1,39	1,430	Não há mulher na família
DtdPCoH	1,15	1,299	Coco - produção durante - homem
RpnSTapI	1,09	2,828	Insatisfeito com a divisão do trabalho após o PNAE
DtPAIH	1,06	0,929	Alimentação - homem
DtdPPoH	1,02	1,938	Polpa - produção durante - homem
DtCoH	1,00	0,902	Compras - homem
DtRVH	0,96	0,566	Recebimento pelas vendas - homem
RpnSRaI	0,94	1,517	Insatisfeitos com a renda antes do PNAE
DtCdrH	0,92	0,920	Controle de despesas e receitas - homem
RpnTaC	0,92	1,299	Acessou o PNAE por até cinco anos
CpTdH	0,91	0,538	O homem é o titular da DAP

Quadro 51 – Categorias ativas do lado de cima do eixo 2

continua

RpnSRdMS	0,90	1,288	Muito satisfeitos com a renda durante o PNAE
DtLcH	0,90	1,050	Limpeza da casa - homem
DtLcoH	0,90	1,050	Limpeza da cozinha - homem
DtdEAbH	0,79	0,727	Abóbora - entrega durante - homem
ReCPPH	0,78	1,199	Pós-programa: controle financeiro feito pelo homem
CpAlPpN	0,76	1,667	Alface - continuam o acesso aos programas
DtTrH	0,74	0,951	Relato de trabalho remunerado - homem
CpTpC	0,70	0,719	O tamanho da propriedade é até cinco alqueires
DtaVAbH	0,70	0,858	Abóbora - venda após - homem
DtdEMiH	0,70	0,718	Milho - entrega durante - homem
DtaPMH	0,69	1,008	Mandioca - produção após - homem
DtdPMOR	0,68	0,744	Mandioca - produção durante - outra resposta (homem ou mulher)
IsIgH	0,67	0,991	Homem participa de igreja
ReFOS	0,67	1,278	Renda - Vendem na feira de outra cidade
DtRO	0,61	1,059	Roupa - Outra resposta (outras pessoas ou todos da casa)
DtdEHH	0,60	0,580	Hortifrutigranjeiros - entrega durante - homem
DtdPAIH	0,58	1,454	Alface - produção durante - homem
RpnSRapMI	0,52	1,132	Muito insatisfeitos com a renda após o PNAE
DtdEMeH	0,52	0,980	Melancia - entrega durante - homem
CpFaPpS	0,51	0,794	Farinha - permanece produção - pós
DtaVFaH	0,51	0,794	Farinha - venda após o programa - homem
DtLcoO	0,51	1,366	Limpeza da cozinha - outra pessoa (pessoa externa e mulher adulta e homem jovem)
CsLSSF	0,51	0,610	Localização - Serra de São Felix
DtCVpaH	0,50	0,512	Compra e venda de pequenos animais - homem
RpnSRaNS	0,49	1,344	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a renda antes do PNAE
DtdEMOR	0,49	0,631	Mandioca - entrega durante - outra resposta (homem ou mulher)
DtHoH	0,48	0,763	Horta - homem
DtAprM	0,46	0,821	Aprenderam a dividir as tarefas com a mãe
DtPoH	0,44	0,425	Pomar - homem
DtRH	0,43	1,257	Roupa - homem
CpOtCF	0,43	0,884	Origem da terra: crédito fundiário
RpaSTapNA	0,42	1,013	Satisfação - trabalho após - Não acessou o PAA
RpnSRapNA	0,42	1,013	Satisfação - renda após - Não acessou o PNAE
IsASH	0,41	0,657	Homem participa de associação
DtCiH	0,41	0,399	Compra de insumos - homem
DtRLH	0,41	0,363	Roça e lavoura - homem
RePNAES	0,41	0,774	Renda - Recebe PNAE
RpApOCNS	0,41	0,774	Após - obra - Continuam o acesso
RpApVNS	0,41	0,774	Após - veículo - Continuam o acesso
DtdPMiH	0,39	0,641	Milho - produção durante - homem
DtdEFaH	0,39	0,758	Farinha - entrega durante - homem

Quadro 52 – Categorias ativas do lado de cima do eixo 2

			conclusão
CsLO	0,39	0,753	Localização - Outros povoados (Estrela, Floresta, Araçulândia, Correntino, Córrego Areia)
DtaVHH	0,38	0,745	Hortifrutigranjeiros - venda após - homem
DtaPFRH	0,37	1,164	Frango - produção após - homem
DtaVFRH	0,37	1,164	Frango - venda após o programa - homem
DtdAIOR	0,35	0,927	Alface - entrega durante - Outra resposta (homem + mulher)
ReCPPCA	0,34	0,709	Pós-programa: Continuam o acesso
CpPoPpN	0,34	0,788	Polpa - nunca produziram
CpTpMQ	0,33	0,551	O tamanho da propriedade é mais de quinze alqueires
ReDNR	0,33	0,899	destino da renda, não responde
DtdPPpOR	0,32	1,089	Produtos processados - produção durante - outra resposta (mãe mais homem)
RpaSTapI	0,31	1,070	Insatisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA
DtaVMOR	0,31	0,676	Mandioca - venda após o programa - outra resposta (homem ou mulher)
DtdEPoH	0,31	0,674	Polpa - entrega durante - homem
DtLcMHJ	0,26	0,791	Limpeza da casa - mulher adulta e homem jovem

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Já o lado de baixo do eixo é composto por 66 categorias ativas, que representam 48,17% das categorias que contribuem acima da média com a inércia do espaço social. Em ordem decrescente de contribuição para sua inércia, podem ser listadas as seguintes categorias:

Quadro 53 – Categorias ativas do lado de baixo do eixo 2

			continua
Categoria	Contribuição	Localização	Nome da categoria
CpTdM	1,33	-0,836	A mulher é a titular da DAP
CpOtRA	1,20	-0,793	Origem da terra: reforma agrária
IsASM	1,17	-1,464	Mulher participa de associação
DtOrCM	1,04	-0,872	Organização dos contratos - mulher
DtONFM	1,03	-0,763	Organização das notas fiscais - mulher
ReCPPM	0,86	-1,025	Pós-programa: controle financeiro feito pela mulher
ReRIT	0,80	-1,713	todos (jovens e adultos) possuem informação sobre renda
RpnSRapS	0,80	-0,624	Satisfeitos com a renda após o PNAE
DtRVM	0,77	-0,689	Recebimento pelas vendas - mulher
DtPAIC	0,76	-1,362	Alimentação - casal
CsLI	0,76	-0,786	Localização - Ipê Amarelo
DtdEFM	0,74	-1,349	Frutas - entrega durante - mulher
DtTrC	0,73	-1,634	Relato de trabalho remunerado - casal
DtaVHM	0,72	-1,150	Hortifrutigranjeiros - venda após - mulher

Quadro 54 – Categorias ativas do lado de baixo do eixo 2

continua

CpTtM	0,67	-0,702	A mulher é a titular da terra
DtLcC	0,64	-1,534	Limpeza da casa - casal
DtLcoC	0,64	-1,534	Limpeza da cozinha - casal
RpnSTdNS	0,63	-1,080	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho durante o PNAE
DtdPMiM	0,62	-1,506	Milho - produção durante - mulher
CpPoPpS	0,61	-1,054	Permanecem produzindo polpa
DtaPPoC	0,61	-1,054	Polpa - produção após - casal (casal ou mulher)
DtaVPoC	0,61	-1,054	Polpa - venda após - casal (casal ou mulher)
DtdEPoO	0,59	-1,477	Polpa - entrega durante - Outra resposta (casal ou mulher)
CpTpD	0,59	-0,521	O tamanho da propriedade é até dez alqueires
DtdEMiM	0,58	-1,188	Milho - entrega durante - mulher
DtdEHM	0,55	-1,163	Hortifrutigranjeiros - entrega durante - mulher
CsOMOe	0,48	-0,707	Mulher proveniente de outros estados
DtCdrC	0,46	-0,826	Controle de despesas e receitas - casal
CsOMT	0,45	-0,742	Mulher proveniente do Tocantins
DtdPC	0,44	-0,682	Mandioca - produção durante - casal
DtRLN	0,44	-0,567	Não possuem roça e lavoura
IsIgc	0,43	-0,591	Casal participa de igreja
RpApOCS	0,43	-0,668	Após - obra - Sim
DtaPFRc	0,42	-1,248	Frango - produção após - casal
DtaVFRc	0,42	-1,248	Frango - venda após o programa - casal
DtdEAbC	0,40	-0,991	Abóbora - entrega durante - casal
DtdEHC	0,40	-0,700	Hortifrutigranjeiros - entrega durante - casal (casal ou casal mais irmão)
DtdPPoM	0,40	-0,990	Polpa - produção durante - mulher
DtCVpaT	0,39	-0,980	Compra e venda de pequenos animais - todos da casa
DtAPrC	0,37	-0,829	Aprenderam a dividir as tarefas com a convivência
CpPPpS	0,36	-0,939	Produtos processados - permanecem produzindo - pós
RpApVS	0,35	-0,805	Após - veículo - Sim
CpSiDA	0,35	-1,133	Selo - não, dificuldade de acesso
DtaPMC	0,35	-0,712	Mandioca - produção após - casal
DtRVC	0,34	-0,597	Recebimento pelas vendas - casal
DtaVHC	0,33	-0,701	Hortifrutigranjeiros - venda após o programa - casal
DtLcoM	0,32	-0,321	Limpeza da cozinha - mulher
DtdPPpC	0,32	-1,083	Produtos processados - produção durante - casal
DtdPFM	0,31	-0,876	Frutas - produção durante - mulher
DtHoT	0,31	-1,060	Horta - todos da casa (adultos e jovens)
DtLcoT	0,31	-1,060	Limpeza da cozinha - todos da casa (adultos e jovens)
DtLcT	0,31	-1,060	Limpeza da casa - todos da casa (adultos e jovens)
DtPoT	0,30	-1,057	Pomar - todos da casa (adultos e jovens)
DtdEPoH	0,30	-1,478	Polpa - entrega durante - homem
DtdEFC	0,29	-0,734	Frutas - entrega durante - casal
DtLeO	0,28	-0,722	Obtenção de lenha: outra resposta (pessoa externa + homem jovem + todos da casa)

Quadro 55 – Categorias ativas do lado de baixo do eixo 2

			conclusão
DtCVpaM	0,28	-0,479	Compra e venda de pequenos animais - mulher
DtdPCoN	0,28	-0,245	Nunca produziram coco
DtdEMC	0,28	-0,537	Mandioca - entrega durante - casal
DtdPBC	0,27	-1,000	Banana - produção durante - casal
DtLcM	0,27	-0,301	Limpeza da casa - mulher
IsIgM	0,27	-0,626	Mulher participa de igreja
CsLC	0,26	-0,439	Localização - Costa Rica
DtdPFC	0,26	-0,459	Frutas - produção durante - casal
ReRIM	0,25	-0,513	mulher possui informação sobre renda
DtHoM	0,25	-0,374	Horta - mulher

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

7.2.1 O lado de cima do eixo 2

Como apresentado anteriormente, em relação ao primeiro lado do eixo 2, mais acima, encontra-se 51,82% do total de categorias que contribuíram acima da média nesse lado, ou seja, que entraram para análise desse lado do eixo. Posicionadas aqui, encontram-se as categorias que podem ser sistematizadas em características produtivas (prefixo Cp e 11,27% de categorias que contribuem para esse posicionamento), informações sobre a renda da família (prefixo Re e 8,45% das categorias que contribuem), sobre a divisão do trabalho familiar (prefixo Dt e 56,34% das categorias que contribuem), do relacionamento com o PNAE (prefixo Rpn e 9,86% das categorias que contribuem) e do relacionamento com o PAA (prefixo Rpa e 2,82% das categorias que contribuem), relacionamento com os programas de maneira geral (prefixo Rp e 2,82% das categorias que contribuem), características sociais (prefixo Cs e 4,23% das categorias que contribuem) e de inserção social das famílias (prefixo Is e 4,23% das categorias que contribuem).

Três categorias contribuem para a caracterização social das famílias. São elas: **Localização - Outros povoados (Estrela, Floresta, Araçulândia, Correntino, Córrego Areia)** (CsLO); **Localização - Serra de São Felix** (CsLSSF) e **Não há mulher na família** (CsOMN). A categoria CsLO indica que as famílias residem em diversos povoados distintos: Projeto de Assentamento Estrela, Povoado Floresta, Povoado Araçulândia, Povoado Correntino e Povoado Córrego Areia. A categoria CsLSSF indica que as famílias possuem suas propriedades rurais na região denominada Serra de São Felix. E a categoria CsOMN indica que, quando questionados sobre a origem da mulher

adulta da família, os respondentes informaram que não há mulher adulta na família e que os homens atualmente se encontram solteiros. Em síntese, quanto mais acima do eixo 2, mais as famílias tendem a ser compostas por homens solteiros e residentes da Serra de São Felix ou de distintos povoados rurais.

As categorias que representam a inserção social das famílias também possibilitam a compreensão das características gerais dessas famílias: **Homem participa de associação** (IsASH); **Homem participa de igreja** (IsIgH) e **Homem participa de sindicato** (IsSH). Todas essas categorias indicam que a pessoa da família que se envolve e frequenta uma associação (IsASH), o sindicato de trabalhadores rurais (IsSH) e a igreja, seja ela evangélica ou católica (IsIgH), é o homem adulto da família. Em síntese, essas categorias indicam que há contribuição da participação em igreja, associação e sindicato e que o membro da família que os frequenta, é o homem. Ou seja, quanto mais acima do eixo 2, mais tende a ser os homens que participam desses grupos sociais, políticos e religiosos.

No que diz respeito às características financeiras das famílias, seis categorias apresentam informações sobre a renda familiar. São elas: **Pós-programa: continuam o acesso** (ReCPPCA); **Pós-programa: controle financeiro feito pelo homem** (ReCPPH); **Renda - vendem na feira de outra cidade** (ReFOS); **Renda - Recebe PNAE** (RePNAES); **Destino da renda, não responde** (ReDNR) e **Homem possui informação sobre renda** (ReRIH). A ReCPPCA indica que ao serem questionados se realizam algum tipo de controle financeiro no período após o término do acesso a algum dos programas, a família responde que ainda vivencia o período de acesso. Já ReCPPH indica que esse controle financeiro realizado após os programas era realizado pelo homem adulto da família. Duas categorias relativas à composição da renda familiar contribuem para a análise: a comercialização em feiras na cidade de Araguaína (ReFOS) e a comercialização via PNAE (RePNAES). A ReDNR indica que, ao serem questionados sobre como utilizam o dinheiro que a família recebe, a família opta por não responder a essa questão. A ReRIH indica que o membro da família responsável por saber todas as informações sobre a renda familiar é o homem adulto. Em síntese, quanto mais acima do eixo 2, mais o controle financeiro tende a ser uma responsabilidade masculina e mais as famílias tendem a comercializar sua produção nas feiras de outro município ou mantendo suas relações com o PNAE.

Outro grupo de categorias que apresenta contribuição é o que simboliza as características produtivas das famílias: **Alface - continuam o acesso aos programas**

(CpAlPpN); **Coco - permanece produção - pós** (CpCoPpS); **Farinha - permanece produção - pós** (CpFaPpS); **Polpa - nunca produziram** (CpPoPpN); **Origem da terra: crédito fundiário** (CpOtCF); **O homem é o titular da DAP** (CpTdH); **O tamanho da propriedade é até cinco alqueires** (CpTpC); **O tamanho da propriedade é mais de quinze alqueires** (CpTpMQ).

Quatro dessas categorias indicam a relação das famílias com determinados produtos, independente da responsabilidade por sua produção. A CpAlPpN indica que a família permanece produzindo alface e permanece no acesso a algum dos programas. Esse grupo de categorias também indica que as famílias, mesmo tendo finalizado o acesso aos programas, permaneceu produzindo coco (CpCoPpS) e farinha (CpFaPpS). Já CpPoPpN indica que, independente do período de acesso aos programas, a família nunca produziu polpa de frutas. Em síntese, as famílias tendem a permanecer produzindo farinha e coco com o término do programa e tendem a continuar o acesso aos programas na produção de alface. Indicam também a tendência de não produzirem polpa de frutas para entrega aos programas.

Quatro dessas categorias apresentam informações que caracterizam as famílias. A CpOtCF indica que a propriedade rural foi adquirida a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e a CpTdH indica que a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é de titularidade do homem adulto da família. Esse conjunto de categorias também indica que as propriedades rurais das famílias possuem ou até cinco alqueires (CpTpC) ou mais de quinze alqueires (CpTpMQ). Em síntese, quanto mais acima do eixo 2, mais as famílias tendem a possuir propriedades muito pequenas ou muitos grandes, a inserirem os homens adultos da família como titulares da DAP e possuírem as propriedades por meio do PNCF.

Onze categorias estão relacionadas à relação das famílias com os programas. Duas dizem respeito ao acesso ao PAA: **Insatisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA** (RpaSTapI) e **Satisfação - trabalho após - Não acessou o PAA** (RpaSTapNA). Sete categorias dizem respeito ao acesso ao PNAE: **Satisfação - renda após - Não acessou o PNAE** (RpnSRapNA); **Insatisfeitos com a renda antes do PNAE** (RpnSRaI); **Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a renda antes do PNAE** (RpnSRaNS); **Muito satisfeitos com a renda durante o PNAE** (RpnSRdMS); **Muito insatisfeitos com a renda após o PNAE** (RpnSRapMI); **Insatisfeitos com a divisão do trabalho após o PNAE** (RpnSTapI); **Acessou o PNAE por até cinco anos** (RpnTaC). Duas categorias indicam a relação com os programas, independente de qual ele seja: **Após - obra -**

Continuam o acesso (RpApOCNS) e **Após - veículo - Continuam o acesso** (RpApVNS).

As categorias que tratam da relação das famílias com algum dos programas, independente de qual seja, indicam a continuidade no acesso a algum dos programas. Essas categorias dão essa informação quando as famílias são questionadas se conseguiram realizar alguma obra ou construção na propriedade rural (RpApOCNS) ou se conseguiram adquirir ou trocar de veículo após o término do período de acesso aos programas. Em síntese, essas categorias indicam que, quanto mais acima do eixo 2, mais as famílias tendem a ainda acessarem um dos programas.

Em relação ao acesso ao PAA, as categorias indicam a insatisfação com a divisão familiar do trabalho no período após o término de acesso a esse programa (RpaSTapI). Já RpaSTapNA indica que, ao serem questionados sobre a avaliação que faziam da divisão do trabalho após o término de acesso ao PAA, a família afirma que não acessou a esse programa, apenas ao PNAE. Em síntese, essas categorias indicam que, quanto mais acima do eixo 2, mais as famílias tendem a não terem acessado o PAA e, quando o fizeram, avaliaram negativamente a forma como a divisão do trabalho entre os membros da família se deu após o término do acesso ao programa.

Com relação ao PNAE, RpnSRapNA indica que as famílias não acessaram esse programa quando questionadas sobre a avaliação que os membros faziam da renda familiar após o seu acesso. A RpnSRaI indica a insatisfação da renda familiar no período anterior ao início do acesso ao programa. A RpnSRaNS indica que, nessa mesma avaliação, a opinião era de não estarem nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a renda no período anterior ao seu acesso. Já RpnSRdMS indica que as famílias avaliaram estarem muito satisfeitas com a renda familiar durante o período de acesso ao PNAE. E a RpnSRapMI indica que as famílias estão muito insatisfeitas com a renda familiar no período após o término do acesso a esse programa. Em relação à opinião familiar sobre a divisão do trabalho entre os membros da família, a RpnSRapNA indica que estavam insatisfeitos no período após o término de acesso ao programa. A RpnTaC indica que as famílias acessaram o PNAE por um período de três a cinco anos. Em síntese, essas categorias indicam a contribuição de famílias que não acessaram o PNAE, mas que, quando o acessaram, o fizeram por até cinco anos. Nesses casos, as famílias avaliaram positivamente a renda familiar apenas durante o período de acesso ao programa e negativamente nos períodos que antecederam e sucederam ao acesso. Esse grupo de categorias também indica a insatisfação com a divisão do trabalho entre os membros da

família no período posterior ao término do acesso. Ou seja, esse grupo de categorias indica que as famílias tendem a não terem acessado o programa ou o terem feito por até cinco anos e que, nesse caso, tendem a avaliarem positivamente a renda familiar apenas durante o período que o acessaram.

O grupo de categorias mais presente na configuração da parte de cima do eixo 2 são as que sinalizam a Divisão Sexual do Trabalho familiar (prefixo Dt). São elas: **Frango – produção após – homem** (DtaPFRh); **Mandioca - produção após – homem** (DtaPMH); **Aprenderam a dividir as tarefas com a mãe** (DtAprM); **Abóbora - venda após – homem** (DtaVAbH); **Farinha - venda após o programa – homem** (DtaVFaH); **Frango - venda após o programa – homem** (DtaVFRh); **Hortifrutigranjeiros - venda após – homem** (DtaVHH); **Mandioca - venda após o programa - outra resposta (homem ou mulher)** (DtaVMOR); **Controle de despesas e receitas – homem** (DtCdrH); **Compra de insumos – homem** (DtCiH); **Compras – homem** (DtCoH); **Compra e venda de pequenos animais – homem** (DtCVpaH); **Alface - entrega durante - Outra resposta (homem + mulher)** (DtdAlOR); **Abóbora - entrega durante – homem** (DtdEAbH); **Farinha - entrega durante – homem** (DtdEFaH); **Hortifrutigranjeiros - entrega durante – homem** (DtdEHH); **Melancia - entrega durante – homem** (DtdEMeH); **Milho - entrega durante – homem** (DtdEMiH); **Mandioca - entrega durante - outra resposta (homem ou mulher)** (DtdEMOR); **Polpa - entrega durante – homem** (DtdEPoH); **Alface - produção durante – homem** (DtdPAIH); **Coco - produção durante - homem** (DtdPCoH); **Milho - produção durante - homem** (DtdPMiH); **Mandioca - produção durante - outra resposta (homem ou mulher)** (DtdPMOR); **Polpa - produção durante - homem** (DtdPPoH); **Produtos processados - produção durante - outra resposta (mãe mais homem)** (DtdPPPOR); **Horta – homem** (DtHoH); **Limpeza da casa – homem** (DtLcH); **Limpeza da casa - mulher adulta e homem jovem** (DtLcMHJ); **Limpeza da cozinha – homem** (DtLcoH); **Limpeza da cozinha - outra pessoa (pessoa externa e mulher adulta e homem jovem)** (DtLcoO); **Organização das notas fiscais – homem** (DtONFH); **Organização dos contratos – homem** (DtOrCH); **Alimentação – homem** (DtPAIH); **Pomar – homem** (DtPoH); **Roupa – homem** (DtRH); **Roça e lavoura – homem** (DtRLH); **Roupa - Outra resposta (outras pessoas ou todos da casa)** (DtRO); **Recebimento pelas vendas – homem** (DtRVH); **Relato de trabalho remunerado – homem** (DtTrH).

Desse grupo de categorias, seis dizem respeito à produção de determinados produtos durante o período de acesso aos programas. As categorias **Alface – produção durante – homem** (DtdPCoH), **Milho - produção durante - homem** (DtdPMiH) e **Polpa - produção durante - homem** (DtdPPoH) indicam que a responsabilidade pelas atividades relativas à produção de alface (DtdPCoH), de milho (DtdPMiH) e de polpa de frutas (DtdPPoH) era do homem adulto das famílias. Já as **Mandioca - produção durante - outra resposta (homem ou mulher)** (DtdPMOR) e **Produtos processados - produção durante - outra resposta (mãe mais homem)** (DtdPPpOR) indicam que a produção de mandioca (DtdPMOR) era de responsabilidade do homem adulto ou da mulher adulta das famílias e que a produção de produtos processados (DtdPMOR) durante o acesso aos programas era de responsabilidade do homem adulto da família e da mãe desse homem adulto. Em síntese, é possível perceber a contribuição da produção de alface, milho, polpa, mandioca e de produtos processados durante o período de acesso aos programas e que a responsabilidade por essas produções era do homem adulto da família e que apenas na produção de mandioca houve participação da mulher adulta na responsabilidade pela produção e das mães dos homens adultos contribuindo na produção de produtos processados. Ou seja, quanto mais acima, mais a produção durante o programa tende a ser realizada como uma tarefa masculinizada.

Também relativas à divisão sexual do trabalho familiar, encontram-se sete categorias que dizem respeito às entregas da produção aos órgãos beneficiários durante o acesso aos programas. As categorias **Abóbora - entrega durante – homem** (DtdEAbH), **Farinha - entrega durante – homem** (DtdEFaH), **Hortifrutigranjeiros - entrega durante – homem** (DtdEHH), **Melancia - entrega durante – homem** (DtdEMeH) e **Milho - entrega durante – homem** (DtdEMiH) indicam que as atividades referentes às entregas de abóbora (DtdEAbH), de farinha (DtdEFaH), de hortifrutigranjeiros (DtdEHH), de melancia (DtdEMeH) e de milho (DtdEMiH) eram de responsabilidade dos homens adultos das famílias. Importante ressaltar que os produtos enquadrados como hortifrutigranjeiros representam uma diversidade de produtos agropecuários que foram citados por um número pequeno de famílias, como por exemplo: carne, ovos, amendoim, gergelim, feijão, rúcula, hortaliças, folhagem, batata doce e inhame. Ao mesmo tempo, as categorias **Alface - entrega durante - Outra resposta (homem + mulher)** (DtdAlOR) e **Mandioca - entrega durante - outra resposta (homem ou mulher)** (DtdEMOR) indicam que as atividades relativas ao processo de entrega de alface (DtdAlOR) esteve sob responsabilidade do homem adulto, em algumas famílias, e da mulher adulta, em

outras famílias, e que a entrega da mandioca (DtdEMOR) esteve sob responsabilidade ou do homem adulto ou da mulher adulta da família. Em síntese, é possível compreender a contribuição da entrega dos 5 produtos supracitados durante os programas e que apenas a entrega de mandioca e alface não eram exclusivas do protagonismo masculino. Isto significa que, quanto mais acima, mais as entregas dos produtos durante o acesso aos programas tendem a ser uma responsabilidade considerada como masculina.

Durante o período de acesso aos programas, é possível perceber uma diferença no protagonismo apenas nas tarefas relativas à alface: sua produção é apenas masculina, enquanto que sua entrega também apresenta participação feminina. Os demais produtos permaneceram com seus responsáveis em ambos os momentos da cadeia produtiva.

No que diz respeito às categorias que se referem à produção no período após o acesso aos programas, foram identificadas duas categorias: **Frango – produção após – homem** (DtaPFrH) e **Mandioca - produção após – homem** (DtaPMH). Ambas as categorias indicam que as atividades referentes à produção de frango (DtaPFrH) e de mandioca (DtaPMH) após o acesso, era de responsabilidade masculina. Em síntese, quanto mais acima do eixo 2, mais a responsabilidade pela produção de frango e de mandioca é uma tarefa masculina. Esses dados também indicam que há mudança na responsabilidade pela produção de mandioca nos dois momentos distintos: durante o acesso aos programas, a mandioca estava sob responsabilidade feminina, em algumas famílias, e no período após o término do acesso, está sob responsabilidade apenas masculina. Ou seja, as análises dessas categorias indicam que, quanto mais acima do eixo 2, maior é a tendência de ocorrerem alterações na divisão sexual do trabalho na produção de mandioca.

Cinco categorias dizem respeito ao processo de comercialização dos produtos após os programas: **Abóbora - venda após – homem** (DtaVAbH); **Farinha - venda após o programa – homem** (DtaVFah); **Frango - venda após o programa – homem** (DtaVFrH); **Hortifrutigranjeiros - venda após – homem** (DtaVHH); **Mandioca - venda após o programa - outra resposta (homem ou mulher)** (DtaVMOR). As categorias indicam que o processo de comercialização de abóbora (DtaVAbH), de farinha (DtaVFah), de frango (DtaVFrH) e de hortifrutigranjeiros (DtaVHH) após os programas era de responsabilidade dos homens adultos das famílias. Já a responsabilidade pela comercialização da mandioca (DtaVMOR) durante esse mesmo período variou entre ser dos homens adultos, em algumas famílias, e das mulheres adultas, em outras famílias. Em síntese, as categorias indicam a contribuição da comercialização de produtos comuns na

região estudada, como abóbora, farinha, frango, hortifrutigranjeiros e mandioca, mesmo após o período de término do acesso aos programas, e que apenas para a comercialização da mandioca há a participação feminina. Isso significa que, quanto mais acima do eixo 2, mais a responsabilidade pela comercialização dos produtos após o período de acesso aos programas tende a ser masculina.

Três categorias também indicam características da divisão sexual do trabalho em tarefas relativas à agropecuária, mas que independem do período de acesso aos programas: **Horta – homem** (DtHoH); **Pomar – homem** (DtPoH) e **Roça e lavoura – homem** (DtRLH). Essas categorias indicam que o trabalho na horta (DtHoH), os cuidados com o pomar (DtPoH) e com a roça e lavoura (DtPoH) são responsabilidade dos homens adultos da família. Importante informar que roça e lavoura são utilizadas como sinônimos pelas famílias, mas, como cada uma utiliza uma ou outra denominação, optou-se por deixá-las juntas. Em síntese, as categorias indicam a contribuição do trabalho na horta, no pomar, na roça e na lavoura e que, correlatamente, essas atividades são de caráter masculino.

Também em relação à divisão sexual do trabalho familiar, mas no que diz respeito às tarefas de cuidados e reprodução da vida, sete categorias apresentaram contribuição: **Limpeza da casa – homem** (DtLcH); **Limpeza da casa - mulher adulta e homem jovem** (DtLcMHJ); **Limpeza da cozinha – homem** (DtLcoH); **Limpeza da cozinha - outra pessoa (pessoa externa e mulher adulta e homem jovem)** (DtLcoO); **Alimentação – homem** (DtPAIH); **Roupa – homem** (DtRH) e **Roupa - Outra resposta (outras pessoas ou todos da casa)** (DtRO). A DtLcH indica que o responsável pela limpeza da casa é o homem e a DtLcMHJ indica que, em algumas famílias, essa mesma tarefa é de responsabilidade da mulher adulta e do homem jovem. A DtLcoH indica que o responsável pela limpeza da cozinha é o homem e DtLcoO indica que essa mesma tarefa é realizada por diferentes pessoas a depender da família: pode ser realizada pela mulher adulta, pelo homem jovem ou por uma pessoa externa à família. A alimentação também é responsabilidade do homem adulto da família e é indicada pela categoria DtPAIH. A roupa é responsabilidade tanto do homem (DtRH), quanto por todos da casa, em algumas famílias, ou por outras pessoas, em outras famílias (DtRO). Em síntese, contribuem para o lado acima do eixo 2 as categorias que indicam que as tarefas domésticas de limpeza da casa e da cozinha, do cuidado com as roupas sejam de responsabilidade dos homens, em algumas famílias, e das mulheres adultas, homens jovens, pessoas externas ou de todos da casa em outras famílias. Além disso, esse grupo de categorias também indica que a

alimentação preparada apenas pelo homem adulto da família também contribui para esse eixo. Essas informações significam que, quanto mais para cima do eixo 2, maior é a tendência de haver famílias que os homens adultos são os únicos responsáveis pelas tarefas de cuidados e reprodução da vida e de que, em outras famílias, essas tarefas são compartilhadas entre as mulheres e outras pessoas da família.

Outras categorias que caracterizam esse lado do eixo são referentes às tarefas administrativas, comerciais e de trabalho remunerado fora da propriedade. São elas: **Organização das notas fiscais – homem** (DtONFH); **Organização dos contratos – homem** (DtOrCH); **Recebimento pelas vendas – homem** (DtRVH); **Relato de trabalho remunerado – homem** (DtTrH). **Controle de despesas e receitas – homem** (DtCdrH); **Compra de insumos – homem** (DtCiH); **Compras – homem** (DtCoH) e **Compra e venda de pequenos animais – homem** (DtCVpaH). A categoria DtONFH indica que as tarefas relativas à organização das notas fiscais de venda de produtos era responsabilidade do homem adulto. Também à cargo do homem adulto está a tarefa de organização de contratos de compra e venda (DtOrCH). Algumas tarefas consideradas como comerciais também estão sob responsabilidade masculina: o recebimento financeiro pelas vendas realizadas (DtRVH), a compra e a venda de pequenos animais, como galinhas e suínos (DtCVpaH), a compra de insumos (DtCiH) e de todos os itens para manutenção da propriedade (DtCoH). O controle financeiro das receitas e das despesas familiares também está sob responsabilidade masculina (DtCdrH). Além dessas tarefas, a categoria DtTrH indica que o homem adulto é remunerado por algum tipo de trabalho fora da propriedade rural. Em síntese, as tarefas relativas à atividade administrativa, comercial e de trabalho remunerado fora da propriedade rural tende a ser masculina.

Ainda em relação à divisão sexual do trabalho familiar, a categoria **Aprenderam a dividir as tarefas com a mãe** (DtAprM) indica que as famílias aprenderam a dividir as tarefas da maneira como dividem com os aprendizados passados por suas mães. Ou seja, essa categoria indica que, quanto mais para cima do eixo 2, mais os ensinamentos sobre as práticas de divisão do trabalho tendem a ser geracionais e provenientes das mães para seus filhos e filhas.

Esse lado do eixo 2 pode ser considerado como o das famílias que residem tanto na Serra de São Félix, quanto em distintos povoados. Elas possuem propriedades rurais com tamanhos que variam entre menores que cinco ou maiores que quinze alqueires. Também é o lado do eixo das famílias que obtiveram suas propriedades rurais através do Programa Nacional de Crédito Fundiário e que a Declaração de Aptidão ao Pronaf é de

titularidade masculina. Esse também é o lado do eixo dos homens que participam de grupos sociais, políticos e religiosos e que se encontram atualmente solteiros, sem a indicação de uma esposa ou companheira residindo com eles. Também é considerado como o das famílias que ainda recebem recursos financeiros do PNAE, mas que também comercializam seus produtos em feiras de outra cidade, nesse caso, em Araguaína.

Pode ser considerado como o da alteração dos produtos produzidos pelas famílias a depender do período de acesso aos programas. Esse local demonstra a relação das famílias com produtos típicos da região, como mandioca, alface, milho, coco, produtos processados, farinha, melancia, abóbora e hortifrutigranjeiros durante o período de acesso aos programas. No entanto, com o término do acesso, tende a haver continuidade apenas na produção e comercialização de coco, abóbora, farinha, mandioca, hortifrutigranjeiros e frango, paralisando, assim, a produção de melancia, milho, produtos processados e alface e iniciando a produção de frango.

Também pode ser considerado como o do protagonismo masculino na divisão das tarefas. As categorias mostraram que, quanto mais para cima do eixo, mais o processo de produção e entrega dos produtos durante o período de acesso aos programas e de produção e comercialização após o seu acesso tendem a ser de responsabilidade masculina. A única exceção é na comercialização da mandioca, que tende a ter a participação feminina. O protagonismo masculino também é evidente nas demais tarefas produtivas, como o trabalho na horta, no pomar, na roça e na lavoura. Além disso, quanto mais para cima do eixo, maior é a tendência de haver famílias em que os homens adultos são os únicos responsáveis pelas tarefas de cuidados e reprodução da vida e de que, em outras famílias, essas tarefas são compartilhadas entre as mulheres e outras pessoas da família. Esse protagonismo masculino também se estrutura nas tarefas administrativas, comerciais e de trabalho remunerado fora da propriedade rural e no controle das informações sobre a renda, independente do período de acesso aos programas.

Esse posicionamento também indica que a divisão do trabalho familiar foi aprendida por meio da transmissão geracional das mães para seus filhos e filhas.

No que diz respeito ao acesso aos programas, aqui pode ser considerado como o lado das famílias que ainda acessam um dos programas. Também pode ser considerado o lado de algumas famílias que não acessaram ao PAA e de outras que, quando o acessaram, avaliaram negativamente a forma como a divisão do trabalho entre os membros da família se deu após o término do seu acesso. Em relação ao PNAE, esse lado pode ser considerado como o das famílias que, quando o acessaram, o fizeram por um período de três a cinco

anos. Nesses casos, esse lado do eixo pode ser considerado como o lado que indica mudança nas condições de renda das famílias, visto que elas avaliaram positivamente a renda familiar apenas durante o período de acesso ao programa e, negativamente, nos períodos que antecederam e sucederam ao acesso.

7.2.2 O lado de baixo do eixo 2

Algumas categorias possibilitam realizar a caracterização social e produtiva das famílias. São elas: **A mulher é a titular da DAP** (CpTdM); **Origem da terra: reforma agrária** (CpOtRA); **O tamanho da propriedade é até dez alqueires** (CpTpD); **A mulher é a titular da terra** (CpTtM); **Localização - Costa Rica** (CsLC); **Localização - Ipê Amarelo** (CsLI); **Mulher proveniente de outros estados** (CsOMOe); **Mulher proveniente do Tocantins** (CsOMT). Essas categorias possibilitam compreender que, nesse lado de baixo do eixo 2, as mulheres são as titulares da propriedade rural (CpTtM) e da Declaração de Aptidão ao Pronaf (CpTdM), que as propriedades rurais foram adquiridas via Programa Nacional de Reforma Agrária (CpOtRA), que as famílias residem nos projetos de assentamentos Costa Rica (CsLC) ou Ipê Amarelo (CsLI) e que o tamanho da propriedade é maior que cinco alqueires e menor que dez alqueires (CpTpD). Essas categorias também indicam que as mulheres adultas das famílias são provenientes ou de outros estados (CsOMOe) ou de outros municípios do Tocantins, que não seja de Wanderlândia (CsOMT). Ou seja, quanto mais abaixo no eixo 2, maior é a tendência de as famílias residirem nos assentamentos da reforma agrária, terem propriedade de 5 a 10 alqueires e de as mulheres serem as titulares tanto das propriedades, quanto das DAPs. A tendência também é maior de as mulheres serem provenientes de fora do município de Wanderlândia, tendo vindo ou de outros municípios ou de outros estados.

A inserção social das famílias pode ser caracterizada pela contribuição de três categorias: Mulher participa de associação (IsASM); Casal participa de igreja (IsIgC) e Mulher participa de igreja (IsIgM). A categoria IsASM indica que as mulheres adultas da família participam de alguma associação. A participação nas igrejas é realizada pelas mulheres adultas da família (IsIgM) e pelos casais adultos (IsIgC). Em síntese, as categorias demonstram que, quanto mais para baixo no eixo 2, maior é a tendência de as mulheres participarem de grupos sociais e religiosos.

No que diz respeito ao grupo de categorias que sinalizam características relativas à renda familiar, três categorias apresentam contribuição: **Pós-programa: controle financeiro feito pela mulher** (ReCPPM); **mulher possui informação sobre renda** (ReRIM); **todos (jovens e adultos) possuem informação sobre renda** (ReRIT). A categoria ReCPPM indica que, no período após os programas, a mulher era a responsável por realizar o controle financeiro da propriedade rural. Já as demais categorias indicam que, em algumas famílias, apenas a mulher adulta possuía informações sobre a renda (ReRIM) e que, em outras famílias, essa informação era compartilhada por todos os membros adultos e jovens (ReRIT). Em síntese, quanto mais para baixo do eixo 2, maior é a tendência de que as informações sobre a renda familiar seja ou apenas da mulher ou seja compartilhada entre todos os membros, mas que no período após o término do acesso aos programas, a tendência é de que o controle financeiro seja realizado apenas pela mulher. Nota-se aqui uma tendência à mudança de posicionamento familiar a partir do término do acesso aos programas.

Sobre as características produtivas das famílias, três categorias indicam contribuição: **Produtos processados - permanecem produzindo – pós** (CpPPPPpS); **Permanecem produzindo polpa** (CpPoPpS); **Selo - não, dificuldade de acesso** (CpSiDA). A CpPPPPpS indica que as famílias permanecem produzindo os produtos processados – como temperos, pães e biscoitos – mesmo com o término dos programas, e a CpPoPpS indica que elas também permanecem produzindo polpa de frutas mesmo sem possuírem mais o vínculo com os programas. Já CpSiDA indica que as famílias não possuem qualquer tipo de selo de inspeção da vigilância sanitária para a realização da comercialização de determinados produtos beneficiados e que o motivo para não possuírem é a dificuldade para consegui-lo. Em síntese, as categorias indicam que, quanto mais em baixo no eixo 2, maior é a tendência de as famílias não possuírem selo de inspeção devido a sua dificuldade de acesso, mas que permanece a produção de produtos processados e de polpas de frutas mesmo com o término do acesso aos programas. Nota-se, que não ocorreu alteração dos itens produzidos com o fim do vínculo com os programas.

Relativas ao grupo de categorias que representam a relação das famílias com os programas, quatro categorias demonstraram contribuição. Duas sobre a relação das famílias com o PNAE, **Satisfeitos com a renda após o PNAE** (RpnSRapS) e **Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho durante o PNAE** (RpnSTdNS) e duas sobre a relação com os programas, independente de qual seja o

programa, **Após - obra – Sim** (RpApOCS) e **Após - veículo – Sim** (RpApVS). A RpnSRapS indica que as famílias avaliaram satisfatoriamente a renda delas após o acesso ao PNAE. A RpnSTdNS indica que a avaliação das famílias sobre a forma como era realizada a divisão do trabalho entre os seus membros durante o acesso ao PNAE foi indiferente, ou seja, eles não estavam nem satisfeitos e nem insatisfeitos. As demais categorias indicam que, no período após o acesso aos programas, as famílias conseguiram realizar algum tipo de obra ou construção nas suas propriedades (RpApOCS) e que também conseguiram adquirir ou trocar de veículo (RpApVS). Em síntese, quanto mais para baixo no eixo 2, maior é a tendência de as famílias estarem indiferentes à divisão do trabalho durante o acesso ao PNAE, mas de estarem satisfeitos com a renda após o seu encerramento. A tendência também é maior de as famílias terem realizado algum tipo de obra e de terem adquirido ou trocado de veículos.

Nesse posicionamento do eixo 2, encontram-se quarenta e cinco categorias que caracterizam a divisão sexual do trabalho familiar. As que dizem respeito à esfera produtiva são: **Nunca produziram coco** (DtdPCoN); **Banana - produção durante - casal** (DtdPBC); **Mandioca - produção durante - casal** (DtdPC); **Frutas - produção durante - casal** (DtdPFC); **Frutas - produção durante - mulher** (DtdPFM); **Milho - produção durante - mulher** (DtdPMiM); **Polpa - produção durante - mulher** (DtdPPoM); **Produtos processados - produção durante - casal** (DtdPPpC); **Abóbora - entrega durante - casal** (DtdEAbC); **Frutas - entrega durante - casal** (DtdEFC); **Frutas - entrega durante - mulher** (DtdEFM); **Hortifrutigranjeiros - entrega durante - casal (casal ou casal mais irmão)** (DtdEHC); **Hortifrutigranjeiros - entrega durante - mulher** (DtdEHM); **Mandioca - entrega durante - casal** (DtdEMC); **Milho - entrega durante - mulher** (DtdEMiM); **Polpa - entrega durante - homem** (DtdEPoH); **Polpa - entrega durante - Outra resposta (casal ou mulher)** (DtdEPoO); **Frango - produção após - casal** (DtaPFC); **Mandioca - produção após - casal** (DtaPMC); **Polpa - produção após - casal (casal ou mulher)** (DtaPPoC); **Frango - venda após o programa - casal** (DtaVFC); **Hortifrutigranjeiros - venda após o programa - casal** (DtaVHC); **Hortifrutigranjeiros - venda após - mulher** (DtaVHM); **Polpa - venda após - casal (casal ou mulher)** (DtaVPoC); **Horta - mulher** (DtHoM); **Horta - todos da casa (adultos e jovens)** (DtHoT); **Pomar - todos da casa (adultos e jovens)** (DtPoT) e **Não possuem roça e lavoura** (DtRLN).

Essas categorias indicam que as relações das famílias com alguns produtos contribuíram para a inércia do lado de baixo do eixo 2. Apesar da categoria DtdPCoN

indicar que as famílias nunca produziram coco, as demais categorias indicam que a relação das famílias com a banana, mandioca, abóbora, milho, hortifrutigranjeiros, produtos processados, frutas, polpa de frutas, frango em algum dos momentos da cadeia produtiva que estamos analisando, ou seja, ou na produção e entrega durante o acesso aos programas e na produção e comercialização após o acesso aos programas.

A banana (DtdPBC) e os produtos processados (DtdPPpC) contribuem apenas na produção durante o acesso aos programas. Ambas as categorias indicam que a responsabilidade pela produção era compartilhada entre os casais.

A abóbora (DtdEAbC) contribui apenas na sua entrega aos órgãos beneficiários durante o acesso aos programas. Essa categoria indica que a responsabilidade por essa entrega também era compartilhada entre os casais.

A mandioca contribui tanto na produção (DtdPC) e na entrega (DtdEMC) durante o acesso, quanto na produção (DtaPMC) após o acesso aos programas. As três categorias indicam que a responsabilidade por essas tarefas era compartilhada entre o casal. Ou seja, independente do momento da cadeia produtiva ou independente da relação com os programas, as tarefas relativas à mandioca não se alteram e são sempre compartilhadas entre o casal. Essas informações também indicam que, independentemente de onde a tarefa é realizada – no espaço público ou no espaço privado – as famílias não tendem a realizar uma distinção de gênero nessa atividade produtiva.

As frutas apresentam contribuição apenas na cadeia produtiva durante o acesso aos programas. Em algumas famílias a responsabilidade da sua produção é dos casais (DtdPFC) e, em outras, é apenas das mulheres (DtdPFM). Já a responsabilidade pela entrega dessas frutas era do casal (DtdEFC), em algumas famílias, e da mulher (DtdEFM), em outras. Ou seja, há uma tendência à maior participação feminina nessa atividade produtiva, mas também não há uma tendência às distinções de gênero a partir do espaço em que as tarefas estão sendo realizadas.

O milho também apresenta contribuição apenas na cadeia produtiva durante o acesso aos programas. No momento da produção (DtdPMiM) e da entrega (DtdEMiM), as responsabilidades se mantêm sendo femininas. Tal qual ocorre na produção de mandioca e de frutas, a tendência na produção de milho é também não ocorrer distinções de gênero a partir do local de execução das tarefas.

A polpa de frutas contribui nos quatro momentos da cadeia produtiva relacionada aos programas: produção e entrega durante o programa, produção e comercialização após os programas. A produção durante o acesso é unicamente de responsabilidade feminina

(DtdPPoM), enquanto que, nos demais momentos, as tarefas são distintas a depender da família. A entrega é realizada pelos homens, em algumas famílias (DtdEPoH), e pelo casal ou pela mulher (DtdEPoO), em outras. A produção das polpas após os programas também é distinta a depender das famílias: a DtaPPoC indica que a responsabilidade pode ser tanto dos casais, quanto das mulheres. A comercialização também pode variar: a DtaVPoC indica que a responsabilidade era dos casais, em algumas famílias, e das mulheres, em outras. Apesar de haver a distinção dos responsáveis nos diferentes momentos analisados, o protagonismo feminino permanece evidente. E, mesmo com a responsabilidade da entrega também sendo masculina, em algumas famílias, ela não ocorre nos demais momentos analisados. Além disso, nota-se uma tendência ao compartilhamento das responsabilidades das tarefas relativas ao contato direto com os consumidores/beneficiários e na produção após os programas.

A relação com o frango contribui apenas nas tarefas que ocorrem após o acesso aos programas. A responsabilidade é compartilhada entre os casais tanto na sua produção (DtaPFrC) quanto na sua comercialização (DtaVFrC). Ou seja, independente da atividade, após o acesso aos programas, a responsabilidade pelo frango tende a ser compartilhada entre os casais.

Os produtos hortifrutigranjeiros apresentam contribuição apenas nas tarefas relativas à entrega, durante o programa, e comercialização, após o programa – ou seja, momentos distintos de acesso aos programas, mas ambos demonstram o contato direto com os consumidores e suas respectivas negociações. A responsabilidade pela entrega aos órgãos beneficiários é distinta a depender da família: da mulher (DtdEHM), em algumas, do casal ou do casal mais o irmão em outras famílias (DtdEHC). Apesar de distinta, a responsabilidade pela comercialização também se altera a depender das famílias que a realizam: é dos casais (DtaVHC) em algumas famílias e das mulheres (DtaVHM) em outras. Em síntese, nota-se uma tendência às responsabilidades serem de pessoas diferentes a depender da família, mas, em todos os momentos analisados, ou ela é protagonizada pelas mulheres ou é compartilhada entre os casais.

Em contraponto ao lado de cima do eixo 2, essas categorias indicam a predominância do protagonismo feminino nas atividades produtivas durante e após o acesso aos programas e que, inclusive, não há alteração significativa dos responsáveis para cada uma das tarefas. Quando o protagonismo feminino não é exclusivo, a responsabilidade pelas tarefas é compartilhada entre os casais, o que também se contrapõe ao identificado no lado de cima desse eixo.

Também relativos à divisão do trabalho familiar na esfera produtiva, mas desvinculado do acesso aos programas, estão as categorias: **Horta - mulher** (DtHoM); **Horta - todos da casa (adultos e jovens)** (DtHoT); **Pomar - todos da casa (adultos e jovens)** (DtPoT) e **Não possuem roça e lavoura** (DtRLN). Elas indicam que a responsabilidade pelo trabalho na horta é feminina (DtHoM), em algumas famílias, e de todos os membros da casa – tanto adultos, quanto jovens – (DtHoT), em outras. A DtPoT indica que todos os jovens e adultos da casa também são responsáveis pelas tarefas relativas ao pomar. Já DtRLN indica que as famílias não possuem áreas de roça ou de lavoura. Isso significa que, quanto mais para baixo no eixo 2, maior é a tendência de as famílias não possuírem roça ou lavoura, mas de as tarefas relativas ao trabalho na horta serem ou apenas feminina ou compartilhada entre todos os membros da família, da mesma maneira que ocorre com os pomares. Com base no que foi apresentado anteriormente, nota-se aqui uma tendência de as atividades produtivas desvinculadas aos programas terem os mesmos responsáveis das atividades produtivas vinculadas a eles. Essas três categorias também demonstram oposição à distribuição dessas tarefas com a forma que as famílias do lado de cima desse eixo as distribuem. Enquanto do lado de baixo as atividades são ou compartilhadas ou com o protagonismo feminino, do lado de cima, em oposição, são protagonizadas pelos homens.

No que diz respeito à divisão do trabalho de cuidados e de reprodução da vida, é possível identificar as seguintes categorias: **Limpeza da casa - casal** (DtLcC); **Limpeza da casa mulhe-r** (DtLcM); **Limpeza da casa - todos da casa (adultos e jovens)** (DtLcT); **Limpeza da cozinha - casal** (DtLcoC); **Limpeza da cozinha - mulher** (DtLcoM); **Limpeza da cozinha - todos da casa (adultos e jovens)** (DtLcoT); **Alimentação - casal** (DtPAIC); **Obtenção de lenha: outra reposta (pessoa externa+homem jovem+todos da casa)** (DtLeO). Em relação à limpeza da casa, as categorias indicam que a responsabilidade pela realização dessa tarefa era do casal (DtLcC), da mulher adulta (DtLcM) ou de todos da casa (DtLcT), ou seja, de todos os adultos e todos os jovens. No que diz respeito à limpeza da cozinha, as categorias indicam que a responsabilidade era da mulher adulta da família (DtLcoM) ou também de todos os moradores da casa (DtLcoT). Já DtPAIC indica que o preparo das refeições familiares era responsabilidade do casal. A categoria DtLeO indica variedade dos responsáveis pela obtenção de lenha para manutenção da casa. Para essa tarefa, as famílias apontaram que o responsável era alguma pessoa externa à família, o homem jovem da casa ou todos os adultos e jovens residentes da propriedade. Em síntese, quanto mais abaixo no eixo 2,

maior é a tendência de as famílias compartilharem as tarefas de cuidado e reprodução da vida entre os casais ou entre todos os membros residentes na propriedade. A tendência também é de que, quando essas tarefas não são compartilhadas, a responsabilidade por elas é exercida ou pela mulher da família (quando o trabalho é realizado dentro de casa – como a limpeza dos cômodos) ou do homem jovem ou de alguma pessoa externa (quando é realizado do lado de fora da casa – como a obtenção de lenha. Em contraponto ao lado de cima desse eixo, também é possível notar uma diferenciação entre os responsáveis por essas tarefas: enquanto o lado de cima é eminentemente de protagonismo masculino, o lado de baixo se apresenta com um protagonismo mais feminino ou de responsabilidade compartilhada.

Esse lado de baixo do eixo 2 também possui categorias que indicam a divisão de tarefas administrativas, comerciais e de trabalho remunerado fora da propriedade: **Recebimento pelas vendas - casal** (DtRVC); **Recebimento pelas vendas - mulher** (DtRVM); **Controle de despesas e receitas - casal** (DtCdrC); **Compra e venda de pequenos animais - mulher** (DtCVpaM); **Compra e venda de pequenos animais - todos da casa** (DtCVpaT); **Organização das notas fiscais - mulher** (DtONFM); **Organização dos contratos - mulher** (DtOrCM); **Relato de trabalho remunerado - casal** (DtTrC). Em relação ao recebimento financeiro pela comercialização dos produtos provenientes da propriedade rural familiar, as categorias indicam que a responsabilidade era compartilhada pelo casal (DtRVC) ou exclusiva da mulher adulta da família (DtRVM). A DtCdrC indica que todo o controle financeiro das receitas e despesas da propriedade rural era realizado pelo casal. A responsabilidade pelas tarefas relativas à compra e à venda de pequenos animais – como aves e suínos – era da mulher adulta da família (DtCVpaM) ou de todos os residentes da propriedade, tanto adultos quanto jovens (DtCVpaT). A DtONFM indica que a organização das notas fiscais de comercialização de produtos era responsabilidade da mulher adulta e DtOrCM indica que ela também era a responsável pela organização dos contratos de compra e venda de produtos. A DtTrC indica que o casal adulto realizava trabalho remunerado fora da propriedade rural. Em síntese, essas categorias indicam que as tarefas administrativas são realizadas pela mulher, que as tarefas comerciais são realizadas pela mulher, pelo casal ou por todos os membros de algumas famílias e que o trabalho remunerado é realizado pelos casais. Ou seja, quanto mais para baixo no eixo 2, maior é a tendência de as tarefas administrativas, comerciais e remuneradas serem compartilhadas entre os membros adultos das famílias. Esse agrupamento de tarefas analisadas também apresenta uma oposição ao lado de cima

desse eixo: enquanto do lado de baixo essas tarefas são ou compartilhadas ou realizadas pelas mulheres, do lado de cima elas são todas realizadas pelos homens.

Esse lado de baixo do eixo 2 também é composto pela categoria DtAPrC que indica que a divisão do trabalho entre os membros da família foi aprendida a partir da convivência entre os membros, ou seja, quanto mais abaixo no eixo 2, maior é a tendência de os membros das famílias aprenderem a dividir as tarefas no cotidiano da convivência familiar, diferentemente do lado de cima, onde as famílias aprenderam essa divisão por meio da transmissão geracional.

As famílias posicionadas nesse lado de baixo do eixo 2, residem nos assentamentos da reforma agrária, suas propriedades possuem de 5 a 10 alqueires e as mulheres são as titulares tanto das propriedades, quanto das DAPs. Esse lado do eixo 2 pode ser considerado também como o das mulheres que possuem sua origem fora de Wanderlândia, e que vieram ou de outros municípios ou de outros estados, além de poder ser considerado como o das mulheres que participam de grupos sociais e religiosos e ser o lado das famílias que aprenderam a dividir as tarefas no cotidiano da convivência familiar.

Analiticamente, esse lado de baixo do eixo 2 pode ser considerado como o lado do protagonismo feminino e do compartilhamento das tarefas entre os casais. Isso foi percebido com as categorias que sinalizaram tanto a divisão de tarefas da produção, quanto da entrega e comercialização de produtos, que se manteve a mesma, independente do período de acesso aos programas. Nesse lado também foi identificada a contribuição de determinados produtos comuns na região, como banana, mandioca, produtos processados, frutas e milho. Também foi possível identificar a tendência pela manutenção da produção de mandioca e polpa de frutas, independente da relação com os programas, e na paralização da produção de determinados produtos e o início da produção de frangos.

Aqui também é o lado das famílias que não possuem plantios de roça ou lavoura e que o trabalho da horta e nos pomares é compartilhado entre os membros da família, em algumas propriedades, e é de protagonismo feminino em outras. Esse posicionamento também é o do compartilhamento das tarefas de cuidado e reprodução da vida entre os casais ou entre todos os membros residentes na propriedade. Esse também é o lado que mostra que, quando não são compartilhadas, as tarefas são executadas pelas mulheres (quando o trabalho é realizado dentro de casa) ou pelo homem jovem ou de alguma pessoa externa (quando é realizado do lado de fora da casa).

Nota-se o protagonismo feminino nas tarefas administrativas, comerciais e remuneradas. Nesses dois últimos casos, além das mulheres, os casais também são os responsáveis, em algumas famílias. Financeiramente, são as mulheres que controlam as informações sobre a renda familiar.

Esse lado do eixo demonstra mudança no comportamento familiar em relação aos períodos de acesso aos programas: as informações financeiras eram compartilhadas pelos casais durante o acesso e concentrada nas mulheres após o término do acesso.

Esse posicionamento é o das famílias que demonstram estarem indiferentes à divisão do trabalho durante o acesso ao PNAE, mas de estarem satisfeitas com a renda após o seu encerramento, e das famílias que realizaram algum tipo de obra e adquiriram ou trocaram de veículos após o período de acesso ao PNAE.

7.2.3 Síntese do eixo 2

Após esse exercício descritivo dos lados do eixo 2, é possível analisá-lo como um eixo que opõe famílias com características diferentes. Enquanto que mais acima a tendência é de as propriedades serem provenientes da Política Nacional de Crédito Fundiário, mais abaixo a tendência é de elas serem provenientes da Política Nacional de Reforma Agrária. Apesar de distintos, ambos são programas governamentais que objetivam garantir o acesso à terra. Quanto mais acima no eixo 2, maior é a tendência de a titularidade da terra ser masculina, enquanto que, quanto mais abaixo, a tendência é de a titularidade ser feminina. O mesmo ocorre com a titularidade da DAP: quanto mais acima, maior a tendência de ser masculina; quanto mais abaixo, maior a tendência de ser feminina. Possuir a titularidade de ambos os documentos pode indicar o protagonismo e o controle na tomada de decisões referentes à atividade produtiva familiar. A localização geográfica das famílias também se encontra em oposição nos dois lados do eixo2: quanto mais acima, maior a tendência de residirem nos distintos povoados ou na Serra de São Félix; enquanto que, quanto mais abaixo, maior a tendência de residirem nos assentamentos Costa Rica e Ipê Amarelo. O tamanho da propriedade também é uma característica que se encontra em oposição nos lados: acima, as propriedades tendem a possuir menos de 5 ou mais de 15 alqueires (ou seja, ou muito pequenas ou muito grandes), enquanto que abaixo, as propriedades tendem a possuir de 5 a 10 alqueires (ou seja, um padrão mediano para todas as propriedades). Esse eixo pode ser considerado, então, como o eixo das famílias que obtiveram suas propriedades por meio de programas

governamentais, com tamanhos distintos e que, a partir do seu posicionamento, as titularidades da terra e da DAP variam entre masculina e feminina.

A entrevista realizada com a F21, posicionada mais abaixo desse eixo, indica o histórico de luta pela terra vivenciado por essas famílias que são beneficiárias da Política Nacional de Reforma Agrária.

E5: Nós viemos de Piraquê. Nós compramos um pedacinho de terra de invasão, ali em cima, é a 27, o lote 27. Era a invasão. Aí meu irmão comprou aqui, aí ele não se deu, foi embora. Aí eu vendi lá e comprei aqui. Para nós chegar aqui, nós vinha de carro até Wanderlândia, de lá nós alugou uma Toyota por 30 reais pra vim deixar e 30 reais pra vim buscar de novo.

Pesquisadora: Que ano isso?

E5: 1999.

Pesquisadora: Que 30 reais era muito dinheiro.

E5: Muito dinheiro. Até aí chegando aqui, aí esse aqui e os outros companheiro fizeram esse pedacinho que vocês vierem ai muito bom, de machado, enxada.

Pesquisadora: Era tudo mato?

E5: Era tudo mato, tudo para nós poder chegar aqui. E nós estamos aqui, definitivo mesmo, de sem sair daqui de jeito nenhum, desde 2005.

Pesquisadora: O INCRA chegou aqui em 1995?

E5: Não, o INCRA chegou aqui em 2005.

Pesquisadora: 2005.

E5: Ele legalizou aqui em maio, abril ou foi maio de 2005 que legalizou. (ENTREVISTA 5, 2021).

Ao contrário do vivenciado por essas famílias e posicionada do lado oposto do espaço social, a F27 indica, em sua entrevista, o divórcio recente ocasionado por morar na terra recebida por seu ex-marido como parte de herança:

E4: Lá é um lugar que todo mundo manda, sabe né? Que é os filho, manda nos irmão. A pessoa que é assim, tipo assim, só faz o que os outro quer. Aí não dá certo não. (...) Aí você trabalha, trabalha, trabalha, igual o que e fiquei lá esse tanto de tempo saí com um nada. Aí tô aqui lutando pra levantar essa casa aí. (ENTREVISTA 4, 2021).

O relato de ambas as entrevistadas demonstra que a origem de suas propriedades é fundamental para a consolidação do meio de vida de suas famílias e como essa origem interfere diretamente no seu posicionamento no relacionamento familiar. Enquanto, de um lado, a chegada na propriedade conquistada pela reforma agrária dá segurança para o futuro, do outro, a propriedade de residência tendo como origem parte de herança da família do marido a deixa sem garantias para o futuro.

O lado de cima tende a ser composto por homens que atualmente residem sozinhos e que centralizam as tarefas, mais abaixo a tendência é de ser composto por casais que compartilham as tarefas familiares. Se no lado de cima do eixo 2 não há mulheres adultas

na composição familiar, no lado de baixo as mulheres são provenientes de outros municípios do Tocantins ou de outros estados.

Os lados do eixo 2 também opõem as famílias no aprendizado de cada uma sobre a divisão do trabalho familiar. Enquanto que as famílias localizadas mais acima aprenderam a divisão de tarefas por meio da transmissão geracional vindas de suas mães, as famílias localizadas mais abaixo aprenderam com o cotidiano familiar como dividir as tarefas. Apesar de serem provenientes de vivências distintas, ambos os lados indicam que o aprendizado se deu a partir da dialeticidade de processos históricos e vivências compartilhadas, ou seja, de um lado, a apreensão desse mecanismo classificatório – o dividir tarefas – se deu a partir do contato com as mães, enquanto que, do outro lado, se deu em contato com os cônjuges. Em ambos os lados pode-se indicar que a forma de dividir as tarefas faz parte do *habitus* familiar.

A relação com os programas também é distinta entre os diferentes lados desse eixo: enquanto as famílias localizadas acima se relacionaram com ambos os programas, as do lado de baixo tenderam a acessar apenas o PNAE. Essa contribuição é reforçada pela lacuna existente entre as categorias passivas RePAAS e RePAAN, que indicam que as famílias recebiam recursos financeiros do PAA (no primeiro caso) e que as famílias não recebiam esse recurso (no segundo caso). Apesar de em ambos os lados existirem alteração nos produtos produzidos ao longo da relação com ambos os programas, os lados do eixo 2 apresentam tendências a mudanças de posicionamentos familiares a partir da relação com os programas. Enquanto do lado de cima, a mudança ocorreu nos itens produzidos e na renda familiar, no lado de baixo a mudança ocorreu na divisão das responsabilidades. Além disso, quanto mais acima, maior o reconhecimento do aumento da renda durante o período de acesso ao programa e, quanto mais abaixo, maior a tendência da alteração dos responsáveis pelo controle das informações financeiras, comerciais e produtivas. Ambos os lados tendem a sofrer alterações distintas no decorrer do acesso aos programas, mas ainda assim, apresentam mudanças perceptíveis na organização familiar.

Enquanto mais para cima a responsabilidade pelas tarefas produtivas, administrativas, comerciais e financeiras tendem a ser protagonizadas pelos homens, mais abaixo a tendência é a responsabilidade dessas mesmas tarefas serem protagonizadas ou pelas mulheres ou compartilhada pelos casais. Nesse eixo, quando não são compartilhadas, as tarefas são executadas pelas mulheres (quando o trabalho é realizado dentro de casa), ou pelo homem jovem ou de alguma pessoa externa (quando é realizado

do lado de fora da casa). Essa contribuição também é reforçada pela lacuna existente entre **Limpeza da área externa - casal** (DtLaeC) e **Limpeza da área externa - homem** (DtLaeH). Essas categorias passivas reforçam o argumento de que as tarefas realizadas no entorno da casa, entre o espaço que é considerado doméstico e o considerado público, tendem a ser mais compartilhadas ou a serem realizadas pelos homens.

Outra oposição encontrada nesse eixo é em relação à utilização dos recursos financeiros provenientes dos programas na aquisição de distintos itens. Enquanto que, do lado de cima, as famílias continuam o acesso a algum dos programas, do lado de baixo, o acesso já foi finalizado e as famílias conseguiram realizar distintas aquisições com seus recursos, como veículos e obras. A lacuna existente entre as categorias passivas **Após programa - máquinas e equipamentos - Continuam o acesso** (RpApMENS) e **Fizeram aquisição de máquinas e equipamentos após o programa** (ReApMES) é importante para reforçar esse argumento.

Concluindo, esse eixo 2 pode ser denominado tanto como o eixo das **oposições de protagonismo**, quanto como o eixo das **diferenças sociais e mudanças de posicionamentos familiares**.

7.3 Traços pluriativos, geracionais e do protagonismo feminino nos espaços públicos

Também localizada verticalmente no plano fatorial, está o eixo 3. Nesse eixo se posicionam 126 categorias ativas. Dessas, 57 categorias que contribuem com a inércia do espaço social estão posicionadas acima do plano e representam 45,23% de categorias desse eixo. O quadro seguinte apresenta, de forma decrescente da taxa de contribuição, quais são essas categorias.

Quadro 56 – Categorias ativas do lado de cima do eixo 3

continua

Categoria	Contribuição	Localização	Nome da categoria
DtPAIT	1,58	1,864	Alimentação - todos da casa (adultos e jovens)
DtCoT	1,58	1,864	Compras - todos da casa (adultos e jovens)
DtLcMHJ	1,44	1,779	Limpeza da casa - mulher adulta e homem jovem
DtPanO	1,38	1,508	Pequenos animais - outra resposta (todos+homem jovem+casal e homem jovem +homem adulto e homem jovem)
DtHoO	1,25	2,030	Horta - outra resposta (menina jovem+homem adulto e homem jovem)
DtLeHHJ	1,10	1,204	Obtenção de lenha - homem adulto e homem jovem

Quadro 57 – Categorias ativas do lado de cima do eixo 3

continua

DtGanO	1,07	1,535	Grandes animais - outra resposta (homem jovem+homem adulto e homem jovem+pessoa externa)
DtPoO	1,07	1,535	Pomar - outra resposta (pessoa externa+homem jovem+homem adulto e homem jovem)
DtRLO	1,04	1,854	Roça e lavoura - outra resposta (todos da casal ou homem jovem)
CpTtH	0,99	0,533	O homem é o titular da terra
CpFaPpS	0,98	1,041	Farinha - permanece produção - pós
DtaPMiC	0,90	1,406	Milho - produção após - casal
DtONFFF	0,82	1,643	Organização das notas fiscais - filha ou filho
DtOrCFF	0,82	1,643	Organização dos contratos - filha ou filho
ReApS	0,80	0,593	Recebem aposentadoria
ReFOS	0,75	1,287	Renda - Vendem na feira de outra cidade
RpaSTapMS	0,74	0,835	Muito satisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA
RpnSRdMI	0,73	1,547	Muito insatisfeitos com a renda durante o PNAE
RpaSTdMS	0,73	1,547	Muito satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA
RpaSRaNA	0,73	1,547	Satisfação - renda antes - Não acessou o PAA
RpnSTdNA	0,73	1,547	Satisfação - trabalho durante - Não acessou o PNAE
RpaTaN	0,73	1,547	Tempo de acesso: Não acessou o PAA
DtLcoMMJ	0,71	1,251	Limpeza da cozinha - mulher adulta e mulher jovem
DtTrN	0,70	0,407	Não relataram trabalho remunerado
ReTfN	0,67	0,384	Não possuem trabalho formal fora da propriedade
DtaPAbC	0,67	0,937	Abóbora - produção após - casal
DtVFC	0,65	0,848	Venda na feira - casal
DtRLHHJ	0,61	1,160	Roça e Lavoura - homem adulto e homem jovem
DtaPMC	0,60	0,892	Mandioca - produção após - casal
DtdEFaH	0,58	0,872	Farinha - entrega durante - homem
ReCoN	0,57	0,457	Não vendem no comércio local
DtaVMC	0,55	0,953	Mandioca - venda após o programa - casal
CpMePpS	0,53	1,320	Melancia - permanece produção - pós
DtaPMeC	0,53	1,320	Melancia - produção após - casal
DtaVHH	0,53	0,835	Hortifrutigranjeiros - venda após - homem
ReRIC	0,50	0,686	casal possui informação sobre renda
DtRC	0,49	1,266	Roupa - casal
RpnSRapNA	0,48	1,029	Satisfação - renda após - Não acessou o PNAE
RpaSTapNA	0,48	1,029	Satisfação - trabalho após - Não acessou o PAA
DtHoT	0,46	1,235	Horta - todos da casa (adultos e jovens)
DtLcT	0,46	1,235	Limpeza da casa - todos da casa (adultos e jovens)
DtLcoT	0,46	1,235	Limpeza da cozinha - todos da casa (adultos e jovens)
IsASN	0,44	0,356	Ninguém participa de associação
CpMiPpS	0,41	0,522	Permanecem produzindo milho pós programa
RpnSTdMS	0,40	0,573	Muito satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PNAE
DtPoT	0,40	1,144	Pomar - todos da casa (adultos e jovens)
ReDNR	0,36	0,890	destino da renda, não responde
IsIgN	0,34	0,502	Ninguém participa de igreja

Quadro 58 – Categorias ativas do lado de cima do eixo 3

			conclusão
DtLeO	0,33	0,741	Obtenção de lenha: outra reposta (pessoa externa+homem jovem+todos da casa)
RpaSRaMS	0,33	0,518	Muito satisfeitos com a renda antes do PAA
DtCVpaT	0,32	0,838	Compra e venda de pequenos animais - todos da casa
DtAprF	0,31	0,539	Aprenderam a dividir as tarefas com formação política
DtCiC	0,30	0,571	Compra de insumos - casal
DtdPMiC	0,28	0,681	Milho - produção durante - casal
DtPanM	0,26	0,412	Pequenos animais - mulher
CsOMM	0,26	0,491	Mulher proveniente do Maranhão
CpSiFI	0,25	0,321	Selo - não, falta de informação

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Já o lado de baixo do eixo é composto por 69 categorias ativas, que representam 54,76% das categorias que contribuem com a inércia do espaço social. Em ordem decrescente de contribuição para a inércia, podem ser listadas as seguintes categorias:

Quadro 59 – Categorias ativas do lado de baixo do eixo 3

			continua
Categoria	Contribuição	Localização	Nome da categoria
CpAlPpN	0,91	-1,730	Alface - continuam o acesso aos programas
ReTfS	1,83	-1,047	Possuem trabalho formal fora da propriedade
CsLW	1,75	-1,700	Localização - Área urbana de Wanderlândia
DtTrM	1,39	-1,353	Relato de trabalho remunerado - mulher
RpaSTapI	1,28	-2,057	Insatisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA
CpTtT	1,17	-0,982	Terceiros são titulares da terra
CpTpC	1,16	-0,875	O tamanho da propriedade é até cinco alqueires
IsSC	1,14	-1,373	Casal participa de sindicato
DtAprFP	1,12	-1,566	Aprenderam a dividir as tarefas com formação política
RpaSRaS	0,99	-1,805	Satisfeitos com a renda antes do PAA
RpnTaC	0,97	-1,265	Acessou o PNAE por até cinco anos
DtdPPpOR	0,95	-1,769	Produtos processados - produção durante - outra resposta (mãe mais homem)
ReCPPH	0,94	-1,246	Pós-programa: controle financeiro feito pelo homem
CpFaPpN	0,94	-1,759	Farinha - interrompem produção - pós
RpnSRdMS	0,89	-1,211	Muito satisfeitos com a renda durante o PNAE
DtPoN	0,84	-0,891	Não possuem pomar
RpaSTdNS	0,84	-2,352	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA
RpnSTapI	0,79	-2,280	Insatisfeito com a divisão do trabalho após o PNAE
DtPanN	0,79	-1,138	Não possuem pequenos animais
ReDS	0,77	-0,649	destino da renda, sabe

Quadro 60 – Categorias ativas do lado de baixo do eixo 3

continua

RpnSTdNS	0,75	-1,112	Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho durante o PNAE
DtGanN	0,73	-0,587	Não possuem grandes animais
DtdEFO	0,73	-1,551	Frutas - entrega durante - outra pessoa
DtaVPpM	0,72	-1,546	Produtos processados - venda após - mulher
DtAprM	0,71	-0,968	Aprenderam a dividir as tarefas com a mãe
DtLcH	0,69	-0,872	Limpeza da casa - homem
DtLcoH	0,69	-0,872	Limpeza da cozinha - homem
DtPAIH	0,68	-0,706	Alimentação - homem
DtdAIOR	0,67	-1,216	Alface - entrega durante - Outra resposta (homem + mulher)
DtHoN	0,67	-0,608	Não possuem horta
DtCoM	0,67	-0,582	Compras - mulher
DtdPAIH	0,66	-1,480	Alface - produção durante - homem
IsASC	0,65	-0,784	Casal participa de associação
ReRIM	0,65	-0,781	mulher possui informação sobre renda
CpOtO	0,61	-1,156	Origem da terra: outra origem
DtdEFrO	0,59	-1,397	Frango - entrega durante - outra resposta (casal ou mulher)
ReTsS	0,57	-1,122	Realizam trabalho sazonal fora da propriedade
ReAIN	0,55	-0,852	Não houve alteração no responsável pelas informações sobre a renda
CpPPPpS	0,52	-1,072	Produtos processados - permanecem produzindo - pós
RpnSRapI	0,49	-0,463	Insatisfeitos com a renda após o PNAE
DtTrH	0,48	-0,730	Relato de trabalho remunerado - homem
ReApN	0,46	-0,342	Não recebem aposentadoria
CpTdM	0,46	-0,466	A mulher é a titular da DAP
ReCoS	0,45	-0,357	Vendem no comércio local
DtCrM	0,44	-0,849	Crianças - mulher
CpAPpN	0,42	-0,746	Abóbora - interrompem produção - pós
DtdEFM	0,41	-0,952	Frutas - entrega durante - mulher
DtdPPoH	0,38	-1,116	Polpa - produção durante - homem
CpFrPpN	0,38	-0,789	Frango - interrompem produção - pós
DtCdrH	0,37	-0,553	Controle de despesas e receitas - homem
RpaTaU	0,37	-0,552	Acessou o PAA por até um ano
DtaVHM	0,35	-0,761	Hortifrutigranjeiros - venda após - mulher
DtdEHM	0,34	-0,867	Hortifrutigranjeiros - entrega durante - mulher
DtdPFM	0,34	-0,863	Frutas - produção durante - mulher
CpSiB	0,34	-0,745	Selo - não, muita burocracia
DtCdrM	0,32	-0,729	Controle de despesas e receitas - mulher
IsIgM	0,30	-0,633	Mulher participa de igreja
CpSiEV	0,30	-0,706	Selo - sim, exigência para vender
RpDpVS	0,30	-0,375	Adquiriram ou trocaram de veículo durante o programa
CpTtM	0,29	-0,441	A mulher é a titular da terra
IsIgH	0,29	-0,623	Homem participa de igreja
DtdPPpC	0,29	-0,979	Produtos processados - produção durante - casal
RpaSRaI	0,28	-0,430	Insatisfeitos com a renda antes do PAA

Quadro 61 – Categorias ativas do lado de baixo do eixo 3

			conclusão
DtONFT	0,27	-0,948	Organização das notas fiscais - todos da casa (adultos e jovens)
DtOrCT	0,27	-0,948	Organização dos contratos - todos da casa (adultos e jovens)
DtRLH	0,26	-0,275	Roça e lavoura - homem
RpaSTdS	0,26	-0,588	Satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA
DtVFN	0,25	-0,232	Não vendem em feira
CpMPpN	0,25	-0,520	Mandioca - interromperam produção - pós

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

7.3.1 O lado superior do eixo 3

Como apresentado anteriormente, em relação ao primeiro lado do eixo 3, mais acima encontram-se 45,23% do total de categorias desse eixo. Posicionadas aqui, encontram-se as categorias que podem ser sistematizadas em divisão do trabalho familiar (prefixo Dt e 57,89% das categorias), informações sobre a renda da família (prefixo Re e 10,53% das categorias), sobre o relacionamento com o PAA (prefixo Rpa e 10,53% delas), sobre as características produtivas (prefixo Cp e 8,77% das categorias), sobre o relacionamento com o PNAE (prefixo Rpn e 7,02% das categorias), sobre as características de inserção social das famílias (prefixo Is e 3,51% das categorias) e suas características sociais (prefixo Cs e 1,75% delas).

Nesse lado de cima do eixo, três categorias apresentam características sociais das famílias: **Mulher proveniente do Maranhão** (CsOMM); **Ninguém participa de associação** (IsASN); **Ninguém participa de igreja** (IsIgN). A CsOMM indica que as mulheres adultas das famílias são provenientes do estado do Maranhão. A IsASN indica que ninguém da família participa de associação e a IsIgN indica que ninguém da família participa de igreja, seja ela católica ou evangélica. Em síntese, quanto mais acima no eixo 3, maior é a tendência de as mulheres terem sua origem no Maranhão, ou seja, serem migrantes no Tocantins, e de ninguém da família participar de associação ou de igreja, demonstrando que essas famílias não estão em um espaço de inserção social comum à região.

No que diz respeito às categorias que caracterizam a renda da família, seis categorias apresentaram contribuição: **Recebem aposentadoria** (ReApS); **Renda - Vendem na feira de outra cidade** (ReFOS); **Não vendem no comércio local** (ReCoN); **Não possuem trabalho formal fora da propriedade** (ReTfN); **Casal possui**

informação sobre renda (ReRIC); Destino da renda, não responde (ReDNR). A ReApS indica que o recebimento do benefício previdenciário de aposentadoria, independe se o benefício é por idade, por doença, por tempo de contribuição ou por benefício assistencial. A ReFOS indica que parte da renda familiar é proveniente de comercialização em feira de outra cidade, ou seja, no município de Araguaína. A ReCoN indica que a família não comercializa seus produtos no comércio local de Wanderlândia e ReTfN indica que a família não realiza qualquer tipo de trabalho formal fora da propriedade e que seja remunerado mensalmente. A ReRIC indica que todas as informações sobre a renda familiar são compartilhadas pelos casais adultos das famílias e a ReDNR indica que a família optou por não responder qual o destino da renda familiar, ou seja, com o que o dinheiro da família é utilizado. Em síntese, essas categorias indicam que parte da renda familiar é proveniente de aposentadoria e de comercialização nas feiras de Araguaína e que as famílias não possuem renda com origem no comércio local ou com trabalho formal fora da propriedade. Além disso, as categorias também indicam que, apesar de não informar o destino da renda, os casais possuem o controle pelas informações financeiras familiares. Ou seja, quanto mais acima no eixo 3, maior é a tendência de a renda ser proveniente da aposentadoria e das feiras de Araguaína e dos casais compartilharem as informações financeiras da família.

As categorias que indicam as características produtivas das famílias também apresentam contribuição: **Farinha - permanece produção - pós (CpFaPpS); Melancia - permanece produção - pós (CpMePpS); Permanecem produzindo milho pós programa (CpMiPpS); Selo - não, falta de informação (CpSiFI) e O homem é o titular da terra (CpTtH).** Dessas, três categorias indicam que as famílias permaneceram com a produção de determinados produtos mesmo após o término do período de acesso aos programas. Esses produtos indicados são: melancia (CpMePpS), farinha de mandioca (CpFaPpS) e milho (CpMiPpS). A categoria CpSiFI indica que a família não possui os selos de inspeção necessários para comercialização de produtos que passam por algum tipo de processamento, como polpas de fruta, mel e farinha de mandioca, ou de produtos de origem animal, como frangos. Essa categoria também indica que a ausência desses selos é devido à ausência de informações para a realização dos procedimentos necessários. A categoria CpTtH indica que a titularidade da propriedade rural é do homem adulto da família. Em síntese, quanto mais para cima do eixo, maior é a tendência de as famílias não possuírem informações para retirada dos selos de inspeção, de manterem as

produções de melancia, farinha e milho durante e após o vínculo com os programas e de a titularidade da terra ser masculina.

No que diz respeito às categorias que caracterizam a relação das famílias com os programas, dez categorias contribuíram. Seis delas são relativas ao acesso ao PAA: **Muito satisfeitos com a renda antes do PAA** (RpaSRaMS); **Muito satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA** (RpaSTdMS); **Muito satisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA** (RpaSTapMS); **Satisfação - trabalho após - Não acessou o PAA** (RpaSTapNA); **Satisfação - renda antes - Não acessou o PAA** (RpaSRaNA); **Tempo de acesso: Não acessou o PAA** (RpaTaN). No que diz respeito à relação com o PAA, a RpaSRaMS indica que a família avaliou como muito satisfatória a renda familiar antes do PAA. A RpaSTdMS indica como muito satisfatória a forma que a família realizou a divisão do trabalho durante o PAA e a RpaSTapMS indica que a divisão do trabalho permaneceu muito satisfatória para o período após o PAA. A RpaSTapNA indica que as famílias que não acessaram ao PAA também contribuíram para a inércia desse lado do eixo 3. Em síntese, as categorias indicam que algumas famílias não acessaram ao PAA, mas que as que o fizeram, avaliaram positivamente a renda familiar no período anterior ao seu acesso e também avaliaram positivamente a forma como a divisão do trabalho foi realizada durante e após o término do acesso ao programa. Ou seja, quanto mais acima do eixo 3, maior é a tendência de as famílias não acessarem ao PAA, mas quando o acessam, a tendência é de realizarem uma avaliação positiva da renda anterior ao programa e da divisão do trabalho durante e após o programa. Nota-se, também, a tendência de haver a manutenção da opinião relativa à divisão do trabalho familiar durante e após o acesso ao programa.

Quatro delas são relativas ao acesso ao PNAE: **Muito insatisfeitos com a renda durante o PNAE** (RpnSRdMI); **Muito satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PNAE** (RpnSTdMS); **Satisfação - renda após - Não acessou o PNAE** (RpnSRapNA); **Satisfação - trabalho durante - Não acessou o PNAE** (RpnSTdNA). A RpnSRapNA indica que, ao avaliarem a renda familiar após o acesso ao PNAE, a família responde que não o acessou. A RpnSTdNA também indica que a família não acessou ao programa, mas quando questionados sobre a divisão do trabalho familiar. A RpnSRdMI indica que a família avalia como muito insatisfeitos com a renda familiar durante o acesso ao PNAE e a RpnSTdMS indica que, durante esse período, a família avalia como muito satisfatória a forma que a divisão do trabalho foi realizada. Em síntese, essas categorias indicam que as famílias não acessaram o PNAE, mas que, quando o fizeram, avaliaram negativamente

a renda familiar durante o período de acesso e muito satisfatoriamente a divisão do trabalho durante esse mesmo período.

Esse grupo de categorias também demonstra que, quanto mais para cima desse eixo, maior é a tendência de as famílias terem acessado apenas um dos programas: ou o PNAE ou o PAA.

As categorias mais presentes nesse lado de cima do eixo 3 são as que fazem parte do grupo de categorias que caracterizam a divisão do trabalho familiar. São elas: **Abóbora - produção após - casal** (DtaPAbC); **Mandioca - produção após - casal** (DtaPMC); **Melancia - produção após - casal** (DtaPMeC); **Milho - produção após - casal** (DtaPMiC); **Hortifrutigranjeiros - venda após - homem** (DtaVHH); **Mandioca - venda após o programa - casal** (DtaVMC); **Compra de insumos - casal** (DtCiC); **Compras - todos da casa (adultos e jovens)** (DtCoT); **Compra e venda de pequenos animais - todos da casa** (DtCVpaT); **Farinha - entrega durante - homem** (DtdEFaH); **Milho - produção durante - casal** (DtdPMiC); **Grandes animais - outra resposta (homem jovem+homem adulto e homem jovem+persona externa)** (DtGanO); **Horta - outra resposta (menina jovem+homem adulto e homem jovem)** (DtHoO); **Horta - todos da casa (adultos e jovens)** (DtHoT); **Limpeza da casa - mulher adulta e homem jovem** (DtLcMHJ); **Limpeza da cozinha - mulher adulta e mulher jovem** (DtLcoMMJ); **Limpeza da cozinha - todos da casa (adultos e jovens)** (DtLcoT); **Limpeza da casa - todos da casa (adultos e jovens)** (DtLcT); **Obtenção de lenha - homem adulto e homem jovem** (DtLeHHJ); **Alimentação - todos da casa (adultos e jovens)** (DtPAIT); **Obtenção de lenha: outra reposta (persona externa+homem jovem+todos da casa)** (DtLeO); **Organização das notas fiscais - filha ou filho** (DtONFFF); **Organização dos contratos - filha ou filho** (DtOrCFF); **Aprenderam a dividir as tarefas com formação política** (DtAprF).

Dessas, oito categorias dizem respeito à responsabilidade por realizar tarefas específicas em diferentes momentos da cadeia produtiva relativas ao acesso aos programas.

A DtdPMiC indica que a responsabilidade pela produção de milho durante o acesso era do casal. Já a DtdEFaH indica que a responsabilidade pela entrega da farinha aos órgãos beneficiários dos programas era do homem adulto da família. Em relação ao período após o acesso aos programas, a responsabilidade era do casal na produção de abóbora (DtaPAbC), de mandioca (DtaPMC) e de milho (DtaPMiC). A DtaVHH indica que a responsabilidade pela venda de hortifrutigranjeiros após o acesso era do homem

adulto e a DtaVMC indica que a venda da mandioca durante esse mesmo período era do casal da família. Em síntese, essas categorias indicam que, quanto mais para cima no eixo 3, maior é a contribuição das categorias que indicam que, durante o período de acesso aos programas, a produção de milho era responsabilidade dos casais e a entrega da farinha era responsabilidade masculina; maior é a contribuição das categorias que indicam que, após o acesso aos programas, maior é a contribuição de categorias que indicam que a produção de abóbora, de mandioca e de milho era dos casais; e que a venda de hortifrutigranjeiros era do homem e da mandioca era dos casais. Ou seja, quanto mais acima no eixo 3, maior é a tendência de haver manutenção na produção de milho realizada pelo casal, independentemente da relação com o programa e que os casais também atuam tanto na produção quanto na comercialização de mandioca no período após o acesso aos programas. Quanto mais para cima no eixo 3, também é maior a tendência de a entrega de farinha aos beneficiários dos programas e a comercialização da produção de hortifrutigranjeiros ser realizada pelos homens. Ou seja, independente da relação com os programas, o contato direto com os consumidores de farinha e de hortifrutigranjeiros é realizado pelos homens, enquanto que os demais processos produtivos, internos à propriedade rural, são compartilhados por homens e mulheres.

Três categorias relativas à divisão do trabalho familiar podem ser reagrupadas em relação às tarefas produtivas, independente da relação com os programas. A DtGanO indica que, nas famílias existe uma diversidade de pessoas que são responsáveis pelo cuidado dos grandes animais – como gado e cavalos. Algumas famílias indicaram a responsabilidade sendo do homem jovem, e outras famílias a responsabilidade compartilhada entre os homens adultos e jovem da casa, em outras famílias, ainda, a responsabilidade é de uma pessoa externa à família, sendo um homem em todas as indicações. A DtHoO também indica uma ampla diversidade de responsáveis pelo cuidado com a horta da propriedade: em algumas famílias, a responsabilidade é compartilhada entre o homem adulto e o homem jovem e, em outras famílias, a responsabilidade é da mulher jovem da casa. A DtHoT indica que, em algumas famílias, a responsabilidade pela horta é de todos da casa, ou seja, de todos os adultos e jovens residentes na propriedade. Em síntese, quanto mais acima no eixo 3, maior é a tendência de haver uma ampla variedade de responsáveis pela horta e pelos grandes animais. No entanto, nota-se uma tendência na masculinização das tarefas relativas aos grandes animais e uma tendência de o cuidado com a horta ser compartilhado entre adultos e jovens, indicando assim, uma separação sexual e geracional de tarefas.

Ainda em relação às categorias que caracterizam a divisão do trabalho familiar, sete delas indicam a divisão do trabalho nas tarefas de cuidado e reprodução da vida. A DtLcMHJ indica que a limpeza dos cômodos internos da casa é de responsabilidade da mulher adulta e do homem jovem e a DtLcT indica que essa tarefa é de responsabilidade de todos da casa, tanto dos membros adultos, quanto dos membros jovens. A DtLcoT indica que todos da casa também são responsáveis pela limpeza da cozinha e a DtLcoMMJ que essa mesma tarefa (limpeza da cozinha) é responsabilidade da mulher adulta e da mulher jovem da família. A DtPAIT indica que o preparo da alimentação familiar é responsabilidade de todos os membros da família, tanto adultos, quanto jovens. Em algumas famílias, a obtenção de lenha para a manutenção das tarefas domésticas e produtivas é uma responsabilidade compartilhada entre os homens adultos e jovens da família (DtLeHHJ), enquanto que em outras famílias essa responsabilidade pode ser tanto de uma pessoa externa, quanto do homem jovem, ou de todos os membros da casa (DtLeO). Em síntese, essas categorias indicam que, quanto mais para cima no eixo 3, maior é a tendência de as tarefas de cuidado e de reprodução da vida serem compartilhadas por todos os membros da família ou por mais de um membro.

Duas categorias indicam a divisão do trabalho familiar em tarefas administrativas: Organização das notas fiscais - filha ou filho (DtONFFF) e Organização dos contratos - filha ou filho (DtOrCFF). Ambas as categorias indicam a responsabilidade dos jovens na realização dessas tarefas. A DtONFFF indica que as notas fiscais de comercialização de produtos são organizadas pelo filho ou pela filha, ou seja, pelos jovens da família. A DtOrCFF indica que a organização dos contratos de compra e venda e relativas ao acesso aos programas também é responsabilidade dos filhos ou das filhas, ou seja, dos jovens das famílias. Em síntese, essas categorias indicam que, quanto mais acima no eixo 3, maior é a tendência de os jovens serem responsáveis pelas tarefas administrativas da propriedade. Nota-se, assim, uma tendência à divisão geracional do trabalho familiar.

Além dessas categorias que caracterizam a divisão do trabalho familiar em diversas tarefas, a DtAprF indica que os membros das famílias aprenderam a dividir as tarefas com a formação política que receberam nos sindicatos, movimentos sociais ou na vivência das associações. Ou seja, quanto mais acima no eixo 3, maior é a tendência de as famílias terem aprendido a dividir as tarefas com o processo de formação política.

Analiticamente, essas categorias podem indicar que esse lado do eixo 3 é o lado do compartilhamento de tarefas entre os membros das famílias e da divisão geracional do trabalho familiar. Há grande variedade de responsáveis pela horta e pelos grandes

animais, as tarefas de cuidado e de reprodução da vida são compartilhadas por todos os membros da família ou, pelo menos, por mais de um membro. Esse é o lado do eixo 3 em que os jovens são responsáveis pelas tarefas administrativas da propriedade e que as informações financeiras da família são compartilhadas pelos casais. Além disso, as famílias posicionadas aqui aprenderam a divisão de tarefas por meio dos processos de formação política que vivenciaram.

Esse é o lado que apresenta a migração feminina para o estado do Tocantins e da concentração da titularidade da terra nas mãos masculinas. As famílias desse lado do eixo 3 não apresentam características de inserção social, visto que não participam nem das associações e nem das igrejas locais. A renda financeira dessas famílias é proveniente da aposentadoria e da comercialização de produtos nas feiras de Araguaína. As famílias daqui não possuem os selos de inspeção para comercialização de determinados produtos devido à falta de informações relativas a esse processo.

Esse lado do eixo também pode ser considerado como o eixo das famílias que acessaram apenas um dos programas. Ou seja, ou as famílias não acessaram ao PAA, mas quando o acessam, avaliaram positivamente a renda anterior ao programa e a divisão do trabalho durante e após o programa, ou as famílias não acessaram ao PNAE, mas, quando o fizeram, avaliaram negativamente a renda e positivamente a divisão do trabalho durante o período de acesso a esse programa. Em síntese, percebemos que, independente de qual programa acessaram, todas as famílias posicionadas aqui avaliam negativamente a renda familiar.

Em termos produtivos, nesse lado de cima do eixo 3 estão posicionadas as famílias que mantiveram as produções de melancia, farinha e milho após o período de acesso aos programas. Nesses casos, o milho e a mandioca se mantiveram sob responsabilidade dos casais, já a farinha, sob responsabilidade dos homens. Os hortifrutigranjeiros também eram comercializados sob responsabilidade dos homens, enquanto que a produção de abóbora era tarefa dos casais. Não houve alterações de responsáveis por nenhum dos produtos nem durante e nem depois do acesso. Também não há alteração a partir do local em que a atividade produtiva é realizada – dentro ou fora da propriedade rural.

7.3.2 O lado de baixo do eixo 3

Em seu lado oposto, mais para baixo do eixo 3, se encontram 54,76% das categorias que contribuem para sua inércia. Posicionadas aqui, encontram as categorias

que podem ser sistematizadas em divisão do trabalho familiar (prefixo Dt e 44,93% das categorias), informações sobre a renda da família (prefixo Re e 11,59% das categorias), sobre o relacionamento com os programas de uma maneira geral (prefixo Cp e 1,45% das categorias), sobre o relacionamento com o PAA (prefixo Rpa e 8,70% das categorias), sobre as características produtivas (prefixo Cp e 18,84% de categorias), sobre o relacionamento com o PNAE (prefixo Rpn e 7,25% das categorias), sobre as características de inserção social das famílias (prefixo Is e 5,80% das categorias) e suas características sociais (prefixo Cs e 1,45% das categorias).

Algumas categorias também indicam as características sociais e de inserção social das famílias. São elas: **Localização - Área urbana de Wanderlândia** (CsLW); **Casal participa de sindicato** (IsSC); **Casal participa de associação** (IsASC); **Homem participa de igreja** (IsIgH); **Mulher participa de igreja** (IsIgM). A CsLW indica que as famílias residem na área urbana do município de Wanderlândia, tendo as propriedades rurais apenas como espaço de produção e lazer, e não como espaço de residência. A IsSC indica que os casais participam do sindicato rural de trabalhadores rurais e a IsASC indica que os casais também participam juntos da associação de produtores rurais. A IsIgH indica que o homem adulto é o membro da família que participa da Igreja, seja ela católica ou evangélica, e a IsIgM indica que é a mulher adulta que a frequenta. Em síntese, as categorias indicam que, quanto mais abaixo no eixo 3, maior é a tendência de as famílias residirem na área urbana de Wanderlândia, de os casais participarem do sindicato e da associação e de as igrejas serem frequentadas ou pelos homens, em algumas famílias, ou pelas mulheres, em outras.

No que diz respeito às características sobre a renda familiar, oito categorias apresentam contribuição: **Realizam trabalho sazonal fora da propriedade** (ReTsS); **Possuem trabalho formal fora da propriedade** (ReTfS); **Vendem no comércio local** (ReCoS); **Não recebem aposentadoria** (ReApN); **destino da renda, sabe** (ReDS); **Mulher possui informação sobre renda** (ReRIM); **Pós-programa: controle financeiro feito pelo homem** (ReCPPH); **Não houve alteração no responsável pelas informações sobre a renda** (ReAIN). Dessas, as categorias que informam a origem da renda familiar indicam que a família recebe recursos financeiros referentes à trabalhos realizados fora da propriedade rural familiar apenas em períodos específicos (ReTsS), que recebem recursos financeiros proveniente de trabalho formal fora da propriedade rural, independente do regime contratual (ReTfS), que recebem recursos financeiros proveniente da comercialização de seus produtos no comércio local de Wanderlândia

(ReCoS) e que seus recursos financeiros não são provenientes do recebimento do benefício social da aposentadoria (ReApN). As outras categorias indicam o controle das informações sobre a renda familiar. A ReDS indica que a família sabe o destino da renda recebida, ou seja, com o que os recursos financeiros recebidos foram utilizados. A ReRIM indica que, independente do período de acesso aos programas, a mulher é quem possui as informações sobre a renda familiar. A ReCPPH indica que, no período após o término de acesso aos programas, o homem adulto da família é quem realiza o controle financeiro da renda familiar. A ReAIN indica que, com o passar do tempo, após o término do período de acesso aos programas, o membro da família responsável pelas informações sobre a renda familiar não se alterou. Em síntese, as categorias indicam que, quanto mais para baixo no eixo 3, maior é a tendência de o recurso financeiro das famílias terem origem no comércio local, no trabalho formal e sazonal fora da propriedade e não receberem aposentadoria. As categorias também indicam a tendência de as famílias saberem o destino da renda recebida pela família e que quem controla essas informações é a mulher. Em determinadas famílias, após o término do período de acesso aos programas, o responsável pelo controle financeiro era o homem. No entanto, a tendência é de não ter ocorrido alterações na pessoa responsável por essas informações ao longo do período de acesso aos programas.

Nesse lado de baixo do eixo 3 as categorias relativas às características produtivas das famílias também demonstraram contribuição para sua inércia. As categorias são: **Alface - continuam o acesso aos programas** (CpAlPpN); **Produtos processados - permanecem produzindo - pós** (CpPPpS); **Abóbora - interrompem produção - pós** (CpAPpN); **Farinha - interrompem produção - pós** (CpFaPpN); **Frango - interrompem produção - pós** (CpFrPpN); **Mandioca - interromperam produção - pós** (CpMPpN); **Selo - não, muita burocracia** (CpSiB); **Selo - sim, exigência para vender** (CpSiEV); **Origem da terra: outra origem** (CpOtO); **O tamanho da propriedade é até cinco alqueires** (CpTpC); **Terceiros são titulares da terra** (CpTtT); **A mulher é a titular da terra** (CpTtM); **A mulher é a titular da DAP** (CpTdM).

Algumas categorias que indicam as características produtivas das famílias podem permitir compreender melhor as características gerais dessas famílias e de suas propriedades. A CpOtO indica que a origem da terra não é a mesma das demais da região – como reforma agrária, crédito fundiário ou herança. No caso dessa categoria, ela indica que a origem da terra ou é de troca e espera de regularização (visto que o proprietário anterior havia conquistado-a via Programa Nacional de Reforma Agrária), ou a família

reside na propriedade de seu empregador e a propriedade também é seu local de trabalho ou a origem é da doação realizada pelo Ministério Público do Trabalho para a associação rural da região. A CpTpC indica que o tamanho da propriedade é de até cinco alqueires. A CpTtM indica que a mulher adulta da família é a titular da propriedade rural, enquanto que a CpTtT indica que essa titularidade é de terceiros, ou seja, de pessoas externas à família. A CpTdM indica que a mulher adulta da família é a titular da Declaração de Aptidão ao Pronaf. Em síntese, essas categorias indicam que, quanto mais abaixo no eixo 3, maior é a tendência de as propriedades possuírem até cinco alqueires, terem origem diversa e não habitual na região e de terem como titulares as mulheres adultas ou pessoas externas à família. Nessa região do eixo 3 também é maior a tendência de as mulheres adultas serem as titulares da DAPs.

Outras categorias se dedicam a indicar se as famílias permaneceram ou interromperam a produção de determinados produtos após o acesso aos programas. A CpAlPpN indica que, no caso da produção de alface, as famílias permanecem acessando algum dos programas, portanto, a produção não foi interrompida. A CpPPpS indica que as famílias permaneceram produzindo os produtos processados – como temperos caseiros, pães, biscoitos – após o período de acesso aos programas. Já a produção de abóbora (CpAPpN), farinha (CpFaPpN), frango (CpFrPpN) e mandioca (CpMPpN) foram interrompidas quando encerraram o acesso aos programas. Em síntese, essas categorias indicam que, quanto mais abaixo no eixo 3, maior é a tendência da paralização na produção de diversos produtos comuns na região e na continuidade apenas na produção de produtos processados. A tendência também é maior de as famílias continuarem o acesso nas produções de alface.

A relação das famílias com os órgãos de vigilância sanitária pode ser representada por duas categorias. A CpSiB indica que as famílias não possuíam os selos necessários para a comercialização de determinados produtos devido ao excesso de burocracia exigidos para consegui-los. Já a CpSiEV indica que as famílias possuem os selos necessários devido às exigências existentes para a comercialização de determinados produtos. Em síntese, as categorias indicam que, quanto mais para baixo do eixo 3, maior é a tendência de as famílias possuírem os selos devidos às exigências para comercialização, mas que, quando elas não os possuem, é devido ao excesso de burocracia necessária.

Doze categorias relativas à relação das famílias com os programas contribuem com a inércia do lado de baixo do eixo 3. Uma diz respeito à relação das famílias com os

programas de maneira geral, independente de qual deles: **Adquiriram ou trocaram de veículo durante o programa** (RpDpVS). Seis categorias são relativas à relação das famílias com o PAA: **Insatisfeitos com a renda antes do PAA** (RpaSRaI); **Satisfeitos com a renda antes do PAA** (RpaSRaS); **Satisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA** (RpaSTdS); **Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho durante o PAA** (RpaSTdNS); **Insatisfeitos com a divisão do trabalho após o PAA** (RpaSTapI); e **Acessou o PAA por até um ano** (RpaTaU). Cinco categorias são relativas à relação das famílias com o PNAE: **Muito satisfeitos com a renda durante o PNAE** (RpnSRdMS); **Insatisfeitos com a renda após o PNAE** (RpnSRapI); **Nem satisfeitos e nem insatisfeitos com a divisão do trabalho durante o PNAE** (RpnSTdNS); **Insatisfeito com a divisão do trabalho após o PNAE** (RpnSTapI); e **Acessou o PNAE por até cinco anos** (RpnTaC).

Com relação aos programas, sem especificação de qual deles a família se relacionou, a RpDpVS indica que as famílias adquiriram ou trocaram de veículo durante o seu acesso. Relativas ao PAA, a RpaSRaI indica que a família estava insatisfeita com a renda familiar antes do acesso ao programa e a RpaSRaS indica que a família estava satisfeita com a renda familiar antes do seu acesso. A RpaSTdS indica que a família estava satisfeita com a forma como realizavam a divisão do trabalho antes do acesso ao programa e a RpaSTdNS indica que, nesse mesmo período, a família avaliava como nem satisfeitas e nem insatisfeitas em relação à forma que realizavam a divisão do trabalho entre os membros da família. A RpaSTapI indica que a família estava insatisfeita com a divisão do trabalho familiar após o término do período de acesso ao programa. A RpaTaU indica que as famílias acessaram o PAA por até um ano. Em síntese, esse grupo de categorias indica que, independente do programa acessado, as famílias conseguiram adquirir ou trocar de veículo e que, com relação ao PAA, algumas famílias avaliaram positivamente a renda antes do acesso ao programa e outras famílias avaliaram negativamente a renda nesse mesmo período. Portanto, essas categorias também indicam que, com relação à divisão do trabalho entre os membros da família antes do período de acesso ao PAA, algumas avaliaram positivamente e outras como indiferentes e que, para o período após o término do acesso ao programa, a divisão do trabalho foi avaliada negativamente. Ou seja, essas famílias acessaram o PAA apenas por um ano. Essas sínteses indicam que, quanto mais para baixo no eixo 3, maior é a tendência de as famílias terem acessado ao PAA por apenas um ano, terem realizado avaliações distintas e opostas em relação à renda familiar para o período anterior ao acesso aos programas e terem mudado de

posicionamento com relação à divisão do trabalho familiar durante os seus diferentes períodos de acesso, avaliando positivamente o período anterior e negativamente o período posterior. Além dessas informações, a tendência também é de que, quanto mais abaixo no eixo 3, maior é a possibilidade de as famílias terem adquirido ou trocado de veículo durante o acesso a algum dos programas. Nesse sentido, nota-se a tendência na alteração de posicionamentos relativos à divisão do trabalho a partir do momento de acesso ao PAA.

Relativas à relação da família com o PNAE, a RpnSRdMS indica que as famílias avaliaram como muito satisfeitas com a renda familiar durante o seu período de acesso e a RpnSRapI indica a insatisfação da família com a renda após o seu acesso. Com relação à divisão do trabalho familiar, a RpnSTdNS indica que a família não considerava nem como satisfeitos e nem como insatisfeitos com essa divisão durante o acesso ao PNAE, no entanto, a RpnSTapI indica a insatisfação com essa divisão após o seu acesso. A RpnTaC indica que a família acessou o PNAE por um período de três até cinco anos. Em síntese, essas categorias indicam que, quanto mais abaixo no eixo 3, maior é a tendência de as famílias terem acessado o PNAE por mais de três anos e por menos de cinco anos e que é maior a tendência de haver alteração no posicionamento da família em relação à renda e à divisão do trabalho ao longo do período de acesso aos programas: os dois critérios são avaliados positivamente durante o período de acesso e negativamente após o término do período de acesso.

As categorias mais presentes nesse lado de baixo do eixo 3 são as que fazem parte do grupo de categorias que caracterizam a divisão do trabalho familiar. São elas: **Alface - produção durante - homem** (DtdPAIH); **Frutas - produção durante - mulher** (DtdPFM); **Polpa - produção durante - homem** (DtdPPoH); **Produtos processados - produção durante - casal** (DtdPPpC); **Produtos processados - produção durante - outra resposta (mãe mais homem)** (DtdPPpOR); **Alface - entrega durante - Outra resposta (homem + mulher)** (DtdAlOR); **Frutas - entrega durante - mulher** (DtdEFM); **Frutas - entrega durante - outra pessoa** (DtdEFO); **Frango - entrega durante - outra resposta (casal ou mulher)** (DtdEFrO); **Hortifrutigranjeiros - entrega durante - mulher** (DtdEHM); **Hortifrutigranjeiros - venda após - mulher** (DtaVHM); **Produtos processados - venda após - mulher** (DtaVPpM); **Não possuem grandes animais** (DtGanN); **Não possuem horta** (DtHoN); **Não possuem pequenos animais** (DtPanN); **Não possuem pomar** (DtPoN); **Roça e lavoura - homem** (DtRLH); **Não vendem em feira** (DtVFN); **Relato de trabalho remunerado - mulher** (DtTrM); **Relato**

de trabalho remunerado - homem (DtTrH); Alimentação - homem (DtPAIH); Limpeza da cozinha - homem (DtLcoH); Limpeza da casa - homem (DtLcH); Crianças - mulher (DtCrM); Compras - mulher (DtCoM); Organização dos contratos - todos da casa (adultos e jovens) (DtOrCT); Organização das notas fiscais - todos da casa (adultos e jovens) (DtONFT); Controle de despesas e receitas - mulher (DtCdrM); Controle de despesas e receitas - homem (DtCdrH); Aprenderam a dividir as tarefas com formação política (DtAprFP); Aprenderam a dividir as tarefas com a mãe (DtAprM).

Dessas, algumas caracterizam a divisão do trabalho familiar em distintos momentos do acesso aos programas. A DtdPAIH indica que a produção da alface durante o acesso ao programa era responsabilidade dos homens adultos. Já a entrega (DtdAIOR) era de responsabilidade ou de homens adultos, em algumas famílias, ou de mulheres adultas, em outras famílias. Nota-se que, a depender do tipo de atividade a ser desempenhada, a responsabilidade se altera: em algumas famílias, ocorre a inserção das mulheres nas tarefas relativas à entrega desse produto.

A DtdPFM indica que a produção das frutas in natura durante o período de acesso aos programas era responsabilidade das mulheres adultas da família. A DtdEFM indica que, em algumas famílias, o processo de entrega de frutas in natura era responsabilidade das mulheres adultas. Já em outras famílias, essa entrega era realizada por uma pessoa externa à família (DtdEFO). Em síntese, a tendência é do protagonismo feminino nas tarefas relativas às frutas in natura, tendo a participação externa apenas no processo de entrega dessa produção. Apesar da produção de frutas tender a ser uma tarefa feminina, a DtdPPoH indica que a produção de polpas de frutas durante o acesso aos programas era responsabilidade masculina. Ou seja, para essas famílias, o processo de transformação de um produto in natura em seu subproduto – de frutas para polpas – possui marcas de gênero.

Os produtos processados – pães, temperos, biscoitos – também possuem marca de gênero, mas de maneira distinta. A DtdPPpC indica que, durante o acesso aos programas, esses produtos eram produzidos de maneira compartilhada entre casais e DtdPPpOR indica que esse trabalho era compartilhado entre o homem adulto e sua mãe. Já a comercialização desse produto após o acesso aos programas, passa a ser responsabilidade da mulher adulta da família. Ou seja, quanto mais abaixo no eixo 3, maior é a tendência da relação com os produtos processados possuírem uma marca de gênero que insere as

mulheres no espaço público e de negociação com os clientes, enquanto que os homens se mantêm apenas nos momentos de sua produção.

Para esse local do eixo 3, a relação das famílias com os produtos hortifrutigranjeiros só contribui na entrega, durante o acesso, e na comercialização, após o acesso aos programas. A DtdEHM indica que a entrega desses produtos para os órgãos beneficiários era responsabilidade das mulheres adultas das famílias. A DtaVHM indica que a comercialização desses produtos também era responsabilidade feminina. Em síntese, quanto mais abaixo no eixo 3, maior é a tendência da manutenção do protagonismo feminino na inserção dos hortifrutigranjeiros no mercado convencional – feiras, comércios – e no mercado institucional – via PAA e PNAE –, ou seja, independente da relação com os programas. Nota-se, inclusive, que a produção de hortifrutigranjeiros possibilita a presença feminina nos espaços privados e de negociação.

A relação das famílias com o frango contribui para esse lado do eixo apenas no que diz respeito à entrega dessa produção durante o acesso aos programas. A DtdEFrO indica que a entrega da produção de frangos varia de acordo com a família: era o casal, em algumas, e a mulher em outras. Nota-se, assim, a tendência da presença feminina na entrega dessa produção, seja sozinha ou de maneira compartilhada.

Ao contrário do que foi indicado pelo lado de cima desse eixo, nesse posicionamento as mulheres ocupam mais os espaços de negociação de maneira isolada do que compartilhando com os seus cônjuges. Nesse lado do eixo também é possível identificar uma maior tendência à alteração nos responsáveis pelas tarefas após o acesso aos programas.

Ao serem questionadas sobre a divisão do trabalho familiar em determinadas atividades produtivas, as famílias indicaram que não as desenvolvem. Isso ocorreu para a produção de grandes animais (DtGanN) e de pequenos animais (DtPanN), na produção de horta (DtHoN) e de frutas em pomar (DtPoN). Quando questionadas sobre a produção em roça e lavoura, a DtRLH indica que o homem adulto da família era o responsável por essa atividade. Em síntese, as categorias indicam que a ausência da produção de grandes e pequenos animais e o trabalho em horta e pomares contribuem para a inércia do eixo 3. E que quando as famílias possuem roça e lavoura, o responsável por essa atividade é o homem adulto da família.

As categorias relativas à divisão do trabalho familiar das tarefas de cuidado e reprodução da vida também apresentam contribuição para esse posicionamento. A DtPAIH indica que a alimentação da família é responsabilidade do homem adulto. O

homem adulto também é responsável pela limpeza da cozinha (DtLcoH) e pela limpeza da casa (DtLcH). Nesse posicionamento, as mulheres são responsáveis pelos cuidados com as crianças (DtCrM) e pelas compras da família (DtCoM). Em síntese, quanto mais abaixo no eixo 3, maior é a tendência de os homens realizarem as tarefas de limpeza do espaço doméstico e de preparo das refeições, enquanto que a tendência é de as mulheres cuidarem das crianças e das compras de gêneros alimentícios para a família.

Ao contrário do que foi indicado pelo lado de cima desse eixo, esse posicionamento não indica uma divisão geracional do trabalho de cuidados e reprodução da vida. No entanto, esse lado demonstra uma inversão dos papéis femininos e masculinos em cada um dos espaços, ou seja, nesse lado, os homens tendem a estarem mais direcionados às tarefas realizadas dentro do espaço doméstico, enquanto que as mulheres tendem a estar direcionadas mais às tarefas realizadas no espaço público, fora da propriedade rural.

No que diz respeito à divisão do trabalho para atividades que geram algum tipo de remuneração, a DtVFN indica que as famílias não comercializam seus produtos em feiras do município e nem de outro município próximo. No entanto, as famílias apontam a realização de trabalho remunerado fora da propriedade rural. Nesse caso, a DtTrM indica que a mulher adulta da família recebe esse tipo de remuneração e a DtTrH indica que é o homem adulto da família que o realiza. Em síntese, as categorias indicam que, quanto mais abaixo no eixo 3, maior é a tendência de as famílias não comercializarem sua produção em feiras e de haverem famílias em que os homens são remunerados por trabalhos fora da propriedade rural e que, em outras famílias que os realiza, são as mulheres adultas.

Também contribuem para esse posicionamento as categorias que indicam a divisão do trabalho familiar nas tarefas administrativas e financeiras. A DtOrCT indica que todos os moradores da casa – tanto os adultos, quanto os jovens – são responsáveis pela organização dos contratos de compra e venda de produtos. O mesmo ocorre com a organização das notas fiscais, indicada pela categoria DtONFT. A DtCdrM indica que o controle financeiro das despesas e das receitas da família é realizado pela mulher adulta, enquanto que a DtCdrH indica que essa responsabilidade é dos homens adultos. Em síntese, essas categorias indicam que, quanto mais para baixo no eixo 3, maior é a tendência de todos os membros das famílias se responsabilizarem pela organização dos contratos e das notas fiscais, e também é maior a tendência do controle financeiro das despesas e das receitas familiares ser realizado pelos homens, em algumas famílias, e

pelas mulheres, em outras. Essas características também apresentam distinções em relação ao lado de cima desse mesmo eixo. Naquele posicionamento, essas tarefas são realizadas apenas pelos membros jovens das famílias, demonstrando claramente uma tendência à divisão do trabalho ser geracional. Aqui, a tendência é em não haver nenhum tipo de distinção entre quem executa essas tarefas, visto que é compartilhada por todos.

Ainda em relação à divisão do trabalho familiar, a DtAprFP indica que as famílias aprenderam a dividir as tarefas nas atividades realizadas em momentos de formação política, em sindicatos ou movimentos sociais. Já a DtAprM indica que a divisão de tarefas foi aprendida com as mães. Ou seja, quanto mais abaixo no eixo 3, maior é a tendência de as famílias terem aprendido como realizar a divisão de tarefas entre os membros da família com a formação política ou com suas mães.

Analiticamente, esse lado de baixo do eixo 3 pode ser considerado como o lado da mudança de posicionamentos das famílias. Nesse posicionamento estão as famílias que residem na área urbana de Wanderlândia e que suas propriedades rurais possuem origem diversa e não habitual na região. Essas propriedades possuem até cinco alqueires e as mulheres adultas ou pessoas externas à família são seus titulares. Nessas famílias, a DAP possui titularidade feminina e a participação no sindicato e na associação é compartilhada entre os casais. A participação nas Igrejas ou é realizada pelos homens, em algumas famílias, ou pelas mulheres, em outras.

Nesse posicionamento do eixo há uma tendência à alteração dos responsáveis por determinados produtos a depender do tipo de atividade realizada e da relação com os programas. Essas alterações foram percebidas no caso da alface, das frutas, das polpas e dos produtos processados. Elas demonstraram também uma participação ativa das mulheres nos espaços públicos, atuando nas tarefas relativas à negociação e contato direto com os clientes, enquanto os homens se mantiveram nas tarefas realizadas nos espaços privados, dentro das propriedades rurais.

Nesse posicionamento mais abaixo no eixo 3, não há produção de grandes e pequenos animais, mas há trabalho em horta e em pomares e existem roça e lavoura, sendo o responsável por essa atividade, o homem adulto da família.

Esse posicionamento do eixo 3 pode ser considerado também como o da paralização na produção de diversos produtos comuns na região e na continuidade apenas na produção de produtos processados e de alface. Esse também é o lado do eixo 3 em que as famílias possuem os selos devido às exigências para comercialização, mas que, quando elas não os possuem, é devido ao excesso de burocracia necessária. Seus produtos não

são comercializados em feiras e, em algumas famílias, os homens são remunerados por trabalhos fora da propriedade rural e, em outras famílias, quem os realiza são as mulheres adultas. Assim, esse lado do eixo 3 é onde a origem dos recursos financeiros da família é do comércio local, no trabalho formal e sazonal fora da propriedade e onde as famílias não recebem aposentadoria.

Esse posicionamento do eixo 3 também é onde os homens realizam as tarefas de limpeza do espaço doméstico e de preparo das refeições, enquanto que a tendência é de as mulheres cuidarem das crianças e das compras de gêneros alimentícios para a família. Aqui também é onde todos os membros das famílias se responsabilizam pela organização dos contratos e das notas fiscais, e onde o controle financeiro das despesas e das receitas familiares é realizado pelos homens, em algumas famílias, e pelas mulheres, em outras. As famílias localizadas nesse posicionamento do eixo 3 sabem o destino da renda recebida pela família e quem controla essas informações após o término do período de acesso aos programas é o homem. Nesse posicionamento, as famílias aprenderam como realizar a divisão de tarefas entre os membros da família com a formação política ou com suas mães.

As famílias localizadas nesse posicionamento do eixo 3 acessaram o PAA por um ano e o PNAE por um período de três a cinco anos e adquiriram ou trocaram de veículo durante o acesso a algum dos programas. Com relação ao PAA, realizam avaliações distintas e opostas em relação à renda familiar para o período anterior ao acesso e mudaram de posicionamento com relação à divisão do trabalho familiar durante os diferentes períodos de acesso, avaliando positivamente o período anterior e negativamente o período posterior. Com relação ao PNAE, as famílias alteraram seu posicionamento sobre a renda e a divisão do trabalho ao longo do período de acesso aos programas: os dois critérios são avaliados positivamente durante o período de acesso e negativamente após o término do período de acesso.

7.3.3 Síntese do eixo 3

Finalizando a análise do eixo 3, é possível perceber algumas oposições entre os seus distintos lados. Enquanto do lado de cima nenhum membro da família participa de organizações sociais, como igrejas e associações, no lado de baixo, a participação é compartilhada entre os casais ou apenas por um dos membros adultos, a depender da família.

Sem apresentar oposição, mas caracterizando as famílias aqui posicionadas, têm-se que as mulheres adultas dessas famílias são migrantes do estado do Maranhão. Além disso, essas famílias residem na área urbana de Wanderlândia, ao contrário dos outros eixos, em que as residências das famílias são nas próprias áreas rurais. A análise dos dados apresenta uma lacuna importante entre as categorias que indicam os motivos que levaram à alteração da divisão do trabalho após o término dos programas. A lacuna está entre a Antes haviam tarefas da produção e mudaram devido atividades não agrícolas (DtAPeANA) e a Precisam ir à área urbana com frequência (DtAPeAU) e reforça a saída das famílias da realidade rural e a permanência delas nas atividades urbanas.

Em relação à divisão do trabalho familiar, enquanto o lado de cima apresenta o compartilhamento das tarefas entre todos os membros da casa ou entre os casais, o lado de baixo é caracterizado pelo lado em que as tarefas ou são realizadas pelos homens ou pelas mulheres. Foi possível perceber que, enquanto em um lado há o compartilhamento de tarefas, do outro lado há um forte protagonismo feminino nas tarefas realizadas fora da propriedade rural. Essa dualidade pode ser explicada pela origem do conhecimento sobre como dividir as tarefas: famílias de ambos os lados indicam que aprenderam por meio das formações políticas, no entanto, do lado de baixo, a contribuição dos ensinamentos das mães também é presente. Essa dualidade também é reforçada pela lacuna existente entre as categorias passivas Pagar contas - mulher (DtPgM) e Pagar contas - todos da casa (adultos e jovens) (DtPgT). Essa lacuna, por sua vez, reforça o protagonismo feminino nas atividades realizadas fora da propriedade e que envolvem o processo de negociação versus o compartilhamento dessas tarefas entre todos os residentes da casa.

Quanto mais acima, maior é a tendência de a titularidade da propriedade rural ser masculina, enquanto que, em oposição, quanto mais abaixo, maior é a tendência de a titularidade ser feminina ou de uma pessoa externa à família. A obtenção dos selos de vigilância sanitária também é característica de oposição entre os lados: quanto mais acima, maior a tendência de as famílias não os possuírem devido à falta de informações, enquanto que, quanto mais abaixo, maior é a tendência de as famílias possuírem devido às exigências para comercialização dos produtos e, quando as famílias não o possuem, a tendência é de o motivo ser o excesso de burocracias.

Enquanto a renda das famílias do lado de cima é proveniente da aposentadoria ou da comercialização em feiras de Araguaína, no lado de baixo a renda é proveniente da comercialização de produtos na feira e no comércio local ou no trabalho formal ou sazonal

realizado fora da propriedade rural. Apesar dessa dualidade, as famílias de ambos lados não possuem a renda proveniente da agropecuária como fonte principal de renda familiar, mas sim, a aposentadoria e as contratações fixas ou sazonais. Essas informações indicam a presença de famílias pluriativas nesse estudo. As informações sobre a renda, do lado de cima, são compartilhadas entre os casais, enquanto que, no lado de baixo, essas informações eram responsabilidade das mulheres, antes do período de acesso aos programas, e passou a ser dos homens após o término do acesso. Apresenta-se, assim, uma mudança de posicionamento nas famílias do lado de baixo, relativa ao controle das informações sobre a renda familiar, o que pode indicar que a renda do programa possui traços do gênero feminino, enquanto que a renda pós-programa, ou seja, outras fontes de renda, terem traços do gênero masculino.

A responsabilidade sobre as tarefas administrativas e burocráticas também está em oposição em ambos os lados: do lado de cima, essas tarefas são divididas geracionalmente, enquanto que do lado de baixo, há compartilhamento de responsabilidades. Com relação à renda financeira recebida durante o período de acesso ao PNAE, as famílias localizadas mais acima no eixo a avaliam negativamente, enquanto que as famílias localizadas mais abaixo no eixo a avaliam positivamente.

Além dessas características apresentadas, as entrevistas com as famílias que estão posicionadas nesse eixo demonstraram alguns elementos que reforçam as análises resultantes dessa ACM. Posicionadas de um lado do eixo, estão as F11 e F13, mulheres que, apesar de possuírem propriedades nas áreas rurais, residem na área urbana do município. Dessa forma, quem cuida das atividades agrícolas, são seus maridos e a elas cabem o trabalho formal prestado para a prefeitura municipal. Apesar de haver compartilhamento de responsabilidades quando os casais estão juntos, na família são bem delimitadas as origens das fontes de renda familiar. Durante o período da pandemia, com a paralização das atividades escolares e a consequente paralização das aquisições dos produtos pelo PNAE, o que mantém a renda familiar da F13 é o seu salário, visto que a atividade agrícola precisou ser abandonada devido à paralização do programa.

E6: Aí com essa parada, o meu esposo também, ele teve que buscar outras alternativas, teve que procurar um emprego, né? E aí parou tudo, não teve mais como produzir nada, não teve mais como mexer com nada. Acabou tudo dali a produção tudo. Galinha, porco, teve que abandonar mesmo, porque as contas vinham bater todo dia, né? Hoje perdeu tudo, não tem mais produção nenhuma. Perdeu tudo. (ENTREVISTA 6, 2021).

A pluriatividade passou de complemento da renda familiar para renda principal após o término do acesso aos programas.

Situação divergente ocorreu com as famílias F5, F24 e F36 posicionadas do lado oposto às demais. Para essas famílias, o término do acesso ao programa impactou a renda familiar, mas a alternativa encontrada foi continuar dependendo da comercialização para feiras ou para o comércio local. A inexistência de alternativas pluriativas, anteriores, é um possível fator de ter fixado as famílias no campo sem ocasionar o abandono das atividades produtivas.

Sendo assim, esse eixo 3 pode ser denominado como o eixo da **pluriatividade e do compartilhamento de responsabilidades**.

CAPÍTULO 8: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS VIDAS CONEXAS – O COTIDIANO FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO DOS HABITUS NO MEIO RURAL TOCANTINENSE

Esse capítulo tem o intuito de apresentar um esboço do cotidiano familiar rural do Tocantins descrevendo características que demonstram a construção de um *habitus* comum ao espaço social rural da agricultura familiar tocantinense, tendo como base os meios de vida das famílias de Wanderlândia. É importante deixar claro que meu intuito não é generalizar os meios de vida dessas famílias acreditando que eles se repetem em todos os cantos do interior do Tocantins. A tentativa nessa tese, e nesse capítulo, em específico, é demonstrar como essas famílias se organizam, se estruturam e se reproduzem socialmente a fim de criar indicativos de uma realidade comum ou distante das outras regiões do estado.

Para isso, foram utilizados como inspiração e base teórica as descrições dos meios de vida camponês de Antônio Candido, em *Parceiros do Rio Bonito*, e de Afrânio Raul Garcia Junior, em *O Sul: caminho do roçado*. Essas obras apresentam um relato etnográfico das mudanças que ocorreram nos meios de vida das populações residentes no interior de São Paulo – na obra de Candido – e no interior da Paraíba – na obra de Garcia Junior. Minha proposta é de, ao relatar as características descritas por esses autores, apresentar a realidade que encontrei nas famílias que entrevistei nessa pesquisa. O pano de fundo teórico desse capítulo será o conceito de campesinato, de Chayanov, e de construção de *habitus*, de Bourdieu. Como ambos os autores apresentam uma realidade do espaço rural distinta da do Brasil, também apresentarei estudos diversos que se basearam em suas teorias, mas que a adaptaram à realidade rural brasileira. Lembrando que a metodologia de análise dos dados levantados é a Análise de Correspondência Múltipla. Ou seja, os resultados provenientes desse método também serão inseridos nesse capítulo e, junto com trechos das entrevistas em profundidade, servirão de base empírica para a discussão teórica proposta.

O ponto de partida desse ensaio é o de compreender, também, a dualidade existente no meio rural e que precisa vir à tona para se analisar como se dão as relações sociais estabelecidas nesse espaço. Kageyama (2008) apresenta a diferenciação existente na compreensão da ruralidade e o faz a partir de três dimensões: ocupacional, ecológica e sociocultural. Para a autora, a dimensão ocupacional diz respeito às atividades agrícolas, pecuaristas e extrativistas, ou seja, compreende-se o rural como local de trabalho e de

extração de rendimentos. A dimensão ecológica explica a noção de ruralidade a partir da distância, do isolamento e do reduzido número de moradores, ou seja, o espaço rural é aquele distante das áreas urbanas, com baixa densidade populacional e em que os moradores residem isolados das áreas urbanizadas. A autora não aprofunda na dimensão sociocultural, mas destaca que é onde repousam as maiores divergências empíricas e teóricas, reforçando, assim, a dificuldade em se padronizar o modo de vida vivenciado pelos moradores dessas áreas e as relações sociais que eles estabelecem. Para essa tese, uso as ideias de Wanderley (2009) ao defender que o espaço rural é um espaço de vida, e não apenas um espaço de produção agrícola. Essa dualidade, em específico, é contrastada o tempo todo por Garcia Jr. e por Candido, seja pelos produtores de cana, de gado ou pelos senhores dos engenhos em contraste aos “sujeitos e libertos” (no caso estudado por Garcia Jr., no Nordeste) ou pelos produtores de café ou pelos industriais em contraste aos “parceiros” (estudados por Candido, em São Paulo).

Em Wanderlândia, uma dessas dualidades se concretiza entre os agricultores familiares de subsistência e os agricultores familiares empresariais. As duas obras demonstraram que a inserção dos costumes urbanos provenientes das capitais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram cruciais para a mudança dos meios de vida das populações rurais em ambos os locais. No caso de Wanderlândia, já inserida numa lógica rural, mas com alto grau de contato com as práticas urbanas, questiona-se se os meios de vida de ambos os grupos de agricultores familiares foram alterados com a inserção dessas famílias na dinâmica de acesso aos programas institucionais de inclusão produtiva.

Baseio-me aqui no conceito que Chambers e Conway (1992) utilizam para definir meios de vida. Para os autores, meios de vida são as capacidades desenvolvidas pelos indivíduos, os ativos sob propriedade desses mesmos indivíduos e as atividades requeridas e desenvolvidas por eles para manter uma forma de se viver. Os autores também explicam que é necessário que esses indivíduos possuam capacidades e ativos que se mantenham em períodos de crises; que possuam um meio de vida sustentável para as próximas gerações; e que se articule em redes para manutenção do seu e de demais meios de vida sustentáveis. De uma maneira geral, é possível compreender que os meios de vida rural precisam levar em consideração tanto os aspectos ambientais, de manutenção do espaço físico para suas práticas produtivas, e os aspectos sociais, que se organizem para manutenção e reprodução de suas práticas produtivas e organizativas mesmo em situações que gerem pressões externas, como crises econômicas, pandêmicas e de conflito agrário. Nesse sentido, para essa tese, busco compreender quais são essas

práticas produtivas, organizativas e socioculturais que as famílias da agricultura familiar têm desenvolvido para sustentabilidade, manutenção e reprodução dos seus meios de vida. Lembrando que não é possível considerar uma ruptura existente entre o camponês e o agricultor familiar, visto que, como afirma Wanderley (2003), dentro de todo agricultor familiar há um camponês bem acordado.

Como explicou Garcia Jr. (2003), o agricultor familiar é uma nova categoria analítica para denominar os camponeses brasileiros e todas as demais tipologias de trabalhadores que vivem e realizam, no espaço rural, suas atividades sócio-produtivas. Compreender, então, os meios de vida da agricultura familiar wanderlandiense é compreender que é o caráter familiar da unidade produtiva que deve ser priorizada na organização da produção. Wanderley (2003) explica:

Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. [...], mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (WANDERLEY, 2003, p. 45-46).

O processo entre rupturas e continuidades existentes na trajetória de se passar de camponês tradicional a agricultor moderno não é apenas a incorporação de uma nomenclatura específica para o atendimento de exigências de políticas públicas estatais. Historicamente, a família era unidade de convívio necessário para o desenvolvimento e reprodução dessa unidade. Ela era considerada como um “lugar de reprodução, trabalho, produção e consumo, os grupos domésticos podiam viver isolados de outras famílias, abastecendo-se, eventualmente, com produtos que faltavam, como sal, ferramentas e pólvora” (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2006, p. 48), único momento em que havia necessidade de se comercializar com outras famílias ou unidades econômicas, usualmente localizadas nas vilas, consideradas como mais urbanizadas. Deve-se levar em conta o que do *habitus* camponês foi flexionado para se adequar aos critérios estatais estabelecidos para a agricultura familiar, ou seja, “cabe, portanto, perguntar-se em que grau a força transformadora dos novos processos se impõe e qual a sua capacidade efetiva para atingir os microespaços rurais e provocar mudanças nos processos sociais agrários” (WANDERLEY, 2003, p. 55). É nesse sentido que esse capítulo busca atender ao objetivo específico da tese de descrever e contextualizar os meios de vida, a divisão sexual do

trabalho e o cotidiano familiar no meio rural tocantinense, em específico, do município estudado.

8.1 A relação rural – urbano

O surgimento do município de Wanderlândia tem seu histórico baseado na construção das BR 153 e 226 e no discurso da facilidade de acesso a terras de qualidade e ao trabalho bem remunerado, em meados da década de 1960. Essa explicação pode contribuir para a compreensão do motivo pelo qual 39,02% dos homens adultos das famílias que participaram da pesquisa têm sua origem em outros estados da federação. Do total de imigrantes, 26,82% são provenientes de estados da região Nordeste, 4,87% de estados da região Sudeste e 4,87% de estados da região Centro Oeste. Os demais nasceram no próprio município de Wanderlândia ou são de outros municípios do Tocantins. Esse caráter migratório do município condiz com a explicação de Chagas (2014) sobre a chegada dos trabalhadores em busca de postos de trabalho, prevendo o desenvolvimento que a construção das rodovias traria para a região e em busca de melhores terras agriculturáveis. O antigo “Entrocamento do Velame” pertencia ao município de Babaçulândia e teve sua emancipação no ano de 1983.

Interessante destacar que, atualmente, as famílias podem ser organizadas em três grupos distintos: os que residem nas áreas rurais e não possuem propriedades em áreas urbanas; os que residem nas áreas rurais e possuem propriedades urbanas e os que residem em áreas urbanas e possuem propriedades rurais. Essa diferenciação entre as famílias é relevante visto que é necessário levar em consideração “as múltiplas dimensões dos espaços rurais e a heterogeneidade de seus habitantes para a reconstrução das instituições, que facilite a interação ente os atores nesse novo contexto” (KAGEYAMA, 2008, p. 28), pois são essas características distintas que, quando colocadas em comparação, diferenciam ou aproximam as famílias umas das outras. Demonstram também o *continuum* descrito por Wanderley (2003) que explica as diversas nuances entre o campesinato tradicional e a agricultura familiar moderna. Além disso, a multiplicidade de relações com distintos atores direciona a forma como as famílias se relacionam com os programas acessados. Nesse sentido, esses espaços vivenciados pelas famílias participantes da pesquisa podem ser caracterizadas como “pontos de encontro de diversos conjuntos de relações sociais que interagem em forma de redes, conformando o seu caráter material e social” (KAGEYAMA, 2008, p. 27). Essa distinção entre área com

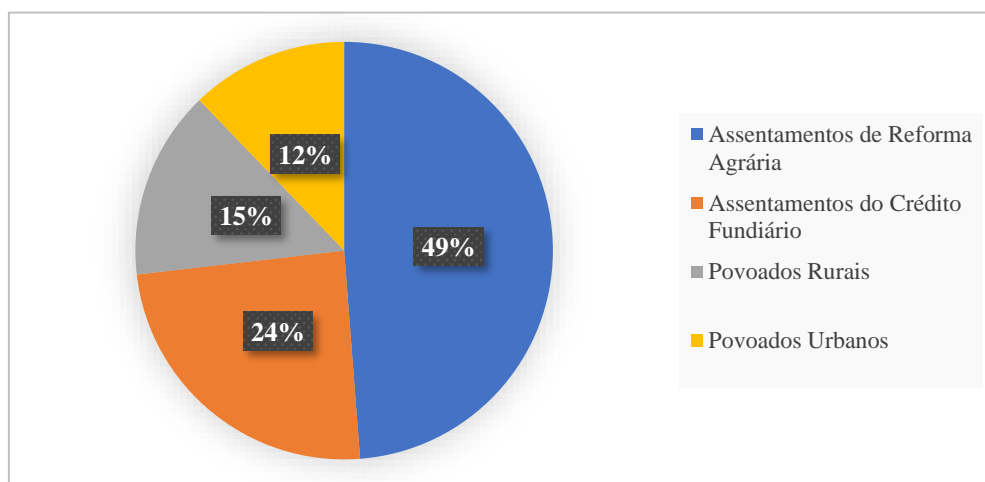
características rurais e urbanas pode ser explicada por Kageyama (2008), que descreve os principais traços presentes nas áreas rurais e que são visíveis na região estudada:

a) a abundância relativa de terra e outros recursos naturais; b) as significativas distâncias entre os assentamentos rurais e entre estes e as cidades, que tornam custoso o transporte de bens; c) o terceiro fato estilizado que descreve a zona rural é que muitos de seus habitantes vivem em situação de pobreza (75% dos pobres do mundo vivem em áreas rurais) (KAGEYAMA, 2008, p. 17).

Uma característica comum a todas essas famílias é a relação de proximidade estabelecida com as áreas urbanas. Talvez pelo fato do recorte da pesquisa ser apenas com as famílias que já acessaram aos programas governamentais, todas elas demonstraram habitualidade em estabelecer contato e construir relações com a área urbana. Ao contrário da ideia de isolamento apregoada pelos estudos que abordam o rural como espaço apenas agrícola, o território rural é estruturado por meio da relação de complementaridade com as áreas urbanas, tanto por meio dos mercados (para consumir e para comercializar), das instituições públicas (para acessar os serviços financeiros, os benefícios sociais e as políticas públicas), de proteção ambiental (para regulamentação, fiscalização e assistência técnica) e de representações simbólicas e culturais que estão envolvidas na noção de ruralidade (KAGEYAMA, 2008). Todas as famílias, inclusive, fazem suas compras mensais e semanais em supermercados de Wanderlândia ou de Araguaína, município vizinho. Esse movimento rotineiro de deslocamento do espaço rural para o espaço urbano também pode ser denominado como um movimento pendular, que para Maciel e Favoretto (2012) deve ser considerado como uma estratégia de sobrevivência das famílias da agricultura familiar. Elenice Coutinho e Ana Louise Fiúza (2019) destacam que esse movimento pendular é um importante fator de compreensão das sociedades rurais, visto que permite compreender os fluxos de movimento que as famílias vivenciam para trabalho, estudo, consumo e lazer. No estudo realizado pelas autoras, foi possível identificar marcas de gênero e geração também nesses movimentos pendulares: os jovens e os idosos apresentam objetivos diametralmente opostos – “os jovens se deslocam para estudar e ter lazer; os idosos pelas questões relativas à saúde e à religião; e os adultos maduros para fazer compras e transações bancárias, prioritariamente” (COUTINHO e FIÚZA, 2019, p. 77). Com relação às marcas de gênero, as mulheres se deslocavam principalmente para serviços de saúde e para práticas religiosas, enquanto que os homens se deslocavam principalmente para realização de compras e para realização de tramites bancários (COUTINHO e FIÚZA, 2019).

Atualmente, os agricultores familiares participantes da pesquisa estão localizados na área urbana de Wanderlândia e em distintos povoamentos rurais: três assentamentos da Política Nacional de Reforma Agrária (P.A. Estrela, P.A. Costa Rica e P.A. Ipê Amarelo); um assentamento proveniente da Política Nacional de Crédito Fundiário (região da Serra de São Félix); quatro povoados rurais (Serra Curta, Araçulândia, Correntino e Córrego Areia) e dois povoados com características urbanas (Vila Matias e Povoado Floresta). As famílias que residem nas áreas urbanas de Wanderlândia possuem a DAP porque, apesar de residirem nessas áreas urbanizadas, são proprietárias de lotes localizados em áreas rurais onde desenvolvem atividades produtivas características da agricultura familiar. Essas famílias, especificamente, podem ser consideradas como famílias multilocalizadas, característica comum na região amazônica e próximas a ela (PINEDO-VASQUEZ *et al*, 2008).

Gráfico 7 – Localização dos participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Com relação ao espaço das famílias, algumas características familiares podem ser apresentadas com o intuito de aproximar e distanciar as famílias dentro do espaço social analisado. Com relação ao eixo 1, encontram-se as famílias residentes na Serra de São Felix e nos distintos povoados rurais. Enquanto no lado esquerdo estão as famílias que se localizam na Serra de São Felix, mais à direita estão as famílias que residem em distintos povoados. Apesar de haver essa dualidade, as famílias de ambos os lados adquiriram suas propriedades sem ser via reforma agrária, ou seja, via Programa Nacional de Crédito Fundiário, herança ou contratos de compra e venda. Já no eixo 2, o acesso à terra também é um fator de diferenciação entre as famílias: enquanto mais acima a tendência é de as

propriedades serem provenientes da Política Nacional de Crédito Fundiário, residindo na Serra de São Felix, mais abaixo a tendência é de elas serem provenientes da Política Nacional de Reforma Agrária, residindo nos Projetos de Assentamento Costa Rica, Estrela e Ipê Amarelo. Apesar de distintos, ambos são programas governamentais que objetivam garantir o acesso à terra. O eixo 3 apresenta uma situação diferenciada dos demais eixos. Aqui, em ambos os lados, todas as famílias residem nas áreas urbanas do município.

Apesar de frequente para as famílias que residem nas áreas rurais, o deslocamento para a área urbana se dá de maneiras distintas, a depender da localização da residência da família. Para os moradores da Serra de São Félix, a ida à Wanderlândia é extremamente difícil.

Pesquisadora: A estrada que está meio assim né? A gente até veio hoje pela estrada de Babaçulândia porque aquela estrada ali...

E4 - marido: Acabou.

E4 - esposa: Por isso que eu te falei, a gente perdeu as coisas devido à pandemia e a estrada que acabou...

E4 - marido: Não pode fazer feira, não pode fazer nada.

E4 - esposa: Falei já pra [sic] ela. (ENTREVISTA 4, 2021).

A estrada de asfalto até essa região possui 32km e está em péssima qualidade, portanto, tanto o escoamento da produção, quanto o deslocamento pessoal para realização de alguma atividade na área urbana é realizado com grande dificuldade. As demais estradas não possuem a mesma característica e permite o deslocamento mais frequente até a área urbana do município. Excetuando as famílias que precisam se deslocar diariamente para trabalharem, nas demais famílias a ida é semanal. A frequência e os membros variam (a divisão das tarefas será apresentada no item 8.3), mas semanalmente as famílias vão realizar pagamento de contas, compra de insumos, aquisição de itens alimentícios para casa ou sacar dinheiro no correspondente bancário do município¹⁹. Nota-se, assim, um movimento pendular com características semelhantes às da pesquisa realizada por Elenice Coutinho e Ana Louise Fiúza (2019).

8.2 A unidade de trabalho e produção familiar

¹⁹ Em Wanderlândia só há uma agência bancária do Banco Bradesco e um correspondente bancário para as transações com as demais instituições financeiras.

Outra característica importante para se descrever os meios de vida da agricultura familiar wanderlandiense é a organização familiar para o trabalho, ou seja, como as famílias se organizam internamente para realizar as atividades econômicas relativas à produção agrícola. A organização do trabalho nas famílias da agricultura familiar pode ser compreendida por meio do estudo dos meios de vida camponês realizado por Chayanov, na Rússia. Apesar de analisar um contexto totalmente diferente da atualidade brasileira, a concepção chayanoviana apresenta elementos de uma “atualidade surpreendente” (WANDERLEY, 2014, p. 142) e que auxiliam na proposta dessa tese.

Sendo assim, o primeiro elemento a ser levado em consideração é que a unidade familiar de produção agrícola não deve ser comparada com uma unidade de produção capitalista, visto que possui princípios gerais de funcionamento interno divergentes. Ao contrário de uma empresa capitalista propriamente dita, a unidade familiar não se organiza objetivando a exploração máxima da mais-valia. Sua organização se baseia no trabalho dos próprios proprietários, ou seja, da própria família.

[...] sendo um proprietário que trabalha, o produtor familiar depende, para a sua reprodução social, da preservação – e mesmo da ampliação – de seu patrimônio produtivo, aqui tomado globalmente enquanto conjunto dos meios necessários à produção. Isso quer dizer que cabe a ele assegurar os recursos necessários para esta reprodução patrimonial (WANDERLEY, 2014, p. 143).

Outra característica levantada por Chaynov (2014) para compreensão e categorização dos camponeses é a agricultura como subsistência. Ou seja, é necessário compreender que existem diversos tipos de agricultores familiares: os que possuem na agricultura as características do campesinato de subsistência e os que não possuem na agricultura as características de subsistência. Para realizar essa distinção, utilizo os critérios de equilíbrio da produção versus mão de obra familiar despendida e o critério da contratação de mão de obra para equilibrar a quantidade de produção obtida e os denomino como agricultores familiares de subsistência e agricultores familiares empresariais.

Esses critérios facilitam essa compreensão visto que, quando uma família planeja sua produção para fins comerciais com uma quantidade a ser produzida muito superior à demanda interna de consumo e à oferta interna de mão de obra, passa a haver a necessidade de contratação de mão de obra externa e o escoamento da produção torna-se ainda mais necessário para custear as despesas de sua produção em excedente. Sendo assim, nesse momento, distingo as famílias em dois grupos: a) equilibram mão de obra familiar produtiva com a própria demanda familiar por consumo e não realiza nenhum

tipo de contratação de mão de obra para realização da produção de alimentos e b) necessitam de mais mão de obra do que a oferta familiar, visto que produzem além da demanda interna por consumo.

Tabela 4 – Famílias com características de agricultura de subsistência

AGRICULTURA FAMILIAR DE SUBSISTÊNCIA			
Família	Localização	Composição familiar	Raça/cor
F1	P.A. Costa Rica	8	Branca
F2	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra
F14	P.A. Costa Rica	4	Negra
F17	Serra de São Félix	2	Branca
F18	Serra de São Félix	3	Negra
F22	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra
F24	Serra de São Félix	3	Negra
F25	Serra de São Félix	2	Negra
F26	Serra de São Félix	3	Branca
F28	Correntino	1	Negra
F32	P.A. Estrela	1	Negra
F33	P.A. Costa Rica	6	Negra
F35	P.A. Costa Rica	2	Negra
F39	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Tabela 5 – Famílias com características de agricultura empresarial

AGRICULTURA FAMILIAR EMPRESARIAL			
Família	Localização	Composição familiar	Raça/cor
F3	P.A. Ipê Amarelo	1	Branca
F4	Araçulândia	3	Branca
F5	Floresta	3	Negra
F8	Serra de São Félix	3	Negra
F13	Vila Matias	3	Branca
F19	Serra de São Félix	3	Negra
F20	Wanderlândia	4	Branca
F21	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra
F27	Serra Curta	4	Branca
F29	P.A. Costa Rica	2	Negra
F34	P.A. Costa Rica	3	Branca
F37	P.A. Ipê Amarelo	5	Branca
F38	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os dados sistematizados dessa forma permitem a compreensão da diversidade existente no espaço social que está sendo analisado. Em primeiro lugar, há certa equivalência na quantidade de famílias enquadradas em cada um desses grupos: 14 famílias exercendo uma agricultura mais caracterizada como de subsistência e 13 famílias

exercendo uma agricultura que se aproxima mais da empresarial. Outro fator de distinção é a raça: na agricultura de subsistência, 79% são famílias negras; enquanto que, na agricultura empresarial, essa porcentagem cai para 46%. Ao analisarmos esses dados por meio da perspectiva interseccional, é possível identificar as desigualdades sócio econômicas e de acesso à educação vivenciadas pelas pessoas negras, que explicam o fato delas apresentarem características mais voltadas para a agricultura de subsistência.

O acesso à área urbana também é um fator que distingue essas duas categorias de famílias: de um lado são todos residentes de áreas rurais (8 residentes em assentamentos de reforma agrária, 2 residentes em terras de herança, 2 de terras de compra e 1 em assentamento de crédito fundiário); do outro lado estão diversas famílias que possuem propriedades rurais, mas que residem em áreas urbanizadas. Desse último grupo, outra característica chama a atenção: 7 propriedades são provenientes de compra, 3 de assentamentos de reforma agrária, 2 de herança e 1 de assentamento de crédito fundiário. No entanto, das propriedades de compra, 3 foram adquiridas dentro de assentamentos de reforma agrária. Apesar das transações de compra e venda não serem permitidas pelo INCRA, isso é comum na região por meio de contratos de compra e venda do uso da terra e não da propriedade da terra. Uma das entrevistas me permitiu compreender um pouco mais sobre essa realidade:

E5: Porque o INCRA não aceita vender, entendeu? O INCRA, não, quando alguém, por exemplo, eu vendo minha parcela aqui e o pessoal ia lá no INCRA pra [sic], tipo, pra [sic] fazer transferência, que o INCRA não transfere também. “Não, faz de conta que você doou”. Pra [sic] todos os efeitos é isso, mas é só um faz de conta, sabe? Mas o dinheiro entrou lá, aqui ninguém doa nada pra [sic] ninguém (ENTREVISTA, F21).

E8: Mas é como eu tô [sic] dizendo, por uma razão ou outra esse aqui quer vender, aí esse aqui que já tá [sic] estabilizado compra desse, compra daquele, sai comprando e virando uma fazenda de novo.

Pesquisadora: Entendi. E aí esse compra...

E8: Não pode.

Pesquisadora: É só aquele negócio de uso só?

E8: Não, não pode. Não pode, não pode ir no cartório, não pode. É só verbalmente e passa dinheiro, pega carro, pega vaca e aí no fim das contas aquele que comprou as 5, não vai ficar com as 5. É prejuízo para ele. Porque o INCRA não... (ENTREVISTA, F11).

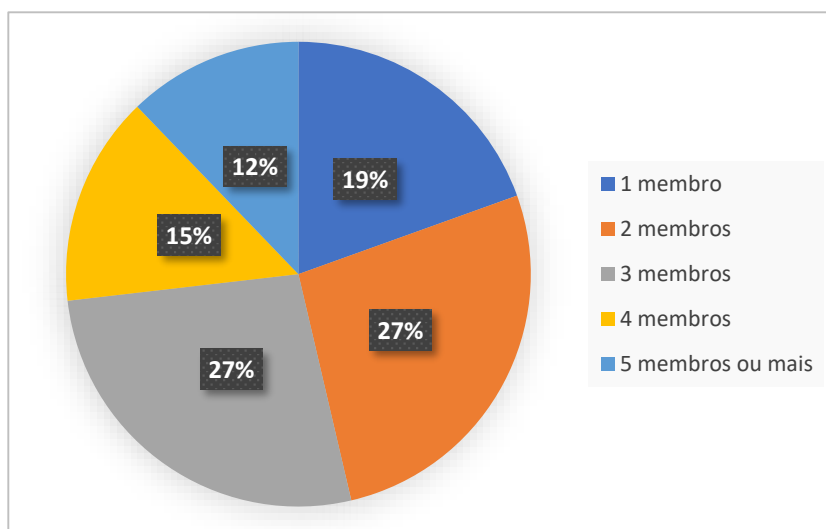
Essas explicações possibilitam a compreensão de que a aquisição de terrenos localizados em áreas de reforma agrária é frequente e que possibilita uma maior concentração de terra do que o previsto originalmente na política. No entanto, me detenho a analisar as famílias que o praticaram com o intuito de adquirir uma propriedade rural e não de acumular a que já possui. Como dito anteriormente, das 7 famílias com

características empresariais com propriedades em áreas de reforma agrária, 3 não foram beneficiários direto da política pública (F3, F37, F38). As propriedades foram adquiridas por famílias que possuíam o intuito de se inserir na agricultura e tê-la como fonte de renda, mas que não eram proprietárias de áreas rurais. A renda familiar da F3 e da F38, durante a realização do questionário, não era proveniente apenas da agricultura.

Um terceiro grupo é identificado quando analisamos as famílias a partir desses critérios: as que se relacionam com a agricultura apenas como complemento da renda familiar e não como atividade principal. Apesar de possuírem DAP e estarem enquadradas nos critérios de delimitação da agricultura familiar, a principal origem da renda dessas famílias é proveniente do trabalho formal realizado, em sua maioria, nos órgãos públicos do município. Com essas características, a análise do equilíbrio entre mão de obra familiar utilizada versus demanda por consumo familiar não era suficiente para explicar os seus meios de vida. Durante o período da pesquisa de campo, inclusive, 43% dessas famílias já não realizavam mais qualquer atividade agrícola e se dedicavam, apenas, às atividades remuneradas em áreas urbanas e não agrícolas.

Para compreender melhor como funcionam todas as unidades de produção familiar dos envolvidos na pesquisa e todas as demais dualidades existentes entre as famílias, apresento alguns dados obtidos dos questionários aplicados com as 41 famílias participantes da pesquisa.

As famílias são compostas, majoritariamente, por duas ou três pessoas, como pode ser observado no gráfico seguinte. Essas unidades familiares são compostas apenas por um adulto solteiro, são formadas por casais (nas famílias compostas por dois membros) ou pelos casais e seus filhos. Dessas, apenas duas famílias possuem a presença de idosos que recebem cuidados de um dos filhos adultos e nove famílias possuem a presença de crianças com menos 10 anos de idade, que também necessitam de cuidado constante. Portanto, 27% das famílias estudadas também são compostas por pessoas que dependem diretamente de cuidados e que não contribuem efetivamente com o trabalho familiar, ou seja, com a composição da renda doméstica.

Gráfico 8 – Composição familiar

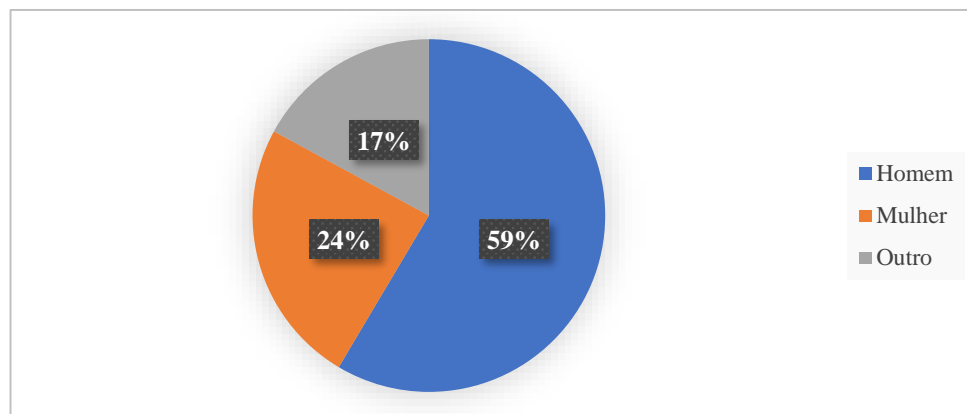
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Esses dados permitem a percepção da quantidade de mão de obra que está disponível para o trabalho familiar, visto que, para Chayanov (2014), a tomada de decisão para manutenção ou abandono de determinada prática produtiva se dá pelo cálculo entre desgaste e retorno. Nesse sentido, quanto maior o número de pessoas em idade produtiva dentro da unidade familiar, maior é a tendência de a família permanecer em suas práticas produtivas. O que o autor explica é que é fundamental para se compreender o funcionamento dos meios de vida camponês a relação estabelecida entre o cálculo do consumo versus trabalho familiar. Esse cálculo deve levar em consideração a quantidade de consumidores domésticos e a quantidade de trabalhadores domésticos. Sendo assim, crianças, idosos e doentes são apenas consumidores. Quanto maior a quantidade de filhos homens, maior é a força de trabalho disponível (CHAYANOV, 2014). É possível concluir, então, que 73% das famílias são compostas por membros que equilibram o cálculo de trabalho versus consumo na unidade produtiva familiar.

Outra informação importante é a saída dos jovens da propriedade rural para outras áreas urbanas em busca de melhores condições de emprego ou para acompanhar os cônjuges em casamentos recentes. Essa situação é presente em 20 famílias, ou seja, em 48,8% das famílias entrevistadas, e impacta diretamente na forma como a família se relaciona com o trabalho produtivo, com o acesso às políticas públicas e com a divisão sexual do trabalho. A F4, por exemplo, afirma que a ida do filho para outro estado alterou totalmente a dinâmica familiar, necessitando de uma reorganização das tarefas.

Outra informação resultante dos questionários é a origem, o tamanho e a titularidade das propriedades rurais. No tópico 2.5 dessa tese é possível encontrar o Gráfico 1 que ilustra as proporções relativas ao tamanho das propriedades e o Gráfico 2 que ilustra a origem da propriedade. O gráfico referente à titularidade da propriedade está na sequência:

Gráfico 9 – Titularidade da propriedade rural



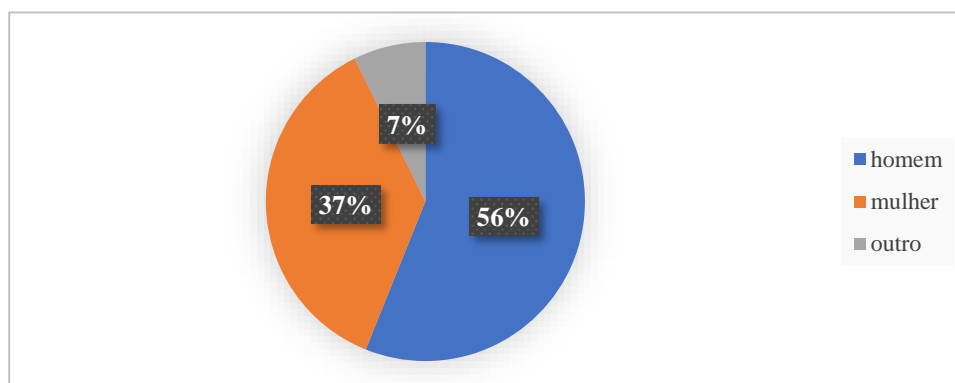
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Esses gráficos demonstram que, majoritariamente, as terras são provenientes da Política Nacional de Reforma Agrária, possuem entre 5 e 10 alqueires, ou seja, entre 24,2 e 48,4 hectares de terra e sua titularidade é masculina. A ACM apresenta algumas dualidades referentes a essas características. Tanto no eixo 2, quanto no eixo 3, a dualidade se encontra na titularidade da propriedade rural: quanto mais acima, maior é a tendência de ser masculina, e quanto mais em baixo, maior é a tendência de a titularidade ser feminina ou de terceiros. O tamanho da terra também pode ser analisado relacionalmente pelo eixo 2: quanto mais acima, mais discrepantes são os tamanhos, ou seja, ou são menores do que 5 alqueires ou são maiores que 15 alqueires; já no lado de baixo, as propriedades possuem entre 5 e 10 alqueires, sendo mais fácil encontrar um padrão mediano entre todas propriedades. Nesse sentido, a ACM demonstra três dualidades significativas entre as famílias analisadas: de um lado estão as famílias que possuem propriedades advindas do crédito fundiários, com tamanhos muito pequenos ou muito grandes e que a titularidade tende a ser masculina; do outro lado estão a famílias que possuem propriedades rurais advindas da reforma agrária, com um tamanho mediano para as famílias da agricultura familiar e a titularidade das terras tendem a serem

femininas. Pode-se inferir, dessa forma, a existência de dois distintos meios de vida camponês ocorrendo na região estudada.

Essa análise pode ser complementada pela titularidade da DAP, representada pelo gráfico a seguir:

Gráfico 10 – Titularidade da DAP



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

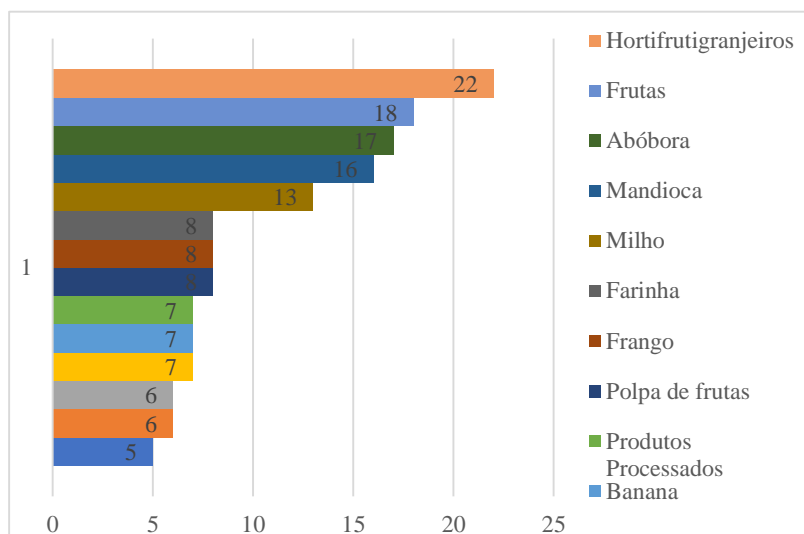
É possível perceber que, majoritariamente, as titularidades da DAP são masculinas e, complementarmente, a ACM indica que a titularidade masculina é mais frequente nas famílias com propriedades originárias no crédito fundiário, enquanto que a titularidade é feminina nas propriedades provenientes da reforma agrária. É importante destacar que possuir a titularidade de ambos os documentos pode indicar o protagonismo e o controle na tomada de decisões referentes à atividade produtiva familiar, tal como investigaram Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão (2011), Anita Brumer e Rosani Spavanello (2011) e Bruno et al. (2011).

Outra característica que apresenta dualidade entre os grupos de famílias estudadas são as relações sociais estabelecidas com organizações coletivas, como associações, sindicatos e igrejas. Enquanto de um lado – mais acima – não há nenhuma inserção nessas organizações, do lado oposto – mais abaixo – estão as famílias que compartilham a participação nessas organizações entre os casais.

Também é possível notar uma distinção entre as famílias no que diz respeito às atividades produtivas: de um lado do espaço social – mais acima – estão as famílias que produzem e comercializam produtos in natura (como milho, abóbora, melancia e hortifrutigranjeiros), enquanto que do outro lado – mais abaixo – estão as famílias que produzem e processam seus produtos, comercializando polpas de frutas, temperos etc. Essa dualidade apresentada pela ACM possibilita uma análise mais aprofundada relativa

aos meios de vida dessas famílias. Enquanto a venda de produtos in natura exige uma organização familiar específica para o trabalho, a realização de processamento de produtos exige um outro grupo de atividades que demandam, conseqüentemente, em uma forma de organizar o trabalho familiar.

Uma característica que me chamou atenção no trabalho de campo foi a organização do horário de trabalho para as atividades agrícolas. Neuma Aguiar (2020) já havia explicado que “em locais próximos ao meio rural, na ausência ou escassez de relógios, são utilizados sinais naturais importantes, demarcando o tempo de cuidado da lavoura, de acordo com a luz do sol” (AGUIAR, 2020, p. 52). A partir dessa orientação da autora, observei que o trabalho do lado de fora da residência se inicia por volta das 6:30 da manhã, após o café e as orações matinais (realizada pelas pessoas religiosas), se estende até as 10:30 e só retorna por volta das 16 horas. Essa marcação temporal foi feita por mim, com a finalidade de facilitar a compreensão de quem fará essa leitura. O relato das famílias é sempre marcado pela temporalidade possibilitada pelo nascer do sol e continuidade advinda disso. Ou seja, eles levantam da cama quando o sol nasce, fazem essas primeiras obrigações e já partem para a “lida” diária. Interrompem quando o sol está muito quente e retornam quando o sol começa a esfriar. Assim, esse horário de “descanso” prolongado é explicado pelo calor do sol que dificulta todos os tipos de atividades realizadas em áreas descobertas. Essa organização do tempo é diferente para as famílias que trabalham com produtos processados, visto que o processamento se dá, em todos os casos, em áreas cobertas. Portanto, a fabricação de farinha, de polpas de frutas, de pães e de temperos continua sendo realizada nesses horários não utilizados pelo trabalho com os produtos in natura. Na verdade, essa organização gera uma dupla jornada para as famílias que comercializam seus produtos processados. O próximo gráfico ilustra a quantidade de famílias que comercializam determinados tipos de produtos.

Gráfico 11 – Principais produtos comercializados pelas famílias

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

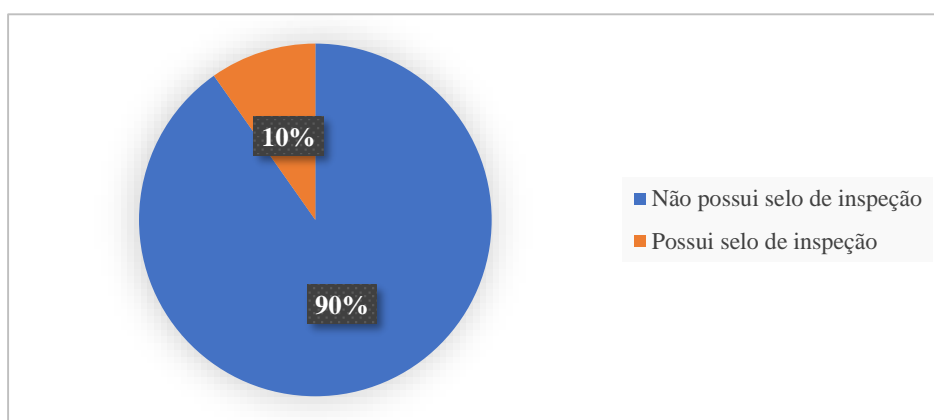
É importante ressaltar que os questionários forneceram diversas outras informações conectadas a essa. Os responsáveis pela produção de cada produto, a alteração decorrente da finalização do acesso aos programas e até mesmo a alteração de responsáveis pela produção e pela entrega dos produtos durante o acesso aos programas serão apresentados nos próximos tópicos dedicados a essas questões. No entanto, é preciso analisar as características dos produtos que são produzidos com mais frequência pelas famílias participantes da pesquisa.

Em primeiro lugar, encontram-se os produtos classificados como hortifrutigranjeiros. Como já dito anteriormente, foram categorizados com essa nomenclatura uma grande diversidade de produtos que só apareceram uma ou duas vezes, como carne, ovos, gergelim, inhame, jiló e outros. Sendo assim, os produtos que são comercializados com maior frequência são as frutas, a abóbora, a mandioca e o milho. Esses produtos são capazes de traduzir adequadamente a produção da agricultura familiar e, conseqüentemente, os seus meios de vida na região. Isso pelos seguintes motivos: as frutas comercializadas são tipicamente regionais, como cajá, goiaba, acerola, cupuaçu, caju, abacaxi, laranja, limão e maracujá, e demandam um número reduzido de investimentos e de alocação de mão de obra especializada. Produtos como abóbora, mandioca e milho são os de cultivo mais frequente na agricultura familiar tocantinense devido às condições climáticas e de qualidade de solo. Além disso, exigem pouca

dedicação diária, demandando mão de obra intensa apenas nos momentos de plantio e colheita.

A emissão dos selos de inspeção para comercialização dos produtos de origem animal e processados também é outro fator de diferenciação entre as famílias. Das 41 famílias participantes da pesquisa, apenas 10% possuem algum tipo de selo de inspeção emitido pelos órgãos competentes: vigilância sanitária municipal; agência de defesa agropecuária (ADAPEC-TO) ou o emitido pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para a comercialização entre estados da federação.

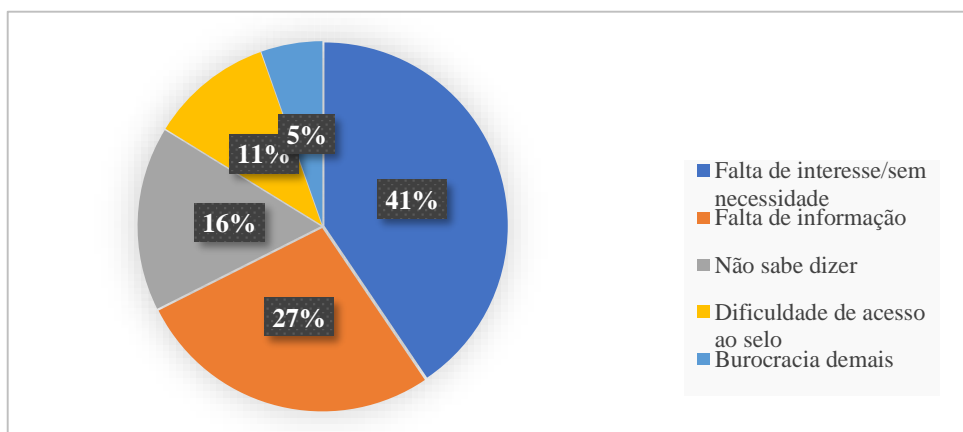
Gráfico 12 – Porcentagem de famílias que possuem selos de inspeção municipal, estadual ou nacional



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

As famílias que não possuem os selos de inspeção, se justificam utilizando os seguintes argumentos:

Gráfico 13 – Motivos para não possuírem os selos de inspeção

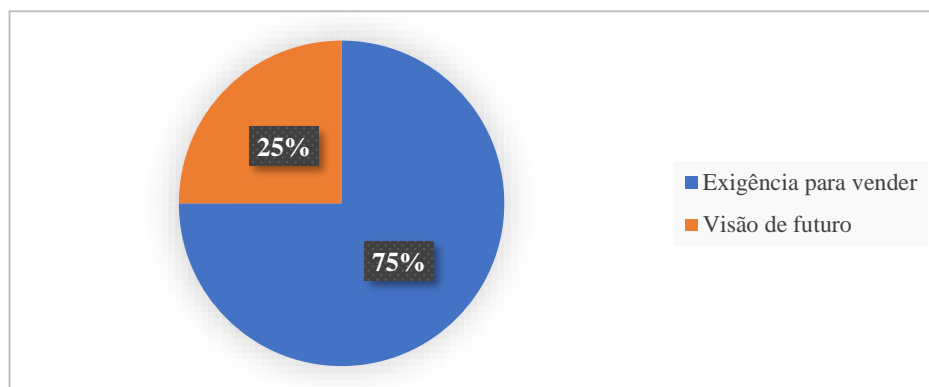


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nota-se que, apesar de 41% das famílias não possuírem o selo por falta de necessidade, visto que não comercializam produtos processados ou de origem animal, ainda é expressiva a quantidade de famílias que não o fazem por falta de informações. Se adicionarmos a esses 27%, as famílias que não sabem dizer porque não realizaram sua emissão, temos um total de 43%. Isso pode representar uma tendência à falta de compreensão sobre a legislação vigente e as normas estatais que pesam sobre o trabalho da agricultura familiar. Além dessa característica, 16% das famílias também não os possuem devido ao excesso de exigências que dificultam que ele seja acessado por um número maior de famílias. Assim, apesar de terem sido inseridos a nível jurídico desde os anos 1990, tal como expõe Garcia Jr. (1983), não é sinônimo de inserção prática na vida cotidiana. O acesso às políticas públicas permite um processo de mudança social que deveria inseri-los não apenas no nível jurídico, mas também no nível prático e cotidiano.

Apesar dessa situação, as famílias que possuem os selos de inspeção apresentam suas justificativas com os seguintes argumentos:

Gráfico 14 – Motivos que levaram à aquisição dos selos de inspeção



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Pode-se afirmar, então, que o acesso às políticas públicas permitiu que um grupo reduzido de famílias fossem também inseridas no nível prático e cotidiano, ao invés de apenas no nível jurídico. Dessa forma, a obtenção dos selos de vigilância sanitária também é característica de oposição entre os lados: de um lado – mais acima – estão as famílias que não os possuem devido à falta de informações, enquanto que, do lado oposto – mais abaixo –, estão as famílias que os possuem devido às exigências para comercialização dos produtos e, quando as famílias não o possuem, a tendência é de o motivo ser o excesso de burocracias.

Essa descrição das características produtivas e sociais das famílias podem nos levar a uma primeira tentativa de delineamento dos meios de vida da agricultura familiar da região estudada. É possível, na verdade, fazer o delineamento de dois grupos de famílias que, quando comparados um em relação ao outro, apresentam características distintas e opostas, possibilitando a inferência de que existem dois meios de vida definidos.

Meio de vida 1: Famílias residentes na Serra de São Felix que conquistaram suas propriedades por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário, com tamanhos que variam entre menores que cinco ou maiores que dez alqueires e sua titularidade é masculina. As famílias não participam de organizações sociais coletivas e não possuem selos de inspeção para comercialização de determinados produtos devido à falta de informações.

Meio de vida 2: Famílias residentes nos P.A. Costa Rica e Ipê Amarelo que conquistaram suas propriedades por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária, com tamanhos médios entre cinco e dez alqueires e sua titularidade é feminina ou compartilhada entre os casais, os quais participam juntos de organizações coletivas e possuem selos de inspeção para comercialização de determinados produtos.

Antes de finalizar esse tópico, é preciso trazer à tona outras informações obtidas no trabalho de campo que perpassam toda a apresentação desses dados. Após a aplicação dos questionários, notei certa incompatibilidade na utilização dos termos roça/lavoura, quintal/terreiro e roça/canteiro. O fato de algumas famílias utilizarem um termo e outras utilizarem outro, fez com que eu também me dedicasse a isso durante as entrevistas em profundidade.

De antemão, roça e lavoura são coisas diferentes. As respostas que obtive me explicam que lavoura é a produção de um único produto em grande extensão de terra, ou seja, pouca variedade e grande especialização em determinado produto, como exemplo, as entrevistadas citam o plantio de soja (E1, E7 e E8). Roças são, de acordo com as respostas, locais de produção em que uma grande diversidade de produtos são produzidos. Dentre as unidades produtivas da pesquisa, observei lavoura de abacaxi e de melancia e roça de mandioca, de milho, de feijão e de outras leguminosas.

Quintal e terreiro também são locais distintos. As respostas das entrevistas me permitem compreender que terreiro sempre é o local limpo²⁰ e quintal é o local em que se encontra as árvores frutíferas e onde não se limpa, ou seja, onde não se rastela ou se recolhe os ciscos provenientes das árvores. A delimitação de um espaço e outro é explicado da seguinte forma:

Pesquisadora: Qual que é diferença?

E5 - esposa: Terreiro é isso aí, você tá [sic] vendo, né?

E5 - esposo: Essa parte mais limpa.

E5 - esposa: Essa parte, né? Do banheiro para lá, para lá, para lá, ali.

E5 - esposo: É quintal.

E5 - esposa: Aonde tem a fruta é que é o quintal, sabe? Tem o terreiro e o quintal, tá [sic]?

Pesquisadora: Tá [sic]. Então vocês que marcam até onde vai ser o quintal?

E5 - esposa: É a gente que marca. Aqui o nosso quintal tem esse grande aqui porque ele encheu pra [sic] ali. O quintal quer dizer o lugar que a gente tem as frutas, os pomares. Aonde que a gente tem as frutas é o quintal. Aí ele encheu tudo pra [sic] lá, aí nós aumentamos pra [sic] ali. (ENTREVISTA, F21)

Essa diferenciação é necessária para compreender as diferenças entre estudos relacionados ao protagonismo feminino nos quintais (BUTTO et al., 2014; FILIPAK, 2017; AGUIAR, 2017; HERRERA e BIROCHI, 2014) e o que tem caracterizado os meios de vida dessas famílias estudadas.

A diferença entre horta e canteiro também é emblemática e caracteriza bem os meios de vida dessas famílias. Primeiramente, a explicação comum é de que horta é o local onde se encontram diversos canteiros, ou seja, um conjunto de diferentes canteiros é denominado como horta. A horta, normalmente, é para produção comercial, em que uma grande quantidade de hortaliças precisa ser produzida. Mas a diferenciação não se restringe a isso. Apesar de não serem todas as famílias que possuem horta, todas as casas, inclusive as localizadas na área urbana, possuem um canteiro. Ele é construído no chão, quando há espaço, ou no alto, na maioria dos casos (esse também é um fator de diferenciação entre ambos: quando no chão, faz parte da horta, quando no alto, é canteiro separado da horta). Os canteiros separados da horta estão localizados mais próximos à porta da cozinha e é onde se planta o cheiro verde de uso cotidiano. Aqui vale ressaltar que cheiro verde não é o padrão conhecido nas regiões sul e sudeste: cheiro verde é

²⁰ A discussão sobre limpeza no espaço rural é constante, principalmente nos estudos relativos à agroecologia. Usualmente, os moradores do meio rural usam a denominação “lugar limpo” para o local sem folhas, sem plantas, totalmente aberto e pronto para o convívio.

cebolinha e coentro. Para essas famílias, não há preparo de alimentação para a família sem o uso do coentro como tempero²¹.

Essa diferenciação será útil para compreensão do conteúdo sobre a divisão sexual e geracional do trabalho no interior das famílias, que será apresentado a seguir.

8.3 A divisão sexual e geracional das tarefas

Apesar de esclarecer que a organização do trabalho familiar é peça fundamental na formação dos meios de vida camponês, Chayanov (2014) não apresenta como essa organização ocorre por meio dos traços de gênero e de geração. O autor explica que

A importância do produto do trabalho é principalmente determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, o número de pessoas da família capazes de trabalhar pela produtividade da exploração e – o que é particularmente importante – pelo grau de autoexploração, graças ao qual os ativos fornecem uma certa prestação de trabalho ao longo do ano (CHAYANOV, 2014, p. 106).

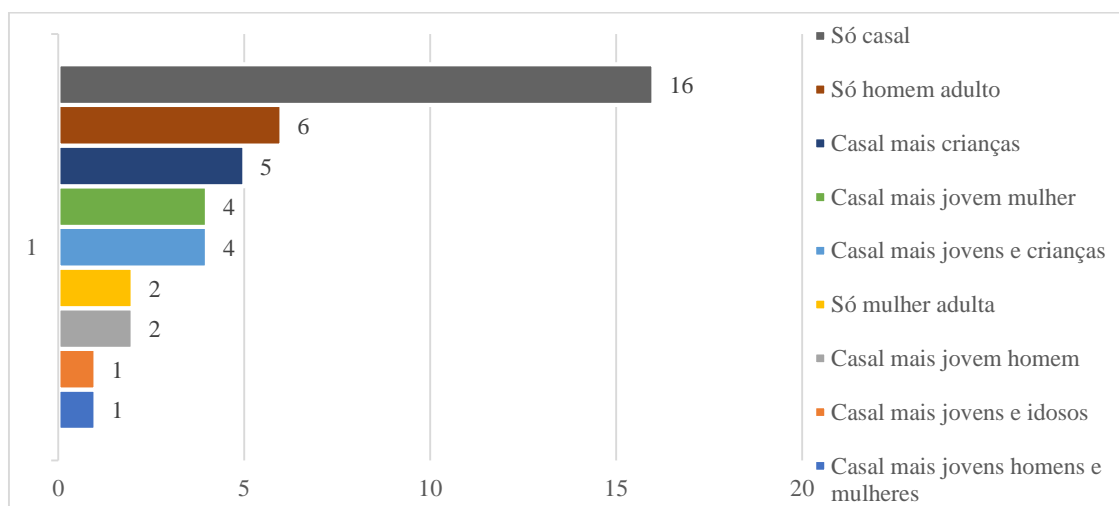
A especificação de gênero e geração feita pelo autor é que, a depender do número de filhos homens em idade produtiva, maior é o índice de produtividade familiar, visto que o desgaste com a realização do trabalho é melhor distribuído entre os membros da família. O que não ocorre caso o número de filhas mulheres seja maior do que o de filhos homens. Nota-se, portanto, que, ao descrever as características da economia camponesa, Chayanov (2014) o faz a partir da perspectiva já criticada pelos estudos feministas: a do trabalho feminino ser o de ajuda ao trabalho masculino.

A bibliografia apresentada anteriormente já demonstrou a importância de se descrever e elucidar o trabalho realizado pelas mulheres como componentes da contabilidade familiar e não apenas como ajuda ao trabalho masculino. Bourdieu (2011), inclusive, explica que a ordem masculina possui uma força tão intensa sobre a organização da sociedade que dispensa explicação ou descrição. É essa ordem tida como natural, que os estudos feministas procuram desconstruir com o intuito de visibilizar a existência do trabalho feminino e que, portanto, não seria diferente nos estudos rurais. É por meio dessa perspectiva que apresentarei outros dados levantados com as famílias a fim de analisá-los por meio do retorno ao espaço social e à luz da teoria.

²¹ Quando cheguei ao Tocantins esse foi o primeiro estranhamento cultural que tive: o uso do coentro da mesma forma que a região Sudeste utiliza a salsinha.

Em primeiro lugar, é importante caracterizar a composição familiar das famílias que participaram da pesquisa. Conforme representado pelo Gráfico 8, a maior parte das famílias são compostas por até 3 membros. No entanto, apresento o Gráfico 15 descrevendo a composição familiar, com valores absolutos, para melhor visualização dessa composição.

Gráfico 15 – Composição familiar descritiva, com valores absolutos



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nota-se que a maior parte das unidades familiares é composta, atualmente, apenas pelos casais (representa 39% das famílias). As famílias unipessoais representam 19,51%, ou seja, 8 famílias são compostas por apenas um membro adulto. Nesse caso, 6 unidades familiares são compostas apenas pelo homem e 2 unidades apenas por mulheres adultas. Esses números podem indicar uma tendência ao envelhecimento desse local, acompanhando a tendência nacional do aumento do número de idosos em decorrência da diminuição do número de jovens (IBGE, 2021).

Ao mesmo tempo, esse gráfico também indica a existência de unidades familiares composta por casais e crianças; casais e jovens do gênero feminino, casais e jovens do gênero masculino; casais e jovens de ambos os gêneros e casais mais jovens e idosos. Se levarmos em consideração a perspectiva chayanoviana de compartilhamento do trabalho familiar para redução do desgaste, aumento da ação produtiva e equilíbrio entre consumo e produção, pode-se inferir que 24% das famílias se encontram em desequilíbrio produtivo, ou seja, 10 unidades familiares possuem mais consumo do que mão de obra para equilibrar a produção. As autoras Jordana Jesus, Simone Wajman e Turra (2020)

explicam essa composição da unidade familiar “desequilibrada” por meio da compreensão da lógica da dependência econômica. Essa perspectiva descreve que os indivíduos passam por dois períodos de dependência econômica: durante a infância e a velhice.

As crianças e os idosos consomem mais do que produzem através do próprio trabalho, enquanto adultos produzem mais do que consomem. As transferências intergeracionais possibilitam que as demandas nos períodos de dependência econômica sejam atendidas, e podem favorecer maior ou menor consumo, dependendo da estrutura etária da população (JESUS, WAJNMAN e TURRA, 2020, p. 142).

No entanto, ao levarmos em consideração os estudos da economia feminista e da divisão sexual do trabalho, precisamos reconhecer que esse desequilíbrio tende a ser ajustado pela sobrecarga de trabalho realizada pelas mulheres. A transferência geracional, inclusive, também tende a ser cumprida por elas. Tendo isso em vista e baseada na sugestão metodológica de Neuma Aguiar (1984), parte do questionário com as famílias objetivou saber quem realizava cada tarefa na unidade produtiva familiar. Essas tarefas foram organizadas entre: atividades domésticas; atividades que contribuem para o sustento da família; atividades comerciais, relacionadas com a compra e venda de bens (Anexo 1).

Com relação às atividades domésticas, foram elencadas as seguintes tarefas: preparar a alimentação da família; limpeza da cozinha; limpeza da casa; limpeza da área externa; cuidado com a roupa; cuidado com as crianças; fazer compras para alimentação e limpeza da casa; e cuidar dos animais domésticos. Os resultados foram os seguintes:

Tabela 6 – Divisão sexual e geracional das atividades domésticas

Atividades domésticas	continua													
	Homem jovem	Casal	Casal mais homem jovem	Casal mais jovens de ambos os gêneros	Casal mais mulher jovem	Homem adulto	Homem adulto e homem jovem	Mulher adulta	Mulher adulta e mulher jovem	Mulher e algum jovem	Mulher jovem	Todos da unidade familiar	Pessoa de fora da unidade familiar	Não se aplica
Preparar alimentação	a	-	3	-	-	9	-	26	-	-	-	3	-	-

Tabela 7 – Divisão sexual e geracional das atividades domésticas

															conclusão
Limpeza da cozinha	-	2	-	-	-	6	-	22	4	1	3	2	1	-	
Limpeza da casa	-	2	-	-	-	6	-	22	3	2	3	2	1	-	
Limpeza da área externa	2	5	-	-	-	15	-	12	-	4	-	3	-	-	
Cuidado com as roupas	-	2	-	-	1	2	-	28	5	-	-	-	3	-	
Cuidado com as crianças e idosos	-	3	-	-	1	1	-	3	-	-	-	-	1	32	
Fazer compras para a alimentação e limpeza da casa	-	14	-	-	2	9	-	13	-	-	-	1	2	-	
Cuidar dos animais domésticos		12	3		1	7		9				2	2	5	

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nitidamente, é possível notar o protagonismo feminino nas tarefas domésticas. Excetuando-se o cuidado com os animais domésticos, em que a tendência do trabalho é a de ser compartilhado entre os casais, e a limpeza da área externa (terreiros e quintais), em que o protagonismo é masculino, as demais atividades que são realizadas no espaço interno das residências, todas são realizadas pelas mulheres adultas, sem compartilhamento entre os membros da família. Ou seja, o cuidado com alimentação da família, com as roupas e com a limpeza da casa sempre é protagonizado pelas mulheres. Essa tendência mostra características semelhantes às analisadas pela teoria bourdieusiana de que o mundo social se constrói a partir de dualidades vinculadas diretamente ao gênero de seus responsáveis. Em seu “esquema sinóptico das oposições pertinentes” (BOURDIEU, 2011, p. 19), é possível identificar essa tendência em que as mulheres rurais estão em lados opostos aos dos homens, tanto na casa, quanto na responsabilização de tarefas produtivas (galinha versus gado, casa versus mercado, cozinha versus sala). Apenas o ato de fazer compras para as despesas da casa que, quando não compartilhado pelos casais, tende a ser considerado uma tarefa feminina. Ou seja, insere as mulheres no espaço público mais do que os homens. No entanto, a explicação para isso ocorrer é que, como o assunto permanece sendo do espaço privado, ou seja, fazer compras para a casa, ela permanece sendo uma tarefa feminina, mesmo que realizada no espaço público. Essas outras distinções ficarão mais claras no decorrer deste texto.

Continuando a percepção da divisão do trabalho nas atividades domésticas, é possível perceber que, em uma família, o cuidado com as crianças e idosos é delegado à uma pessoa externa à unidade familiar. A delegação dessa responsabilidade se dá pelo fato de a família residir na área urbana do município e a mulher adulta da família, ou seja, a mãe, ser servidora pública municipal e passar o dia fora de casa. O que ocorre é que, como o pai também passa o dia realizando as atividades produtivas na propriedade rural, quem passa a maior parte do tempo com a criança é uma parente dessa mãe. Cristiane Soares (2020) explica que isso é comum nas famílias em que a mulher precisa dividir seu tempo entre os cuidados domésticos e o acesso ao mercado de trabalho e que isso pode acontecer de duas formas: por meio da conciliação e por meio da delegação:

O primeiro caso (conciliação) é o modelo mais comum em que a mulher divide o seu tempo entre as responsabilidades no mercado de trabalho e em casa. O modelo de delegação, por sua vez, coexiste com o de conciliação, pois em muitos casos, a participação das mulheres no mercado de trabalho somente é possível porque há a delegação das tarefas domésticas para outras mulheres (SOARES, 2020, p. 76).

Nas demais famílias em que não há delegação dessa tarefa, ou ela é compartilhada entre os demais membros da família ou a tendência é de a mulher conciliar essa e as demais funções.

No que diz respeito às atividades que contribuem para o sustento da família²², a tendência é de o compartilhamento ocorrer com maior frequência. A tabela 7 demonstra esses dados.

Tabela 8 – Divisão sexual e geracional das atividades que contribuem com o sustento familiar

	continua													
Atividades que contribuem com o sustento familiar	Homem jovem	Casal	Casal mais homem jovem	Casal mais jovens de ambos os gêneros	Casal mais mulher jovem	Homem adulto	Homem adulto e homem jovem	Mulher adulta	Mulher adulta e mulher jovem	Mulher e algum jovem	Mulher jovem	Todos da unidade familiar	Pessoa de fora da unidade familiar	Não se aplica

²² Gostaria de fazer um adendo: o uso do termo sustento da família não exclui a importância das atividades domésticas como cruciais para o funcionamento da rotina familiar e, conseqüentemente, ao sustento da família.

Tabela 9 – Divisão sexual e geracional das atividades que contribuem com o sustento familiar

	conclusão													
Cuidados com a horta/canteiro	-	6	-	-	-	6	1	13	-	-	1	2	-	12
Cuidados com o pomar	1	8	1	-	-	18	1	3	-	-		1	1	7
Cuidados com os pequenos animais	1	9	1	-	-	14	1	10	-	-		1	-	4
Cuidados com os grandes animais	1	-	1	-	-	27	1	-	-	-		1	1	14
Cuidado com a roça/lavoura	1	3	-	-	-	23	3	-	-	-	-	1	-	10
Obtenção de água	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	38
Obtenção de lenha	1	3	-	-	-	22	5	2	-	-	-	1	2	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É possível perceber que, majoritariamente, as atividades que contribuem diretamente para o sustento familiar são protagonizadas pelos homens adultos. Ao analisarmos isoladamente cada uma dessas atividades, a divisão segue o mesmo padrão de diversos estudos realizados em outras regiões (AGUIAR, 1984; GARCIA, 1992; PRIORI e VENÂNCIO, 2006; HEREDIA, 2013; BUTTO et al., 2014; PAULILO, 2016; PAULILO, DE GRANDI e SILVA, 2016; ZARZAR, 2017; PETARLY e PEDROSO NETO, 2021): os cuidados com as hortaliças nas hortas ou nos canteiros tendem a ser realizados pelas mulheres, enquanto que o cuidado com os grandes animais e com a roça/lavoura tende a ser protagonizado pelos homens. É interessante destacar que a responsabilidade pela obtenção de lenha seguiu um direcionamento distinto do que têm sido apresentadas por outras pesquisas que analisam a divisão sexual do trabalho rural (PAULILO, 2016; HERRERA, 2017). Nas análises dessas autoras é possível notar que esse serviço é compreendido como um trabalho da esfera doméstica, sendo considerado, assim, como um trabalho “leve” e que, portanto, é destinado às tarefas femininas. Na minha pesquisa, essa tarefa é exclusivamente masculina em 55% das famílias visto que, apesar de ser compreendido como um trabalho da esfera doméstica, é considerado um trabalho pesado e que exige um esforço físico maior do que desejam destinar às mulheres ou aos jovens.

Apesar dos dados da tabela 7 exporem uma divisão marcada entre as atividades produtivas e que o trabalho da produção agrícola é majoritariamente uma tarefa

masculina, preciso reconhecer que é difícil acreditar que nenhuma mulher cuide efetivamente das atividades da roça. Essas respostas podem ser explicadas principalmente por Maria Ignês Paulilo (1987), que descreveu detalhadamente que as famílias traduzem a participação das mulheres nesse tipo de atividade como ajuda aos maridos e não a realizadora do trabalho produtivo em si. Bourdieu (2011) e Gema Esmeraldo (2010) defendem, inclusive, que afirmar que as atividades tidas como principais para o sustento da família (como o trabalho no roçado, para a agricultura familiar) são responsabilidades masculinas, garantem a manutenção da honra masculina diante da aprovação social. Essa constatação poderá ser confrontada com os dados da produção de produtos para o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva. De imediato, me detenho a apresentar apenas que a produção de mandioca, por exemplo, das dezesseis famílias que a produziam para os programas, sete eram produzidas pelos casais e, em uma família, era produzida apenas pela mulher. Ou seja, apenas em 50% dos casos o protagonismo era realmente masculino. Outro exemplo é a produção de milho, em que 53% do protagonismo da produção era masculina, enquanto que nas demais famílias a produção era compartilhada entre os casais ou entre todos os membros da família. Lorena Moraes (2020) também afirma que essa invisibilidade do papel das mulheres rurais nesse processo produtivo se constitui como:

Uma dupla invisibilidade do trabalho por se tratar de um processo cotidiano de apagamento da centralidade das tarefas femininas na produção agropecuária, considerada frequentemente como ajuda ao que se considera como “trabalho de homens na roça”, por meio da subjugação do trabalho doméstico e de cuidados à categoria do não trabalho” (MORAES et al., 2020, p. 175-176).

Como dito no tópico anterior, são diversos os estudos que apresentam unidades de produção familiar em que as mulheres são protagonistas dos espaços dos quintais (BUTTO *at al.*, 2014; ZARZAR, 2017). Essa realidade não foi encontrada nessa região de estudo. De acordo com esses dados, o que na região estudada se denomina como quintal (local onde se encontra os pomares) permanece com o protagonismo masculino.

Essa tabela também nos apresenta uma característica importante para compreensão dos meios de vida dessas famílias: o acesso à água. Apenas três famílias participantes da pesquisa não possuem água encanada e precisam buscá-la em algum córrego localizado próximo à residência. Essa falta de água encanada prejudica o desenvolvimento de um maior número de atividades produtivas com finalidade comercial e as famílias tendem a permanecer com a agricultura apenas de subsistência. Inclusive, dessas três famílias, duas (F1 e F2) estão caracterizadas pela agricultura de subsistência, apresentada pela Tabela 4. A terceira família (F15) foi uma das que não se enquadrou

nem em agricultura de subsistência, nem em agricultura empresarial. Como a renda principal da família era proveniente do trabalho formal prestado para a prefeitura municipal, a dificuldade para o acesso à água foi um motivo que contribuiu para o abandono da atividade produtiva na propriedade rural e ocasionou a mudança da família para a área urbana de Wanderlândia. Atualmente, a família só utiliza a chácara como lazer aos finais de semana e, para esses dias, a água é levada da cidade.

A obtenção de lenha também é comum para a atividade produtiva e doméstica das famílias. Nessa atividade, o protagonismo permanece masculino e, em alguns casos, com o auxílio dos filhos. O perfil produtivo da região demanda a utilização de lenha para a fabricação de farinha de mandioca, produzida por oito famílias. Assim, o fogão a lenha continua sendo comum na região para preparos mais demorados em que se quer evitar a utilização do forno a gás, como o preparo do feijão, da mandioca, do chambaril ou de outra carne que precisa de maior tempo de cozimento.

A consolidação dos dados dos questionários também permite compreender a divisão sexual e geracional das atividades comerciais e relacionadas à compra e venda de bens e produtos.

Tabela 10 – Divisão sexual e geracional das atividades comerciais e relacionadas a compra e venda de bens

continua

Atividades comerciais, relacionadas a compra e venda de bens	Homem jovem		Casal mais homem jovem	Casal mais jovens de ambos os gêneros	Casal mais mulher jovem	Homem adulto	Homem adulto e homem jovem	Mulher adulta	Mulher adulta e mulher jovem	Mulher e algum jovem	Mulher jovem	Todos da unidade familiar	Pessoa de fora da unidade familiar	Não se aplica
	-	Casal												
Compra e venda de gado	-	-	-	-	-	18	-	1	-	-	-	-	1	21
Compra e venda de pequenos animais	-	2	-	-	-	14	-	9	-	-	-	1	-	15
Venda da produção no comércio local	1	7	1	-	-	11	1	6	-	-	-	-	1	13
Venda da produção na feira	-	5	-	-	-	4	-	1	-	-	-	-	-	31

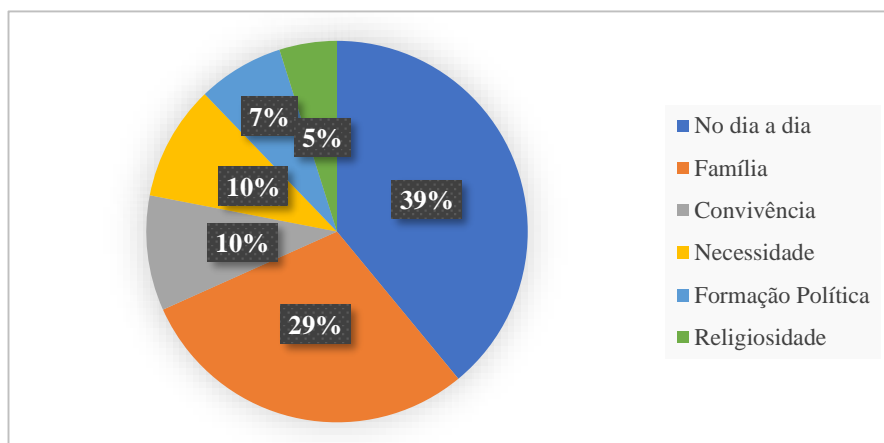
Tabela 11 – Divisão sexual e geracional das atividades comerciais e relacionadas a compra e venda de bens

														conclusão
Entrega dos produtos à prefeitura	-	2	-	-	2	6	1	4	-	-	-	-	-	26
Processos burocráticos para obtenção dos selos	-	1	-	-	-	3	-	1	-	-	1	-	-	35
Controle de despesas e receitas da produção	-	5	-	-	-	8	-	3	-	-	-	-	1	24
Compra de insumos para a produção	-	6	-	-	-	19	-	4	-	-	-	1	1	10
Quem vai pagar as contas mensais na área urbana	-	13	-	-	-	14	-	9	-	-	-	2	2	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Um olhar superficial para os dados nos indicaria que o protagonismo é masculino nesse grupo de atividades. No entanto, uma análise mais detalhada nos mostra uma situação distinta. Excetuando a compra e a venda de gado, é possível perceber um alto índice de compartilhamento de tarefas entre os adultos e os jovens. O que demonstra que a tendência é de permitir aos jovens o trabalho considerado administrativo ou burocrático, ou seja, aquelas tarefas que demandam lidar com documentação formal, contratos, notas fiscais etc. Na relação comercial, os jovens ocupam o espaço de venda no comércio local e na entrega de produtos na prefeitura, enquanto que a comercialização nas feiras tende a ser realizada pelos adultos e, principalmente, compartilhada entre os casais.

Com relação a essa divisão sexual e geracional descrita, as famílias responderam com quem ou em qual lugar elas aprenderam a dividir as tarefas dessa forma. As respostas foram sistematizadas e estão representadas no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Origem do aprendizado da divisão de tarefas

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nota-se um alto índice de famílias que reconhecem que o aprendizado para a organização do trabalho familiar se deu a partir da relação rotineira entre os membros da família. Isso ocorre visto que, ao comporem uma nova unidade familiar, por meio do casamento, dois *habitus* familiares distintos se aproximam e demandam sua reconversão para um novo *habitus*.

Pesquisadora: E você sempre gostou de agricultura?

E6: Eu sempre sim, porque eu venho do berço, né? Então, assim, era muito forte. Mas com a vida pra [sic] rua, a gente ficou mais distante, né?

Pesquisadora: É. Você sentiu, você sente alguma, logo quando vocês se conheceram e casaram, você sentiu alguma diferença de criação? Assim, da forma como você foi criada, pra [sic] forma que ele foi criado? Deu algum choque assim?

E6: Não, até, assim, tanto não, né? Mais ou menos do mesmo ramo, né? Porque, fazer que nem o outro, os sofrimentos, às vezes, batiam muito, então era mais tranquilo (ENTREVISTA, F13).

Pesquisadora: E seu companheiro era da luta também?

E8: Coitado, toda vida lutando só pra [sic] sobreviver. Eu acho ele pescado, assim modo de pesca [sic] um peixe. Ele toda vida foi da roça. Quando infância, o pai e a mãe morreu, ele foi adotado, com 8 anos. Mas depois ele voltou para a casa dos tios, aqui no Tocantins. Quando ele ficou infiltrado nas roças, nas ocupações, assim. Mas ele é muito medroso, muito cauteloso. Ele não enfrentava do jeito de nós não.

Pesquisadora: Vocês se conheceram aonde?

E8: Aqui mesmo na Wanderlândia.

Pesquisadora: Numa das ocupações?

E8: Não, numa virada de carro. Muié, eu era tão doida, que ele foi trabalhar pra [sic] mim muié. Pra [sic] fazer uma viagem, ver um filho que ele tinha em Goiânia. E ele trabalhou um bocado de dia e no último dia ele disse: “Não muié, eu sou solteiro, tu é solteira, vamos mesmo amiga [sic]?” Tinha vinte anos, nem namoramo [sic]. Aí ele tá [sic] na lida aí de roça, lá da Costa Rica pra cá. Ele só sabe trabalhar, não, ele é servente de pedreiro, muito bom servente, mas só sabe trabalhar, ele não lida de roça.

Pesquisadora: É o que gosta? Ou ele não gosta.

E8: Não, gosta. E o diabo é que gosta.

Pesquisadora: Aí é bom, né? Se não gostasse que era o problema.

E8: É, é ruim.

Pesquisadora: E você gosta disso aqui também?

E8: Gosto, mas eu já tô [sic] ficando velha, tô ficando, não dou mais conta de muita coisa não.

Pesquisadora: Quer continuar por aqui ou ir pra [sic] cidade?

E8: Não, quero não. Cidade nem, de jeito nenhum. Aqui a gente tem mais qualidade de vida. Não compra cedo, na rua 6 horas da manhã você já tá [sic] comprando um pão, um leite. Um pão velho, cheio de fermento, um leite com água, sei lá. Aqui a gente come mais natural. Agora mesmo, a gente vai retirar uma fécula de tapioca, do jeito da gente, que a gente sabe fazer. Sem aquele conservante, sem nada. Eu digo que a qualidade de vida é assim, meu pai e minha mãe ainda está nessa idade, o pai com enfisema, ruim da vista. A mãe com o coração crescendo e cadeirante. Eles ainda estão vivos pela qualidade de vida que eles vivem (ENTREVISTA, F11).

Ambos os relatos demonstram a semelhança nas trajetórias históricas dos casais que permitiu que ambos pudessem reproduzir um novo *habitus* a partir de uma vivência em comum: a relação com o trabalho no campo.

Pesquisadora: E como é que vocês se conheceram?

E7: A gente? Eu morava, a gente tem casa em Araguaína, tanto meus pais como ele. Se conheceu pela rua.

Pesquisadora: Na vida?

E7: É na vida.

Pesquisadora: E aí logo você veio pra [sic] cá ou demorou um pouquinho?

E7: Não. Eu fiquei um pouco. Eu era empregada em Araguaína. E no decorrer do namoro a gente foi, começou [sic] morar em Araguaína. Nós consolidava [sic], final de semana nós aqui e durante a semana nós separado. Aí a gente foi colocar na ponta da caneta e ficou bem, é melhor todo mundo só num lugar só. E também minha casa em Araguaína foi assaltada. E aí eu perdi o gosto de lá. Aí a gente entrou em comum acordo e resolvemos vir pra [sic] cá. (...)

Pesquisadora: Vocês sempre foram agricultores?

E7: Eu não, só ele.

P: Como é que foi essa mudança da vida urbana para a vida da agricultura?

E7: É mais que tranquilo.

Pesquisadora: É?

E7: É. Tem muita dificuldade, mas é bem tranquilo.

Pesquisadora: E você gosta daqui?

E7: Gosto.

Pesquisadora: Quer embora mais não?

E7: Não. Ah, de vez em quando a gente fala em vender aqui, mas eu falo "não". Quando a gente passa o dia em Araguaína fica agoniado pra [sic] voltar logo pra [sic] cá. Aqui nós temos nosso banho, nós temos o pomar (ENTREVISTA, F36).

Como dito anteriormente, quando as origens são distintas, os *habitus* de cada membro da família passam um processo de reconversão e adaptação para um novo *habitus* familiar. Bourdieu (2011) já afirmava que a família e a Igreja são os principais reprodutores da divisão sexual do trabalho e das representações sociais que ela implica. Dessa forma, podemos inferir que os meios de vida nesse espaço social analisados são, também, construídos e reproduzidos pela transmissão geracional familiar.

As famílias que aprenderam em eventos de formação política (F9, F13 e F15) não apresentam em suas respostas tendências ao compartilhamento de tarefas, como se poderia imaginar. Essas famílias apresentam características de reprodução da divisão sexual do trabalho em que as mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de reprodução da vida, enquanto os homens são os principais responsáveis pelas tarefas produtivas. A análise resultante da ACM permite compreender melhor esse espaço social, visto que as famílias podem ser organizadas em diferentes posicionamentos, ou seja, agrupadas por características que as assemelham e as aproximam.

Meio de vida 1: o protagonismo nas tarefas produtivas, administrativas, comerciais e financeiras tende a ser masculino. Esse protagonismo pode ser explicado porque esse grupo é composto, prioritariamente por famílias uniparentais, compostas apenas pelo homem adulto. Para as demais unidades produtivas compostas por mais de um membro, as tarefas tendem a ser compartilhadas pelos casais ou por todos os membros das famílias. Esse grupo apresenta uma divisão bem delimitada na divisão das tarefas burocráticas: o critério de divisão tende a ser geracional, ou seja, há um número expressivo de jovens que se responsabilizam por essas tarefas, provavelmente pela baixa escolaridade dos seus pais. Nesse grupo, a divisão de tarefas foi aprendida por meio da transmissão geracional vinda de suas mães.

Meio de vida 2: o protagonismo nas tarefas produtivas, administrativas, comerciais e financeiras tende a ser feminino ou compartilhado entre os casais. As tarefas consideradas produtivas, realizadas para o sustento familiar, são protagonizadas pelas mulheres, inclusive as realizadas fora da propriedade rural. Nesse grupo, as famílias aprenderam a dividir as tarefas no próprio cotidiano familiar.

De uma maneira geral, a ACM também apresenta algumas análises interessantes para se pensar o espaço social como um todo. Há uma forte estrutura que hierarquiza e distingue os responsáveis pelas tarefas na unidade produtiva familiar a partir das marcas de gênero e geração: jovens nas tarefas administrativas, mulheres nas tarefas de cuidado e reprodução da vida e homens nas tarefas comerciais.

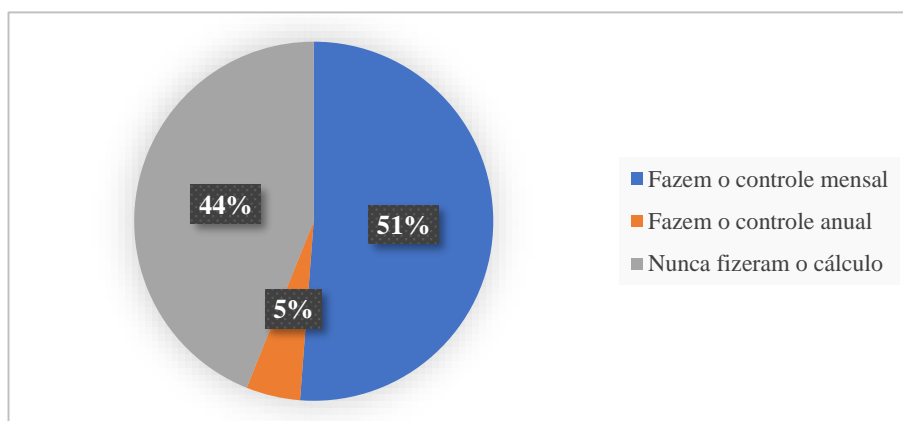
A relação específica entre os meios de vida das famílias e sua relação com a vida financeira será abordada no próximo tópico.

8.4 O significado social das finanças e as vidas conexas

Como já apresentado no capítulo 6, a perspectiva teórica de Viviana Zelizer contribui com os estudos de gênero desconstruindo a ideia de separação entre vida doméstica e vida econômica. Levando em consideração essa lente teórica, algumas perguntas relativas a essa temática foram feitas às famílias sobre a forma com que elas significam o dinheiro que entra e sai das unidades familiares e como a família se organiza nessa conexão entre vida doméstica e vida econômica. Essa investigação é válida para compreender, inclusive, se essa organização é realizada a partir de marcas de gênero e geração.

Em um primeiro momento, buscou-se compreender se há algum tipo de controle financeiro sobre a renda que circula na unidade familiar e qual era o membro da família que realizava esse controle. O Gráfico 17 – demonstrará que 56% das famílias realizam algum tipo de controle financeiro e 44% nunca realizaram o cálculo da renda familiar.

Gráfico 17 – Realização de controle financeiro da unidade familiar

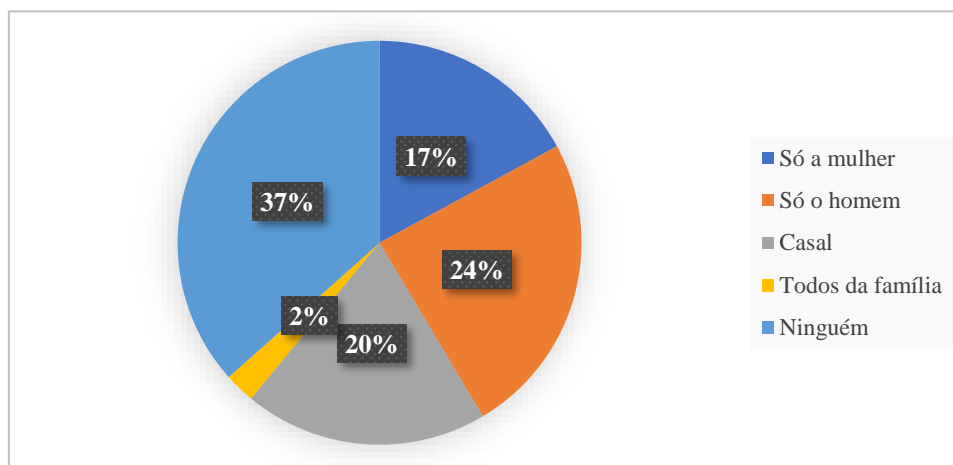


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Apesar de minoria, é possível notar um grande número de famílias que não realizam qualquer tipo de controle financeiro sobre a renda auferida pela família. Essa situação nos retoma à explicação que Chayanov (2014) faz sobre as unidades familiares camponesas não reproduzirem práticas provenientes da racionalidade econômica. Dizer que elas não realizam esse cálculo não as excluiu do sistema econômico vigente, apenas indica que a família possui outros métodos de análise de viabilidade da reprodução familiar que não estão padronizados e classificados pelo sistema econômico utilizado nas áreas urbanas, ou seja, essas famílias “atuando ou não a partir da racionalidade econômica capitalista, tornavam possível a realização de sua autonomia a partir de práticas

dependentes: trabalho e consumo” (MARTINELLI e SCHNEIDER, 2014, p. 296). A partir dessa ótica é que se torna ainda mais interessante analisar como essas famílias se reestruturaram para o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva, que demandam rotinas administrativas e de controle burocrático comuns à racionalidade econômica capitalista.

Gráfico 18 – Membro da família que possui o controle das informações financeiras

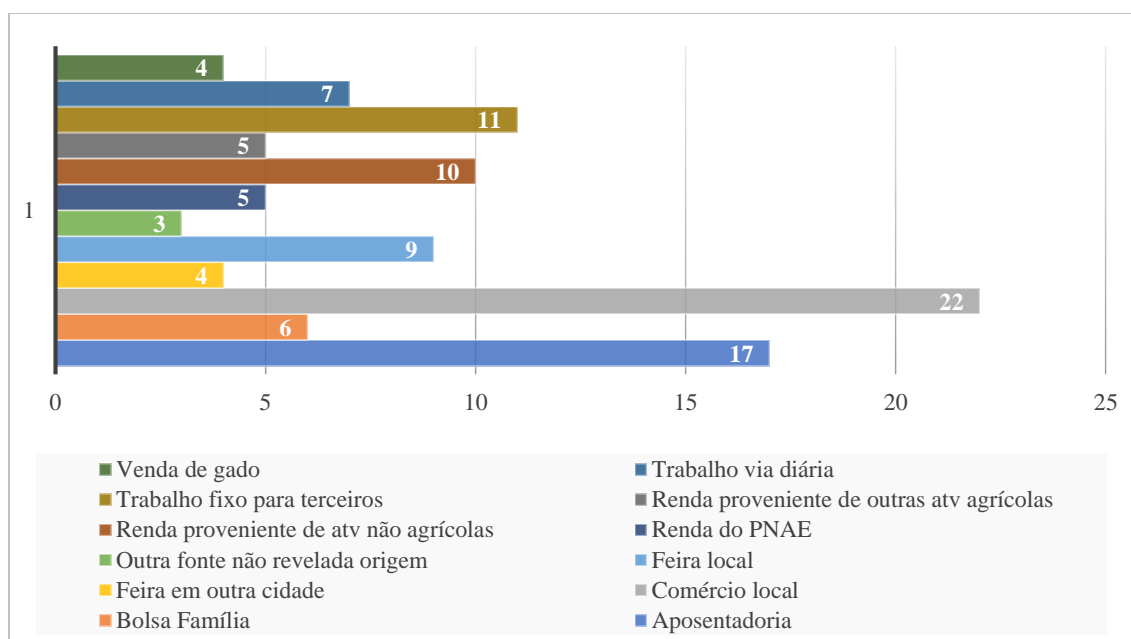


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Quando questionados sobre qual era o membro da família que tinha a informação sobre a renda total da unidade familiar, quatro famílias que antes disseram que não havia nenhum tipo de controle, agora indicou o membro que possuía essa informação. Essa discrepância de respostas pode ser explicada devido ao fato de que não haver controle não significa, para essas famílias, não saber a renda financeira familiar. Além disso, como falar abertamente sobre renda ainda é um tema delicado para as famílias rurais, essa discrepância pode também ter ocorrido por esse motivo.

Ainda assim, o Gráfico 18 nos oferece informações importantes para a compreensão do nosso objeto de estudo. O número de famílias que compartilha essa informação é superior ao número de famílias em que apenas a mulher a possui e inferior ao número que apenas os homens a possui. Assim, é possível concluir que, no espaço social analisado, as informações sobre a renda familiar tende a possuir marcas de gênero.

As diversas fontes de renda que adentram as unidades familiares também foram objeto de investigação. O Gráfico 19 indica as origens de recursos financeiros que compõem a renda familiar no espaço social analisado. O gráfico apresenta a quantidade absoluta de famílias que citaram cada uma dessas fontes de renda.

Gráfico 19 – Fontes de renda das unidades familiares

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nota-se um alto índice (53,65%) de famílias que apontam a comercialização de seus produtos via comércio local, seja em pontos comerciais que revendem os seus produtos ou para unidades comerciais que utilizam os produtos para produção de alimentos a serem comercializados, como restaurantes e lanchonetes. Na sequência, dezessete famílias (41,46%) indicam a aposentadoria como fonte de renda. Tal como Anita Brumer (2014) afirma, o acesso à aposentadoria pelas mulheres rurais garante mais do que o acesso físico ao seu valor monetário, ele garante a obtenção de um valor mensal que, além de ser utilizado para pagamentos das contas (contas mensais ou aquisição de medicamentos), também representa a segurança de não depender da renda auferida pelo trabalho de seus filhos. A relação de dependência, então, deixa de ser de financeira e de cuidados e passa a ser apenas de cuidados. Ainda não é possível confirmar, mas é interessante a realização de estudos que comprovem se o acesso à aposentadoria rural pode ser considerado um fator de reconversão de *habitus* nas famílias rurais. Outro dado importante a ser levado em consideração nessa análise, é que oito famílias (19,51%) possuem a aposentadoria como única fonte de renda. Essa informação pode parecer estranha, visto que estamos analisando todas as famílias de Wanderlândia que mantiveram relação com as políticas públicas do PNAE e do PAA. No entanto (e isso será melhor apresentado no próximo capítulo), no momento da pesquisa, muitas famílias

não estavam mais acessando os programas, resultado da paralisação e da não aprovação dos projetos submetidos pela prefeitura municipal. Outro indicativo que essa informação fornece é a comprovação da tendência ao envelhecimento dessa população rural.

Outra fonte de renda comum encontrada nessas famílias foi o trabalho formal para terceiros. Essa categoria de fonte de renda engloba as atividades realizadas via contratação formal, via contrato de prestação de serviços, serviço público ou carteira de trabalho, que resulte na remuneração mensal já acordada previamente com os empregadores. Essa remuneração paga varia de um a dois salários mínimos. Em sua maioria, esses trabalhos são realizados por mulheres com curso superior contratadas pela prefeitura municipal para atuar nas secretarias de Agricultura, Assistência Social e Educação.

A categoria denominada Renda proveniente de atividades não agrícolas engloba diversos tipos de atividades que fogem do âmbito convencional da agricultura e da pecuária. As atividades descritas pelas famílias foram: recebimento de pensão por morte; prestação de serviço de consultoria ao Tribunal de Justiça; renda auferida por serem proprietários de comércio (restaurante, padaria e frutaria) e por utilizarem suas propriedades como balneários²³ de lazer abertos ao público. Possuir fontes de renda provenientes dessas atividades diversas pode caracterizar essas famílias como pluriativas, ou seja, quando a família utiliza a diversificação das atividades familiares como estratégia de assegurar a reprodução da unidade familiar (WANDERLEY, 2003). Importante deixar registrado que a pluriatividade só é reconhecida quando a atividade diversificada é realizada pelos chefes da família, ou seja, pelos adultos. Quando os jovens a realizam, essa estratégia é considerada como “o processo de individualização e de busca de autonomia desse filho rumo à constituição em breve de uma outra família ou de tornar tal filho relativamente autônomo do ponto de vista financeiro” (WANDERLEY, 2003, p. 53).

“Colocar a feira” também é uma fonte de renda frequente na região. As famílias o fazem tanto na feira de Wanderlândia, como na feira de Araguaína e, usualmente, é um trabalho compartilhado entre os casais. Infelizmente, devido à pandemia vivenciada na região, esse trabalho não conseguiu identificar, por meio da observação, como a

²³ Regionalmente, balneários são áreas privadas de pequenas propriedades rurais frequentadas com o intuito de tomar banho de cachoeira, rio, córrego ou lago. É comum que as propriedades sejam abertas mediante pagamento de ingresso e haja o oferecimento de refeições e bebidas a preços praticados na região.

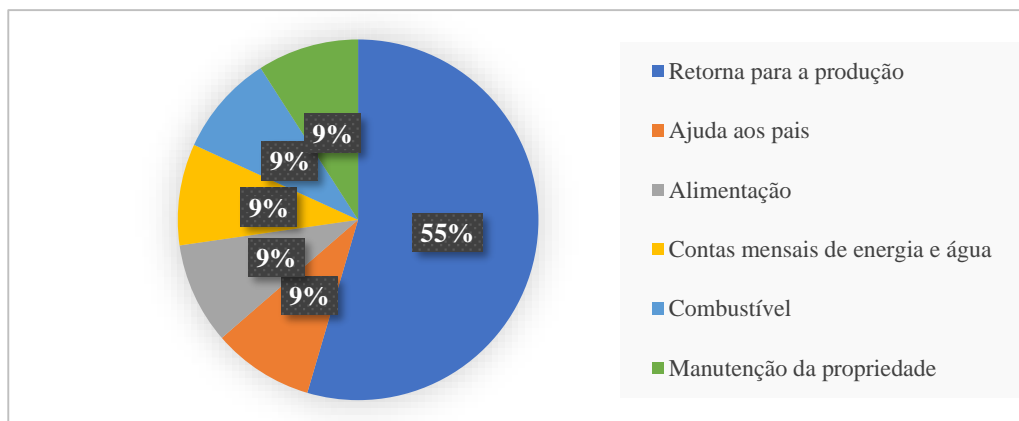
comercialização nas feiras possuem marcas geracionais e de gênero, conforme realizado por Marie France Garcia (1992).

A comercialização de gado é uma prática comum na agricultura familiar da região. Não como ocorre nas unidades produtivas do agronegócio, mas como estratégia de poupança familiar. Por esse motivo, inclusive, a maior parte das famílias não considerara a venda de gado como uma fonte de renda, visto que só o comercializam em momentos de necessidade imediata, para pagar tratamentos de saúde ou financiar uma obra emergencial na casa. Outra utilização do gado é retratada por uma das entrevistadas: “E o gado, sempre assim, quando tem um sal pra [sic] comprar, um remédio pra [sic] comprar e o dinheiro da feira não dá, aí vende o gado e faz aquilo ali” (ENTREVISTA 9). Esse caráter de poupança auferido ao gado na agricultura familiar já foi analisado por diversos estudos e são unânimes ao indicar que a relação financeira proveniente da comercialização do gado sempre foi uma tarefa masculina (ZELIZER, 2011; HEREDIA, 2013; PETARLY e PEDROSO NETO, 2021).

Conforme descreve Viviana Zelizer (2003), todo o dinheiro é dotado de significado social para além do significado financeiro. Por esse motivo é que, além de tentar compreender a origem das fontes de renda dessas famílias, também fiz o levantamento da destinação dada a cada um desses distintos dinheiros recebidos. Como já apresentado nesse tópico, não foram todas as famílias que conseguiram indicar a destinação de cada dinheiro, visto que, para uma parcela das famílias, todo o dinheiro se transforma em um só. Algumas famílias descrevem essa situação: “Quando separa, parece uma bomba atômica” (QUESTIONÁRIO, F6); “Junta tudo” (QUESTIONÁRIO, F9); “Tudo é pra [sic] pagar as coisas da roça e trabalhador” (QUESTIONÁRIO, F17); “Fica tudo na cidade” (QUESTIONÁRIO, F19); “Juntou o dinheiro aí a gente faz a despesa. É pra [sic] o que precisar” (ENTREVISTA, F4).

Quando a família descreve que “fica tudo na cidade” (QUESTIONÁRIO, F19), simboliza que todo o dinheiro recebido é utilizado para custear contas já realizadas ou que precisam ser feitas, como as da alimentação familiar. São quinze as famílias (36,58%) que afirmam conseguir fazer, mesmo que minimamente, o controle da renda para conseguir saber a destinação exata de cada recurso financeiro obtido.

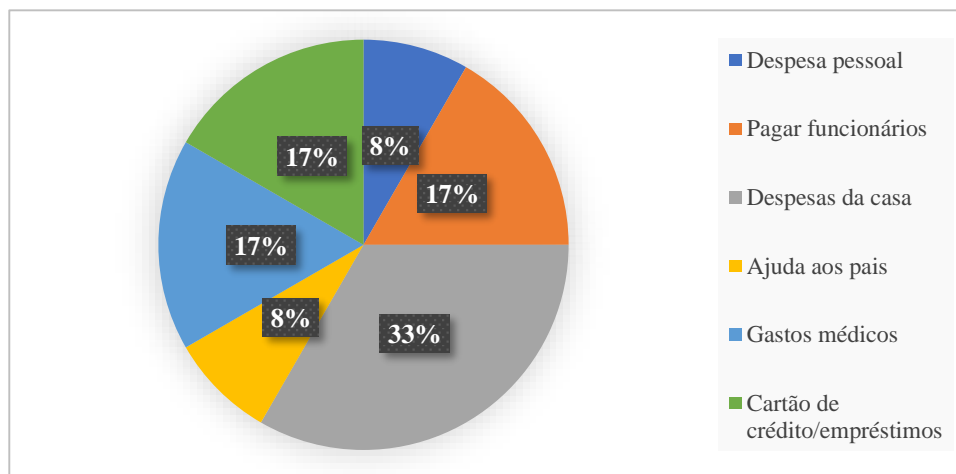
Gráfico 20 – Destinação da renda obtida na comercialização de produtos no comércio local



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É válido deixar registrado que, das quinze famílias que fazem o controle da renda familiar, sete possuem algum membro que cursou o ensino superior e três concluíram o ensino médio. Dessa forma, 66% das unidades familiares possuem membros com um nível de escolaridade maior que a maioria das demais famílias. O acesso à educação formal pode ser um indício de maior habilidade com números, notas fiscais e recibos de compra e venda. De maneira distinta, dessas quinze famílias, apenas 4 exercem a agricultura caracterizadas como de subsistência (são famílias negras que tiveram nenhum ou pouco acesso ao ensino fundamental formal) e que, ainda assim, conseguem realizar os controles financeiros que julgam necessários para a administração da renda familiar.

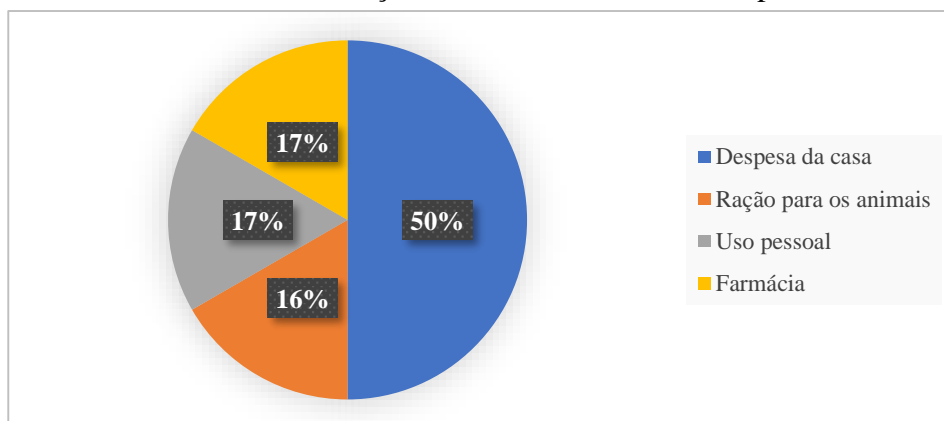
Nota-se que a principal destinação da renda obtida pela comercialização de produtos em estabelecimentos comerciais tende a ser manter e investir na própria atividade produtiva, por exemplo, com a aquisição de adubos, manutenção dos roçados, concerto de cercas e demais itens necessários para uma nova colheita e consequente nova comercialização. Esse destino também é comum aos produtos vendidos na porta de casa. As famílias que revelam comercializar produtos agrícolas e pequenos animais nas próprias propriedades indicam que o recurso financeiro obtido é utilizado na sua própria reprodução. Apenas a comercialização dos ovos é utilizada para pagamento do plano de celular de membros da família (QUESTIONÁRIO, F23). A renda obtida por meio do trabalho formal para terceiros apresenta uma diversidade de destinações:

Gráfico 21 – Destinação da renda obtida por meio do trabalho formal para terceiros

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O pagamento de despesas da casa, como contas de água, energia e alimentação é o principal destino dos recursos financeiros auferidos por essa fonte de renda. Por ser uma renda garantida e de valor já sabido, as famílias possuem maior segurança em pagar as principais e rotineiras contas da unidade familiar com ele, inclusive as dívidas contraídas no mercado financeiro, como empréstimos e compras em cartão de crédito. Além disso, um ponto precisa ser levado em consideração: dentre as famílias que utilizam esse recurso para pagamento de funcionários, inclui-se a mãe que contrata uma babá para que ela possa trabalhar e ter alguém cuidando de sua filha.

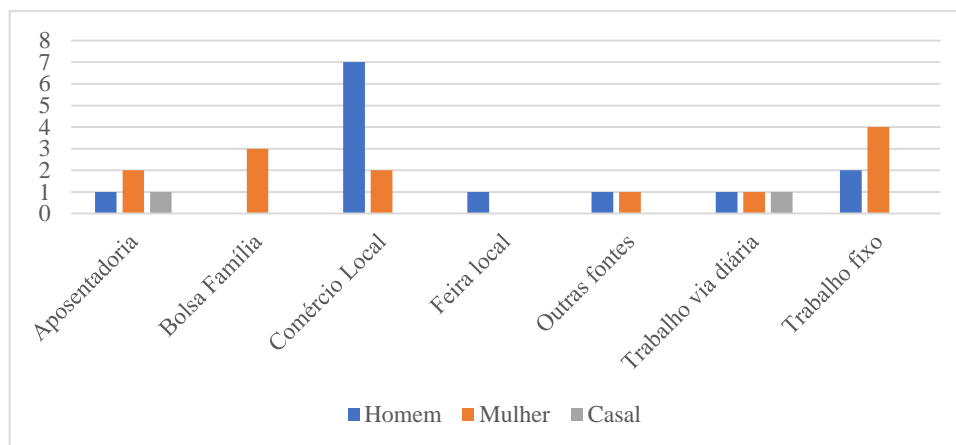
O pagamento das contas rotineiras de manutenção da unidade familiar também é o destino do dinheiro recebido pelo benefício da aposentadoria.

Gráfico 22 – Destinação da renda auferida com a aposentadoria

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Antes de analisar as marcas de gênero envolvidas na destinação dos diferentes recursos, apresento a demonstração, por gênero, das origens desses recursos com destinação especificada anteriormente:

Gráfico 23 – Demonstração, por gênero, da origem dos recursos financeiros



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A partir desse gráfico é possível compreender as marcas de gênero existentes em cada entrada financeira na unidade familiar e, assim, analisar mais detalhadamente a destinação de cada um desses recursos.

Nota-se que os recursos provenientes da comercialização de produtos agropecuários, no comércio local ou em feiras, são majoritariamente masculinos e sua destinação é para o custeio da própria produção. Enquanto isso, o recurso proveniente do trabalho formal para terceiros, a aposentadoria e o Bolsa Família é, em sua maioria, utilizado para pagamentos de despesas fixas da unidade familiar. Suas origens são, majoritariamente, femininas.

Dessa forma, como já adiantou Viviana Zelizer (2003), as rendas familiares possuem marcas de gênero no seu trajeto dentro das unidades familiares. Sua origem, seus responsáveis e suas características precisam ser levadas em consideração na compreensão da vida financeira familiar. A análise proveniente da ACM também permite uma maior compreensão dessas características a partir do olhar sob todo o espaço social.

Inicialmente, as famílias que não fazem controle financeiro de entradas e saídas da renda familiar estão localizadas e agrupadas em um determinado local desse espaço social – acima e à esquerda. Outro critério de agrupamento das famílias foi o da origem da renda: enquanto que em um grupo – localizado mais acima – a renda é proveniente da

aposentadoria ou da comercialização em feiras de Araguaína, em outro agrupamento – localizados mais abaixo – a renda é proveniente da comercialização de produtos na feira e no comércio local ou no trabalho formal ou sazonal realizado fora da propriedade rural. Em um local específico do espaço social (o eixo 3) as famílias são pluriativas, visto que a principal renda familiar não é proveniente da renda agropecuária.

O domínio sobre as informações financeiras da unidade familiar é outro critério de agrupamento e distanciamento das famílias: de um lado – mais acima – do espaço social, estão as famílias em que as informações são compartilhadas e, do outro lado – mais abaixo – estão as famílias que não compartilham, sendo o domínio feminino ou masculino.

Com essas descrições é possível, então, delinear dois distintos grupos:

Meio de vida 1 – Famílias que não fazem o controle financeiro da unidade produtiva; parte da renda é proveniente da comercialização em feiras ou na aposentadoria e a família compartilha as informações sobre a renda familiar;

Meio de vida 2 – Famílias que fazem o controle financeiro e que se dedicam a atividades pluriativas como principal fonte de renda familiar. Parte da origem da renda é proveniente da comercialização em feiras ou no comércio local e não há compartilhamento das informações entre todos os membros da família, tendendo a estar sob o domínio feminino.

Esse tópico tinha o intuito de demonstrar como a vida financeira acontece no interior das unidades familiares e como elas fazem parte dos meios de vidas da agricultura familiar. O capítulo 9 dessa tese também apresentará como essa fonte de renda se organizou dentro das famílias com o acesso às políticas do PAA e do PNAE.

8.5 É possível falar no delineamento de um *habitus* da agricultura familiar?

Após essa apresentação analítica dos dados levantados no campo e analisados a partir da Análise de Correspondência Múltipla, é possível sistematizar algumas características que compõem os meios de vidas das famílias da agricultura familiar de Wanderlândia e começar a delinear, com as lentes teóricas da teoria bourdieusiana, o espaço social e os *habitus* que o compõem.

Metodologicamente, para auxiliar nessa caracterização, utilizei a distinção entre eidos, ethos e hexis, teorizados por Bourdieu (2013) e sistematizados por Malvezzi (2018). A caracterização que farei seguirá o seguinte suporte teórico-metodológico:

Quadro 62 – Classificação da composição do *habitus*

Eidos (Conhecimento)	Ethos (ética e moral)	Hexis (corpo)
*cursos realizados	*direcionamento do futuro dos filhos	*posição dos membros da família durante a pesquisa de campo
*acesso educacional	*divisão do trabalho entre os filhos	*participação das mulheres durante a pesquisa de campo
*controle da renda		

Fonte: Baseado em Malvezzi (2018) e adaptado pela autora.

No decorrer deste capítulo, ao caracterizar a unidade de trabalho e produção familiar, a divisão sexual e geracional do trabalho e os aspectos relativos à vida financeira da agricultura familiar do local de estudo, foi possível delinear distintos posicionamentos no espaço social. Esse delineamento, possível através da objetivação do espaço das famílias de Wanderlândia via ACM, é realizado por meio da aproximação e do distanciamento entre as famílias a partir de suas próprias características.

Levando em consideração a ideia de tipos ideais²⁴ – instrumento weberiano para possibilitar análises comparadas – é possível delinear dois constructos desses possíveis *habitus* familiares. Esses grupos típicos distintos de famílias, podem ser organizados nas características dos Grupos 1 e 2:

Grupo 1 – Composto por tipos distintos de famílias: as uniparentais, compostas apenas pelos homens adultos, e as famílias formadas por mais de um adulto. No geral, as famílias localizadas nesse grupo são residentes na Serra de São Felix e conquistaram suas propriedades por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário, com tamanhos que variam entre menores que cinco ou maiores que dez alqueires e sua titularidade é masculina. As famílias não participam de organizações sociais coletivas e não possuem selos de inspeção para comercialização de determinados produtos devido à falta de informação sobre o assunto. Como parte dessas famílias são uniparentais, a tendência é que o protagonismo nas tarefas produtivas, administrativas, comerciais e financeiras seja majoritariamente masculino. Nas demais famílias que são compostas por mais de um membro é comum o compartilhamento de tarefas entre os casais ou entre todos os membros das famílias. Esse subgrupo de famílias apresenta uma divisão bem delimitada na divisão das tarefas administrativas: o critério de divisão tende a ser geracional, ou seja, há um número expressivo de jovens que se responsabilizam por essas tarefas,

²⁴ Vide Max Weber (1982).

provavelmente pela baixa escolaridade dos seus pais. A baixa escolaridade dos pais também pode ser fator que justifique a falta de controle financeiro da unidade produtiva. Nesse grupo 1, a divisão de tarefas foi aprendida por meio da transmissão geracional vindas de suas mães. Famílias que fazem parte desse grupo: F7 – F19 – F24 – F26 – F27.

Quadro 63 – Características do *habitus* familiar do Grupo 1

Eidos (Conhecimento)	Ethos (ética e moral)	Hexis (corpo)
*não realizaram cursos para aprimoramento da atividade produtiva	*Filhos trabalham e residem nas unidades familiares	* mulheres, quando presentes, se posicionam distantes ao gravador e distante da pesquisadora
*baixo acesso à educação formal	*Filhos compartilham atividades burocráticas e administrativas	* mulheres, quando presentes, evitam responder ao questionário
* não realizam controle da renda		

Fonte: Elaborado pela autora.

Grupo 2 – Composto pelas famílias que residem nos assentamentos de reforma agrária e possuem propriedades com tamanhos médios de 7,5 alqueires. A titularidade das propriedades rurais é feminina ou compartilhada entre os casais. Os casais participam juntos de organizações coletivas e possuem selos de inspeção para comercialização de determinados produtos. Quando o protagonismo não é majoritariamente feminino, os casais também compartilham as tarefas produtivas, administrativas, comerciais e financeiras. Além disso, nesse grupo de famílias, as tarefas consideradas produtivas, realizadas para o sustento familiar, são protagonizadas pelas mulheres, inclusive as realizadas fora da propriedade rural. Esse grupo é composto por famílias com maior acesso à educação formal o que pode justificar o fato de possuírem selos de inspeção para comercialização de seus produtos, realizarem controle financeiros da unidade familiar e diversificarem a renda por meio de atividades pluriativas, em sua maioria, trabalho formal para terceiros. Nesse grupo, o aprendizado para a divisão das tarefas veio do próprio cotidiano familiar. Famílias que fazem parte desse grupo: F8 – F11 – F12 – F13 – F15 – F16 – F21 – F36.

A partir dessa sistematização, essas informações poderão compor o quadro a seguir:

Quadro 64 – Características do *habitus* familiar do Grupo 2

Eidos (Conhecimento)	Ethos (ética e moral)	Hexis (corpo)
*cursos para obtenção dos selos de inspeção	*Filhos trabalham e residem em áreas urbanas, fora das unidades familiares	* mulheres se posicionam próximo ao gravador e próximo da pesquisadora
*acesso a níveis superiores de educação formal	*Não há divisão geracional de tarefas	* mulheres participam ativamente das respostas ao questionário
*realizam controle da renda		

Fonte: Elaborado pela autora.

Essas dualidades entre os grupos de famílias podem consolidar a existência das múltiplas ruralidades existentes dentro do meio rural, principalmente quando o analisamos como um espaço de vida. Como afirma Ângela Kageyama (2008), a identidade do que é o meio rural se dá pelo pertencimento dos indivíduos a uma dada localidade e na forma com que o indivíduo residente desse meio lida com o espaço e com os seus símbolos culturais.

Sendo assim, por ser o resultado de um conjunto de condições que antecipa práticas, reproduz estruturas e é coletivamente orquestrado, posso dizer que é possível caracterizar a existência de dois *habitus* distintos: um mais próximo das características descritas no Grupo 1 e outro mais próximo das características descritas no Grupo 2. As distinções apresentadas nesse capítulo podem caracterizar a existência de dois campos sociais e de seus respectivos *habitus* que, quando postos um em relação ao outro, apresentam diversas intersecções, como história de vida, representação do lugar em que vivem e forma como se relacionam com as políticas de estado.

Como foi dito no início desse capítulo, o seu principal objetivo foi compreender quem eram as famílias que participaram da pesquisa, reconhecer seus *habitus*, caracterizar seus meios de vida e organizá-los dentro do espaço social analisado. Só assim, poderemos avançar para o próximo capítulo e começarmos, enfim, a compreender se o acesso ao PAA e ao PNAE foi capaz de alterar os meios de vida e, possivelmente, o *habitus* dessas famílias.

CAPÍTULO 9: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA – A ORGANIZAÇÃO DAS TAREFAS FAMILIARES PARA O ACESSO AO PAA E AO PNAE

O objetivo desse capítulo é compreender se e de qual forma o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva alteraram o *habitus* dessas famílias, ocasionando, assim, uma eventual reorganização de tarefas na unidade produtiva familiar. Esse capítulo visa responder a três objetivos específicos dessa tese: a) Identificar a organização familiar e os procedimentos executados pelas famílias para acesso às políticas públicas de inclusão produtiva; b) Analisar as condutas familiares em relação à divisão sexual do trabalho e aos meios de vida das famílias após o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva; e c) Compreender qual é o significado social do dinheiro proveniente das políticas de inclusão produtiva para essas famílias.

Para alcançar esses objetivos, esse capítulo se organiza em quatro tópicos. O primeiro apresentará a forma específica em que as famílias se relacionaram com os programas, e o segundo como se deu a organização sexual e geracional das tarefas durante o acesso a esses programas. Ambos também descreverão como essa organização do trabalho e a atividade produtiva se reorganizou após o término do acesso aos programas. O terceiro se dedicará a compreender como as famílias hierarquizam, classificam e significam o dinheiro proveniente do PAA e do PNAE. Por fim, o quarto tópico discutirá se é possível afirmar se, com o acesso aos programas, ocorreu reconversão de *habitus* nessas famílias.

A inserção das famílias nos espaços em que elas ainda não ocupavam – bancos, prefeituras, escolas – sempre compôs uma estrutura de distinção entre os agropecuaristas do agronegócio e os agricultores familiares. É importante reconhecer “a importância dos efeitos cumulativos de distinções sociais que mesmo quando formalmente negadas ao nível jurídico, podem se constituir em processos-chaves de mudança social” (GARCIA JR., 1983, p. 234). Nesse sentido, a partir de 2003, com a inserção de uma grande camada de trabalhadores e residentes do meio rural como beneficiários principais de políticas públicas governamentais, o espaço que antes era restrito, se torna, juridicamente, espaço também dos agricultores familiares.

As políticas públicas de inclusão produtiva – PNAE e PAA –, se tornaram peças fundamentais para o escoamento da produção nas unidades produtivas familiares, garantindo um recurso financeiro mais compensador e mais garantido do que a venda para

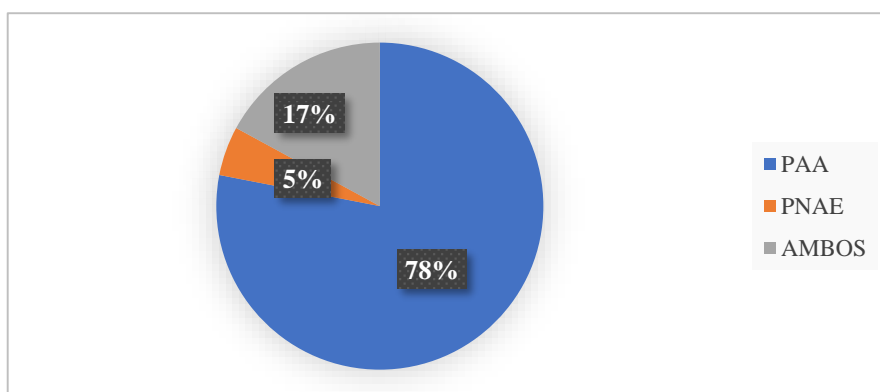
comércio ou em feiras municipais. Apesar de estudos já demonstrarem o aumento da renda familiar a partir do acesso a esses programas, apresentarei agora os dados que indicam quais foram as reais alterações ocasionadas por esse acesso nas unidades produtivas familiares.

9.1 Relação com os programas

Como já especificado, todas as famílias pesquisadas mantiveram ao menos um ano de relação com algum dos programas. O Programa de Aquisição de Alimentos, por haver maiores possibilidades de acesso, foi acessado por 78% das famílias. Essa facilidade de acesso se dá pela aquisição de uma maior variedade de produtos e maior diversidade de modalidades envolvidas. As famílias tinham à disposição o PAA – Compra Direta com Doação Simultânea operacionalizado pelo Ruraltins; PAA – Compra Direta da Agricultura Familiar operacionalizado pela Secretaria Municipal de Agricultura; e PAA – Formação de Estoque pela agricultura familiar operacionalizado pela CONAB em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura.

Para acesso ao programa, a Secretaria de Agricultura elaborava um projeto municipal, com a inclusão de todos os agricultores familiares interessados em acessar o programa e o cadastramento da quantidade de produtos a serem entregues, caso o projeto fosse aprovado pelo MDS ou pela CONAB. Para os agricultores, a facilidade no acesso se justifica por esse procedimento. O responsável pela elaboração e submissão do projeto era a equipe da secretaria de agricultura que priorizava essa ação dentro do seu plano de trabalho.

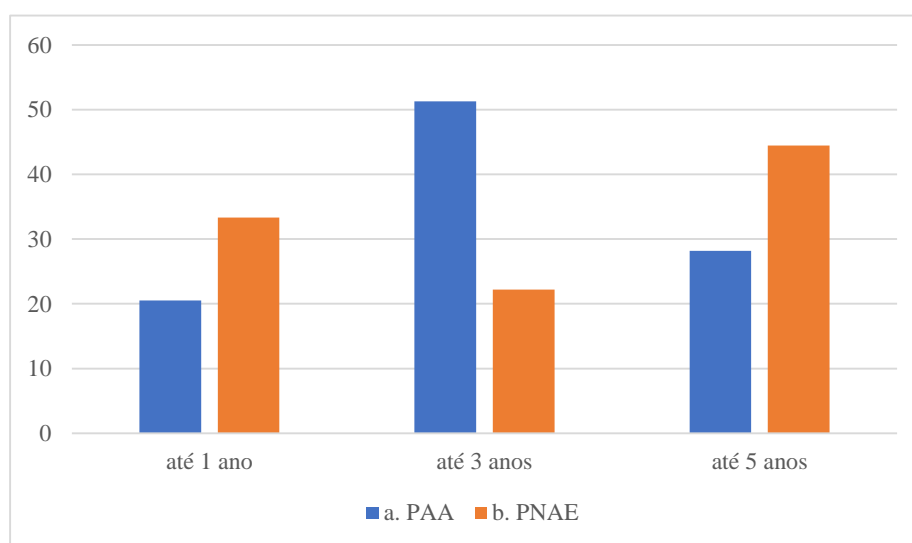
Gráfico 24 – Porcentagem de famílias por programa acessado



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Dada a facilidade de acesso ao PAA, além dos 78% que acessaram unicamente a esse programa, ainda deve-se levar em consideração os 17% das famílias que também o acessaram em conjunto com o PNAE. O baixo número de famílias que acessaram apenas o PNAE se justifica devido a baixa demanda de produtos solicitados pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE). De acordo com os relatos de campo, as chamadas públicas sempre ocorrem de maneira adequada e semestralmente, no entanto, são poucas e sempre as mesmas famílias que são beneficiadas. Inclusive, essas famílias são, em sua maioria, as mesmas que possuem os selos de inspeção da vigilância sanitária. Ao contrário do procedimento que ocorre para acesso ao PAA, no PNAE as famílias precisam ficar atentas às chamadas públicas lançadas pela Secretaria de Educação e participar ativamente do processo jurídico envolvido nessa aquisição. Apesar de serem assessorados pelo CAE, os procedimentos demandam dessas famílias certa expertise em atividades burocráticas – interpretar e analisar a chamada pública, apresentar um projeto contendo quantidade e periodicidade de entrega dos produtos, apresentar documentação exigida nas chamadas. Outra característica interessante de se observar é que, das nove famílias que acessaram o PNAE, apenas uma família é enquadrada nas características de agricultura familiar de subsistência. Isso pode ser mais um indicativo da necessidade de expertise específico para estabelecimento da relação com esse programa. Esse conhecimento técnico demandado pode ser indicativo do tempo de acesso das famílias ao PNAE.

Gráfico 25 – Porcentagem de famílias por tempo de acesso ao PAA e ao PNAE



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A relação entre a porcentagem de famílias que acessou cada um dos programas e o tempo em que o acessaram também demonstram uma informação relevante para essa pesquisa: 51% das famílias acessaram o PAA por uma média de três anos consecutivos e 44% das famílias acessaram o PNAE por até cinco anos consecutivos. Essa porcentagem indica que, majoritariamente, o acesso ao PNAE é realizado todos os anos pelas mesmas famílias.

A titularidade no acesso para ambos os programas precisa ser a mesma da DAP. Assim, conforme já apresentado no capítulo anterior, o acesso foi realizado por 56% dos homens e 37% das mulheres. Uma ocorrência frequente identificada no trabalho de campo foi a duplicidade de acessos de uma mesma família utilizando DAPs diferentes, ou seja, uma unidade familiar utilizava a DAP da unidade familiar de parentes para acessar ao PAA e, portanto, conseguir comercializar uma quantidade maior de produtos, superior ao limite permitido pelo programa. Como é sabido, o PAA permite aquisição de até R\$ 8.000,00 anuais para a modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar e Formação de Estoques e de até R\$ 4.500,00 para a Compra Direta com Doação Simultânea.

Outro ponto importante para melhor compreensão dos dados da pesquisa é que, durante o período de trabalho de campo, após 2019, nenhuma família estava mantendo relação com o PAA. Isso porque o último ano em que os projetos foram aprovados pelo MDS foi em 2017, com vigência até início de 2018. O PNAE manteve sua aquisição de produtos das famílias, visto a obrigatoriedade de 30% da merenda escolar ser adquirida desse público, mas também se paralisou em 2020 devido à suspensão das aulas presenciais em decorrência do agravamento da pandemia.

Para compreender a relação estabelecida entre as famílias e os programas, se faz necessário saber que nenhuma família passou a produzir um novo produto para acessar qualquer um desses programas. Essa é uma característica positiva dessas políticas, visto que garante a valorização da própria produção local e não demanda uma nova estrutura produtiva para atendimento às aquisições. Lembrando que a necessidade de adequação estrutural se dá apenas no caso da comercialização de produtos específicos, como os de origem animal ou os que passam por processamentos, como farinha e polpa de frutas. A exigência, então, é para qualquer tipo de comercialização desses produtos e não específica para acesso aos programas.

Assim, conforme o Gráfico 9, os principais produtos produzidos e entregues pelas famílias são os hortifrutigranjeiros, as frutas in natura, mandioca, abóbora e milho. A responsabilidade pela produção e pela entrega desses produtos em cada família será o

assunto abordado no próximo tópico desse capítulo. Aqui, me dedicarei a apresentar apenas o que se manteve sendo produzido com o término do acesso aos programas e quais foram os apontamentos realizados pelas famílias devido a essas mudanças.

Tabela 12 – Quantidade de famílias que mantiveram e paralisaram a produção após o término de acesso aos programas

Produto	Total de famílias	Mantiveram a produção	Paralizaram a produção	Permaneceram o acesso pelo PNAE	Taxa de abandono
Melancia	6	2	4	-	67%
Polpa de frutas	8	4	4	-	50%
Frango	8	3	4	1	50%
Coco	7	3	4	-	57%
Farinha	8	5	2	1	25%
Cheiro verde	5	3	1	1	20%
Alface	6	2	3	1	50%
Banana	7	4	3	-	43%
Milho	10	7	3	-	30%
Mandioca	16	9	6	1	37,5%
Produtos processados	16	9	6	1	37,5%
Abóbora	17	12	5	-	29%
Frutas in natura	18	12	6	-	33%
Hortifrutigranjeiros	21	15	6	-	29%

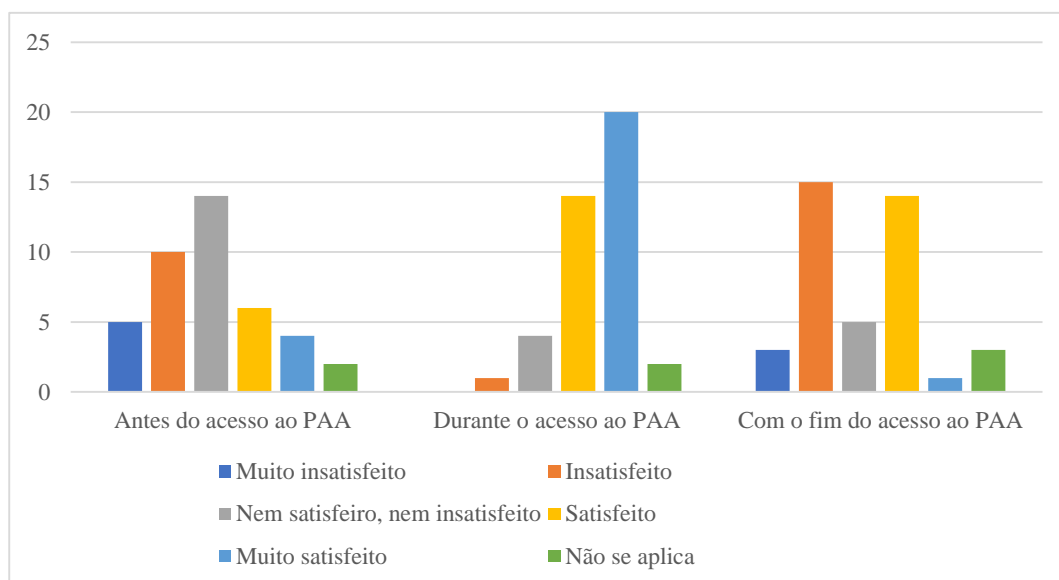
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A produção de alguns produtos se manteve apenas para abastecimento da própria unidade familiar, como a farinha, as leguminosas e o cheiro verde, portanto, há uma redução significativa da produção. A argumentação dada pelas famílias que suspenderam a produção dos produtos é de que a produção só era compensatória porque possuía escoamento garantido. Há relatos, inclusive, de que a suspensão da produção se deu para não haver dependência de vender em feiras e depender da qualidade das estradas para esse escoamento (QUESTIONÁRIO, F9). A maior taxa de desistência é na produção de melancia, que demanda dedicação intensa da mão de obra familiar (principalmente na irrigação e no transporte para comercialização) e a demanda regional é menor que a oferta, portanto, não vende o suficiente para garantir o escoamento total da produção a um valor compensatório para a família. Essa garantia era dada pelos programas.

Ao mesmo tempo, a menor taxa de desistência é na produção de hortifrutigranjeiros, que são produtos de fácil manejo e com comercialização facilitada na região. Os que permaneceram sendo produzidos são feijão, feijão verde, inhame, jiló e carne de porco. Esses produtos, além de serem facilmente transportados, também são comercializados na rua, em pontos comerciais ou até mesmo nas feiras municipais com mais facilidade do que outros produtos, como a melancia, a banana e o coco.

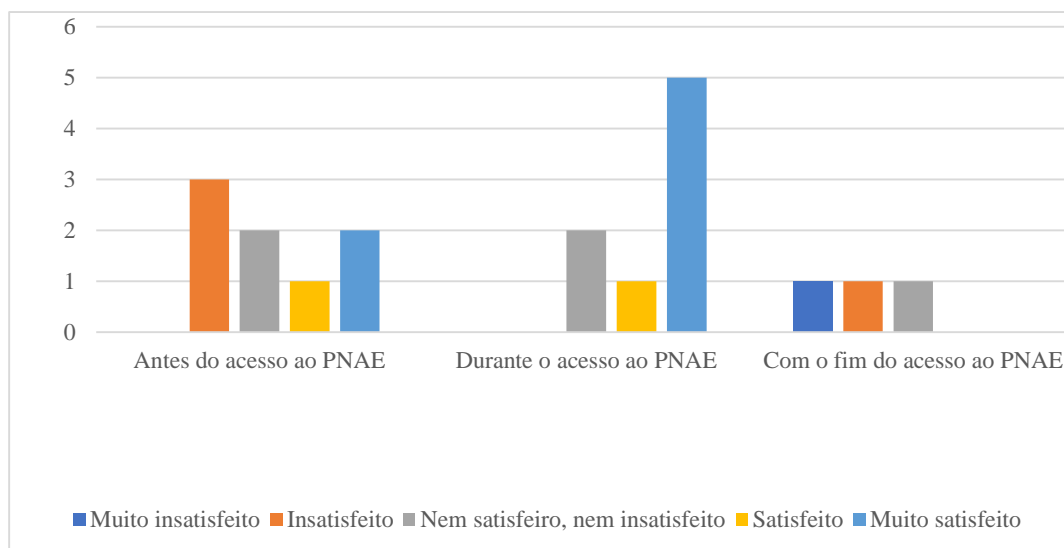
A avaliação sobre a renda familiar também é algo que precisa ser levado em consideração na análise dessas alterações.

Gráfico 26 – Percepção sobre a renda familiar antes, durante e depois do acesso ao PAA



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Gráfico 27 – Percepção sobre a renda familiar antes, durante e depois do acesso ao PNAE²⁵



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É nítido o aumento da insatisfação com a renda familiar após a paralização do acesso ao PAA e a indicação de muita insatisfação surge pela primeira vez após a paralização do acesso ao PNAE. Nota-se também o alto índice de respostas “muito satisfeitos” durante o acesso de ambos os programas, demonstrando a tendência ao aumento da renda familiar durante esse período e a drástica redução após o término do acesso. A alteração no acúmulo de capital econômico das famílias pode ocasionar a necessidade de novos arranjos internos para manutenção da unidade produtiva familiar e de seus meios de vida.

Nesse sentido, esses dados indicam uma tendência a mudanças de comportamento familiar após o término do período de acesso aos programas. Essa afirmação é possível de ser anunciada visto que a unidade de produção familiar é composta por uma estrutura de trabalho que hierarquiza e organiza tanto o trabalho quanto os valores e símbolos sociais. Isso significa dizer que há, dentro dessa estrutura, um conjunto de capitais que atua como delimitadores de prestígio, status e reconhecimento social que, quando alterados, demandam uma nova reconfiguração de práticas e de acúmulos (BOURDIEU, 1989). Assim, quando ocorre uma alteração estrutural (como a paralização de atividades produtivas) no interior de uma unidade de produção familiar, é necessário também

²⁵ Como o quantitativo de famílias que não acessaram ao PNAE é superior ao dos que acessaram, optei por retirar o item “Não se aplica” da elaboração do gráfico para auxiliar na visualização dos dados.

observar os demais rearranjos realizados por essa unidade. O próximo tópico se dedicará a identificar e apresentar esses rearranjos realizados na divisão sexual e geracional do trabalho no interior das unidades produtivas.

9.2 Divisão sexual e geracional do trabalho na relação com os programas

Como apresentado no capítulo 5 desta tese, são diversos os estudos que descortinam a divisão sexual do trabalho no meio rural e como essa divisão hierarquiza e valoriza de maneiras distintas o trabalho realizado a partir do gênero de quem o realiza (HEREDIA, GARCIA e GARCIA JR., 1984; ESMERALDO, 2010; SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011; HEREDIA, 2013; PAULILO, 2016). O que essas pesquisas ainda não conseguiram esclarecer é até que ponto o acesso às políticas de inclusão produtiva foram capazes de reorganizar essa divisão do trabalho entre os diferentes gêneros e as diferentes gerações no interior das unidades produtivas familiares. Como a estrutura de organização do trabalho familiar é considerada uma das principais características para entender o *habitus* existente em determinado campo social e para compreender se há alteração dos *habitus* nas unidades produtivas familiares, é necessário identificar como se deu essa alteração na divisão do trabalho.

A tentativa de identificar a divisão sexual e geracional do trabalho no decorrer do período de acesso aos programas e a possível alteração dessa divisão ao longo do tempo, demanda uma identificação dos responsáveis em quatro momentos distintos dessa cadeia produtiva: produção do produto durante o acesso ao programa e após o término do acesso ao programa, entrega do produto durante o acesso ao programa e comercialização do produto após o término de acesso ao programa.

Por esse motivo, as tabelas 10 a 23 apresentam como essa divisão do trabalho ocorreu em cada um dos produtos produzidos pelas famílias. Para melhor compreensão dos dados, explico que, quando a responsabilidade pela ação for em conjunto entre os adultos e os jovens, ela foi denominada como “Todos”. Os jovens só aparecem nesse momento, porque, ao serem questionados sobre os responsáveis por essas ações, nenhuma família indicou algum jovem como único responsável por elas.

Tabela 13 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de polpa de frutas durante e após o acesso de ambos programas

POLPA DE FRUTAS				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	3	1	1	1
Casal	3	1	3	3
Homem	2	6	-	-
Outros	-	-	-	-
Todos	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Durante o acesso aos programas, a polpa de frutas era produzida pelas mulheres ou pelos casais, mas sua entrega era, majoritariamente, realizada pelos homens. Essa informação permite a compreensão de que, nessa atividade produtiva, apesar de a produção ser compartilhada ou feminina, a tarefa comercial tende a ser masculina. Com o fim do acesso aos programas, essa atividade produtiva deixa de ser realizada pelos homens de maneira isolada e passa a ser produzida e comercializada apenas pelas mulheres e pelos casais. Nesse período, não há alteração dos responsáveis no processo de produção e de comercialização, ou seja, mulheres e casais se mantêm protagonistas de ambas as tarefas e é possível notar uma maior participação de mulheres no processo de comercialização, visto que também passam a se responsabilizar por ela junto com seus maridos (como casal).

Tabela 14 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de melancia durante e após o acesso de ambos programas

MELANCIA				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	-	-	-	-
Casal	3	2	2	1
Homem	2	4	-	1
Outros	-	-	-	-
Todos	1	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Durante o acesso aos programas, a produção de melancia era atividade masculina ou compartilhada entre todos da casa ou pelos casais. No entanto, a entrega era tarefa

majoritariamente masculina, ou seja, apesar da produção ser compartilhada, a tendência é que a tarefa comercial fosse masculina. Com o fim do acesso aos programas, a produção de melancia se torna uma atividade realizada apenas pelos casais, mas a sua comercialização se modifica: passa a ser tarefa do próprio casal ou apenas do homem. Ou seja, apesar de haver diminuição na produção de melancia após o período de acesso, é possível notar a diminuição da participação masculina nessa atividade produtiva.

Tabela 15 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de frango durante e após o acesso de ambos programas

FRANGO				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	1	1	-	-
Casal	4	1	2	2
Homem	2	6	2	2
Outros	-	-	-	-
Todos	1	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A relação das famílias com a produção do frango apresenta características interessantes ao nosso objeto de estudo: alteração tanto durante e após o acesso aos programas, quanto nas marcas de gênero na execução das tarefas de produção e entrega/comercialização. Durante o acesso aos programas, a produção de frango era, basicamente, uma tarefa compartilhada – entre os casais ou entre todos da família. No entanto, sua entrega era majoritariamente realizada pelos homens, ou seja, apesar de haver compartilhamento da tarefa produtiva, o momento da entrega tendia a ser masculina. Em síntese, é possível notar a marca de gênero masculina na atividade de entrega da produção. Já no momento após o término do acesso aos programas, tanto a produção quanto a comercialização passam a ser realizadas pelos mesmos membros: ou compartilhada entre os casais, ou realizadas apenas pelo homem. Ou seja, com o término do acesso, a tendência é de haver manutenção entre os responsáveis pela produção e pela comercialização dos produtos. Em síntese, é possível identificar mudança de comportamento das famílias entre os períodos de acesso ao programa: apenas durante o acesso, as entregas possuíam marcas masculinas, visto que, após o acesso, a comercialização também passa a ser compartilhada.

Tabela 16 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de coco durante e após o acesso de ambos programas

COCO				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	-	1	-	1
Casal	2	-	1	-
Homem	5	6	2	2
Outros	-	-	-	-
Todos	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

No caso da produção de coco, há pouca alteração entre os responsáveis pela produção e pela sua entrega. A única alteração que se dava era que o compartilhamento realizado por alguns casais na sua produção, não se mantinha no momento da entrega: ou o homem ou a mulher a realizava. A mesma situação ocorreu após o término do acesso ao programa: ao invés de ser o casal o responsável pela comercialização, ela era realizada ou pela mulher ou pelo homem.

Tabela 17 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de farinha durante e após o acesso de ambos programas

FARINHA				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	-	-	-	-
Casal	5	3	3	1
Homem	3	5	3	5
Outros	-	-	-	-
Todos	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O caso da farinha. Durante o vínculo com os programas: a produção era realizada, majoritariamente, pelos casais enquanto que a entrega era realizada, majoritariamente, pelos homens. Após o vínculo: a produção continuou a ser realizada pelos homens ou pelos casais e a comercialização continuou sendo realizada, majoritariamente, pelos homens. Em síntese, a mudança percebida se dá pela redução das famílias que realizam essa atividade produtiva: a responsabilidade dos homens se manteve tanto na produção, quanto na comercialização e há redução do compartilhamento das tarefas entre os casais.

Tabela 18 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de cheiro verde durante e após o acesso de ambos programas

CHEIRO VERDE				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	1	1	1	1
Casal	2	2	2	2
Homem	1	1	-	-
Outros	-	-	-	-
Todos	1	1	1	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A produção de cheiro verde é a única atividade produtiva que se manteve inalterada entre ambos os períodos. Isso significa afirmar que, durante o acesso, tanto a produção quanto a entrega eram realizadas pelas mesmas pessoas e que, após o término do programa, tanto a produção quanto a comercialização também eram realizadas por esses mesmos responsáveis. A única alteração identificada é de que a única família em que o responsável pela produção e entrega durante o acesso era o homem, a produção foi abandonada após o término do acesso. Ou seja, majoritariamente, a produção de cheiro verde se manteve inalterada independente do vínculo com o programa, mas há a redução da participação masculina nessa atividade produtiva após o término do acesso ao programa.

Tabela 19 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de alface durante e após o acesso de ambos programas

ALFACE				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	-	1	1	1
Casal	2	2	1	1
Homem	2	2	-	-
Outros	1	-	-	-
Todos	1	1	1	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Durante o acesso ao programa, a produção e a entrega da alface também sofre pouca alteração. Em apenas uma família em que a produção era realizada por uma pessoa de fora da unidade produtiva, a entrega tornou-se responsabilidade da mulher. Já para o

momento após o término do acesso, as alterações são percebidas com maior facilidade. Na família em que um terceiro realizava a produção, ela se torna responsabilidade da mulher da própria unidade produtiva familiar. Portanto, ela passa a produzir e ela mesma passa a comercializar. A produção e entrega realizada pelos homens deixa de ocorrer. Há, portanto, desistência masculina nessa atividade produtiva com o término do acesso aos programas. A tendência, então, é de que essa se torne uma atividade produtiva cada vez mais compartilhada e menos masculinizada.

Tabela 20 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de banana durante e após o acesso de ambos programas

BANANA				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	-	1	-	2
Casal	2	2	1	1
Homem	5	4	3	1
Outros	-	-	-	-
Todos	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O caso da banana apresenta apenas uma alteração. Durante o acesso ao programa, apenas em uma família a produção realizada pelo homem é entregue pela mulher. Após o acesso ao programa, isso ocorre em mais de uma família: a produção masculinizada é comercializada de maneira feminilizada. Pode-se perceber, então, que a banana sofre um movimento contrário do que sofreram as atividades produtivas de polpa de frutas ou de frango: enquanto as mulheres atuam mais na comercialização da banana, elas se restringem à produção no caso da polpa de frutas ou do frango. No caso da banana, então, há uma tendência ao aumento da feminilização da atividade comercial, enquanto que há a redução da masculinização nessa tarefa.

Tabela 21 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de milho durante e após o acesso de ambos programas

MILHO				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	2	3	1	2

continua

Tabela 22 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de milho durante e após o acesso de ambos programas

	conclusão			
Casal	3	-	3	2
Homem	7	9	6	6
Outros	-	1	-	-
Todos	1	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O caso do milho sofre alterações que também chamam atenção. Durante o acesso aos programas, o compartilhamento da produção deixa de ocorrer no momento de sua entrega. Assim, os procedimentos relativos à entrega passam a ser realizados apenas pelos homens, pelas mulheres ou por uma pessoa de fora da unidade produtiva. Após o acesso aos programas, essa situação ocorre apenas em uma família, em que a produção compartilhada passa a ser comercializada apenas pela mulher. Em síntese: a produção compartilhada entre todos os membros da família deixa de existir; há aumento do compartilhamento entre os casais nas tarefas comerciais e redução da participação apenas masculina na produção e comercialização dessa atividade produtiva. Ou seja, há alteração entre os dois momentos com o aumento da presença feminina – em compartilhamento entre os casais – e redução da presença masculina nas tarefas comerciais.

Tabela 23 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de mandioca durante e após o acesso de ambos programas

MANDIOCA				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	1	1	-	1
Casal	7	7	5	5
Homem	8	8	5	4
Outros	-	-	-	-
Todos	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A mandioca é outra atividade produtiva que sofre pouca alteração ao longo de seus momentos. Durante o acesso, a responsabilidade pela produção e pela entrega são, majoritariamente, masculinizadas ou compartilhadas entre os casais. Já no período após o acesso, há alteração apenas em uma família em que o homem é o responsável pela

produção e a mulher se torna responsável pela comercialização. A principal alteração que ocorre nessa atividade produtiva é que, durante o acesso ao programa, ela é uma atividade majoritariamente masculinizada, se tornando, após o término do acesso, uma atividade produtiva igualitária entre homens e casais.

Tabela 24 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de produtos processados durante e após o acesso de ambos programas

PRODUTOS PROCESSADOS				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	3	3	1	2
Casal	2	1	2	2
Homem	1	3	1	-
Outros	1	-	-	-
Todos	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O caso dos produtos processados. Durante o acesso aos programas, também é possível encontrar divergências entre quem produz e quem entrega. Apesar de haver diversidade nos responsáveis pela produção, ela é majoritariamente feminina ou compartilhada entre os casais. Essa situação se altera para a realização das entregas, em que há um aumento do papel masculino na atividade. Após o término do acesso aos programas, a participação masculina presente na produção deixa de aparecer no momento da comercialização, ou seja, na família em que o homem permaneceu produzindo, a responsabilidade pela comercialização se tornou feminina. Assim, pode-se afirmar que, para a atividade produtiva dos produtos processados, a tendência é haver uma maior participação feminina tanto nas etapas produtivas quanto nas etapas de contato direto com os consumidores, seja na entrega para os programas, seja na comercialização após o término dos programas.

Tabela 25 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de abóbora durante e após o acesso de ambos programas

ABÓBORA				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	1	3	-	2
Casal	6	3	5	3

continua

Tabela 26 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de abóbora durante e após o acesso de ambos programas

	conclusão			
Homem	9	11	7	7
Outros	-	-	-	-
Todos	1	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A divisão do trabalho na atividade produtiva da abóbora também sofre alterações significativas e possui nítidas marcas de gênero. Durante o acesso, apesar da produção ser, majoritariamente, realizada pelos homens, compartilhada entre os casais ou por todos os membros da família, o momento da entrega é nitidamente uma tarefa masculina. Após o acesso, essa situação permanece semelhante: majoritariamente masculinizada para a produção e par a comercialização. Ela se altera apenas em duas famílias que produziam de maneira compartilhada entre os casais, mas que a comercialização se tornou responsabilidade feminina.

Tabela 27 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de frutas in natura durante e após o acesso de ambos programas

FRUTAS IN NATURA				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	2	3	1	2
Casal	9	4	8	7
Homem	6	9	3	3
Outros	1	2		
Todos	-	-		

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Tal como ocorre com a abóbora, na atividade produtiva das frutas in natura também há alterações significativas e que demonstram nítidas marcas de gênero. Durante o acesso ao programa, o compartilhamento da produção é reduzido no momento de suas entregas, ou seja, elas se tornam responsabilidades dos homens, de algumas mulheres e de uma pessoa de fora da unidade produtiva. Apesar de haver uma considerável diversidade entre os responsáveis, a entrega é realizada, em sua maioria, pelos homens. Após o término do acesso, essa situação é alterada: reduz a quantidade de homens envolvidos na atividade produtiva e aumenta o número de casais que compartilham as

tarefas relativas à comercialização. Sendo assim, podemos perceber uma tendência às transformações nas marcas de gênero – deixa de ser masculina e aumenta a inserção das mulheres em compartilhamento com seus maridos – tanto nos procedimentos relativos à produção e ao contato com os consumidores, quanto em relação ao acesso e não acesso aos programas.

Tabela 28 – Responsáveis pela produção e escoamento da produção de hortifrutigranjeiros durante e após o acesso de ambos programas

HORTIFRUTIGRANJEIROS				
	Durante o acesso		Após o término do acesso	
	Quem produz	Quem entrega	Quem produz	Quem vende
Mulher	1	3	1	4
Casal	9	6	7	5
Homem	10	13	7	5
Outros	-	-	-	-
Todos	1	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Por fim, a relação com os hortifrutigranjeiros também apresenta alterações significativas. Em primeiro lugar, durante o acesso aos programas, é possível notar um alto índice de envolvimento masculino e de compartilhamento entre os casais nas atividades relativas à sua produção. No entanto, o compartilhamento é reduzido após o término do acesso aos programas e ocorre o aumento do número de mulheres atuando na comercialização desses produtos. Ou seja, a comercialização de hortifrutigranjeiros tende a se tornar mais feminina após o término de acesso aos programas.

Ao analisar, em conjunto, o caso de todos esses produtos, é possível identificar o aumento da presença feminina nos espaços públicos de comercialização. Esse aumento ocorreu na comercialização da banana, dos hortifrutigranjeiros, da alface e dos produtos processados, em que a responsabilidade passou a ser feminina apenas após o término do acesso aos programas. Já a participação do casal – ou seja, participação feminina em conjunto com a de seu esposo – aumentou após o término do acesso aos programas no caso da polpa de frutas, do frango, do milho e das frutas in natura. Isso demonstra que as mulheres se deslocaram dos espaços privados da produção para os espaços públicos da comercialização.

Um fato é nítido em todos esses casos: a restrita participação dos jovens nos momentos produtivos e a inexistência dos jovens nos momentos de contato direto com os

consumidores, seja durante o acesso aos programas, seja após o término de seus acessos. Isso demonstra o oposto encontrado por Renata Petarly e Pedroso Neto (2021), em pesquisa realizada com agricultores familiares no município de Muriaé, em Minas Gerais. Naquela realidade, o acesso ao PNAE muitas vezes era realizado apenas pelos jovens das unidades produtivas como estratégia de poupança para conquistar um objetivo futuro – como a montagem de um escritório ou a emissão de carteira nacional de habilitação. Os jovens de Wanderlândia só atuam compartilhando as tarefas produtivas junto com seus pais e os auxiliando nos entraves administrativos e burocráticos do processo de emissão de selos ou de acesso aos programas (como descrito no capítulo anterior).

Essa situação pode ser resultado de diversos motivos, dentre eles, o desinteresse dos jovens na continuidade da atividade produtiva desenvolvida pela família. Esse desinteresse pode ser explicado pelo desequilíbrio hierárquico no interior das famílias rurais, o medo de permanecer solteiro (principalmente no caso das jovens) e o fetiche pela vida urbana, que ocasiona os múltiplos casos de migração da juventude no meio rural (STRAPASOLAS, 2007; CARNEIRO e CASTRO, 2007). Essa análise coaduna com o perfil das famílias dessa pesquisa que é, em sua maioria, composto apenas pelos casais adultos e que os filhos já saíram das propriedades em busca de empregos em áreas urbanas ou devido aos seus matrimônios. Inclusive, como afirma Bourdieu (2002), essa espécie de conflito entre as diferentes gerações se dá devido ao conflito existente entre *habitus* diferentes presentes dentro do espaço familiar. Ou seja, diferentes *habitus* construídos de maneiras distintas a cada geração, tende ao conflito para garantia de seu próprio *habitus*. O resultado, a partir dessa perspectiva, é a migração da juventude para outros espaços onde podem vivenciar e reproduzir o seu próprio *habitus*.

A ACM reforça essa análise, visto que indica que, no grupo de famílias em que ocorreu alteração na divisão do trabalho, o motivo é, em partes, a saída dos filhos da propriedade rural. Os problemas de saúde na família que dificultam a realização do processo produtivo e a dificuldade de transporte dos produtos complementam as justificativas para essas alterações.

De maneira sistemática, podemos tirar algumas conclusões com as informações contidas nesse levantamento. Alguns produtos possuem marcas de gênero masculino mais acentuadas que outros, como a produção e entrega de abóbora, hortifrutigranjeiros, coco, mandioca e milho. Já a polpa de frutas, a farinha e o frango só possuem marcas acentuadas de gênero masculino nas tarefas relativas à sua entrega. A masculinização dessas tarefas pode se dar por serem produtos com alto índice de comercialização na região, ou seja,

que garantem um retorno financeiro maior e durante a maior parte do ano. Esse retorno financeiro reforça o prestígio e a honra familiar da masculinização da renda da família, ou seja, reafirma o papel masculino de provedor da família. Essa situação é ainda mais visível nos casos da abóbora e do milho que permanecem com a masculinização das responsabilidades mesmo no período posterior ao fim do acesso aos programas.

Do lado oposto, se encontram as marcas de feminilização de alguns produtos. Durante o acesso aos programas, os únicos produtos que possuía nitidamente a marca de gênero feminino eram os processados. No entanto, após o término do acesso, surge uma feminilização maior dos produtos, visto que polpas de frutas, cheiro verde e alface deixaram de ser produzidos pelos homens e passaram a ser produzidos e comercializados apenas pelas mulheres ou em compartilhamento entre os casais. Essa constatação contrasta com outra apresentada no capítulo anterior: os quintais como responsabilidade masculina. Apesar de as famílias afirmarem que a responsabilidade pelos quintais era dos homens, quando analisamos os produtos provenientes desse espaço é possível observar que a produção desses produtos foi abandonada pelos homens e assumida pelas mulheres. Ou seja, percebemos que esse espaço também é de responsabilidade delas, mesmo que isso não esteja claro para os próprios familiares.

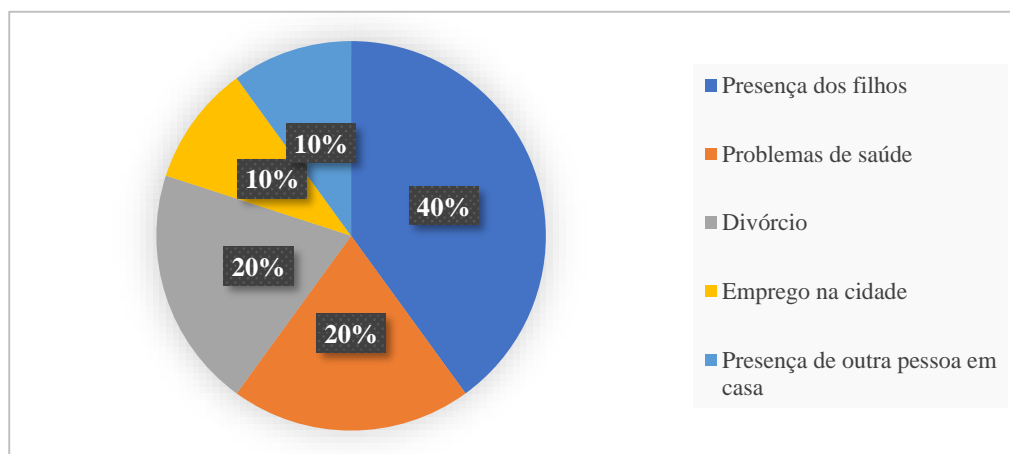
É notável, também, um grupo de produtos com alto índice de compartilhamento de responsabilidade e que, em sua maioria, são produzidos pelos casais, em conjunto. No entanto, ao analisarmos a continuidade na cadeia produtiva durante o acesso aos programas – produção e entrega para os órgãos beneficiários – é possível notar outro fator de masculinização das tarefas: melancia, frango, farinha, milho, abóbora, frutas in natura e hortifrutigranjeiros, apesar de alto índice de produção compartilhada, são todos entregues pelos homens. Em síntese, apesar de haver compartilhamento das tarefas dentro da unidade produtiva familiar, no contato com o espaço público, fora da unidade produtiva, esses produtos são tomados pela masculinização da atividade.

Após o período de acesso aos programas, para determinados produtos, essa relação se inverte, ou seja, a produção que é realizada de maneira compartilhada, passa a ser comercializada apenas pelas mulheres. Essa situação ocorre na comercialização de coco, milho, abóbora, frutas in natura e hortifrutigranjeiros. Já produtos como os processados, a mandioca e a banana possuem sua produção realizada pelos homens e sua comercialização passa a ser feminina.

Outra informação proveniente do questionário aplicado com as famílias ajuda a esclarecer essas alterações. Elas foram questionadas se, ao longo da história de vida da

família, ocorreu alguma alteração na divisão das tarefas. Apenas 24% das famílias indicaram que ocorreram alterações e pelos seguintes motivos:

Gráfico 28 – Motivos que alteraram a divisão do trabalho familiar



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Essas respostas indicam duas situações comuns no meio rural: migração dos filhos – já elencadas aqui – e problemas de saúde na família. O principal problema de saúde descrito foi adoecimento nas costas e na coluna, que inviabilizam pegar peso ou realizar diversos movimentos necessários na atividade produtiva rural. Em números absolutos, apenas duas famílias indicaram que o divórcio foi o agente causador da mudança na divisão do trabalho, o que auxilia na explicação dos dados apresentados nas tabelas anteriores, mas não explica a sua totalidade.

Por esse motivo, ao realizar um balanço sobre essas marcas de gênero que se alteraram ao longo do tempo, é possível perceber um indicativo de alterações nos meios de vida dessas famílias, como a alteração da atividade produtiva, alteração na responsabilidade pela produção e na responsabilidade pelas relações comerciais – sejam elas durante ou após o acesso aos programas. No último tópico deste capítulo, isso será apresentado de forma analítica. Na sequência, apresento o significado social que as famílias dão ao dinheiro recebido pelas políticas de inclusão produtiva.

9.3 Os significados sociais dos dinheiros do PAA e do PNAE: um estudo sobre as marcas de gênero e geração dessa fonte de renda familiar

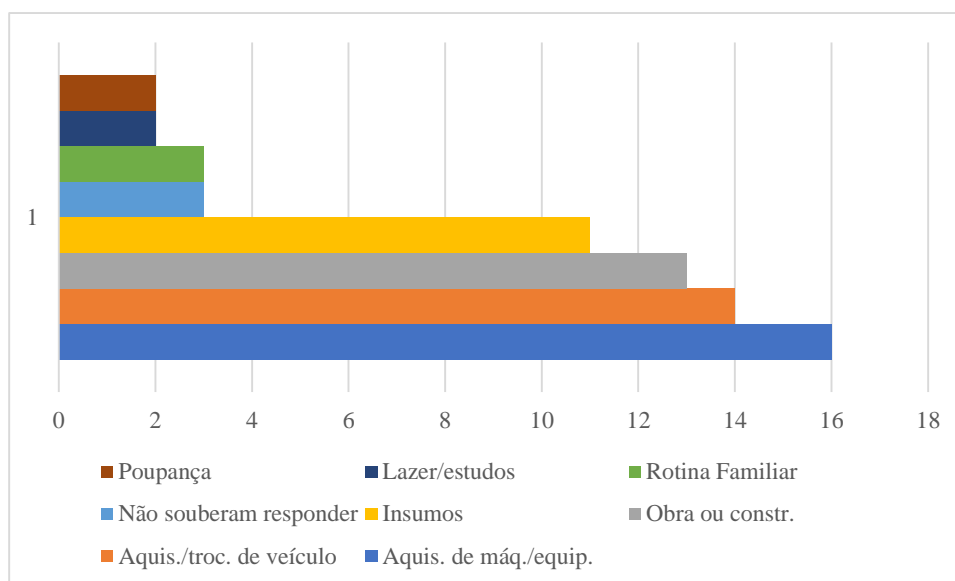
Conforme apresentado no capítulo 6, as relações de intimidade estão imbricadas nas práticas econômicas familiares. Além disso, esse capítulo também apresentou a perspectiva teórica de Viviana Zelizer (2003; 2008; 2009; 2011) que afirma que todo dinheiro é marcado por traços sociais: sejam eles de gênero, de geração, de origem ou de destino, ou seja, toda a renda sofre um processo de hierarquização socialmente estabelecida. Sendo assim, não é possível abordarmos, nessa tese, a relação das famílias com os programas de inclusão produtiva e suas possibilidades de alteração na divisão sexual do trabalho rural, sem compreendermos de que forma a renda proveniente desses programas é hierarquizada por elas.

Os dados levantados no trabalho de campo possibilitaram a identificação de algumas informações relativas à origem da renda familiar, destino e utilização do dinheiro recebido, membros responsáveis pelo recebimento do dinheiro dos programas e membros responsáveis pela organização burocrática para acesso a esses programas. Além disso, esses dados poderão ser confrontados com outros já apresentados nos capítulos anteriores. A ACM traz algumas contribuições para esse tema organizando as famílias no espaço social estudado. De acordo com suas análises, as categorias que representavam a vida financeira familiar relacionada aos programas, pôde delimitar alguns posicionamentos ocupados pelo grupo das 41 famílias.

A primeira região do espaço social é formada por famílias que realizaram investimentos em obras durante o acesso aos programas, avaliaram negativamente a renda recebida pelo PNAE e as informações sobre a renda eram compartilhadas pelos casais. Em oposição, a outra região é formada por outro grupo de famílias que, além de realizarem obras nas unidades produtivas, também conseguiram adquirir veículos para a família, avaliaram positivamente a renda recebida via acesso ao PNAE e as informações sobre a renda tendiam a ser responsabilidade das mulheres.

Observando quantitativamente os dados dos questionários, podemos identificar algumas informações relevantes para compreensão dos significados sociais do dinheiro proveniente desses programas.

O Gráfico 29 apresenta qual foi a destinação que as famílias deram à renda dos programas durante os seus acessos.

Gráfico 29 – Destinação da renda durante o acesso aos programas

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Na maioria dos casos, as famílias utilizaram o dinheiro proveniente do programa acessado para aquisição de máquinas/equipamentos, além de realizarem obras/construções. Máquinas/equipamentos eram descritos como compra de roçadeira, colheitadeira, ferramentas de menor porte, matraca, bomba elétrica; e reforma /construção da casa na propriedade rural ou na segunda propriedade que a família mantinha na área urbana no município. Nessa categoria também se inclui a realização de reformas nas cercas, nas casas de farinha, estrutura de cobertura nas hortas, cercados para animais e demais ajustes necessários para a estrutura produtiva familiar.

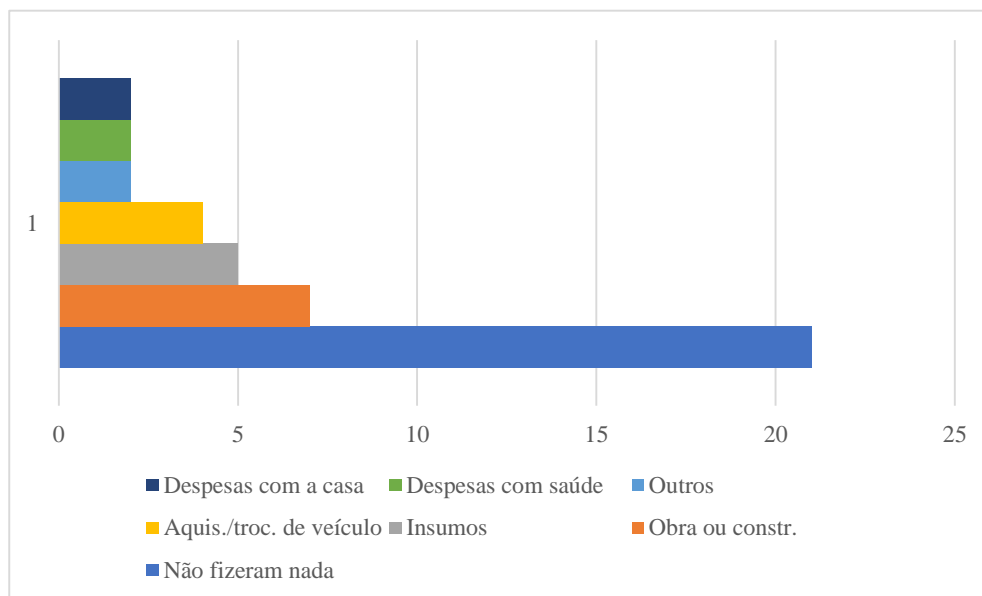
Outro item comum nas famílias foi a troca ou a aquisição de veículos. As famílias relataram que o dinheiro proveniente do programa permitiu a aquisição de motos para facilitar o deslocamento dos membros da família até a área urbana do município. Também surgiram respostas apresentando que o dinheiro era utilizado para pagamento de mensalidade de faculdade (QUESTIONÁRIO, F7), aquisição de roupas e melhoria na alimentação (QUESTIONÁRIO, F10) e famílias que utilizavam o recurso financeiro para melhorar as condições de vida da própria família, custeando as despesas do dia a dia, considerando-o “uma renda a mais dentro de casa” (QUESTIONÁRIO, F35). Nota-se que em algumas famílias o dinheiro proveniente do programa era utilizado para contrair dívidas à longo prazo, ou seja, possibilitava que a família se organizasse financeiramente

para adquirir produtos de alto valor aquisitivo. Esse planejamento futuro só era possível, até então, com a conquista da aposentadoria rural.

A utilização do dinheiro para aquisição de insumos para a produção também foi uma destinação corrente em grande parte das famílias: “adubo, muda, sementes” (QUESTIONÁRIO, F27), “só ajuda na roça” (QUESTIONÁRIO, F29), “só manutenção da terra” (QUESTIONÁRIO, F31) foram explicações dadas por algumas famílias. Como foi possível observar, parte das famílias o utilizou para reinvestimento na própria atividade produtiva, seja adquirindo maquinários, realizando obras ou se reabastecendo com insumos diversos.

O Gráfico 30 apresenta a destinação da renda realizada pelas famílias no período após o término do acesso aos programas, ou seja, apresenta os investimentos realizados pelas famílias sem os recebimentos dos recursos provenientes dos programas. É nítida a alteração entre os gráficos e como o recurso do PAA e do PNAE eram os principais propulsores das melhorias de condições de vida e de trabalho nas unidades produtivas familiares.

Gráfico 30 – Destinação da renda após o término do acesso aos programas



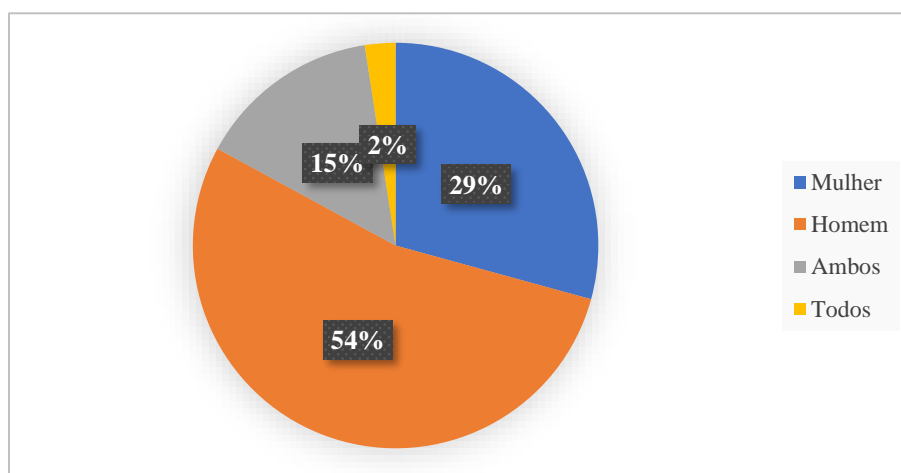
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Como é possível notar, as famílias indicaram, majoritariamente, não ter conseguido realizar nenhuma aquisição ou manutenção nas unidades produtivas após o período de acesso aos programas. Ainda houve famílias que afirmaram ter conseguido

realizar obras ou reformas, mas que isso ocorreu com o dinheiro do programa que foi poupado nos anos anteriores (QUESTIONÁRIO, F25).

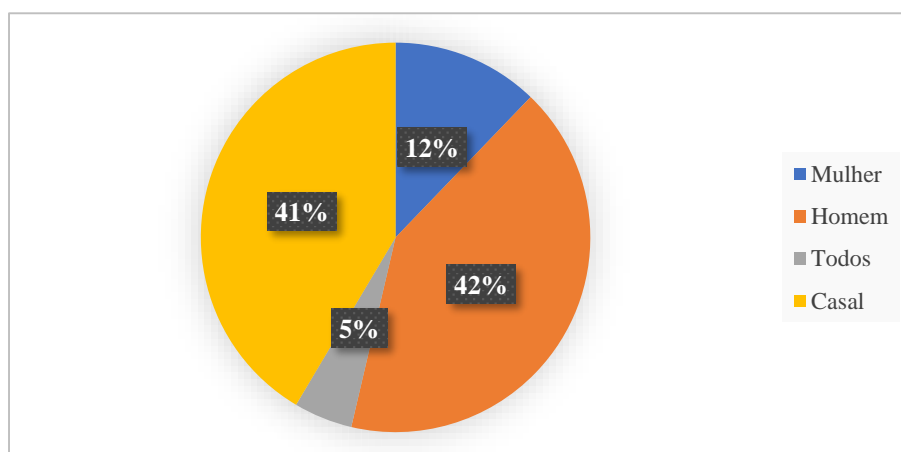
O Gráfico 31 apresenta os membros responsáveis pelo recebimento do pagamento pelas entregas dos produtos aos programas. Na sequência, o Gráfico 32 apresenta, para comparação, os membros responsáveis pela produção dos produtos a serem entregues para os programas.

Gráfico 31 – Responsável por receber pelo pagamento das vendas/entregas



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Gráfico 32 – Responsável pela produção dos produtos para entrega aos programas

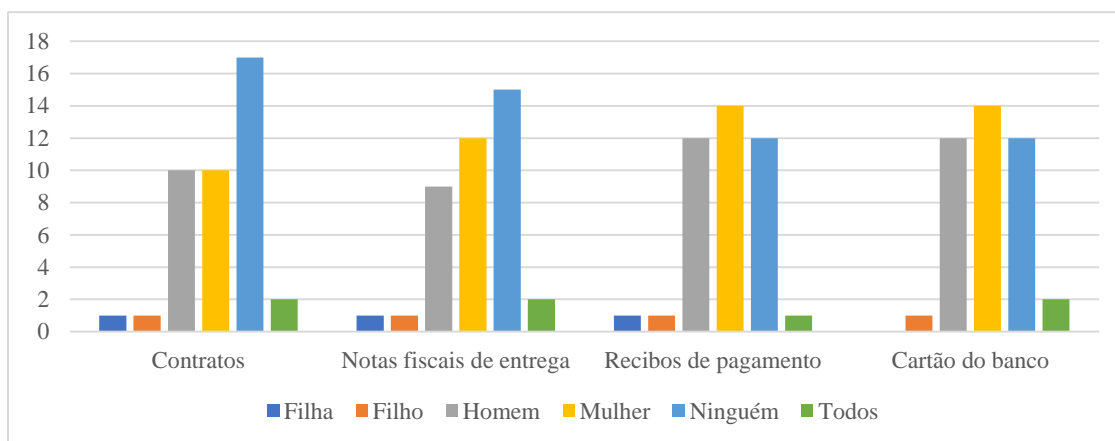


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nota-se que, apesar de haver um alto índice de compartilhamento de tarefas na produção, o protagonismo no recebimento financeiro tende a ser masculino. Assim, a tendência é a masculinização do dinheiro proveniente do programa.

Outro ponto a ser considerado em relação aos recursos financeiros advindos dos programas é a responsabilidade pela operacionalização da sua parte burocrática. Assim, um dos questionamentos realizados para as famílias é sobre quem se responsabilizava pelos contratos, notas fiscais de entrega, recibos de pagamento e pelo cartão do banco.

Gráfico 33 – Membro responsável por documentos burocráticos relativos aos programas



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Ao serem questionadas sobre o membro responsável pelo recebimento do pagamento das entregas, algumas famílias responderam se referindo ao membro responsável pelo cartão do banco, independente de haver nessa conta bancária dinheiro advindo do programa ou não. Essa informação pode justificar o alto índice de entregas serem realizadas pelos homens, mesmo quando a produção é compartilhada ou realizada pelas mulheres (vide Tabela 8, do capítulo anterior). Ainda assim, é interessante observar que, em sua maioria, não há nenhum responsável por essa tarefa na família, mas que há uma tendência ao trabalho de organização burocrática ser uma tarefa feminilizada. Tanto para os recibos de pagamento, quanto para as notas fiscais de entrega, a responsabilidade era majoritariamente feminina. Assim, percebemos que, apesar de as mulheres não serem as responsáveis pelas entregas e pelos recebimentos financeiros, são elas as principais responsáveis pela organização burocrática da relação com os programas.

Quando Viviana Zelizer afirma que todo dinheiro tem significado e que toda relação comercial também é repleta de sentidos e significados socialmente construídos, podemos perceber o alto índice de masculinização dessas tarefas financeiras realizadas

fora do espaço doméstico. Ou seja, durante o acesso aos programas, o espaço da mulher se manteve no espaço privado, no interior das unidades produtivas familiares.

A única marca geracional percebida na pesquisa foi a família que utilizou o recurso do programa para pagamento das mensalidades do curso superior que cursou. A unidade familiar é composta apenas por um homem solteiro, de 24 anos, professor de educação física na escola municipal rural da região em que reside. Nesse caso, a renda proveniente do programa era um adicional ao salário recebido e pôde, nesse caso, ser utilizado para pagamento dos estudos.

O dinheiro proveniente dos programas, nas famílias estudadas, tende a ser considerado um dinheiro com as marcas do gênero masculino, mesmo não sendo a renda principal das famílias. Apesar disso, mesmo não sendo sua principal fonte de renda, as famílias apresentaram um poder aquisitivo para melhoria nos meios de vida dessas unidades produtivas familiares. É preciso observar que a própria aquisição de bens materiais (construções, maquinários, veículos) tende a ser uma forma de as famílias manterem ou aumentarem seus capitais econômicos ou simbólicos. Isso indica que, quanto mais detentores de capitais, maior é o poder simbólico reconhecido nessas famílias, o que as coloca em uma situação de prestígio e reconhecimento perante as demais (BOURDIEU, 1989). As melhorias realizadas nas unidades produtivas familiares se tornam, então, uma forma de manutenção dos meios de vida e do posicionamento das famílias no espaço social no qual elas se localizam. Os programas se tornam, dessa forma, além de promotores de melhorias produtivas, responsáveis pelo aumento do capital simbólico exercido pelas famílias. Pode-se inferir, inclusive, que a própria destinação dos recursos financeiros ser utilizado, majoritariamente, para melhorias produtivas da unidade familiar, os torna um dinheiro sem hierarquização pejorativa ou diminutiva em comparação com os demais recursos financeiros recebidos pelas famílias.

9.4 Alteração dos meios de vida: é possível falar em reconversão de *habitus*?

Tal como descreveu Bourdieu sobre a Argélia, Garcia Jr. sobre o Nordeste e Candido sobre o interior de São Paulo, a mudança de meios de vida se dá quando as estruturas que hierarquizam e reproduzem a vida de determinado grupo social se altera. Seja pela migração rural-urbano, seja pela chegada da urbanização e tecnificação na produção cafeeira, seja pelo trabalho sazonal na cidade para conquista do próprio roçado, seja também pela inserção em políticas públicas que garante o acesso a espaços antes não

ocupados, como prefeituras, escolas e instituições bancárias. Como disse Bourdieu (2002), o *habitus* é construído porque se aprende uma série de comportamentos organizados e hierarquizados segundo uma mesma racionalidade e, quando essa racionalidade precisa ser alterada, essa nova organização e essa nova hierarquização tende a gerar um processo denominado de reconversão de *habitus*. Como afirma Garcia Jr.:

Nada é tão variável quanto a situação de cada indivíduo concreto ao se deslocar, já que, dependendo do seu sexo, de sua idade, da condição familiar e posição no grupo assim constituído, de seus investimentos escolares e culturais passados, duas viagens entre os mesmos polos podem ter significados totalmente diversos para a existência de um mesmo indivíduo (GARCIA JR., 2003, p. 177).

É a partir dessa ideia da divisão sexual do trabalho como parte dessa estrutura estruturante e estruturada (que é o *habitus*) que foi possível investigar se o acesso às políticas do PAA e do PNAE foram capazes de alterar essa racionalidade das famílias envolvidas na pesquisa. Confesso que, por diversos momentos, pensei que não conseguiria chegar a lugar algum. Que as lentes teóricas não eram suficientes ou que os dados empíricos haviam sido coletados de maneira equivocada. No entanto, o exercício de organizar os dados, voltar à teoria, sistematizar os resultados, voltar à teoria, escrever as análises e voltar à teoria, me trazem a esse lugar de saber que as lentes teóricas deram conta e que os dados empíricos eram exatamente os que deveriam ter surgido.

Digo isso porque o acesso a essas políticas de inclusão produtiva ocasionou diversas alterações nos meios de vida dessas famílias – como a alteração das atividades produtivas, descritas no tópico 9.1; a alteração na divisão sexual do trabalho nas atividades produtivas e comerciais, descritas no tópico 9.2; a realização de investimentos estruturais nas unidades produtivas, descritas no tópico 9.3 – que, ao questionar as famílias sobre isso, só era possível identificar as mudanças no montante de renda familiar. Mas as lentes teóricas estiveram disponíveis para que eu pudesse enxergar não só o aumento da renda e sua diminuição drástica com o término dos programas, mas perceber que os meios de vida e suas condições de reprodução foram alteradas, basicamente porque se alterou todo o esquema produtivo e de distribuição do trabalho nessas unidades produtivas familiares. É mais nítido visualizar essa alteração quando se analisa o período após o programa. Tudo o que deixou e o que passou a ser quando o vínculo se desfez.

Após essa reflexão inicial, informo que o objetivo desse tópico é o de sistematizar as análises da ACM com as apresentadas anteriormente para concluirmos se é possível falar em reconversão de *habitus* para essas famílias.

Em primeiro lugar, as famílias afirmam que o protagonismo das atividades comerciais é responsabilidade masculina. Mas, no geral, a maior parte das atividades de comercialização após o acesso aos programas passou a ser realizado pelas mulheres. Além disso, as famílias indicam que não ocorreram mudanças na organização familiar ou na própria divisão do trabalho após o acesso aos programas, no entanto, essa alteração foi percebida e descrita no tópico 9.2. Como Bourdieu (2002) afirma, a maior influência sofrida no comportamento é aquela que, por estar inculcada no indivíduo, não é percebida por ele. Assim, posso notar que há, então, uma tendência a mudanças de *habitus* na divisão sexual do trabalho após o acesso às políticas.

A ACM indica a distinção entre dois grupos de famílias no espaço social: de um lado estão as famílias que, após o término do programa, só mantiveram a produção de abóbora e de milho, enquanto que, no outro grupo, não há abandono de atividades produtivas após o término de acesso aos programas. Em um grupo, portanto, há alteração de atividades produtivas, o que ocasiona, conseqüentemente, alteração nos seus meios de vida.

Indica também que a distinção entre o posicionamento das famílias no espaço social se dá a partir de alguns critérios: em um posicionamento estão as famílias que acessaram ambos os programas, ocorreu alteração nos produtos produzidos – há abandono de mais de 50% da produção de produtos como coco, melancia, frango, alface e polpa de frutas – e redução na renda familiar, e é maior o reconhecimento do aumento da renda durante o período de acesso ao programa. De maneira distinta, o outro posicionamento do espaço social é composto pelas famílias que acessaram apenas o PNAE e a mudança mais significativa ocorreu na divisão das responsabilidades, principalmente no controle das informações financeiras, comerciais e produtivas. Ambos os grupos de famílias sofreram alterações distintas no decorrer do acesso aos programas, mas, ainda assim, apresentam mudanças perceptíveis na organização familiar – as mulheres passaram a se responsabilizar pela comercialização dos produtos, espaço anteriormente só ocupado pelos homens.

A ACM também indica apontamentos importantes para compreensão desse espaço social e da reconversão desses *habitus* internos aos grupos de famílias: entre os motivos que levaram à alteração na divisão do trabalho entre os membros da família após o término do acesso aos programas, a saída das famílias do espaço rural e a inserção delas nas atividades remuneradas na área urbana são os principais argumentos utilizados.

Portanto, ao analisarmos detalhadamente os dados empíricos, à luz da teoria, as famílias vivenciaram diversos processos de mudanças de seus meios de vida. Troca de atividade produtiva agrícola para atividades comerciais urbanas, inserção de atividades pluriativas ao longo dos anos, alterações nas condições de renda familiar, mudança na produção e, principalmente, na forma de organização do trabalho, resultaram em mudanças estruturais no interior das unidades produtivas familiares. Em resumo, há uma alteração estrutural que desloca as mulheres do espaço privado da produção para o espaço público da comercialização. Isso pode ser observado no caso da comercialização da banana, dos hortifrutigranjeiros, da alface e dos produtos processados, em que houve um aumento da responsabilidade feminina, e no caso da comercialização da polpa de frutas, do frango, do milho e das frutas in natura, em que ocorreu o aumento da inserção dos casais como responsáveis. Ou seja, foi possível identificar um aumento da presença feminina sozinha ou compartilhada com seus esposos nos espaços públicos de comercialização.

Ao analisar, especificamente, à entrada de recursos financeiros, é possível notar também que os programas possibilitaram um novo olhar sobre o futuro e a possibilidade de planejar financeiramente esse futuro. Esse processo de entradas financeiras garantidas e com valores já pré-definidos possibilitou pagamentos de mensalidades de cursos superiores, aquisição de veículos, reformas e construção de novas moradias. Permitiu, inclusive, que as famílias fizessem compras parceladas no comércio, pois sabiam que poderiam arcar com esses compromissos. Essa possibilidade de planejamento futuro demonstra que as famílias passaram um processo de reestruturação de suas condutas familiares e de seus meios de vida.

E é a partir das mudanças estruturais que ocorreram no interior dessas famílias que chego à conclusão que a hipótese que norteou essa tese, *se as políticas públicas de inclusão produtiva inseriram um valor monetário de maneira perene nas famílias da agricultura familiar e inseriram as mulheres em relações institucionais e econômicas de um espaço antes não ocupado por elas, então é possível inferir que, além de alterar as condições materiais das famílias, também provocaram transformações no modo de vida das famílias e na divisão sexual do trabalho no interior das famílias* é verdadeira, ou seja, é preciso reconhecer a tendência a reconversão de *habitus* a partir do acesso aos programas de inclusão produtiva.

Antes de encerrar esse capítulo, é importante pontuar que o acesso aos programas alterou elementos dos meios de vida dessas famílias e que elas sofreram novas alterações

após o ano de 2020, com a pandemia, a qual pode ser considerada um fator de alta tendência à reconversão de *habitus*, mas ainda são necessários estudos que aprofundem e desvendem essa hipótese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese permitiu um aprofundamento teórico na compreensão das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho nos espaços rurais. Espaços esses que, ao longo dos últimos anos, vivenciaram a intervenção de políticas públicas de inclusão produtiva que, ao beneficiarem o escoamento da produção agrícola, garantia a segurança alimentar e nutricional de populações em situação de vulnerabilidade social.

Além de garantir o escoamento da produção agrícola, essas políticas públicas possibilitaram diversas alterações nas unidades produtivas familiares, principalmente o aumento da renda familiar e a possibilidade de usufruir de espaços públicos que antes não eram ocupados. Como foi relatado no decorrer da tese, ainda são incipientes os estudos que se dedicam a essas políticas por meio da perspectiva de gênero, principalmente se tratando da realidade da região Norte do país. A partir dessa lógica é que essa tese tentou compreender até que ponto o acesso ao PAA e ao PNAE possibilitou a reconversão de *habitus* e a mudança nos meios de vida das famílias que o acessaram, de maneira a ocasionar a mudança na divisão sexual do trabalho rural.

Tendo em vista esses apontamentos, a teoria bourdieusiana de espaço social e *habitus* me possibilitou observar as famílias estudadas e organizá-las a partir de suas características produtivas, sociais e de trajetórias culturais. Para o trabalho de campo selecionei três métodos: o questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicadas com todas as famílias da agricultura familiar do município de Wanderlândia-TO que acessaram o PAA ou o PNAE. No segundo método, realizei entrevistas em profundidade com as mulheres de famílias para melhor aprofundamento de questões e esclarecimentos gerais sobre apontamentos que já haviam surgido nos questionários. No terceiro, realizei a observação das características das famílias durante os momentos do trabalho de campo, a saber, membro respondente, posicionamento dos membros no momento da pesquisa e forma como os membros lidavam com as perguntas em si. A análise de dados foi realizada por meio da Análise de Correspondência Múltipla (LEBARON e LE ROUX, 2015) que contribuiu com a formação do espaço social das famílias. As 15 famílias entrevistadas foram selecionadas a partir de seus posicionamentos no campo social construído pela Análise de Correspondência Múltipla.

Os objetivos específicos da tese foram respondidos em dois capítulos de análises. O primeiro objetivo específico foi *descrever e contextualizar os meios de vida, divisão sexual do trabalho e o cotidiano familiar no meio rural tocantinense, especificamente no*

município de Wanderlândia. Em primeiro lugar, foi possível identificar três grupos bem distintos de famílias: as famílias que exerciam uma agricultura familiar de subsistência, as famílias que exerciam uma agricultura familiar empresarial e as famílias que praticavam a agricultura apenas como complemento e não como principal fonte de renda familiar. Após essa distinção inicial, foi possível analisar as demais características que aproximam e que distanciam essas famílias e organizá-las novamente a partir de suas dualidades. Dualidades essas que consolidam a ideia das múltiplas ruralidades existentes no espaço rural. Sendo assim, concluiu-se que a agricultura familiar da região estudada é consolidada a partir da existência de dois *habitus* distintos, constituídos a partir dos seguintes dispositivos: localização, tamanho e titularidade da propriedade rural; inserção social dos membros da família; escolaridade; divisão sexual e geracional do trabalho.

O primeiro *habitus* é resultado da consolidação das seguintes características: residência nas propriedades rurais localizadas na Serra de São Felix, conquistadas a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário e com tamanhos que variam entre menores que cinco ou maiores que dez alqueires e sua titularidade é masculina. Não há participação familiar em organizações sociais coletivas e não possuem selos de inspeção para comercialização de determinados produtos. São famílias que, majoritariamente, são formadas apenas por homens que se encontravam solteiros durante a pesquisa de campo. Por esse motivo, o protagonismo nas tarefas produtivas, administrativas, comerciais e financeiras é majoritariamente masculino. Esse grupo também é formado por um subgrupo de famílias compostas por mais de um membro, e é comum o compartilhamento de tarefas entre os casais ou entre todos os membros das famílias. Esse subgrupo apresenta uma divisão bem delimitada na divisão das tarefas burocráticas e administrativas: o critério de divisão tende a ser geracional, ou seja, há um número expressivo de jovens que se responsabilizam por essas tarefas, provavelmente pela baixa escolaridade dos seus pais. A baixa escolaridade dos pais também pode ser fator que justifique a falta de controle financeiro da unidade produtiva. Nesse grupo, a divisão de tarefas foi aprendida por meio da transmissão geracional vinda de suas mães. De uma maneira estrutural, o *habitus* desse grupo é composto pelos seguintes dispositivos: não houve realização de cursos para aprimoramento da atividade produtiva, baixo acesso à educação formal e não realizam controle da renda familiar (eidos); filhos trabalham e residem nas unidades familiares e compartilham atividades burocráticas e administrativas (ethos) e; quando estavam presentes na pesquisa campo, as mulheres se posicionavam distantes do gravador e da pesquisadora e evitavam responder ao questionário (hexis).

O segundo *habitus* é correlato da consolidação de outro conjunto de características: as famílias possuem residências em assentamentos provenientes da Política Nacional de Reforma Agrária, com tamanhos médios de 7,5 alqueires, a titularidade da propriedade quando não feminina é compartilhada entre os casais. Dentre suas práticas, a participação nas organizações coletivas é realizada de maneira compartilhada entre os casais e as atividades produtivas, administrativas, comerciais e financeiras tendem a ser ou protagonizadas pelas mulheres ou compartilhadas entre os casais. As mulheres, inclusive, protagonizam diversas atividades específicas dos espaços públicos, como as relativas à negociação e comercialização. O nível educacional desse grupo é superior ao outro, visto que as famílias possuem maior acesso à educação formal, o que pode justificar o fato de possuírem selos de inspeção para comercialização de seus produtos, realizarem controle financeiros da unidade familiar e diversificarem a renda por meio de atividades pluriativas, em sua maioria, trabalho formal para terceiros. Aqui, o aprendizado para a divisão das tarefas veio do próprio cotidiano familiar. De uma maneira estrutural, o *habitus* desse grupo é composto pelos seguintes dispositivos: há realização de cursos para obtenção dos selos de inspeção, acesso a níveis superiores de educação formal e realizam controle das informações financeiras da família (eidos); filhos trabalham e residem em áreas urbanas, distante da unidade familiar e não há compartilhamento de tarefas entre adultos e jovens (ethos) e; as mulheres se posicionam próximo ao gravador e à pesquisadora e participam ativamente das respostas ao questionário (hexis).

Nesse sentido, é possível que eu conclua que há dois grupos distintos de dispositivos que orientam e antecipam as práticas dessas famílias, posicionando-as em locais opostos no espaço social da agricultura familiar wanderlandiense. Ou seja, além de propriedades rurais com tamanhos, titularidades e localização distintas, a inserção social e o acesso à educação formal também são distintos entre os grupos. A própria relação que as mulheres das famílias mantiveram com a pesquisa também se mostra distinta entre eles.

O segundo objetivo específico da tese foi *identificar a organização familiar e os procedimentos executados pelas famílias para acesso às políticas públicas de inclusão produtiva*. Há um elevado número de famílias que acessaram apenas o PAA devido às dificuldades de acesso aos procedimentos burocráticos exigidos pelo PNAE. Como as exigências burocráticas para o acesso ao PAA era todo resolvido pela secretaria municipal de agricultura, a facilidade das famílias em acessar esse programa era maior. Essa

realidade também influenciou no tempo de acesso ao PNAE das famílias que o faziam: todas permaneceram de 3 a 5 anos de acesso ininterruptos. Para acesso aos programas não foi necessária a inserção de novas práticas produtivas, tendo sido respeitada a cultura produtiva local. No entanto, houve uma queda significativa na quantidade de produtos produzidos pelas famílias com o término do acesso aos programas. No geral, as famílias justificavam a redução na produção devido à dificuldade de escoamento da produção e à falta de garantias na comercialização dos produtos plantados. Essa situação impactou drasticamente na renda familiar, que reconheceu seu crescimento durante o período de acesso e sua queda quando o acesso terminou. Pode-se concluir, então, que há maior disposição das famílias para o acesso ao PAA visto que a atuação no poder público municipal garantia auxílio nas questões burocráticas que envolviam os seus procedimentos de acesso. Ao mesmo tempo, as famílias que acessaram o PNAE, em sua maioria, são famílias com uma produção característica de agricultura familiar empresarial, com maior acesso à educação formal, maior habilidade em procedimentos burocráticos para se inserirem nos procedimentos jurídicos das chamadas públicas e para adequação aos selos de inspeção exigidos pela vigilância sanitária. É possível concluir também que, apesar de não haver alteração nos itens produzidos antes e durante o acesso aos programas, o término do seu acesso resulta em uma redução significativa na quantidade de produtos produzidos. De uma maneira geral, as famílias pesquisadas entregavam para os programas os seguintes produtos: cheiro verde, melancia, alface, coco, banana, produtos processados, polpa de frutas, frango, farinha, milho, mandioca, abóbora, frutas in natura e hortifrutigranjeiros.

O terceiro objetivo específico dessa tese é o de *analisar as condutas familiares em relação à divisão sexual do trabalho e aos meios de vida das famílias após o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva*. A observação sistemática dos dados de produção, entrega e comercialização dos produtos para acesso e após o acesso aos programas permitiu compreender, de fato, as alterações que ocorreram na organização do trabalho nas unidades produtivas familiares. É interessante analisar que as principais alterações ocorridas no *habitus* são imperceptíveis às pessoas que o possui (BOURDIEU, 2011). Nesse sentido, ao serem questionadas sobre os responsáveis pelas atividades comerciais, as famílias sempre indicaram que essa responsabilidade era masculina. Essa informação foi contestada pelos dados de comercialização após o período de acesso aos programas: durante esse período, a maior parte dessas atividades é realizada pelas mulheres.

Conclui-se também que, apesar de as famílias indicarem que não ocorreram mudanças na organização familiar ou na própria divisão do trabalho após o acesso aos programas, essa alteração foi percebida nas atividades produtivas. A produção e entrega de produtos como abóbora, hortifrutigranjeiros, coco, mandioca e milho possuem alto índice de masculinização, ou seja, são realizadas por homens na maior parte das famílias. Como são produtos que auferem maior retorno financeiro durante todo o ano, sua responsabilização garante prestígio e manutenção da honra familiar e reforça o prestígio masculino. Outra marca de gênero visível nos dados apresentados é a feminilização de produtos como os processados, a polpa de frutas, o cheiro verde e a alface. Essa hierarquização é tão vivenciada no interior das famílias que, após o término do acesso aos programas, esses produtos deixaram de ser produzidos pelos homens e passaram a ser exclusivo das mulheres. Conclui-se, então, que, apesar de relatarem não haver alteração na divisão sexual do trabalho durante e após o término do acesso aos programas, é possível perceber as marcas de gênero e suas respectivas alterações no decorrer do processo. Durante o acesso aos programas, a tendência era a maior presença dos homens nos momentos das entregas dos produtos, enquanto as mulheres estavam mais localizadas na produção realizada no espaço doméstico e privado. Quando o acesso termina e quando a comercialização via programas de inclusão produtiva deixa de ser parte fundamental no aumento da renda familiar, as atividades comerciais tendem a se tornar mais femininas do que masculinas. As mulheres passam, então, a acessar os espaços comerciais e públicos que antes era ocupado apenas pelos maridos.

O quarto objetivo específico dessa tese é *analisar os significados sociais da renda auferida pelas políticas públicas de inclusão produtiva no interior das famílias*. Na maior parte das famílias, o dinheiro proveniente do acesso aos programas é o dinheiro reinvestido na própria produção, como se ela fosse um fim em si mesma. Ao mesmo tempo, foi possível notar um alto índice de aquisições de veículo e realização de obras durante o período de acesso aos programas, o que demonstra a melhoria nas condições de vida das famílias como resultado. Outra constatação proveniente dos dados é que o recebimento pelas entregas é um dinheiro nitidamente masculino: são os homens que o recebem e os homens o inserem na própria atividade produtiva. Apesar de as mulheres não serem responsáveis pelos recebimentos financeiros da família durante o acesso aos programas, são elas as principais responsáveis pela organização burocrática exigida na relação com os programas. Conclui-se, então, que a renda dos programas de inclusão produtiva possui as marcas de gênero masculino e que posiciona, durante o seu acesso,

as mulheres nos espaços privados da produção e da organização burocrática da unidade produtiva familiar, enquanto que posiciona os homens nos espaços públicos da comercialização e recebimentos financeiros.

Portanto, a partir dos dados apresentados, é possível identificar diversas alterações nas famílias envolvidas na pesquisa: ocorreram troca de atividades produtivas agrícolas para atividades comerciais urbanas, inserção de atividades pluriativas ao longo dos anos, alterações nas condições de renda familiar (aumento durante o acesso e redução após o término do acesso), mudança na produção (redução na quantidade de produção e abandono de algumas atividades produtivas) e principalmente na forma de organização do trabalho. Sendo assim, é possível afirmar que a hipótese que norteou essa tese é verdadeira: a inserção das famílias em espaços antes não acessados por elas possibilitou alterações nos meios de vida familiar para além das alterações de renda, ocasionando um processo de reconversão de *habitus* dessas famílias.

Por fim, ainda que essa tese tenha realizado o estudo de apenas um município e não poder ser generalizada para todas as outras realidades brasileiras, é preciso reconhecer que os resultados aqui obtidos esclarecem um pouco mais profundamente os impactos que as políticas públicas de inclusão produtiva ocasionam no interior das famílias da agricultura familiar, sejam elas de subsistência, empresarial ou apenas como complemento de outra atividade econômica principal. Além disso, possibilitam o fortalecimento das agendas de pesquisa que estudam o desenvolvimento rural (e tocantinense) pela perspectiva de gênero e compreendendo o rural como espaço de vida e não apenas de produção agrícola. Se faz urgente pensar a região do MATOPIBA para além dos resultados econômicos da economia ortodoxa. Os resultados aqui alcançados também possibilitam o fortalecimento de uma agenda de pesquisa da economia feminista que se dedique a compreender a divisão sexual do trabalho a partir do acesso a outras políticas públicas e a partir dos meios de vida das unidades produtivas familiares.

Novas temáticas podem ser desenvolvidas nessa realidade para melhor compreensão da reconversão do *habitus* dessas famílias, como por exemplo: os estudos do uso do tempo dentro da unidade produtiva familiar; a pluriatividade feminina e masculina nesses espaços; a relação dos agentes públicos com as famílias da agricultura familiar para garantia do acesso a essas políticas e o desenvolvimento social e econômico promovido por essas políticas para os municípios que as acessam.

Para finalizar, não posso deixar de mencionar os impactos causados pela pandemia da Covid-19 nos meios de vida dessas famílias. Como foi mencionado, a última etapa da

pesquisa de campo foi realizada 17 meses após do início das ações de contenção da contaminação pelo Novo Coronavírus e foi possível visualizar nitidamente as alterações vivenciadas pelas famílias. Abandonos de propriedades rurais, paralização total da comercialização, produção apenas para subsistência e sobrevivência familiar baseada nos recursos financeiros provenientes dos auxílios emergenciais disponibilizados pelo governo federal foram algumas das alterações elencadas. Assim, torna-se necessário que novos estudos ocorram para esclarecer se e como a pandemia ocasionou uma nova reconversão de *habitus* familiar e como as famílias têm lidado com todo o impacto negativo ocasionado pela doença.

REFERÊNCIAS

AGNE, C. L. **Mudanças institucionais na agricultura familiar**: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul. 2014. 260 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

AGUIAR, N. Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino. In: AGUIAR, N. (Org.) **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

AGUIAR, N. F. Precusores dos estudos de usos do tempo no Brasil. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo**: perspectivas feministas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

AGUIAR, V.V.P. **Rural Women, Social Movement and Political Participation: reflections from the March of the Daisies**. Política & Sociedade, 2016.

AGUIAR, V. V. P. **O trabalho das mulheres nos espaços rurais**: Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas, 37(2), 134-149, 2017.

ALBUQUERQUE DE MELO, L. **Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira-PE**. Tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

ANDRADE, M. P. **Mutirões, empates e greves: divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil**. Revista Lusotopie, XII (1-2), 2015.

BARROSO, C. **As mulheres e as nações unidas: as linhagens do plano mundial de população**. Tempo Social, Vol.1(1), pp.183-197, Junho/1989.

BATISTA, L. M. G.; RIBEIRO, S. M. R.; SANTOS, R. H. S.; ARAÚJO, R. M. A.; RIBEIRO, A. Q.; PRIORE, S. E.; LUCIA, C. M. D.; LANA, R. P.; GASPARONI, G. P. **Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde**. Revista Saúde Soc., v. 25, nº 2, p. 494-504, 2016.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BONNET, P. LEBARON, F. LE ROUX, B. 2015. L'espace culturel français. In: Lebaron, F. Le Roux, B. **La méthodologie de Pierre Bourdieu en action**: espace culturel, espace social et analyse des données. Paris: Dunod, 2015

BORGES, B. S.; BOARIN, P. V. S. G.; RESENDE, C. A. S.; SILVA, L. H. R. **Rural workers in parliament: CONTAG's lobby at the Chamber of Deputies (2007-2015)** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, n° 105, 2020.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie**. Éditions du Seuil, 2000.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila**. Oeiras: Celta Editora, 2002.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim do Século, 2003.

BOURDIEU, P. **Razões práticas, sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2008.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013a.

BOURDIEU, P. **Capital simbólico e classes sociais**. Revista Novos Estudos, CEBRAP, 96, pp. 105-115, julho, 2013b.

BRASIL. **Medida Provisória nº 957, de 24 de abril de 2020**. Abre crédito extraordinário para o Ministério da Cidadania, no valor de R\$50.000.000,00, para o fim que especifica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-957-de-24-de-abril-de-2020-254003219> Acesso em: 31 de janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Valores investidos na aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar para o PNAE – Ano de exercício 2017**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar> Acesso em: 19 de abril de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11326, 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 19 de maio de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento a alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm Acesso em: 19 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.268 de 22 de novembro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus

subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6268.htm> Acesso em: 29 de julho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.889 de 23 de novembro de 1989.** Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7889.htm> Acesso em: 29 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Inspeção.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao>> Acesso em: 29 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados da Agricultura Familiar.** Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 20 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Catálogo de ferramentas da SAGI.** Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/catalogo/index.php?id=25>> Acesso em: 20 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 49 de 26 de setembro de 2018.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/instrucao-normativa-no-49-de-26-de-setembro-de-2018.pdf>> Acesso em: 29 de julho de 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para mulheres rurais no Brasil.** Brasília: DPMR, 2015.

BRUMER, A. **Previdência social rural e gênero.** Sociologias, 2002.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** Estudos Feministas, 2004.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para as mulheres da agricultura familiar na região sul do Brasil. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** Brasília: MDA, 2011.

BRUNO, R.; AQUINO, S. L.; JALIL, L.; JUNIOR, V. J. W.; BORDALO, C. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** Brasília: MDA, 2011.

BURLANDY, L.; CARVALHOSA, C. S. **Conexões entre agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil: reflexões sobre o artigo de Schwartzman et al.** Cadernos de Saúde Pública, 01 December 2017, Vol.33(12).

- BUTTO, A. Políticas para mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.
- BUTTO, A., DANTAS, C., HORA, K., NOBRE, M. FARIA, N. **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.
- CARNEIRO, M. J. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. Estudos Sociedade e Agricultura, 2, pp. 11-22, Jun 1994.
- CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L. F. C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Org.). **Mundo rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- CARRASCO, C. B. Para uma economia feminista. In: CARRASCO, C. B. (Org.) **Mujeres y economia: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Icaria, Editorial (Antrazyt), 1999.
- CARRASCO, C. B. **La economia del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes**. Revista de Economía Crítica, n° 11, primer semestre de 2011.
- CARVALHO, G. S.; PEDROSO NETO, A. J. **O Programa de Aquisição de Alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização de mercado com práticas de acesso individuais e coletivas**. REDES, v. 21, n° 3, p. 258-276, set/dez, 2016.
- CARVELLI, C. L. **Mulheres tocantinenses: acesso às operações de crédito ao amparo do PRONAF**. Revista CEREU, v. 12, n° 3, 2020.
- CECCHIN, H. F. G. **O desempoderamento de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família: questões de gênero no acampamento Ilha Verde – TO**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, 2016.
- CECCHIN, H. F. G.; PIZZIO, A. S. **O movimento das quebradeiras de coco na região do Bico do Papagaio: reflexões sobre redistribuição e reconhecimento**. Anais: XXVIII Simpósio Nacional de História., Florianópolis, 2015.
- CECCHIN, H. F. G.; PARENTE, T. G. **Diversas vozes, muitos dilemas: discutindo o Programa Bolsa Família a partir das questões de gênero e empoderamento**. Revista Desenvolvimento em Questão, v. 16, n° 43, 2018.
- CHAMBERS, R. CONWAY, G. R. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21° century**. IDS discussion paper, Brighton (UK), n.296, p. 1-33, 1992.
- CHAGAS, J. P. **Processo histórico de ocupação e povoamento do povoado Ponta do Asfalto Wanderlândia – TO**. Monografia (Graduação em Licenciatura em Geografia) Universidade Federal do Tocantins, 2014.

- CHAVES, A. R.S.; CASTRO, R. R. A.; MENEZES, A. **A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA.** Estudos Feministas, 2018.
- CHAYANOV, A. V. A teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, H. M. (Org.) Chayanov e o campesinato. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1º ed., 2014
- CIRINO, J. F.; LIBÂNIO, C. L. S. **Avaliação de impacto do Programa de Aquisição de Alimentos modalidade doação simultânea em Ponte Nova - MG.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Viçosa, v. 58, n. 2, 2020.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- COELHO, C. N. **70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001).** Revista Política Agrícola, Ano X, nº3, p. 3-58, 2001.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA – CONTAG. **Cadernos de textos para estudos e debates: Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade.** Brasília: CONTAG, 2015.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA – CONTAG. **Cadernos de textos para estudos e debates: Margaridas na luta por uma Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência.** Brasília: CONTAG, 2019.
- CORRÊA, M. **O sexo da dominação.** Revista Novos Estudos, nº 54, jul 1999.
- COUTINHO, E. A.; FIÚZA, A. L. C. **A mobilidade cotidiana compo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** Revista Nera, v. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.
- CRUZ, T. A. **Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente.** Estudos Feministas, 2010.
- DA SILVA, G. P.; MEDEIROS, S. F.; ARANTES, E. C. ; ROSA, J. S. **O fortalecimento da agricultura familiar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar na COOPERCINCO.** Revista de Administração de Roraima - RARR, 2016, Vol.6(3), pp.682-701.
- DE OLIVEIRA, L. G.; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. **Avaliação comparativa dos impactos do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Ubá, Minas Gerais, Brasil.** Ciência Rural, 2017, Vol.47(1).
- DE SOUZA, R. M.; ALMEIDA, L. M. M. C. **Análise das Efetividades Sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Municípios Goianos: Inclusão Social e Formas Espúrias.** Fronteiras, 2017, Vol.6(4), pp.162-180.

- DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2001, p. 15-52.
- DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. (Org.). **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010.
- DIAS, M. O. L. S. Teórico e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- DIAS, T. F.; NUNES, E. M.; TORRES, F. L.; TORRES, C. M. **O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Setão do Apodi (RN)**. Revista Brasileira de gestão e desenvolvimento regional, Taubaté, v. 9, n° 3, p. 100-129, set/dez, 2013.
- DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A. Agricultores pobres: os invisíveis do campo. In: BRUMER, A.; PIÑEIRO, D. (Org.). **Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.
- DUVAL, J. **Analyse des correspondances multiples**. Revista Politika. France, 2017. Disponível em: <https://www.politika.io/fr/notice/analyse-correspondances-multiples>. Acesso em: 09 de setembro de 2020.
- ELIAS, L. P.; BELIK, W.; CUNHA, M. P.; GUILHOTO, J. J. M. **Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 57 (2), 215-233, 2019.
- ESMERALDO, G. G. S. L. Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em mulheres assentadas. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: NEAD, 2010.
- FACCO, V. A. B. **Contribuição ao estudo da reforma agrária brasileira: as contradições do Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos de reforma agrária**. 2019. 324 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009, p. 11-28.
- FERREIRA, M. M.; PARENTE, T. G. **Gênero e trabalho das mulheres pescadoras dos reassentamentos rurais no extremo norte do Tocantins**. Revista Desafios, v. 3, n° especial, 2016.

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos.** Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2017.

GARCIA JR, A. R. **O Sul: caminho do roçado.** Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.

GARCIA JR, A. R. **A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro.** Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n° 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

GARCIA, M. F. **O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil.** Rev. bras. Ci. Soc. v.7 n.19 Rio de Janeiro jun. 1992.

GARLIPP, A. A. B. P. D. **Políticas públicas e contribuições socioespaciais no norte de Minas Gerais:** um estudo do Território da Cidadania Serra Geral. 2015. 249 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **O inquérito: teoria e prática.** 2ª ed. Oeiras: Celta Editora, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamento e questões para o debate.** Revista Retratos de Assentamentos, v. 13, n°1, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias.** Tese (Doutorado) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil.** RESR, vol.52, supl. 1, p. s125-s146, 2014 – impressa em fevereiro de 2015.

GRISA, C. **Mudanças nas políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais.** Raízes, v. 38, n° 1, jan-jun/2018.

GUIMARÃES, A. R. **O papel das políticas públicas na resistência dos assentamentos rurais:** o PA Dom José Mauro em Uberlândia (MG). Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro, 2020.

GURGEL, A. M.; SANTOS, C. C. S.; ALVES, K. P. S.; ARAÚJO, J. M.; LEAL, V. S. **Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil.** Revista Ciência e Saúde Coletiva, 25 (12), 2020.

GUTERRES, L. P.; REISDORFER, V. K.; HAAS, J. M.; SALLA, N. M. G. **Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE: um incentivo à inovação da agricultura familiar em Dom Pedrito-RS**. Revista Gesto, 01 December 2013, Vol.1(1), pp.82-98.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HENTZ, C.; HESPANHOL, R. A. M. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: a evolução de uma política pública múltipla**. Revista GEOSUL, Florianópolis, v. 34, n. 72, pp.415-434, mai/ago, 2019.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2013.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista NERA, n. 8 (9), 2016.

HEREDIA, B. M. A.; GARCIA, M. F.; GARCIA JÚNIOR, A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N. (Org). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

HERNÁNDEZ, C. O. Potencialidades e limites do Pronaf-Mulher no processo de empoderamento das mulheres agricultoras. In: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. (Org.) **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015

HERRERA, K. M. **From Invisibility to Recognition: rural women, productive activities, household activities and care**. Política & Sociedade, Florianópolis, 2016.

HERRERA, K. M.; BIROCHE, R. **Uma releitura das organizações produtivas de mulheres rurais através da teoria da reciprocidade**. Revista Temas de Administração Pública v. 9, n. 1, São Paulo, UNESP, 2014.

HERRERA, K. M. **Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care**. Revista Política & Sociedade, Florianópolis, v. 15, 2017.

HESPANHOL, R. A. M. **Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para agricultura familiar**. Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia, 25 (3): 469-483, set/dez, 2013.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Brasil em síntese, estado do Tocantins**. Disponível em: <

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>> Acesso em: 20 de maio de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Brasil em síntese, estado do Tocantins. Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/24/76693?ano=2006>> Acesso em: 20 de maio de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Brasil em síntese, município de Wanderlândia, Tocantins**. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/wanderlandia/panorama>> Acesso em: 20 de maio de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2017 – Dados Preliminares**. Disponível em: <

https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html> Acesso em: 20 de maio de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Resultados definitivos do CENSO Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html Acesso em 26 de janeiro de 2021.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

JESUS, J. C.; WAJNMAN, S.; TURRA, C. M. Trabalho doméstico não remunerado e as transferências intergeracionais de tempo no Brasil. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

KARAM, K. F. **A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades.** Estudos Feministas, 2004.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. et al. **Gênero e saúde.** São Paulo: Ed. Artes Médicas, 1996.

KLUGER, E. **Análise de correspondências múltiplas:** fundamentos, elaboração e interpretação. BIB, São Paulo, n. 86, 2/2018 (publicada em outubro de 2018), pp. 68-97.

KRAEMER, C. F. B. **Gestão e controle social no Programa Nacional de Alimentação Escolar:** casos no Território Rural da Baía da Ilha Grande – RJ. 2018. 212 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

LEBARON, F. **La culture économique entre école, Science et politique dans la France contemporaine.** These pour le doctorat de Sociologie. École des hautes études en Sciences Sociales. Paris, France. 1996.

LEBARON, F. **L'enquête quantitative em sciences sociales: recueil et analyse des données.** Paris: Dunod, 2006.

LEBARON, F.; LE ROUX, B. **La metodologia de Pierre Bourdieu em action: espace culturel, espace social et analyse des données.** Paris: Dunod, 2015.

LEITÃO, A. L. E.; BERNARDINO, R. V. (2018) **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): experiência de aquisição de produtos de agricultores familiares para a alimentação escolar em Vila Velha – ES.** Revista Geografares, p. 284-309, 2018.

LEÓN, M. **Neutralidad de género y políticas públicas em las reformas agrarias de América Latina.** Nómadas. 2006, Issue 24, pp. 44-52.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011

LOPES, B. J. (2017) **Análise da Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE a partir de Instrumentos de Avaliação de Políticas e**

Fiscalização de Programas Governamentais. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.

LOPES, R. C. D. **Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente – Tocantins.** Palmas: EDUFT, 2020.

KILOMBA, G. **Memórias de plantação.** Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; NOGUEIRA, C.; LAZCANO VÁZQUEZ, C. L.; TONELI, M. J. F. **Participação política e subjetividade: narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil** *Psico*, vol. 47(2), pp. 148-158, 2016.

MACIEL, L. M.; FAVORETTO, T. M. **Migração e mobilidade pendular entre famílias de trabalhadores rurais no interior de São Paulo.** *ABEP*, (7), 2012.

MAGALHÃES, S.; ALVAREZ, T. **Romper as fronteiras.** A interseccionalidade nas questões de gênero e feministas. Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, 2013.

MALVEZZI, A. M. **As ambivalências do gosto: repensando os limites da teoria bourdieusiana do *habitus* à luz da dimensão estética.** Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.

MARTINELLO, A. S.; SCHNEIDER, S. Paralelos entre Antônio Cândido e Alexandre Chayanov: economia fechada, equilíbrio mínimo e rusticidade. In: CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o campesinato.** 1ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

MELO, H. P.; MORANDI, L.; DWECK, R. H. Uso do tempo e valorização do trabalho não remunerado no Brasil. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

MENDES, S. H. A. **(In) visibilidade das mulheres na pesca artesanal: uma análise sobre as questões de gênero na colônia de pescadores e pescadoras Z-16 em Miracema do Tocantins/TO.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins, 2016.

MENDES, M. F. **Políticas Públicas em assentamentos rurais: potencialidades e limitações do PAA e do PNAE em Mato Grosso.** 2017. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MENDES, S. H.; PARENTE, T. G. **(In) visibilidade das mulheres na pesca artesanal: uma análise sobre as questões de gênero em Miracema do Tocantins – TO.** *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, 4 (2), p. 177-199, 2016.

MIGUEL, L. F. **Bourdieu e o “pessimismo da razão”.** *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 27, n° 01, jun 2015.

- MIRANDA, C. M. **Movimento de mulheres, governança descentralizada e desenvolvimento regional do estado do Tocantins**. Revista Gênero na Amazônia, Belém, n° 5, jan/jun, 2014.
- MIRANDA, C. M.; SANTOS, G. I. R. **Mulheres do Bico do Papagaio: questões de gênero e desenvolvimento regional nos municípios de São Miguel e Axixá**. Revista Eletrônica Mutações, 2014.
- MIRANDA, C. M.; BARROSO, M. F. **Gênero e desenvolvimento na Amazônia: acesso das mulheres às políticas públicas nos estados do Amazonas, do Pará e do Tocantins**. Revista Novos Cadernos NAEA; v. 23; n°. 2; maio – ago. 2020.
- MODENESE, V. S.; SANT'ANA, A. L. **Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 57 (4), 636-655, 2019.
- MORAES, L. L.; PONTES, N. L. M. T.; SIEBER, S. S.; FUNARI, J.; NASCIMENTO, N. M. S.; MARQUES, P. L. Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- MORENO, R. Economia feminista: uma visión antisistémica. In: NOBRE, M.; FARIA, N.; MORENO, R. (Org.). **Em busca de la igualdad: textos para la acción feminista**. São Paulo: SOF, 2013.
- MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; JÚNIOR, J. F. S.; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, T. C. V. **As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe**. Revista RESR, Piracicaba-SP, vol. 52, n° 03, p. 449-470, jul/set, 2014.
- MOURA, M. C. D.; MORENO, R. F. C. **A Interdependência das Esferas da Reprodução e Produção na Produção de Indicadores: Reflexões a Partir da Experiência das Mulheres Rurais no Sertão do Apodi**. Mediações: Revista de Ciências Sociais, 2013.
- NASCIMENTO, S. M. V. **O desenvolvimento do capital no campo no contexto atual e os impactos nas relações de gênero**. Revista de Políticas Públicas. São Luiz. Número especial. Pp. 273-282, 2012.
- OKIN, S. M. **Gênero, o público e o privado**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 15 (2):440, pp. 305-332, mai-ago/2008.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007
- OLIVEIRA, M. S. L. **Os espinhos, as flores e os frutos do mandacaru: as transformações na configuração social de uma comunidade rural camponesa a partir da intervenção de atores externos**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campina Grande, 2011.

OROZCO, A. P. **Estrategias feministas de desconstrucción del objeto de estudio de la economía.** Revista Fro Interno, 4, 87-111, 2004.

OROZCO, A. P. **Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados.** Consejo econômico e social, Espanha, 2005.

OROZCO, A. P. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Org.) **Análises feministas: um outro olhar sobre a economia e a ecologia.** Cadernos Sempre Viva Organização Feminista. SOF, São Paulo, 2012.

PARENTE, T. G. **Gênero e (in) sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins.** Revista OPSIS, Catalão, v. 15, n° 2, p. 399-416, 2015.

PARENTE, T. G. **Gênero e territorialização no Reassentamento Córrego Prata – Porto Nacional – TO.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, 2011.

PARENTE, T. G.; GUERRERO, O. F. **O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil).** História Oral, v. 14, n° 2 e v. 15, n° 1, 2012.

PAULILO, M. I. S. **O peso do trabalho leve.** Revista Ciência Hoje, n° 28, 1987.

PAULILO, M. I. S. **Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo.** Estudos Feministas, 2010.

PAULILO, M. I. S. **What Type of Feminism is this that Grows in the Vegetable Garden?.** Política & Sociedade, 2016a.

PAULILO, M. I. S. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise.** In: PAULILO, M. I. S. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo.** Florianópolis: Editora UFSC, 2016b.

PAULILO, M. I.; De GRANDI, A. B.; SILVA, M. M. **Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão.** In: PAULILO, M. I. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate.** Revista História. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEIXINHO, A. M. L. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional.** Revista Ciência e Saúde Coletiva, v. 18, ed. 4, 2013.

PERIN, G.; ALMEIDA, A. F. C. S.; SPÍNOLA, P. A. C.; PELLA, A. F. C.; SAMBUICHI, R. H. R. **Texto para discussão 2691: A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise de sua trajetória de implementação, benefícios e desafios.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA. 2021.

- PERROT, M. **Práticas da memória feminina**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9, n°8, pp. 09-18, ago.89/set.89.
- PETARLY, R. R.; PEDROSO NETO, A. J. **Os agricultores familiares e o significado social do dinheiro do programa nacional de alimentação escolar**. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 32, n. 1, p. 245- 272, 2021.
- PINEDO-VASQUEZ, M.; PADOCH, C.; SEARS, R.; BRONDIZIO, E. S.; DEADMAN, P. **Urbano e rural: famílias multi-instaladas, mobilidade e manejo dos recursos de várzea na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA, v. 11, n. 2, p. 43-56, dez. 2008.
- PISCITELLI, A.; CORREA, M. **Flores do colonialismo: masculinidades numa perspectiva antropológica**. Cadernos Pagu, Campinas (SP), n° 11, p. 201-229, 1998.
- PIZZIO, A.; CECCHIN, H. F. G. **O Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu na região do Bico do Papagaio: reflexões sobre justiça social**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, 3 (2), p. 111-133, primavera de 2015.
- PRIORI, M. D.; VENÂNCIO, R. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- QUARESMA, A. P. Mulheres e quintais agrofloretais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORA, K., REZENDE, M., MACEDO, G. (Org). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves**. 4° ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 6°ed. Lisboa: Gradiva, 2013.
- RAMBO, J. R. **Produzir e vender? O caso do Programa de Aquisição de Alimentos de agricultores familiares assentados da reforma agrária em Tangará da Serra – MT**. 2016. 180 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2016.
- RIBEIRO, V. S.; FINCO, M. V. A. **Biodisel e agricultura familiar no Tocantins: uma análise a partir da teoria dos conjuntos Fuzzy**. Revista ESMAT, v (6)8, pp. 167-180, dec. 2015.
- ROCHA, J. **Usina hidrelétrica de Estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas**. Dissertação (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2011.
- SÁ-SILVA, J.R; ALMEIDA, C.D;GUINDANI, J.F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. 1 (I):1-14, 2009.

- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro (RJ): Garamont, 2009
- SALES, C. M. V. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Rev. Estudos Feministas, vol.15, no.2, p.437-443, Ago 2007.
- SALGADO, R. J. S. F.; TEIXEIRA, E. C.; CUNHA, W. A. **Contribuição dos programas de compra institucional (PAA e PNAE) para a estabilização dos preços agrícolas em Minas Gerais**. Revista de Estudos Sociais, nº37, v.18, 2016.
- SALGADO, R. J. S. F.; DIAS, M. M.; SOUZA, W. J. **Agricultura familiar, extensão rural e soberania e segurança alimentar e nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil**. Revista Mundo Agrário, vol 21, n 46, 2020.
- SANTOS, G. Y. R. **A organização do movimento de mulheres trabalhadoras rurais (MMTR) no estado do Tocantins: uma contribuição à geografia do gênero e dos movimentos sociais**. Anais de evento IX Fazendo Gênero, Diásporas, diversidades, deslocamento. Florianópolis, 2010.
- SANTOS, A. N. **Quando o agricultor não chega à escola: Programa Nacional de Alimentação Escolar e agricultura familiar**. 2016. 141 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- SANTOS, G. Y. R. **Espacialidades do gênero e movimentos sociais no estado do Tocantins: um movimento de mulheres camponesas?** Revista Espaço e Tempo Midiáticos. Vol 2, nº 2, jul-dez, 2017.
- SANTOS, G. G.; JALIL, L. M. Projeto ATER Mulher na região do Pajeú – PE: uma experiência dialógica e feminista. In: JALIL, L. M.; ESMERALDO, G. G. S. L.; OLIVEIRA, M. S. L. (Org.). **Rede feminismo e agroecologia do nordeste**. Recife: Rede feminismo e agroecologia do nordeste, 2017.
- SANTOS, R. S. **(Des) envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins: crescimento econômico sem distribuição de renda**. Desenvolvimento Regional em Debate. V. 10, 2020.
- SAYÃO, D. T. **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu**. Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 21, nº 01, p. 121-149, jan/jun, 2003.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SOUZA, G. M. **O fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe**. Revista Política e Sociedade, Florianópolis, vol. 15, 2016.
- SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de economia política, v. 30, n.3, p. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H.C. de; MARTINEZ VALLE, L. (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1. ed. Quito/Equador: Editora Flacso – Serie FORO, v. 1, p. 132-161, 2009.

SCHWARTZMAN, F. **Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar**: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares no estado de São Paulo. 2015. 165 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, 20 (2), pp. 71-99, jul-dez/1995.

SCOTT, J. **O enigma da igualdade**. Revista Estudos feministas. Florianópolis, 13 (1): 216, pp. 11-30, jan-abr/2005.

SCOTT, J. **Os usos e abusos**. Revista Projeto História. São Paulo, n.45, pp. 327-351, dez/2012.

SEGURA, E. A. A.; RODRIGUES, W.; CASTRILLON, C. A. R. **Impacto de las políticas agrícolas de comercialización en la agricultura familiar de la region sur del estado de Tocantins**. Redes, v (21)3, pp 97-120, outubro de 2016.

SÍCOLI, L. **As contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável**. 2017. 172 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILIPRANDI, E. Urbanas e rurais. In: RECAMAN, M. et al. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jul.2004.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 18 (2): 12-32, 2011.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **Fome zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

SILVA, S. S. M. **Políticas públicas na organização do espaço geográfico do povoado Floresta - Wanderlândia**. Monografia (Graduação em Licenciatura em Geografia), Universidade Federal do Tocantins, 2012.

SILVA, J. M. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)**. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Federal de Goiás, 2015.

SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; AMORIM JUNIOR, P. C. G. **Mudanças Organizacionais em Empreendimentos de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 01 June 2015, Vol.53(2), pp.289-304.

SILVA, D. W.; GEHLEN, I.; SCHULTZ, G. **Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Cidadania: conexões construídas a partir da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Redes, 01 October 2016, Vol.21(3), pp.121-145.

SILVA, E. R. F. **Agentes territoriais na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)**. 2019. 484 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

SOARES, C. A importância das informações de uso do tempo para os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações sobre as pesquisas domiciliares oficiais. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

SOLDERA, D. A. **A instabilidade do referencial de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: uma análise das narrativas dualistas**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SOUSA, D. N.; JESUS, M. E. R.; BERALDO, K. A. **Impactos da COVID-19 e estratégias para a inclusão produtiva de agricultores familiares no Tocantins: um estudo de caso na COOPRATO**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais. Recife, volume 10, pp. 10-15, 2021.

SOUZA, P. R. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Pernambuco: determinantes de sucesso e insucesso**. 2017. 134 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, A. F.; LORETO, M. D. S. **Representações sociais de lideranças institucionais brasileiras sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise lexográfica**. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 5, n. 7, p. 7808-7822, jul. 2019.

SOUZA, A. T.; PARENTE, T. G. **A atividade artesanal do capim dourado na região do Jalapão: uma nova perspectiva para o empoderamento das mulheres**. Anais do XI Encontro Nacional de História Oral. Rio de Janeiro, 2012.

SPINK, P. K. **O pesquisador conversador no cotidiano**. Revista Política e Sociedade, 20, Edição Especial, p. 70-77, 2008.

STRAPASSOLAS, V. L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

STRASSMANN, D. A economia feminista. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org.). **Economia Feminista**. Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF, 2002.

TANACA, E. K. T.; SOUZA FILHO, H. M.; GANGA, G. M. D. **Proposta de um modelo de avaliação dos fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso do município de São Carlos – SP**. Gestão & Produção, 01 November 2014, Vol.21(4), pp.781-792

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1982.

TOCANTINS. SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO – SEPLAN. **Zoneamento 2004**. Disponível em: < <http://www.sefaz.to.gov.br/zoneamento/mapas/>> Acesso em: 20 de junho de 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

VASQUEZ, G. C. F. **A psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas**. Psicologia, vol.29(4), pp. 856/867, 2009.

VIDAL, D. L. **Fator trabalho no manejo rural no semiárido nordestino, Brasil**. Archivos de zootecnia, 2011.

ZARZAR, A. L. B. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. Tese (Doutorado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

ZELIZER, V. O significado social do dinheiro. In: MARQUES, R., PEIXOTO, J. (Org.) **A nova sociologia econômica: uma ontologia**. Oeiras: Celta. 2003.

ZELIZER, V. **Dinero, circuitos, relaciones íntimas**. Revista Sociedad y economía, 14, 2008.

ZELIZER, V. **Dualidades Perigosas**. Revista Mana, 15 (1): 237-256, 2009.

ZELIZER, V. **Negociação da intimidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. A nova ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: NORMA, G. (Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: CARVALHO, H. M. (Org). **Chayanov e o campesinato.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ªed., 2014.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEITZMAN, R. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** Brasília: MDA, 2011.

M: Mulher adulta H: Homem adulto FH: Filho homem FM: Filha adulta O: Outro

a. Deixaram de produzir alguma dessas coisas com o fim do programa? Por quê?

b. Tem alguma coisa que vocês só começaram a vender depois que o programa acabou?

Quem cuida? _____

Quem vende? _____

5. Quais produtos vendiam para o PNAE:

Produto	Responsável pela produção	Responsável pela entrega na cidade	Continuam produzindo com pós-acesso ao PNAE	Responsável pela produção	Responsável pela venda
	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()sim ()não	()M ()H ()FH ()FM ()O.	
	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()sim ()não	()M ()H ()FH ()FM ()O.	
	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()sim ()não	()M ()H ()FH ()FM ()O.	
	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()sim ()não	()M ()H ()FH ()FM ()O.	
	()M ()H)FH ()FM ()O.	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()sim ()não	()M ()H ()FH ()FM ()O.	
	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()sim ()não	()M ()H ()FH ()FM ()O.	
	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()sim ()não	()M ()H ()FH ()FM ()O.	
	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()M ()H ()FH ()FM ()O.	()sim ()não	()M ()H ()FH ()FM ()O.	

M.a: Mulher adulta H.a: Homem adulto FH: Filho homem FM: Filha adulta O: Outro

a. Deixaram de produzir alguma dessas coisas com o fim do programa? Por quê?

b. Tem alguma coisa que vocês só começaram a vender depois que o programa acabou?

Quem cuida? _____

Quem vende? _____

6. Possuem algum selo de inspeção?

a. ()NÃO Por quê? _____

i. Deixou de vender alguma coisa por não ter o selo? O quê _____

b. ()SIM. Qual? _____

i. Quando conseguiu? _____

ii. Por que decidiu ter o selo? _____

iii. Quem auxiliou? _____

GRUPO FAMILIAR

7. Quem mora na propriedade:

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	PARENTESCO	TRABALHO FORA DE CASA

8. Origem dos membros da família
- a. Homem:
- De onde veio:
 - Quando veio:
 - Com quem veio:
 - Por que veio:
 - Por que veio para Wanderlândia:
 - Tinha perspectiva de trabalho? Onde?
- b. Mulher:
- De onde veio:
 - Quando veio:
 - Com quem veio:
 - Por que veio:
 - Por que veio para Wanderlândia:
 - Tinha perspectiva de trabalho? Onde?
9. Deslocamentos dos membros da família
- a. Algum membro saiu da propriedade? ()Sim ()Não
- b. Quem? ()Mulher ()Homem ()Filho ()Filha ()Outro

- c. Quando saiu?
- d. Tinha quantos anos?
- e. Por que saiu?
- f. Saiu Sozinho? ()Sim ()Não. Com quem? _____
- g. Algum membro voltou para propriedade? ()Sim ()Não
- h. Quem? ()Mulher ()Homem ()Filho ()Filha ()Todos
- i. Quando voltou?
- j. Por que voltou?
- k. Voltou sozinho? ()Sim ()Não. Com quem? _____
- l. As vendas para o PNAE tem alguma relação com o retorno/saída? ()Sim ()Não
Por quê? _____
- m. As vendas para o PAA tem alguma relação com o retorno/saída? ()Sim ()Não
Por quê? _____

PROPRIEDADE:

10. Qual é o tamanho da terra (em alq.): ()até 5 ()até 10 ()até 15 ()mais de 15 ()não sabe ()outro
11. De quem é a titularidade da terra: ()Homem ()Mulher ()Outro.

12. Qual é a origem da terra:
- ()Herança
 - ()Compra
 - ()Reforma Agrária
 - ()Crédito Fundiário
 - ()Outro _____
13. No período que acessaram aos programas (PAA ou PNAE) houve:
- Realização de obra ou construção ()NÃO ()SIM O
quê: _____
 - Aquisição de máquina ou equipamento ()NÃO ()SIM O
quê: _____
 - Aquisição ou troca de veículo ()NÃO ()SIM O
quê: _____
 - Fizeram poupança ()NÃO ()SIM Para o quê?_
 - ()outro _____
14. E após o término do programa:

- a. Realização de obra ou construção () O
quê: _____
- b. Aquisição de máquina ou equipamento () O
quê: _____
- c. Aquisição ou troca de veículo () O
quê: _____
- d. Fizeram poupança () O
quê: _____
- e. Não fizeram nada ()
- f. Outros () _____
15. Alguém na família participa de alguma organização coletiva:
- a. () Cooperativa. Quem participa: () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos
- b. () Associação Quem participa: () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos
- c. () Sindicato Quem participa: () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos
- d. () Movimento Social Quem participa: () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos
- e. () Igreja Quem participa: () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos
- f. Outro _____ Quem participa: () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos
16. Alguém da família participou de alguma manifestação de garantia de direitos dos trabalhadores rurais nos últimos anos? () Não () Não sabe () Sim
- a. Quem? _____
- b. Qual? _____
- c. Quando? _____
- d. Onde? _____

RENDAS:

17. Organizavam os documentos de acesso ao programa: () NÃO () SIM Quem: _____
- a. Contratos () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos () Ninguém
- b. Notas de fiscais de entrega () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos () Ninguém
- c. Recibos de pagamentos () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos () Ninguém
- d. Cartão do banco () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos () Ninguém
18. Quem vai receber o pagamento das vendas? () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos
19. Se eu perguntar quem sabe o valor total de dinheiro que tem na família, quem vai saber me responder: () Mulher () Homem () Filho () Filha () Todos () Ninguém
- a. Sempre foi assim? () Sim () Não
- i. Quando foi diferente? _____
- ii. Quem controlava? _____
- iii. Por _____ que mudou? _____
20. De onde vem a renda da propriedade
- a. Renda PAA: () sim. R\$ _____ () Não Sabe () Não
- b. Renda PNAE: () sim. R\$ _____ () Não Sabe () Não
- c. Comércio local: () sim. R\$ _____ () Não Sabe () Não
- d. Feira local: () sim. R\$ _____ () Não Sabe () Não
- e. Feira em outro município: () sim. R\$ _____ () Não Sabe () Não
- f. Aposentadoria: () sim. R\$ _____ () Não Sabe () Não
- g. Bolsa Família: () sim. R\$ _____ () Não Sabe () Não
- h. Trabalho formal para terceiros: () sim. R\$ _____ () Não Sabe () Não
- i. Trabalho por época para terceiros: () sim. R\$ _____ () Não Sabe () Não
- j. Trabalho via diária: () sim. R\$ _____ () Não Sabe () Não

k. Outras fontes: ()sim. R\$_____ ()Não Sabe ()Não

21. Sabe qual é a renda total auferida na propriedade:

- a. ()Mensal: _____
- b. ()Por época: _____
- c. ()Anual: _____
- d. ()Nunca fizeram o cálculo: _____

22. Hoje em dia, com o término do programa, vocês organizam o dinheiro que entra e sai de casa?

()NÃO ()SIM Quem: _____

- a. Notas de fiscais de entrega ()Mulher ()Homem ()Filho ()Filha ()Todos () Ninguém
- b. Recibos de pagamentos ()Mulher ()Homem ()Filho ()Filha ()Todos () Ninguém
- c. Cartão do banco ()Mulher ()Homem ()Filho ()Filha ()Todos () Ninguém
- d. Cadernetas de compra nos mercados ()Mulher ()Homem ()Filho ()Filha ()Todos () Ninguém
- e. Dinheiro total da família ()Mulher ()Homem ()Filho ()Filha ()Todos () Ninguém

OPINIÃO DA FAMÍLIA SOBRE O PROGRAMA PNAE

1. Se você tivesse que dar uma nota de 1 a 5 de como era a renda da família durante o acesso ao programa, qual nota você daria:
 - a. 1 – Muito insatisfeito
 - b. 2 – Insatisfeito
 - c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito
 - d. 4 – Satisfeito
 - e. 5 – Muito Satisfeito
2. E antes de ter o programa :
 - a. 1 – Muito insatisfeito
 - b. 2 – Insatisfeito
 - c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito
 - d. 4 – Satisfeito
 - e. 5 – Muito Satisfeito
3. E agora que o programa acabou
 - a. 1 – Muito insatisfeito
 - b. 2 – Insatisfeito
 - c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito
 - d. 4 – Satisfeito
 - e. 5 – Muito Satisfeito
4. Se você tivesse que dar uma nota de 1 a 5 em como vocês dividiam as tarefas da propriedade durante o acesso ao programa, qual nota você daria:
 - a. 1 – Muito insatisfeito
 - b. 2 – Insatisfeito
 - c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito
 - d. 4 – Satisfeito
 - e. 5 – Muito Satisfeito
5. E antes de ter o programa :
 - a. 1 – Muito insatisfeito
 - b. 2 – Insatisfeito
 - c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito
 - d. 4 – Satisfeito
 - e. 5 – Muito Satisfeito
6. E agora que o programa acabou
 - a. 1 – Muito insatisfeito
 - b. 2 – Insatisfeito
 - c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito
 - d. 4 – Satisfeito
 - e. 5 – Muito Satisfeito

OPINIÃO DA FAMÍLIA SOBRE O PROGRAMA PAA

7. Se você tivesse que dar uma nota de 1 a 5 de como era a renda da família durante o acesso ao programa, qual nota você daria:
 - a. 1 – Muito insatisfeito
 - b. 2 – Insatisfeito
 - c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito⁷
 - d. 4 – Satisfeito
 - e. 5 – Muito Satisfeito
8. E antes de ter o programa :
 - a. 1 – Muito insatisfeito
 - b. 2 – Insatisfeito
 - c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito
 - d. 4 – Satisfeito
 - e. 5 – Muito Satisfeito
9. E agora que o programa acabou
 - a. 1 – Muito insatisfeito
 - b. 2 – Insatisfeito

- c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito
 d. 4 – Satisfeito
 e. 5 – Muito Satisfeito

10. Se você tivesse que dar uma nota de 1 a 5 em como vocês dividiam as tarefas da propriedade durante o acesso ao programa, qual nota você daria:

- a. 1 – Muito insatisfeito
 b. 2 – Insatisfeito
 c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito
 d. 4 – Satisfeito
 e. 5 – Muito Satisfeito

11. E antes de ter o programa :

- a. 1 – Muito insatisfeito
 b. 2 – Insatisfeito
 c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito
 d. 4 – Satisfeito
 e. 5 – Muito Satisfeito

12. E agora que o programa acabou

- a. 1 – Muito insatisfeito
 b. 2 – Insatisfeito
 c. 3 – Nem satisfeito e nem insatisfeito
 d. 4 – Satisfeito
 e. 5 – Muito Satisfeito

DIVISÃO DAS TAREFAS ATUALMENTE

Atividades domésticas	Mulher adulta	Homem adulto	Menina jovem	Menino jovem	Outro
Preparar a alimentação da família					
Limpeza da cozinha					
Limpeza da casa					
Limpeza da área externa					
Cuidado com a roupa					
Cuidado com as crianças					
Fazer compras para alimentação da casa					
Fazer compras para limpeza da casa					
Cuidar dos animais domésticos					

Observações:

Atividades que contribuem para o sustento da família	Mulher adulta	Homem adulto	Menina jovem	Menino jovem	Outro
Cuidados com a horta					
Cuidados com o pomar					
Cuidados com os pequenos animais					
Cuidado com os grandes animais					
Cuidado com a roça/lavoura					
Obtenção de água					
Obtenção de lenha					
Obtenção de outro combustível					

Quem vai na “cidade” pagar as contas mensais?					

Observações:

Atividades comerciais, relacionadas com a compra e venda de bens	Mulher adulta	Homem adulto	Menina jovem	Menino jovem	Outro
Compra e venda de gado					
Compra e venda de pequenos animais					
Venda da produção no comércio local					
Venda da produção na feira					
Entrega dos produtos à prefeitura					
Processos burocráticos para obtenção e manutenção dos selos de inspeção					
Controle de despesas da produção					
Controle de receitas da produção					
Compra de insumos para a produção					

Observações:

13. Onde ou com quem vocês aprenderam a dividir as tarefas dessa maneira:

14. Da hora que vocês acordam até a hora que vocês vão dormir, o que vocês fazem? Pode descrever para mim?

Mulher:

Homem:

Filho:

Filha:

Outro:

15. Durante o período que vocês faziam a entrega dos produtos, tinha alguma coisa a mais ou a menos nessa rotina? O quê?

16. Gostariam que algo nessa rotina de hoje em dia fosse diferente? O quê?

17. Hoje em dia tem alguma tarefa aqui na propriedade que:

- a. Só a mulher faz? O quê? _____
- b. Só o homem faz? O quê? _____
- c. Só o filho faz? O quê? _____
- d. Só a filha faz? O quê? _____
- e. Só outra pessoa faz? O quê? _____

18. Alguma vez isso foi diferente?

- a. Quando? _____
- b. O que era diferente? _____
- c. Por que ficou diferente? _____

19. Voltando à questão da renda familiar, o dinheiro que recebem do programa é usado para quê? Com o que vocês gastam o dinheiro que recebem dele?

- a. () Não fazem separação
- b. Renda PAA: () Não Recebe () Não Sabe Usa com: _____
- c. Renda PNAE: () Não Recebe () Não Sabe Usa com: _____
- d. Comércio local: () Não Recebe () Não Sabe Usa com: _____
- e. Feira local: () Não Recebe () Não Sabe Usa com: _____
- f. Feira em outro município: () Não Recebe () Não Sabe Usa com: _____

- g. Aposentadoria: ()Não Recebe ()Não Sabe Usa com:_____
- h. Bolsa Família: ()Não Recebe ()Não Sabe Usa com:_____
- i. Trabalho formal para terceiros: ()Não Recebe ()Não Sabe Usa
com:_____
- j. Trabalho por época para terceiros: ()Não Recebe ()Não Sabe Usa
com:_____
- k. Trabalho via diária: ()Não Recebe ()Não Sabe Usa com:_____
- l. Outras fontes: ()Não Recebe ()Não Sabe Usa com:_____

OBSERVAÇÕES GERAIS:

ANEXO II - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARA OS RITUAIS DE ACESSO E PERMANÊNCIA AOS PROGRAMAS

Quem cuida da documentação burocrática:

Quem se reúne com os órgãos públicos:

Quem frequenta as instituições financeiras:

Durante o contato com a pesquisa,

-quem se pronuncia sobre qual assunto:

-aonde se sentam ou permanecem durante a entrevista:

-recordam do passado com orgulho ou com pesar:

-quando relatam as tarefas domésticas, há constrangimentos ou receios:

-demonstram qual tipo de sentimento quando falam das conquistas proporcionadas pelo acesso aos programas:

Quando existentes, as alterações nas práticas familiares já eram percebidas, perceberam no momento da entrevista ou ainda não as reconhecem.

ANEXO III - ROTEIRO DE ORIENTAÇÃO DAS ANÁLISES

Classificação de divisão sexual do trabalho (AGUIAR, 1984):

Atividades domésticas	Mulher adulta	Homem adulto	Menina jovem	Menino jovem
Alimentação da família				
Limpeza da cozinha e da casa				
Cuidado com a roupa				
Cuidado com as crianças				

Atividades que contribuem para o sustento da família	Mulher adulta	Homem adulto	Menina jovem	Menino jovem
Cuidados com a horta e pomar				
Cuidados com os pequenos animais				
Obtenção de água e combustível				

Atividades econômicas destinadas ao mercado, alternadas com os serviços caseiros	Mulher adulta	Homem adulto	Menina jovem	Menino jovem

Atividades comerciais, relacionadas com a compra e venda de bens	Mulher adulta	Homem adulto	Menina jovem	Menino jovem
Compra e venda de gado				
Compra e venda de pequenos animais				
Venda da produção no comércio local				
Venda da produção na feira				
Entrega dos produtos à prefeitura				
Processos burocráticos para obtenção e manutenção dos selos de inspeção				
Controle de despesas da produção				
Controle de receitas da produção				

Classificação da composição do *habitus*, baseado em Malvezzi (2018):

Eidos (Conhecimento)	Ethos (ética e moral)	Hexis (corpo)
*cursos realizados	*direcionamento do futuro dos filhos	*posição dos membros da família durante a pesquisa de campo
*controle da renda	*divisão do trabalho entre os filhos	*participação das mulheres durante a pesquisa de campo
*controle da renda		